



Decrescimento e Cuidado nas Iniciativas Locais Alternativas

Graça Maria Rogeiro Pinto Rojão

Tese para obtenção do Grau de Doutor em

Sociologia

(3^o ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Carlos Gaspar Venâncio

Coorientador: Prof. Doutor André Barata Nascimento

Coorientadora: Prof. Doutora Amélia Maria Cavaca Augusto

Julho de 2022

Júri das provas

Presidente:

- Doutor Joaquim Mateus Paulo Serra, Vice-Reitor da Universidade da Beira Interior.

Vogais:

- Doutor José Carlos Gaspar Venâncio, professor catedrático aposentado da Universidade da Beira Interior;

- Doutor José Octávio Serra Van-Dúnem, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto;

- Doutor Pedro Manuel Teixeira Botelho Hespanha, professor associado jubilado da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra;

- Doutor José Fernando Bessa Ribeiro, professor associado da Universidade do Minho;

- Doutora Cristina Clara Ribeiro Parente, professora associada da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

- Doutor Alcides Almeida Monteiro, professor associado da Universidade da Beira Interior.

As provas públicas decorreram na Reitoria da Universidade da Beira Interior, dia 21 de julho de 2022, pelas 14:30 horas.

Ao Francisco, ao Tiago e à Sofia

Decrescimento e Cuidado nas Iniciativas Locais Alternativas

Graça Maria Rogeiro Pinto Rojão

Agradecimentos

Esta Tese foi possível pelo apoio que recebi das muitas pessoas que constituíram a rede de suporte que me permitiu trilhar este caminho e às quais estou profundamente grata. Ainda que assinada apenas por mim enquanto autora, ela resulta de um esforço coletivo e de múltiplos contributos.

Em primeiro lugar, agradeço a orientação, cujo apoio e incentivo foi fundamental em todo o processo, ao Prof. Doutor José Carlos Venâncio, que fez a orientação geral do trabalho de investigação e cujas reflexões e indicações bibliográficas foram de grande pertinência; ao Prof. Doutor André Barata, coorientador, cujo pensamento sobre o decrescimento estimulou o meu interesse pela temática e que acompanhou toda a revisão da literatura; à Prof.^a Doutora Amélia Augusto, coorientadora, cujo apoio foi especialmente relevante na reflexão sobre os feminismos e nos procedimentos metodológicos seguidos em todo o trabalho de campo. Aos três muito obrigada pelo suporte disponibilizado, pela leitura crítica e pelas excelentes conversas que me proporcionaram.

Agradeço ao Prof. Doutor Pedro Hespanha e à Prof.^a Doutora Luciane Lucas do Santos as discussões que tivemos ao longo deste processo, as indicações bibliográficas e a leitura atenta e crítica de partes desta Tese.

Agradeço ao Prof. Doutor José Luís Sánchez Hernández pelas referências bibliográficas e também pela leitura crítica de partes desta Tese.

Estou grata ao Prof. Doutor José Portela pelas discussões preliminares, fundamentais para encontrar o caminho, e pelo incentivo constante.

Agradeço ao Prof. Doutor João Ferrão o estímulo e a bibliografia sobre iniciativas locais que me disponibilizou.

Agradeço à Prof.^a Doutora Teresa Cunha toda a bibliografia indicada sobre uma perspetiva feminista crítica.

Este trabalho não teria sido possível sem o suporte da extraordinária equipa da CooLabora - Intervenção Social, à qual tenho a felicidade de pertencer. Agradeço especialmente às colegas que estiveram ao longo destes anos: Antónia Silvestre, Diana Silva, Rita Mouro e Rosa Carreira pelo companheirismo e apoio.

Estou grata à Marta Vilarinho e ao José João Rodrigues pela disponibilidade, pelas conversas sobre utopias e pela sua capacidade de sonharem outros futuros.

Para esta Tese foi fundamental a minha participação prévia na equipa do projeto Alternativas, que contribuiu para estimular o interesse em aprofundar este tema: Jorge Cardoso, Hugo Marques, Susana Constante e Sara Borges, muito obrigada.

Foi também importante a participação e as conversas na rede Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local, especialmente com Marco Domingues e Célia

Lavado; com a Rede Portuguesa para o Decrescimento, com quem foi coorganizado um dos grupos de discussão em Montemor-o-Novo. Sublinho especialmente as discussões com Hans Eickhoff, Ana Poças e Álvaro Fonseca, bem como a coorganização dos grupos de discussão em Montemor-o-Novo. Estou ainda grata à Comunidade Sinergias pela escola comunitária de 2021 sobre eco e interdependência.

Não posso deixar de estar profundamente reconhecida às pessoas ligadas a iniciativas locais e aos movimentos sociais que se disponibilizaram a participar neste trabalho, respondendo ao questionário inicial, participando nos grupos de discussão, nas entrevistas e nos *focus groups*. Destaco especialmente na fase de entrevistas Ana Chhanganlal e Fátima Oliveira da Casa de Santa Isabel; André Carapinha da Cooperativa Mula; André Cid da Fábrica de Alternativas, que também participou na coorganização de um grupo de discussão; Eliana Madeira do Banco de Tempo; Jorge Gonçalves da Minga, que também participou na coorganização de um grupo de discussão; Luís Chambel do Musas da Fontinha; Maria João Mota da Pele; Pedro Pereira Sarda da Casa da Horta; Samuel Thirion do CARMEN; Sandra Jorge e Filipa Alves da Casa da Esquina e Vítor Andrade de Miro. Agradeço também à Sara Moreira do Gato Vadio o apoio na organização de um grupo de discussão no Porto e à Cristina Parente o apoio na organização de um grupo de discussão em Minde, que a pandemia impediu de realizar. Hoje vejo o mapa do país com mais rostos amigos, dispersos pelo território e alegre-me perceber toda a ousadia de dezenas de coletivos que inspiram e criam iniciativas locais tão transformadoras.

Agradeço à minha família, à minha mãe com quem aprendo a persistir e a dar centralidade ao cuidado e ao meu pai, sonhador por excelência. Agradeço às minhas irmãs o estímulo e o suporte fundamental ao longo deste percurso, especialmente à Cristina que também me ajudou na transcrição das entrevistas.

Esta Tese não teria de forma alguma sido possível sem o Francisco, companheiro da minha vida e esteio da minha existência e sem o meu filho Tiago e a minha filha Sofia que me lembram todos os dias como é importante dedicarmos a nossa energia à criação de um mundo onde a sustentabilidade da vida esteja no centro das nossas ações.

Resumo

Esta Tese analisa as iniciativas locais alternativas de Portugal continental à luz de duas matrizes emancipatórias: o decrescimento e a perspectiva feminista do cuidado, que em comum partilham a preocupação com a manutenção da sustentabilidade da vida no planeta, em condições de justiça social.

O decrescimento critica o crescimento económico definido como objetivo social prioritário, estimula a repolitização do debate e a reincrustação do económico no social e no político. A visão feminista do cuidado amplia as noções de economia, de trabalho e de reprodução social, numa aceção que parte do reconhecimento da interdependência entre seres humanos e da sua ecodependência face à restante natureza.

As iniciativas locais alternativas criam novas formas de organização coletiva, constituindo um campo de experimentação que enraíza estes movimentos e estabelece pontes entre utopia e prática.

Partimos de uma leitura destas experiências locais cruzando-as com as propostas feministas de cuidado, que desafiam as relações de género e de produção prevalecentes e com as preocupações ecológicas do decrescimento. Nesta Tese mapeamos iniciativas locais alternativas em Portugal continental e caracterizamos este campo; identificamos as suas conceções de decrescimento e de cuidado; procedemos a um recenseamento crítico das práticas vinculadas a estas duas noções; identificamos os referenciais de transformação social que guiam as iniciativas, com base no seu posicionamento face ao capitalismo; e, por fim, sistematizamos as aprendizagens críticas que as iniciativas identificam, a partir das suas experiências.

Concluimos que os processos de transformação social que integram as noções de decrescimento e de cuidado, veem o seu potencial emancipatório reforçado pela centralidade que concedem à criação de condições de sustentabilidade da vida. Ainda que o potencial destas experiências possa ser incerto ou limitado, elas abrem brechas de esperança face aos cenários muito prováveis de colapso, que ensombram o nosso horizonte.

Palavras-chave

Decrescimento; Cuidado; Economias Feministas; Economia Solidária; Iniciativas Locais Alternativas

Abstract

This thesis analyzes alternative local initiatives in mainland Portugal under two emancipatory matrices: degrowth and the feminist perspective of care, which share a common concern with maintaining the sustainability of life on the planet, in conditions of social justice.

Degrowth criticizes economic growth defined as a priority social objective, stimulates the re-politicization of debate and the embedment of the economy in the social and political dimensions. The feminist vision of care broadens the notions of economy, work and social reproduction, in an understanding that starts from the recognition of the interdependence between human beings and their ecocodependence with the rest of nature.

Alternative local initiatives create new forms of collective organization, constituting a field of experimentation that roots these movements and builds bridges between utopia and practice.

We start from crossing these local experiences with feminist proposals of care, which challenge the prevailing gender and production relations and the ecological concerns of degrowth. In this thesis we map alternative local initiatives in Portugal and characterize this field; we identify their conceptions of degrowth and care; proceeded to a critical setting-up of the practices linked to these two notions; identify the social transformation notions that guide these initiatives, based on their position before capitalism; and, finally, we systematize the critical learning that the initiatives identify, based on their experiences.

We conclude that the processes of social transformation that integrate the notions of degrowth and care see their emancipatory potential reinforced by the centrality they grant to the creation of conditions for the sustainability of life. While the potential of these experiences may be uncertain or limited, they open glimmers of hope in the face of very likely collapse scenarios that cloud our horizon.

Keywords

Degrowth; Care; Feminist Economies; Solidarity Economy; Local Alternative Initiatives

Índice

Introdução	1
Motivações	1
Objetivos e problemática da Tese	2
Pressupostos epistemológicos	4
Estratégia metodológica	7
Estrutura da Tese	9
PARTE I	15
1. Crises e Alternativas	15
1.1. Uma crise com muitas faces	16
1.2. A grande transformação	17
1.3. Antropocénico, Capitalocénico, Crescimentocénico	20
1.4. Desenvolvimento alternativo ou alternativas ao desenvolvimento	27
1.5. Pós-desenvolvimento	33
1.6. Das cosmovisões às propostas alternativas	36
2. Decrescimento como proposta de mudança radical	43
2.1. Porquê o decrescimento?	44
2.2. Raízes e florescimento da ideia de decrescimento	46
2.3. Correntes e fontes conceptuais do decrescimento	51
2.4. Decrescimento ou a-crescimento?	57
2.5. O decrescimento como proposta	63
2.5.1. Descolonizar o imaginário do crescimento	64
2.5.2. Reduzir o metabolismo	66
2.5.3. Trabalho e convivialidade	70
2.5.4. Desigualdades e redistribuição da riqueza	73
2.5.5. Democracia e decrescimento	76
2.6. Decrescimento e diálogos com outros movimentos	82

3. Economia Feminista e do Cuidado	87
3.1. Porquê uma perspetiva feminista do cuidado	88
3.2. Breve história do feminismo	89
3.3. Sistemas de dominação: capitalismo, patriarcado e colonialismo	91
3.4. Perspetivas face aos sistemas de dominação	99
3.4.1. Interseccionalidade ou consubstancialidade?	99
3.4.2. Dos sistemas de opressão múltiplos a uma perspetiva unitária	101
3.4.3 A teoria da reprodução social	105
3.5. Economia feminista, trabalho e produção	109
3.6. Uma noção de cuidado transformadora	116
3.6.1. A afirmação do conceito de cuidado	116
3.6.2. Crise global de cuidados	120
3.6.3. Cuidados como bem comum	125
3.6.4. Ecofeminismo e cuidado	129
3.7. A sustentabilidade da vida humana e não humana	133
3.8. O cuidado e as iniciativas locais alternativas	137
4. Experimentação social: iniciativas locais alternativas	141
4.1. Utopia e esperança	142
4.2. Outras economias	147
4.3. Ecossistema de economias transformadoras	151
4.4. Terceiro Setor, Economia Social e Economia Solidária	154
4.4.1. Terceiro Setor	155
4.4.2. Economia Social e Economia Solidária	158
4.5. Iniciativas locais alternativas e transformação social	169
4.6. Conceito de iniciativas locais alternativas	176
4.7. Diálogos entre propostas	179
PARTE II	183
5. Metodologia do trabalho empírico	183
5.1. Trabalho de campo	184
5.1.1. Questionário	186
5.1.2. Grupos de discussão	188

5.1.3. Pesquisa documental	195
5.1.4. Entrevistas	195
5.2. Análise de dados	203
6. Questionário: mapeamento e caracterização do campo	205
6.1. Caracterização geral	206
6.2. Motivações, objetivos e práticas	211
6.3. Referenciais de transformação social: mitigação, resistência e transformação	218
6.4. Presença do decrescimento e do cuidado	221
6.5. Práticas de decrescimento e cuidado	227
6.5.1. Decrescimento	228
6.5.2. Cuidado	232
6.6. Síntese	235
7. Grupos de discussão: decrescimento e cuidado	237
7.1. Resultados dos grupos de discussão	238
7.1.1. Grupo de Algés	238
7.1.2. Grupo de Montemor-o-Novo	239
7.1.3. Grupo do Porto	240
7.1.4. Grupo <i>online</i> - região Centro	241
7.2. Relação entre as noções de decrescimento e cuidado identificadas e dimensões de análise	242
7.3. Análise das noções de decrescimento e cuidado identificadas	247
8. Entrevistas: o que dizem as práticas locais	251
8.1. Caracterização geral das iniciativas	252
8.1.1. Motivações das Iniciativas	255
8.1.2. Objetivos e funcionamento	258
8.1.3. O Espaço como condicionante	270
8.1.4. Ligação ao território	273
8.2. Referenciais de transformação social	279
8.3. Noção de decrescimento e de cuidado	285
8.3.1. Decrescimento	285

8.3.2 Cuidado	293
8.4. Aprendizagens críticas	301
8.5. Investigação considerada relevante	308
8.6. Síntese	308
9. <i>Focus group</i>: perspetivas de transformação social e aprendizagens críticas	311
9.1 Objetivos dos <i>focus groups</i>	312
9.2. Referenciais de Transformação Social	312
9.3. Presença do decrescimento e do cuidado nas ILA	322
9.3.1. Decrescimento	322
9.3.2 Cuidado	328
9.4. Aprendizagens críticas	333
9.5. Síntese	339
10. Discussão: as ILA à luz do cruzamento entre as propostas teóricas e a investigação empírica	341
10.1. Um campo heterogéneo	342
10.2. Conceções de Transformação social	351
10.3. Decrescimento e cuidado	356
10.3.1. Decrescimento	356
10.3.2. Cuidado	360
10.4. Aprendizagens críticas e dificuldades	363
Considerações finais	371
Bibliografia	375
Anexos	397
Anexo 1	398
Anexo 2	404
Anexo 3	405
Anexo 4	406
Anexo 5	407
Anexo 6	408
Anexo 7	409

Lista de Imagens		p.
Imagem 1	Iceberg Outras economias	158
Imagem 2	Iceberg Redrawing The Economy	158
Imagem 3	Grupo de discussão de Algés, na Fábrica de Alternativas	207
Imagem 4	<i>Focus group</i> na Mula, Barreiro	216
Imagem 5	<i>Focus group</i> no CARMEN, Odemira	220
Imagem 6	Distribuição geográfica das iniciativas inquiridas	220
Imagem 7	Palavras mais utilizadas para descrever decrescimento	239
Imagem 8	Palavras mais utilizadas para descrever cuidado	239
Imagem 9	Grupo de discussão de Algés, Fábrica de Alternativas	240
Imagem 10	Grupo de discussão no Porto, Associação Gato Vadio	262
Imagem 11	Mandalas do Grupo de discussão em Montemor-o-Novo	262
Imagem 12	Grupo de discussão online - Região Centro	264

Lista de Gráficos		p.
Gráfico 1	Compromisso ecossocial e relações de poder	163
Gráfico 2	Número de habitantes por zona de intervenção	221
Gráfico 3	Biénio de criação das iniciativas	221
Gráfico 4	Existência de uma figura jurídica formal	222
Gráfico 5	Figura jurídica das iniciativas formalmente constituídas	223
Gráfico 6	Motivações para o arranque da iniciativa	224
Gráfico 7	Tipologia de intervenção das iniciativas	226
Gráfico 8	Intensidade de cada dimensão de decrescimento e de cuidado	238

Lista de Tabelas		p.
Quadro 1	Interação entre sistemas de opressão: sexo, raça e classe social	112
Quadro 2	Economia solidária e economia social em Portugal	179
Quadro 3	Grupos de discussão: data, local e número de participantes	208
Quadro 4	Iniciativas selecionadas para aprofundamento	212
Quadro 5	Presença de práticas de decrescimento e cuidado	237
Quadro 6	Noções e decrescimento e cuidado	256-9
Quadro 7	Caraterização das ILA	268

Lista de Acrónimos

CASES	Cooperativa António Sérgio para a Economia Social
CNES	Conselho Nacional para a Economia Social
EUA	Estados Unidos da América
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
IGBP	International Geosphere-Biosphere Programme
ILA	Iniciativa Local Alternativa
INE	Instituto Nacional de Estatística
IGBP	International Geosphere-Biosphere Programme
IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
IPSS	Instituição Particular de Solidariedade Social
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
RBI	Rendimento Básico Incondicional
RedPes	Rede Portuguesa de Economia Solidária
RIPES	Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária
UE	União Europeia

Lista de iniciativas locais participantes

ADAO – Associação Desenvolvimento Artes e Ofícios

AMS- Associação Mata Sustentável

Associação A3S

Associação Live With Earth

Associação Moving Cause

Associação Slow Movement Portugal

Associação Transumância e Natureza

Banco de Tempo

BioEco – Ass. de Agricultura Biológica e Agro Ecológica

C.A.R.M.E.N

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente

Casa da Esquina

Casa da Horta - Associação Cultural

Casa de Santa Isabel

Cidade Mais

Com Calma - Espaço Cultural

Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras

Coice da Mula - Associação

Cooperativa Produtos da Nossa Aldeia - Miro

Cooperativa Integral Minga CRL

Danças Circulares de Palmeira

Ecoaldeia de Janas

Eco-Comunidades na Planície

Escola de Vida

Fábrica de Alternativas

Famalicão em Transição

Fator C - Alcabideche e São Domingos de Rana

FESCOOP

GAL ADIBER

Gandaia

Grupo Surpreendentes Incalculáveis

Mapa- Movimento de Ação Política
Master Unit Ananda Kalyani
Mentes Empreendedoras
Missão Comidinha
Monte ACE
Monte dos Carvalhos / Mount of Oaks
Monte Mimo
Montis
Musas da Fontinha
Parents4Future Portugal
Parque Botânico de Vale Domingos
Pé de Xumbo
PELE-Espaço de Contacto Social e Cultural
Pista Mágica - Escola de Voluntariado
Quinta dos 7 Nomes
Reativar
Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo
TROCA - Plataforma p/ Comércio Internacional Justo
Uibi Hub
Vitamimos
ZenVouga

Introdução

A presente Tese de Doutorado em Sociologia, apresentada à Universidade da Beira Interior, analisa um conjunto de iniciativas locais alternativas em Portugal continental à luz de duas matrizes emancipatórias: o decrescimento e a perspectiva feminista do cuidado, que em comum partilham a preocupação com a manutenção da sustentabilidade da vida no planeta, em condições de justiça social.

A fim de compreender o processo que lhe está subjacente, começamos por enquadrar as motivações que presidiram à elaboração deste trabalho, apresentamos os seus objetivos e contextualizamos a respetiva problemática e principais questões de investigação. Seguidamente, clarificamos os pressupostos epistemológicos comuns a este trabalho de investigação, apresentamos as opções e estratégias metodológicas adotadas, enfatizando sobretudo as questões transversais, já que dedicamos o capítulo 5 especificamente à metodologia do trabalho de campo. Terminamos esta introdução com a apresentação geral da estrutura da Tese, com o intuito de orientar e facilitar a sua leitura.

Motivações

Este trabalho de investigação parte do questionamento pessoal em torno do potencial transformador das iniciativas locais, no contexto de mais de duas décadas de participação em organizações, redes e movimentos cívicos. O florescimento nos últimos anos de novas iniciativas de base local, que experimentam soluções orientadas por princípios de justiça social, sustentabilidade ambiental e democracia, trouxe relevância acrescida a uma investigação sobre esta temática. A motivação para este trabalho vincula-se ao propósito de contribuir para reforçar o conhecimento sobre as iniciativas locais que podem ser inscritas no campo das alternativas, com o intuito de contribuir para tornar todo este campo de ação mais visível, combatendo a produção de ausências que sobre elas se abate (Santos, 2002). Assumimos o compromisso de contribuir para reforçar as iniciativas locais e os processos de transformação social, na condição de investigadora militante que Gabriela Cunha define como participação e partilha do projeto social e político do campo de estudo e onde a pesquisa implica “compromisso não só de conhecer e analisar a realidade de modo crítico, mas também de propor formas para ajudar a transformá-la, a partir desta análise” (Cunha, G. et al., 2011:47). Neste quadro, assumimos o caráter propositivo da pesquisa militante “onde o pesquisador não se furta aos imperativos de contribuição social e política e aposta na possibilidade de alternativas capazes de mudar uma determinada realidade” (Cunha, G. et al., 2011:51).

Objetivos e problemática da Tese

O nosso objetivo é produzir conhecimento sobre os processos de transformação social protagonizados por iniciativas locais alternativas desenvolvidos em Portugal continental, analisados à luz das correntes ligadas ao decrescimento e às perspetivas feministas de cuidado. Com esta investigação procurámos responder à seguinte questão fundamental: qual a natureza da transformação social desencadeada pelas iniciativas locais alternativas a partir das conceções de decrescimento e de cuidado, ancoradas na noção de sustentabilidade da vida?

Definimos quatro objetivos específicos, que orientaram o processo de aprofundamento sucessivo, de sistematização e de construção de conhecimento crítico, a partir das práticas das iniciativas locais alternativas (ILA), a saber:

- 1) Mapear um conjunto de iniciativas locais alternativas localizadas em território continental e proceder a uma caracterização deste campo;
- 2) Realizar um recenseamento crítico de práticas que podem ser associadas ao decrescimento e a uma perspetiva feminista de cuidado, evidenciando o seu desempenho em processos que visam a transformação social;
- 3) Conhecer as visões de decrescimento e de cuidado implícitas à ação das ILA e sua relevância em processos de transformação social;
- 4) Identificar, analisar e sistematizar as aprendizagens críticas realizadas pelas ILA sobre os processos de transformação social ligados às preocupações com a sustentabilidade da vida.

Na análise das iniciativas locais alternativas, a nossa perspetiva surge enquadrada pelos objetivos da pesquisa, isto é, pelo recorte que definimos. Cientes de que vemos o que a janela nos põe em perspetiva, com os olhos de que dispomos, não pretendemos reduzir a complexidade e a riqueza que estas iniciativas encerram àquilo que o nosso olhar pode ver, já que ele é condicionado pelas circunstâncias, isto é, pelo nosso posicionamento histórica e socialmente situado (Aires, 2014), sob a lente do decrescimento e do cuidado, enquanto propostas de transformação social.

Esta Tese permite aprofundar o conhecimento em torno deste campo emergente que, como refere Edgar Morin (2017), amplia os horizontes de esperança e constitui um espaço de resistência às forças destrutivas que hoje ameaçam o planeta. Partimos da preocupação face à crise sistémica que enfrentamos à escala planetária e dos equívocos apontados às estratégias que ao longo das últimas décadas, sem sucesso visível, afirmam promover o desenvolvimento. Escolhemos como enfoque a escala local, já que os fenómenos globais têm uma expressão localizada e a vida acontece em territórios concretos. A partir do local, as

iniciativas podem abrir brechas naquelas forças destrutivas, contribuindo para a sua erosão (Wright, 2019). Os fenómenos locais são aqui analisados na sua complexidade e na sua especificidade, ou seja, pela sua situação social concreta, tendo porém presente que estes são também configurados por forças mais amplas, que os condicionam.

Entre as propostas de transformação social partimos de duas matrizes emancipatórias: o decrescimento e a perspectiva feminista do cuidado, por nos parecer que ambas conferem centralidade à manutenção das condições de sustentabilidade da vida e de justiça social. O decrescimento, enquanto crítica ao crescimento económico definido como objetivo social prioritário, estimula a repolitização do debate e a reincrustação do económico no social e no político. Trata-se de um movimento social plural que propõe a redução do impacto ecológico da atividade humana, através da redução da produção e do consumo de recursos do planeta; uma redistribuição mais equitativa da riqueza intra e entre países; a rutura com o imaginário que associa o consumo ao bem-estar e ao reconhecimento social; e o reforço da autonomia económica local e a transição para uma sociedade mais convival e democrática, dilatando assim o campo de possibilidades de organização da vida coletiva, no quadro de uma sociedade pós-capitalista.

As propostas emancipatórias das economias feministas são especialmente importantes por ampliarem a reflexão e redefinirem três conceitos pertinentes na análise das iniciativas locais alternativas: economia, trabalho e reprodução social. Esta redefinição tem em conta a inclusão da esfera não-mercantil e do trabalho não pago e problematiza a cisão entre produção e reprodução social. A relação entre patriarcado e capitalismo pode ser vista como uma simbiose onde a posição subordinada das mulheres permite a transferência para elas da maior fatia do trabalho doméstico e do cuidado, ou seja, do trabalho não pago. Os movimentos feministas têm sido especialmente incisivos na denúncia das relações estruturais de desigualdade de poder entre homens e mulheres e no modo como essas desigualdades podem estar presentes nos próprios movimentos sociais e nas iniciativas que se reclamam emancipatórias. Para o efeito, assumimos aqui uma noção de cuidado ligada à manutenção da vida em condições dignas, numa aceção integral que parte do reconhecimento da interdependência entre seres humanos e da sua ecodependência face à restante natureza.

As perspetivas da economia feminista e do decrescimento reforçam o reconhecimento da insustentabilidade da vida no quadro do capitalismo patriarcal. A ampla diversidade de iniciativas locais alternativas em Portugal, territorialmente ancoradas, desenham criativamente novas formas de organização da vida coletiva, constituindo um campo de experimentação que permite não só concretizar e enraizar estes movimentos como cruzar utopia e prática. Numa leitura atenta ao campo das possibilidades que estas iniciativas encerram, consideramos que um cruzamento mais intenso da riquíssima diversidade de

experiências locais com as propostas feministas e com as propostas do decrescimento, comporta uma oportunidade extraordinária para reforçar o seu potencial emancipatório.

Olhamos para as iniciativas a partir das propostas do decrescimento e do cuidado, não enquanto opções ou estratégias alternativas, mas como enfoques complementares, sem qualquer pretensão de esgotar a partir destas duas matrizes as possibilidades de análise.

Pressupostos epistemológicos

Enquanto autora da Tese, optei prioritariamente pela utilização da primeira pessoa do plural na redação, por reconhecer que ela resulta de um cruzamento entre saberes distintos e de contributos de fontes diversas: a literatura sobre a matéria a que pude aceder, os saberes de que as iniciativas locais são portadoras, as reflexões feitas no âmbito de muitos coletivos e os contributos de todas as pessoas que participaram neste processo. No entanto, sempre que se trata de assumir a responsabilidade pessoal por opções tomadas, recorro à primeira pessoa do singular.

Reconheço-me como fazendo parte do universo de iniciativas locais, sem que isso implique abdicar da possibilidade de construir sobre ele uma leitura crítica, em sintonia com Gabriela Cunha, quando afirma que “no quadro de uma transição paradigmática mais ampla em direção a novas epistemologias, trata-se de reconhecer que é possível fazer pesquisa seguindo padrões científicos sobre o mesmo tema com o qual se tem envolvimento e comprometimento” (Cunha, G. et al., 2011:44). O meu olhar parte da experiência ligada às iniciativas e às suas redes, mas também do facto de ser mulher e feminista - atenta ao peso do patriarcado na nossa organização social -, e da condição de habitante de um território específico, uma cidade de pequena dimensão situada no “interior” de Portugal, onde os impactos ecológicos da crise sistémica estão bem presentes.

Ainda que não possua uma relação direta com qualquer das iniciativas em análise, tenho um engajamento pessoal e profissional em torno das iniciativas locais alternativas e de vários movimentos sociais transformadores. O prisma que adoto é determinado subjetivamente pela minha biografia pessoal, género, valores, cultura e classe social, dimensões que estão sempre subjacentes a um trabalho de investigação enquanto processo social.

Importa aqui distinguir entre neutralidade e objetividade. O comprometimento com a transformação social, ainda que não corresponda a um prisma neutral, cuja possibilidade aliás recusamos, não impede uma análise objetiva, pois a experiência de quem investiga pode ser relevante para a apreensão do real. Porém, a procura da objetividade é imprescindível para que uma investigação se traduza num processo aberto, que não busque apenas confirmar convicções previamente assumidas. Em vez de procurarmos uma

“objetividade estática” optamos por reconhecer uma “objetividade relacional”, como postula Rosa López, ao defender que “para criar processos de transformação, o conhecimento deve construir-se de modo coletivo, crítico, criativo, participativo e a partir das nossas opções políticas” (López, 2018:6).

A relação com o campo de estudo, apoiada no posicionamento de *insider/outsider* é redutora, dado que o problema do envolvimento no campo da pesquisa pode ser colocado bem para lá de uma estrita perspectiva dicotômica. Dwyer & Buckle (2009), ao proporem o conceito *in-between*, reconhecem a existência de um contínuo entre as duas posições. Esta abordagem dialética permite preservar a complexidade, não a restringindo a dois posicionamentos antagônicos já que “podemos estar mais perto da posição privilegiada de *insider* ou mais próximo da posição *outsider*, mas, como a nossa perspectiva é moldada pela nossa posição (...) não podemos ocupar totalmente uma ou outra dessas posições” (Dwyer & Buckle, 2009:61). Se, por um lado, uma posição mais *insider* permite desenvolver uma pesquisa privilegiada, já que a proximidade com o grupo em estudo e a partilha da sua identidade favorecem um acesso ao campo empírico e uma aceitação mais imediata, por outro, podem enfrentar o estigma relativo ao perigo de um elevado nível de subjetividade que prejudicaria quer a recolha quer a análise dos dados. A reflexão contínua sobre o processo de investigação e a consciencialização face aos preconceitos e perspectivas pessoais que a podem condicionar, coadjuvadas pelo papel crítico da orientação atenuaram estes riscos. Fazer parte do grupo ou ser-lhe exterior comporta aspetos facilitadores e dificultadores, porém, mais relevante que a condição de *insider* ou de *outsider* será a “capacidade de se ser aberto, autêntico, honesto, profundamente interessado na experiência dos participantes na pesquisa e o comprometimento em representar de maneira precisa e adequada a experiência” (Dwyer & Buckle, 2009:59). Estes autores defendem que a distinção entre quem investiga e quem participa tem maior relevo na teoria que tradução na prática, mas também destacam que os riscos inerentes à objetivação do eu podem ser mais significativos na análise que no trabalho de campo.

Alfonso Torres (2018) assinala a exterioridade entre sujeito investigador e objeto a investigar como uma falácia, pois ignora a presença da subjetividade em toda a experiência investigativa e não tem em conta os condicionalismos de caráter social e cultural. A experiência pessoal e os interesses dos investigadores e investigadoras não são estáticos, pois mesmo que se situem numa posição mais próxima de *insider*, mantêm a sua identidade e diferença face aos outros membros do grupo, já que há simultaneamente facetas da identidade individual que criam a condição de *insider*, enquanto outras criam a de *outsider* (género, classe social, idade, etc.). Por outro lado, não é possível ser absolutamente *outsider*, pela capacidade empática inerente a quem investiga. Dwyer & Buckle lembram que no trabalho empírico as vozes individuais não ficam perdidas nem reduzidas a um conjunto de

números: “carregamos esses indivíduos conosco ao trabalharmos as transcrições. As palavras, representando experiências, são claras e duradouras. Nós não podemos recuar para um papel distante de ‘investigador’. Assim como a nossa personalidade afeta a análise, também a análise afeta a nossa personalidade” (2009:61). No nosso caso, a posição de proximidade com o objeto de estudo facilitou o acesso ao campo, mas exigiu também cuidados redobrados na recolha e análise dos dados. Procurámos cruzar técnicas distintas que permitissem a triangulação dos dados e confrontámos as nossas conclusões com investigações afins, tendo presente uma vigilância e uma autocrítica acrescidas.

Não pretendemos desenvolver um projeto de investigação extrativista face ao conhecimento dos sujeitos investigados e alheio aos seus interesses ou às suas lutas (Fals Borda, 1979; 2014). O prisma que adotamos assume que “pensar metodologias colaborativas não extrativistas implica, mais que expressar diferentes perspetivas ou pontos de vista das populações ou comunidades, reconhecê-las como portadoras de saberes legítimos e com elas interagir. Este é o objetivo da ecologia de saberes” (Fasanello, Nunes & Porto, 2018:402). Adotamos a noção de ecologia de saberes no sentido proposto por Santos e Meneses:

Conjunto de intervenções epistemológicas que denunciam a supressão dos saberes levada a cabo, ao longo dos últimos séculos, pela norma epistemológica dominante, valorizam os saberes que resistiram com êxito e as reflexões que estes têm produzido e investigam as condições de um diálogo horizontal entre conhecimentos. A esse diálogo entre saberes chamamos ecologia de saberes. (2009:7)

O reconhecimento dos diferentes saberes implica que a nossa abordagem esteja centrada nos sujeitos e na sua produção de significados. As iniciativas locais alternativas e os seus/suas protagonistas não são aqui tomadas como meros objetos de investigação, na medida em que pretendemos investigar com as iniciativas e não apenas sobre elas. A adoção de um processo de cocriação constitui um reconhecimento de que as iniciativas locais alternativas participantes são portadoras e coprodutoras de conhecimento. Na senda de Fals Borda (1979), entendemos que o estabelecimento de uma relação capaz de contrariar a hierarquia entre sujeito-investigador e objeto-investigado permite reconhecer a intersubjetividade, pois o ato de investigar não pode ser apenas o de observar o seu objeto de estudo: a interação cria a possibilidade de um conhecimento intersubjetivo, que é também reflexivo e transformador. A investigação é uma forma de apropriação, na medida em que consiste numa interpretação dos fenómenos onde os significados atribuídos pelos sujeitos que participam são relevantes. Sendo a realidade multidimensional e em permanente mutação, o próprio processo de produção de conhecimento é já de si

transformador para todos os sujeitos envolvidos, nomeadamente para quem pesquisa e para as iniciativas pesquisadas (Jara Holliday, 2007).

Rejeitamos também uma conceção normativa e única de transformação social, tal como conceitos pré-definidos de decrescimento e de cuidado, como se uma só aceção pudesse ser válida e cada projeto transformador não resultasse de valores e de escolhas, intimamente ligados às condições emancipatórias concretas, às condições de possibilidade, aos obstáculos e aos objetivos em presença. Assumimos, pois, a pluralidade e a riqueza inerente à diversidade de visões, o que se traduz na recusa de qualquer pretensão de validação das práticas transformadoras presentes nas iniciativas locais, como se as conceções de transformação social lhes fossem exteriores e por elas devessem ser observadas.

A nossa opção não parte de um entendimento do mundo como alicerce para o mudarmos, pois reconhecemos, como Gibson-Graham (2008), que mudar o nosso entendimento é já mudar o mundo. Procuramos nas “economias diversas” as condições de possibilidade de novos devires, o que nos leva a centrar no campo de possibilidades do “ainda-não” (Santos, 2002).

Estratégia metodológica

A escolha da abordagem metodológica, entendida como organização crítica das práticas de investigação (Almeida e Pinto, 1990), é guiada pelos objetivos da pesquisa, pelas questões de investigação que a norteiam e pelas respostas que pretendemos obter. Jesús Ibáñez (1986), partindo de Bourdieu, assinala as três operações necessárias a um trabalho de investigação científica: rutura epistemológica com o saber imediato; construção teórica e metodológica; e comprovação empírica.

Começámos com uma revisão da literatura, a partir de indicações bibliográficas que nos chegaram através dos orientadores, de especialistas que consultámos, da análise de teses sobre temas afins, da pesquisa em sites especializados, da participação em seminários e eventos, e até do acaso. A análise deste corpo bibliográfico em torno do decrescimento e do cuidado e das iniciativas locais alternativas permitiu alicerçar o trabalho empírico e fornecer referenciais de leitura para os dados dele resultantes.

Face às características e aos objetivos desta investigação, optámos por construir o trabalho empírico a partir de uma abordagem metodológica de cariz qualitativo, por se adequar à natureza multidimensional e complexa que caracteriza estas iniciativas, por permitir captar a produção de significados por parte dos próprios sujeitos e por pretender dar voz a essas conceções e experiências subjetivas. Não pomos em causa a relevância dos métodos quantitativos ou das abordagens que conciliam ambos os métodos. Porém, o nosso

objetivo não é comprovar teorias ou deduzir a partir da análise de um grande número de iniciativas locais. Acresce que os objetivos e as questões que orientam esta investigação apontam no sentido de uma análise intensiva e em profundidade, onde o conhecimento é construído a partir da relação com os sujeitos e se pretende captar a dimensão subjetiva dos fenómenos em análise (Silva, 2013). Sem cairmos numa capitulação ao subjetivismo, temos em conta que esta investigação não pode partir da perspectiva positivista, mas antes de uma abordagem crítica, que entendemos ser conciliável com uma compreensão interpretativa, procurando compreender os significados da ação e construir um conhecimento das iniciativas contextualizado, na medida em que “o paradigma interpretativo acredita em realidades múltiplas, socialmente construídas, que geram diferentes significados para diferentes indivíduos, e cuja interpretação depende do olhar do investigador” (Augusto, 2014:1). Assumimos, como Denzin, que “a investigação qualitativa é uma perspectiva multimetódica que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do sujeito de análise” (apud Aires, 2015:14). O processo de construção do conhecimento é também um processo social, onde reconhecemos a reflexividade entre quem investiga e quem é investigado e onde o observador faz parte do universo a observar. Na mesma linha, Jesús Ibáñez aponta a importância da integração do investigador, considerando que “um processo aberto de discussão é possível se o investigador é integrado, como sujeito em processo, no processo de investigação” (1986:19).

A construção do objeto é indissociável dos instrumentos metodológicos e da respetiva avaliação crítica, destaca Elísio Estanque (2003), sublinhando que os sujeitos fazem parte da estrutura e, embora possamos reconhecer que ela impõe limites e obstáculos ao conhecimento e à ação dos indivíduos, as reações que são desenvolvidas face às pressões exteriores são geradoras de mudança, ainda que essa mudança possa não estar alinhada com as respetivas intenções (2003). Também Lakatos e Marconi afirmam a necessidade de análise de cada acontecimento a partir do ponto de vista das relações que o determinam, pois “todos os aspetos da realidade (da natureza e da sociedade) prendem-se por laços necessários e recíprocos” (2003:102).

Optamos por cruzar, num movimento contínuo, a análise que evidencia aquilo que cada iniciativa tem de particular com uma análise das forças mais amplas e estruturais que a condicionam. Partimos da contextualização prévia das práticas de decrescimento e de cuidado nas propostas de transformação social de cariz mais teórico e combinámos níveis diferentes, analisando e discutindo os aspetos mais individuais e subjetivos, na relação com o contexto mais abrangente que lhes dá sentido. Tendo em conta a complexidade do objeto, recorreremos a um quadro de análise que convocou várias disciplinas, como a sociologia, a economia, a filosofia, a geografia, entre outras, assumindo que uma abordagem transdisciplinar é aquela que se revela mais adequada à compreensão do objeto de estudo.

A reflexividade do conhecimento sociológico desempenha neste trabalho de investigação um papel especialmente relevante: a transformação social passa pelos atos de perguntar, de ouvir e de devolver o que se refletiu. Se a reflexividade altera o objeto, afeta também quem pesquisa. Este caminho foi especialmente importante pela aprendizagem que permitiu fazer, pelo modo como alterou a minha percepção face aos processos de transformação social e pelo modo como essa percepção se foi alterando durante o tempo de elaboração da Tese, por via das leituras e dos debates formais ou informais em que estive envolvida.

Estrutura da Tese

A Tese tem dez capítulos, distribuídos por duas partes. A primeira inclui quatro capítulos, que correspondem à revisão da literatura. A segunda, que se inicia com a apresentação da metodologia, inclui quatro capítulos de análise dos dados empíricos, cada um deles correspondendo a um dos momentos específicos do trabalho de campo. Em seguida surge a discussão, onde os dados recolhidos são discutidos à luz do referencial científico analisado na revisão da literatura e comparados com outras investigações face às quais encontramos afinidade. Terminamos a Tese com as Considerações finais, que correspondem também a um balanço do trabalho realizado.

O capítulo 1, Crises e Alternativas, versa sobre a crise sistémica que enfrentamos e analisa cosmovisões que apontam no sentido da sua superação. Partimos dos contornos dessa crise sistémica, onde cada uma das crises parcelares forma parte do mesmo todo. Em seguida damos especial relevo à grande transformação identificada por Karl Polanyi, que mostra como a economia de mercado, hoje naturalizada, é uma construção histórica criada a partir da desincrustação (*disembedding*) da esfera económica e da sua supremacia face às esferas social e política. Dedicamos uma secção à reflexão sobre as implicações políticas das diferentes designações para o período que atravessamos: Antropocénico, Capitalocénico ou Crescimentocénico, que colocam a tónica em aspetos distintos. Na secção seguinte, assinalamos alguns dos trabalhos mais relevantes que nas últimas décadas alertaram para a insustentabilidade ecológica e social do atual modelo de sociedade e a crítica à solução do desenvolvimento e do progresso, pelas falhas que tem revelado. A partir do questionamento do conceito de desenvolvimento, olhamos ainda para as propostas de desenvolvimento alternativo e para as propostas que defendem alternativas ao desenvolvimento, aflorando aqui a corrente do pós-desenvolvimento e a sua rejeição da ideologia do progresso.

Terminamos o capítulo 1 fazendo referência a diferentes cosmovisões que procuram criar condições de justiça social e de sustentabilidade da vida, enquanto conceções plurais que apontam no sentido dos “bem-viveres” coletivos. Identificamos propostas como o *buen*

vivir, o *ubuntu*, os “*commons*”, as economias feministas do cuidado e o decrescimento, pois são caminhos que embora possam envolver grande margem de incerteza, desenham um horizonte de esperança face à elevada probabilidade de colapso.

Entre as propostas transformadoras, pela sua relação com o contexto sociocultural português, um país do Norte global com uma condição semiperiférica, escolhemos para esta Tese o decrescimento, que se estrutura a partir da crítica ao crescimento económico como finalidade social, dedicando-lhe o capítulo 2. Escolhemos ainda a perspetiva feminista de cuidado, pela centralidade que confere à sustentabilidade da vida, reservando-lhe o capítulo 3.

O capítulo 2 apresenta o Decrescimento como proposta radical que se inscreve no quadro das alternativas ao desenvolvimento, pela relevância que as preocupações ecológicas assumem no contexto da experimentação de iniciativas locais. Começamos por analisar as raízes do decrescimento e por descrever o processo de densificação do conceito, desde as conceções ligadas apenas à redução da produção e do consumo, até à sua afirmação como alternativa ao desenvolvimento sustentável, numa recusa clara das propostas do crescimento ou do capitalismo verde. Refletimos também sobre algumas correntes críticas do crescimento económico que são distintas do decrescimento, como o a-crescimento ou a economia estacionária. Em seguida, abordamos o debate em torno da pertinência das propostas do decrescimento para o Sul global, a partir das posições que afirmam que o decrescimento no Norte pode criar espaço ecológico para que o Sul possa crescer. Dedicamos uma parte significativa do capítulo à análise das propostas decrescentistas mais relevantes para o contexto desta Tese: a recusa do imaginário que associa a noção de bem-estar e de reconhecimento social ao consumo; a redução do metabolismo social para um nível situado dentro dos limites ecológicos do planeta; a reconcetualização e o alargamento da noção de trabalho e uma revalorização do lazer e da convivialidade; os mecanismos de redistribuição da riqueza; e uma intensificação da participação democrática. Concluimos este segundo capítulo identificando os diálogos entre as diferentes propostas e correntes do decrescimento, com destaque para aspetos transversais e para a convergência entre o decrescimento e outros movimentos sociais que visam uma transição socioecológica, numa perspetiva de diálogo que não pretende unificar lutas, mas faz do decrescimento um espaço de conexão entre movimentos.

No capítulo 3 sobre Economia feminista do cuidado começamos por um breve enquadramento histórico dos feminismos, com as suas vagas marcadas por lutas diversas. Em seguida, focamos a atenção na interrelação entre capitalismo, patriarcado e racismo e nas diferentes perspetivas face aos sistemas de dominação. Damos conta dos contributos da visão interseccional e da visão consubstancial; das teorias dos sistemas múltiplos e unitária

e, por fim, destacamos a teoria da reprodução social que rompe a dicotomia entre produção e reprodução, mostrando a interdependência que as liga.

Na secção seguinte abordamos a amplificação concetual que as economias feministas fazem das noções de economia, trabalho e (re)produção e, a partir deste momento, focamos nas questões do cuidado. Abrimos uma secção sobre uma noção de cuidado transformadora, fazemos uma incursão na génese do conceito, abordamos a crise global de cuidados como face de uma crise mais sistémica e as propostas que consideram o cuidado como bem-comum, numa conceção que simultaneamente desfeminiza e des-domestica o cuidado. Terminamos esta secção com uma referência mais detalhada ao ecofeminismo enquanto proposta dentro do feminismo que concede especial relevo às preocupações ecológicas, ainda que sob esta designação se agrupem correntes bastante diversas. A penúltima secção deste capítulo é sobre a sustentabilidade da vida, e parte de uma conceção mais lata de economia, trabalho e (re)produção, aliadas a uma visão de cuidado abrangente, reconhecendo a nossa dupla condição de interdependência entre seres humanos e de ecodependência face à natureza. Concluimos com as propostas que ao invés de procurarem democratizar o modelo masculino de provedor universal, defendem uma outra hierarquia de valores em torno da ideia de “pessoa cuidadora universal” (Fraser, 2014) e na última secção debruçamo-nos sobre a relevância do cuidado nas iniciativas locais alternativas.

No capítulo 4, Experimentação social: iniciativas locais alternativas, fazemos a revisão da literatura sobre estas experiências a partir do sentido utópico das suas propostas. Na primeira secção analisamos o papel das utopias na criação de futuros, recorrendo ao conceito de utopias concretas de Ernst Bloch que acionam uma visão crítica do presente e estimulam uma práxis emancipatória. Concedemos também particular atenção ao conceito de utopia real de Erik Olin Wright, que se centra na transformação das instituições sociais e propõe uma ciência social emancipatória. Aludimos às estratégias de erosão do capitalismo propostas por este autor que combinam uma ação intersticial com uma ação simbiótica. A partir deste enfoque sobre as utopias reais e da abertura às possibilidades do ainda-não, começamos a segunda secção deste capítulo com uma reflexão sobre as “outras economias” (Gibson-Graham, 2008), que se regem por princípios distintos dos seguidos pelo mercado e permitem ampliar o conceito de económico e ter uma visão da complexidade inerente a este tipo de relações. Em seguida, dedicamos uma secção ao ecossistema de economias transformadoras, a partir das propostas de Alvaro Porro e de um quadro de análise em torno dos eixos do compromisso ecossocial e das relações de poder. A secção seguinte centra-se nas noções de terceiro setor, economia social e economia solidária e visa clarificar estas designações. Após este enquadramento, entramos na análise da relação entre as iniciativas locais alternativas e a transformação social. Regressamos a Wright e à sua tipologia de estratégias de erosão do capitalismo: a resistência, a fuga, a domesticação e a

desmontagem do capitalismo, e em seguida apresentamos a tipologia de Sánchez Hernández relativa aos diferentes impulsos transformadores que animam as iniciativas locais: oposição, transformação e superação. A sexta secção deste capítulo respeita à delimitação da noção de iniciativa local alternativa (ILA), expressão que adotámos no contexto desta Tese, e à revisão de outras investigações sobre iniciativas locais realizadas em Portugal e em Espanha. Por fim, na última secção, refletimos sobre a relação entre as propostas do decrescimento, das economias feministas e da economia solidária e os aspetos em que se distanciam. Concluimos que não se trata de propostas alternativas e que a sua interligação pode reforçar o potencial emancipatório das iniciativas locais.

A segunda parte da Tese diz respeito ao trabalho empírico e à discussão dos dados. Inicia-se com o capítulo 5, designado Metodologia do trabalho de campo, onde são apresentadas as opções metodológicas e técnicas a que recorreremos no trabalho empírico e é descrita a estratégia de aproximação sucessiva, através de variações de escala. Partimos da revisão de alguns trabalhos de investigação sobre iniciativas locais alternativas realizados na Península Ibérica, cujos objetivos são afins do nosso e identificamos mais detalhadamente aqueles que se revestem de especial relevância para esta investigação. Apresentamos ainda as técnicas de recolha de dados usadas nas diferentes fases do trabalho de campo, desde o momento inicial de aplicação de um questionário *online* a iniciativas locais alternativas, à realização de grupos de discussão organizados regionalmente, entrevistas semiestruturadas a um conjunto mais restrito de iniciativas e, por fim, a realização de entrevistas de *focus group* em sete iniciativas locais. Os capítulos 6 a 9 dizem respeito a cada um destes momentos do trabalho de campo.

No capítulo 6 - Questionário: mapeamento e caracterização do campo - analisamos os dados recolhidos através do questionário de mapeamento inicial, que permitiu conhecer mais transversalmente este universo e criar uma base de informação a partir da qual, posteriormente, procedemos à seleção das iniciativas a estudar em maior profundidade. Aqui, fazemos a caracterização geral das iniciativas, aludimos às motivações que levaram à sua criação, aos objetivos que pretendem concretizar e aos seus referenciais de transformação social. Respondemos também neste capítulo a dois dos objetivos específicos da Tese: mapear e caracterizar iniciativas locais alternativas de Portugal continental e recensear as suas práticas de decrescimento e de cuidado.

O capítulo 7, denominado Grupos de discussão: decrescimento e cuidado, foca-se no resultado dos quatro grupos de discussão realizados, que constituíram uma oportunidade para devolução às iniciativas locais dos resultados da análise ao questionário inicial e para co-construção de noções de decrescimento e de cuidado, a partir das práticas e das reflexões dos/as participantes. Num primeiro momento, damos conta da noção de decrescimento e de cuidado co-construída em cada um dos quatro grupos, e em seguida, relacionamos as

noções de decrescimento e cuidado identificadas com as dimensões de análise relativas ao decrescimento e cuidado, a que também havíamos recorrido no questionário, quando procurámos recensear as práticas das organizações nestas duas vertentes.

O capítulo 8, com o título Entrevistas: o que dizem as práticas locais, trata da análise às entrevistas a onze responsáveis de iniciativas locais alternativas, selecionadas com base em critérios relativos à intensidade da presença das práticas de decrescimento e cuidado, relevância dessas práticas, representatividade das temáticas de intervenção e representatividade regional. Esta fase procurou dar conta da diversidade de iniciativas, mais do que procurar regularidades intra categoriais. Neste capítulo aprofundamos a análise aos objetivos, motivações e à ligação ao espaço/território destas ILA. Discutimos os seus referenciais de transformação social e as noções de decrescimento e cuidado. Terminamos com uma secção dedicada às aprendizagens críticas identificadas pelas iniciativas.

No capítulo 9 - *Focus group*: perspectivas de transformação social e aprendizagens críticas, damos conta do resultado dos 7 *focus groups* realizados. Analisamos novamente os referenciais de transformação social presentes nas ILA, as suas noções de decrescimento e de cuidado e as aprendizagens críticas que marcaram a vida de cada iniciativa, a partir da visão dos/as participantes.

O capítulo 10, intitulado Discussão: as ILA à luz do cruzamento entre as propostas teóricas e a investigação empírica, cruza as propostas teóricas da revisão da literatura com a análise aos dados provenientes do trabalho de campo. Trata-se de um capítulo que integra as diferentes fases do trabalho e que as liga, dialogando também com outras investigações. Fazemos aqui a triangulação dos dados e uma análise mais multidimensional.

Tendo em conta o teor conclusivo da Discussão, a Tese encerra com considerações finais mais sumárias, na qual, além de procedermos ao balanço deste percurso, analisamos criticamente o cumprimento dos objetivos a que nos propusemos e elencamos pistas para futuras investigações.

PARTE I

1. Crises e Alternativas

*Es tarde
pero es nuestra hora.*

*Es tarde
pero es todo el tiempo
que tenemos a mano
para hacer el futuro.*

*Es tarde
pero somos nosotros
esta hora tardía.*

*Es tarde
pero es madrugada
si insistimos un poco.*

Pedro Casaldáliga

1.1. Uma crise com muitas faces

A crise que o mundo enfrenta tem um cariz sistémico e envolve problemas ecológicos de dimensão ímpar, patentes nas alterações climáticas, no esgotamento de recursos naturais e na perda irreversível de biodiversidade, mas também no crescimento das desigualdades e das injustiças sociais, na persistência do patriarcado ou no desequilíbrio das relações planetárias entre o Norte e o Sul globais. No contexto desta Tese, empregamos as expressões Norte e Sul globais como espaço simbólico que dá conta de dois hemisférios distintos, resultantes da linha abissal que divide o mundo, proposta por Boaventura de Sousa Santos e que cria dois universos diferentes, para além do geográfico: o Norte imperial e o Sul colonizado. Essa linha abissal caracteriza-se pela impossibilidade de copresença entre os dois hemisférios por ela divididos (Santos e Meneses, 2009).

José Carlos Venâncio (2021) descreve a situação presente como estando marcada pelo fim da Guerra Fria, pela suposta supremacia do mundo capitalista sobre o socialista e pela emergência do neoliberalismo e da globalização, enquanto horizontes organizativos das economias e sociedades.

O caráter transversal da crise que vivemos é sublinhado por Pablo Sólon ao afirmar que “a humanidade enfrenta não só uma crise ambiental, económica, social, política, institucional ou civilizatória. Todas estas crises são parte de um todo. É impossível resolver uma destas crises sem abordar as outras no seu conjunto” (Solon, 2017a:7). Os alertas sobre a crise sistémica são cada vez mais frequentes e o próprio Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras de 2020 apontou que “estão a ser minadas as capacidades das sociedades para reproduzirem as bases materiais e culturais que permitem cobrir as necessidades individuais e coletivas de maneira adequada”¹. Os riscos que a humanidade enfrenta são também destacados por Michael Löwy quando adverte:

Assistimos, no começo do século XXI, a um ‘progresso’ cada vez mais rápido do comboio da civilização industrial e capitalista em direção ao abismo, um abismo que se chama catástrofe ecológica. É importante levar em conta a aceleração crescente do comboio, a vertiginosa velocidade com a qual se aproxima do desastre. (Löwy, 2013:84)

A complexidade dos problemas sociais e o modo como é feita a sua comunicação representam um desafio profundo. A comunicação, diz-nos Niklas Luhmann (1989), envolve informação, comunicação, propriamente dita, e compreensão - não basta informar, mas também a forma como a crise é comunicada depende da posição em que se situa quem

¹ Retirado de: https://transformadora.org/sites/default/files/2019-03/CAST_Extendida%20EETT_1.pdf consultado em Dezembro de 2020

observa. Para o autor, o que determina os sistemas sociais não são os indivíduos, mas antes as comunicações que estes estabelecem entre si. Luhmann (1989) analisa a forma como a sociedade se pode tornar mais consciente dos problemas ambientais e reconhecer o risco, através da comunicação desses problemas. Há dificuldades em resolver os problemas ecológicos através de apelos e é necessário comunicar os riscos, que são complexos e indeterminados.

A perceção dos problemas está intimamente relacionada com a sua complexidade, o que leva Edgar Morin (2003) a argumentar que a hiperespecialização, ao fragmentar, impede não só que vejamos o global como também impede que vejamos o essencial, porque o dilui. Para Morin um mundo sustentável só poderá ser viável a partir de uma perceção complexa: “há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários” (2003:13). O desafio da globalidade é um desafio de complexidade.

A interdependência que rege a vida no Planeta é visível nos fenómenos que embora localizados num ponto do globo têm repercussões que se estendem a locais distantes e amplitudes imprevisíveis. Esta interdependência está também patente no modo como as alterações climáticas afetam todo o planeta Terra. Porém, ainda que estes impactos sejam globais, eles são também diferenciados, não só porque existem zonas do globo particularmente sensíveis, como também porque há populações mais expostas, pela situação de vulnerabilidade ou pobreza em que vivem.

1.2. A grande transformação

A economia de mercado, naturalizada através do discurso hegemónico neoliberal, é uma construção histórica, fruto de uma mudança profunda, a “*grande transformação*” identificada por Karl Polanyi na obra homónima publicada em 1944, que diz respeito à transformação económica, social e política que teve início no século XVIII e alterou a forma como a sociedade se organizava para fazer face às suas necessidades de aprovisionamento. Polanyi (2016 [1944]) destaca a “falácia economicista” em que se alicerça uma conceção da economia desincrustada ou descontextualizada (*disembedded*) da totalidade social, ou seja, uma economia independente das instituições sociais e da sociedade no seu todo, que veio sobrepor-se e determinar as outras esferas, levando a um reducionismo que fez equivaler os termos “economia” e “mercado” e originou a ilusão, aliás amplamente difundida, de que

a relação entre oferta e procura permitiria uma formação de preços em equilíbrio. As reflexões de Polanyi são ainda hoje de grande atualidade pela forma radical como questionam a conceção do *homo oeconomicus*, centrado na maximização da sua utilidade, e pelo modo como desconstroem a suposta naturalidade do mercado. Também Alain Caillé e Jean-Louis Laville (2007) assinalam que ao contrário de Karl Marx e de Max Weber, que imputavam ao modo de produção capitalista a grande mudança histórica, no caso de Marx fundada no trabalho assalariado e no caso de Weber na racionalização, Polanyi (2016[1944]) não radica a grande transformação no surgimento do capitalismo mas sim nos mercados supostamente autoregulados, distinguindo entre comércio e mercado, pois as trocas praticadas nos locais de mercado não se desenrolam sob os mecanismos teorizados pela ciência económica. Caillé & Laville (2007) destacam que Polanyi diferencia claramente entre comércio e economia de mercado ao mostrar que “tão velha quanto a humanidade, é a prática do comércio; mas este, longe de se organizar necessariamente e sempre sob o modelo do mercado e da oferta e da procura, obedece de facto, na maioria das vezes, à lógica da reciprocidade - isto é, do dom/contra dom, - ou da redistribuição patrimonial ou estatal” (Caillé & Laville, 2007: 83).

As motivações que regem o comportamento económico dos indivíduos são influenciadas pelo ambiente institucional e pela teia de relações sociais que integram. Karl Polanyi (1978) assinalou que apenas numa economia de mercado se poderia considerar que as instituições são determinadas pelo sistema económico. Para ele, a economia liberal, enquanto primeira confrontação dos humanos perante a máquina, constituiu uma quebra violenta face aos períodos precedentes, como é evidenciado na seguinte afirmação:

Deu-se uma reação em cadeia - o que até então eram simples mercados isolados converteu-se num sistema autorregulado de mercados. E com a nova economia surgiu uma nova sociedade. O passo crucial foi o seguinte: trabalho e terra foram transformados em mercadorias, foram tratados como se tivessem sido produzidos para a venda. Evidentemente que, na realidade, não eram mercadorias, uma vez que não eram sequer produzidos (como a terra) ou, quando o eram, não o eram para a venda (como o trabalho). E no entanto nunca houve uma ficção tão completamente eficaz como esta. (Polanyi, 1978:4)

É a partir deste processo criador de “mercadorias fictícias” que se desencadeia um mercado de oferta e de procura de terra e de trabalho, com os respetivos preços, a renda no caso da primeira e o salário no caso do segundo. O processo de “desincrustação” (*disembedding*) consistiu na criação de uma esfera económica independente do mundo social.

Em meados do século XVIII, a Revolução Industrial permitiu a emergência do modo de produção capitalista e o mecanismo de mercado passou a ser determinante. A esfera

económica tornou-se autónoma e veio a sobrepor-se a todas as outras, configurando um processo de agudização progressiva, quando “em nenhuma época anterior ao segundo quartel do século XIX, os mercados foram mais do que um traço secundário na vida social” (Polanyi, 1978:9). A grande transformação conduziu dois séculos mais tarde ao neoliberalismo, a versão radicalizada do poder do mercado que surgiu na Europa Ocidental e na América do Norte após a Segunda Guerra Mundial. Friedrich von Hayek, um dos teóricos mais preeminentes do neoliberalismo, autor de *The Road to Serfdom* (1944) e de *Law, Legislation and Liberty* (1973) sistematiza nesta última obra o seu pensamento económico e defende a “ordem espontânea” do mercado face à “ordem fabricada” da economia planificada. Hayek alerta para o que considera ser o perigo resultante do intervencionismo do Estado na economia e defende um Estado forte, capaz de garantir o controlo, mas sem qualquer intervenção nos mecanismos de mercado, que entende serem uma ameaça à liberdade económica e política. A proposta neoliberal condena o poder detido pelos sindicatos, que considera excessivo e nefasto e vê nos gastos sociais do Estado uma ameaça à livre-concorrência. Segundo Perry Anderson (1995), o neoliberalismo defende a estabilidade monetária, reformas fiscais capazes de incentivar os agentes económicos e um Estado forte, que garanta condições favoráveis ao desenvolvimento dos negócios. Se no início a proposta neoliberal não encontrou terreno fértil, nos anos 70 começou a ganhar força e nos anos 80, com o patrocínio de políticos como Thatcher e Reagan, entre outros, tornou-se a política económica dominante nos países de capitalismo avançado. Esta política foi também seguida pelas grandes instâncias internacionais (Anderson, 1995), vindo mais tarde a criar condições favoráveis para a desregulação financeira e para o investimento especulativo, que estiveram na base da crise de 2007/8.

A calamitosa situação ecológica e de injustiças sociais que hoje enfrentamos é tributária destes mercados financeirizados e globalizados, supostamente livres, e que contrariamente às ideias defendidas pelos teóricos do neoliberalismo, são incapazes de se autorregular de forma automática. Como argumentam Steffen et al. (2011) “os sistemas de crenças e suposições que sustentam o pensamento económico neoclássico, que por sua vez foi um dos principais impulsionadores da Grande Aceleração², são diretamente desafiados pelo conceito do Antropocénico” (2011: 862) ameaçando a viabilidade da civilização contemporânea e a própria existência futura dos seres humanos.

² A Grande Aceleração teve início após a Segunda Guerra Mundial, período em que ocorreu uma mudança sem precedentes em muitos indicadores-chave relativos ao funcionamento do sistema terrestre, que atingiram níveis de crescimento inauditos. Ver: <http://www.igbp.net/globalchange/greatacceleration.4.1b8ae20512db692f2a680001630.html>

1.3. Antropocénico³, Capitalocénico, Crescimentocénico

A história humana é parte da história da vida do planeta e os impactos da ação da humanidade existiram desde sempre. Porém, hoje reconhecemos que o aquecimento global não põe em causa apenas o planeta geológico, ameaça também as próprias condições essenciais à continuidade dos seres vivos, nomeadamente da humanidade, tal como ela se desenvolveu durante o Holocénico⁴. Para Dipesh Chakrabarty (2013) a globalização e o aquecimento nasceram de processos sobrepostos, motivo pelo qual só os poderemos compreender conjuntamente.

As alterações climáticas evidenciam os efeitos catastróficos da cosmovisão que assenta na cisão entre humanos e natureza, reduzindo-se esta última à condição de recurso passível de exploração ilimitada, para alimentar um crescimento económico contínuo: uma impossibilidade evidente se atendermos à finitude do planeta. A pressão humana sobre os ecossistemas assume proporções dramáticas e há um consenso muito alargado sobre a origem antropogénica do aquecimento global. As dúvidas dizem apenas respeito à respetiva intensidade.⁵ Davide Scarso (2018:6) refere que o consenso entre cientistas relativo à origem da mudança climática, uma das faces mais visíveis desta transformação, está entre os 90% e os 100% sendo evidentes sinais de estarmos a entrar num período caracterizado por uma significativa instabilidade climática, com fenómenos extremos cada vez mais frequentes. O *Living Planet Report*⁶ da World Wild Life tem vindo a alertar para a iminência da sexta extinção em massa, pois o Planeta já não comporta estratégias de expansão dos padrões de consumo vigentes, com a conseqüente delapidação dos recursos naturais que lhe está associada. A capacidade de regeneração dos ecossistemas naturais é muito mais lenta que a atual velocidade de extração de recursos e de produção de resíduos, como defende Carlos Taibo ao afirmar que “a cada ano que passa consumimos combustíveis fósseis equivalentes ao que a natureza tardou um milhão de anos a criar” (2019:11).

A escassez dos *stocks* existentes não permite assegurar a continuidade da queima de combustíveis fósseis nem o consumo de outros recursos naturais, hoje muito além das

³ Optámos por usar a expressão Antropocénico, ainda que nas citações sempre que é usada a expressão Antropoceno a tenhamos mantido, por se tratar de um termo mais vulgar, mas em português não europeu. Segundo o site Ciberdúvidas da Língua Portuguesa “em Portugal, deve empregar-se como nome referente à época a forma acabada em -énico – Oligocénico, Miocénico, Pliocénico, Antropocénico”. Ver <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/antropoceno-e-antropocenico/36248>, consultado em 09-10-2021.

⁴ O Holocénico, na escala do tempo geológico, corresponde à época atual.

⁵ Ver The Consensus Project: <http://www.theconsensusproject.com/> e Global Warming and Climate Change Skepticism: <https://skepticalscience.com/>

⁶ Ver *Living Planet Report* <https://livingplanet.panda.org/pt-pt/>

possibilidades da sua reposição. A humanidade enfrenta possivelmente o fim iminente da Era do petróleo barato, que obrigará a perspetivar o aumento constante dos preços de *commodities*, a crescente degradação do ar, da água e do solo e, conseqüentemente, o crescimento dos conflitos sobre o uso da terra, da água ou das florestas, no quadro de uma premente urgência de estabilização do clima global, defende Tim Jackson (2013). O Antropocénico (ou Antropoceno, termo mais vulgar em português não europeu), é um conceito popularizado a partir do ano 2000, lançado inicialmente por Paul Crutzen e Eugene Stoermer a partir do pressuposto de que “teríamos entrado numa nova época geológica, marcada pela força da influência antropogénica na evolução dos sistemas biofísicos terrestres, nomeadamente no que se refere a alterações climáticas, à extinção de espécies naturais e a modificações no uso do solo”, refere João Ferrão (2017:288). Embora a identificação do período em que o Antropocénico se iniciou seja alvo de controvérsias, certamente também relacionadas com a falta de distanciamento face a esta possível Era, muitos autores situam a sua emergência no início da industrialização, no final do século XVIII, intimamente relacionada com a progressiva preponderância da utilização de combustíveis fósseis. Will Steffen, Jacques Grinevald, Paul Crutzen and John McNeill (2011) defendem que “o advento da Revolução Industrial em torno de 1800 fornece uma data de início lógica para a nova época” (Steffen et al., 2011: 842). O período crítico, a designada grande aceleração, corresponde à segunda fase do Antropocénico, por volta de 1950, no pós II Guerra Mundial, com a industrialização, o desenvolvimento técnico-científico, a corrida armamentista nuclear, a explosão populacional e o rápido crescimento económico” (Steffen et al. 2011: 845).

Os dados do IGBP - International Geosphere-Biosphere Programme⁷ evidenciam os impactos da grande aceleração: uma grande intensidade na exploração de recursos finitos, elevadíssimas emissões de dióxido de carbono, aquecimento global, degradação ambiental e perda muito acelerada da biodiversidade do planeta (Ferrão, 2017). O impacto da grande aceleração ocorrida entre 1950 e 2000 é muito evidente, ainda que seja determinada sobretudo pelos países da OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, que correspondem apenas a uma parcela da população mundial. A partir do início do século XXI há uma nova alteração significativa, com países como a Índia e a China a crescerem vertiginosamente, agravando ainda mais a escala dos impactos (Steffen et al., 2011).

O termo “Antropocénico” reúne simultaneamente aspetos ecológicos e geológicos e, embora face aos primeiros exista algum consenso, no que diz respeito aos aspetos

⁷ Ver <http://www.igbp.net/globalchange/greatacceleration.4.1b8ae20512db692f2a680001630.html> consultado em Julho 2019

geológicos, as hesitações são de grande monta. A propósito desta questão, Carlos Marques da Silva (2017) refere que sob a designação “Antropocénico” reúnem-se dois aspetos distintos, ainda que inter-relacionados: a consciencialização relativa ao impacto da ação humana sobre o sistema da Terra e o reconhecimento da Era Antropocénica enquanto unidade formal da Tabela Cronostratigráfica Internacional, sendo esta última questão alvo de uma acesa discussão especializada.

A identificação da Era Antropocénica tem sido objeto de um debate alargado, em disciplinas científicas diversas, junto do público em geral e também com expressões várias no mundo artístico que facilitaram a apreensão da gravidade do impacto da ação humana, e levaram o debate, antes mais circunscrito ao espaço técnico e científico, para a arena política. Carlos Taibo (2019) reconhece esse impacto decisivo quando refere que “ao abrigo desta nova etapa, o Antropoceno, o Homem [a humanidade] converteu-se numa genuína força geológica, que alterou o clima e permitiu que não sejamos apenas grandes predadores, mas também grandes delapidadores de recursos” (2019:10). Michael Löwy, numa linha idêntica, defende que “a crise do capitalismo e a crise ecológica resultam da dinâmica do sistema capitalista que transforma seres humanos e recursos naturais em mercadorias necessárias à expansão dos negócios e à acumulação de lucros” (2013: 79).

Alguns autores, contrapõem à designação Antropocénico / Antropoceno a expressão Capitalocénico ou Capitaloceno, para identificar o capitalismo como um sistema de poder e focar o debate nas causas das mudanças e não nas suas consequências. Jason Moore (2013, 2017, 2018) é um dos autores que destaca o modo como as diferentes designações sublinham aspetos também distintos e opta por trabalhar o conceito de Capitalocénico. Se o Antropocénico concede centralidade ao humano, o Capitalocénico procura entender a crise no contexto do capitalismo. Para Moore o Antropocénico adota uma perspetiva face às mudanças no sistema terrestre alicerçada numa conceção que separa humanidade e natureza, o que o leva a questionar:

estamos realmente a viver o Antropocénico - com o retorno a uma visão curiosamente eurocêntrica da humanidade e da sua dependência de noções e recursos bem estabelecidos e consolidados além de seu determinismo tecnológico - ou estamos a viver no Capitalocénico, uma era histórica moldada por relações que privilegiam a acumulação infinita de capital? (2013:10)

Jason Moore assume que a expressão Capitalocénico é geopoética, um jogo de palavras e uma reação à extraordinária popularidade do Antropocénico, que se veio a tornar um termo facilmente apropriável e conseguiu levar as preocupações ambientais até um público mais vasto. Porém, assinala Moore, ainda que o conceito possa ter relevância, a expressão que designa como “Antropocénico da moda” integra “uma longa série de

conceitos ambientais cuja função é negar a desigualdade e a violência multiespécies do capitalismo e sugerir que os problemas criados pelo capital são realmente da responsabilidade de todos os seres humanos” (Moore, 2018: s/n).

Para Eduardo Barcelos (2019) o Antropocénico descrito “como ‘versão contemporânea’ da crise ecológica trouxe uma virtude importante ao interpretar as implicações das atividades humanas sobre os extratos da Terra” (2019:14). Porém, assinala Jason Moore (2018), a narrativa do Antropocénico oculta as relações diferenciadas de poder, anula as causalidades e os conflitos estruturais:

A popularidade do argumento do Antropocénico não deriva apenas do impressionante corpo de pesquisas em que se baseia. Está mais ligada ao poder da sua narrativa, à sua habilidade de unificar a humanidade e o sistema terrestre num único horizonte. O modo como essa unificação é realizada constitui precisamente a fraqueza do argumento do Antropocénico, a fonte de seu poder falsificador. Porque é uma unidade não dialética; é a unidade do cibernético - um conjunto idealista de fragmentos que ignoram as relações históricas constitutivas que colocaram o planeta à beira da extinção. (Moore, 2018, s/n)

O Capitalocénico surge, pois, como uma recusa do fatalismo do desastre e uma abertura para um debate em torno da possibilidade de construção de alternativas. Eduardo Barcelos (2019) também afirma que a noção de Capitalocénico “desloca o argumento geológico que busca demarcar os ‘picos dourados’ das mudanças ambientais e refuta a ideia de que os problemas do mundo são os problemas criados por todos, quando na verdade foram criados por uma era histórica dominada pelo capital e por uma parcela pequena da humanidade” (Barcelos, 2019:15), concluindo que “a crise ecológica global não é resultado de Todos (a humanidade) contra Um (a natureza), mas da era histórica do capital contra a ampla trama da vida” (Barcelos, 2019:16). Moore acrescenta que a narrativa do Antropocénico e a argumentação sobre a crise ecológica vieram ocultar a necessidade de um trabalho histórico capaz de escavar as suas origens (Moore, 2017).

Porém, o conceito de Capitalocénico também é alvo de críticas de autores e autoras que entendem que ele ignora as experiências socialistas. Stefania Barca corrobora esta ideia mostrando que o problema é comum a todas as sociedades orientadas para o crescimento e assinala que podemos observar que “a maior parte dos regimes socialistas mostraram níveis de devastação ambiental fundamentalmente semelhantes aos do mundo capitalista” (2019:208). Para a autora, o modelo de racionalidade orientado para extrair valor do trabalho humano e não-humano, está presente no capitalismo mas também noutros sistemas sociais não-capitalistas: “o socialismo estatal, como experienciado no bloco soviético ou na China, ou algumas das suas versões pós-coloniais em África, na América Latina e no Sudeste Asiático, mantiveram várias combinações históricas do

colonialismo/racismo, heteropatriarcado/sexismo e/ou supremacia humana/especismo” (Barca, 2020:42).

O argumento de Moore (2018) é distinto porque considera que essas experiências, quer na União Soviética quer na China, não correspondem a longo prazo a uma ruptura fundamental com a tendência capitalista e esses momentos, que define como parciais, não interromperam aquilo que seria a tendência de desenvolvimento da história da ecologia mundial capitalista.

Já Stefania Barca considera a narrativa do Antropocénico hegemónica, por estar ligada a propostas que procuram compatibilizar o crescimento económico com os limites planetários, como é o caso do crescimento verde:

Na sua visão do Antropoceno, a narrativa do crescimento económico moderno reconhece a necessidade de contenção dentro das chamadas fronteiras planetárias; no entanto, também argumenta que os mecanismos de mercado e as tecnologias, se combinados de forma correta, podem assegurar o crescimento económico contínuo dentro dos limites ecológicos. Isto é – na sua verdadeira essência – o paradigma do crescimento verde. (Barca, 2020:27)

Para Barca, esta narrativa está também em consonância com a teoria da modernização ecológica, lembrando que “não obstante a implementação desta abordagem em acordos internacionais de governança ecológica nas últimas três décadas, a ‘modernização ecológica’ não tem cumprido as suas promessas” (Barca, 2020:28), afirmando que “a narrativa do Antropoceno deve ser rejeitada: pela razão que, ao aceitarmos, estamos a subscrever a ideia de que a história chegou ao fim e que não devemos esperar mais resistência” (Barca, 2020: 31).

Para Donna Haraway (2016) o Antropocénico representa mais um evento-limite que uma época, porque marca sobretudo uma descontinuidade forte e constitui uma fronteira, defendendo que em causa está muito mais que as mudanças climáticas:

Trata-se também da enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres etc., em padrões sistemicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema. A recursividade pode ser terrível. (2016, s/n)

A expressão “Crescimentocénico” (*growthocene*) é usada por Ekaterina Chertkovskaya e Alexander Paulsson (2016) que argumentam ser necessário encontrar um termo mais adequado para caracterizar a época em que vivemos, que amplie a própria noção de Capitalocénico. Estes autores contestam a expressão Antropocénico por entenderem que ela sugere que todos os seres humanos são responsáveis pela crise ecológica e por se tratar

de um conceito alheio a diferenças relacionadas com classe, género, raça, geopolítica e com os próprios sistemas económicos. Admitem porém que a ideia de Capitalocénico é mais completa que a ideia de Antropocénico, pois permite compreender os problemas ecológicos e sociais sem os dissociar. Entendem que a expressão tem dificuldade em captar a história ambiental da ex-União Soviética e do Bloco Oriental, onde os problemas ecológicos e sociais foram devastadores e propõem um outro conceito, alinhado com a crítica do decrescimento, simultaneamente desafiador da acumulação de capital e das lógicas do crescimento contínuo e do produtivismo. Desta forma, reconhecem que o capitalismo tem uma enorme responsabilidade mas não está isolado enquanto causa dos problemas que hoje vivemos.

Ainda que o crescimento e a amplificação do capitalismo para uma escala global seja de facto um acontecimento de grande relevo, para Pablo Sólon (2017a) ele não é único pois “o produtivismo e o extrativismo que deram origem ao capitalismo e que sobreviveram inclusive nas economias que queriam superar o capitalismo é outro fator-chave” (Sólon, 2017a: 9).

As raízes antropogénicas das mudanças climáticas permitem supor o fim da distinção humanista entre história natural e história humana. Porém, como destaca Chakrabarty, uma conceção das alterações climáticas apenas centrada nos efeitos do capitalismo não permite que estas possam ser analisadas no quadro de uma nova era geológica, num tempo mais longo, em que elas sobrevivem às próprias mutações históricas que o capitalismo possa sofrer (Chakrabarty, 2013).

Serge Latouche (2012a) reconhece que a lógica do crescimento não é exclusiva do capitalismo e afirma: “não basta pôr em causa o capitalismo. Também toda a sociedade do crescimento deve ser posta em causa (...). Capitalismo mais ou menos liberal e socialismo produtivista são duas variantes dum mesmo projeto de sociedade do crescimento baseado no desenvolvimento das forças produtivas, que se considera favorecer a marcha da humanidade em direção ao progresso” (Latouche, 2012a: 123).

Giorgos Kallis, Federico Demaria e Giacomo D’Alisa, autores igualmente ligados às propostas do decrescimento, entendem que o crescimento, enquanto objetivo social foi comum aos países capitalistas e aos socialistas mas estabelecem uma estreita relação com o desenvolvimento afirmando que “esse consenso sobre o desenvolvimento, que abrange todo o espectro político de esquerda e de direita, inclusive do outro lado da Cortina de Ferro, evacuou o político antes do neoliberalismo: as economias socialistas acabaram parecidas com o capitalismo de Estado, porque permaneceram presas à busca de crescimento e desenvolvimento” (2016a: 32). A sociedade do crescimento, seja numa versão capitalista ou socialista-produtivista, arrasta consigo o agravamento das desigualdades sociais, como ilustram os números das últimas décadas.

As profundas mudanças tecnológicas que permitiram um aumento ímpar da capacidade produtiva a nível mundial não proporcionaram uma diminuição das desigualdades, como veremos adiante: se os níveis de pobreza extrema se têm vindo a atenuar, o fosso que separa os mais ricos dos mais pobres está a aprofundar-se a um ritmo elevado, não sendo ainda possível medir em toda a sua extensão o impacto da pandemia COVID-19. O relatório da ONU *The state of food security and nutrition in the world*⁸ estima que em 2020 um décimo da população global, ou seja, cerca de 811 milhões de pessoas, tenham vivido subalimentadas. Se a década de 2010 foi marcada pela subida dos números da fome no mundo e pela regressão da esperança no seu declínio progressivo, o início da década de 2020 foi marcado pelo aumento da fome, quer em termos absolutos quer proporcionais, a uma taxa superior à do crescimento populacional, levando o mesmo documento da ONU a apontar que cerca de 9,9% das pessoas tenham sofrido de desnutrição em 2020, uma percentagem que em 2019 era já de 8,4%.

A Oxfam (2018) documentou no seu *Annual Report* que assistimos desde 2010 a um aumento histórico do número de multimilionários, classe que tem visto a sua riqueza crescer ao ritmo de 13% ao ano. Este documento revelou que o 1% da população mais rica do planeta detinha mais riqueza que os 99% restantes e que 82% da riqueza gerada em 2017 foi distribuída por apenas 1% da população mundial. Os dados da Oxfam publicados no início de 2021, confirmam este fosso ao referirem que “em apenas nove meses, as 1.000 maiores fortunas do mundo já tinham recuperado as perdas económicas causadas pela pandemia COVID-19, enquanto as pessoas mais pobres podem precisar de mais de uma década para recuperar dos impactos económicos da crise pandémica COVID-19”.⁹

Não obstante a difundida crença no progresso, não houve desenvolvimento capaz de fazer face à situação de milhões de pessoas do planeta que sofrem de fome. Em Portugal, as estatísticas relativas às condições de vida e cidadania publicadas pelo INE¹⁰ (2020) mostram que a pobreza e a exclusão afetam mais de 19,8% da população, especialmente mulheres, para as quais essa taxa sobe para 20,2%.

Estes problemas, que supostamente se circunscreveriam aos países do Sul, não só existem como se têm alastrado no Norte pois o problema da redistribuição da riqueza é planetário e, como refere Pablo Sólon, está alicerçado nas causas estruturais da desigualdade, motivo pelo qual “não é possível modificar substancialmente a redistribuição da riqueza sem alterar substancialmente o poder dos poderosos” (Sólon, 2017b:44). As desigualdades não estão apenas na relação entre hemisférios, pois cresce o Sul dentro dos países do Norte, não no sentido geográfico, mas enquanto Sul metafórico e epistemológico.

⁸ Ver <http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html> consultado em agosto de 2021

⁹ Ver <https://www.oxfam.org/en/research/inequality-virus>

¹⁰ Ver https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

Boaventura de Sousa Santos assinala que o significado de Sul é particularmente complexo no caso da Europa já que a confronta com o “outro”, que tanto existe fora como dentro de si:

O Sul dentro da Europa é constituído, por exemplo, pelos ciganos/roma, pelos imigrantes, e pelos filhos dos imigrantes – alguns dos quais nascidos nesta mesma Europa há várias gerações, portadores de passaportes europeus, sem no entanto serem tidos como ‘europeus como os outros’. (Santos, 2016:33)

A mais transversal de todas as desigualdades, que perpassa classe social, etnia, idade, entre muitos outros fatores de discriminação, é a desigualdade estrutural de poder que afeta as mulheres e que as coloca numa situação de subordinação e de sujeição a atropelos aos seus direitos humanos. Nos últimos anos, autoras como Silvia Federici (2004) ou Amaia Pérez Orozco (2010, 2014), entre muitas outras, têm vindo a assinalar que a crise que enfrentamos tem também de ser pensada à luz desta desigualdade e das assimetrias de poder existentes. O trabalho relativo ao denominado esforço de reprodução social que corresponde às tarefas domésticas e de cuidados, é determinante para o bem-estar coletivo e para a qualidade de vida individual. A sua desvalorização e invisibilização permitem ao capitalismo transferir os custos de reprodução da vida para a esfera privada, e dentro desta, sobretudo para as mulheres, questão que aprofundaremos no capítulo 3. As desigualdades de género são um efeito não só das relações patriarcais, mas também do próprio discurso do desenvolvimento (Lucas dos Santos, 2017), daí a importância de ser trazido para o espaço público o debate em torno do trabalho doméstico e do trabalho do cuidado e de serem questionados os pares duais que separam público/privado, trabalho/emprego ou trabalho remunerado/trabalho não-remunerado pois são dicotomias que invisibilizam sistematicamente o esforço das mulheres.

1.4. Desenvolvimento alternativo ou alternativas ao desenvolvimento

O enfrentamento da crise sistémica desencadeou uma reflexão profunda acerca das respostas que têm sido implementadas ao longo das últimas décadas, nomeadamente as estratégias de ajuda ao desenvolvimento dos países do Sul, onde é notória a incapacidade de fazer face ao agravamento das injustiças sociais relativas à distribuição da riqueza, à persistência da condição desigualitária que afeta transversalmente as mulheres ou à degradação das condições ecológicas do Planeta. A íntima associação entre

desenvolvimento e crescimento económico, não obstante as tentativas para “humanizar” o conceito, tem sido questionada por diversos autores por constituir uma fonte de equívocos problemática, especialmente quando estão em causa as relações entre o Norte e o Sul globais.

As principais críticas ao desenvolvimento prendem-se com a sua relação direta com o modelo de sociedade capitalista e a sua lógica de crescimento económico contínuo; com o seu papel instrumental na dominação colonialista, em articulação com os interesses geoestratégicos do Ocidente e do Norte; e com a sua lógica produtora de desigualdades e de relações de dominação, cujo expoente mais transversal é o patriarcado (Amaro, 2017).

O desenvolvimento nasceu num contexto cultural específico e foi desenhado a partir dos padrões ocidentais de um reduzido número de países, que terão definido os contornos de um mundo desejável, com uma suposta neutralidade que não terá tido em conta a pluralidade de modos de organização da vida em sociedade. Bessa Ribeiro assume uma posição muito crítica, afirmando que o desenvolvimento é um conceito polissémico e contestado que não pode ser compreendido fora do quadro da modernidade capitalista: “embora esteja hoje globalizado, o conceito tem origem ocidental e surge muitas vezes associado a outros como o de modernização, progresso e crescimento” (2015:40).

Autores como Arturo Escobar (1998), Gustavo Esteva (2009), Gilbert Rist (2008), Vandana Shiva (1994) entre outros, foram construindo um quadro crítico que paulatinamente visou desconstruir a ideologia do desenvolvimento e evidenciar o modo como as políticas de desenvolvimento implementadas ao longo das últimas décadas, muito ligadas a agências internacionais e no âmbito do auxílio aos países ditos subdesenvolvidos, não constituíram uma resposta eficaz para fazer face aos problemas que visaram resolver, antes resultaram de uma posição eurocêntrica que pretendeu impor à escala global uma visão única e redutora daquilo que seriam escolhas para o presente e para o futuro de uma grande diversidade dos coletivos humanos.

O debate sobre os objetivos do desenvolvimento e os seus resultados, quer sociais, quer ecológicos é antigo. Com a publicação nos Estados Unidos em 1962 do livro *Silent Spring*, de Rachel Carson, que mostrou o impacto do uso do DDT (diclorodifeniltricloroetano) na agricultura, os problemas ambientais tornaram-se mais presentes na agenda pública. Nessa senda, o relatório *Os Limites do Crescimento* (Meadows et al., 1972), veio uma década mais tarde, antecipando a crise petrolífera de 1973, apelar à redução do consumo de recursos, tendo em vista a necessidade de se estabelecer um maior equilíbrio ecológico. O relatório centrou a sua análise em cinco vertentes: população mundial, industrialização, poluição, produção de alimentos e esgotamento de recursos, assumindo uma rutura com a ideia hegemónica de crescimento económico contínuo para absorção dos ganhos de produtividade.

Em 1975 é publicado o relatório *What Now?* da Dag Hammarskjold Foundation que considerou o desenvolvimento um fenómeno global, e de modo inovador veio a afirmar que ele que não diz respeito apenas ao Terceiro Mundo mas a todos os países, questionando as estratégias de desenvolvimento em curso nessa época. O *What Now?* sublinha que o desenvolvimento não é exclusivamente um processo económico mas sim um conjunto complexo que deve partir da endogeneidade de cada sociedade. O relatório, no rescaldo da crise petrolífera de 1973, alertou para necessidade de combate ao consumismo, nomeadamente através da criação de limites ao consumo de petróleo e de carne, do uso mais eficiente dos edifícios, da extensão da vida dos bens, da disseminação do transporte público em detrimento do privado e defendeu o estabelecimento de um comércio internacional mais justo.

Impactante foi também o relatório Brundtland, *Our Common Future*, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, que afirmou o conceito de “desenvolvimento sustentável” e colocou o tema na agenda das cimeiras internacionais, procurando encontrar uma via que pudesse de alguma forma harmonizar os imperativos ecológicos e o crescimento económico.

Os anos 90 do século passado ficaram indelevelmente marcados pela conceção de desenvolvimento de Amartya Sen, prémio Nobel da Economia em 1998, que se afastou das posições que fazem equivaler o desenvolvimento ao crescimento económico e ao incremento do produto interno bruto (PIB). Para Sen “o desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza” (Sen, 2003:19) isto é, como expansão do leque de escolhas que as pessoas podem fazer. Amartya Sen considera que o crescimento económico tem um papel instrumental, na medida em que é um meio que permite a ampliação das capacidades humanas. A liberdade, por seu turno, é simultaneamente um fim e um meio. O autor identifica aquelas que designa por liberdades mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar na vida da comunidade. A sua definição de desenvolvimento humano pode resumir-se na fórmula “liberdade para ser e para fazer”.

Amartya Sen teve grande influência em instâncias internacionais como a ONU e desempenhou um papel central na equipa que criou o Índice de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A visibilidade que este índice granjeou permitiu um avanço notável na separação entre os conceitos de crescimento económico e de desenvolvimento. As críticas a Sen vieram incidir sobretudo no facto de a sua visão não ter em conta as desigualdades estruturais e não dar relevo à dimensão social da vida coletiva, adotando uma perspetiva centrada numa conceção atomizada do indivíduo. Pedro Hespanha e Luciane Lucas dos Santos destacam “a sua conexão com um

discurso de desenvolvimento económico focado nas capacidades do ‘indivíduo’ (...) e, por isto mesmo, pouco crítico em relação às assimetrias económicas estruturais na distribuição dos recursos em diferentes contextos” (Hespanha e Lucas dos Santos, 2016:26), autores que contrapõem à proposta de Sen a necessidade de uma perspectiva que considere o indivíduo inserido num coletivo e que seja capaz de reconhecer outras racionalidades produtivas, onde as dimensões não-económicas do económico possam ser tidas em conta. Dão como exemplo a autonomia das pessoas, as redes de apoio, a democracia e a valorização dos diferentes saberes e temporalidades.

A partir dos anos de 1990, as críticas ao desenvolvimento foram sendo assumidas cada vez com maior contundência, sobretudo por autores do Sul global, entre os quais Arturo Escobar (1998) que desempenhou um papel central com a sua obra *La invención del tercer mundo: Construcción y Deconstrucción del Desarrollo*. Um outro contributo estruturante veio de Gilbert Rist, com a publicação do livro *The History of Development: From Western Origins To Global Faith* (2018[1997]), que adensou a corrente que estruturaria o movimento intelectual em torno da possibilidade de uma Era de pós-desenvolvimento (Radomsky, 2011).

A contestação das políticas de desenvolvimento e do conceito que lhes é inerente foi também cimentada pelos trabalhos de Arturo Escobar (1998), como destaca Radomsky (2011) na seguinte afirmação:

As formas de conhecimento local e modelos de compreensão da natureza são sacrificados em favor de um modo racional de governo com a constituição de programas de alavancagem económica, supostamente geradores de bem-estar de populações entendidas como pobres. Portanto, para Escobar não há espaços para reparação do desenvolvimento, a necessidade é uma superação do modelo como um todo. (Radomsky, 2011:153)

Ainda no âmbito das contundentes críticas ao conceito de desenvolvimento destaca-se Gustavo Esteva, nomeadamente em dois livros publicados no início dos anos 1990: *Le Nord Perdu* escrito com Gilbert Rist e Majid Rahnema onde assina o capítulo Re-desenvolvimento e no *The development dictionary: a guide to knowledge as power* coordenado por Wolfgang Sachs onde é responsável pela entrada *Desenvolvimento* e afirma tratar-se de uma palavra “sobrecarregada e sem sentido crítico, já condenada à extinção” (Sachs, 1996:52). Gustavo Esteva questiona as políticas multilaterais que visaram levar o desenvolvimento a todo o planeta:

As quatro décadas de desenvolvimento foram uma experiência gigantesca e irresponsável, que de acordo com a experiência das maiorias em todo o mundo, fracassou miseravelmente. A crise

atual é a oportunidade de dismantelar a meta de desenvolvimento em todas as suas formas. (Esteva, 2009:1)

Recorde-se que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento foi fundado em 1965 com o mandato de promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza. Os atuais 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 20-30¹¹ seguem uma linha tributária dessa longa experiência, sem que a humanidade tenha assistido à erradicação da fome ou à redução das assimetrias na distribuição do rendimento, que na realidade se têm vindo a agravar.

A problematização do conceito de Desenvolvimento não é simples nem pacífica dado tratar-se de um conceito ambíguo, que tem sido sujeito a algumas reformulações que o procuram ligar a processos de reforço da autonomia dos territórios, processos de democracia participativa de base local, etc. Na verdade, as limitações do conceito estão bem patentes na sua prolífica adjetivação: integrado, sustentável, ecológico, humano, local, etc. Não obstante toda a roupagem que visou uma ressignificação, a linha crítica do desenvolvimento considera que apenas se trata da busca permanente de novas legitimações, dado que o desenvolvimento dito sustentável não foi capaz de fazer face aos desafios ecológicos e sociais que se foram progressivamente agravando. Gilbert Rist sublinha que “o desenvolvimento tem uma aura de autoevidência e de universalidade porém o conceito foi construído no âmbito de um contexto político e cultural” (Rist, 2008:2). O desenvolvimento como padrão foi definido a partir de um reduzidíssimo número de países que se afirmaram como modelo universal e tem implícita uma visão linear que separa os países em categorias: subdesenvolvidos, em vias de desenvolvimento e desenvolvidos, colocando atividades, países, regiões ou continentes numa escala qualitativa, como refere Bessa Ribeiro:

Quer seja visto como progresso, crescimento ou modernização, o desenvolvimento, pelo menos na sua configuração hegemónica, é amparado por um olhar evolucionista sobre a história, no qual prevalece a ideia da superioridade da economia e da cultura ocidentais. Por conseguinte, a mudança só tem uma única direção possível: do atraso para o desenvolvimento, isto é, do dito primitivo, arcaico e tradicional para o alegadamente moderno, capitalista e desenvolvido. (Ribeiro, 2015:49)

Ao tornar-se universal, o conceito criou uma métrica que veio invisibilizar tudo o que se afasta dos padrões ocidentais dominantes. A sua pressão uniformizadora está patente no modo como foram reproduzidos conceitos universalistas de pobreza e riqueza, como destaca Lucas dos Santos (2017), acrescentando que o desenvolvimento se constituiu como

¹¹ Ver <https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>

métrica a partir da qual se passaram a analisar populações e economias e se legitimaram intervenções.

Há grandes dúvidas face aos objetivos subjacentes às ações ditas de desenvolvimento, que podem camuflar interesses ligados ao crescimento económico contínuo, à expansão ou manutenção do domínio sobre os países do Sul, justificados com supostas preocupações generosas e o imperativo de pôr fim à pobreza. Fernando Bessa Ribeiro assume uma posição de crítica muito forte face às estratégias de desenvolvimento:

as consequências estão à vista: destruição acelerada dos ecossistemas e da biodiversidade, ‘efeito de estufa’ e aquecimento do planeta, desertificação e envenenamento dos solos e da água, comprometendo um futuro viável para as sociedades humanas. Se a longo prazo a degradação ambiental pode colocar em causa a existência de vida no planeta, no presente os seus impactos são já socialmente devastadores, fazendo-se sentir sobretudo nos países pobres. (Ribeiro, 2015:38)

O conceito de desenvolvimento assumiu a experiência histórica e o imaginário de alguns países europeus considerados desenvolvidos, como se de uma opção politicamente neutra se tratasse, como refere Bessa Ribeiro ao defender que “é atinente que as ciências sociais e seus produtores dialoguem e participem com os demais cidadãos nos debates públicos sobre os problemas, perspectivas e caminhos possíveis para a construção de um mundo melhor para todos e ambientalmente viável, em lugar de um mundo desejável para alguns” (Ribeiro, 2015:45-46).

Associada ao termo está uma direção que não pode ser desligada do contexto em que o conceito foi produzido e dos valores (ocidentais) que lhe são inerentes. Porém, não é possível reconhecer qualquer visão de “mundo desejável” universal e neutra. Aliás, Rist sublinha que o “principal defeito da maioria das pseudo-definições de ‘desenvolvimento’ está no facto de se basearem no modo como cada pessoa (ou grupo de pessoas) desenha as condições ideais de existência social” (Rist, 2008:10). Sousa Santos adota uma perspectiva de rejeição similar ao considerar que “colonialismo, evangelização, neocolonialismo, imperialismo, desenvolvimento, globalização, ajuda externa, direitos humanos, assistência humanitária são exemplos de algumas das diretivas das soluções eurocêntricas para os problemas do mundo” (Santos, 2016:27).

Contestar o conceito de desenvolvimento afigura-se extraordinariamente difícil pelo imaginário que convoca e que comumente assume contornos muito positivos. Na maioria dos contextos está associado ao bem-estar e é reforçado pela ideia, amplamente disseminada pela sociedade do crescimento, que liga de forma direta a possibilidade de consumo ao acesso a *status* social e ao bem-estar, deixando de lado outros aspetos da vida. O desenvolvimento sustentável para Kallis, Demaria e D’Alisa (2016) “despolitiza

antagonismos políticos genuínos sobre o tipo de futuro que se quer habitar; transforma os problemas ambientais em problemas técnicos, prometendo soluções em que todos ganham e tem o objetivo (impossível) de perpetuar o desenvolvimento sem prejudicar o meio ambiente” (2016:31).

Alguns autores como Roque Amaro (2017), ainda que partilhem das críticas ao conceito de desenvolvimento, rejeitam o simplismo da dicotomia entre “desenvolvimento alternativo” e “alternativas ao desenvolvimento”, posição contrária à de Boaventura Sousa Santos quando afirma que “a falência da miragem do desenvolvimento é cada vez mais evidente, e em vez de se buscarem novos modelos de desenvolvimento alternativo, talvez seja tempo de começar a criar alternativas ao desenvolvimento” (2000:28). Também Gustavo Esteva rejeita uma via conciliatória afirmando que “precisamos de nos opor com firmeza à expectativa de vida adicional que se quer dar ao desenvolvimento com a criação de alternativas. Já sofremos as consequências de adjetivos cosméticos, que tentavam dissimular o horror: desenvolvimento social, integral, endógeno, humano, ‘outro’ ” (Esteva, 2009:1).

1.5. Pós-desenvolvimento

As correntes que podemos situar no pós-desenvolvimento surgiram sobretudo a partir dos anos 1990 e permitiram superar alguma da tensão gerada por um conceito polissémico, cujos significados são muitas vezes antagónicos, como é patente, por exemplo, nas expressões “desenvolvimento de países do terceiro mundo” ou “desenvolvimento comunitário de base local” que revelam o uso do termo com sentidos diversos, por vezes contraditórios e ambíguos. Radomsky (2011) nota que há uma série de questões ainda em aberto na discussão entre desenvolvimento e pós-desenvolvimento e conclui que “talvez a mais evidente seja a ambiguidade do que seria uma transformação do desenvolvimento como narrativa generalizante e associada à modernidade/colonialidade, e recentemente à globalização, para uma abertura em direção aos processos locais, diferenciados, heterogéneos e endógenos, quiçá autónomos, de desenvolvimento” (Radomsky, 2011:159).

Em 1992, na primeira grande publicação ligada à corrente do pós-desenvolvimento, Wolfgang Sachs, seu organizador, declara na abertura “os últimos 40 anos podem ser designados por idade do desenvolvimento. Esta época está a chegar ao fim. Chegou a hora de escrever o seu obituário” (Sachs, 1996:1). As quatro razões avançadas foram: a escala evolutiva proposta pelo desenvolvimento, no topo do qual estavam os países industrializados; o facto de o desenvolvimento ter sido um instrumento da Guerra Fria que,

com o seu fim, perdera sentido; o falhanço dos programas de desenvolvimento na redução do fosso entre os países mais ricos e mais pobres; e por fim, a tentativa de universalização de um modelo de sociedade contextual (Ziai, 2015). A afirmação do pós-desenvolvimento como corrente assumiu, refere Roque Amaro (2017) “o fim da era do desenvolvimento e o início de uma nova era, liberta das influências negativas de um conceito, dominado por intenções geo-estratégicas de natureza capitalista, colonialista e patriarcal” (2017:82). O pós-desenvolvimento veio recusar o eurocentrismo, sem o querer substituir por um modelo de sociedade único, mas antes por uma abertura à diversidade de culturas e experiências, refere Ziai:

O objetivo central não era incrementar a ajuda ao desenvolvimento e encontrar caminhos para atingir o desenvolvimento no Sul global, mas revelar as relações de poder no conhecimento sobre desenvolvimento, questionando frequentemente de forma aberta o Eurocentrismo e a alegada superioridade da ideia de ‘sociedades desenvolvidas’. (Ziai, 2015:144)

Embora reconheça pertinência às principais críticas feitas ao conceito de desenvolvimento, Roque Amaro assume uma posição distinta face à radicalização do debate considerando que “em vez de uma postura radical de disjunção, entre ‘desenvolvimento’ e ‘pós-desenvolvimento’, que se rejeita, opta-se por considerar e incluir na equação um terceiro elemento, o ‘desenvolvimento alternativo’, que permite uma abordagem mais flexível, tornando-a copulativa” (Amaro, 2017:104). Neste sentido, discorda da cisão entre desenvolvimento alternativo e alternativas ao desenvolvimento por considerar que há caminhos e experiências que “estão nas encruzilhadas e nos diálogos entre os ‘desenvolvimentos alternativos’ (alguns) e as ‘alternativas ao desenvolvimento’ (algumas), e não na recusa radical de uns, a favor de outras” (Amaro, 2017:87). Em suma, considera que o desenvolvimento alternativo resulta de reformulações e renovações do conceito de desenvolvimento, como o desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento local, entre outras. Também Ribeiro (2015), ainda que rejeite o desenvolvimento enquanto ideologia do progresso, destaca o papel das soluções ancoradas no território e na valorização das suas capacidade e atores que buscam promover um desenvolvimento de base local, capaz de reforçar a autonomia das regiões e dos países e considera que estes processos permitem concretizar soluções alternativas de desenvolvimento. Existem condicionalismos exercidos pelas dinâmicas globais nas estratégias de base local mas, como refere Bessa Ribeiro, estas “serão mais facilmente exequíveis e bem-sucedidas sempre que os territórios, regiões ou países possuam dimensão demográfica e económica, capacidade técnica e determinação política para defender uma agenda deste teor no exterior, nomeadamente junto dos outros estados-membros, como acontece com os países que fazem parte da UE” (Ribeiro, 2015: 86). O autor reconhece em simultâneo a margem de autonomia possível no

desenvolvimento local, que não pode desligar-se do contexto global concluindo que “é, assim, relevante a capacidade de iniciativa e de ação dos governos locais e nacionais na defesa dos interesses dos seus territórios e populações” (Ribeiro, 2015: 86).

A conceção de pós-desenvolvimento de Gibson-Graham (2005)¹² é particularmente interessante na análise de iniciativas de base local, porque abre caminho a uma reflexão que podemos situar para além da crítica ao desenvolvimento:

A agenda pós-desenvolvimento não é, a nosso ver, anti-desenvolvimento. O desafio do pós-desenvolvimento não é desistir do desenvolvimento, nem ver todas as práticas de desenvolvimento - passado, presente e futuro, em países ricos e pobres - como manchadas, fracassadas, retrógradas; como se houvesse algo necessariamente problemático e destrutivo sobre as tentativas deliberadas de aumentar o bem-estar social por meio da intervenção económica; como se houvesse um espaço de pureza além ou fora do desenvolvimento que pudéssemos acessar por meio da renúncia. O desafio é imaginar e praticar o desenvolvimento de maneira diferente. (Gibson-Graham, 2005: 6)

Para Gibson-Graham (2005) o pós-desenvolvimento, ainda que partilhe a crítica ao desenvolvimento *mainstream*, constitui “uma rutura radical com um estilo de pensamento que sustenta a crítica do desenvolvimento” (2005:4).

As autoras, a partir da sociologia das ausências e da sociologia das emergências de Boaventura Sousa Santos, consideram que a proposta crítica do pós-desenvolvimento permite contrariar a lógica monocultural de produção de ausências e criar uma alternativa à experiência hegemónica, já que para cada um dos cinco modos de produção de ausência são contrapostos cinco ecologias: dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das transescalas e da produtividade (Gibson-Graham, 2005:5).

A produção de realidade como “não existente” destacada por Sousa Santos está presente no modo como a ideologia do desenvolvimento veio justificar a sua própria necessidade. A sociologia das emergências abre espaço à investigação das alternativas, ao “ainda-não” e amplia o horizonte das possibilidades concretas. Sousa Santos considera que “enquanto a sociologia das ausências amplia o presente, juntando ao real existente o que dele foi subtraído pela razão metonímica, a sociologia das emergências amplia o presente, juntando ao real amplo as possibilidades e expectativas futuras que ele comporta” (Santos, 2002:256).

¹² Gibson-Graham é o pseudónimo de Katherine Gibson e da falecida Julie Graham, economistas políticas feministas e geógrafas da University of Western Sydney, Austrália e na University of Massachusetts Amherst, EUA.

Boaventura Sousa Santos assinala as cinco monoculturas produtoras de ausências: a monocultura do saber, que reconhece apenas a ciência moderna e a alta cultura; a monocultura do tempo linear que atribui à história um único sentido, que a lógica desenvolvimentista faz equivaler ao progresso e que coloca os países como mais atrasados ou mais avançados; a monocultura da classificação social, que naturaliza as diferenças e invisibiliza as hierarquias que lhes estão subjacentes, bem como as relações de dominação que as sustentam e alicerça a atribuição de uma missão civilizadora ao homem branco; a monocultura da escala dominante, que reconhece apenas o universal e o global, tornando irrelevante a dimensão contextual e descredibilizando a singularidade e particularidade; e a monocultura do produtivismo capitalista, que constitui a base ideológica em que assenta a busca do crescimento económico contínuo e a mercadorização da natureza, do tempo, do trabalho, reconhecendo-se apenas aquilo que pode contribuir para a geração de lucro (Santos, 2002).

A posição de Gibson-Graham procura contrariar a visão hegemónica da economia dominante, caracterizada pelas transações orientadas para o mercado, pelo trabalho assalariado e pelas empresas capitalistas através do conceito de “economias diversas”, que torna mais visível o económico em sentido amplo, isto é, com todas as atividades que sustentam a sobrevivência e o bem-estar (Gibson-Graham, 2005:12), recusando-se a aceitar que apenas algumas atividades possam ter valor, isto é, apenas aquelas que ocorrem dentro da lógica capitalista, ao mesmo tempo que é negado valor a todas as outras, como o autoemprego, as trocas, o pagamento em géneros, o trabalho em reciprocidade, em suma, tudo aquilo que uma visão capitalocentrica invisibiliza. Para estas autoras as “outras economias” constituem uma grande riqueza pela diversidade de práticas económicas que encerram, o que as leva a concluir que “talvez o maior desafio para uma agenda pós-desenvolvimento não esteja tanto na criação de novas teorias e estratégias, mas nos sujeitos que são constituídos pela prática do desenvolvimento” (Gibson-Graham, 2005:20).

1.6. Das cosmovisões às propostas alternativas

A crise sistémica e as vias para a sua eventual superação estão na base da construção de propostas alternativas que adotam enfoques diversos e procuram assegurar a sustentabilidade da vida em condições de justiça social. Estas alternativas convocam utopias que recuperam a fratura entre os seres humanos e a natureza. Comportam processos que reforçam a aprendizagem e a transformação pessoal, envolvem um reforço da dimensão coletiva da vida, seja através de maior enraizamento na comunidade ou de

processos de participação cívica. Apontam ainda para um menor dispêndio de energia pela via da “simplicidade voluntária” e pela opção por uma vida mais frugal. Concedem um lugar de destaque ao cuidado, opondo-se à lógica economicista do patriarcado: cuidar dos ecossistemas, das pessoas e de si, ou seja, adotam uma responsabilização individual e coletiva pelo presente e pelo futuro da vida na Terra. Assentam pois no reconhecimento de que há outros presentes e futuros possíveis, permitindo que ganhem espaço leituras do mundo diversas. Estas propostas são plurais e não parece plausível que existam caminhos universalmente válidos, já que as alternativas são multiformes e têm sujeitos diversos (Dilger, Lang e Neto, 2016: 43). Os seus horizontes são os “bons viveres”, no plural, contextualizados e baseados na aprendizagem coletiva, para superar o capitalismo mas também as dimensões do patriarcado, do colonialismo e a predação da Natureza, todas elas interligadas.

Felix Guattari (2012) propõe a noção de ecosofia, que assenta num entendimento amplo da ecologia, articulando três dimensões: a ambiental, a das relações sociais e a da subjetividade humana. Este autor considera plausível a hipótese de uma implosão da humanidade, caso não exista uma articulação entre estas três dimensões:

se não houver uma rearticulação dos três registos fundamentais da ecologia, podemos infelizmente pressagiar a escalada de todos os perigos: os do racismo, do fanatismo religioso, dos cismas nacionalistas caindo em fechamentos reacionários, os da exploração do trabalho das crianças, da opressão das mulheres... (Guattari, 2012: 16-17)

Para este autor é imprescindível que a resposta à crise ecológica ocorra à escala global e constitua “uma autêntica revolução política, social e cultural reorientando os objetivos da produção de bens materiais e imateriais” (Guattari, 2012: 9).

As alternativas são um território ainda em gestação, e, como diz João Inácio Roberto, “investigar alternativas à globalização é explorar uma área plena de incertezas, de dúvidas e desafios. Avistam-se utopias para lá da fronteira das exatidões” (2017:57), onde, refere o autor, tem imperado mais a preocupação relativa à incerteza que estes novos caminhos envolvem que a preocupação face à elevada probabilidade de catástrofe.

Entre as grandes linhas de pensamento crítico que podemos situar no campo das alternativas societais, pela relevância que assumem nos debates atualmente em curso, sejam estes de cariz mais académico ou no âmbito dos movimentos sociais e da experimentação social, destacamos o *buen vivir*, o *ubuntu*, os *comuns*, o decrescimento e as economias feministas. Apresentamos em seguida algumas linhas que situam estes processos no campo das propostas alternativas.

1) **Buen vivir ou vivir bien** — uma proposta inspirada na cosmovisão dos povos andinos da América do Sul que resulta da tradução de expressões como *sumak kawsay*, em quechua ou *suma qamaña*, em aymara, cujos significados são diversos entre si mas que podemos considerar equivalentes a vida plena, vida harmoniosa, vida sublime, ou saber viver, entre outros (Solón, 2017b). Estas expressões assentam numa cosmovisão que procura compreender o todo, a “Pacha”, através de uma conceção filosófica do tempo e do espaço não lineares, onde o passado e o presente têm uma relação dinâmica e onde para *vivir bien* é necessário estar em harmonia com o todo. Os seus aspetos mais distintivos são a compreensão do todo, a multipolaridade e a busca incessante de equilíbrio (Solón, 2017b). No *buen vivir* a separação natureza e sociedade não é reconhecida pois no centro da comunidade está a natureza.

Ainda que o *buen vivir* tenha raízes nas diferentes sociedades andinas, Eduardo Gudynas (2016) assinala que “é baseado no pensamento crítico dentro da tradição ocidental. As duas fontes mais importantes são o ambientalismo, que propõe os direitos da natureza, e o novo feminismo que questiona centralidades patriarcais e reivindica uma ética do cuidado” (Gudynas, 2016: 262). Para este autor o *buen vivir* não é uma ideia ‘indígena’ romântica, é antes uma “crítica radical a todas as formas de desenvolvimento e às suas bases concetuais e uma consequente defesa de alternativas que sejam pós-capitalistas e pós-socialistas” (2016:261). O conceito opõe-se à ideia convencional de desenvolvimento, o que é patente na rejeição da visão linear do progresso e na recusa da associação entre bem-estar e consumo material (Gudynas, 2016). O *buen vivir* é um conceito em disputa, sobretudo desde a sua institucionalização nas constituições da Bolívia e do Equador, que embora tenham partido da aceção radical desta filosofia, acabaram por criar uma versão que, paradoxalmente, procura ser consentânea com a lógica do desenvolvimento.

2) **Ubuntu** — conceção bastante difundida no continente africano, nascida na África austral mas presente em toda a região subsariana. O *Ubuntu*, segundo Mogobe Ramose (2002) entende que o ser humano é um ser em relação, um “ser-com-os-outros”, num movimento de “ser-sendo”. O *ubuntu*, afirma Ramose, “assume a posição ética segundo a qual ser humano é cuidar de si e dos outros. Como lema, o *ubuntu* afirma: uma pessoa é uma pessoa por meio de outras pessoas. Um humano é ser e devir em relação e em interdependência com outros” (Ramose, 2002:273), onde o conceito de “outros” não é antropocêntrico, pois está ancorado num princípio ético de promoção da vida através do cuidado e de uma relação de partilha entre seres humanos, destes com o ambiente mais amplo de que fazem parte, e inclusive, da partilha com as gerações futuras (Ramose, 2002). Para este autor o *ubuntu* cria as bases de um imaginário alternativo ao crescimento e ao desenvolvimento, o que o coloca entre as fontes de inspiração do decrescimento.

3) **Comuns** — linha que se caracteriza pelo estabelecimento de relações colaborativas e por práticas de gestão comunitária. Para Christophe Aguiton “são essencialmente processos de gestão social sobre diferentes elementos e aspetos necessários a uma coletividade humana” (Aguiton, 2017:79). O debate em torno dos *comuns* (*commons*) foi lançado em 1968 com a publicação do artigo de Garret Hardin “A Tragédia dos Comuns” onde o autor considera que os indivíduos são apenas motivados pelo seu interesse pessoal e, ao atuarem dessa forma, destroem os recursos comuns. Hardin exemplifica com o uso das pastagens: os agricultores utilizariam primeiro as pastagens comuns e só quando estas estivessem exauridas é que pastariam o gado nas suas pastagens privadas, destruindo assim um recurso comum. Elinor Ostrom (1990) veio defender que a teoria de Hardin não estava completa porque “os bens comuns podem ser controlados eficientemente quando um coletivo de seres humanos assegura a sua gestão e manutenção” (Aguiton, 2017:82). Ostrom entende que é possível criar sistemas sustentáveis através da gestão direta e do cuidado, conseguidos pelo estabelecimento de normas sociais e de acordos institucionais pois “os comuns requerem um envolvimento participativo e não apenas a transformação das estruturas de poder político” (Aguiton, 2017:94). Os *comuns* distinguem-se dos bens públicos fornecidos pelo Estado e dos “bens comuns da humanidade”, como o sol, o ar ou a água. Podem ser uma pastagem, um bosque, uma habitação ou assumir a forma digital, como a wikipédia e a internet, por exemplo. Aquilo que os singulariza é o processo de gestão comum. Criar progressivamente mais *comuns* (*commoning*) é atuar no sentido de promover o seu florescimento e ampliar as alternativas face à provisão de bens.

4) **Decrescimento** — tema que aprofundaremos no capítulo 2. Como a própria designação sugere, assume uma posição muito crítica face à ideia hegemónica do imperativo de crescimento económico que caracteriza as sociedades capitalistas e apela a uma transformação socioecológica profunda. No seu cerne podemos situar a repolitização do debate sobre a sustentabilidade e o questionamento do consumo excessivo que ocorre nos países industrializados, só possível através de um processo de extração de recursos que põe em causa a vida no planeta, tal como a conhecemos hoje. Serge Latouche, um autor fundacional nesta discussão, tem um posicionamento de rejeição do desenvolvimento, patente por exemplo quando afirma que “de facto, a farsa do desenvolvimento duradouro diz respeito tanto ao Norte como ao Sul e os perigos do crescimento são agora planetários. Foi assim que nasceu a proposta do decrescimento” (Latouche, 2012a:81). O decrescimento não corresponde apenas a uma redução da produção e do consumo, pois propõe uma sociedade radicalmente diferente, com um imaginário ligado ao bem-estar que pode ser resumido no lema “viver melhor com menos”.

5) **Economia feminista**, analisada com maior detalhe no capítulo 3. Corrente crítica, com raízes nos movimentos feministas dos anos 70 do século passado mas que se desenvolveu sobretudo nos anos 90, quer de um ponto de vista mais académico, quer no âmbito de movimentos sociais. Comporta um alargamento do conceito de economia, que para além das dimensões relativas à produção para o mercado, passa a incluir também todo o esforço de reprodução social. A economia feminista destaca que a produção mercantil e a reprodução social são duas dimensões interligadas e interdependentes (Picchio, 2016).

Aram Ziai analisa a proximidade face ao pós-desenvolvimento de três grandes cosmovisões distintas: o *buen vivir*, muito ligado à América do Sul; o *ubuntu*, proposta que situamos na África Subsariana embora esteja disseminado pelo continente africano; e o decrescimento, que surge a partir do contexto Europeu. Na sua análise Ziai parte dos cinco critérios identificados por Arturo Escobar em 1998 para classificar uma abordagem face ao pós-desenvolvimento que são:

Interesse não no desenvolvimento alternativo, mas em alternativas ao desenvolvimento, portanto, uma rejeição de todo o paradigma; interesse pela cultura e pelo conhecimento local e defesa das diferenças culturais; uma postura crítica em relação aos discursos científicos estabelecidos, negando o seu *status* de única forma válida de conhecimento; a defesa e promoção de movimentos de base pluralistas e localizados; uma crítica do crescimento económico, do modelo do *homo oeconomicus*, e da economia como ciência. (Ziai, 2015: 145)

Ziai conclui que o *buen vivir*, mesmo nas suas variantes, cumpre totalmente os cinco critérios para ser enquadrado no campo do pós-desenvolvimento e reconhece o sucesso do conceito, ainda que não desvalorize as eventuais apropriações do termo feitas pelos estados da Bolívia e do Equador. Face ao *Ubuntu*, conclui que se trata sobretudo de um conceito filosófico e sem ligações a movimentos sociais, não o identificando como parte do campo do pós-desenvolvimento. Ziai considera que o desenvolvimento nunca foi propriamente um princípio de mudança no Norte e destaca que o grande ponto central do decrescimento é a crítica ao crescimento e aos limites ecológicos do modelo de consumo do Norte. Ainda para Ziai o *buen vivir* pode ser visto como um conceito dentro do pós-desenvolvimento, mas encontra ambiguidades face ao *ubuntu* e ao decrescimento, ainda que considere que o pós-desenvolvimento pode constituir uma plataforma fortalecedora do diálogo entre os três conceitos:

Um diálogo que poderia levar a alguma consciência de outras posições possíveis, mas também à cooperação e uma agenda política comum. Se estivermos determinados a construir um

'mundo de muitos mundos', como dizem os zapatistas, essa agenda comum não necessita de homogeneizar as diferenças e pode aceitar a diversidade de visões. (Ziai, 2015:151)

Sendo possível encontrar em contextos culturais distintos uma intensificação dos debates que desafiam o modelo de sociedade existente, Ziai conclui que podemos estar no início da era do pós-desenvolvimento (Ziai, 2015:151).

Muitos dos projetos políticos em torno das alternativas partilham o questionamento crítico da sociedade do crescimento económico, indagando-a sobre os princípios éticos e sobre as suas finalidades, recusando a ideia simplista segundo a qual crescer pode ser um fim em si mesmo. Consistem muitas vezes, como refere Susana Narotzki, em processos que visam “re-moralizar a economia, devolver-lhe a sua dependência face a objetivos humanos fundamentalmente ligados à reprodução da vida. Em qualquer caso o dom, a reciprocidade, a ‘base’ são mais projetos político-morais que económicos, que se definem como outras economias: alternativas (Santos), sociais e solidárias (Laville, Lipietz), anti-utilitaristas (Caillé), pós-desenvolvimentistas (Gibson-Graham, Escobar) ou do trabalho (Coraggio)” (Narotzki, 2010:2).

Cada movimento assume, como refere o Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras¹³, uma perspetiva particular de análise crítica do sistema económico mas subordinando as opções políticas a um debate em torno das necessidades coletivas e exigindo consequentemente democracias intensas. Na senda de Sousa Santos (2019b), reconhecemos que os “conflitos estruturais do nosso tempo decorrem da articulação desigual e combinada dos três modos principais de desigualdade estrutural nas sociedades modernas. São eles capitalismo, colonialismo e patriarcado, ou, mais precisamente, heteropatriarcado¹⁴” (2019b, s/n). Porém, como reconhece o mesmo autor, se estes três modos de dominação atuam articuladamente, a resistência contra eles está fragmentada:

Muitos movimentos anticapitalistas têm sido muitas vezes racistas e sexistas, movimentos anti-racistas têm sido frequentemente pró-capitalistas e sexistas e movimentos feministas têm sido muitas vezes pró-capitalistas e racistas. Enquanto a dominação agir articuladamente e a resistência a ela agir fragmentadamente, dificilmente deixaremos de viver em sociedades capitalistas, colonialistas e homofóbicas-patriarcais (Santos, 2019b, s/n)

Ainda que as várias propostas alternativas correspondam a visões diferentes, o que em boa parte será devido aos contextos e prismas que estão na sua origem, constituem uma

¹³ https://transformadora.org/sites/default/files/2019-03/CAST_Extendida%20EETT_1.pdf, p5, consultado em agosto de 2021

¹⁴ Retirado de: <https://www.publico.pt/2019/07/18/politica/opiniao/descolonizar-saber-1880046>

constelação que podemos situar na galáxia altermundialista a que os diferentes foros sociais mundiais têm procurado dar voz e cujo lema podemos agregar no seu *slogan* “outro mundo é possível”.

Os impactos ecológicos da ação humana são cada vez mais iniludíveis e há sintomas, como as alterações climáticas, que configuram um cenário onde a continuidade da vida humana na Terra está sob ameaça, pelo menos nas condições que conhecemos hoje. Este quadro socioecológico e a sua evolução previsível no curto prazo têm estimulado o questionamento sobre as condições de sustentabilidade da vida humana e não-humana e sobre a razoabilidade de uma sociedade assente no crescimento económico contínuo, dada a finitude do planeta e dos seus recursos.

Face às dificuldades que a crise sistémica levanta e às limitações que as respostas têm evidenciado, nomeadamente aquelas que afirmam ser estratégias de desenvolvimento dos países ditos do terceiro mundo, como discutiremos mais adiante, as correntes alternativas têm assumido crescente relevo, com as suas cosmovisões fortemente ligadas aos contextos que lhes deram origem, alimentando o debate que se opõe à inevitabilidade ou à negação da crise.

Destacaremos em seguida duas dessas correntes pela sua relação com o nosso contexto sociocultural: o decrescimento, um movimento que nasceu no Norte global e que se opõe à sociedade do crescimento e do consumo, e a perspectiva da economia feminista e do cuidado que coloca a tónica na sustentabilidade da vida. As propostas do decrescimento procuram dar relevo aos interesses imateriais ligados à vida humana e não-humana e propõem a redução do impacto da ação antropogénica sobre os ecossistemas, por via da alteração dos modos de produção, distribuição e consumo.

O movimento do decrescimento defende a redistribuição da riqueza entre o Norte e o Sul e dentro de cada país; a opção de estilos de vida mais frugais sob o *slogan* “viver melhor com menos” e, ao dissociar o bem-estar do consumo, propõe valores conviviais e menos materialistas (Latouche, 2012a).

A perspectiva feminista do cuidado denuncia as relações de dominação patriarcais e a desigualdade estrutural de poder das mulheres. Ao colocar a sustentabilidade da vida no centro das preocupações e ao tornar visível todo o trabalho de reprodução social, mostra a sua imprescindibilidade para que possamos ter, como refere Amaia Pérez Orozco (2014), vidas que mereçam ser vividas.

Nos próximos dois capítulos iremos analisar respetivamente as propostas do Decrescimento e do Cuidado, que na segunda parte da Tese suportam a reflexão sobre iniciativas de base territorial que propõem alternativas societárias e constituem um espaço de experimentação e de fermentação de possibilidades de organização social e de criação de soluções para problemas localmente sentidos.

2. Decrescimento como proposta de mudança radical

Dai-me a casa vazia e simples onde a luz é preciosa. Dai-me a beleza intensa e nua do que é frugal.

Quero comer devagar e gravemente como aquele que sabe o contorno carnudo e o peso grave das coisas.

Não quero possuir a terra mas ser um com ela. Não quero possuir nem dominar porque quero ser: esta é a necessidade.

Com veemência e fúria defendo a fidelidade ao estar terrestre. O mundo do ter perturba e paralisa e desvia em seus circuitos o estar, o viver, o ser.

Dai-me a claridade daquilo que é exactamente o necessário. Dai-me a limpeza de que não haja lucro. Que a vida seja limpa de todo o luxo e de todo o lixo.

Chegou o tempo da nova aliança com a vida.

Sophia de Mello Breyner Andresen

2.1. Porquê o decrescimento?

O decrescimento nasceu no quadro da procura de alternativas ao desenvolvimento dito sustentável, que foi incapaz de fazer face ao agravamento dos problemas ambientais e das desigualdades sociais a que uma sociedade orientada por lógicas de crescimento económico contínuo, extrativismo e consumismo conduziram. Os custos ecológicos e sociais deste modelo crescentista¹⁵ foram sendo deslocados para os países do Sul global e para as gerações futuras, o que é visível, por exemplo, no consumo de matérias primas marcado por um ritmo muito superior ao da sua reposição, ou ainda, no elevadíssimo volume de resíduos que são produzidos, a uma velocidade incompatível com o tempo necessário à regeneração dos ecossistemas.

A humanidade vive de um património que levou milhões de anos a construir, assinala Serge Latouche (2012a), um dos impulsionadores deste debate, concluindo que “o crescimento atual só é rentável na condição de fazer recair o seu peso e o seu preço sobre a natureza, as gerações futuras, a saúde dos consumidores, as condições de trabalho dos assalariados e, ainda mais, sobre os países do Sul” (2012a: 47-48). Por estas razões, o decrescimento denuncia não só a insustentabilidade do crescimento como também a impossibilidade de o tornar sustentável (Burkhart, Schmelzer & Treu, 2020a).

Bárbara Muraca (2020), investigadora em questões de filosofia ambiental e ecologia política, coloca o decrescimento no contexto de numa linha crítica radical face ao consumo excessivo nos países industrializados que conduz à destruição do planeta. Neste quadro, o decrescimento propõe alterações de fundo ao modo de organização da economia e das relações sociais e a reapropriação do direito e do poder de determinar de forma coletiva, democrática e solidária o modo como coexistimos.

Ainda que os níveis de produção e de consumo das sociedades ocidentais sejam uma preocupação de grande monta no âmbito do decrescimento, ele vai além disso. Não se trata apenas de enfrentar os limites impostos pela finitude de recursos, combater o consumismo ou fazer face às gritantes desigualdades entre países e dentro dos países. O decrescimento questiona profundamente a ideia de felicidade, capturada pela noção de consumo e de utilidade.

Serge Latouche (2010, 2012a), por exemplo, chama a atenção para a necessidade de descolonizar o imaginário crescentista¹⁶, ao passo que Bárbara Muraca (2012) coloca em

¹⁵ Usamos os termos “crescentista” e “decrescentista”, embora em muitas obras também surjam as expressões “crescentista” e “decrescentista”.

¹⁶ Serge Latouche no verbete “Descolonizar o imaginário” que surge no livro *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*, coordenado por D’Alisa, G., Demaria, F., & Kallis (2016) identifica duas fontes principais na origem desta ideia: a filosofia de Cornelius Castoriadis e a crítica antropológica ao imperialismo. Considera que

destaque reflexões éticas sobre o consumo, que estão para além dos limites biofísicos do planeta e que problematizam a noção de uma “vida boa”. Também Carlos Taibo (2011), filósofo e ativista ligado ao movimento anarquista em Espanha, refere que “o crescimento nos países do Norte - e amiúde também nos do Sul - facilita o assentamento dum modo de vida escravo que faz pensar que quantas mais horas se trabalharem, mais dinheiro se ganhar e, especialmente, mais bens se consumirem, maior será a felicidade” (2011:12). A crítica ao crescimento põe em causa a perspetiva quantitativista que lhe está associada, pois haverá certamente muitos aspetos da vida social face aos quais crescer é e continuará a ser importante, como a corrente do decrescimento reconhece. O alvo das críticas não reside nas dimensões qualitativas do crescimento, antes na vertente quantitativista do crescimento económico, de que o PIB é um grande indicador.

Serge Latouche (2010) reconhece que o decrescimento surgiu como um slogan político com implicações teóricas, convocando um imaginário alternativo à sociedade crescentista, que se veio a constituir como movimento social ou mosaico de movimentos, como ilustra o livro *Degrowth in movement(s)*, título recente organizado por Corinna Burkhart, Mathias Schmelzer e Nina Treu (2020a). A diversidade de correntes que se encontram no decrescimento é também assinalada por Geneviève Azam (2017) que se refere ao decrescimento como “movimento social, plural e diverso, no qual convergem diferentes correntes, experiências e estratégias que procuram construir sociedades autónomas e frugais (...) O decrescimento não é uma alternativa mas sim uma matriz de alternativas” (Azam, 2017: 65).

O termo decrescimento, ainda que muitas vezes seja questionado pelos equívocos a que pode induzir, é também uma palavra que acende o debate político em torno do crescimento e da possibilidade de existirem alternativas. É a “palavra míssil”, expressão de Paul Ariès (2005), com forte poder de interpelação porque questiona a obsessão pelo crescimento económico. O propósito não reside em negar qualquer tipo de crescimento, mas em dismantelar a ideologia crescentista, que o coloca como um fim e não como um meio. Serge Latouche (2012a) clarifica esta questão:

o contrário de uma ideia perversa não é necessariamente uma ideia virtuosa, não se trata de preconizar o decrescimento pelo decrescimento, o que seria absurdo, embora afinal não o fosse mais nem menos do que preconizar o crescimento pelo crescimento... A palavra de ordem do decrescimento tem sobretudo por finalidade assinalar claramente o abandono do objectivo do crescimento ilimitado, cujo motor não é senão a busca do lucro pelos detentores do capital, com consequências desastrosas para o ambiente e, portanto, para a humanidade. (2012:18)

“em Castoriadis, o foco está no imaginário, ao passo que, entre os antropólogos do imperialismo, o foco está na descolonização”. (Latouche, 2016:119)

Neste sentido, daremos conta nas próximas secções da história do decrescimento e do adensamento semântico ocorrido. Em seguida, apresentaremos as diferentes correntes, origens e características conceituais, ilustrando a sua pluralidade. Abordaremos o decrescimento enquanto crítica radical mas também enquanto corpo consolidado de propostas de transformação social, que embora não constituam um todo uniforme, são um espaço de (re)construção contínua, de confluências e diálogos com outras correntes e movimentos, que partilham pontos em comum, especialmente a recusa do dogmático imperativo de crescimento económico.

2.2. Raízes e florescimento da ideia de decrescimento

As diferentes interpretações e usos que hoje reconhecemos ao termo “decrescimento” são tributárias da sua história e de uma progressiva complexificação do seu significado. Se o decrescimento nasceu em francês como *décroissance*, o seu processo de internacionalização está marcado pela utilização progressiva do *degrowth*, em inglês, ainda que lhes possamos reconhecer significados algo distintos, pois a corrente francesa da *décroissance* tem origens históricas na crítica ao desenvolvimento e à modernidade, enquanto o *degrowth* está enraizado sobretudo na crítica ao crescimento económico (Cosme, I.; Santos, R.; & O’Neill, D.; 2017).

Timothée Parrique (2019) identificou quatro fases na construção do complexo de significados que hoje atribuímos ao decrescimento: uma fase inicial, que situa entre 1968 e 2002 e classifica como a pré-história do conceito; uma segunda fase entre 2002 e 2004, em que o termo começa a ser usado com um significado mais próximo daquele que hoje lhe reconhecemos; o início do processo de institucionalização entre 2004 e 2008; e a partir daqui, uma fase marcada pela forte internacionalização, impulsionada pelas conferências bienais sobre decrescimento e uma significativa presença do tema nos meios académicos (Parrique, 2019: 172).

Na pré-história do decrescimento está o movimento de maio de 1968, em França, com um pendor forte de crítica social, a defesa da liberdade e o questionamento da ordem estabelecida. Vários trabalhos de intelectuais desta época desencadearam um aceso debate em torno dos objetivos do crescimento económico. Fabrice Flipo (2012) situa as origens do decrescimento neste debate referindo que “durante os anos 1970, alguns pesquisadores heterodoxos que não temiam a verdade (Illich, Georgescu-Roegen, Ellul, Partant, Castoriadis, etc.) enfrentaram a ditadura do economicismo e fundaram as bases do pensamento do decrescimento” (Flipo, 2012:7).

Destacamos dois trabalhos cujos contributos para o debate nos parecem incontornáveis: *Os Limites do Crescimento*, o conhecido relatório de Donella Meadows, Dennis Meadows, Jorgen Randers, William Behrens e outros, publicado em 1972, e também o trabalho de Georgescu-Roegen *The Entropy Law and the Economic Process* (1971).

Os Limites do Crescimento resultam de uma encomenda do Clube de Roma a uma equipa de investigadores do MIT - *Massachusetts Institute of Technology* que examinou os cinco fatores básicos que determinam e, portanto, limitam o crescimento no planeta - população, produção agrícola, recursos naturais, produção industrial e poluição” (Meadows et al., 1972:20). Neste relatório são traçados vários cenários e é fortemente defendida a ideia dos limites biofísicos que o crescimento económico enfrenta e portanto a necessidade de um equilíbrio global. Claudio Cattaneo, Giacomo D’Alisa, Giorgos Kallis e Christos Zografos (2012) reconhecem que retrospectivamente é hoje claro que muitas das previsões deste relatório estavam certas.

Geneviève Tremblay-Racette (2014) assinala que Georgescu-Roegen aplica o princípio da entropia às ciências económicas, tendo como ponto de partida as leis da termodinâmica, mostrando como os sistemas caminham para a entropia porque a energia, embora possa assumir diversas formas, sofre um processo de deterioração. Ainda que a sua quantidade total permaneça constante, quando se transforma em calor converte-se em energia não utilizável e dissipa-se. Georgescu-Roegen (1971) concluiu, a partir da constatação de que as diferentes formas de energia não são totalmente reversíveis, que há necessariamente implicações profundas numa economia que efetivamente está baseada nessas transformações. O alerta para o impacto da entropia dos sistemas veio contribuir para alicerçar a bioeconomia, ou seja, uma economia pensada na sua articulação com a biosfera e capaz de reconhecer a irreversibilidade do tempo e das transformações de energia. Georgescu-Roegen mostrou como o crescimento económico acelera a entropia devido à contradição entre crescimento e leis da natureza, destacam Denis Bayon, Fabrice Flipo e François Schneider (2011), na obra *Decrecimiento. Diez preguntas para comprenderlo y debatirlo*. Para o paradigma bioeconómico, a atividade económica moderna pode ser descrita como um acelerador do crescimento da entropia devido ao processo de esgotamento material de recursos, ao crescimento das áreas estéreis, do lixo e da poluição (Bayon et al., 2011).

Ainda que não tenha usado o termo *decrecimiento*, já Karl Polanyi no livro *A Grande Transformação* (2016 [1944]) apontara nessa direção. Ao questionar o mercado que considerava uma imposição conseguida através da transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias fictícias, na medida em que não tinham sido produzidas enquanto tal, Polanyi recuou até à Revolução Industrial do Século XVIII para procurar os fatores que

determinaram aquilo que designou por desagregação catastrófica nas condições de existência da gente comum, como se evidencia na seguinte questão:

Que ‘moinho satânico’ triturou os homens [humanos], reduzindo-os à condição de massas? Qual a responsabilidade das novas condições materiais no processo? E qual a das imposições económicas que operam nas novas condições? Através de que mecanismo se destruiu o tecido social anterior, ao mesmo tempo que as tentativas no sentido de uma integração do homem [humano] e da natureza tinham tão pouco sucesso? (Polanyi, 2016 [1944]: 161)

Polanyi acrescenta mais adiante: “não requer grande argumentação sustentar que um processo de transformação não-dirigido, cujo ritmo se afigura demasiado rápido, deverá ser, se possível, controlado tendo em vista o bem-estar da comunidade” (2016 [1944]: 162), concluindo então que a sociedade foi varrida por “uma vaga corrosiva de utilitarismo sumário, combinada com uma confiança acrítica nas alegadas virtudes autoterapêuticas de um crescimento cego” (2016 [1944]: 162).

Karl Polanyi, juntamente com Marcel Mauss, tiveram um papel central na criação do MASS nos anos 80 do século passado, o Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais (Romano, 2016:44), que foi uma das raízes do decrescimento.

O termo *decrescimento* terá sido empregue pela primeira por André Gorz em 1972, para referir o conflito entre o imperativo de crescimento do capital e o imperativo ecológico da *décroissance* (redução) da produção material, no âmbito de um debate organizado pelo *Nouvel Observateur* que se seguiu à publicação do relatório do Clube de Roma (Meadows et al., 1972), referem Demaria, Kallis e Bakker (2019). Gorz interrogava-se sobre a relação entre o crescimento e o capitalismo, mas nessa época a semântica do decrescimento estava ainda distante daquela que hoje lhe atribuímos (Duverger, 2016). A primeira vez que a palavra decrescimento surgiu num título terá acontecido em 1979, quando Jacques Grinevald e Ivo Rens publicaram uma coletânea de textos de Nicholas Georgescu-Roegen e propuseram ao autor o título *Demain la décroissance* (Duverger, 2016; Kallis et al., 2016a). Nesta fase, a utilização do termo decrescimento assumia um significado mais próximo de redução da produção material ou mesmo de contração da economia e representava sobretudo a objeção ao crescimento, relata Timothée Parrique (2019). Nas décadas de 1980 e 1990, com o fim da crise do petróleo e a afirmação do neoliberalismo, o interesse nos limites do crescimento diminuiu, embora o debate em francês tenha continuado.

A viragem do século trouxe uma forte mudança na afirmação do decrescimento como alternativa (Bayon et al., 2011). Em 2001, o jornal *L'écologiste* publicou a edição especial “Défaire le développement, refaire le monde” com a participação de autores como Serge Latouche, Ivan Illich, Pierre Rabhi, entre outros, tendo sido realizada uma conferência com o mesmo título na UNESCO em Paris, por organizações como La Ligne d’Horizon e Le

Monde Diplomatique. Esta iniciativa constituiu um momento relevante na estruturação do movimento do decrescimento e esteve também na origem da formação da Rede de Objectores de Crescimento para o Pós-Desenvolvimento (Flipo, 2012; Parrique, 2019).

Pouco tempo mais tarde, em 2002, a revista *S!lence*¹⁷ publicou “*Décroissance soutenable et conviviale*” e na nota de abertura Bruno Clémentin e Vincent Cheynet utilizaram a expressão decrescimento sustentável. Também nesta publicação, Latouche ampliou decisivamente o significado de decrescimento, inaugurando um ponto de viragem na história do termo. A ideia do decrescimento como redução da produção e do consumo foi complexificada e densificada, com ênfase na descolonização do imaginário do crescimento. Parrique nota que “apenas após duas publicações e uma conferência, a palavra ‘*décroissance*’ estava de volta, e desta vez para sempre. A ‘redução’ da década de 1970 encontrou o discurso do pós-desenvolvimento e tornou-se ‘*décroissance soutenable*’ (decrescimento sustentável): a redução da produção, juntamente com uma descolonização do imaginário do progresso, do desenvolvimento e do crescimento. E uma vez nascido, o termo ganharia vida própria, tanto em França como noutros lugares” (Parrique, 2019:184).

O processo de intensificação do debate foi acelerado com a realização de conferências, debates e a edição de livros e artigos. Muito rapidamente, o termo foi ganhando espessura e ainda no final da primeira década do século XX, o decrescimento foi assumido como um fenómeno alternativo ao desenvolvimento sustentável (Parrique: 2019).

Em 2004 os *Casseurs de Pub* lançaram a publicação *La décroissance: le journal de la joie de vivre*, a que se seguiu em 2006 a criação da revista *Entropia. Revue d'étude théorique et politique de la décroissance* (Duverger, 2016). O termo difundiu-se por vários países europeus, ainda que o seu significado não fosse completamente homogéneo. O decrescimento ganhou grande visibilidade em França, quando em 2005 Vincent Cheynet organizou a Marche pour la Décroissance, ligada a uma campanha da revista *Casseurs de Pub* contra a Fórmula 1, e François Schneider fez um percurso de 200 kms de burro com destino a Lyon, com o objetivo de integrar a marcha. Ao longo do percurso realizou debates sobre o decrescimento, que obtiveram grande cobertura mediática (Bocato-Franco, 2014). O ano 2006 foi marcado por dois acontecimentos que contribuíram fortemente para ampliar a reflexão em torno da crise ecológica: o lançamento do documentário de Al Gore *Uma Verdade Inconveniente* (2006) sobre as alterações climáticas e a publicação do *Relatório Stern*, de Nicholas Stern, economista britânico do Banco Mundial sobre os efeitos das alterações climáticas na economia mundial num horizonte de 50 anos. Ambos foram

17 Retirado de <http://kropot.free.fr/Silence-decroissance.htm> último acesso em Outubro de 2021

decisivos para uma redobrada atenção face às alterações climáticas, até pela projeção mediática que os seus autores gozavam.

Em 2007 François Schneider juntamente com Denis Bayon e Fabrice Flipo fundaram a associação internacional Research & Degrowth (Kallis et al., 2016a), que ainda hoje desempenha um papel fundamental, nomeadamente na promoção de conferências internacionais¹⁸ sobre decrescimento, com periodicidade bienal. A primeira destas conferências, em 2008, foi acolhida por Paris, passando em 2010 por Barcelona e em 2012 por Veneza. Um ano mais tarde, em 2013, o IPCC¹⁹ elaborou o relatório relativo à quinta avaliação e concluiu ser extremamente provável que mais de metade do aumento da temperatura média global observada na superfície terrestre entre 1951 e 2010 se deva ao aumento da concentração de gases com efeito estufa causados pela ação humana. As conclusões deste relatório vieram reforçar os alertas dos movimentos ecológicos. No ano seguinte, em 2014, a conferência bienal do decrescimento em Leipzig juntou mais de 3 mil participantes e foi um momento forte para o estabelecimento de pontes entre cientistas, sociedade civil, organizações cívicas, grupos ecologistas e artistas.

Dois publicações, ambas com data de 2015, merecem aqui especial destaque. Por um lado, o Papa Francisco publicou a *Encíclica Laudato Si, sobre o cuidado da nossa casa comum* que teve uma difusão muito forte, sobretudo junto dos meios católicos. Nesta Encíclica, o Papa começa por apresentar as crises que o mundo hoje enfrenta, tece uma forte crítica ao consumismo, ao desperdício e ao desenvolvimento irresponsável e apela a que cada pessoa assuma o combate à degradação ambiental e às alterações climáticas. A Encíclica apresenta cerca de duas centenas de recomendações práticas que visam facilitar a sua tradução em ações concretas, alicerçadas na proposta de uma ecologia integral.

Também em 2015, ainda que com uma difusão significativamente mais restrita, é publicado o *Degrowth: a vocabulary for a new era*, traduzido para várias línguas e publicado em português no ano seguinte. O livro organizado por Giacomo D’Alisa, Federico Demaria e Giorgos Kallis envolveu mais de 50 autores e autoras, de quase todos os continentes. Aborda as raízes filosóficas do decrescimento, descreve os seus conceitos centrais e as experiências práticas, seja através de exemplos de políticas públicas ou de projetos ativistas, dando destaque às alianças que ampliam o espaço de confluência do decrescimento com outros movimentos.

À conferência de Leipzig sucedeu dois anos mais tarde a Conferência de Budapeste (2016) e a de Malmö (2018). Em 2020, a conferência de Viena acabou por acontecer em

¹⁸ Ver <https://www.degrowth.info/en/conferences/>

¹⁹ IPCC é a sigla do Intergovernmental Panel on Climate Change, estrutura das Nações Unidas para as alterações climáticas que “visa facilitar avaliações abrangentes do estado do conhecimento científico, técnico e socio-económico sobre as mudanças climáticas, suas causas, impactos potenciais e estratégias de resposta”. O sexto relatório foi publicado em 2021. Para mais informações ver <https://www.ipcc.ch/>.

formato digital devido à pandemia COVID-19. A palavra “*décroissance*”, de raiz francófona e que encontramos nos primórdios do decrescimento, com estas conferências internacionais e inúmeras publicações de livros e artigos entrou no mundo acadêmico e ativista anglófono e passou progressivamente a ser mais conhecida como *degrowth* (Demaria, Kallis e Bakker, 2019), num processo de internacionalização do debate e da investigação académica sobre o tema, que aconteceu sobretudo no espaço europeu. A primeira grande conferência internacional fora da Europa viria a decorrer em 2012 no Canadá, seguida em 2018 por uma conferência no México. Mais adiante, abordaremos especificamente a relação e as tensões em torno das propostas do decrescimento face ao Sul global.

O debate a nível internacional intensificou-se progressivamente, em estreita ligação com as referidas conferências internacionais bienais, onde pesou o facto de estas se terem constituído como espaço mobilizador de pessoas ligadas à investigação, ao ativismo e a iniciativas locais decrescentistas, estabelecendo ligações físicas e virtuais entre elas e impulsionado o debate público, sobretudo na Europa. Timothée Parrique (2019) sintetiza este caminho de consolidação do decrescimento como algo que “começou como uma preocupação ambiental que visava diminuir o uso de recursos, para então se tornar na ponta de lança dos movimentos emancipatórios contra o desenvolvimento, o capitalismo e o crescimento económico, e finalmente, amadurecer como um projeto utópico próprio (Parrique, 2019:171). O percurso que começou com um posicionamento crítico face ao crescimento ampliou-se e complexificou-se fazendo do decrescimento uma proposta alternativa e um espaço de confluência de áreas disciplinares distintas.

2.3. Correntes e fontes conceptuais do decrescimento

O termo decrescimento é utilizado com significados algo diversos, que advêm não apenas das suas múltiplas raízes mas também da pluralidade de pessoas que o usam - académicos, ativistas, governantes, etc. -, dos contextos, propósitos e distintos saberes que mobiliza, sejam mais ligados à cultura, economia, ecologia, justiça ou outras áreas. As raízes concetuais do decrescimento são também várias e a ênfase concedida a cada uma delas está relacionada com a pluralidade de significados:

O decrescimento é usado como uma arma semântica de rutura em massa para descolonizar o imaginário do crescentismo; é gritado ou cantado como um slogan durante protestos e celebrações; é considerado uma utopia para reformistas e revolucionários e defendido como bandeira de partidos políticos; é rigorosamente definido por investigadores que trabalham

para o entender de forma abstrata e é cuidadosamente refinado por ativistas que lutam para o aplicar no concreto. No final de contas, o decrescimento é fundamentalmente plural. (Parrique, 2019:234)

O decrescimento não é uma doutrina unificada. Na sua análise, Fabrice Flipo (2012) identifica cinco raízes conceituais que correspondem também a cinco correntes que confluem no decrescimento:

- 1) Corrente culturalista, com origem na antropologia e onde podemos situar autores como Serge Latouche, entre outros. Nesta corrente, onde têm especial relevo as representações sobre o mundo e a história, o decrescimento pressupõe um processo de descolonização do imaginário, isto é, de libertação da alienação produzida por valores sociais ligados ao desenvolvimento e à sua universalização;
- 2) Corrente ligada ao vínculo social, que destaca o modo como a mercantilização enfraquece os laços sociais. Alicerça-se nos contributos de Ivan Illich, autor que concedeu grande centralidade à temática da convivialidade. Considera que existe um desmoronamento dos vínculos sociais devido à mercantilização e que a divisão do trabalho se tornou improdutiva em consequência da autonomização das burocracias e das desigualdades. Para esta corrente, a mobilidade, o acesso à saúde e a educação de qualidade de uma minoria é conseguida à custa da precariedade desse mesmo acesso para a maioria. Aqui o termo decrescimento é utilizado sobretudo de forma performativa, para provocar o debate;
- 3) Corrente ambientalista radical, onde podemos situar autores como André Gorz, que foi precursor da ecologia política. Considera o decrescimento como consequência de uma política ecológica e propõe substituir os critérios económicos pelos ecológicos, com a consequente redução da mecanização e do PIB. Esta corrente mostra como os indicadores ecológicos exigem ações imediatas e urgentes e defende a existência de uma dívida ecológica para com os países do Sul e para com as gerações futuras. Propõe uma nova relação com a natureza, baseada no respeito e na coevolução;
- 4) Corrente espiritual que considera que as sociedades industrializadas atravessam uma crise de sentido da vida. Em vez de uma vida dedicada a “ter cada vez mais” propõe a meditação e a escuta, isto é, uma revolução interna. Nesta corrente podemos situar autores como Pierre Rabhi ou Majid Rahnema;
- 5) Corrente bioeconómica é uma abordagem que procura determinar os limites dos ecossistemas, isto é, a sua capacidade de carga. Considera o decrescimento inevitável e defende o regresso ao uso de recursos renováveis, que são também finitos, se for tida em conta a sua possibilidade de renovação. Nesta abordagem podemos enquadrar os trabalhos de Georgescu-Roegen

Flipo mais tarde acrescentará ainda uma sexta fonte conceitual do decrescimento, a justiça (Parrique, 2019). Ainda que não possamos alocar cada autor a apenas uma destas correntes, enquanto categorias, elas assinalam diferentes campos do conhecimento e diferentes prismas sobre o decrescimento.

Podemos analisar o decrescimento tanto a partir daquilo que ele critica, como das suas propostas transformadoras, tendo em conta que não se trata apenas de um conceito teórico, reconhecendo embora as dificuldades que uma definição comporta, dada sua riqueza semântica:

O decrescimento resiste a uma definição única. Assim como a liberdade ou a justiça, ele expressa uma aspiração que não pode ser fixada numa simples frase. O decrescimento é um marco onde se encontram diferentes linhas de pensamento, imaginários ou rumos de ação. Consideramos essa versatilidade como um ponto forte. (D'Alisa et al., 2016:18)

O decrescimento está presente na reflexão académica e é um tema de investigação, mas está também presente nos movimentos sociais, nas iniciativas locais, nos debates públicos e nos espaços mais institucionais como, por exemplo, no debate que decorreu no Parlamento Europeu em 2018 sobre pós-crescimento.²⁰ Esta primeira conferência foi organizada por membros do Parlamento Europeu filiados em cinco diferentes famílias partidárias, envolvendo membros da Comissão Europeia, cientistas e representantes de organizações não governamentais sob o lema “pós-crescimento” (e não “decrescimento”), com o intuito de envolver mais pessoas e incluir este tema nos debates da União Europeia.

Na 1ª conferência internacional sobre decrescimento, realizada em Paris em 2008, seria apresentada a Tese de que “o decrescimento sustentável pode ser definido como uma redução equitativa da escala de produção e consumo que aumenta o bem-estar humano, melhora as condições ecológicas a nível local e global, a curto e a longo prazo (Schneider et al., 2010:512). Aqui o adjetivo “sustentável” remete para um entendimento do decrescimento como caminho, isto é, como processo de transição para uma sociedade sem crescimento económico. Para estes autores, o decrescimento sustentável não significa decrescimento de todas as atividades, pois reconhecem a importância do crescimento de setores como, por exemplo, as energias renováveis ou os sistemas de transporte partilhados, tal como a necessidade de crescimento seletivo em regiões empobrecidas.

No livro *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo* o decrescimento surge como crítica ao crescimento que apela à descolonização do economicismo no debate público e defende a “abolição do crescimento económico como objetivo social” (Kallis et al., 2016a:

²⁰ Ver <https://www.degrowth.info/de/blog/are-european-politics-compatible-with-post-growth>

24). O decrescimento indica uma direção desejada, no sentido de uma sociedade com menor uso de recursos naturais, capaz de se organizar e viver de outra forma. Para esse futuro desejado, propõe partilha, simplicidade, convivialidade, cuidado e recursos comuns.

Por outro lado, a ideia de decrescimento inclui explicitamente: (1) uma vertente ecológica ligada à redução da produção e do consumo, tendo em conta os limites biofísicos do planeta; (2) um projeto de sociedade centrado no bem-estar humano, ainda que ele deva ser concretizado pela dimensão subjetiva, intersubjetiva e objetiva que comporta (Muraca, 2012); (3) um projeto de justiça social com repartição da riqueza; (4) uma outra democracia; e (5) um novo imaginário, pois “a economia foi colonizada e despolitizada das escolhas sociais coletivas” (Cattaneo, D’Alisa, Kallis e Zografos 2012:515). Segundo este coletivo de autores, não se trata apenas de uma questão biofísica, de manter a economia dentro de limites ecológicos, trata-se antes de uma proposta mais ampla que consiste em “escapar da economia, reincrustando funções e decisões económicas na esfera social e política, e, portanto, aprofundando e repolitizando as nossas economias” (Cattaneo, et al., 2012: 516), o que remete para a ideia de reincrustação ou contextualização da economia (*embedment*) na totalidade social proposta por Polanyi em 1944. Enquanto ideia, o decrescimento é um processo em construção: “uma das características constitutivas do decrescimento que deve ser assumida é que ele é simultaneamente um movimento social, uma agenda política e um conceito científico. No entanto, para ser útil enquanto conceito científico, o decrescimento deve ser claro, preciso, abrangente e coerente, reconhece Parrique (2019:166).

A associação Research & Degrowth, uma das grandes impulsionadoras do ciclo bienal de conferências internacionais sobre decrescimento, no seu *website* caracteriza o decrescimento como “uma redução da produção e do consumo que aumenta o bem-estar humano e melhora as condições ecológicas e a equidade no planeta. Exige um futuro onde as sociedades vivam dentro de seus meios ecológicos, com economias abertas e localizadas e recursos mais igualmente distribuídos por meio de novas formas de instituições democráticas.”²¹ Esta perspectiva define o decrescimento como uma ação e não como um conceito ou ideia, acabando por não dar integralmente conta da sua diversidade, seja enquanto campo de investigação cada vez mais significativo; enquanto movimento social, ainda que muito baseado na Europa e no Ocidente; e enquanto leque amplo de iniciativas práticas ou ações que estão de acordo com os seus princípios. Existe, pois, uma diversidade de concepções que colocam a tónica em aspetos concretos, sejam eles ecológicos, democráticos ou de justiça social.

Como já referimos, decrescimento não é antónimo de crescimento, nem significa crescimento negativo, muito menos o decrescimento é um fim em si, ainda que envolva o

²¹ Retirado de: <https://degrowth.org/definition/> consultado em Novembro de 2020

combate ao crescimento ilimitado como meta universal. O crescimento tem negligenciado os vínculos sociais e os limites ecológicos o que leva Latouche a destacar necessidade de descolonizar o imaginário economicista, para que possamos redescobrir outros sentidos da vida:

A ‘verdadeira’ riqueza é feita de bens relacionais, precisamente daqueles que se baseiam na reciprocidade e não na rivalidade, no saber, no amor, na amizade. Inversamente, a miséria é antes de tudo psíquica e resulta do abandono dentro da ‘multidão solitária’, pela qual a modernidade substituiu a comunidade solidária. (Latouche, 2012b:15)

A partir da história da ideia de decrescimento, Parrique (2019) propõe uma grelha de leitura das diferentes definições: como redução ou declínio, presente sobretudo na fase inicial; como emancipação, numa segunda fase, após 2002; e como destino ou utopia, num terceiro momento. Estas diferentes aceções, mais que conflituais, podem ser vistas de forma cumulativa, resultando de um processo de complexificação progressiva.

Nas conceções iniciais, onde cabem as propostas de Georgescu-Roegen, o decrescimento é entendido sobretudo como diminuição do nível de consumo de recursos naturais e o debate centra-se naquilo que deve ser reduzido e nas implicações éticas dessa redução. O segundo momento de complexificação do termo corresponde ao seu entendimento como emancipação. Aqui o debate deixa de se situar apenas em torno do que deve ser reduzido e passa a incluir também a necessidade de mudança de imaginário social. Latouche teve aqui um papel fundamental ao reconhecer a impossibilidade de decrescimento numa sociedade sem um imaginário decrescentista, que para o autor significa uma sociedade desalienada da ideologia do crescimento. Na terceira aceção, o decrescimento constitui uma proposta porque se tornou mais que um contrapoder: “o decrescimento diz não ao crescimento mas também diz sim a uma utopia pós-crescimento” (Parrique, 2019:227).

Na análise de artigos publicados em língua inglesa, Inês Cosme identifica três objetivos centrais nas propostas do decrescimento: um primeiro relativo à redução do impacto das atividades humanas (redução do consumo material e de energia; maior produção e consumo locais, mudança de padrões de consumo); um segundo objetivo ligado à redistribuição do rendimento e da riqueza intra e entre países (moedas comunitárias, sistemas não-monetários, finanças alternativas; políticas redistributivas, partilha de trabalho, rendimento de cidadania, segurança social e provisão de bens públicos, tributação redistributiva); e um terceiro objetivo atinente à transição de uma sociedade materialista para uma sociedade convivial e participativa (estilos de vida mais frugais, redução das horas de trabalho e valorização do trabalho não remunerado e informal) (Cosme, 2019:30).

Se o termo “decrecimento” numa abordagem superficial pode sugerir que estão em causa apenas aspetos quantitativos relacionados com o uso de recursos, uma análise um pouco mais aprofundada revela que o conceito tem uma densidade significativa e uma grande riqueza semântica.

Um dos principais pontos de rutura do decrecimento com o capitalismo situa-se na recusa da “ideologia do crescimento” e na assunção da impossibilidade de crescimento económico contínuo num planeta finito: “[afirmar] que o crescimento infinito é incompatível com um mundo finito e que as nossas produções e os nossos consumos não podem ultrapassar a capacidade de regeneração da biosfera são evidências que não dão muito trabalho a partilhar” (Latouche, 2012a:14). As consequências da atual hecatombe ecológica são ainda inimagináveis porque a biodiversidade é o “seguro de vida” da própria vida e “os tempos do sistema industrial podem chocar brutalmente contra os tempos da biosfera” (Riechmann, 2003:17-18)

O crescimento contínuo pressupõe paradoxalmente a ausência de limites em três aspetos cruciais: na produção e concomitante extração de recursos, sem atender à sua finitude; na criação de necessidades de bens de consumo, presumindo que estas são ilimitadas; e na capacidade do planeta comportar os resíduos da escalada produtivista-consumista, com os consequentes impactos ecológicos.

A ênfase na crítica ao crescimento económico visa ampliar o debate e não é uma mera questão quantitativa. Ainda que possa sugerir um centramento em aspetos economicistas, o “decrecimento significa (antes) abrir a oportunidade de desincrustar a vida dos efeitos totalizantes das estruturas e processos económicos atuais” (Demaria, et al., 2019:432). Opõe-se pois ao capitalismo neoliberal por considerar que este reduz o mundo à categoria de recurso onde pessoas, montanhas ou rios, são potenciais mercadorias e tudo adquire um valor de troca (Löwy, 2013).

A lógica de funcionamento do capitalismo requer um crescimento contínuo, ainda que compatível com curtos períodos de estagnação ou de crescimento negativo, isto é, de recessão, que são vividos pelas economias com grande apreensão. Carlos Taibo assume uma posição idêntica, ao referir que “o decrecimento não é um crescimento negativo, expressão contraditória e devedora ao imaginário desenvolvimentista. Há que evitar qualquer perceção quantitativa do que o decrecimento acarreta: “não se trata de fazer o mesmo mas em menor quantidade” (Taibo, 2011:62). O debate em torno do decrecimento partiu do Norte global e recusa políticas centradas no crescimento mas “rejeitar uma política focada no crescimento económico não implica o dogma de que nada na economia se pode expandir” (Burkhart, Schmelzer e Treu, 2020b:145). A grande oposição está direcionada para a narrativa centrada no crescimento e no PIB.

O decrescimento não será um modelo predefinido de sociedade alternativa, já que no seu fulcro está a repolitização do debate sobre sustentabilidade e sobre outros aspetos centrais da vida e das economias (Burkhart, Schmelzer & Treu, 2020b). João Tavares Roberto dá igualmente conta desta pluralidade semântica, quando afirma que o decrescimento é “definido como um movimento político, económico e social sustentado em ideias anti-capitalistas, anti-consumistas e anti-desenvolvimentistas, que pretende reabilitar a sustentabilidade ecológica e inventar novos modos de vida baseados na sobriedade” (2017:75). A proposta decrescentista aponta no sentido de uma alteração radical e profunda na vida individual e coletiva, mais vasta que um acerto entre o volume de consumo e os limites ecológicos do planeta. Trata-se de um projeto de sociedade com valores distintos, só possível num quadro pós-capitalista (Latouche, 2012a; Löwy, 2013). A metáfora do elefante e do caracol, enquanto seres com metabolismos distintos, muito usada no argumentário pró-decrescimento, ilustra bem esta ideia:

A nossa ênfase aqui está concentrada no diferente, não só em menos. Decrescimento significa uma sociedade com um metabolismo menor, mas, mais importante, com um metabolismo que tenha uma estrutura diferente e cumpra novas funções. O decrescimento não demanda fazer menos do mesmo. O objetivo não é tornar um elefante mais magro, é sim transformar um elefante num caracol. (Kallis, Demaria e D’Alisa, 2016:24)

Se a palavra decrescimento numa primeira leitura evoca a contestação do imaginário associado ao crescimento, o conceito vai além da ideia de mera redução, propondo uma sociedade com um metabolismo específico.

2.4. Decrescimento ou a-crescimento?

Decrescimento, a-crescimento, economia estacionária, crescimento zero, crescimento negativo remetem para ideias distintas, pois as três primeiras rejeitam a chamada religião do crescimento, enquanto as duas últimas dizem respeito ao PIB e inscrevem-se na ideologia do crescimento económico, defende Jakob Otto Sparr (2019).

Latouche (2010), por seu turno, defende que o decrescimento poderia representar-se de forma mais exata pela noção de a-crescimento, já que não se trata de crescimento zero, de crescimento negativo ou de desenvolvimento sustentável. O autor afirma: “com rigor, seria melhor falar em “acrescimento”, como se fala em ateísmo. Na verdade, significa muito precisamente o abandono de uma religião: a religião da economia, crescimento, progresso e desenvolvimento” (2010:519). A questão central não passa por reduzir a produção e o

consumo em intensidade, ainda que esse aspeto possa ser relevante, pois o que a agenda decrescentista pretende propor não é um outro desenvolvimento nem um outro crescimento, mas uma saída destes conceitos que Latouche classifica como tóxicos, posicionando-se claramente contra o ideário crescentista e defendendo uma sociedade com outro imaginário, dada a incompatibilidade entre decrescimento e capitalismo:

O decrescimento é forçosamente contra o capitalismo, não tanto por lhe denunciar as contradições e os limites ecológicos e sociais, mas antes de mais porque lhe põe em causa ‘o espírito’, no sentido em que Max Weber considera o ‘espírito do capitalismo’ como condição de sua realização. (Latouche, 2012a: 125)

A defesa de uma economia sem crescimento ou em estado estacionário é assumida por autores como Herman Daly (2005) e Tim Jackson (2013), a partir de propostas bastante anteriores, nomeadamente de Stuart Mill ou de Marx e Engels. Como refere Bessa Ribeiro, “as inquietações ambientais estiveram também presentes no século XIX, quando autores como Mill e, sobretudo, Marx e Engels criticaram as consequências predatórias do capitalismo e dos processos de modernização sobre o meio ambiente e os recursos naturais” (2015:37).

Herman Daly defende o desenvolvimento sustentável, entendendo-o como desenvolvimento qualitativo e não como crescimento económico. Alan Boccatto-Franco refere que apesar da crença no crescimento ilimitado da economia, na primeira metade do século XX havia economistas que assumiam uma posição crítica e destaca Joseph Schumpeter, que caracterizou o estado estacionário como “uma economia que consumiria tudo o que produziria em cada período sem acumulação, crédito, poupança ou lucros” (Boccatto-Franco, 2014:30). O autor destaca ainda John Maynard Keynes que defendeu que “o fim do crescimento económico decorreria da queda da eficiência marginal do capital, que levaria a uma taxa de juros próxima de zero” e identificou como características do estado estacionário a “população estável, a ausência de guerras e várias gerações de pleno emprego” (Boccatto-Franco, 2014:30).

O crescimento infinito só faria sentido se a economia global existisse num vazio e não na biosfera, já que esta é finita e não cresce, exceto em luz solar. Herman Daly defende que “assim que ultrapassarmos a escala ótima, o crescimento torna-se estúpido a curto prazo e impossível de manter, a longo prazo” (2005:101) propondo que a transição para uma economia sustentável se alicerce em três princípios: uma exploração dos recursos naturais limitada à capacidade de absorção dos resíduos pelo ecossistema; a exploração dos recursos renováveis limitada pelo ritmo de regeneração destes recursos; e o esgotamento dos recursos não renováveis, tanto quanto possível, limitado pelo ritmo da taxa de substituição por recursos renováveis (Daly, 2005:102). Uma economia estacionária teria uma população

humana estável, uma taxa de produção constante, com a equivalente extração de matérias-primas da natureza e produção de resíduos também estabilizada (Sparn, 2019).

Os proponentes da economia de estado estacionário, nomeadamente Herman Daly, receberam fortes críticas de autores como Georgescu-Roegen que havia sido seu mestre. Georgescu-Roegen criticara o crescimento económico após a publicação do relatório Brundtland, considerando que o crescimento sustentável é um oxímoro e defendendo a necessidade de uma retração do consumo nos países onde este é excessivo (Martínez-Alier et al., 2010), ou seja, numa perspetiva ecológica, o decrescimento implicaria uma redução física da economia. A economia de estado estacionário entende que alguns setores devem decrescer e outros crescer, existindo globalmente um equilíbrio. A esta proposta é apontado que importa então debater qual seria a redução necessária para a sustentabilidade e qual seria a escala considerada ótima para a dimensão da economia (Martínez-Alier et al., 2010:1743). A proposta de uma economia quasi-estacionária de Kerschner (2010) procura reinterpretar Daly ao propor uma economia dinâmica, com fases onde a sua escala se iria reduzindo até atingir um certo nível de estabilidade socialmente aceite como adequada, podendo voltar a crescer devido a mudanças de contexto (população, tecnologia, disponibilidade de recursos), até encontrar uma nova escala adequada à estabilidade (Bocato-Franco, 2014).

O debate entre Bergh e Kallis (2012) sobre a-crescimento e decrescimento é esclarecedor das divergências e dos pontos de contacto entre as duas propostas. Para estes autores, enquanto a visão do decrescimento propõe uma redução intencional da economia de forma a adequá-la às fronteiras biofísicas, posição assumida por Kallis e pelos partidários do decrescimento, os defensores do a-crescimento, posição onde Bergh se revê, propõem ignorar ou “abolir” o PIB como indicador de bem-estar e progresso, para que as políticas se possam focar nas prioridades ambientais, sociais e económicas, sem o condicionalismo dos impactos que podem ser provocados no PIB. Embora crítico do crescimento como ideologia, Tim Jackson (2013) coloca também o debate em torno da prosperidade sem crescimento, nomeadamente quando afirma: “as nossas tecnologias, a nossa economia e as nossas aspirações sociais estão todas desalinhas com qualquer expressão significativa de prosperidade. A visão do progresso social que nos impele - baseada na expansão contínua dos desejos materiais é fundamentalmente indefensável” (2013:9-10). Este autor considera que para lá de um certo ponto, a busca contínua por crescimento económico não parece proporcionar felicidade, podendo mesmo impedi-la.

Jeroen van den Bergh e Giorgos Kallis, ainda que assumam posições diversas, entendem que não devemos cair na armadilha de ser incondicionalmente pró ou anti-crescimento. Uma sociedade de a-crescimento, ao libertar-se do PIB como indicador, pode concretizar políticas ambientais urgentes como a “transição em grande escala de

combustíveis fósseis para fontes de energia renováveis em resposta aos riscos de pico do petróleo e mudanças climáticas” (2012:911) e pode ainda enfrentar o problema do desemprego, sem ter de responder a imperativos de produtividade ou de impacto no PIB pois “a-crescimento não significa ser a favor do crescimento nulo ou negativo. Apenas elimina o desnecessário constrangimento do crescimento incondicional do PIB, que dificulta nossa busca por progresso humano” (Bergh & Kallis, 2012: 912).

Para Kallis o decrescimento assume um posicionamento diverso, passa por uma redução da produção e consumo para garantir que a atividade humana permanece dentro dos limites biofísicos: “o decrescimento vai além da crítica ao PIB, para exigir explicitamente uma redução intencional da atividade económica e da riqueza material” (Idem).

Para estes autores a diferença reside no facto de a estratégia do a-crescimento ser agnóstica sobre o que acontece à economia, desde que sejam seguidas boas políticas ambientais e sociais, enquanto a estratégia do decrescimento inverte essa relação de causalidade, defendendo que a economia deve ser reduzida para atender às metas ambientais e sociais (Bergh & Kallis, 2012:913). Em comum partilham a recusa do crescimento como finalidade social mas, para Bergh e para a corrente do a-crescimento é possível implementar uma regulamentação ambiental séria e eficaz se não forem atendidos os seus impactos no PIB. Pelo contrário, os decrescentistas como Giorgos Kallis, François Schneider, entre outros, preferem assumir o decrescimento e deste modo a direção que entendem que as políticas devem tomar, defendendo que “a visão do decrescimento sugere que apenas uma sociedade que abraça conscientemente o objetivo de reduzir a sua produção e consumo é capaz de aceitar políticas ambientais” (Bergh e Kallis, 2012:915).

Estas duas propostas podem ser consideradas extremistas num contexto onde a ideologia do crescimento seja pouco questionada, o que leva os autores a considerarem que o a-crescimento pode granjear maior aceitação junto de políticos e economistas, enquanto admitem que a perspetiva do decrescimento poderá ser melhor acolhida nos movimentos sociais que, por sua vez, poderão vir a fazer pressão no sentido da adoção de abordagens de decrescimento nos níveis de decisão política (Bergh e Kallis, 2012: 916).

Barbara Muraca partilha desta crítica ao crescimento considerando que “pelo menos nos países industrializados, o crescimento em termos de PIB e qualidade de vida, a partir de um certo limiar não estão relacionados” (Muraca, 2012: 542).

Demaria, Kallis e Bakker destacam que “o objetivo não é um crescimento melhor (definido de várias maneiras como mais inclusivo ou mais verde), mas um outro tipo de sociedade, em que crescimento e desenvolvimento não são métricas ou significantes centrais” (2019: 432). Por sua vez, Carlos Taibo identifica o decrescimento como rejeição inequívoca de qualquer ideia de crescimento moderado afirmando:

A moral que inspira o projeto que aqui defendemos afasta-se claramente do ‘crescei e multiplicai-vos’. Postula, pelo contrário, uma sociedade em que a qualidade pesa mais do que a quantidade, a cooperação se impõe à competição e em que a justiça social encurrala o economicismo. No núcleo dessa sociedade deve despontar o que Illich qualificou de convivialidade, isto é, uma expansão das relações sociais de convivência num quadro de frugalidade, sobriedade, simplicidade voluntária e austeridade no consumo material. (2011:90)

O decrescimento é claramente incompatível com o capitalismo porque o seu metabolismo é radicalmente diferente. André Barata sublinha a necessidade de questionarmos a intencionalidade motora do sistema produtivo capitalista, pois “não se produz para acudir necessidades, antes se produzem necessidades para acudir à produção” (Barata, 2018:60), acrescentando que é necessário reconhecermos “a força destrutiva de um sistema produtivo que não tem sucesso a não ser em desequilíbrio, com a sua dependência cancerígena de permanente crescimento” (Idem).

Parrique desmonta os mal entendidos que levam alguns autores a considerar que o decrescimento é compatível com o capitalismo e mostra como a discordância não se restringe ao crescimento económico, pois o decrescimento critica também a desigualdade, o trabalho assalariado, a mercantilização e a competição no mercado. Esta afirmação “aplica-se às economias capitalistas em crescimento e sem crescimento (por exemplo, o capitalismo estacionário de Daly)” (Parrique, 2019:389). A rejeição do capitalismo tem por base o facto de as suas instituições constitutivas estarem em contradição direta com valores do decrescimento, como a suficiência, a autonomia, a desmercadorização ou a produção de bens comuns. Não se trata de reduzir a produção e o consumo porque, sintetizam Ashish Kothari, Ariel Salleh, Arturo Escobar, Federico Demaria e Alberto Acosta na introdução ao *Pluriverso - Dicionário del Posdesarrollo*:

Fazer mais do mesmo, ainda que melhor, não é suficiente. O caminho a seguir não se limita a tornar as empresas multinacionais mais transparentes ou as burocracias reguladoras fortes, também não é uma questão de reconhecimento da cidadania plena de ‘pessoas de cor’, dos ‘idosos’, dos deficientes, das mulheres ou das pessoas ‘queer’ segundo políticas pluralistas. (Kothari et al., 2019:38)

Verificam-se algumas reservas face às propostas de decrescimento relativas aos países do Sul e uma controvérsia acesa sobre o sentido que o decrescimento terá nestes contextos, já que para muitos autores o Sul precisa ainda de crescer para poder satisfazer as suas necessidades básicas. Esta é uma questão que necessita de maior aprofundamento, pois um

caminho de bem viver para os países do Sul não terá de passar por uma sociedade consumista. Bárbara Muraca lembra que “mesmo nos países pobres, nos quais o crescimento pode ser considerado um fator mais importante para o bem-estar e para a melhoria da qualidade de vida, o seu impacto depende muito da forma como os seus frutos são usados nas políticas governamentais” (Muraca, 2012:540) e não se verifica uma associação direta em termos de crescimento e justiça, quando não estão associadas políticas com sentido redistributivo. Desta forma, a ideia de que o crescimento económico seria o único meio para reduzir as desigualdades, ou ainda, que ele é fundamental para reduzir a pobreza dos países do Sul, não será mais que um mito.

O decrescimento não se opõe ao aumento da produção alimentar para fazer face à fome ou responder a necessidades de pessoas que vivem sob condições materiais indignas (Bayon et al., 2011). O decrescimento no Norte é considerado uma condição necessária para que o Sul possa crescer na resposta a essas necessidades, o que não significa que o projeto de futuro do Sul tenha que seguir os mesmos passos dados pelas sociedades do Norte, antes se destaca a necessidade de “um questionamento radical do sistema de necessidades instaurado pelos países ‘desenvolvidos’, sejam capitalistas ou socialistas e a importância de “afirmar claramente que o nível material de consumo dos países ‘desenvolvidos’ é extremamente desigual, seja em relação ao Sul ou às gerações futuras” (Bayon et al., 2011:24). Sendo a pobreza no Sul resultado da exploração de seus recursos naturais e humanos a baixo custo por parte do Norte, o decrescimento no Norte reduzirá a demanda e os preços dos recursos naturais e dos bens industriais, tornando-os mais acessíveis ao Sul” (Kallis et al., 2016a:26).

Uma outra questão de grande pertinência no debate sobre o decrescimento diz respeito à dimensão da população mundial, cuja taxa de crescimento no Sul é significativa. Ainda que não seja possível calcular a dimensão ideal da população que o planeta pode suportar, até porque isso está claramente dependente do nível de consumo médio de recursos, é também assumido que a população não poderá crescer infinitamente. Para Sparr (2019) o decrescimento rejeita liminarmente mecanismos autoritários de controlo da população e aposta em medidas que garantem não só o acesso à saúde reprodutiva, mas que também têm impacto no empoderamento das mulheres.

No Norte, ao envolver uma redução da produção e do consumo, o decrescimento permite a criação de "espaço ambiental" para que o Sul possa crescer, sem que se excedam os limites biofísicos em termos globais (D'Alisa et al., 2016). Esta discussão é relevante por três motivos: assume com clareza as responsabilidades do Norte global face à degradação ambiental e assinala as disparidades no consumo de recursos existentes entre o Norte e o Sul, deixando claro que os modos de produção e de vida no Norte são os principais responsáveis pelo atual dilema (e não a pobreza no Sul); porque os padrões de consumo no

Norte não são sustentáveis nem poderiam ser generalizados a todo o planeta; e porque desta forma se evidencia a necessidade de redistribuição, pois, se existem limites para o crescimento e se os recursos são finitos, a redução da desigualdade (material) obriga a uma distribuição mais equitativa. A necessidade de decrescimento no Norte para permitir que o Sul possa satisfazer as suas necessidades está patente no *slogan* amplamente difundido na comunidade decrescentista: “viver simplesmente para que outros possam simplesmente viver”.

2.5. O decrescimento como proposta

O decrescimento formula uma crítica radical à sociedade do crescimento e tem também uma vertente propositiva: é um desafio à imaginação de alternativas ao capitalismo, mais vasto que uma simples adaptação aos limites biofísicos do planeta. Constitui um projeto emancipatório articulado, embora se reconheça a necessidade de um maior aprofundamento quer ao nível conceitual, quer na experimentação de soluções, para melhor definir os contornos do processo de transição para uma sociedade de decrescimento.

As propostas de uma reforma fiscal decrescentista visam redirecionar a economia para atividades com menor impacto ecológico e maior impacto social. Kallis et al. (2016b) propõem um redirecionamento dos impostos, sobretudo daqueles que incidem no trabalho, para a utilização de energia, emissões de carbono e consumo de bens de luxo.

A partir da análise de literatura sobre decrescimento, Inês Cosme et al. (2017) consideram que face ao objetivo de redução dos impactos ambientais, as principais propostas que podem ser identificadas dizem respeito à redução do uso de recursos através de um menor consumo de matérias primas e de energia; ao encorajamento ou criação de incentivos à produção e consumo locais; e à promoção de mudanças nos padrões de consumo.

Para o objetivo de redistribuição do rendimento e da riqueza dentro e entre os países, as propostas que Cosme et al. (2017) identificaram como mais comuns foram: promoção de moedas sociais, sistemas de troca não monetários e instituições de crédito alternativas; distribuição justa de recursos por meio de políticas redistributivas; partilha do trabalho; rendimento básico universal; definição de rendimentos máximos; reforma dos estatutos corporativos e do sistema de propriedade; melhoria da segurança social e investimento em bens públicos; e tributação redistributiva. Face ao objetivo relativo à transição de uma sociedade materialista para uma sociedade convival e participativa, as propostas mais comumente apresentadas consistem na promoção de estilos de vida frugais, na redução da jornada de trabalho e na valorização das atividades não remuneradas e informais.

A partir das propostas dos diversos autores e autoras do decrescimento que concedem ênfase a aspetos distintos, ainda que complementares, estabelecemos uma ligação entre estes e as raízes conceituais do decrescimento identificadas por Flipo (2012). Analisamos em seguida com maior detalhe cinco dimensões que sobressaem: a descolonização do imaginário que liga consumo e bem-estar; a redução do metabolismo societal em termos de produção e consumo; a mudança no paradigma do trabalho e do uso do tempo, no sentido de uma sociedade mais convivial; a justiça social através da redução das desigualdades, nomeadamente no acesso ao rendimento; e a participação democrática.

2.5.1. Descolonizar o imaginário do crescimento

A necessidade de alterar profundamente o modelo de vida ocidental e a aspiração a um futuro alternativo são reiteradas por Latouche que considera necessário fazer uma mudança radical “nem mais nem menos que uma mudança cultural, que deverá desembocar na refundação da dimensão política”, concluindo que “o projeto do decrescimento, é, portanto, uma utopia, quer dizer, uma fonte de esperança e de sonho” (2012a:48). O decrescimento surge como crítica radical à ideologia do crescimento e da sociedade de consumo, com os seus três ingredientes básicos: a publicidade, porque gera continuamente novas necessidades; a obsolescência programada dos produtos, que conduz à sua rápida substituição; e o crédito, pela sua função facilitadora do consumo (Latouche, 2012a). D’Alisa lembra que o estímulo ao consumo tem um efeito perverso porque “legitima cada indivíduo a mobilizar todos os recursos necessários à realização de seus desejos e vontades pessoais” (2019:1).

A importância da utopia na construção de futuros alternativos é assinalada por Bárbara Muraca (2020) que destaca o seu papel na “educação do desejo” que, ao invés da repressão e imposição da simplicidade voluntária, permite a libertação das forças que determinam a vontade de querer possuir sempre mais e ensina a autonomia, enquanto projeto coletivo. O decrescimento só seria possível no contexto de um modelo de sociedade onde a simplicidade voluntária resultaria então de uma autolimitação consciente, ou seja, da adoção de estilos de vida mais frugais, enquanto escolha possibilitada pela libertação da tirania do desejo, que alimenta o imaginário cultural ligado ao consumo.

A ânsia pelo consumo está ligada ao reconhecimento social de cada pessoa e conecta-se intimamente com o estilo de vida adotado, devido à estreita relação entre a posse dos bens materiais ou imateriais prescritos para cada posicionamento nas hierarquias sociais (Lucas dos Santos, 2011). Por esse motivo, Bárbara Muraca (2012) considera que importa ir mais longe nas propostas de descolonização do imaginário do crescimento defendidas por Latouche e reforçar a renegociação dos padrões de reconhecimento social. Descolonizar o

imaginário significa, portanto, desmercadorizá-lo e emancipá-lo da torrente de desejos que alimenta a obsessão pelo consumo.

O processo de des-economização está no centro do decrescimento. Timothée Parrique (2019), na senda de Latouche, considera ser necessária uma des-economização simbólica do imaginário e das práticas, isto é, uma emancipação face ao pensamento económico hegemónico, que “envolve a redução da centralidade de certas instituições como trabalho assalariado, propriedade privada, mercados, dinheiro ou negócios com fins lucrativos” (Parrique, 2019:246).

Quando as necessidades materiais básicas estão satisfeitas, o aumento da riqueza não tem efeitos na felicidade porque o rendimento extra é utilizado cada vez mais no acesso a bens posicionais, num jogo de soma nula porque “todos querem crescimento para elevar a sua posição, mas, à medida que todos sobem juntos, ninguém fica melhor, num jogo de soma zero. Pior ainda, o crescimento encarece os bens posicionais” (Kallis et al. 2016a:28). Considera-se assim que o crescimento não tem apenas limites ecológicos, possui também limites sociais, pois a espiral de competição acaba por reduzir a perceção subjetiva de felicidade (Muraca, 2012). Kallis e March defendem que “o imaginário decrescentista não concebe a autolimitação como uma resposta imposta pelos limites objetivos da natureza, mas antes por uma ação que tenta produzir determinadas sócio-naturezas mais democráticas e igualitárias, fora do capitalismo” (Kallis e March, 2015:29).

Numa leitura superficial, o decrescimento poderia ser visto como uma proposta que advoga um retrocesso, já que o imaginário hegemónico tende a ligar estreitamente a satisfação individual ao acesso a bens de consumo. Poderíamos mesmo supor que o decrescimento propõe uma perda de conforto e o regresso a um tempo onde a vida seria mais difícil, sem acesso à atual panóplia de tecnologias facilitadoras. Na realidade, o decrescimento propõe uma vida mais frugal, mais convivial e questiona a centralidade do trabalho. Tal frugalidade afasta-se das políticas de austeridade, nomeadamente das que se abateram sobre os países do Sul da Europa, na sequência da crise de 2008, porque é resultante de uma escolha possibilitada pela libertação da compulsão consumista e não a consequência de uma imposição. No entanto, o facto de o decrescimento expressar sobretudo valores pós-materialistas e difundir a ideia de frugalidade, permite-lhe mobilizar a classe média ocidental “verde”. Embora, aponta Stefania Barca, não possa contar com uma fácil adesão das classes sociais com rendimentos mais baixos, que já vivem a “frugalidade” como condição e não como resultado de escolhas pessoais (Barca, 2019).

Reconhecendo as consequências psicológicas, sociais e ambientais negativas do consumismo competitivo, Muradian considera que “um discurso focado na redução voluntária do consumo e da produção está muito longe das aspirações das populações desfavorecidas e cria importantes barreiras de comunicação” (2019: 258). Para este autor,

uma estratégia baseada numa redução individual do consumo peca por ser ineficiente, pois a frugalidade voluntária não altera os desequilíbrios de poder global: “do ponto de vista da mobilização política e das lutas pelo poder, uma estratégia de transformação social baseada na frugalidade voluntária é no mínimo muito ingénuas” (2019: 259). Acresce, como tem sido visível em muitos protestos, que os grupos sociais com rendimentos mais baixos e que anseiam por ver o seu poder de compra aumentar, podem mobilizar-se contra movimentos de cariz ambiental, por exemplo, na contestação a unidades fabris poluentes que criam emprego, como explorações mineiras, nos impostos sobre produtos petrolíferos que encarecem as deslocações, na construção de grandes infraestruturas, etc.

O decrescimento, se mobilizar apenas as classes médias mais letradas das esquerdas ocidentais, isto é, “se permanecer confinado a uma proporção muito pequena da população global, é improvável que atinja seus objetivos principais de política, a saber, uma redução significativa no metabolismo social do sistema económico global e uma mudança nas relações de trabalho” (Muradian, 2019:259).

Carlos Taibo lembra que quando se afirma que nos países ricos o consumo de energia se deveria reduzir em metade, poderá parecer que se trata de reivindicar a restauração de formas de vida e de economia ancestrais, quando, de facto, “o consumo derivado não seria o próprio do império romano ou da idade média, mas sim o característico do decénio de 1960” (2011:45).

Não existe um passado idílico a que o decrescimento queira regressar, um “antes” e um “depois”, mas sim um posicionamento contracorrente que implica a reeducação do próprio desejo, defendem Kallis e March (2015), autores para quem não está em causa regressar ao passado mas desenhar uma ideia de futuro, isto é, de “uma sociedade que finalmente se dá conta de que tem o suficiente e que estabelece as instituições para partilhar os bens comuns, [que] pode abster-se da acumulação e assim superar o capitalismo e as suas desigualdades” (Kallis e March, 2015:29).

2.5.2. Reduzir o metabolismo

O decrescimento aponta para uma sociedade com outro metabolismo e para uma alteração profunda na nossa vida individual e coletiva. Kallis e March (2015) assinalam que o capitalismo junta duas faces de uma mesma moeda: a insaciabilidade e a escassez económica. Uma vez que as necessidades são alimentadas no sentido de serem ilimitadas, os recursos para lhes fazer face não poderão deixar de ser escassos. Estes dois autores, ainda que considerem a existência de exceções relativas às necessidades de sobrevivência, destacam que a escassez e a abundância são socialmente construídas, e mais do que uma escassez de recursos, entendem que existe um excesso desmesurado de aspirações.

A redução da produção e do consumo exige um debate profundo sobre as escolhas sociais relativas às atividades a reduzir e àquelas que deverão crescer, “esta escolha não pode ser deixada apenas às forças do mercado, porque os mercados muitas vezes trazem destruição ao invés de adaptação gradual (a crise atual é um exemplo), e porque os mercados discriminam em favor dos ‘ricos’ e contra os que ‘não têm’ ” (Kallis, 2011: 875).

A autossuficiência e a simplicidade voluntária, que se traduzem na redução dos níveis de consumo estão também presentes nas propostas de Carlos Taibo quando afirma que “se não decrescermos voluntária, racional, solidária e ecologicamente, teremos que decrescer levados pelas circunstâncias de carestia da energia e mudança climática que acompanham o afundamento, cada vez mais fácil de imaginar, do capitalismo global” (2011:67-68). O autor identifica algumas linhas para um projeto societal alternativo, num contexto de pós-colapso. Entre as grandes alterações que vislumbra destaca a redução significativa em termos de consumo de energia e matérias primas - devido à sua menor disponibilidade -, uma reorientação para fontes renováveis e uma redução significativa da mobilidade (Taibo, 2019).

A recuperação da pegada ecológica para um nível igual ou inferior a um planeta, que aliás é a única compatível com a sustentabilidade da vida, faz também parte das propostas de Serge Latouche (2012a) que propõe a redução de consumos intermédios (por exemplo, de embalagens) e a redução drástica do desperdício de energia. Latouche defende que o custo efetivo dos transportes integre o valor relativo aos danos que lhe são inerentes e propõe também uma penalização forte das despesas com publicidade, porque ela é criadora de necessidades que não são vitais e promove o consumo de bens claramente nefastos. Aliás, o autor considera a publicidade parte daquilo que designa por “deseconomias externas” que criam, como sugere o documentário *Decrescimento: do mito da abundância à sobriedade voluntária*” de Casariego (2016) a sociedade de consumo e a ideia de inesgotabilidade dos recursos.

Neste quadro, a produção deveria ser assegurada sobretudo através de cooperativas, tendo a produção destinada ao mercado um significado muito menor do que aquele que assume hoje (Latouche, 2012a). O desenvolvimento do setor cooperativo e não-mercantil surge também entre as propostas de Kallis et al. (2016b), sobretudo no estímulo às redes de alimentação, à economia solidária e às atividades ligadas ao cuidado.

Latouche (2012a) propõe a realocação da produção tendo em vista a redução das deslocamentos de pessoas e de mercadorias e uma agricultura de base camponesa, mais local e mais assente em produtos sazonais. Numa linha similar, Carlos Taibo (2011) defende a primazia do local sobre o global, pelos custos ambientais que permite reduzir, nomeadamente em termos de transportes e embalagens e pela maior autonomia que proporciona. Taibo é partidário de uma rerruralização geral, muito centrada num

abastecimento tão local quanto possível e na des-urbanização das cidades mais vinculadas à industrialização, um processo que designa por enverdecimento geral das cidades “em que participarão as ruas, os pátios e os telhados, com especial proliferação das hortas urbanas” (2019:174). Este “enverdecimento” não tem qualquer relação com as propostas do capitalismo verde, já que assenta na proliferação das hortas urbanas e de espaços agroflorestais, dentro das cidades.

Uma das críticas a esta reivindicação do local que está presente em Taibo e também noutros autores ligados ao decrescimento é apontada por Bárbara Muraca, que assinala o risco de “localismos radicais e a idealização de redes relacionais e sociais (2012:543), pois a escala local não é alheia a relações de força.

A relação do decrescimento com a tecnologia tem sido alvo de muitos equívocos. As propostas de reflexão crítica sobre o desempenho das tecnologias face ao bem comum embatem na crença amplamente difundida que vê nelas um valor em si e, mais genericamente, uma solução para os problemas do mundo, ignorando os danos sociais e ambientais que possam causar. Rutger Bregman (2018) lembra que a tecnologia não determina o curso da história:

No fim, somos nós, humanos, que decidimos como dar forma ao nosso destino. O cenário de desigualdade radical que se desenha no mundo não é a única opção. A alternativa é que, em algum momento neste século, possamos rejeitar o dogma de que é preciso trabalhar para viver. Quanto mais rica uma sociedade se torna, menos eficaz será o mercado de trabalho para distribuir prosperidade. (2018:86)

As profundas mudanças tecnológicas que o Norte global viveu nas últimas décadas não se traduziram na libertação de tempo de trabalho nem na redução das desigualdades. Bessa Ribeiro (2015) refere que a existência de condições técnicas não foi razão para que se concretizassem promessas de justiça social, porque a evolução tecnológica não está vinculada à criação de bem comum, já que as inovações resultam dos interesses das empresas em maximizar o lucro ou sobreviver à concorrência e acrescenta que “as assimetrias na produção, distribuição e uso das técnicas não deixam de ter impacto na produção e consolidação das desigualdades, quer entre países, quer no interior destes” (Ribeiro, 2015:69).

Kallis e March (2015) reiteram que o decrescimento não rejeita o uso de tecnologias, preconiza antes uma atitude crítica que passa por uma seletividade técnica, orientada por um centramento nas tecnologias que podem ser de utilização e compreensão mais simples e, portanto, de apropriação mais democrática. Também Cattaneo et al. (2012) apontam a necessidade de reduzir o sistema tecnológico para que este possa ser objeto de um maior controlo coletivo, a partir da ideia de Ivan Illich que defendia existir uma relação inversa

entre escala e democracia. Estes autores lembram que “a primeira influência-chave na literatura do decrescimento é o trabalho de Illich e a sua crítica aos grandes sistemas tecno-burocráticos de saúde, transporte e educação” (Cattaneo et al., 2012:516).

Kallis e o coletivo Research and Degrowth (2016b) propõem um redirecionamento dos recursos públicos das “atividades sujas”, como as infraestruturas de transportes privados (estradas e aeroportos), as tecnologias militares, os combustíveis fósseis e a mineração de grande porte para o transporte público, as bicicletas partilhadas, as energias renováveis com controlo descentralizado e infraestruturas de saúde, educação, etc. A defesa da redução do gigantismo das infraestruturas produtivas, das organizações administrativas e dos sistemas de transportes e a valorização daquilo que é pequeno, porque permite um controlo pelos seus utilizadores faz também parte das ideias defendidas por Carlos Taibo (2011, 2019). Na sua antevisão de uma sociedade decrescentista, Taibo imagina uma alteração na tecnologia devido à obsolescência de muitos equipamentos que hoje usamos, determinada pela crise energética. Defende a necessidade um conhecimento mais ligado às necessidades práticas e às exigências que poderão ser inerentes à redução da dependência face a sistemas complexos (Taibo, 2019). Félix Guattari (2012) também defende que não existe qualquer relação de causa e efeito entre o crescimento dos recursos técnico-científicos e o desenvolvimento dos progressos sociais e culturais, o que o leva a concluir que é necessária uma gestão mais coletiva, capaz de orientar as ciências e as técnicas para finalidades humanas. Na sua proposta ecosófica das três ecologias assinala aquilo que designa por paradoxo lancinante:

de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios técnico-científicos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta e, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para os tornar operativos. (Guattari, 2012:12)

A crença na tecnologia e na sua capacidade para resolver os desafios ecológicos que o planeta enfrenta através da invenção de mecanismos capazes de funcionar com um menor dispêndio de energia é rebatida pelo designado Paradoxo de Jevons, que mostra como as melhorias de eficiência energética não reduzem o impacto sobre os recursos naturais. Em 1865 o economista britânico Stanley Jevons procurou mostrar que os ganhos ecológicos conseguidos por uma otimização tecnológica capaz de gerar maior eficiência e menor consumo de energia, por norma, são absorvidos pelos incrementos no consumo, fazendo com que o seu impacto se dilua. Este exemplo é facilmente ilustrado através da utilização de lâmpadas de baixo consumo ou de veículos elétricos: uma maior eficiência torna o custo de utilização mais baixo, o que gera um uso mais intensivo e, dessa forma, conduz à

absorção dos potenciais ganhos criados pela eficiência energética. Em suma, uma economia tecnologicamente mais avançada, consome também mais recursos (Kallis et al., 2016a:29).

Uma sociedade com menor consumo de energia terá possivelmente um PIB menor. Kallis (2011) e Kallis et al. (2016b) propõem a libertação da obsessão pelo PIB e afirmam que embora o objetivo do decrescimento não esteja diretamente ligado à redução do PIB, levará à sua diminuição, o que não pode ser confundido com um período de estagnação ou de redução do PIB numa sociedade de crescimento, pois aí seria considerado recessão ou, quando mais prolongado, uma depressão. A utilização do PIB como medida de bem-estar é alvo de ampla contestação, que envolve não só autores do decrescimento como muitas outras correntes críticas do capitalismo, como vimos anteriormente.

2.5.3. Trabalho e convivialidade

A centralidade do trabalho no imaginário do Norte global, o seu papel fundamental no acesso ao rendimento e no estabelecimento de redes de relacionamento social fazem com que este seja um aspeto fundamental na reflexão decrescentista.

A divisão do trabalho não resulta de um acordo concertado quanto à sua distribuição, seja ela geográfica, interclasses ou entre géneros e é evidente a existência de uma cadeia hierárquica com fortes relações de subordinação. A este propósito Bessa Ribeiro refere que o capitalismo tem uma divisão extensiva do trabalho, quer de um ponto de vista funcional (ocupacional), quer geográfico: “as atividades económicas não estão distribuídas de uma forma homogénea por todo o sistema mundial, ou seja, os ganhos e os custos não são partilhados de uma forma igualitária por todos os indivíduos e entidades políticas que o compõem” (Ribeiro, 2015:59). O autor assinala que a divisão internacional do trabalho se tem conseguido compaginar com a diversidade política dos Estados, num sistema de relações de dominação, com um centro que explora a periferia através da troca desigual e uma semiperiferia na posição intermédia. Este sistema não é estático e a posição ocupada pelos diversos estados que o compõem é sujeita a mudanças.

Para Stefania Barca (2019) a centralidade do trabalho exige que as propostas decrescentistas concedam uma atenção particular a este aspeto. A autora desenvolve a sua reflexão em torno do papel que a classe trabalhadora poderá assumir num processo de transição. Entende que o decrescimento deve visar a criação de um sistema de produção verdadeiramente democrático e controlado pelos trabalhadores e trabalhadoras, onde a alienação seja ativamente combatida através de uma reapropriação coletiva do produto do trabalho e de um processo democrático de tomada de decisão sobre o uso do lucro. Será então fundamental ter uma perspetiva clara sobre como ocorre a alienação e como esta poderá ser revertida, porque, segundo Barca (2019), a alienação dos produtores face ao seu

trabalho leva a que o excedente seja reinvestido no aumento da produção. Consequentemente “o projeto de construção de uma sociedade de decrescimento só pode começar promovendo a desalienação, reabrindo a possibilidade de controlo para os trabalhadores e a democracia económica, do local de trabalho à sociedade em geral” (Barca, 2019:208). Esta autora considera que na ausência de alternativas viáveis pode ser difícil para muitos trabalhadores enfrentarem a possibilidade de perda do emprego, não importando quão sujo e perigoso este possa ser e exemplifica recorrendo aos grandes conflitos que se têm travado e que envolvem ativistas ambientais e trabalhadores. Esta tensão entre lutas ecológicas e trabalho é central porque, mesmo quando os sindicatos e os partidos trabalhistas se afirmam sensíveis às questões climáticas e ambientais, na sua maioria estão presos ao paradigma do crescimento e às propostas que se fundam na possibilidade de um capitalismo verde. Por este motivo, Stefania Barca concede especial relevo à articulação entre decrescimento e políticas de trabalho, através da mobilização do sindicalismo de base, tendo em vista uma consciência de classe ecológica, o que implicaria uma reformulação das ideias de classe em geral e da classe trabalhadora em particular: “esta articulação é um ponto de partida crucial para o desenvolvimento de novas formas de consciência político-ecológica que vão além das atuais divisões entre sindicalismo e decrescimento e movimentos de justiça ambiental” (2019:212). Aqui, a consciência de uma classe ecológica e emancipatória corresponde à “consciência de que as mudanças climáticas (e a violência ambiental em geral) são as mais novas formas de luta de classes - como sempre, articuladas com género e dominação racial (2019: 214).

Esta autora considera, aliás, que o sujeito político de uma transição para o decrescimento não se pode confinar à classe média global, ecologicamente consciente, e tem de incluir a classe trabalhadora em geral e as organizações de trabalhadores industriais. Por este motivo, defende que o decrescimento assuma uma posição mais clara face à emancipação, seja ela relativa à alienação pelo trabalho assalariado, seja face à apropriação capitalista (ou pelo Estado) do trabalho reprodutivo, questão que analisaremos mais detalhadamente no próximo capítulo.

Bárbara Muraca acrescenta a este debate a reflexão sobre o papel simbólico do trabalho remunerado que, se por um lado tem um desempenho importante no acesso ao rendimento, constitui também um veículo de reconhecimento social e um mecanismo de estabelecimento de redes relacionais. Defende que não basta dissociar o trabalho remunerado do acesso ao rendimento e estabelecer uma definição mais abrangente de trabalho, que dê também conta do trabalho de cuidado, voluntário e doméstico: “esta mudança requer mais do que uma mudança no sistema institucional e político e não pode ter sucesso se não abordar a questão de formas alternativas de reconhecimento social e participação pública para todos os cidadãos” (Muraca, 2012:544).

Nas propostas decrescentistas, a redução da centralidade do trabalho ocorre em paralelo com a revalorização do lazer e é frequente encontrar referências críticas à obsessão pelo trabalho em detrimento do ócio. Taibo (2011), por exemplo, assinala que no Ocidente falta tempo para uma vida saudável e para uma relação equilibrada com o ambiente e, face à crescente escassez do trabalho pago, coloca em alternativa à criação de uma sociedade de desemprego, a criação de uma sociedade de lazer. Para o autor, é necessário que a vida social possa triunfar face à lógica da propriedade e do consumo ilimitado. Num futuro decrescentista Carlos Taibo (2019) identifica a possibilidade de mudança nas relações sociais, na saúde e na educação, antevendo uma recuperação da vida social e de lógicas de cooperação solidárias e horizontais, afirmando:

podemos viver melhor com menos, aumentando o peso da vida comunitária, desmercantilizando o trabalho, reduzindo o stresse, procurando uma relação mais fluida com o meio natural, consumindo produtos sãos e próximos e respeitando os direitos dos animais e, por último desenvolvendo uma vida soberana. (2019: 166-167)

Também Latouche (2012a) segue uma posição similar ao propor o incremento da criação de bens relacionais (amizade, conhecimento, etc.), que não têm impacto nos recursos naturais. Na transição para uma sociedade do decrescimento é expectável um aumento do desemprego, devido ao abandono de vários setores de atividade. Carlos Taibo sublinha a necessidade de expansão das atividades em áreas da economia ligadas à satisfação das necessidades sociais e ambientais e ainda a partilha do trabalho existente porque “o decrescimento pode reduzir a oferta de empregos. A redistribuição e a redução do tempo de trabalho podem atenuar esse problema. Por outro lado, as atividades relacionadas com o cuidado podem ser incrementadas” (Taibo, 2011:40) o que o leva a concluir que “o resultado final será que trabalharemos menos, disporemos de muito mais tempo de lazer e reduziremos sensivelmente os níveis de consumo” (Taibo, 2011:65).

A crescente escassez de trabalho veio colocar em debate esta centralidade e abriu espaço para a reflexão em torno daquilo que Barata identifica como quatro mitos que importa desmontar, porque se converteram em lugares-comuns: “1) o mito de que o trabalho assalariado é individualmente realizador; 2) o mito de que o trabalho assalariado é um aspeto central da vida em sociedade; 3) o mito de que, em geral, não se trabalha se não houver a pressão do salário; 4) o mito de que se gasta com muito mais critério o que custa a ganhar” (2018:41).

Estes enunciados reconhecem que o trabalho é escasso e que é também um bem básico que precisa de ser redistribuído. Situam-se na mesma linha das medidas propostas por Bregman (2018) que defende uma redução do horário de trabalho para 15 horas semanais, articulando esta proposta com a atribuição do Rendimento Básico Incondicional, que

detalhamos na mais à frente. Bregman analisa a polarização do mercado de trabalho e a robotização de milhares de empregos que podem ser deixados às máquinas e afirma:

A redução da jornada de trabalho precisa, em primeiro lugar, ser recuperada como ideal político. Então poderemos reduzir a jornada semanal passo a passo, trocando dinheiro por tempo, investindo mais em educação e desenvolvendo um sistema de reformas mais flexível e boas garantias de licença-paternidade e creches. (Bregman, 2018: 65)

Para Bregman é fundamental questionar o dogma de que é preciso trabalhar para viver e defende que é necessário apostar numa redistribuição em massa: “redistribuição de dinheiro (renda básica), de tempo (semana de trabalho mais curta), de impostos (sobre o capital, não sobre o trabalho) e, claro, de robots” (2018: 86).

No campo do decrescimento existe um razoável consenso relativo à necessidade de redução do tempo de trabalho, na medida em que, como refere Latouche, “sem um ‘reencantamento’ da vida, o decrescimento estaria votado ao fracasso. Permanece a necessidade de voltar a dar sentido ao tempo liberto” (2012a:118), um tempo que não será destinado a atividades mercantis, cujo uso seria qualitativo, onde a lentidão e a contemplação têm lugar, o que consiste na reabilitação da *vita* contemplativa.

A questão do tempo é essencial, aliás Riechmann defende mesmo que “a crise ecológica mundial tem muito a ver com o desgoverno dos tempos” (2003:14) porque “o ‘capitalismo cultural’ desenvolve uma elaborada estratégia para sequestrar o tempo das pessoas, luta por ocupar o máximo de tempo possível da consciência de cada indivíduo com conteúdos pré-fabricados” (Riechmann, 2003:38). Barata, que defende a rutura com uma conceção hegemónica do tempo, mostra como hoje não são necessárias fábricas para que exista esta industrialização do tempo: “é apenas preciso que o trabalhador tenha uma determinada relação social com o tempo: a capacidade de tornar o trabalho mensurável possibilita uma pressão para incrementar a própria produtividade” (Barata, 2018:102) e acrescenta que “a grande novidade é a passagem de uma industrialização humana através da sua relação com o tempo para uma industrialização do próprio tempo humano” (Ibid.).

2.5.4. Desigualdades e redistribuição da riqueza

Bárbara Muraca, autora que teve um contributo importante no aprofundamento das conceções de decrescimento, assinala que durante vários anos o debate em torno do decrescimento e do crescimento esteve muito dominado pelas questões inerentes à criação de indicadores alternativos para medir as economias nacionais. Sem deixar de reconhecer alguma relevância a esta questão, defende que o esquecimento ou o menosprezo das reflexões éticas que devem integrar este debate pode ter, a longo prazo, consequências que

se lhe afiguram fatais (Muraca, 2012). Cattaneo et al. (2012) reconhecem o importante contributo da autora e lembram que “Muraca considera o princípio da justiça distributiva como um pré-requisito para uma vida boa e, mais especificamente, concentra-se na análise das capacidades, desenvolvida por Sen e Nussbaum” (Cattaneo et al., 2012: 517). A palavra *capabilidade* é um neologismo criado a partir da tradução de *capability*, em inglês, que resulta da fusão de *ability* (habilidade) e *capacity* (capacidade), conceito elaborado por Amartya Sen e Martha Nussbaum.

De um ponto de vista filosófico, Muraca identifica um conjunto de cinco problemáticas que lhe parecem cruciais: 1) a possibilidade de crescimento contínuo, tendo em conta os limites biofísicos planetários; 2) a justificação moral do crescimento, atendendo aos seus impactos na justiça intrageracional e intergeracional, isto é, tendo em conta as suas implicações quer nos viventes quer nas gerações futuras; 3) o fundamento ético para o crescimento enquanto finalidade, pois se porventura os recursos fossem infinitos, importaria ainda discutir o sentido de uma orientação para o consumo; 4) o significado de "uma boa vida humana", uma noção construída a partir de imaginários, contextos e valores determinados; 5) as vozes e as perspetivas que são ouvidas, alertando nomeadamente para o facto de poderem não ser tidas em conta as perspetivas do Sul global e das espécies não-humanas (Muraca: 2012: 536).

As preocupações com a justiça levam Bárbara Muraca à reflexão sobre as diferenças entre noções de riqueza, rendimento e bem-estar problematizando três correntes: a via do bem-estar, a via dos recursos e a via dessas *capabilidades*. O conceito de bem-estar é identificado como felicidade individual ou satisfação de desejos pessoais, mas, mais do que o acesso a bens, Muraca defende que importa o prazer que os sujeitos obtêm com eles, destacando uma perceção subjetiva do bem-estar. Na proposta desta autora “se nos limitarmos a avaliar a felicidade autorreportada, perdemos aspetos essenciais da justiça” (Muraca, 2012: 537). A justiça na distribuição da riqueza e do rendimento é também questionada por Muraca pois, se o conceito de boa-vida é plural e muito influenciado por contextos culturais e sociais, não poderá então definir-se à priori em que consiste uma vida boa. Uma distribuição igualitária dos bens é também problemática porque subestima a heterogeneidade individual e o facto de os indivíduos viverem sob condições diferenciadas e precisarem de níveis de recursos também diferentes, nomeadamente em função das suas capacidades para os mobilizarem.

Esta autora opta por uma abordagem em função das *capabilidades*, o conceito de Sen e Nussbaum porque “o foco está na liberdade substancial das pessoas para alcançar a vida que elas têm razões para valorizar” (Muraca, 2012:538) e entende que o rendimento e o acesso a bens só é relevante em função daquilo que as pessoas puderem fazer com eles. Consequentemente, o conceito de uma vida boa não é um dado adquirido, não pode ser

definido previamente por especialistas ou agências internacionais, nem resulta em exclusivo de preferências individuais. Para Muraca ele “é objeto de processos democráticos de deliberação e escrutínio, que não envolvem apenas ‘partes interessadas’, mas também espectadores de outras perspetivas posicionais” (Muraca, 2012: 539), pois uma conceção de vida boa não pode ser imposta exteriormente.

A abordagem das *capabilidades* não se centra na quantidade de bens à disposição dos indivíduos mas na forma como as pessoas vivem e no que podem fazer com eles. Os indivíduos têm diferentes capacidades de converter os recursos e as oportunidades, daí a necessidade de funções redistributivas que possam garantir paridade participativa numa vida boa, fazendo face à exclusão e à discriminação. O conceito de vida boa tem implicações objetivas, relativas a necessidades de sobrevivência mas também subjetivas, relacionadas com a variabilidade individual, e intersubjetivas, pelo contexto social em que cada pessoa se inscreve.

Muraca propõe que ao invés de considerarmos que o decrescimento só é possível numa sociedade de decrescimento, como afirmou Latouche, defendamos que “o decrescimento só é possível numa sociedade justa de decrescimento, na qual as reivindicações de uma vida boa são constitutivas para a justiça, só possível se os padrões de reconhecimento e os valores estabelecidos forem renegociados (2012:543).

A preocupação com a redistribuição da riqueza é então central no decrescimento e está patente na discussão sobre a relação entre o Norte e Sul globais, mas também nas reflexões sobre a equidade ou sobre os direitos das gerações futuras. Para Carlos Taibo (2011) o aspeto fundamental da redistribuição reside na adoção de fórmulas que não reproduzam os modelos desenvolvimentistas e produtivistas.

A redistribuição do rendimento surge também muito associada a outras formas de produzir e consumir e a um lugar menos central do trabalho remunerado, como abordámos mais atrás. A partilha de postos de trabalho e a redução dos horários são ideias transversais nas propostas do decrescimento porque facilitam a sua redistribuição por um maior número de pessoas e libertam tempo para o lazer. Latouche (2012a) concede especial relevo à transformação dos ganhos de produtividade na redução do tempo de trabalho pago, tendo em vista a construção de uma sociedade mais convivial.

Do ponto de vista da distribuição da riqueza surgem também propostas relativas ao estabelecimento de um rendimento mínimo e de um rendimento máximo socialmente aceites (D’Alisa et al., 2016). Entre as ideias que assumem maior notoriedade no estabelecimento de políticas ativas de distribuição de recursos está o rendimento básico incondicional (RBI), definido no site da Associação RBI Portugal²² como “prestação

²² Ver <http://rendimentobasico.pt/> consultado em agosto de 2021

atribuída a cada cidadão, independentemente da sua situação financeira, familiar ou profissional, e suficiente para permitir uma vida com dignidade”. A proposta de superação da pobreza feita por Bregman está alinhada com estas ideias já que, entre outras medidas, defende também a criação de um rendimento básico incondicional²³, isto é, a distribuição de um montante mensal fixo a cada cidadão ou cidadã maior de idade, sem qualquer condicionamento, nomeadamente relativo à sua situação económica ou familiar e sem contrapartidas. O objetivo seria facultar a cada pessoa, independentemente das circunstâncias em que se encontra, o acesso aos bens básicos e a sua libertação da necessidade de trabalhar para sobreviver. Bregman defende que “um dos pontos positivos da renda básica é libertar os pobres da armadilha do assistencialismo e estimulá-los a procurar um emprego remunerado com verdadeiras possibilidades de crescimento profissional” (Bregman, 2018: 25). Para este autor, o Estado Social, que deveria estimular o sentimento de segurança e a autoestima das pessoas, degenerou e tornou-se um sistema de suspeição e vergonha demasiado oneroso nos seus sistemas de controlo.

2.5.5. Democracia e decrescimento

No que diz respeito à democracia, as propostas do decrescimento assentam na recusa de quaisquer ecoditaduras. Taibo (2019) fala de uma vida política marcada pela autogestão e pela democracia direta e Kallis (2018, apud Parrique, 2019) propõe processos de democracia direta, exemplificando com a realização de assembleias nas diferentes escalas (local, regional, nacional).

A possível articulação das propostas do decrescimento com o sistema democrático é uma das questões que tem sido alvo de várias reflexões. Em causa estão os contornos de uma ordem institucional que se possa compaginar com as propostas de uma sociedade de decrescimento, mas também os mecanismos democráticos que tornam possível um caminho de transição. As escolhas societárias que garantem a sustentabilidade da vida no planeta implicam uma ampla mudança nos imaginários coletivos e podem ser facilmente alvo de ataques mais populistas, como os que durante anos a fio tentaram desacreditar a existência de alterações climáticas.

A questão prévia que começamos por levantar diz respeito à configuração atual do próprio sistema democrático, que para muitos autores e autoras está refém de interesses particulares ligados ao setor financeiro e às grandes empresas transnacionais. Marco Deriu, por exemplo, considera que “o centro do poder real mudou em grande parte da esfera política e institucional para a esfera económica. Hoje, a refundação de uma liberdade

²³ Em Portugal existe uma associação pró-RBI, a ARBI-P cujo site é <http://rendimentobasico.pt/>

democrática e de novos direitos civis deve ser afirmada contra uma tirania económica cada vez mais generalizada” (Deriu, 2012: 553). No mesmo sentido, Ariel Salleh afirma que “as funções estatais são capturadas pelo setor corporativo: regulação laboral e redução das medidas de bem estar. As propostas para a Governança do Sistema Terrestre procuram uma arquitetura política internacional onde o clima e a biodiversidade sejam temas ‘pós-soberano’²⁴” (Salleh, 2019:133).

Nas sociedades capitalistas, o crescimento económico tem sido fundamental quer para manutenção da expectativa de ascensão social, quer para ir permitindo alguma redistribuição da riqueza criada, sem no entanto afetar os privilégios adquiridos. Deriu considera que estamos diante de “uma interpenetração cada vez mais ambígua e galopante entre interesses económicos e decisões políticas” (2012:554) onde o centro de decisão de aspetos fundamentais para a vida coletiva está fora do alcance dos mecanismos de controlo democrático e refém de interesses económicos à escala global, em detrimento do poder dos cidadãos.

A tensão entre as propostas políticas *mainstream* e as propostas do decrescimento pode ser significativa, o que levanta a questão da viabilidade e das condicionantes de um processo de transição para o decrescimento, em que um programa eleitoral decrescentista seja colocado na arena político-eleitoral e proposto ao eleitorado em competição normal com outros programas, quando esse mesmo jogo eleitoral está capturado.

A política espetáculo está bem patente na própria publicidade combatida pelo decrescimento. João Roberto sustenta que em causa não está apenas a publicidade que estimula o consumo, pois a esfera política também foi claramente atingida e os políticos, bem como as suas campanhas são progressivamente esvaziadas de conteúdos ideológicos (2017:84). Estas campanhas evidenciam uma crescente lógica de mercadorização e de esvaziamento de sentido crítico.

A alteração do centro de decisão leva Deriu a entender que “na sua expansão, a propriedade privada e as empresas livres acabaram por ultrapassar o canal tradicional do Estado democrático, tanto em termos de espaço quanto de poder, criando desigualdades económicas e de poder de tais proporções que representam hoje uma ameaça real aos cidadãos e ao sistema democrático” (2012: 556). As propostas do decrescimento questionam os objetivos sociais a que as atuais democracias ocidentais respondem e estimulam o debate público sobre a necessidade de uma reconfiguração da democracia, que a possa emancipar dos interesses particulares da minoria dominante.

²⁴ Pós-soberano, refere-se ao contexto onde as instâncias de decisão se situam em instituições de carácter supranacional (por exemplo União Europeia), podendo eventualmente os cidadãos e cidadãs interagir diretamente com elas, ultrapassando assim as estruturas governativas nacionais.

A crise sistêmica que enfrentamos exige alterações urgentes que salvaguardem a sustentabilidade dos sistemas terrestres, porém, esta premência pode embater numa democracia capturada por interesses desligados do bem comum e numa opinião pública pouco informada sobre os limites ecológicos e sociais do crescimento, cuja possível adesão a propostas que visem compatibilizar o nível de consumo com a sustentabilidade dos recursos do planeta poderá não ser simples.

Ainda assim, as propostas do decrescimento recusam a possibilidade de ecoditaduras e surgem alicerçadas na necessidade de um aprofundamento da democracia e de processos participativos, como defende Carlos Taibo:

o nosso projeto não pode ser exclusivamente decrescimentalista²⁵: o decrescimento é uma parte dum programa mais geral, de tal forma que por si só não configura nenhuma resposta mágica aos nossos problemas. Qualquer projeto anticapitalista no Norte desenvolvido de princípios do século XXI tem de ser, por necessidade, decrescimentalista, autogestionário e antipatriarcal. (2011:71-72)

Se a democracia é exigente em tempo para a discussão e para a deliberação, essa necessidade colide com a velocidade de uma sociedade capitalista, em aceleração contínua (Barata, 2020). A difícil compatibilidade entre a aceleração constante do capitalismo e os tempos da democracia, é também assinalada por Riechmann:

o tempo necessário para o contraste de opiniões, o uso público da razão, o debate livre, a formação de consensos, a revisão das decisões, a exigência de responsabilidades: a qualidade desses processos é incompatível com a pressa. Sociedades onde as pessoas ‘não têm tempo’ não podem pagar pela democracia. (2003:11)

A defesa de processos decisórios horizontais e intensamente participados é transversal na reflexão sobre decrescimento e pode ser encontrada em textos de Latouche, Schneider, Kallis, Muraca, Zografos, entre outros.

Schneider et al. (2010) defendem como objetivos primordiais do movimento do decrescimento a descentralização e aprofundamento das instituições democráticas e a repolitização da economia, em paralelo com a redução do consumo e da produção, afirmando que estes objetivos não podem ser considerados isoladamente.

As propostas postulam simultaneamente o envolvimento direto dos sujeitos na tomada de decisões que os afetam e uma maior autonomia. A democracia direta é também defendida por Christos Zografos na medida em que “tem como premissa o princípio da

²⁵ Mantive o termo “decrescimentalista” que surge na obra traduzida para português, embora neste trabalho use o termo “decescentista”.

igualdade política, entendida como a exigência de que todas as vozes da sociedade sejam ouvidas da mesma forma” (2016: 108). Esta defesa da democracia direta implica o recurso a métodos assembleários e a figuras como o referendo, mas levanta também várias questões que Zografos organiza em torno de quatro grandes debates: escala adequada, pluralidade de interesses em jogo, horizontalidade dos processos de decisão e o papel dos métodos assembleários.

O debate relativo à escala obriga a pensar na geometria adequada aos processos de decisão necessários a uma sociedade de decrescimento. A questão da escala na democracia participativa levanta-se simultaneamente quer face a decisões que transcendem o âmbito geográfico exclusivamente local, quer face aos riscos de paroquialismo que o localismo pode comportar. Cattaneo et al. (2012) advertem que uma escala local não é sinónimo de democracia e que nas pequenas comunidades podem existir ações antidemocráticas. Cruzam-se aqui eventuais tensões e possíveis combinações entre as democracias direta e representativa. Zografos sugere que as decisões que dizem respeito a níveis territoriais mais vastos que a localidade possam ser tomadas em assembleias com delegados, cujos mandatos são exclusivos para cada ocasião, revogáveis e rotativos, e combina a democracia direta com a possibilidade de representação das decisões das assembleias locais (2016:110).

O segundo debate identificado por Zografos e que perpassa este tema diz respeito à pluralidade de interesses e visões em jogo na arena democrática. O autor considera que “a democracia direta idealiza o consenso e minimiza o papel do conflito na geração de mudanças sociais e transformações democráticas radicais. No entanto, o conflito também é expressão de pluralidade” (2016:111). Se o conflito é um aspeto central dos sistemas democráticos, a sua ausência pode significar o silenciamento de vozes com menor poder para se afirmarem ou ainda o esmagamento de interesses minoritários.

O consenso nos regimes democráticos é considerado excludente por Jacques Rancière, porque a produção de acordos consensuais opõe-se à esfera política, que é criada por meio do dissenso. O dissenso não corresponde ao conflito de interesses ou à escolha entre soluções alternativas, corresponde antes a um conflito sobre a configuração do mundo sensível e a uma forma de resistência política, que questiona o direito a ter palavra. Rancière refere-se à “igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante” (1996:372) que se manifesta apenas pelo dissenso.

O terceiro grande debate identificado por Zografos diz respeito à horizontalidade dos processos de tomada de decisão. Considera que “as assembleias deliberativas e a democracia direta enfatizam a horizontalidade na tomada de decisões. Porém, a boa liderança pode ser um elemento muito mais necessário do que a descentralização radical” (2016:11), questionando desta forma as opções presentes nas correntes mais anarquistas e

autogestionárias, que se opõem à existência de poderes que não obedeçam ao princípio da horizontalidade.

Em quarto e último lugar, Zografos identifica o debate em torno dos métodos assembleários que valorizam a deliberação e a razão, confrontando-os com perspectivas diversas que, ao invés de reconhecerem apenas a racionalidade, destacam a importância das emoções e das paixões nos processos de tomada de decisão.

A partir destes debates, Zografos conclui que embora a democracia direta não possa ser considerada uma panaceia “restam poucas dúvidas sobre sua relevância para a transformação rumo a futuros baseados no decrescimento” (2016:112).

As articulações entre processos de democracia direta e democracia representativa são um debate em aberto. Marc Deriu propõe uma mudança de paradigma que consistiria em “promover uma ideia plural, dinâmica e flexível de autoridade política, ou mesmo começar a conceber a esfera pública expressa por meio de uma pluralidade de fóruns, alguns estáveis outros temporários” (2012:559). As lógicas participativas teriam de encontrar geometrias territoriais variáveis, adequadas a cada contexto, seja um bairro, uma localidade ou uma região, capazes de romper com posicionamentos mais concorrenciais e paroquialistas ou com limites geográficos e temporais imediatistas.

A relação entre democracia e tecnologia é discutida por vários autores do decrescimento sob o prisma da escala, na medida em que entendem que a partir de uma determinada dimensão os sistemas se podem tornar muito complexos e exigir a formação de uma classe especialista. Cattaneo et al. argumentam que “apenas os sistemas pequenos podem ser democrática e coletivamente controlados. Os sistemas complexos apenas podem ser conhecidos e geridos por especialistas que conseqüentemente concentram imenso poder nas suas mãos” (2012:516). Para estes autores existiria mesmo um *trade-off* entre a escala da economia e a democracia direta, já que a complexidade dos sistemas técnico-burocráticos exige um reduzido número de pessoas com poder para os controlar.

Os decrescentistas, de modo geral, veem o aprofundamento da democracia como essencial para uma transição e acolhem com agrado a experimentação de formas diretas de democracia popular. Propõem um regime que combina elementos de democracia direta e representativa, como a democracia ecológica radical, proposta por Ashish Kothari (2014). Este autor defende que a democracia ecológica radical “coloca os objetivos da democracia direta, local e economias biorregionais, diversidade cultural, bem-estar humano e resiliência ecológica no centro de sua visão” (Kothari, 2014:1). Defende que os coletivos e as comunidades devem estar no cerne da governança e da economia, porém, as designadas “unidades democráticas de base” não podem funcionar isoladamente, uma vez que algumas decisões têm de ser tomadas em escalas maiores, levando-o a sugerir que as assembleias de vilas e cidades ou conselhos comunitários sejam incorporados em instituições maiores de

governança, com representantes eleitos dos órgãos locais. Para Kothari, o mundo é cada vez mais interdependente e “o grande desafio da governança global vem à tona. Embora as Nações Unidas estejam atualmente organizadas em torno de estados, a criação de assembleias populares em níveis globais e sub-globais poderia oferecer uma alternativa mais democrática” (Kothari, 2014:5). Esta proposta consiste na defesa de uma democracia participativa profunda, onde são concebidas soluções diversas que se “baseiam em princípios compartilhados de irredutibilidade, subsidiariedade e heterogeneidade” (Ibid.), onde apenas um conjunto mínimo de questões é atribuída ao nível global e a tomada de decisão acontece no nível mais local viável. O autor descreve a articulação entre os níveis local e global:

Num extremo estão os movimentos de localização que têm sido os centro das atenções deste ensaio, do outro, está a crescente mobilização em torno questões globais, como as mudanças climáticas, o sistema financeiro global e a hegemonia de empresas multinacionais. As condições do mundo contemporâneo favorecem mentalidades locais e globais que se reforçam mutuamente. (...) o desafio é expandir essas iniciativas pequenas e dispersas sem perder a sua especificidade local, para cultivar sinergias e formar uma rede global mais ampla que faça avançar a agenda da democracia ecológica radical. (Kothari, 2014:10-11)

Seja qual for a escala adequada para a construção de políticas, tendo em conta os diferentes níveis de governança, ela terá de ser pensada numa lógica democrática participada e não enquanto planeamento centralizado e autoritário. Exigirá então a formação de cidadãos e cidadãs para um pensamento ecológico integral, ou, como afirma Deriu (2012), uma educação não estritamente utilitarista, centrada nos limites ecológicos e sociais e na cidadania global, respondendo à necessidade identificada por Latouche de descolonização do imaginário. Acompanhamos Deriu, quando defende:

o decrescimento precisa de ser pensado numa mudança que não seja fruto de um planeamento centralizado, mas de um processo amplo e articulado de aprendizagem compartilhada, autoeducação, reconstrução de laços sociais e transformação coletiva, só possível por processos participativos. (Deriu, 2012:560)

Embora a transição para uma sociedade de decrescimento seja idealizada de forma democrática e voluntária, a história mostra-nos como o caminho poderá ser distinto, pela contestação pública que pode envolver e pelas tensões com as estruturas de poder instaladas, para as quais a transição não comporta vantagens.

2.6. Decrescimento e diálogos com outros movimentos

Ainda que vários autores ligados ao decrescimento concedam ênfase a dimensões distintas, trata-se mais de perspectivas complementares que propostas divergentes, sendo evidentes aspectos ligados às diferentes raízes conceituais do decrescimento, como referimos na apresentação da tipologia de Fabrice Flippo (2012).

Kallis et al. (2016a) defendem que “no lado construtivo, o imaginário do decrescimento concentra-se na economia reprodutiva do cuidado e na recuperação dos antigos recursos comuns, bem como na criação de novos”. Enquanto perspectiva utópica, Kallis e March (2015) destacam que o decrescimento “abre a possibilidade de refletir em torno dos futuros alternativos que se auto questionem constantemente, descolonizando o imaginário coletivo de um futuro de sentido único, onde o crescimento continue a ser o sentido comum dos tempos” (2015: 29-30).

Começamos por sintetizar as principais propostas decrescentistas, começando pela definição de decrescimento sustentável proposta por Giorgos Kallis:

projeto político multifacetado que aspira a mobilizar apoio para uma mudança de direção no nível macro das instituições económicas e políticas e no nível micro de valores e aspirações pessoais. O rendimento e o conforto material devem ser reduzidos para muitos ao longo do caminho, mas o objetivo é que isso não seja experimentado como perda de bem-estar. (2011: 878)

Os princípios basilares de uma sociedade do decrescimento são pois mais vastos que a mera redução do impacto ecológico da ação humana. Parrique identifica a autonomia, enquanto princípio de liberdade individual e coletiva; a suficiência como princípio de justiça distributiva que preside à satisfação de necessidades humanas intergeracionalmente e em função das gerações futuras; e o cuidado, definido como princípio de não-exploração e de solidariedade na relação com outras pessoas e com a natureza (Parrique, 2019: 252). Serge Latouche (2012a) faz também um esforço para traduzir os princípios do decrescimento em mudanças e propõe o círculo virtuoso dos 8 *erres* que constituem o seguinte conjunto de propostas interdependentes:

1. Reavaliar, isto é, descolonizar o imaginário consumista e reconquistar valores como justiça, solidariedade e cooperação;
2. Reconcetualizar, na medida em que a mudança de valores comporta uma alteração de pares conceituais como riqueza e pobreza, abundância e escassez, entre outros;
3. Reestruturar e reorientar o aparelho produtivo para as necessidades de uma sociedade decrescentista;

4. Redistribuir quer entre o Norte e o Sul globais quer dentro de cada país;
5. Relocalizar as atividades do ponto de vista económico mas também dos pontos de vista político e cultural;
6. Reduzir o impacto na biosfera da nossa produção e consumo, diminuindo também o tempo de trabalho, o uso de transportes e de energia bem como a produção de poluição;
7. Reutilizar, combatendo a obsolescência programada e os bens descartáveis, aumentando a sua vida útil; e
8. Reciclar, evitando o desperdício de produtos que já não são suscetíveis de uso.

Giorgos Kallis descreve a ideia de uma sociedade de decrescimento, identificando também os aspetos que considera centrais nesta utopia:

Aqueles de nós que escrevem sobre decrescimento vislumbram um futuro no qual as sociedades vivam dentro de seus limites ecológicos, com economias localizadas, que distribuem os recursos de forma mais igualitária por via de novas formas de instituições democráticas. Essas sociedades não terão que ‘crescer ou morrer’. O acúmulo de material não continuará a ter uma posição central no imaginário cultural. A primazia dada à eficiência será substituída pelo foco na suficiência. Os princípios de organização serão simplicidade, convivência e compartilhamento. (2017:10)

Da análise às várias propostas sobre a concretização de uma sociedade de decrescimento acima identificadas, selecionámos cinco aspetos distintos mas claramente inter-relacionados, cuja tradução podemos encontrar nas iniciativas de base local, que constituem o foco central desta Tese. Estas cinco dimensões servirão também de suporte à análise das iniciativas locais, a saber: (a) redução da produção e do consumo; (b) mudança no imaginário coletivo; (c) autonomia; (d) redistribuição da riqueza; e por fim, (e) convivialidade e participação.

Para identificar as linhas centrais destas cinco vertentes do decrescimento recorreremos sobretudo - mas não exclusivamente - a três autores mediterrâneos: Serge Latouche (Francês), Carlos Taibo (Espanhol) e Giorgos Kallis (Grego) por entendermos que sintetizam o amplo leque de propostas que têm emergido nestes debates e pela maior afinidade com o contexto português. Concluímos este ponto recorrendo à análise dos princípios transversais às propostas do movimento de decrescimento, sintetizadas por Burkhart et al. (2020b), que embora reconheçam a existência de debates intensos, identificam como preocupações comuns as relativas a uma vida boa; à suficiência, à democracia, à redistribuição, à reprodução social, à recusa do desenvolvimento e à autonomia, que passamos a elencar:

- a) Preocupações com uma vida boa, ainda que o conceito de vida boa possua dimensões objetivas, que dizem respeito às necessidades de sobrevivência e dimensões subjetivas, dependentes quer do contexto social quer de aspetos mais individuais (Muraca, 2012). O decrescimento tem o foco numa vida boa para todos/as e na satisfação das necessidades humanas concretas: “uma vida boa é definida pela qualidade das relações humanas e pela maior liberdade possível face a todas as formas de dominação” (Burkhart et al., 2020b:146).
- b) O reconhecimento de que “a ordem social pode ser mudada e tem de avançar no sentido de uma maior suficiência” (Idem). O decrescimento rejeita a possibilidade de desacoplamento entre o crescimento económico e um uso de recursos sustentável e de emissões de CO₂, como postula o “capitalismo verde”. Kallis (2015) identifica como objetivo do decrescimento a repolitização do ambientalismo, pois considera que o desenvolvimento sustentável constitui a reencarnação do “crescimento verde” que procura despolitizar as escolhas que se estabelecem entre visões alternativas para o futuro, procurando reduzir os problemas ambientais a questões técnicas.
- c) Uma conceção democrática assente num “processo político coletivo e inclusivo, como única maneira justa de tomar decisões” (Burkhart et al., 2020b:146). É reconhecida a necessidade de articular diferentes níveis de decisão, a partir de processos de aprofundamento da democracia, “a fim de permitir uma participação plena e igualitária na sociedade” (Burkhart et al., 2020b:147).
- d) O reconhecimento “da necessidade de redistribuição do rendimento e da riqueza no nível nacional e global e de transformação dos sistemas de segurança social” (Burkhart et al., 2020b:146). As propostas relativas ao Rendimento Básico Incondicional têm aqui um lugar de destaque, tal como um salário máximo ou a provisão pública de bens.
- e) Uma centralidade das preocupações com a sustentabilidade da vida humana e não-humana e, portanto, das condições de reprodução social.
- f) A recusa do paradigma ocidental do desenvolvimento “como pré-condição para permitir uma configuração autodeterminada da sociedade e uma vida boa no Sul global” (Burkhart et al., 2020b:147).
- g) A preocupação com a autonomia no abastecimento e “o reconhecimento da necessidade de circuitos económicos de base regional, mas abertos e interconectados” (Burkhart et al., 2020b:147).

Encontramos estas propostas com matizes distintos na literatura do decrescimento, o que evidencia a existência de uma confluência interna e de pontes com outros movimentos.

Para muitos autores, como ficou patente na publicação coletiva de *Degrowth in Movement(s)* editada por Corinna Burkhardt, Matthias Schmelzer e Nina Treu em 2020, o decrescimento não é apenas um novo termo para uma discussão já em curso sobre alternativas ou um paradigma de investigação, na medida em que se sobrepõe a outros movimentos sociais que vão da luta antiglobalização ou da justiça climática até aos movimentos e alternativas, como são exemplo os *comuns*, o *buen vivir*, o cuidado, as cidades em transição, etc. O papel do decrescimento, enquanto espaço de conexão e amplificação entre diferentes grupos que lutam coletivamente contra a uniformização neoliberal e por formas alternativas de coexistência, é defendido por Barbara Muraca que o define como arquipélago onde diferentes tipos de movimentos, iniciativas e correntes se juntam e constroem alianças. O objetivo não será unificar as lutas ou criar uma sobreposição à sua pluralidade. Burkhardt, Schmelzer e Treu destacam o papel do decrescimento enquanto espaço de convergência entre movimentos sociais diversos: “antes de mais, o decrescimento está ele próprio em movimento, como movimento social emergente, espectro político e estrutura para várias práticas alternativas e lutas, procurando alianças para a mudança socioecológica” (2020a:14-15).

Para estes autores, o objetivo será reconhecer os aspetos em que os diversos movimentos se sobrepõem, as diferenças que os marcam e as propostas onde há maior confluência. Sublinham, aliás, que a importância do decrescimento não está no facto de ser uma ideia-chave em todos esses movimentos, mas no modo como “simboliza a rejeição mais radical do enfoque eco-modernista dominante no crescimento, no extrativismo e no industrialismo” (2020a:11).

Entre as propostas para uma maior confluência entre movimentos, Burkhardt et al., dão destaque especialmente a cinco aspetos: uma aliança, entre o Norte e o Sul globais, para evitar o risco de reativação do clima de colonialismo e racismo (2020a:22); a resistência e o criticismo face à dominação, para que exista uma maior consciência das estruturas de poder e dos processos de dominação, através de uma cultura de resistência; a criação de espaços de encontro, por exemplo eventos, onde seja possível construir relações próximas; o aprofundamento da diversidade humana do movimento, através da mobilização de pessoas de contextos distintos (não apenas de classe média, brancas, etc.); e o encorajamento das diferentes alternativas para que se revejam como parte de um mosaico que visa a transformação socioecológica. Ashish Kothari refere que “a tarefa mais importante é aprender a essência dessas iniciativas e ver se os valores e os princípios que emergem delas podem sugerir uma estrutura coesa para desafiar a mentalidade atualmente dominante e a prática do ‘desenvolvimentismo’ centrado no crescimento” (2020:263).

A linha defensora do decrescimento como mosaico de movimentos considera que a multiplicidade de movimentos sociais que existem e que visam a transformação

socioecológica não tem de constituir um movimento social do decrescimento. Porém, destacam que “o próximo ciclo de um bloco contra-hegemónico mais lato, de movimentos sociais e forças políticas que se opõem à globalização neoliberal e ao nacionalismo autoritário devem integrar as críticas-chave, as perspectivas e as propostas de discussão do decrescimento” (Burkhart et al., 2020: 24).

Neste processo de convergência interessa-nos aqui especialmente a relação entre o decrescimento e as perspectivas feministas que colocam o cuidado como dimensão central para garantir a sustentabilidade da vida. Dentro do movimento do decrescimento existe a rede FaDa - Feminisms and Degrowth Alliance²⁶, que assume “o desafio de fazer do feminismo uma parte integrante do movimento de decrescimento. Anna Saave-Harnack, Corinna Dengler e Barbara Muraca (2019) defendem uma fertilização cruzada entre feminismo e decrescimento porque o encontro entre estes dois movimentos não é apenas possível mas é essencial para fazer frente às estruturas de opressão no capitalismo, lembrando que a ideia de "sustentabilidade da vida" proposta por Amaia Pérez Orozco é um importante ponto de partida para imaginarmos o cuidado numa sociedade de decrescimento. Estas autoras chamam a atenção para o facto de a urgência real em fazer face ao desastre ecológico poder servir de justificação para que sejam negligenciadas as suas implicações nos grupos sociais mais vulneráveis, nomeadamente naqueles que normalmente realizam a reprodução social. Destacam ainda a importância de contrariar a “pressão do tempo” como armadilha que pode visar desvalorizar o peso da opressão patriarcal e a sua íntima ligação ao paradigma de crescimento capitalista. Saave-Harnack et al. (2019) consideram que “uma transformação radical da sociedade, para além do paradigma do crescimento só pode ser alcançada abordando o crescimento capitalista e suas profundas raízes patriarcais em conjunto. Integrar feminismo e decrescimento é um projeto em construção para o qual todos somos convidados” (2019:30).

No próximo capítulo iremos analisar com maior detalhe as perspectivas ligadas ao cuidado, a partir de uma lente feminista.

²⁶ Ver <https://www.degrowth.info/en/feminisms-and-degrowth-alliance-fada/>

3. Economia Feminista e do Cuidado

*O feminismo, como o oceano,
é fluido, poderoso, profundo
e tem a infinita complexidade da vida,
move-se em ondas, correntes, marés e,
às vezes, tempestades furiosas.
Como o oceano, o feminismo não se cala.*

Isabel Allende

3.1. Porquê uma perspetiva feminista do cuidado

Entre as correntes que problematizam as relações de género e questionam o sistema capitalista patriarcal, destacam-se claramente os contributos dos feminismos, enquanto movimento social e político bastante diverso, que surgiu da tomada de consciência por parte das mulheres da dominação patriarcal. Silvia Piris assinala que “sempre se disse que o feminismo é dos movimentos mais atacados, o que mostra quão reativo é o patriarcado face às suas propostas. Não é por acaso que o feminismo coloca no centro do debate as relações de poder entre homens e mulheres, as desigualdades, os privilégios, o tecido social, económico e político que os sustentam” (Piris, 2015: 13).

O género parece-nos uma categoria incontornável na discussão sobre alternativas ao capitalismo, pela sua capacidade de colocar em evidência as relações de dominação, de hierarquia e de desigualdade, abrindo caminho a uma reflexão mais lata, que tem em conta as estruturas de poder próprias do patriarcado. As noções de dominação e emancipação não são estáticas, como mostram as análises de longa duração, são antes categorias dinâmicas que emergem historicamente, podendo expandir ou retrair o seu significado ao longo do tempo, em resultado de lutas sociais, como a luta feminista, enquanto parte daquilo que Nancy Fraser designa por “motor que traz à tona e desdobra o conteúdo e a forma dessas noções normativas” (Fraser, 2017: 176).

Enquanto projeto emancipatório, o feminismo é capaz de articular as dimensões política, económica e cultural e, a partir delas, convocar uma noção de justiça, incluindo não apenas o reconhecimento, mas também a redistribuição e a representação. Pode, inclusive, ter um contributo estruturante para discutirmos as noções de reprodução social que subjazem ao conceito de sustentabilidade da vida, que assumimos como central na análise das iniciativas locais alternativas.

O capitalismo, entendido como “totalidade viva de relações sociais”, aceção proposta por Cinzia Arruzza (2015:48), estabelece um conflito com as fronteiras da esfera económica que está na raiz de várias crises: a crise ecológica, a crise de reprodução social e a crise política, que na verdade configuram uma crise maior (Fraser, 2017:169). Em sintonia com a noção proposta por Sandra Ezquerro (2011), entendemos a economia feminista como perspetiva crítica face à economia neoclássica e a outras correntes heterodoxas de pensamento económico, nomeadamente ao marxismo, que apenas têm em conta os bens e serviços transacionáveis no mercado, não atendendo a todo o leque de atividades fundamentais ao bem-estar que ocorrem na esfera da (re)produção social e que, desta forma, são excluídas e invisibilizadas. A economia feminista constitui assim uma corrente de reflexão ancorada na própria economia que questiona o capitalismo, em particular a sua versão mais atual, o neoliberalismo, propondo conceitos mais abrangentes de economia, de

trabalho e de (re)produção social. Este campo, que se consolidou sobretudo a partir da década de 1990, tece uma crítica às teorias da economia neoclássica, que “consideram como atividade económica apenas a produção de bens e serviços realizados no mercado mediante circulação monetária” (Grecco et al., 2018: 14), ou seja, excluem os trabalhos não mercadorizados fundamentais à sustentação da vida e ignoram que a produção da própria força de trabalho é uma condição basilar para que a produção capitalista possa existir.

Esta perspetiva traz ao debate dois aspetos essenciais: a compreensão integral do sistema económico e a visibilização do conflito capital-vida (Pérez Orozco, 2010), como abordaremos nas secções seguintes.

3.2. Breve história do feminismo

Os feminismos materializam-se em lutas antigas, com focos que se têm alterado ao longo dos anos, nos diferentes contextos sociais e geográficos. As suas vagas correspondem sobretudo a épocas em que se concentraram temas ou conjuntos de reivindicações mais específicas, ainda que sejam generalizações que podem ofuscar diferenças contextuais.

A primeira vaga, geralmente situada entre o século XIX e inícios do século XX, foi marcada pela Revolução Industrial e pelo trabalho assalariado das mulheres. Manuela Tavares (2008) nota que esta fase se centrou em reivindicações ligadas ao direito ao voto, mas também à igualdade de direitos na família, ao direito à educação e ao trabalho remunerado. Nesta primeira vaga, os movimentos feministas preocuparam-se com a obtenção da igualdade formal entre sexos, uma igualdade que chegou tarde a Portugal, pois mesmo o direito universal ao voto apenas se concretizou com o regime democrático, implementado pelo 25 de Abril de 1974.

A segunda vaga do feminismo, no final dos anos 1960 e início dos 70 ficou marcada pelo slogan "o pessoal é político" de Carol Hanisch, relata Bruna Franchini (2017). Ao adotar uma perspetiva ampliada da ideia de justiça através das perspetivas da redistribuição, reconhecimento e representação, veio a incluir temas que anteriormente eram considerados do foro privado, como a sexualidade, a reprodução, o trabalho doméstico ou a violência contra as mulheres, defende Nancy Fraser (2012). As reivindicações feministas desta vaga deram relevo à condição estrutural de opressão das mulheres, ao direito ao corpo, à contraceção e ao prazer. Ficou célebre a frase de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* (1949) “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Nesta vaga, o conceito de género foi amplamente discutido e foram questionados os processos de construção das diferenças e dos modos de ser que a sociedade atribui a mulheres e homens, referem Lígia Amâncio e João Oliveira (2014). Em foco esteve a

injustiça na redistribuição entre classes sociais, mas, em simultâneo, a rejeição do primado da análise só focada na luta de classes, abrindo caminho a uma futura perspetiva interseccional. Nancy Fraser assinala que “rejeitando a identificação exclusiva de injustiça com má distribuição entre classes, as feministas da segunda onda uniram-se a outros movimentos emancipatórios para romper o imaginário restritivo e economicista do capitalismo organizado pelo Estado” (2012:18). Fraser considera que nas décadas seguintes estas três dimensões da justiça - redistribuição, reconhecimento e representação - deixaram de ter igual presença no feminismo, fragmentando-se a visão holística de uma sociedade justa.

Entre as contestações desta fase está a injustiça de género que subjaz à desvalorização do trabalho de provisão de cuidados e à divisão do trabalho remunerado e não remunerado entre homens e mulheres, que leva Nancy Fraser a afirmar:

longe de ter como objetivo simplesmente promover a incorporação completa das mulheres como assalariadas na sociedade capitalista, as feministas da segunda onda buscavam transformar as estruturas profundas do sistema e os valores que o estimulam - em parte descentralizando o trabalho assalariado e valorizando as atividades não assalariadas, especialmente o trabalho de assistência socialmente necessário executado por mulheres. (Fraser 2012: 19-20)

Em Portugal o longo regime ditatorial que perdurou até 1974, veio exercer forte pressão política sobre o movimento feminista, não sendo sequer consensual que tenha existido efetivamente uma segunda vaga, para além dos movimentos que reivindicaram o direito ao aborto.

A terceira vaga, com início na década de 1990, considerou que os feminismos foram correspondendo às experiências das mulheres brancas de classe média alta e vieram colocar em discussão novas reivindicações, assentes no reconhecimento das diferenças. Para além da liberdade sexual, surgiu o combate ao racismo, ao classismo, ao patriarcado e a luta contra a violência. Esta vaga, marcada pela perspetiva interseccional, (noção que abordamos com maior detalhe na secção 3.4.1.), rejeitou a identificação de objetivos comuns, não reconhecendo o feminismo enquanto movimento coletivo (Franchini, 2017). A noção de mulher definida como sujeito foi entendida como uma forma de obscurecer a diversidade de contextos de outras mulheres e estruturou a crítica contra a ocultação da diversidade intracategorial (Amâncio & Oliveira, 2014). A perspetiva interseccional evidenciou que as mulheres não estão todas no mesmo barco e que há assimetrias estruturais transversais (Fraser, 2012). Se por um lado, nesta vaga se destaca a recusa da universalização do conceito de mulher, por outro, estrutura-se a ideia de transversalismo, que se opõe ao universalismo e ao particularismo característicos respetivamente da segunda e da primeira vagas. São

ainda sublinhadas as diferentes experiências e subjetividades das mulheres e é desafiada a fixidez identitária, postulando-se uma construção social das sexualidades.

Em pleno neoliberalismo, foi-se afirmando a tendência para subordinar as lutas socioeconômicas às lutas pelo reconhecimento. As ideias feministas que haviam sido claramente emancipatórias no período do capitalismo organizado pelo Estado, com o neoliberalismo passaram a incorporar muitas ambiguidades, até porque o neoliberalismo preferiu as reivindicações de reconhecimento às de redistribuição. Nancy Fraser refere ainda que a ascensão do neoliberalismo ocorreu em simultâneo com uma forte alteração na cultura política das sociedades capitalistas: “neste período, as reivindicações por justiça foram progressivamente expressadas como reivindicações pelo reconhecimento da identidade e da diferença” (2012: 23).

Adriana Bebiano e Maria Irene Ramalho (2018) entendem que atualmente se fala de uma quarta vaga, empenhada em derrotar a cultura misógina e a predação sexual que dela resulta. Trata-se de uma vaga estruturada através das redes sociais, um meio que facilitou as mobilizações transnacionais, mas é ainda necessário que o tempo nos permita ganhar distância para que seja mais fácil avaliar o percurso deste movimento.

3.3. Sistemas de dominação: capitalismo, patriarcado e colonialismo

O capitalismo é mais do um mero sistema económico “é uma ordem social instituída que engloba as relações e práticas aparentemente ‘não-económicas’ sobre as quais a economia oficial se apoia” (Arruzza et al. 2019: 61). Heleieth Saffioti fala numa simbiose entre capitalismo-patriarcado-racismo quando afirma: “a ordem das bicadas na sociedade humana é muito complexa, uma vez que resulta de três hierarquias / contradições – de género, de etnia e de classe” (Saffioti, 2001:117). Ao analisar o pensamento de Heleieth Saffioti relativo à condição da mulher na sociedade capitalista, Elaine Bezerra sublinha o seu contributo para visibilizar a imbricação entre sexo, raça e classe enquanto categorias estruturantes da dinâmica capitalista. Bezerra destaca que quando Saffioti “recorre à divisão internacional do trabalho para examinar a condição feminina no capitalismo percebe como a marginalização da mulher serve para manter um padrão de equilíbrio do sistema capitalista, que pode ser inclusivo para os países do Norte, mas extremamente excludente para os países subdesenvolvidos” (2013:172).

Se analisarmos a segunda vaga do feminismo no seu contexto histórico, vemos que ela surgiu em simultâneo com uma mudança no carácter do capitalismo, isto é, na sua transição

de variante organizada pelo Estado para o neoliberalismo. Fraser mostra como ambos prosperaram em simultâneo: “as mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, saudáveis em si próprias, serviram para legitimar uma transformação estrutural da sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de uma sociedade justa” (Fraser, 2012:14). As aspirações da primeira e segunda vagas tiveram um claro impulso emancipatório no contexto do capitalismo organizado pelo Estado mas, na posterior era neoliberal, assumiram significados mais ambíguos, que esta autora situa em quatro dimensões:

1) ressignificação do antieconomicismo feminista através do redirecionamento das lutas socioeconómicas em torno da justiça redistributiva que progressivamente vieram dar lugar à busca do reconhecimento da identidade e diferença, quando “o neoliberalismo não queria mais do que reprimir toda a memória de igualitarismo social” (Fraser, 2012:24);

2) ressignificação do antiandrocentrismo através da narrativa em torno da autonomia individual e da liberdade no trabalho, patente em equipas horizontais, redes flexíveis e espaço para a criatividade individual, que para muitas mulheres se traduziram numa entrada massiva no mercado de trabalho, simulando maior justiça de género, mas efetivando-se numa degradação das condições de trabalho. Uma maior valorização do trabalho assalariado que contribuiu para reforçar a invisibilidade do trabalho não pago;

3) ressignificação do antiestatismo feminista que foi bem acolhido pelo neoliberalismo por facilitar a intensificação da mercantilização e da redução das despesas do Estado; e

4) ressignificação e alteração das lutas pelos direitos, antes confinadas ao território de cada Estado, que passaram para um contexto mais vasto, o transnacional, mas que em simultâneo sofreram uma mudança de foco onde a centralidade da redistribuição deu lugar à centralidade das lutas pelo reconhecimento.

Há correntes feministas que visam apenas o reconhecimento de grupos sociais privilegiados, suprimindo a reflexão política relativa à redistribuição e a crítica ao capitalismo neoliberal, havendo mesmo uma tentativa de captura do projeto feminista pelo neoliberalismo, na medida em que “o chamado ímpeto de mercantilização ou financeirização acabou hegemonizando e recuperando, na forma de correntes adaptadas ao mercado dentro de cada um dos novos movimentos sociais, aquilo que já foi o projeto emancipatório” (Fraser, 2017:179). Esta tentativa de captura atingiu não só os feminismos, mas também outros movimentos, como o ecológico, o que para a autora é visível nas várias correntes do capitalismo verde.

O livro coletivo que marcou a greve internacional de mulheres de 2017, o *Manifesto Feminismo para os 99%* teve grande impacto em termos de adoção de uma perspetiva mobilizadora de movimentos feministas, antirracistas, pós-coloniais e *queer*, com repercussões em muitos países. Neste Manifesto elaborado pelas teóricas feministas Cinzia

Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (Arruzza et al., 2019), as autoras assumem como *slogan* a defesa de um feminismo para 99% das mulheres, destacando as desigualdades de classe patentes nas diferentes posições das mulheres. Declaram o feminismo liberal como um inimigo a combater, dado que se tem constituído como uma espécie de "serviçal do capitalismo". Contestam ainda o feminismo *lean-in*²⁷ e as variantes do que designam por feminismo empresarial porque não responde às preocupações da maioria das mulheres, que precisam de políticas que criem condições para a reprodução social, que assegurem a justiça reprodutiva e os direitos laborais.

As teses defendidas no referido *Manifesto Feminismo para os 99%* de Arruzza et al. (2019) assentam nas seguintes premissas: visibilização do trabalho de género e não-remunerado na sociedade capitalista; oposição ao feminismo neoliberal, que defende os interesses de uma minoria, contrapondo-lhe um feminismo anticapitalista capaz de responder àquela que consideram ser “uma crise de proporções históricas” (2019:16); inversão da relação que subjaz à opressão de género, que se alicerça na subordinação da reprodução social à produção do lucro; combate à violência de género que é possibilitada por “um sistema de poder hierárquico que funde género, raça e classe, daí resultando a normalização e legitimação desse sistema” (2019:30), contrapondo-lhe a defesa de um feminismo antirracista e anti-imperial; libertação da sexualidade das tentativas de dominação e estruturação pelo capitalismo; e o internacionalismo feminista, nomeadamente unindo-se a outros movimentos para uma sublevação anticapitalista conjunta. (Arruzza et al., 2019). Este manifesto pretendeu articular as reivindicações de igualdade e de reconhecimento, assumindo um posicionamento de recusa de privilégios classistas e a defesa do direito ao reconhecimento das diferenças.

Pelo seu carácter hegemónico, o capitalismo neoliberal conseguiu trazer uma parte das lutas feministas para o seu terreno, reduzindo-as a “compreensões individualistas e meritocráticas do que é igualdade” (Fraser, 2017:177). Verónica Schild sustenta uma posição idêntica ao afirmar que o espírito do capitalismo neoliberal veio tentar sobrepor-se às questões de igualdade material e de redistribuição política e económica (Schild, 2016). Neste quadro, o feminismo tem de ir mais além da mera reivindicação da igualdade no mercado de trabalho, destaca Silvia Federici (2019b), tem de se concentrar no combate à divisão sexual e internacional do trabalho e nas desigualdades entre trabalho assalariado e trabalho não assalariado, assumindo-se como um feminismo marcadamente ideológico.

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho foi uma oportunidade para o capitalismo aceder a mão de obra mais barata ou mais facilmente precarizável. Schild (2016) sublinha que a emancipação das mulheres passou a ser vista sob o prisma da sua

²⁷ A expressão *feminismo lean in* tem origem no livro *Women, Work and the Will to Lead*, de Sheryl Sandberg, co-diretora geral do Facebook

participação no mercado de trabalho remunerado. As ambições emancipatórias ficaram muito vinculadas às propostas capitalistas, patentes nas reivindicações por igualdade salarial, pela quebra do “teto de vidro” que impede a ascensão profissional a cargos de topo de uma pequena elite de mulheres em posições de liderança e por mecanismos de conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar, muito dominados por uma perspectiva alheia à divisão do peso relativo ao trabalho não pago e estruturados apenas como complemento do esforço das mulheres. A intensa participação das mulheres no trabalho mercantil não foi acompanhada por formas mais justas e igualitárias de redistribuição das responsabilidades familiares ou pessoais, especialmente no que se refere ao trabalho doméstico.

A clara posição de rutura assumida por Silvia Federici, autora de *Calibã e a Bruxa* (2004) está patente na sua rejeição da possibilidade de um feminismo neoliberal pois, como afirma em entrevista ao *El País*²⁸ :

o capitalismo cria continuamente hierarquias, formas diferentes de escravização e desigualdades. Então, não se pode pensar que sobre esta base se possa melhorar a vida da maioria das mulheres, nem dos homens. O feminismo não é somente melhorar a situação das mulheres, é criar um mundo sem desigualdade, sem a exploração do trabalho humano que, no caso das mulheres, se transforma numa dupla exploração. (Federici, 2019a)

Nesta perspectiva, as versões do feminismo adaptadas ao mercado não configuraram um projeto emancipatório e de justiça social por corresponderem a uma apropriação da luta das mulheres contra a desigualdade estrutural de que têm sido alvo e por responderem aos interesses específicos das mulheres pertencentes a uma classe social privilegiada, cuja luta passa por competir no mesmo terreno que o dos homens da sua classe social. Esta luta não é a mesma que propõem as autoras que defendem um feminismo centrado no combate a um sistema que gera desigualdades e que está em conflito com a própria sustentabilidade da vida no planeta.

O capitalismo promove a desvalorização e a deslocalização para as unidades domésticas de todo o trabalho não monetário, como são os esforços relativos à reprodução da força de trabalho, denunciados por Silvia Federici, Selma James e Dalla Costa nos anos 1970, com a provocadora campanha “Salários por Trabalho Doméstico”. Silvia Federici define o trabalho doméstico das mulheres com um complexo de atividades que permitem a reprodução da vida e que são essenciais para a organização capitalista do trabalho, pois sem eles nenhuma outra forma de produção poderia ocorrer:

²⁸ Retirado de: https://elpais.com/elpais/2019/03/20/mujeres/1553071085_109576.html consultado em Dezembro de 2019

até hoje, tanto nos países ‘desenvolvidos’ como nos ‘subdesenvolvidos’²⁹, o trabalho doméstico e a família são os pilares da produção capitalista. A disponibilidade de uma força de trabalho estável e disciplinada é uma condição essencial da produção em cada um dos estágios do desenvolvimento capitalista. (Federici, 2019b:68)

No capitalismo, o trabalho deixou de dizer respeito à grande diversidade de tarefas humanas e passou a ser considerado sob uma noção mais restrita, isto é, enquanto trabalho-mercadoria, propiciando a exclusão da sua esfera de todas as atividades não mercantis.

A perspectiva proposta por Roswitha Scholz (2013) a partir da crítica a Marx evidencia a existência da dissociação-valor, isto é, a ausência de uma relação direta entre o conteúdo ou a natureza da mercadoria e o respetivo valor. Marx considerava o valor como uma qualidade abstrata da mercadoria, que traduzia o tempo de trabalho necessário para a sua produção. Este entendimento sexualmente neutro do valor é questionado por Roswitha Scholz que considera a dissociação-valor como o verdadeiro princípio patriarcal-capitalista. A dissociação-valor é determinada sexualmente porque a divisão do trabalho não é assexuada (Scholz, 2013), como bem demonstram os papéis de género socialmente atribuídos e que naturalizam o trabalho de reprodução social como tarefa das mulheres.

María Atienza et al. (2019) argumentam que existe uma aliança perversa entre capitalismo e patriarcado na medida em que o capitalismo visa a acumulação de capital e, para que isso seja possível, necessita de pessoas que desejem consumir e do trabalho reprodutivo e de cuidados que as gera e as mantém: “o heteropatriarcado garante que esse trabalho invisibilizado se realize e que só o façam fundamentalmente as mulheres, por amor” (Atienza et al., 2019: 14).

O termo patriarcado é usado para destacar que a opressão e a desigualdade de género não são fenómenos esporádicos ou individuais, redutíveis às relações interpessoais, mas sim questões que atravessam toda a sociedade (Arruzza, 2015). O patriarcado surge como um elemento chave no capitalismo ao assegurar a manutenção das mulheres numa posição subordinada. A dominação capitalista e patriarcal interagem para tornarem efetivas as relações de opressão, bem patentes na dicotomia produção capitalista/reprodução social (Ezquerria, 2011). Ainda que não tenha sido o capitalismo que gerou o patriarcado, ele incorporou-o nas relações de dominação que fazem parte do seu processo de acumulação e reprodução. Roswitha Scholz lembra que determinadas qualidades menos valorizadas (sensualidade, emotividade, etc.), são atribuídas à mulher e separadas do sujeito masculino.

²⁹ Utilizamos as expressões da autora, apesar de não seguirmos a classificação país desenvolvido/país subdesenvolvido que aliás a própria Federici assinala com aspas.

Essas atribuições específicas de gênero caracterizam a ordem simbólica do patriarcado capitalista na sua essência.

Na mesma linha, Amaia Pérez Orozco (2010) destaca o conflito que parte da dicotomia que prescreve que “os homens são civilização (mente, racionalidade), enquanto as mulheres são natureza (corpo, emoção). Portanto o conflito capitalista pela mais-valia redefine-se como um conflito capital-vida de cor patriarcal” (Pérez Orozco, 2010: 136). Desta forma, o espaço público e o trabalho assalariado surgem como destinados essencialmente aos homens e o espaço privado e o trabalho não remunerado (atividades domésticas e de cuidado) essencialmente às mulheres. Para além desta separação, existe também uma valorização social diferenciada de cada uma destas duas esferas e, do mesmo modo, no mercado, as profissões conotadas com o feminino são socialmente menos valorizadas (e menos bem pagas) do que as profissões conotadas com o masculino.

Existe uma tensão entre uma orientação que visa garantir o processo de valorização do capital e uma orientação apostada em garantir a sustentabilidade da vida. Pérez Orozco defende que a criação de esferas invisíveis no sistema económico é fundamental para tornar o próprio conflito invisível, fazendo-o desaparecer em termos sociais e políticos e criando uma gigantesca zona oculta do *iceberg* da economia onde “as esferas económicas invisíveis se caracterizam precisamente pela falta de poder dos seus agentes para converter em coletivo e político o conflito que absorvem” (Pérez Orozco, 2010: 136).

Cinzia Arruzza (2015) argumenta que “nos países onde o modo capitalista de produção suplantou o precedente modo de produção, transformando radicalmente a família e o seu papel, as relações de poder entre géneros deixaram de formar um sistema independente” (2015:47). A autora considera que isso não aconteceu nos países que permaneceram na periferia da economia capitalista global, onde as estruturas de produção não foram inteiramente transformadas e exemplifica com o caso dos países africanos, onde a proletarianização foi limitada e persiste um “modo de produção doméstico” (Arruzza, 2015). À luz da teoria da reprodução social, como analisaremos em detalhe mais adiante, capitalismo e patriarcado são indissociáveis.

A interação entre colonialismo e patriarcado é também analisada pela lente feminista, com autoras como Luciana Ballestrin (2017) a defender que a desigualdade de gênero se cruza com outras relações de dominação: “como se o poder colonial fosse somado ao poder patriarcal” (2017:1038). Nesta mesma linha, Luciane Lucas dos Santos procura identificar como é que as colonialidades económica e de gênero interagem, ou seja, como é que o poder colonial e o poder patriarcal se conjugam. Entende a colonialidade económica como “condição de poder que, após o término da colonização política, se mantém ativo através de um conjunto de saberes. A colonialidade configura-se como repetição de padrões de dominação e como condição de subalternidade internalizada” (Lucas dos Santos, 2017:

166). A colonialidade do poder reduz a diversidade de interesses e contextos e legitima-se a partir do imaginário “evolucionista” do desenvolvimento, cujo discurso e concepções de bem-estar têm estado na origem da reprodução de conceitos de pobreza e de riqueza, que constituem aquilo que Lucas dos Santos designa por “régua consensual a partir da qual se analisam populações e economias” (2017:161). O desenvolvimento enquanto “discurso-corrída”, que considera uns mais adiantados que outros, naturaliza os padrões de produção e consumo específicos (eurocêtricos) e reforça a invisibilidade da economia não mercantil, onde as mulheres têm uma participação determinante. Para Lucas dos Santos as economias feministas podem beneficiar da perspectiva pós-colonial e das Epistemologias do Sul³⁰, especialmente na análise das inconsistências da universalização deste discurso e pela perspectiva interseccional que liga género, raça/etnia e classe social. A autora identifica quatro razões centrais para que as economias feministas tenham em conta os contributos do pós-colonialismo e das Epistemologias do Sul: em primeiro lugar, para superar a narrativa do desenvolvimento presente na visão colonial da economia que define as comunidades em função de uma conceção contextual e evolucionista do que é o desenvolvimento e o bem-estar, como discutimos no primeiro capítulo; em segundo lugar, pela perspectiva interseccional que permite romper com a interação entre colonialidade económica e colonialidade de género e reconhecer a diversidade de estratégias adotadas por diferentes grupos de mulheres; em terceiro lugar, pela possibilidade de integração do questionamento feito pelas Epistemologias do Sul que pode trazer para a economia feminista outras perspetivas sobre a vida produtiva, dignidade humana ou igualdade de género, por exemplo, na relação entre o económico e o doméstico e entre redistribuição e reciprocidade e, por último, porque pode traduzir-se num alargamento epistemológico e político da Economia e da Economia Feminista (2017:175). Lucas dos Santos destaca que as análises que não têm em conta o contexto cultural, social, político e histórico nem a interseccionalidade³¹, acabam por adotar uma perspetiva tecnicista da intervenção. A colonialidade económica está presente em expressões como “mulheres do terceiro mundo” que apagam toda a sua heterogeneidade e contribuem para “o velamento da diversidade e da interseccionalidade nas questões de género, bem como para a perpetuação de um imaginário social preso à ficção moderna do desenvolvimento como única forma de organização da vida material” (Lucas dos Santos, 2017: 162).

³⁰ As Epistemologias do Sul constituem uma proposta epistemológica formulada por Boaventura de Sousa Santos que visa o reconhecimento dos saberes que estão para além do saber científico, nomeadamente aqueles que emergem das lutas sociais (Santos, 2009).

³¹ Discutimos a noção de interseccionalidade mais detalhadamente na secção 3.4.1. Em linhas gerais, trata-se de uma perspetiva que analisa a inter relação entre os diferentes sistemas de dominação social, especialmente entre sexo, classe e raça.

Sem pôr em causa a pluralidade dos feminismos e rejeitando qualquer ideia uniformizadora do que significa ser mulher, autoras como Silvia Piris reconhecem a existência de um sujeito feminista global. Este sujeito deve procurar o fortalecimento da sororidade (do latim *soror*), enquanto aliança feminista entre mulheres e enquanto tomada de consciência da discriminação estrutural, tendo em vista o estabelecimento de pactos intrafeministas que permitam enfrentar um sistema de dominação que lhes é comum, ainda que em diferentes contextos e realidades (Piris, 2015).

As tensões e antagonismos entre feminismos subalternos e um feminismo dito global são assinaladas por Luciana Ballestrin, alertando que “a construção de feminismos outros só é possível quando eles se subalternizam em relação ao próprio feminismo moderno. Como consequência, evidencia-se a tensão entre o limite da fragmentação de diferenças irreconciliáveis e a necessária cosmopolitização da agenda feminista” (Ballestrin, 2017: 1035). Para esta autora, a construção de uma agenda feminista justa, inclusiva e democrática tem hoje simultaneamente incentivos e constrangimentos:

a criação de novos espaços, fóruns, encontros e diálogos para a criação e luta feminista no âmbito internacional (sistema ONU) e ambiente virtual, ao mesmo tempo, despertou questionamentos quanto à possibilidade de solidariedade transnacional e *global sisterhood*. Estes questionamentos são feitos pelos feminismos subalternos. (Ballestrin, 2017: 1051)

Luciana Ballestrin argumenta que “não se trata de um debate sobre diferenças, mas, sim, sobre estar em diferentes posições para enxergá-las, ou, mesmo, identificá-las. O debate ainda é sobre igualdade” (2017:1051). A perspectiva interseccional e a discussão em torno dos feminismos do Norte e do Sul é também analisada por Rosa Bedia (2014) que adverte não ser correto categorizar o feminismo como feminismo do norte, feminismo do sul, feminismo europeu ou outros, como se a essas designações correspondessem realidades coerentes, porque há em todos os continentes debates que são comuns: as opressões contra as mulheres repetem-se em quase todas as sociedades do mundo.

3.4. Perspetivas face aos sistemas de dominação

3.4.1. Interseccionalidade ou consubstancialidade?

Discutiremos em seguida a perspetiva interseccional, inicialmente formulada por Kimberlé Crenshaw (1990), que concedeu particular atenção à interação entre sexo e raça e a perspetiva da consubstancialidade, formulada por Danièle Kergoat e Heleieth Saffioti, que parte da relação entre sexo e classe. Em comum, estas perspetivas partilham o facto de proporem a recusa de uma hierarquização das diferentes formas de opressão (Hirata, 2014).

A perspetiva interseccional foi construída a partir do trabalho de feministas negras dos Estados Unidos e da Grã Bretanha (Bilge, 2020) que procuraram evidenciar a interação entre diferentes relações de dominação. Kimberlé Crenshaw (1990) identificou o modo como os eixos de opressão interagem, o que permitiu desnaturalizar as hierarquias, identificar as posições relativas que as diferentes mulheres ocupam em cada contexto e o modo como os mecanismos de discriminação, designadamente classe social, raça ou etnia, sexo, idade, entre outros, interagem com o género. Sirma Bilge (2020) sintetiza desta forma a noção de interseccionalidade:

A interseccionalidade reflete a teoria transdisciplinar que busca compreender a complexidade das identidades sociais e desigualdades através de uma abordagem integrada. Tal teoria refuta a compartimentação de hierarquização dos grandes eixos de diferenciação social através de categorias de género/sexo, classe, raça, etnia, deficiência e orientação sexual. (Bilge, 2020:239)

Esta abordagem não se restringe ao reconhecimento da multiplicidade de sistemas de opressão pois vai além dessas categorias e mostra como elas interagem na produção e reprodução de desigualdades sociais. A interseccionalidade, por um lado centra-se num nível microsocial “através da consideração do intercruzamento de categorias sociais e das múltiplas fontes de poder e privilégio” (Bilge, 2020:242), o que permite evidenciar as interseções entre diferentes estruturas de desigualdade nas vidas individuais. Por outro lado, num nível macrosocial, prossegue a autora, “são questionadas as formas como múltiplos sistemas de poder estão envolvidos na produção, organização e manutenção de desigualdades” (idem). Não se trata apenas de constatar a presença de diferentes sistemas de dominação, mas sobretudo do modo como se conjugam na construção das desigualdades.

Uma proposta teórica distinta é defendida por Susan Ferguson, ao considerar que a perspetiva interseccional se concentra num nível micro e não reconhece dinâmicas de maior

amplitude relativas à “reprodução sistêmica de relações opressivas” (2017:17). Para Ferguson, na perspectiva interseccional o colonialismo e o patriarcado são entendidos como sistemas distintos. A autora argumenta que é necessário atender a uma lógica sistêmica porque “a totalidade social complexa e diferenciada avançada pelo feminismo interseccional sugere que uma política transformadora requer movimentos cruzados de solidariedade política” (2017:17). Ainda para esta autora, no modelo aditivo ou cumulativo as opressões existentes interseccionam-se fazendo com que cada sujeito carregue um “fardo múltiplo” (2017:16). Embora reconheça que esta abordagem revela relações de poder que de outra forma estariam ocultas, a sua proposta aponta no sentido daquilo que designa por visão da reprodução social integrativa, isto é, uma visão capaz de evidenciar a relação dialética entre o capitalismo e suas diferentes partes.

Muitas das críticas à perspectiva interseccional fundam-se na sua dificuldade em apreender a dinâmica complexa das relações sociais (Milene Barroso, 2018) e em pensar as relações de dominação tendo em conta as dinâmicas e o contexto histórico.

Danièle Kergoat (2010), autora ligada à perspectiva da consubstancialidade critica o conceito de interseccionalidade porque considera que ele não parte das relações sociais fundamentais (sexo, classe, raça) em toda a sua complexidade e dinâmica. Reconhece no entanto que os estudos pós-coloniais e o feminismo negro foram fundamentais na desconstrução de um “pseudo universalismo” e na visibilização da heterogeneidade das mulheres. Recusa a possibilidade de dissociação entre categorias e relações sociais dentro das quais foram construídas e defende que “a multiplicidade de categorias mascara as relações sociais” (Kergoat, 2010:98). Mesmo que as categorias sejam entendidas em termos de interseções, há aspetos que permanecem invisíveis e considera a “noção de multiposicionalidade” problemática porque as “posições” não são fixas, são antes relações dinâmicas, em evolução e renegociação contínua.

Na sua contestação ao feminismo interseccional, Susan Ferguson considera tratar-se de uma conceção fragmentada da realidade, contrapondo à interseccionalidade uma lógica integrativa da totalidade social. Argumenta que “somente quando uma dinâmica essencial integrativa é identificada como inflitando as diversas relações é que um potencial sujeito revolucionário pluralista é revelado e posicionado como o agente capaz de revirar as matrizes de poder entrelaçadas que o dominam” (Ferguson, 2017:21).

A perspectiva consubstancial entende que a análise do capitalismo, racismo e patriarcado só pode ser feita tendo em conta a indissociabilidade entre sexo/género, raça e classe pois só assim é possível apreender o todo social, com as suas contradições e dinâmicas. Nesta perspectiva a ligação do patriarcado e do racismo ao capitalismo não são fruto de um legado anterior, resquícios que ficaram de outra ordem social e portanto passíveis de superação dentro do quadro do capitalismo. Esta proposta desenvolvida pelas

supra referidas Danièle Kergoat e Heleieth Saffioti, tinha inicialmente o foco centrado nas categorias género/sexo e classe social e posteriormente incluiu também o racismo. Kergoat considera que “as relações sociais são coextensivas: ao desenvolverem-se, as relações sociais de classe, género e ‘raça’ reproduzem-se e co-produzem-se mutuamente” (2010:94). Nesta perspetiva, as relações sociais são consubstanciais e formam um “nó”, isto é, um todo que só pode ser tomado isoladamente para efeitos de análise. Racismo, patriarcado e capitalismo são parte de um mesmo sistema dinâmico, formando aquilo que designa como “unidade de substância” (Kergoat, 2010).

Kergoat rejeita, pois, que possam existir contradições principais e contradições secundárias, recusando conseqüentemente a possibilidade de priorização de umas relações sociais sobre outras. A consubstancialidade consiste num entrecruzamento dinâmico das relações sociais “cada uma imprimindo a sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (Kergoat, 2010:100). A coextensividade advém do dinamismo das relações sociais, isto é, do modo como elas se produzem mutuamente.

Angela Davis, conhecida ativista dos EUA na luta pelos direitos das mulheres e contra o racismo, recentrou este debate ao defender que precisamos de falar mais de interseccionalidade das lutas que de interseccionalidade das identidades (Ruas, 2019:176).

3.4.2. Dos sistemas de opressão múltiplos a uma perspetiva unitária

Nesta secção, com base na tipologia de Cinzia Arruzza (2015) iremos discutir a relação entre capitalismo, patriarcado e racismo à luz de três propostas: (a) dos sistemas duplos ou triplos, que adota uma visão cumulativa; (b) do capitalismo indiferente, que vê os sistemas como autónomos; e (c) da tese unitária, que abriu caminho à teoria feminista da reprodução social.

O modelo dos sistemas duplos ou triplos, prevalecente nas teorias feministas-marxistas, considera os mecanismos de dominação capitalista e patriarcal autónomos. Para este modelo, a história tem dois motores distintos: a luta de classes e a luta entre sexos (Ruas, 2019). Inicialmente esta teoria considerava apenas a luta de classes e a relação entre sexos (sistemas duplos), vindo mais tarde a integrar também a noção de raça (sistemas triplos), segundo a referida classificação de Arruzza.

Esta perspetiva considera que “género e relações entre sexos constituem um sistema autónomo que se combina com o capitalismo e remodela as relações de classe, enquanto é, ao mesmo tempo, modificado pelo capitalismo” (Arruzza, 2015:36). A proposta dos sistemas duplos ou triplos, ao distinguir entre sistemas opressores, corresponde àquilo que Arruzza designa por “formas de explicação mais imediatas e intuitivas” (2015:44), isto é,

que leem a realidade de acordo com a forma como esta se manifesta. A nossa percepção dos sistemas opressores é fragmentada e as pessoas, ao experimentarem a desigualdade de género, percebem-na como determinada por uma lógica distinta da opressão capitalista, conduzindo a que “qualquer negação da visão de que o patriarcado é um sistema independente dentro do capitalismo inevitavelmente encontra rejeições e dúvidas” (2015:45). Segundo esta autora, as relações de dominação patriarcais, embora anteriores ao capitalismo, deixaram de constituir um sistema independente com uma lógica autónoma, em consequência da “transformação da família de uma unidade de produção a lugar privado fora da produção de mercadorias e do mercado” (2015:46). Arruzza demonstra ainda que a opressão de género não existiu sempre e que em várias sociedades sem classes ela terá sido introduzida pelo colonialismo.

A crítica à teoria dos sistemas múltiplos (duplos ou triplos) funda-se nas dificuldades de uma visão do patriarcado que tenha em conta a existência de um sistema de relações de dominação e exploração maleável a mudanças históricas e numa relação de continuidade com o capitalismo (Arruzza, 2015:39). Uma das fragilidades desta teoria reside na conceção do patriarcado como sistema de exploração que pressupõe a existência de uma classe explorada e de uma classe exploradora, o que levanta problemas relativos à identificação de quem comporia essa classe - homens exploradores e mulheres exploradas, juntando portanto na mesma classe, por exemplo, mulheres migrantes e mulheres da elite económica. Arruzza conclui que “é inegável que existem relações de dominação e hierarquia social baseadas em género e que homens, incluindo os das classes mais baixas, buscam tirar vantagens delas” (2015:42). Porém, essa lógica de manutenção de privilégios não representa um antagonismo de classe entre homens e mulheres.

As relações de género, raça e classe não são estáticas e pré-existentes, defende Susan Ferguson, antes constituem “práticas e processos que herdamos, experienciamos e criamos no interior de uma constelação ampla de relações de poder” (Ferguson, 2017:19) e argumenta que é necessário abandonar a perspetiva aritmética do modelo aditivo (ou dos sistemas múltiplos) e conceber o todo social como algo maior do que a soma de suas partes, isto é, como “totalidade aberta e historicamente mutável, cuja lógica reprodutiva reside em todas as suas partes, mesmo se essas partes não são necessariamente ou puramente funcionais ou redutíveis ao todo” (2017:22).

O modelo do “capitalismo indiferente”, muito adotado pelos teóricos marxistas, entende que as relações de classe têm prevalência sobre as outras opressões, como sexo e raça (Ruas, 2019) e considera a relação estrutural entre capitalismo, patriarcado e racismo essencialmente oportunista. Nesta visão, muito disseminada pelos trabalhos de Ellen Wood, as opressões de género e raça são anteriores ao capitalismo e podem, portanto, ser superadas. Barroso assinala que para Wood “o capitalismo é, em si, indiferente às relações

de género, ou seja, a igualdade racial ou de sexo/género não é antagónica ao capitalismo, pois o capitalismo é indiferente às identidades sociais das pessoas que explora e provavelmente cooptará quaisquer opressões que estejam cultural e historicamente disponíveis, em qualquer uma de suas definições” (Barroso, 2018: 449).

Na explanação desta tipologia, Arruzza (2015) considera que este modelo, ao perceber o capitalismo como sendo independente das relações de género, admite também que estas podem ser superadas e que o patriarcado, enquanto sistema, pode ser dissolvido nos países capitalistas avançados através da reestruturação das relações familiares. Segundo esta teoria, a opressão de género no capitalismo é meramente instrumental e poderia ser dispensada, pois para o capital seria irrelevante o modo como o trabalho explorado é obtido, seja por via da opressão das mulheres, do trabalho escravo ou outros. Arruzza argumenta que nunca existiu uma formação social capitalista sem opressão de género (nas suas várias formas) e que “o processo de acumulação capitalista foi acompanhado pela igualmente importante expropriação das mulheres de diferentes formas de propriedade” (2015:50). Ainda que as mulheres tenham obtido vitórias democráticas muito significativas no capitalismo, isso não aconteceu por condições diretamente favoráveis à sua emancipação criadas pelo capitalismo mas por via das lutas travadas: “se obtiveram alguma coisa é porque lutaram para isso e porque com o capitalismo as condições sociais foram favoráveis ao nascimento de movimentos sociais de massa da política moderna. O que também é verdade para a classe trabalhadora” (2015:51).

A dominação das mulheres ao longo da história não foi aceite passivamente, como mostra a sua resistência ao domínio masculino. Saffioti (2001) destaca que os mecanismos de resistência face à dominação de género, de classe e de raça têm estado sempre presentes, ainda que as suas conquistas e êxitos não sejam uniformes. Silvia Federici (2019b) também assume uma posição distinta da tese do capitalismo indiferente. Reconhece que o capitalismo se estruturou a partir de hierarquias sociais que o antecedem, entre elas o patriarcado, com o qual convive muito bem e que constitui um dos seus pilares, ainda que seja anterior à própria sociedade de classes, mas recusa que a opressão das mulheres no capitalismo seja o legado de um mundo pré-moderno. Para esta autora, o patriarcado é uma formação do capitalismo construída sobre diferenças sexuais para cumprir novas funções sociais. Barroso também critica esta tese: “as opressões decorrentes do patriarcado antecedem o capitalismo. A questão aqui empreendida é a do reconhecimento de que essas opressões sobreviveram à sua emergência e tornaram-se necessárias às relações sociais capitalistas” (Barroso, 2018:456). A proposta do modelo unitário rejeita a teoria dos sistemas múltiplos e a teoria do capitalismo indiferente por não terem em conta a análise dos fenómenos sociais enquanto totalidades. Defende que não existe um sistema patriarcal autónomo do capitalismo e opõe-se à ideia de que o patriarcado possa constituir um sistema

de regras e mecanismos que se reproduzem de forma autónoma. Consideram que o capitalismo é uma ordem social que tem o seu núcleo constituído por relações de exploração, dominação e alienação (Barroso, 2018:450) e, como defende Arruzza “o desafio é entender como a dinâmica de acumulação de capital continua a produzir, reproduzir, transformar e renovar relações hierárquicas e opressivas, sem expressar estes mecanismos em termos estritamente económicos ou automáticos” (2015:38).

A tese unitária concebe as relações de produção capitalista e as relações de opressão das mulheres como parte de um único sistema e tenta responder às limitações daquilo que classifica como pensamento fragmentado, que não tem em conta a unidade intrínseca dos diferentes sistemas de opressão e dominação. Arruzza critica conceções de produção e reprodução mecanicistas e considera que no capitalismo há efetivamente unidade entre aquilo que designa por “totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação e alienação” (2015:55). Para a teoria unitária “a opressão de género e a opressão racial não correspondem a dois sistemas autónomos que possuem as suas próprias causas particulares: eles passaram a ser uma parte integral da sociedade capitalista através de um longo processo histórico que dissolveu formas de vida social precedentes (Arruzza, 2015:57).

Ainda que similar à proposta da consubstancialidade de Kergoat, a discordância principal face à teoria unitária de Arruzza reside no facto de esta última atribuir autonomia relativa aos diferentes tipos de relações sociais (Barroso, 2018).

Sintetizamos em seguida no quadro 1 as propostas que estiveram na base da construção da teoria da reprodução social, que detalhamos na secção seguinte.

Quadro Síntese: interação entre sistemas de opressão: sexo, raça e classe social

Interseccionalidade <ul style="list-style-type: none">. Evidencia a interação entre eixos de opressão: sexo, raça e classe social. As diferentes opressões conjugam-se na construção da desigualdade. Propõe o diálogo entre lutas		Consustancialidade <ul style="list-style-type: none">. Visão integradora: não há intersecções, há uma relação dialética. As posições não são fixas: negociação contínua. Propõe um sujeito revolucionário pluralista
CAPITALISMO INDIFERENTE <ul style="list-style-type: none">. As relações de classe têm prevalência sobre as outras. As opressões de gênero e raça são anteriores ao capitalismo e podem ser superadas independentemente dele. O capitalismo é indiferente às identidades que explora	SISTEMAS DUPLOS OU TRIPLOS <ul style="list-style-type: none">. Sistema duplo: tem em conta o capitalismo e o patriarcado. Sistema Triplo: inclui o racismo. Perspetiva aritmética: as opressões são cumulativas. Leitura da realidade como ela é sentida: explicação imediata e intuitiva	TESE UNITÁRIA <ul style="list-style-type: none">. Não há sistemas de opressão autônomos: visão dos fenómenos na totalidade social. A dominação patriarcal é anterior ao capitalismo mas deixou de ser independente: o todo não é a soma das partes. Origina a Teoria da Reprodução Social

Quadro n. 1: Interação entre sistemas de opressão: sexo, raça e classe social

3.4.3 A teoria da reprodução social

No período que se seguiu à crise de 2008, a teoria da reprodução social começou a afirmar-se a partir de uma análise crítica a Marx, que veio recolocar no centro do debate a noção de totalidade social. Os trabalhos de Lise Vogel, sobretudo a sua obra *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory*, publicada em 1983 mas que permaneceu na penumbra durante três décadas, foi alvo de renovado interesse e abriu caminho à estruturação da teoria da reprodução, que procurou criar uma visão unitária capaz de ligar produção e reprodução.

Para Marx a força de trabalho é a fonte de valor e a chave do sistema porque permite criar mercadorias para o capitalismo, porém, refere Tithi Bhattacharya (2013) Marx é “frustrantemente silencioso” sobre a forma como a força de trabalho se produz a si mesma. Cristina Carrasco (2018) argumenta que o enfoque reprodutivo na economia, ainda que seja antigo, não deu conta da desigualdade entre homens e mulheres e assinala que em Marx e em David Ricardo é reconhecido que os sistemas socioeconómicos precisam de reproduzir as suas próprias condições de reprodução para terem continuidade porém, “esses autores discutiram as condições materiais para que um sistema social tivesse continuidade; se elas não existissem, a própria subsistência da comunidade estaria em perigo” (Carrasco, 2018:35). A autora lembra que embora Marx tenha reconhecido que o capitalismo se iria autodestruir por não reproduzir a natureza, avançando com o conceito de “metabolismo

social” relativo à regeneração desta, “nunca considerou que todo o trabalho realizado nos lares, basicamente pelas mulheres é absolutamente necessário para reproduzir a força de trabalho. Somente incluía os bens adquiridos no mercado e, portanto, a força de trabalho aparecia autorreproduzindo-se automaticamente com o salário” (Carrasco, 2018: 36). Lise Vogel, pioneira nesta reflexão, regressa a Marx mas aborda a questão das mulheres, considerando a produção e a reprodução diária e geracional da força de trabalho, o que lhe permitiu avançar na análise sobre a relação entre produção capitalista e processos quotidianos de reprodução da vida (Vogel, 2013[1983]). Se no marxismo a força de trabalho é a chave do sistema, Vogel mostrou como ela também se produz e reproduz. Esta autora foi sobretudo criticada porque a sua categoria “mulheres” tornava invisíveis outras formas de opressão para as quais a perspetiva interseccional já chamara a atenção, porém, os trabalhos de Vogel e a sua tentativa de construção de uma teoria unitária abriram caminho para a teoria da reprodução social que 30 anos mais tarde veio a ser desenvolvida, nomeadamente pelas já referidas Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, entre outras.

A noção de reprodução social tem um papel central na economia feminista. Grecco et al. concretizam o seu âmbito quando afirmam: “ela envolve os trabalhos que se ocupam da reprodução da vida, como os trabalhos domésticos e de cuidados – [que] são relegados ao conjunto de trabalhos improdutivos ou não mercantis e tendem a ser invisibilizados e negligenciados” (Grecco et al., 2018: 14). Cinzia Arruzza et al. assinalam que o trabalho de reprodução social “abrange atividades que sustentam seres humanos enquanto seres sociais consubstanciados que não só têm de comer e dormir, mas também de criar os filhos, cuidar das famílias e manter as suas comunidades, tudo isto ao mesmo tempo que perseguem os seus sonhos para o futuro” (2019: 65). Para além das atividades que uma mulher exerce no seu trabalho assalariado, ela também realiza maioritariamente o trabalho de reprodução de pessoas para ela e para a sua família, ficando sobrecarregada com uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Este trabalho das mulheres é essencial para a “produção” de pessoas e constituiu a base de possibilidade do trabalho remunerado. Para as autoras “os processos e instituições necessários a ambos os tipos de ‘produção’ – o de pessoas e o de lucro – embora analiticamente distintos, são mutuamente constitutivos” (Arruzza et al., 2019:66) e defendem que “o trabalho remunerado para obtenção de lucro não poderia existir sem o trabalho (na maioria das vezes) não assalariado da produção de pessoas” (Idem).

A mudança trazida pela teoria feminista da reprodução social reside no facto de considerar o capitalismo e o patriarcado faces da mesma realidade, o que facilitou a adoção de um novo prisma de análise da divisão sexual do trabalho nas esferas mercantil e doméstica. As propostas desta teoria consideram que os diferentes sistemas de opressão como parte de uma estrutura de dominação mais global (de acordo com as propostas da

tese unitária) onde a separação entre as esferas de produção e reprodução não resulta da autonomia própria de cada uma delas, já que as une um vínculo de interdependência.

A teoria da reprodução social critica as teorias dos sistemas duplos ou triplos e a tese do capitalismo indiferente por não conseguirem perceber a totalidade social já que “consideram a existência de uma esfera económica regida pelas relações de produção e uma esfera política ou social, onde reinam as relações sociais, políticas e ideológicas (Ruas, 2019:31). A teoria da reprodução social contemporânea propõe uma abordagem unitária da relação entre produção capitalista e opressão das mulheres. Assim, a exploração capitalista está dependente da reprodução da força de trabalho e é daí que resulta a necessidade de opressão das mulheres, pois permite converter a família em espaço de reprodução, com custos muito baixos, conseguidos através do trabalho gratuito das mulheres, um trabalho invisível, que providencia as condições materiais e emocionais para que o trabalhador continue a produzir. Esta teoria considera que o trabalho reprodutivo é historicamente uma condição necessária para o funcionamento do modo de produção capitalista e adota uma visão integrada que veio “resgatar a compreensão de que a multidimensionalidade da vida social não pode ser compreendida pressupondo-se que as suas partes – as relações de classe, raça, género, sexualidade – sejam ontologicamente autónomas” (Ruas, 2020: 24).

Esta teoria aprofundou a perspetiva interseccional (Crenshaw, 1990), na medida em que “no lugar de cruzamentos, ou combinações entre sistemas/relações de opressão ou de dominação externas umas às outras – como supõe a teoria da interseccionalidade –, há um processo no qual as partes contêm o todo e o todo contém as partes” (Ruas, 2020:25). Se por um lado, esta visão permite visibilizar cada modo de opressão em particular (género, classe, raça, etc.), permite também compreendê-lo no âmbito de um sistema único.

Ferguson assinala que a teoria da reprodução social é capaz de criar um entendimento mais profundo que uma visão dicotómica produção/reprodução ou que a fragmentação da perspetiva interseccional, argumentando que “fornece um caminho promissor para teorizar a unidade integral das relações sociais, diversas e diferenciadas, que o feminismo interseccional ressalta” (Ferguson, 2017:24). Isto porque se centra numa conceção de trabalho ampla, onde a dimensão produtiva não está apenas na criação de valores económicos, mas também da sociedade e, inerentemente, da manutenção da vida, evidenciando desta forma a relação dialética entre o capitalismo e suas diferentes partes. Ferguson propõe uma visão da reprodução social integrativa, face à perspetiva interseccional que classifica como aditiva e defende um modelo “constitutivo” onde as opressões relativas à raça, género, sexualidade ou classe não sejam tomadas como prévias ou fixas, antes sejam entendidas no âmbito de uma dinâmica relacional, mudando o objetivo analítico da descrição da complexidade para a explicação da “emergência, dinâmica e reprodução” das

experiências opressivas (Ferguson, 2017:18) onde os sistemas de opressão, ainda que distintos, fazem parte de uma estrutura de dominação global.

A teoria da reprodução social usa um conceito diverso daquele que encontramos na tradição marxista porque tem uma concepção ligada à manutenção e reprodução da vida, seja quotidianamente, seja geracionalmente. Arruzza considera que “neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado” (2015:55), expandindo assim o próprio entendimento de trabalho doméstico.

Esta aceção de reprodução social permite identificar a relação que se estabelece, por um lado, entre a vida doméstica, a mercantilização do trabalho e a sua divisão sexual, e por outro, as políticas do Estado de bem-estar social (Arruzza, 2015:56). A autora conclui que o modo como a reprodução social é organizada está intrinsecamente relacionado com o modelo de organização social na sua totalidade e, portanto, com as relações de classe:

As relações que existem em cada sociedade capitalista entre reprodução social, a produção da sociedade como um todo, e as relações de produção (...) não são estruturas ou níveis separados: eles não se interseccionam de maneira externa e não mantêm uma relação meramente contingente com as relações de produção. As relações múltiplas de poder de dominação, portanto, aparecem como expressões concretas de uma unidade contraditória e articulada que é a sociedade capitalista. (Arruzza 2015:56)

A autora defende que a lógica da acumulação capitalista condiciona a forma como interpretamos as experiências vividas e destaca que nas últimas décadas houve um número significativo de correntes teóricas feministas que evitaram analisar o papel desempenhado pelo capital na opressão de género, o que é o reflexo capacidade que o capitalismo tem de cooptar ideias e influenciar as formas de pensar.

Tithi Bhattacharya assinala que o trabalho de cuidado corresponde às atividades de produção da vida e que a melhor maneira de definir a reprodução social é identificá-la com as atividades e instituições que são necessárias para produzir, manter e substituir geracionalmente a vida (Bhattacharya, 2020). Esta autora identifica três processos através dos quais a força de trabalho é reproduzida: as atividades que regeneram os trabalhadores fora do processo de produção, como o sono, a alimentação e os cuidados psíquicos; as atividades que permitem manter as pessoas não-trabalhadoras (crianças, idosos, doentes, etc.); e o parto, pela geração de novos trabalhadores.

Desta forma, o capitalismo é entendido como sistema unitário que integra as duas esferas: produção e reprodução, concebendo-as de modo interdependente, pois o que ocorre numa tem impacto na outra. Bhattacharya (2013) conclui que se a opressão das mulheres está ligada ao sistema no seu conjunto, então as lutas que ocorrem na economia

formal deveriam vincular-se também às lutas que ocorrem na esfera da reprodução. Propõe uma teorização integrada entre trabalho produtivo e reprodutivo, porque a separação espacial entre ambos (produção no espaço público e reprodução no espaço privado) é apenas aparente já que a reprodução não ocorre só em casa - ocorre por exemplo através da provisão pública de creches, lares de idosos etc. e a produção não acontece só na economia formal já que os trabalhadores também são produzidos. Um conceito amplo de reprodução social é definido por Cristina Carrasco desta forma:

um complexo processo de tarefas, trabalhos e energias cujo objetivo seria a reprodução biológica (considerando as distintas espécies e sua estrutura ecológica) e a da força de trabalho. Incluiria também as práticas sociais e os trabalhos de cuidados, a socialização e a satisfação das necessidades humanas, os processos de relações sociais que têm a ver com a manutenção das comunidades, considerando serviços públicos de saúde, educação e transferências que reduzissem o risco de vida. (Carrasco, 2018: 45-46)

Este conceito está suportado numa conceção de economia incrustada nas relações sociais, como assinalara Polanyi (2016[1944]) e recusa uma visão dualista de produção e de reprodução, focando-se prioritariamente nas condições de vida das pessoas.

3.5. Economia feminista, trabalho e produção

A perspetiva da economia feminista é crítica face ao capitalismo patriarcal e, mais do que visibilizar o trabalho doméstico e de cuidado para o colocar ao mesmo nível que o trabalho mercantil, defende um outro modelo de organização social (Pérez Orozco, 2010; Guerrero, 2018). A problematização dos conceitos de economia, trabalho e (re)produção abriu caminho a uma leitura mais ampla de cada um deles e a uma reflexão sobre as causas que conduziram à identificação de duas esferas numa posição dicotómica.

O significado de economia foi questionado e ampliado pelas economias feministas que contestam o seu confinamento ao que entendem ser incorretamente designado por “produtivo”, ou seja, a produção de bens e serviços sob forma de mercadoria, como se a existência dessa esfera fosse possível de modo independente. Sandra Ezquerra defende que “esta especialização da economia convencional na esfera ‘produtiva’ ignora a existência de vínculos profundos e dialéticos entre a economia de mercado e o cuidado das pessoas e a reprodução da vida” (Ezquerra, 2011: 175-176) e afirma que “a ficção económica mais silenciada desde o nascimento da sociedade industrial tem sido a divisão entre a economia

considerada produtiva e todas as tarefas de cuidar de pessoas e dos lares, cruciais tanto para a manutenção da vida quanto para a operação do sistema económico” (Ezquerria, 2018:39). A reconcetualização da economia como campo de provisão permitiu incluir nela as atividades não mercantis e tornar evidente que as necessidades humanas não conseguem encontrar resposta unicamente no âmbito dos mercados (Lucas dos Santos, 2017). Já nos anos 40 do século passado Polanyi (2016[1944]) defendera um conceito de economia substantiva, compreendida como processo orientado no sentido da satisfação das necessidades materiais, através dos meios de vida disponíveis. Para o autor, numa sociedade complexa, o comportamento dito económico dos indivíduos é moldado pelas instituições, não derivando de características psicológicas supostamente inatas, como aquelas que a economia neoclássica atribui ao *homo economicus*.

Criou-se a ilusão de que a economia seria a lei universal que determina todo o funcionamento da sociedade, mas numa conceção restrita que a equipara a mercado, como se pudessem equivaler-se. Polanyi destacou que ao invés da economia estar incrustada nas relações sociais, passaram a ser estas a estar incrustadas no sistema económico e terá sido a autonomização da esfera económica, a sua desvinculação da esfera social, que criou o fosso entre política e economia (2016[1944]). O capitalismo liberal do século XIX foi o inventor da mercadorização e da submissão a um sistema que supostamente teria capacidade de autorregular três elementos que na realidade não são mercadorias: a terra, o trabalho e também a moeda.

Daqui decorre a importância de entendermos o capitalismo de modo mais vasto, não o restringindo a um sistema económico, já que as suas características remetem para “uma ordem social institucionalizada que inclui também as condições de possibilidade de fundo da economia” (Fraser, 2017: 167). As sociedades capitalistas separam a economia da política, a produção económica da reprodução social, a sociedade humana da natureza não humana.

Este alargamento concetual desoculta as denominadas “outras economias” (Gibson-Graham, 2008) em que o papel das mulheres é frequentemente muito significativo, como a produção para autoconsumo, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado. As economias feministas tornam visível todo o universo “não-económico” que tem sido associado aos papéis, interesses e características historicamente atribuídos às mulheres e também ao espaço a que simbolicamente são associadas: o ambiente doméstico (Guerrero, 2018).

O conceito de trabalho tem vindo a sofrer uma contração sucessiva, cingindo-se cada vez mais a uma dimensão estritamente mercantil, isto é, ao trabalho-mercadoria cujo valor pode ser quantificado e expresso pelo salário (Coelho, 2011). Já Karl Polanyi (1978) assinalara a propósito deste processo de mercadorização, que “trabalho” é apenas um outro nome para humanos, tal como “terra” é uma outra designação para natureza.

A economia feminista veio tornar mais evidente que nem todo o trabalho é controlado pelo capital e pelo mercado, que aliás correspondem apenas à parte visível do *iceberg* que integra muito trabalho não alienado, ou seja, não assalariado (Barca, 2016). A distinção entre trabalho assalariado e trabalho em geral adquire especial pertinência na reflexão sobre a sua desmercadorização, ou, como afirma André Barata (2018), na sua devolução ao campo das finalidades, que se justificam pelo que realizam. A mercadorização do trabalho e a desvalorização do trabalho não pago, como aquele que é realizado na esfera doméstica, ignoram o respetivo contributo para a criação de bem-estar social (Pérez Orozco, 2014).

Entre os mitos associados ao trabalho, têm tido especial relevância as ideias amplamente difundidas que definem o trabalho assalariado como vertente fundamental da realização individual e como aspeto central da vida em sociedade (Barata, 2018: 41), ignorando as desigualdades patentes na sua distribuição e as assimetrias nas relações de poder que lhe são inerentes. Associada ao trabalho, existe uma ética que simbolicamente considera que trabalhar é positivo, independentemente do respetivo conteúdo, tornando ainda mais difícil problematizar a ideia de trabalho e o lugar destacado que ele ocupa na nossa organização social. Esta ética reforça a perspetiva redutora que apenas valoriza o trabalho remunerado e não reconhece todas as outras atividades humanas que escapam à esfera mercantil.

Sobretudo a partir dos anos 1970 ganharam espaço os debates em torno do reconhecimento das atividades que ocorrem nas unidades domésticas e foram mais visibilizadas as relações de género que as regem. A problematização face à distinção binária entre homens e mulheres e às tarefas associadas a cada sexo e que são socialmente rotuladas como masculinas ou femininas foi crescendo. A categoria “género” é sobretudo utilizada na referência às mulheres, o que também é revelador do modo como são atribuídos aos homens, implícita ou explicitamente, poderes e privilégios, ainda que existam múltiplas formas de ser homem, também elas exigindo uma análise interseccional.

O relatório sobre o cuidado a nível mundial elaborado por Lawson et al. em 2020, para a Oxfam concluiu que a desigualdade económica também se baseia na desigualdade de género, já que a maioria das pessoas na base da pirâmide económica são mulheres e é junto delas que se regista uma maior incidência dos empregos precários e mal pagos. Acresce o facto de serem também elas quem suporta a maior parte do trabalho de cuidado não remunerado e mal pago porque “o modelo dominante do capitalismo explora ativamente e impulsiona as crenças sexistas tradicionais que enfraquecem mulheres e meninas, contando com elas para fazer este trabalho, mas recusando-se a valorizá-las por isso” (Lawson et al. 2020:13).

A divisão sexual do trabalho parte da ficção da mulher cuidadora e do homem ganhador, o *homo economicus*, sempre disponível para o trabalho e sem outras responsabilidades

peçoais ou familiares. Ignora a ampla participação das mulheres no mercado de trabalho e o modo como ela é conseguida não apenas por via dos bens e serviços prestados pela provisão pública, mas pela dupla jornada dessas mulheres. Aliás, a problemática das necessidades relativas à conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, é sobretudo colocada no campo dos problemas e das responsabilidades das mulheres.

A posição das mulheres no trabalho mercantil é alvo de uma discriminação adicional que o questionamento da separação trabalho/família permite desocultar. Espera-se que o homem-trabalhador, supostamente um sujeito autônomo, esteja integralmente disponível para trabalho remunerado, com a conseqüente pressão para que abdique das suas outras responsabilidades e até sem atender às eventuais conseqüências no estabelecimento de laços familiares intensos e no seu próprio bem-estar emocional. Em simultâneo, penalizam-se as mulheres, quer em termos remuneratórios quer de progressão na carreira, pelas responsabilidades familiares que carregam.

Independentemente da participação das mulheres no trabalho remunerado, o seu salário na família continua a ser socialmente pouco valorizado, como se apenas se tratasse de um complemento, o que leva autoras como Silvia Federici (2014) a afirmar que trinta anos depois, a grande ilusão que o movimento das mulheres do ocidente tinha sobre o poder emancipador de trabalhar fora de casa e ter um salário diminuiu muito.

A dissociação entre público e privado, cuja contestação pelos movimentos feministas está bem patente no slogan “o pessoal é político” a que já aludimos, invisibiliza também o trabalho não pago. Lina Coelho (2011) assinala que as mulheres sem trabalho remunerado são frequentemente categorizadas como dependentes ou até como inativas, colocando-se fora da economia a produção doméstica, seja para o mercado seja para autoconsumo, e tudo aquilo que são as tarefas do cuidado, fundamentais à sustentabilidade da vida.

A ocultação do trabalho doméstico e de cuidados despolitizou as tensões que têm lugar fora do mercado e naturalizou a divisão sexual do trabalho permitindo que as relações de sexo/género viessem a ser relegadas para a categoria de mero conflito familiar, e portanto, algo a ser resolvido no espaço do lar, como está patente na seguinte afirmação:

O trabalho realizado nos lares converteu-se, assim, na ligação entre o âmbito doméstico e a produção capitalista, ligação que deve permanecer oculta para, por um lado, facilitar o espólio do trabalho não-assalariado pelo capital e por outro, tornar possíveis formas muito desiguais de distribuição de rendimento, da riqueza e do tempo de trabalho de acordo com o sexo/género. (Carrasco, 2018:42)

A forte participação das mulheres no trabalho remunerado foi conseguida à custa da respetiva acumulação com a responsabilidade pelo trabalho não remunerado (que pode ser realizado diretamente ou contratado a outras mulheres), sem que tenha existido uma

redistribuição relevante entre gêneros ou se tenha deixado de esperar que sejam elas a continuar assegurar maioritariamente essas tarefas.

Maria Cristina Pereira destaca que as mulheres estão cada vez mais presentes no trabalho remunerado mas “concentradas num leque restrito de setores e sobrerrepresentadas no trabalho precário. A sua maior participação política é paralela ao enfraquecimento de certas instâncias de decisão e é acompanhada por uma enorme subrepresentação nos verdadeiros centros de poder” (Pereira, 2013: 159-160). A divisão sexual do trabalho está também presente na remuneração auferida e no trabalho precário. A desigualdade é patente na concentração das mulheres em profissões conotadas com a esfera “doméstica”, na hierarquização social que privilegia as profissões atribuídas ao masculino, nas carreiras remuneratórias de uns e de outras e na maior incidência de relações laborais precárias nas mulheres. Se os estereótipos sociais não condenam o desempenho profissional das mulheres no que diz respeito a tarefas consideradas masculinas, o inverso não é verdade e, por norma, os homens que assumem profissões ditas femininas são desvalorizados, já que é precisamente a conotação com o feminino que desqualifica.

Associada à realização das tarefas de cuidados está muitas vezes a ideia de que se trata de um desempenho por amor, ocultando o facto de muitos desses trabalhos não terem uma dimensão gratificante, podendo frequentemente ser pesados e pouco entusiasmantes. A falta de equidade na responsabilidade pelo cuidado e a atribuição deste às obrigações das mulheres como autosacrifício naturalizado, criaram um terreno fértil para condicionar as suas escolhas autónomas, correndo o risco de transformar em virtude o que muitas vezes representa um fardo (Zirbel, 2016). A referência ao “amor” no trabalho doméstico e de cuidado resulta de uma idealização destas tarefas, que ignora aquilo que elas podem conter de penoso e desgastante.

A teoria da dissociação-valor (Scholz, 2013) a que aludimos anteriormente, mostrou como a definição do valor de transação é sexualmente determinado, com consequências visíveis não apenas na naturalização do esforço das mulheres no trabalho não pago como também na precarização ou desvalorização de tarefas socialmente definidas como femininas, de que são exemplo as referentes ao trabalho profissional de cuidado.

O objetivo do capital não é criar valor no sentido de bem-estar social ou de satisfação de necessidades, mas sim criar mais-valias. Porém, uma sociedade dominada pelo trabalho e que o hipervaloriza, acaba por ser também, contraditoriamente, uma sociedade em que este se torna cada vez mais escasso, mais precário e com vínculos laborais instáveis, como a *uberização* das relações de trabalho dependente mascaradas de trabalho autónomo revelam. Roswitha Scholz (2013) argumenta que o valor (mais-valia) é uma categoria central na dinâmica histórico-processual do capitalismo, em contraste com as sociedades

pré-modernas, em que a produção se destinava ao uso. Para esta autora, o trabalho abstrato torna-se um fim em si mesmo e a produção de coisas úteis é apenas colateral, algo que na história só aconteceu com o capitalismo.

Uma noção ampliada de trabalho abre caminho à reflexão sobre a categoria “classe trabalhadora”, a partir da relação entre trabalhos classificados como produtivos e como reprodutivos. Rhaysa Ruas sustenta que “o trabalho realizado nas duas esferas deve ser teorizado de maneira integrada: a relação contraditória-porém-necessária entre ambas revela que o trabalho não-remunerado realizado pelas mulheres é o pressuposto da produção capitalista e, portanto, está na base desse sistema” (Ruas, 2020:29). Neste sentido, o trabalho doméstico tem valor económico e, portanto, deve ser objeto de análise das ciências económicas (Grecco et al., 2018). Porém, ter valor económico não significa forçosamente ter valor monetário.

A desigualdade entre trabalho dito produtivo e trabalho dito reprodutivo esteve profundamente marcada por uma conceção dualista que colocava de um lado o capitalismo e o debate sobre as relações de classe e sobre as condições de produção e do outro, o patriarcado e o debate sobre família e relações de género como vimos na teoria dos sistemas duplos. Nancy Fraser (2017) argumenta que a separação entre produção e reprodução tem uma profunda marca de género, pois estes dois termos “permanecem vinculados e plenos de consequências um para o outro – especialmente na nossa época, eles estão em profunda contradição um com o outro – não é apenas uma questão de dominação, e não é apenas uma questão de problemas funcionais, (...) também gera muita infelicidade” (Fraser, 2017: 172). Ainda que haja lugar a uma pluralidade de concepções de felicidade e de uma vida boa, há algo a respeito do modo de vida nas sociedades capitalistas que gera mal-estar e uma sensação de cisão entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Os dois grandes debates que no contexto da economia política clássica marcaram a invisibilização dos trabalhos não assalariados são para Marina Sánchez Cid (2015), a delimitação da noção de economia e a classificação dos trabalhos entre produtivos e improdutivos. Os trabalhos domésticos acumulam dois fatores que contribuem para a sua invisibilidade: envolvem uma grande vertente imaterial e não são facilmente transacionáveis. O doméstico acaba por acumular o estigma de não-produtivo e de não-económico pois não se trata da transformação de recursos naturais em produtos tangíveis, nem da produção de bens e serviços para venda (Sánchez Cid, 2015: 62).

A distinção entre produção e reprodução reflete a forma como o capitalismo desloca os custos de reprodução social para a esfera doméstica. Se o trabalho doméstico assegura a manutenção da vida, das pessoas e da comunidade, não pode ser entendido como uma esfera reprodutiva secundária (Sánchez Cid, 2015). É necessário ter em conta a profunda inter-relação entre ambos para entender o funcionamento da economia e superar as

análises que consideram a reprodução social quer como algo dependente, quer como algo independente da produção para o mercado. Como destaca Thiti Bhattacharya, os trabalhadores e as trabalhadoras existem para além dos locais de trabalho pois “uma trabalhadora também dorme em sua casa, seus filhos brincam no parque público e vão à escola local, e às vezes ela pede à mãe aposentada que ajude a cozinhar. Por outras palavras, as principais funções de reprodução da classe trabalhadora ocorrem fora do local de trabalho” (Bhattacharya, 2013, s/n).

As condições de vida da população não dependem só do salário. Ainda que ele tenha um peso muito significativo no acesso a bens mercantis, elas são condicionadas por outros fatores, onde se destacam as provisões disponibilizadas pelo Estado e o trabalho realizado em cada casa, através de tarefas quotidianas como a confeção de refeições ou o tratamento de roupas, mas também dos cuidados emocionais, da educação, entre outros. Para Scholz (2013) a dissociação-valor permite que as atividades de reprodução e os sentimentos, qualidades ou atitudes ligados a tais atividades e atribuídos ao feminino estejam dissociados do valor (mais-valia) e do trabalho abstrato. No capitalismo, as atividades reprodutivas assumem um carácter diferente do trabalho abstrato, sendo aí que radica o facto de não serem subsumidas diretamente no conceito de trabalho.

A economia feminista tem vindo a afirmar a importância dos cuidados para as condições de vida e para o bem-estar da população (Prieto & Domínguez-Serrano, 2015), quer se trate ou não de cuidados remunerados. Silvia Federici distingue entre dois tipos de trabalho de cuidados: aquele que é realizado em troca de um salário, tendo em vista a produção de bens e serviços ou de atividades no campo da reprodução, por exemplo a prestação de cuidados profissionais; e o trabalho ligado ao cuidado que visa garantir a sustentabilidade da vida, mas cujo valor de uso está desvinculado de qualquer retribuição, e que, ao ser naturalizado, deixa de possuir valor de troca (Federici, 2019b). Esta dupla invisibilização também é sublinhada por Atienza et al. (2019) ao caracterizarem o sistema económico dominante:

baseia-se na contratação por parte das empresas de tempo de trabalho remunerado (emprego) através de um salário que permite adquirir todos os bens e serviços para a subsistência das pessoas. Não considera o trabalho de suporte à vida que realiza a natureza (...). Dá por adquirido que os recursos naturais são ilimitados e estão ao serviço da produção. Também não considera o trabalho que se realiza nos lares, conhecido como trabalho doméstico de cuidados, e que é fundamental para a sustentabilidade da vida. (Atienza et al., 2019: 17)

Se aplicarmos a métrica de análise do trabalho remunerado ao trabalho doméstico, ela deixará de fora imensas especificidades, nomeadamente as características de índole afetiva e relacional que o doméstico envolve.

Cinzia Arruzza mostra como nas sociedades capitalistas, a “privatização” ou “domesticação” do trabalho de cuidado, isto é, a sua concentração dentro da família, aliada à escassa socialização deste trabalho de cuidado, seja pelo Estado ou por outros agentes, é aquilo que “determina a carga de trabalho que necessita ser mantida dentro da esfera privada, fora tanto do mercado, como das instituições” (Arruzza, 2015:42). A forma e a escala de distribuição dessa carga de trabalho rege-se pelas relações de opressão e dominação de género, fazendo com que as mulheres trabalhem mais, mas sem que possamos falar em qualquer apropriação de excedente (considerando que é o que define a exploração de uma classe por outra).

Economia, trabalho e (re)produção são três dimensões-chave para as economias feministas. Permitem a emergência do conceito de cuidado, central numa visão lata do económico, que o entende como campo de provisão; na análise do trabalho pago ou não pago e do respetivo valor económico; e na (re)produção de condições para os “bem-viveres” coletivos, como analisamos na secção seguinte.

3.6. Uma noção de cuidado transformadora

3.6.1. A afirmação do conceito de cuidado

Ao problematizar os conceitos de economia, trabalho e (re)produção social, a economia feminista resgatou da “invisibilidade produzida” pelo pensamento hegemónico as atividades de cariz não mercantil (Santos, 2002).

O cuidado poderá ser entendido na sua dimensão mais pragmática, como conjunto de ações quotidianas de manutenção da vida, num registo próximo da sobrevivência, ou numa aceção mais profunda, como essência da existência, tal como propõe Heidegger. Segundo Marília Carrilho, em Heidegger o cuidado (*sorge*) corresponde à essência da existência e é a estrutura fundamental do *Dasein* (o ser-aí), que se cumpre na relação. O ser-do-ser humano é atenção ou ocupação por outras pessoas e por tudo o que está em volta. O cuidado (*sorge*) corresponde à essência da existência e traduz-se em ocupação (*besorgen*), e em preocupação ou solicitude (*fürsorge*) (Fernandes, 2011). Está pois para além do exercício de uma responsabilidade ou de um dever aprendido, já que tem uma dimensão ontológica que faz dele o cumprimento de si, como pessoa. Marília Carrilho sublinha que em Heidegger “a forma de ser-no-mundo, que pode ser tanto preocupada e ativa, como despreocupada e passiva, é cuidado. Mas importa destacar que, de qualquer das formas, é uma forma de ser-no-mundo afetiva” (Carrilho, 2015: 252). A relação é sempre regida pelo cuidado, enquanto vivência orientada para fora, enquanto articulação, seja ela marcada pela solicitude ou pela

negligência (Fernandes, 2011). Na concepção heideggeriana “cuidado não é compreensão, não é afetividade, não é discurso, mas sim a articulação de todos eles nesse ente que é o *aí-do-Ser*. Em suma, o cuidado é a maneira de ser do *Dasein* na vida: existência mundana, relacional e temporal (Carrilho, 2015: 266).

Heidegger teve grande influência no pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo, tendo o cuidado sido um aspeto central do seu pensamento e ação política, como é patente na designação do relatório produzido em 1998 pela Comissão Independente População e Qualidade de Vida da ONU a que presidiu, e também na designação da Fundação Cuidar o Futuro, responsável pelo seu legado intelectual. Esta estreita proximidade entre o pensamento de Lourdes Pintasilgo e a aceção de Heidegger, pela consideração do ser humano como um ser de cuidado justifica a defesa da centralidade do cuidado nas relações dos seres humanos entre si e com o mundo. O relatório da Comissão Cuidar o Futuro refere precisamente que “o cuidado - para com nós próprios, uns para com os outros, e para com o ambiente em que vivemos - é o único fundamento seguro para a melhoria sustentável da qualidade de vida.” (Fundação Cuidar o Futuro, 2018 [1996]:43).

Sobretudo a partir dos anos 80, as correntes feministas ligadas à ética do cuidado começaram a questionar de forma mais sistemática a escassa valorização social e as razões que determinavam a secundarização do cuidado, procurando desvelar os marcadores patriarcais que lhe estavam associados.

Para além do cuidado quotidiano, as mulheres predominam nas atividades relativas aos cuidados informais face aos familiares pois também aí se espera que sejam elas a providenciar esse cuidado, sejam filhas, mães ou noras. Frequentemente substituem as carências de um Estado-mínimo que relega para as famílias (diga-se, mulheres) os cuidados que não assegura de modo formal. A teoria feminista da ética do cuidado, ainda que tenha seguido vários caminhos desde a sua génese, chamou a atenção para a desigualdade posicional das mulheres e para a falta de justiça na distribuição do cuidado.

Entre os trabalhos iniciais que estão na génese de uma ética do cuidado, destacam-se os contributos de Carol Gilligan que terá cunhado esta expressão, seguida depois por Virgínia Held, Sara Ruddick ou Nel Noddings (Pereira, 2013; Zirbel, 2016). Carol Gilligan procurou distinguir entre uma “ética do cuidado” feminina e uma “ética da justiça” mais masculina, ainda que considere que ambas constituem categorias socialmente construídas. Maria Cristina Pereira (2013) destaca que para Gilligan a “ética do cuidado” designaria um modo de raciocínio moral mais característico das mulheres, evidenciando que os quadros de análise baseados apenas em experiências masculinas não captavam a perspetiva do cuidado no raciocínio moral. Pereira refere que “a inclusão das mulheres nas amostras tornava perceptível uma ‘voz diferente’, mais comum entre aquelas mas igualmente identificável em certos homens” (Pereira, 2013:18). Nos seus trabalhos, Gilligan procurou

dar voz às experiências, preocupações e modos de pensar das mulheres e destacou o problema da representação desigual de homens e mulheres (as vozes de uns e de outras) e as limitações de uma concepção da condição humana construída com base num modelo androcêntrico, que exclui outros modos de pensar (Pereira, 2013).

Na distinção de Gilligan entre uma ética da justiça e uma ética do cuidado, a primeira gravitaria em torno do direito do ser humano conduzir a sua vida como bem entendesse, sem interferir com os direitos de outrem. A ética do cuidado, por seu lado, privilegiaria um sentido de responsabilidade para com o próprio e os outros (Álvares 2009: 63). As diferentes perceções da realidade condicionadas pelo prisma de género, para Gilligan, não radicam em diferenças biológicas mas nos processos de socialização: “[a] perspectiva baseada na justiça apresentaria uma preocupação com a universalidade de direitos individuais enquanto a Ética do Cuidado se focaria nas relações entre os indivíduos e na possibilidade de haver mais de uma forma de ação válida para a resolução de problemas” (Zirbel, 2016:47). A ligação quase exclusiva do cuidado às mulheres foi o nó central das críticas endereçadas a Gilligan, na medida em que uma valorização da ética feminina contribui para reforçar os papéis sociais de género. Como sublinha Zirbel, “uma Ética do Cuidado de cunho feminista precisaria, pois, apresentar características mais emancipatórias do que as que foram apresentadas” (2016:60). As propostas de Gilligan foram alvo de interpretações e utilizações polémicas, na medida em que o “facto de algumas feministas associarem a ética do cuidado a uma perspectiva moral superior das mulheres fez com que o trabalho fosse criticado por favorecer a sua essencialização, tratando-as como um grupo homogéneo, sem atender a especificidades históricas ou sociais” (Pereira, 2013:181). Entre os contributos mais relevantes nesta discussão encontram-se os de Sara Ruddick, que colocou os cuidados maternos dentro da esfera da teorização feminista e a perspectiva de Nel Noddling, que se destacou especialmente pela reflexão em torno da ética do cuidado como ligação e empatia (Zirbel, 2016).

A partir dos anos 1990 a discussão em torno da ética do cuidado teve uma mudança de rumo, sobretudo devido ao pensamento de autoras como Joan Tronto, para quem o cuidado é considerado uma prática. Maria Cristina Pereira refere que na teorização moral a concepção do cuidado surge descrita sob duas perspectivas diferentes: como atitude ou emoção ou como prática, “a primeira permite que seja mais facilmente sentimentalizado e associado a papéis tradicionais de género. Enquanto a segunda torna mais presente a sua complexidade, obrigando a considerar riscos e deficiências. Visto como uma prática, o cuidado pressupõe ação e pensamento, isto é, ações e atitudes adequadas” (Pereira, 2013: 183).

Joan Tronto recusou a ligação entre cuidado e moralidade feminina e tornou evidente que a política e a moral foram definidas de modo a reduzirem o valor do cuidado (Zirbel,

2016). Uma concepção que coloca as mulheres num patamar de superioridade moral a partir da sua disponibilidade para o cuidado, é nefasta quer por manter a visão binária, quer por se opor a uma luta política de justiça na distribuição e na realização dos cuidados que os movimentos feministas há muito travam. Tronto define o cuidado como “atividade genérica que compreende tudo o que fazemos para manter, perpetuar e reparar nosso mundo, a fim de que possamos viver nele tão bem quanto possível. Este mundo compreende nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, tudo o que tentamos manter interligado numa complexa rede que dá suporte à vida (Zirbel, 2016:67). O cuidado seria simultaneamente uma ação e uma dependência, já que somos simultaneamente agentes e objeto da ação de outros. Tronto questiona quem presta cuidados, quem os recebe e como é que estes são marginalizados e invisibilizados, assinalando a dimensão política e as relações de poder presentes na sua distribuição. Destaca também as posições de privilégio de algumas pessoas que adquirem serviços de prestação de cuidados e se eximem da responsabilidade de prestar esses cuidados a outros, plasmando a expressão “irresponsabilidade privilegiada” (Zirbel, 2016).

Ao conceber o cuidado como mais-valia emocional, Arlie Hochschild (2000, 2017) evidenciou o impacto macrossocial do capitalismo na dimensão microssocial do trabalho das emoções que os seres humanos realizam, realçando que os cuidados, ao passarem a ser comercializados, exigiram que os sentimentos tivessem de se adequar ao modelo do cuidado consumido/pago. A concepção de trabalho das emoções de Hochschild tem em conta a divisão entre homens e mulheres relativa ao trabalho emocional necessário à prestação de cuidados no mercado e mostra como as mulheres, enquanto principais prestadoras de cuidados, têm de encontrar uma forma de gerir as suas emoções. Então, a partir daquilo que seria um padrão ideal de sentimento, procuram adequar as suas emoções profundas a essa expectativa, ainda que possam sentir-se interiormente de outra forma (Bonelli, 2004). Hochschild analisou o modo como ocorre a expropriação das emoções “profundas” e a aprendizagem necessária para que o seu controlo possa ser efetivo: “no trabalho das emoções definido por Hochschild a separação dá-se na profundidade, no esforço de sentir, de se treinar para isso e de mostrar esse sentimento. Trata-se de uma representação profunda, distinta da representação teatral comum ou da manipulação consciente” (Bonelli, 2004:359). O trabalho das emoções tem um custo emocional e, pelo esforço que exige, pode assumir o peso de uma terceira jornada de trabalho na vida quotidiana.

Encontramos uma outra aceção de cuidados em María Atienza et al. (2019), numa análise sobre práticas de corresponsabilidade na economia social e solidária. Estas autoras definem o leque abrangente de ações ligadas aos cuidados:

Incluem as tarefas de gestão e manutenção quotidiana da vida e da saúde, a regeneração diária do bem-estar físico e emocional das pessoas, de si mesmas e dos demais. Têm uma dimensão material incorporada (atender aos corpos) e outra afetiva (atender às emoções). É uma atividade cujo resultado é consumido enquanto é realizada. (Atienza et al., 2019: 21)

Esta visão do cuidado tem uma orientação contrária à tendência que persiste em restringir a problemática dos cuidados a pessoas dependentes, quando a vulnerabilidade não é um estado passageiro, uma doença ou uma fase da vida, como a infância ou a velhice. À questão “quem é cuidado?”, Sílvia Portugal responde:

Todos! E não apenas ‘alguns’, os ‘vulneráveis’ – os doentes, os velhos, as crianças, as pessoas com deficiência. A resposta ‘todos’ implica: a) reconhecer a vulnerabilidade dos seres humanos como parte do seu ciclo de vida e não apenas como resultado de acidentes ou de situações de risco; b) a extensão a não humanos: animais, plantas, objectos (a casa, os móveis, a loiça, o automóvel, etc.). (Portugal, 2018:17)

Se “todos” é a resposta à questão relativa a quem precisa de ser cuidado, para Sílvia Portugal a resposta à pergunta “quem cuida?” é diversa: “as tarefas de cuidado são marcadas por uma profunda desigualdade sexual, que as atribui, nos domínios do simbólico e da prática, às mulheres” (Portugal, 2018:16)

O cuidado está para além das relações duais e desiguais ilustradas na relação mãe-filhos/as e não se pode restringir a fases da vida determinadas, nem a problemas de saúde particulares, já que ninguém é absolutamente autónomo: a interdependência e a vulnerabilidade são próprias da condição humana. Pela sua importância para a sustentabilidade da vida, o cuidado deveria ser assumido como responsabilidade coletiva central, reconhecida e valorizada.

3.6.2. Crise global de cuidados

Maria Cristina Pereira destaca que “as dinâmicas do cuidado estruturam relações de poder e subordinação que se situam no cruzamento das categorias de género, raça e classe social” (2013:11). As mulheres que são prestadoras de cuidados no mercado estão sujeitas a uma dupla vulnerabilidade, patente na precariedade e nas baixas remunerações desses trabalhos. O relatório *Time to Care* da Oxfam de Lawson et al. (2020) mostra que as mulheres apoiam a economia de mercado com o seu trabalho barato e gratuito e apoiam também o Estado, fornecendo cuidados que poderiam ser prestados pelo setor público. Este Relatório afirma que o valor monetário do trabalho não remunerado das mulheres em todo o mundo equivale ao triplo da indústria de tecnologia mundial. Na análise global das desigualdades, o relatório da Oxfam conclui que o trabalho de cuidado é crucial para as

nossas sociedades e para a economia, já que “se não houvesse alguém a investir tempo, esforço e recursos nessas tarefas diárias essenciais, comunidades, locais de trabalho e economias inteiras seriam paralisadas” (Lawson et al., 2020:13). O facto de os cuidados estarem muito confinados à esfera familiar e, dentro dela, ao esforço das mulheres, desresponsabiliza não apenas outros membros do agregado doméstico mas também a comunidade e o Estado:

o trabalho de cuidado é radicalmente subestimado e entendido como um dado adquirido por governos e empresas. Muitas vezes, é considerado como ‘não trabalho’, com gastos tratados como um custo ao invés de um investimento, fazendo com que o cuidado se torne invisível nas medidas de progresso económico e agendas políticas. (Lawson et al., 2020:16)

O cuidado colhe menor valorização social que as tarefas que ocorrem no trabalho pago, como se este pudesse existir sem o cuidado, do qual efetivamente é dependente. Confere-se um estatuto menos autónomo às mulheres, quando na prática são elas quem assegura algo essencial: os cuidados que permitem a todas e todos a vida noutros planos.

A análise feminista do cuidado “procura atingir o que pode ser considerado o núcleo desse sistema: o espaço doméstico-familiar, responsável pela organização primária das relações e atividades entre os sexos, pela formação da identidade e dos valores de género e pela transferência sistemática de cuidados e poderes aos homens, em detrimento das mulheres” (Zirbel, 2016:227). Sublinhar a importância dos cuidados no bem-estar não significa, porém, promover a exaltação ou a naturalização do papel da mulher-mãe e da mulher-esposa, esquecendo a desigualdade social que essa marca de género comporta.

A tensão resultante da repartição desigual das tarefas domésticas é resolvida de modos diferentes, intimamente relacionados com a classe social e o respetivo poder de compra. Nas famílias com maiores recursos, o conflito é atenuado através da externalização das tarefas por via da aquisição de bens e serviços no mercado, por exemplo de refeições prontas, ou pelo recurso a outras mulheres, como a contratação de amas e de empregadas domésticas. A responsabilidade das mulheres pela prestação de cuidados e pelo trabalho doméstico está naturalizada e as carreiras de sucesso das mulheres de classes sociais mais favorecidas são amparadas pelo trabalho doméstico de outras mulheres, que as substituem nos respetivos lares (Coelho, 2011).

Há, todavia, um risco nas opções políticas que visam articular as responsabilidades familiares e profissionais na medida em que podem constituir simples técnicas de governança, com impacto em indicadores relativos às taxas de emprego feminino e à natalidade, mas sem que desafiem verdadeiramente o paradigma do trabalhador masculino, integralmente disponível para o trabalho e sem responsabilidades ao nível do cuidado (Pereira, 2013).

Alterar a divisão sexual do trabalho como norma não pode significar apenas a entrada das mulheres no mercado laboral, sem que sejam postos em causa os papéis sociais de género que as prendem à esfera dita reprodutiva e sem questionar o facto de isso representar um acréscimo significativo na sua carga global de trabalho, pois ainda que as mulheres se incorporem no mercado laboral, continuam a ser as responsáveis pelo trabalho doméstico e pelo cuidado, alimentando o pressuposto de que o masculino e o mercantil são o modelo (Ezquerro, 2018).

O carácter universal dos cuidados exigiria que fossem geridos como responsabilidade coletiva (Prieto & Domínguez-Serrano, 2015), porém, as políticas públicas não lhe conferem essa dimensão central na criação de bem-estar, como está patente no facto de a rede de equipamentos sociais do Estado ser assumida mais como um complemento do que como uma provisão estruturante face ao esforço das famílias, sobretudo daquelas que não conseguem assegurar sozinhas os cuidados (Coelho, 2011).

O Estado-Providência em Portugal enquadra-se no modelo da Europa do Sul, também designado por modelo familialista, com características sociais, políticas e culturais próprias. Boaventura de Sousa Santos (1990) denomina-o "Estado Social mínimo" e refere que na sociedade portuguesa, a existência de um Estado-Providência fraco é compensada por uma Sociedade-Providência forte. Neste modelo, as famílias e as formas tradicionais de solidariedade têm um importante papel na proteção social, já que são a base da prestação de bem-estar social. Maria Cristina Pereira defende que "é preciso desafiar a ideia de que o Estado deve ter um papel reduzido na provisão de bens e serviços sociais com base na presunção de que alguém os continuará a fornecer numa base não remunerada ou de que o mercado gerará as respostas necessárias" (2013: 160).

Quando os cuidados entram no mercado laboral, geralmente continuam a ser feminizados, precarizados e, como muitas das suas prestadoras são migrantes, contribuem para gerar uma cadeia global de cuidados e consequentemente uma crise, também ela em cadeia, já que essas mulheres migrantes deixam de assumir o papel de cuidadoras nos seus países de origem, sem que haja uma repartição efetiva por homens e mulheres (Pérez Orozco, 2014). A naturalização dos cuidados como tarefa das mulheres, sejam mercantilizados ou não, tem como consequências as dificuldades inerentes a uma dupla pressão pela intensificação dos tempos de trabalho na esfera mercantil e pela segunda jornada no espaço doméstico, com prejuízo também notório para os tempos dedicados ao lazer, à participação cívica e à vida coletiva, onde aliás se decidem frequentemente aspetos determinantes do trabalho pago.

As redes globais de cuidados que ligam pessoas através do globo por meio de serviços de cuidados, remunerados ou não, são ilustradas por Arlie Hochschild (2000) com um exemplo: será a filha mais velha de uma família quem cuida dos seus irmãos enquanto a

mãe trabalha como ama das filhas de uma imigrante, a qual, por sua vez, cuida dos filhos de uma família num país rico. Para esta autora, uma cadeia de cuidado global consiste numa série de ligações entre pessoas ao redor do globo baseadas no trabalho de cuidado, seja ele pago ou não (Hochschild, 2017). A injusta distribuição do cuidado faz com que muitas mulheres do Norte global tenham vidas profissionais sob grandes pressões:

Muitas carreiras ainda são baseadas num padrão masculino bem conhecido: fazer trabalho profissional, competindo com os pares, ganhando crédito pelo trabalho, construindo uma reputação, fazendo tudo enquanto ainda é jovem, acumulando tempo escasso e minimizando trabalho familiar ao achar alguém para o fazer no seu lugar (Hochschild, 2017:6).

Enquanto as mulheres de classe média e de classes altas perseguem carreiras organizadas segundo um padrão masculino, são também empurradas para recorrer a amas e empregadas domésticas que asseguram esses cuidados. Estas são frequentemente oriundas de países mais pobres, deixando as suas famílias sem cuidados, o que significa que “tanto as mulheres do Primeiro quanto do Terceiro Mundo são pequenas jogadoras num jogo económico maior, cujas regras elas não escreveram” (Hochschild, 2017:7).

Esta prestação de cuidados em cadeia é considerada por Pérez Orozco como um “complexo processo de desestabilização de um modelo anterior de distribuição de responsabilidades quanto ao cuidado e sustentabilidade da vida, o que implica uma redistribuição das mesmas e uma reorganização do trabalho de cuidado” (2006:9-10). O cuidado é cada vez mais organizado sob a lógica do mercado, o que para Roswitha Scholz (2013) tem como consequência que as atividades tradicionalmente prestadas por mulheres e de conotação feminina que exigem gastar tempo, passem a ser feitas profissionalmente, sob a lógica de poupar tempo.

Ainda que possamos reconhecer o papel do mercado na prestação de cuidados, importa debater as consequências de uma crescente mercadorização, que aliás é frequentemente assinalada como uma oportunidade, um nicho de mercado, especialmente para as mulheres desempregadas. O acesso à prestação de cuidados no mercado está dependente do poder de compra de cada família, razão pela qual a substituição da provisão pública ou comunitária pela provisão privada, na prática, se traduz num reforço das desigualdades sociais.

Se, por um lado, importa questionar as consequências da domesticidade na prestação dos cuidados e simultaneamente a sua crescente mercadorização, por outro, importa também reconhecer que não aceitar a possibilidade de cuidados profissionais prestados pelo mercado é reforçar a sua divisão sexual. Deste modo, “sem cair na mercantilização de todos os tipos de trabalhos de cuidados, tratar-se-ia de eliminar as condições de precariedade e informalidade, desfeminizar estes empregos e melhorar substancialmente

os salários e condições laborais, aumentando assim a sua valorização social” (Prieto & Domínguez-Serrano: 2015: 42).

A possibilidade de conciliação entre a vida pessoal e profissional é negada por algumas autoras que entendem que esta consistiria em “tentar compaginar os ritmos e necessidades da vida com os ritmos e necessidades do capital” e deste conflito resultam corpos extenuados e estressados (Pérez Orozco, 2010: 142).

As famílias assumem a responsabilidade de garantir os cuidados necessários para que o sistema funcione e, dentro delas, são as mães, as avós e as irmãs quem maioritariamente desempenha as tarefas de cuidado. Podem ainda ser garantidos com recurso ao mercado ou a outras mulheres, numa redistribuição que é marcadamente intragénero e onde se cruzam geração, classe social e mesmo geografias, atendendo a que são muitas mulheres das classes mais pobres do Sul que vão prestar cuidados junto das famílias dos países do Norte (Pérez Orozco, 2014).

A crise de cuidados é acentuada pelo facto de as cargas relativas ao trabalho de cuidado não estarem repartidas por todos os membros da sociedade que as poderiam assegurar, aliado ao aumento da população com necessidades específicas de cuidados mais intensas e ao recuo do Estado Social, que tende a ser substituído por prestadores privados cujo acesso é condicionado pelo rendimento disponível. A crise de cuidados, defende Sandra Ezquerra, é fruto da “insustentabilidade da organização tradicional do cuidado, assim como da natureza inerentemente injusta e parasitária face ao trabalho reprodutivo da economia chamada produtiva” (Ezquerra 2011: 176). De entre os fatores desta crise global de cuidados, Amaia Pérez Orozco aponta os seguintes:

a inexistência de uma responsabilidade social na sustentabilidade da vida que agora implica a reprivatização da reprodução social; a primazia da lógica de valorização do capital que se estende a uma nova esfera; a desigualdade como eixo que permite sustentar um sistema injusto, como o redimensionamento a nível global da extensão do trabalho. (2010: 139)

Por crise dos cuidados entendemos a incapacidade social e política de garantir o bem-estar de amplos setores da população e a generalização da dificuldade destes em se poderem cuidar ou em serem cuidados. Esta crise começa no Norte global e está relacionada com as transformações sociodemográficas, como o envelhecimento da população e o aumento da esperança média de vida. Está também ligada à diminuição da disponibilidade das mulheres para essas tarefas e à expansão das políticas neoliberais que limitam os recursos públicos e tendem a substituir a provisão do Estado pela do mercado (Ezquerra 2011). A crise de reprodução social tem carácter global mas, assinala Cristina Carrasco, ainda que exista no Sul global, enquanto dificuldade de reproduzir a vida em condições dignas, ela não se confina ao Sul, porque o Norte vive também uma crise de cuidados, especialmente relativa

ao cuidado das pessoas mais idosas. Consequentemente, “em termos gerais podemos falar, tanto no Sul quanto no Norte, de uma crise da reprodução social, com características e graus diferentes, muito mais aguda no Sul global” (Carrasco, 2018:51). Sem estas cadeias globais de cuidados, seria difícil compreendermos a atual organização social e do trabalho no Norte.

Pode, pois, defender-se a necessidade de os cuidados serem entendidos como um direito e não como um privilégio e de ser reconhecida a sua imprescindibilidade para a sustentabilidade da vida, considerando que “a responsabilidade de cuidar deve ser partilhada pelo conjunto da sociedade: isso é o que chamamos a organização social dos cuidados” (Atienza et al., 2019: 29).

3.6.3. Cuidados como bem comum

A economia feminista reconhece a profunda interdependência entre produção e reprodução, pois o que sucede em cada uma destas dimensões tem impacto na outra, aliás sem a reprodução não poderia haver produção. As atividades, sejam as ditas produtivas ou as reprodutivas, mudaram ao longo da história e variam de acordo com os diversos contextos socioeconómicos e culturais onde se inscrevem o que nos permite perspetivar a possibilidade de o cuidado também poder vir a ser considerado uma responsabilidade prioritária, assumida quer coletiva, quer individualmente, e envolvendo de forma paritária homens e mulheres.

A crise pandémica provocada pelo coronavírus contribuiu para tornar mais evidente a relevância dos cuidados e a vulnerabilidade intrínseca à condição humana. A gestão da crise passou por inúmeros apelos de responsabilização individual, como é patente no *slogan #fica em casa*, por exemplo, apelando a uma privatização da responsabilidade de cuidados onde, mais uma vez, o Estado assumiu uma posição supletiva no que diz respeito aos cuidados quotidianos, com base numa visão homogénea e portanto estereotipada de família: heterossexual, nuclear com filhos, teletrabalhadora (ou pelo menos com um emprego no mercado formal) e de classe média. Porém as famílias não são todas idênticas, há famílias extensas, sobretudo quando os recursos financeiros são mais escassos e obrigam à partilha de habitação, há pessoas adultas que vivem sós, famílias monoparentais, coletivos que co-habitam, etc. numa grande variedade de configurações.

A responsabilidade pelo cuidado deve envolver quatro dimensões: (a) os cuidados domésticos, prestados em casa e que, como sabemos, se encontram repartidos de forma desigual; (b) os cuidados públicos, assegurados pelo Estado, por exemplo as creches, o sistema de educação, etc.; (c) os cuidados prestados pelo mercado que são realizados de forma mercantilizada (como por exemplo, serviços de limpeza ao domicílio ou amas); e (d) os cuidados coletivos, que constituem o vértice menos desenvolvido e menos reconhecido,

ainda que em situações de crise possam ser determinantes, por exemplo as cozinhas coletivas, as organizações de entreatajuda em bairros, etc.

Norma Sanchis defende que importa rever conceitualmente a noção de cuidados e “questionar o limite do espaço doméstico como última instância responsável pela reprodução social e pela provisão de cuidados” (2020: 12), destacando as alternativas centradas na desprivatização e na coletivização de uma parte do cuidado, que podem contribuir para aliviar a responsabilidade exclusiva das famílias e mais particularmente das mulheres. Desprivatizar e socializar o cuidado é também assumir uma corresponsabilidade coletiva enquanto dever de todas e todos.

A falta de reconhecimento dos cuidados comunitários está ligada ao facto de muitas vezes resultarem de ações que ocorrem em contextos não formais ou desinstitucionalizados, frequentemente como complemento de políticas públicas e ligados a setores sociais com menores rendimentos. Se estas atividades são frequentemente complementares às políticas públicas, também é comum que constituam respostas face à ausência do Estado, que tendem a sobressair em momentos de crise. Para Sanchis “um denominador frequente de cuidado comunitário é a negação do seu caráter de trabalho. Numa economia capitalista, todas as trocas que não são monetárias são colocadas fora do mercado de trabalho e não adquirem o caráter de trabalho” (2020:19). A criação de um ambiente de corresponsabilidade social pressupõe, para Atienza et al., que exista uma des-domesticação e uma partilha dos trabalhos de cuidados entre todos os atores da sociedade e identifica as instituições públicas, as empresas, as redes de vizinhança e comunitárias e o espaço doméstico como sendo esses atores fundamentais (Atienza et al., 2019: 29). O modelo de organização social de corresponsabilização proposto por Atienza et al. é definido da seguinte forma:

Assunção equitativa, entre homens, mulheres e pessoas não binárias, bem como entre as pessoas e os diferentes agentes da sociedade, das responsabilidades, direitos, deveres e oportunidades associados ao cuidado e atenção das necessidades da vida. Essa distribuição também deve ter em conta que há uma dimensão de cuidado, num sentido ambiental e comunitário, que é parte do que nos propomos como responsabilidade conjunta (2019: 4).

Face à crise global de cuidados, Sandra Ezquerro (2018) propõe que estes sejam reconceitualizados como bem comum e para isso define dois eixos estratégicos capazes de contribuir para a sua democratização: o primeiro assenta no reconhecimento da centralidade social do cuidado, ou seja, no reconhecimento da sua imprescindibilidade e do seu contributo para o bem estar coletivo; e o segundo na socialização da respetiva responsabilidade, isto é, numa distribuição equitativa do cuidado pelo todo social.

Esta proposta vai além do reequilíbrio da divisão do trabalho de cuidado entre géneros, ainda que não o dispense. Não prescinde do trabalho de cuidado que se realiza no seio das famílias, mas centra-se na sua redistribuição quer pela comunidade quer pelo Estado. As práticas de corresponsabilidade poderão ter diferentes alcances, com impacto também na sua potencialidade transformadora do sistema patriarcal. Entendidos como bem comum, os cuidados rompem com uma perspetiva individualista. Se é importante democratizar a sua repartição dentro da esfera doméstica, é também fundamental contrariar a visão atomizada e individualista da necessidade de cuidados e reconhecer que existe uma interdependência entre a economia considerada produtiva e a reprodutiva, onde os cuidados são centrais, ainda que invisibilizados naquilo que frequentemente é designado como economia real (Ezquerria, 2011: 192).

A reorganização social dos cuidados terá de ultrapassar o pressuposto de que o masculino e o mercantil são a norma e não pode ficar confinada à mera incorporação das mulheres no modelo masculino e capitalista de emprego, nem continuar a marginalizar a esfera reprodutiva da vida económica, perpetuando o estereótipo que atribui às mulheres a responsabilidade “inata” pelo cuidado. Isso exige deslocar a centralidade da economia dita produtiva na direção de modelos que, ao invés de promoverem a “pessoa provedora universal”, tomando como padrão o masculino, promovam outra hierarquia económica e a “pessoa cuidadora universal” (Fraser, 2015: 26).

Quando os países reduzem o investimento em políticas públicas de saúde, transportes ou de educação e estimulam a privatização desses serviços, acabam por transferir muitas dessas responsabilidades para as famílias, o que é especialmente gravoso para aquelas que possuem menor capacidade aquisitiva. As propostas enraizadas no feminismo emancipatório ocidental defendem uma desvinculação da procura crescente por uma maior mercantilização do cuidado, que tem sido feita em detrimento da proteção social pública. Ezquerria parte da premissa que “o cuidado constitui um cimento imprescindível na nossa vida em comum e que, portanto, deve ser colocado no centro das prioridades políticas, sociais e económicas” (Ezquerria, 2018:40), propondo uma democratização dos cuidados. Identifica 3 transformações necessárias: o reconhecimento do cuidado como parte central da vida socioeconómica; a promoção da corresponsabilidade por todos os atores sociais na garantia do direito a um cuidado digno e de qualidade; e uma aposta clara na erradicação das desigualdades sociais que caracterizam tanto a provisão como a receção do cuidado.

Nas suas recomendações para fazer face à crise de cuidados, o já referido relatório *Time to Care* da Oxfam (Lawson et al., 2020) defende alguns princípios estruturados a partir das propostas das economias feministas, da sociedade civil e das organizações defensoras do cuidado que visam priorizar radicalmente o cuidado. São eles:

1. Reconhecer o trabalho de cuidado não remunerado e mal remunerado, que é feito principalmente por mulheres e meninas, como um tipo de trabalho e de produção de valor real;
2. Reduzir o número total de horas gastas em tarefas de cuidado não remuneradas através de um melhor acesso a dispositivos económicos de qualidade que economizam tempo e de estruturas públicas de apoio ao cuidado;
3. Redistribuir o trabalho de cuidado não remunerado de forma mais justa dentro da família e, simultaneamente, transferir a responsabilidade do trabalho de cuidado não remunerado para o Estado e o setor privado;
4. Representar os cuidadores mais marginalizados e garantir que eles tenham voz na formulação e entrega de políticas, serviços e sistemas que afetam suas vidas. (Lawson et al., 2020:1718)

Esta proposta, ainda que não dê destaque aos cuidados comunitários, porque assenta no reconhecimento do valor do trabalho de cuidado, responsabiliza vários atores pela sua prestação: responsabiliza de forma direta o Estado pelo esforço de criação de respostas de cuidados públicos; não recusa a intervenção do setor privado; assume a necessidade de repartição deste esforço na esfera familiar e, por último, assume uma perspetiva de democratização do processo de tomada de decisão, ao preconizar a participação política direta dos cuidadores mais marginalizados e, conseqüentemente, com menos poder.

Uma agenda política transformadora do cuidado passará pela desconstrução da centralidade social, económica e política da economia dita produtiva, pela alteração do peso que recai sobre as famílias relativamente às tarefas de cuidado e também por uma transformação do mercado laboral, que garanta que a sustentabilidade da vida e o apoio às pessoas que cuidam é partilhado pelo todo social (Ezquerria, 2018: 47).

As propostas que se situam no âmbito da revisão feminista do decrescimento vieram enriquecer a visão do decrescimento (cuja matriz é predominantemente ecológica), com uma perspetiva que tem em conta a necessidade de transformar as relações de género e coloca a tónica sobretudo em três aspetos centrais: embora concordando com a reconcetualização do trabalho, assume-o como fator chave para a sustentabilidade da vida; reconhece que a reestruturação do aparelho produtivo é importante, porém defende que ela deve estender-se também a uma reestruturação das relações de poder dentro das famílias; e considera que a relocalização da produção deve incluir também uma relocalização dos cuidados, rompendo com algumas das causas da crise global que resulta da vinda das mulheres do Sul para o Norte (Prieto & Domínguez-Serrano, 2015, Pérez Orozco, 2014).

A reivindicação da centralidade dos cuidados no âmbito das correntes feministas alicerça-se no pressuposto de que estes são “um elemento fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e democrática e, portanto, afirmam que a sua organização

social deve ocupar um lugar privilegiado no debate e na ação política e que a sua responsabilidade deve ser assumida coletivamente” (Ezquerria: 2018:39).

3.6.4. Ecofeminismo e cuidado

A conexão entre feminismo e ecologia esteve na base do ecofeminismo, com Françoise d’Eaubonne em 1974 a destacar o potencial transformador de uma revolução que seria simultaneamente ecológica e também capaz de dar corpo a novas relações de gênero entre mulheres e homens e entre humanos e natureza. Sublinhe-se que nem os movimentos ecologistas são obrigatoriamente feministas, nem as correntes feministas demonstram sempre preocupações ecológicas, vivendo aliás predominantemente de costas voltadas (Puleo, 2017).

O termo ecofeminismo terá sido utilizado pela primeira vez em 1974 pela própria Françoise d’Eaubonne, que viria a fundar quatro anos mais tarde em França o movimento Ecologia e Feminismo (Flores & Trevizan:2015). D’Eaubonne pretendeu discutir as questões relativas ao controlo da fertilidade pelas mulheres e a liberdade necessária para que elas pudessem exercer os seus direitos reprodutivos, respondendo ao excesso de população mundial, o que criou as bases para um movimento político de defesa do ambiente e do feminismo, que associou a opressão das mulheres à opressão da natureza (Tavares, 2018). O primeiro congresso ecofeminista teve lugar em março de 1980 em Massachusetts, sob o lema “Mulheres e Vida na Terra” e destacou as relações entre ecologia, saúde, feminismo e militarização (Carcaño Valencia, 2008).

Mary Mellor (2000) assinala que os movimentos feministas e ambientalistas articulados no ecofeminismo vieram oferecer bases promissoras para uma análise social crítica e para políticas de mudança social referindo que “feminismo e ecologia coincidem na afirmação ecofeminista de que a subordinação da mulher e a degradação ecológica estão ligadas” (Mellor, 2000:9).

Podemos analisar as diferentes visões sobre o ecofeminismo seguindo a proposta de Bárbara Flores e Salvador Trevizan que as agrupam em torno de três correntes distintas: clássica, espiritualista e construtivista (Flores & Trevizan, 2015). A corrente clássica “vê no homem uma predisposição natural para a competição e a destruição, e a sua obsessão pelo poder leva-o a guerras suicidas, ao envenenamento e à destruição do planeta, enquanto a ética feminina de proteção dos seres vivos se opõe a essa agressão, procurando a igualdade, o pacifismo e a conservação da natureza” (Flores & Trevizan, 2015:13-14). A corrente espiritualista defende que “o desenvolvimento tem gerado um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, e luta contra a dominação, o sexismo, o racismo, o elitismo e o antropocentrismo, atribuindo à mulher uma tendência protetora da natureza” (2015:14)

e, por fim, a corrente construtivista, que “embora não se identifique com as duas primeiras, partilha com elas ideias antirracistas, antiantropocentricas e anti-imperialistas, negando, porém, a relação da mulher com a natureza como uma característica intrínseca do sexo feminino, mas sim da responsabilidade de género resultante da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade” (Flores & Trevizan, 2015:14).

A necessidade de se esclarecerem os conceitos-chave associados ao ecofeminismo e de se distinguir entre posições bastante diferentes mas agrupadas sob o mesmo rótulo é evidente. Val Plumwood (1986) divide o ecofeminismo em três grupos: (1) aqueles que localizam o problema para as mulheres e para a natureza nos dualismos que têm origem na filosofia clássica; (2) aqueles que localizam o problema tanto para as mulheres quanto para a natureza na ascensão da ciência mecanicista; e (3) os que oferecem uma explicação com base na formação ou consciência de personalidade sexualmente diferenciada.

As correntes ecofeministas que defendem uma ligação especial das mulheres à natureza e à espiritualidade e que podemos situar numa tradição essencialista desenvolveram uma posição que Rosi Braidotti, Ewa Charkiewicz, Sabine Hausler & Saskia Wieringa (2002) consideram problemática, pois “criticando a posição privilegiada do homem na história, apelam a características essenciais das mulheres, tais como a empatia, o carinho e formas de conhecimento feminino” (2002:224-225). As características essencialistas deste ecofeminismo, como assinala Manuela Tavares, “colocavam de sobreaviso outras correntes feministas, perante as ‘odes’ ao aleitamento, ao parto em casa, a uma agricultura de subsistência que amarrava as mulheres a pequenas comunidades onde cuidavam dos filhos numa educação ecológica e com uma alimentação baseada em produtos biológicos” (2018:s/n). As correntes dentro do ecofeminismo baseadas na visão essencialista foram alvo de uma crítica cerrada pela sua visão celebratória da mulher-mãe e da sua “ética do cuidado”, que contribuiu para reforçar as amarras que prendem as mulheres a papéis de género pré-determinados e que atribuem à genética aprendizagens adquiridas, que aliás comportam uma grande variabilidade entre pessoas e culturas. Érika Carcaño Valência (2008) destaca que a visão essencialista também tende a conceber as mulheres como categoria unitária, não atendendo a fatores tão diferenciadores como classe social, raça ou outros, ou ainda à forma desigual como ocorre a apropriação dos recursos naturais por uma minoria. Esta identificação das mulheres com a natureza traduz-se numa apologia de concepções sociais regressivas, contra as quais muitas ecofeministas lutam (Braidotti et al., 2002).

A contestação às diferentes versões do essencialismo e à ligação privilegiada entre mulheres e natureza não teve em conta o facto de nem todas as mulheres se reverem no círculo de maternidade, do cuidado e na perceção da dita espiritualidade da terra (Tavares, 2018). Algumas leituras posteriores da Hipótese de Gaia formulada por James Lovelock em

1972, que assentaria no reconhecimento da interdependência existente no sistema terrestre e na capacidade dos organismos vivos controlarem e modificarem o ambiente inorgânico de forma autorreguladora vieram fazer equivaler a teoria de Lovelock a uma Terra/Gaia, um organismo vivo maternal, alimentando também a idealização do papel da mulher no cuidado.

O ecofeminismo crítico proposto por Alicia Puleo assume uma posição muito distinta e parece-nos especialmente pertinente. O adjetivo “crítico” significa “o compromisso com o cumprimento das promessas de liberdade, igualdade e solidariedade do Iluminismo e a sua relação com os novos desafios do milénio” (Puleo, 2017:29). Pressupor que as mulheres têm uma capacidade distinta para se relacionarem com a natureza seria regressar ao estereótipo do anjo do lar, transfigurado agora em anjo do ecossistema, e colocar sobre as mulheres a responsabilidade de serem as salvadoras de um planeta em perigo (Puleo, 2012: 29).

O caráter integrador do ecofeminismo é destacado por Val Plumwood (1986), que reconhece a forma como ele permite estabelecer ligações entre a crítica ecológica e a crítica feminista. A perspetiva crítica de Plumwood face aos dualismos constitui para Barca (2020) um ponto chave da ligação entre o pensamento feminista e o ecológico pois Plumwood “define o dualismo como um sistema hierárquico de significação, que polariza diferenças existentes como se fossem dados naturais e separações irreconciliáveis – homem/mulher, corpo/mente, civilizado/selvagem, humanos/natureza” (Barca, 2020:29), numa naturalização das opressões de género, classe, raça e espécie. Porém, assinala Barca (2020), reverter a lógica dual não significa invertê-la, propondo uma relação de submissão da humanidade à natureza, significa antes não fazer da natureza nem escrava nem patroa. Numa linha idêntica, Mary Mellor (2000) rejeita o essencialismo da ligação mulheres-natureza e afirma a existência de um “potencial radical” na ligação entre feminismo e ecologia, a partir de uma análise centrada na materialidade da existência humana:

Simplificando, os seres humanos, como os animais humanos, têm um corpo que deve ser desenvolvido e alimentado. Esse corpo, por sua vez, está inserido num ambiente natural. Teorias sociais que não tenham em conta essa característica essencial da existência humana partem da falsa premissa de que os atores humanos não estão corporificados ou inseridos. (2000:9)

Contraopondo às visões cultural e espiritual uma perspetiva ecofeminista que enfatiza a corporeidade da existência humana, Mellor (2020) afirma que os seres humanos habitam um corpo sexuado, que faz parte do mundo natural, e estabelece uma relação entre as estruturas da desigualdade e a destruição da natureza, o que a leva a propor um ecofeminismo baseado numa premissa fundamental: nas culturas patriarcais o direito que permite aos homens explorar a natureza tem paralelo na exploração das mulheres. A

corrente ecofeminista crítica contesta o androcentrismo enraizado na bipolarização dos papéis sociais de mulheres e homens e destaca que na organização patriarcal, as atitudes de afeto e compaixão relacionadas com as tarefas do cuidado, assumidas predominantemente pelas mulheres sofreram uma forte desvalorização (Puleo, 2017). A defesa de um feminismo ecológico terá de promover uma educação para o cuidado, capaz de superar a divisão de papéis sociais marcada pelas categorias de gênero socialmente construídas e contrariar as relações de poder patriarcal que remetem as mulheres para a esfera doméstica e do cuidado, com uma suposta sacralização das virtudes que lhes seriam inerentes. Puleo estabelece como palavras de ordem para o ecofeminismo crítico liberdade, igualdade e sustentabilidade.

Homens, mulheres e crianças, defendem Braidotti et al. terão de trabalhar em conjunto “aceitando a necessidade de reconhecer cada imputação equitativa de outro, de reconhecer o desejo reprimido de muitos homens de serem carinhosos e exprimirem sentimentos, e de reconhecerem que as mulheres não só competiram com as estratégias patriarcais de domínio mas também, por vezes, interiorizaram-nas” (2002:230).

Este movimento rejeita uma abordagem da sustentabilidade ambiental feita isoladamente, isto é, sem atender às estruturas políticas e económicas globais. Lanka Horstink, Lúcia Fernandes e Rita Campos (2020) destacam que Mellor alertou para a impossibilidade de construção de uma teoria e de uma prática revolucionárias se as mulheres e a natureza continuarem a ser entendidas como objetos e não como sujeitos. As autoras sublinham a necessidade de ser reconhecida a origem comum das crises sociais e ecológicas, defendendo que a crise ambiental é indissociável do capitalismo, o que se traduz na rejeição das propostas do capitalismo verde, que na sua opinião “pretendem resgatar o capitalismo da crise em que mergulhou, estancando as crises sociais, económicas e ecológicas que provocou, sem alterar os princípios estruturantes do capitalismo neoliberal – como a acumulação capitalista, e a proteção do lucro e da propriedade privada” (Horstink et al., 2020:13). Para estas autoras o ecofeminismo evidencia que as mulheres também são equiparadas à natureza e, tal como esta, são exploradas pelo sistema capitalista através do trabalho não pago, o alicerce fundamental da reprodução social.

O metabolismo social gerado pela modernidade corresponde a um tipo de modernidade específico: “considera as forças de produção (ciência e tecnologia industrial) como o principal fator de progresso e bem-estar, ao mesmo tempo que considera a reprodução (tanto humana como não-humana) enquanto um instrumento passivo para a produção e a expansão infinita do Produto Interno Bruto” (Barca, 2020:26). Ou seja, equipara a Terra e o trabalho de cuidado a recursos passíveis de apropriação, que devem portanto ser mantidos tão baratos e eficientes quanto for possível. Barca defende que a modernização ecológica deve “colocar a reprodução no centro da economia política,

libertando-a da sua posição subordinada e instrumental em relação à produção” (2020:26). Para esta autora a divisão sexual do trabalho é reproduzida ideologicamente através do binário sexo/género que atua de forma subconsciente e “relega a reprodução para a esfera subvalorizada da mulher, impedindo os políticos, académicos e até ativistas de verem a matriz de género inscrita em relações socioecológicas” (2020:40). A sua conceção lata de trabalho reprodutivo é assim descrita:

É o trabalho que sustém a vida e as suas necessidades materiais e imateriais. A agricultura de subsistência, a pesca e a recolha de alimentos, o trabalho doméstico, a horticultura urbana, o ensino, a enfermagem, os cuidados de saúde, a recolha de lixo e a reciclagem são formas de trabalho reprodutivo no sentido em que são essenciais para o desenvolvimento da humanidade na sua interdependência com o mundo não-humano. (Barca,2020:40)

Para a autora, ligar a ecologia e o trabalho reprodutivo permite um centramento no trabalho que sustém a vida: “falar de trabalho reprodutivo e do seu potencial ecológico não é mais essencialista do que falar sobre o trabalho industrial e o seu potencial revolucionário: ao invés, significa reconhecer as condições historicamente determinadas onde a maior parte das mulheres se situa na divisão global do trabalho” (Barca,2020:39). Numa linha similar, Alicia Puleo entende o ecofeminismo como “tentativa de esboçar um novo horizonte utópico, abordando a questão ecológica a partir das categorias de patriarcado, androcentrismo, cuidado, sexismo e género” (Puleo, 2017:30) e rejeita a sacralização dos aspetos biológicos, propondo antes uma consciência ecológica que preserva a liberdade e autonomia nas decisões sobre a esfera reprodutiva.

3.7. A sustentabilidade da vida humana e não humana

As crises e as contradições do capitalismo não se cingem à esfera estritamente económica, dizem também respeito às suas relações com a natureza, com a reprodução social e com a política. Estas funcionam como “moradas ocultas” da economia capitalista porque “fornecem as condições de possibilidade das quais ela não pode prescindir para garantir a sua própria reprodução e expansão” refere Nancy Fraser (2017:162), uma autora que concede especial relevo à análise das condições não económicas da economia capitalista, sublinhando que o seu objetivo central não reside na satisfação de necessidades humanas, mas na valorização, apropriação ou acumulação de capital.

Se numa fase inicial a economia feminista estava muito focada na problemática do trabalho doméstico, foi ganhando relevo a discussão em torno da ideia mais holística de

sustentabilidade da vida. A partir dos anos 90, Cristina Carrasco e Amaia Pérez Orozco evidenciaram que a contradição entre capital e trabalho assinalada por Marx precisava de ser ampliada, argumentando que o capitalismo patriarcal conflitua com a vida humana e com a vida não humana. Para estas autoras, o capitalismo consegue garantir a reprodução social mas não consegue assegurar a sustentabilidade humana, social e ecológica, como mostra a crise sistémica que vivemos. Em causa está o conflito que se trava entre o capital e a vida que Atienza et al. (2009) consideram ser agravado pelo facto de o sistema capitalista negar a vulnerabilidade dos seres humanos, defendendo que “somos interdependentes, uma vez que precisamos do cuidado das outras pessoas e somos ecodpendentes, porque para respirar, comer, beber, habitar e, em última análise, viver, dependemos da natureza” (Atienza et al. 2019:10). Reconhecer a ecodpendência é assumir que também somos natureza. Não é possível pensar a sustentabilidade da vida humana sem pensar na relação com a natureza e no respeito pelos seus processos. Somos seres vulneráveis e relacionais, portanto eco e interdependentes, e estas duas dimensões colocam-nos desafios sobre a organização do tempo e do trabalho, como destaca Nalu Faria:

Hoje, o atual modelo impõe uma pressão sobre os nossos tempos, desrespeitando os tempos necessários para a sustentação da vida e para regeneração, tanto da natureza quanto da vida humana. Temos que repensar essa dimensão do tempo como uma questão transversal a tudo o que nós estamos construindo e propondo. (2020:5)

A reprodução social é uma condição necessária para a permanência temporal, mas não é uma condição suficiente para uma vida boa (Carrasco, 2018:57). O conceito de sustentabilidade da vida sob esta perspectiva é mais dinâmico e complexo, correspondendo à dissipação do conflito capital/vida na medida em que substitui o objetivo da acumulação de capital pelo da centralidade da vida, e apresenta vantagens face à noção de reprodução social:

É mais explícito porque considera que o objetivo é a vida (humana e não só humana apenas), permite de forma mais clara dar conta da relação profunda entre o económico e o social, considera as múltiplas interdependências e interrelações entre o ecológico, o económico, o social, o humano, concebendo como prioridade, como objetivo fundamental, as condições de vida das pessoas. (Carrasco, 2018:56-57)

Stefania Barca, autora ligada à economia ecológica, ao decrescimento e às correntes feministas, refere mesmo que não basta substituir o capitalismo e reduzir as desigualdades sociais:

É necessário abolir os modelos económicos machistas, o produtivismo, o extrativismo, o crescimento do PIB, a guerra, o racismo, o imperialismo, o colonialismo e tudo o que produz violência contra as pessoas e o seu ambiente. Há que os substituir por um novo sistema de produção e de reprodução baseado não apenas na igualdade, como também no respeito pela vida em todas as suas formas. Não há outra forma de fazer uma revolução ecológica. (Barca, 2016:27)

As perspetivas feministas do decrescimento mostram como a assumpção pelas mulheres dos trabalhos de cuidado e ambientais, ou o maior impacto sobre elas dos danos ambientais devido à divisão sexual do trabalho, são questões que devem ser problematizadas. Importa tornar a desigualdade mais perceptível porque olhá-la “a partir de uma conceção que abarque a sustentabilidade da vida, especialmente no quotidiano, torna visíveis as posições diferenciadas a partir das quais se reproduz a mesma” (Prieto & Domínguez-Serrano 2015: 49). Nesta aceção, “economia” significa “gerar recursos para satisfazer necessidades e criar condições para uma vida digna de ser vivida” (Pérez Orozco, 2010:133).

A grave crise ecológica que enfrentamos, possivelmente um dos desafios do século XXI mais decisivos para a humanidade, aliada às lutas feministas resultantes da consciência crescente das mulheres face à desigualdade e às relações de subordinação que têm persistido historicamente, ainda que em contextos muito diversos, estão na base da reivindicação de um rendimento de cuidado, lançado em 2020 pela Global Women’s Strike³², que assenta na necessidade de valorizar a nível simbólico e monetário o trabalho de cuidado que já é feito:

Esse trabalho feminizado de reprodução e cuidados é, no atual sistema de mercado capitalista, o pressuposto invisível das atividades produtivas. O rendimento de cuidado tem como objetivo reconhecer a centralidade desse trabalho e remunerar aqueles que, querendo ou não, realizam esse esforço material e psicológico dia após dia. (D’Alisa, 2020, s/n)³³

Este rendimento de cuidado é distinto do rendimento básico incondicional e não o pretende substituir. Surge no âmbito da pandemia COVID-19 e propõe a criação de um rendimento para as pessoas que cuidam de outras pessoas, do meio ambiente urbano e rural e do mundo natural. Tem em conta que não é apenas o trabalho ligado à reprodução social que está desvinculado do seu valor monetário, também todo o esforço colocado no cuidado com os ecossistemas é desvalorizado, até porque uma parte significativa desse trabalho não pode obter compensação através do preço de venda dos produtos, como por exemplo, muito

³² Ver <https://globalwomenstrike.net/tag/care-income/>

³³ Retirado de <https://decrescimento.pt/dias-do-decrescimento-giacomo-dalisa/>

do trabalho implicado na pequena agricultura familiar, que envolve a manutenção dos solos e da água, a preservação de sementes e de variedades endógenas ou a manutenção de zonas agroflorestais com os respetivos benefícios, nomeadamente ecológicos.

A partir da noção de dívida incorporada, Stefania Barca destaca que “a agricultura de subsistência, assim como o cuidado de ambientes urbanos e rurais, são formas de trabalho reprodutivo não remunerado que complementam o trabalho doméstico, providenciando as condições de produção” (Barca, 2020:37). Nesta aceção, este trabalho poderia ser designado por reprodução ambiental, pois consiste “[n]o trabalho de ajustar a natureza não-humana à reprodução humana ao mesmo tempo que a protege da exploração e assegura as condições para a reprodução da própria natureza em prol das necessidades de gerações presentes e futuras” (Barca, 2020:37). Trata-se de um trabalho que tem uma essência não-capitalista e face ao qual importa reconhecer que resulta num serviço que beneficia toda a sociedade. A sua ausência gera prejuízos visíveis, por exemplo, no abandono de vastas áreas do território português, com os impactos ecológicos que isso acarreta (Ferrão, 2018), patentes até nos incêndios estivais.

A pandemia COVID-19 veio evidenciar que a reprodução da vida não é automática. Marisa Fournier (2020) salienta três aspetos: o modo como tornou mais visível que somos co e interdependentes, até porque a desaceleração da pandemia exige o compromisso de todos e todas; o relevo do trabalho de cuidado na reprodução da vida humana, nomeadamente a centralidade da saúde, educação e alimentação; a constatação de que a solidariedade e a cooperação podem ser eficazes na preservação da vida.

A preocupação com o cuidado nesta aceção abrangente está cada vez mais patente nos espaços de convergência entre propostas societais alternativas. A crítica ao capitalismo neoliberal tem procurado tornar visível o lado oculto da economia, isto é, as ditas “economias da vida” cuja necessidade a pandemia evidenciou. O Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras³⁴ considerou três grupos centrais de economias da vida: (1) os sistemas naturais, que, como têm mostrado os trabalhos no âmbito do decrescimento e da economia ecológica comportam limites biofísicos, quer pela disponibilidade de recursos naturais, quer pela capacidade do sistema comportar os resíduos gerados; (2) os cuidados, que incluem o amplo leque de atividades essenciais para a reprodução da vida, como tem sido assinalado de forma veemente pelas economias feministas; e, por fim, (3), as relações de gratuidade e de reciprocidade que se alicerçam na comunidade e que têm sido especialmente abordadas pelos “comuns”. Também o Dia Global do Decrescimento, que se assinala anualmente em junho, escolheu por votação aberta como tema central das celebrações de 2021 o decrescimento e o cuidado. Não obstante a preocupação crescente em

³⁴ https://transformadora.org/sites/default/files/2019-03/CAST_Extendida%20EETT_1.pdf

torno da sustentabilidade da vida, Yayo Herrero mostra como o peso das visões hegemónicas, que colocam os interesses particulares do mercado no centro das prioridades coletivas e a sua aliança com as visões patriarcais e antropocêntricas na relação entre humanos e não-humanos, potenciadas por um analfabetismo ecológico e biológico das maiorias sociais, favoreceram um consenso acrítico face às propostas de progresso e do crescimento económico contínuo:

a cultura ocidental, imposta violentamente ao resto do mundo, apresenta um importante defeito de origem: ter suposto que a nossa espécie, a sua cultura, era superior e estava separada do resto do mundo vivo. Contrariamente ao que continuam a defender os povos originários, acreditámos que as pessoas podiam viver acima dos limites da natureza e à margem da vulnerabilidade que comporta ter corpos contingentes e finitos (Herrero: 2017: 215).

A proposta em torno da sustentabilidade da vida está profundamente relacionada com outras propostas feministas, como o ecofeminismo e em alguns contextos pode ser mais mobilizadora que a noção de cuidado, porque este frequentemente é lido de forma mais restrita, isto é, como cuidado dos corpos. Daniela Osorio Cabrera (2016) refere que a ideia de sustentabilidade da vida tem a capacidade de abarcar a complexidade do sistema, e permite ter em conta todos os processos de trabalho, assinalar quem os assume, perceber as relações de poder e a sua distribuição segundo o sexo-género e visibilizar o modo como o tempo é distribuído.

3.8. O cuidado e as iniciativas locais alternativas

A análise da desigualdade estrutural de poder das mulheres exige um olhar situado (Haraway, 1988), capaz de ter em conta os contextos específicos onde ocorre, para que possa dar lugar a um entendimento amplo das relações de força subjacentes. A reflexão sobre as iniciativas de base local não pode ignorar as relações entre géneros que se estabelecem, não apenas em cada contexto, em cada iniciativa ou território, mas também na grande diversidade de posicionamentos e modos como o género se cruza com outras categorias.

A análise da diversidade de agendas que combatem as desigualdades permite constatar que as estratégias que integram uma perspetiva feminista de contestação ao patriarcado e à desigualdade estrutural de poder das mulheres apresentam maior potencial emancipatório e são mais capazes de contrariar a reprodução dessas mesmas desigualdades (Piris 2015). O patriarcado é binário (homens e mulheres e respetivos papéis sociais), complementar e romantizado (cria a ideia de que homem e mulher são duas faces que se

completam - as metades da laranja) e hierárquico, concedendo privilégios ao masculino sobre o feminino e sobre identidades não-binárias, onde as desigualdades de género e as relações de poder e subordinação se articulam com outros eixos de dominação (Atienza et al., 2019). Parece-nos importante que as iniciativas questionem o patriarcado e o modo como se incrusta no nosso quotidiano, no modo como desejamos e pensamos e nas relações que estabelecemos. Prieto & Domínguez-Serrano postulam, neste quadro, a necessidade de uma economia ecológica de cariz feminista:

Uma Economia Ecológica Feminista em que a vida aparece no eixo e categoria central, propondo um sistema económico, social e solidário, que reconhece a vulnerabilidade humana e a sua corporalidade, respeita a diversidade biológica e cultural do planeta e reparte equitativamente os tempos e cargas de trabalhos que recriam a vida. (Prieto & Domínguez-Serrano 2015: 49-50)

Defendem assim uma noção de cuidados integradora das dimensões materiais e imateriais, que não esteja vinculada exclusivamente ao espaço doméstico e ao cuidado com pessoas dependentes e que inclua também o cuidado ambiental e comunitário.

A corresponsabilização pelos cuidados neste sentido alargado que se centra na sustentabilidade da vida humana e não humana, diz também respeito às formas de cooperação e de solidariedade. Os cuidados comunitários pertencem ao universo que Cristina Vega Solís, Raquel Martínez Buján e Myriam Paredes Chauca definem como “arranjos que não sejam comandados pela privatização social e espacial no núcleo familiar, pela alocação exclusiva e individual às mulheres, pelo recurso a mulheres precárias ou pelos recursos económicos de cada pessoa” (Vega Solis et al., 2018:17). Na ação comunitária de cariz mais emancipatório é corrente encontrarmos lógicas organizativas que assumem a defesa do cuidado como bem comum, refere Sara Moreno-Colom (2018). Estes cuidados constituem parte integrante dos direitos e deveres de cidadania onde “a ação comunitária pode buscar empoderar as pessoas para reivindicar direitos e construir alternativas que permitam alcançar níveis mais elevados de equidade social e de qualidade democrática (Moreno-Colom, 2018:151). Os cuidados comunitários podem ser caracterizado da seguinte forma:

Práticas muito heterogéneas, cujas fronteiras nem sempre são claras; por vezes remetem para processos autogestionários baseados na afinidade e na escolha, outras vezes são um prolongamento da família extensa, enquanto noutras se entrelaçam com serviços do Estado ou de organizações privadas. O cuidado comunitário surge a partir de coletividades, embora em alguns casos se plasme em redes. (Vega Solis et al., 2018: 24)

Reinventar os cuidados comuns assenta, pois, no reconhecimento de que na proximidade, isto é, nos locais onde as nossas vidas acontecem, podem construir-se redes solidárias fundamentais para o bem-estar. Como afirma Yayo Herrero, é possível “reconstruir essas lógicas de vida comunitária em torno de projetos sociais, económicos e vitais, articulados entre si, de forma a criarem um contrapoder capaz de contestar a hegemonia que põe em risco a vida da maioria” (Herrero, 2017: 216).

Porém, um rearranjo dos cuidados no âmbito comunitário pode correr o risco, em termos práticos, de fazer continuar a recair esse esforço sobre as mulheres da comunidade (Vega Solis et al., 2018:26) ou de se converter num mecanismo desresponsabilizador do Estado. Sem pretendermos idealizar a comunidade, que é também um campo onde se defrontam forças muito diversas, a politização do reprodutivo pode ser criada recuperando por um lado, a capacidade de cada coletividade satisfazer as suas necessidades imediatas e locais, e por outro, estabelecendo as demandas e a pressão junto do Estado para que este assuma o seu papel na provisão (Vega Solis et al., 2018).

A ideia de interdependência permite tornar mais visíveis as tarefas humanas fundamentais para a sustentabilidade da vida coletiva e evidencia ainda as relações de poder e de privilégio, mesmo nos espaços onde supostamente teriam sido superadas (Osorio Cabrera, 2016). O cruzamento da agenda feminista com outras agendas é difícil, já que a questão é frequentemente colocada como um assunto de mulheres e para mulheres ou, de um ponto de vista político, como uma agenda secundária. As próprias organizações transformadoras, sejam movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, ou iniciativas locais têm dificuldade em promover práticas antipatriarcais e em remover barreiras hostis à participação das mulheres, que foram sendo naturalizadas, pois não se reconhecem como espaços construídos a partir dos valores e dos papéis tradicionalmente masculinos. Silvia Piris assinala:

Existem desigualdades na participação de mulheres e homens, e, em nossa opinião, fundamentalmente por se tratar de organizações que, não obstante promoveram transformações profundas nas nossas sociedades, continuam a ser construídas a partir de uma visão da participação política androcêntrica e a reproduzirem, (voluntária ou involuntariamente) o sistema patriarcal. (2015: 19)

Colocar a sustentabilidade da vida no centro das ações significa reorganizar as sociedades, refere Yayo Herrero porque “obriga a reduzir a pressão sobre a natureza e, portanto, assumir estilos de vida globalmente mais austeros no lado material. Num planeta com limites já ultrapassados, a redução da esfera material da economia global não é tanto uma opção quanto um dado (Herrero, 2017: 217).

Os movimentos sociais e as experiências locais que criticam o capitalismo podem ampliar o seu potencial transformador pondo em causa a dominação patriarcal e a desigualdade das mulheres, isto é, adotando uma perspectiva emancipatória que inclua transversalmente uma abordagem feminista. A centralidade da preocupação com a “sustentabilidade da vida” é um aspeto comum às propostas do decrescimento e da economia feminista que importa ter como quadro de análise das experiências práticas das iniciativas locais alternativas. As propostas feministas que desafiam as relações de género e de produção prevalentes e as propostas do decrescimento que contestam a obsessão pelo crescimento económico e propõem uma alternativa à associação entre bem-estar e consumo, podem constituir portanto uma oportunidade para reforçar o potencial emancipatório das iniciativas locais.

4. Experimentação social: iniciativas locais alternativas

*A utopia está lá no horizonte,
aproximo-me dois passos, ela afasta-se dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei.
Então, para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.*

Fernando Birri, cit. por Eduardo Galeano
Las Palabras Andantes

4.1. Utopia e esperança

As utopias concretas que encontramos nas iniciativas locais alternativas traduzem a busca de uma sociedade mais justa, democrática e ecológica. Seguimos Jesús Sanz (2017), quando argumenta que hoje uma proposta de emancipação social se deve organizar em torno de quatro ideias fundamentais:

1. Compromisso com uma sociedade que avance para a equidade e para a justiça social pela aceitação e reconhecimento das diferenças e das múltiplas identidades e pela firmeza no estabelecimento de mecanismos de redistribuição. O autor dá como exemplos a tributação justa, a luta contra os paraísos fiscais, a provisão de serviços públicos universais, o estabelecimento de salários mínimos e máximo, entre outras medidas;
2. Aprofundamento da democracia e da participação cidadã, que para Sanz estão cada vez mais reduzidas a um nível meramente processual pois “são escolhidos representantes cuja capacidade de agir sobre o futuro real da sociedade é mínima, dada a subordinação ao poder financeiro dos espaços de representação dos políticos” (2017:13);
3. Resposta ao contexto de crise ecológica e civilizacional que seja compatível com os limites do planeta e em simultâneo construa um ideal de vida mais comunitário, mais simples e desligado da acumulação de bens materiais; e
4. Economia que assuma a indissociabilidade entre justiça ambiental e justiça social, que esteja ao serviço das pessoas e que lhes permita ter uma vida digna. Nessa economia o trabalho seria organizado para responder às necessidades da vida e do cuidado, de forma a garantir que todos e todas tenham um mínimo vital para viver com dignidade, ajustado aos limites planetários (Sanz, 2017).

Neste capítulo iremos justificar a relevância de uma análise focada nas utopias concretas. Em seguida contextualizamos estas utopias no campo das “outras economias” e analisamos o modo como elas se podem traduzir em propostas transformadoras. Abordamos as designações mais correntes em Portugal, como economia social, terceiro setor e economia solidária, tendo em vista uma clarificação concetual. Definimos o campo de iniciativas locais alternativas, as suas estratégias transformadoras que situamos num *continuum* entre perspetivas adaptativas, reformistas ou mais centradas na mudança. Finalizamos com a análise dos conceitos e práticas relativos às iniciativas locais alternativas, a partir da revisão de outras investigações, sobretudo feitas em Portugal e Espanha e

concluimos com a análise de pontos de aproximação e de distância entre a economia solidária, o decrescimento e a economia feminista.

O conceito de utopia encerra uma ambivalência significativa, com aceções que o colocam no campo dos desejos impossíveis e lhe atribuem um sentido depreciativo ou, pelo contrário, como imaginação projetual e comprometimento com o futuro. Partimos da conceção de utopias concretas de Ernst Bloch (1977). Este autor, ao contrário de Thomas More que havia inscrito a utopia num futuro desejado mas irreal, perfeito e feliz, usa a utopia como possibilidade de futuro, como ação implicada na criação de um mundo melhor, significando, como refere Manuela Salau Brasil “a esperança, a realidade, a possibilidade; ressaltando a imaginação, os sonhos, a antecipação; recuperando o sentido ético e político da utopia; redefinindo o conceito” (Brasil, 2011:14). Em *O Princípio da Esperança*³⁵ (1977) Bloch atribuiu um novo significado a utopia, afastando-se do sentido depreciativo associado à impossibilidade, ao sonho inútil ou ingénuo e filiando-a na esperança e na antecipação do futuro. A utopia concreta emerge da possibilidade de tornar real e constitui uma potência transformadora, que é capaz de mobilizar a esperança. O autor critica a utopia abstrata, enquanto campo de ilusão ou sonho inalcançável e recusa o pessimismo paralisante:

a função e o conteúdo da esperança são vividos incessantemente e, numa sociedade em ascensão, são constantemente atualizados e ampliados. Somente quando uma velha sociedade está em declínio, como a atual sociedade do Ocidente, existe uma certa intenção parcial e perecível que corre no sentido descendente. Naqueles que não encontram uma saída para a decadência, manifesta-se o medo da esperança e contra a esperança. É o momento em que o medo aparece como máscara subjetivista e o niilismo como máscara objetivista do fenómeno de crise. (Bloch, 1977:3).

A visão crítica acionada pela utopia concreta não parte de uma esperança ingénuo, antes corresponde ao ainda-não, isto é, a uma antecipação do possível, o que leva Salau Brasil a considerar que em Bloch a “utopia concreta é práxis emancipadora e revolucionária, em que não há lugar para niilismo, ceticismo, tampouco determinismo. A esperança autêntica não redunde em contemplação nem se contenta em tornar-se sonho; ela gera utopias que podem e pedem para serem concretizadas mediante a ação humana” (Brasil, 2011:78). Esta utopia concreta não está desligada do crivo da razão, através daquilo que Bloch designa por função utópica e que constitui o núcleo racional das utopias e separa o impossível do realizável. A ideia de ainda-não para Bloch é processual, corresponde à transformação da utopia em possibilidade concreta.

³⁵ O Princípio da Esperança é uma obra em três volumes do filósofo alemão Ernst Bloch, escrita entre 1939 e 1947, durante o seu exílio nos Estados Unidos e revista entre 1953 e 1959, com o autor já a residir na Alemanha Oriental.

O conceito de ainda-não está intimamente relacionado com a proposta da sociologia das emergências de Boaventura Sousa Santos que parte de Bloch e considera que o ainda-não corresponde ao “modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata” (2002:255), não enquanto futuro indeterminado, mas como possibilidade concreta, como consciência emancipatória. A ideia amplamente difundida do “fim das utopias” não encontra eco no pensamento de Bloch porque remete também para o fim da esperança. Bloch rejeita esta aceção afirmando que “a desesperança é ela mesma, tanto no sentido temporal quanto objetivo, o insustentável, o insuportável em todos os sentidos para as necessidades humanas” (Bloch, 1977:3).

Enquanto as utopias abstratas atuam de modo compensatório, confortando-nos através de sonhos quotidianos, a grande força das utopias concretas reside na experimentação de possibilidades transformadoras que estão latentes ou adormecidas no presente. O seu poder performativo está ligado à capacidade de abrirem um espaço para imaginarmos alternativas, atuando contra a narrativa da lógica do TINA - *There Is No Alternative* (Muraca, 2020).

Confundir o desmoronamento de um projeto utópico específico, isto é, as experiências do socialismo real que caracterizaram as últimas décadas do século XX, com o fim das utopias é negar a possibilidade de imaginarmos modos de vida melhores. A ideia de fim das utopias funda-se numa intenção hegemônica do capitalismo (Brasil, 2011) que se pretende afirmar como única forma possível de organização social. Na mesma linha, Rui Namorado assinala que “a ficção ideológica do fim da história” que sucedeu ao desmoronamento do mundo soviético, recorreu a narrativas legitimadoras, nomeadamente as que associavam capitalismo e democracia como faces indissociáveis de uma mesma moeda (Namorado, 2017). António Cunha e Aline Mendonça notam que “quando ambos os modelos (o soviético e o *welfare-state*) colapsaram, a hegemonia neoliberal atacou ferozmente as ideias que subjaziam às experiências associativas que ainda existiam. A primazia do indivíduo sobre os coletivos e do mercado sobre o Estado parecia colocar em questão a razoabilidade de qualquer resquício de associativismo económico” (2011:61).

O colapso do modelo soviético e a crescente descrença no capitalismo como futuro desejável criaram um vazio no seio do qual abre caminho uma outra narrativa histórica, capaz de contribuir para a saída do capitalismo e de ancorar esse “ainda-não”.

Erik Olin Wright propõe a noção de “utopia real”, que “significa pensar sobre alternativas para instituições dominantes no sentido de incorporar as nossas mais profundas aspirações para um mundo justo e humano” (Wright, 2011:3). Para o autor, “explorar utopias reais implica desenvolver a sociologia do possível, não apenas do atual” (Wright, 2011:3). A noção de utopias reais está ligada a uma ideia de reivindicação “vivemos num mundo em que formas de sofrimento humano e o *déficit* de florescimento humano são

o resultado da organização de nossas estruturas e instituições sociais” (Wright, 2011:3). A ideia de utopia é também afirmada por Rutger Bregman (2018) que na obra *Utopia para Realistas* defende a necessidade de um pensamento projetivo:

Precisamos de uma nova estrela-guia, um novo mapa-mundi que mais uma vez inclua um continente distante e jamais demarcado (...). Mas não estou a falar daqueles modelos rígidos que fanáticos utópicos nos tentavam empurrar, com as suas teocracias ou seus planos quinquenais – esses apenas tentam subordinar pessoas reais a sonhos delirantes (...). O que precisamos é de horizontes alternativos que ativem a imaginação. E digo horizontes no plural mesmo. Afinal, utopias contraditórias são o sangue nas veias da democracia. (2018:16)

Barata e Carmo sublinham a relevância de três reivindicações utópicas: “a primeira e mais imediata reivindicação utópica é devolver às pessoas o direito a terem um lugar, e devolver às comunidades a possibilidade de comunitarizarem em volta de um território” (Barata & Carmo, 2015:157). A segunda reivindicação inscreve-se na noção de utopias reais de Wright e na conceção de uma ciência social emancipatória: “sob o reconhecimento de que instituições e estruturas sociais são efetivamente responsáveis por sofrimento humano, as utopias reais desenham-se no sentido da transformação dessas instituições e estruturas sociais” (2015:158). A terceira reivindicação utópica centra-se na ideia de pluralidade e propõe que “é essencial defender um espaço público plural e democrático, contrário ao dogmatismo e às falsas certezas sobre o que terá de ser o futuro humano” (2015:158-159).

A ideia de utopia real de Wright é construída no contexto de uma ciência social emancipatória, capaz de criticar as estruturas sociais existentes que constituem instrumentos de dominação. Wright propõe estratégias emancipatórias que combinam a ação intersticial, isto é, que são capazes de criar utopias reais fora do Estado e estratégias “simbióticas” destinadas a desenvolver lutas dentro do Estado, no sentido da regulação. O autor sublinha a importância de estratégias que permitem “identificar configurações já existentes que violam as lógicas básicas das instituições dominantes de maneira a incorporar aspirações emancipatórias e prefigurar utopias alternativas mais amplas” (Wright, 2011:3), como serão as iniciativas locais que aqui visamos investigar. Para Wright, a investigação no contexto de uma ciência social emancipatória, deve procurar “verificar como estes estudos de caso funcionam e identificar como eles facilitam o florescimento humano; analisar suas limitações, dilemas e consequências não-intencionais; e entender formas de desenvolvimento de suas potencialidades e expansão de seu alcance” (Wright, 2011:3). Nesta perspetiva, a transformação social emancipatória pode constituir uma ameaça aos interesses instalados, o que implica uma ação estratégica deliberada. Joana Marques enuncia da seguinte forma os critérios definidos por Wright, para pensar os projetos sociais emancipatórios:

(1) o seu projeto institucional ser desejável em termos de ideais emancipatórios igualitários que propõe; (2) constituir uma alternativa viável face às disposições existentes, ou seja, ser consistente com o que sabemos sobre o modo como as instituições funcionam e, se implementada, [saber se] não geraria consequências perversas que negariam a sua desejabilidade ou sustentabilidade; (3) a sua proposta contribuir de alguma forma para um avanço no caminho do empoderamento social. (Marques, 2016:133)

Sem esperança não é possível pensar e concretizar alternativas. É nela que se ancoram as iniciativas locais que experimentam outras formas de organização da vida individual e coletiva. A ideia de esperança é também sublinhada por Edgar Morin (2017) quando apela à resistência perante as forças destrutivas que ameaçam o planeta e destaca a sua própria esperança nas iniciativas e experiências locais, que se concentram no desenvolvimento dos seres humanos como indivíduos e afirmam outra visão do mundo. Para Morin “resistir hoje é dizer não a uma economia não controlada, ao fechamento em si mesmo que conduz aos fanatismos. E é dizer sim à liberdade, à esperança e ao bem-viver. Mesmo que o conceito de bem-viver se tenha infelizmente degradado no sentido de um foco excessivo no conforto material” (Morin, 2017:2).

É no campo da esperança face às ameaças que se erguem contra a sustentabilidade da vida no planeta que se inscrevem muitas das iniciativas locais, cujos princípios escapam à lógica da acumulação capitalista, constituindo efetivas utopias reais.

4.2. Outras economias

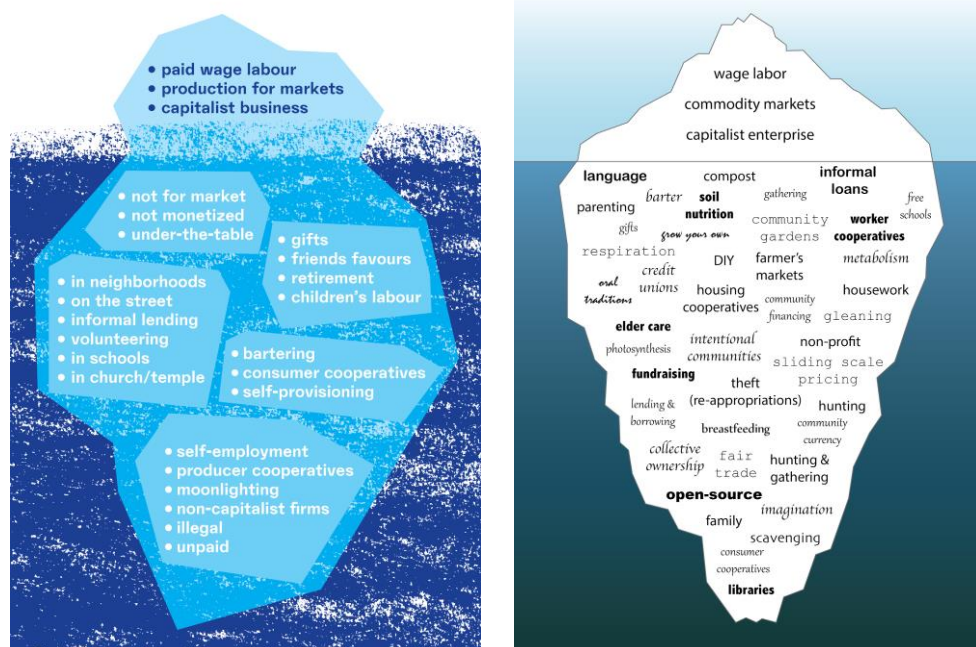
A designação “outras economias” (Gibson-Graham, 2008) pretende destacar as atividades que diferem da economia capitalista por seguirem princípios distintos daqueles que são postulados pelo mercado. Regressamos a Polanyi (2016 [1944]) e à sua proposta de uma economia substantiva que parte da visão das relações económicas incrustadas na sociedade e na natureza, sem que a economia tenha precedência sobre as outras relações, como referimos no primeiro capítulo. Para Polanyi, o mercado capitalista autónomo e supostamente autorregulado é uma exceção histórica. Aliás, como questiona Rui Namorado, “se a experiência histórica nos mostra que nada é eterno, que as sociedades se têm produzido e reproduzido sucessivamente através de modos de produção distintos, ainda que articulados entre si por mútuas contaminações, antecipações e sobrevivências, por que razão só com o capitalismo isso não aconteceria?” (2017: 15). A narrativa que pretende legitimar o capitalismo como única realidade possível pretende ignorar os modelos de organização das sociedades pré-capitalistas ao longo do tempo, muitos deles, embora minoritários, coexistentes com o próprio capitalismo.

Os sistemas anteriores estavam inseridos nas relações sociais e só a partir do capitalismo hegemónico é que ocorreu uma mudança profunda, quando as relações económicas passaram a ser definidoras das relações sociais. Com a “grande transformação” (Polanyi, 2016 [1944]) ocorrida a partir do século XVIII “o capitalismo tornou invisíveis as normas sociais e obrigações comunais de reciprocidade e redistribuição - que, até então na história humana haviam sido (...) muito mais frequentes do que as relações de mercado” (Cunha & Mendonça, 2011: 27), acabando por substituí-las quase por completo. Polanyi identifica como princípios basilares do comportamento económico, para além do princípio do mercado, o princípio da domesticidade, assumida como economia doméstica, não monetária e não mercantil; o princípio da reciprocidade, caracterizado pela entreatajuda; e, por fim, o princípio da redistribuição de recursos, assegurada por uma autoridade central (Polanyi, 2016 [1944]), abrindo assim caminho a uma conceção da economia plural e incrustada no tecido cultural, social e político e simultaneamente recusando uma conceção que tem apenas em conta o mercado, supostamente autorregulado e com intervenção estatal mínima, referem Jean-Michel Servet, Jérôme Maucourant, & André Tiran (1988).

Os princípios económicos identificados por Polanyi, isto é, o mercado, a reciprocidade, a redistribuição e a domesticidade não constituem modos sucessivos e alternativos de circulação dos produtos, assinala José Luis Coraggio ao afirmar que “o processo económico integra-se em formações económico-sociais que combinam uma pluralidade de modos de produção e reprodução” (2015:77). Esta conceção substantiva de economia permite vislumbrar todo o imenso conjunto de atividades económicas que não se inscrevem no leque

de atividades que a economia capitalista reconhece, mas que são fundamentais à sua sobrevivência, como as economias feministas analisadas no capítulo anterior tornaram evidente.

Na imagem de um *iceberg* com as “outras economias” que existem para além da economia capitalista, proposta por Gibson-Graham (2013), o que fica acima da linha de água ilustra bem a magnitude da invisibilidade submergida. Essas “outras economias” correspondem a todo um conjunto muito vasto de trocas económicas diárias, correspondentes à parte invisível do *iceberg*, com uma diversidade tão ampla que vai da produção doméstica até ao trabalho ilegal. Acima da linha de água apenas está visível o modo capitalista de organizar a economia.



Im. 1 (esq.): Iceberg das economias diversas de Gibson-Graham redesenhado por James Langdon³⁶

Im. 2 (dir.): Iceberg *Redrawing The Economy*, que mapeia economias de comunidades específicas³⁷

Gibson-Graham defendem que “duvidar da identidade de uma economia singularmente capitalista faz desaparecer a globalização como único processo económico

³⁶ A imagem da esquerda “Economic meltdown, or what an iceberg can tell us about the economy” corresponde à versão do iceberg das economias diversas de Gibson-Graham redesenhada por James Langdon para a exposição do primeiro “Trade Show” realizado em Birmingham, em 2013. Disponível em <http://communityeconomies.org/resources/diverse-economies-iceberg-trade-show-english>

Mais informação sobre o Trade Show disponíveis em <http://trade-show.info/>

³⁷ A imagem da direita faz parte da iniciativa “Redrawing The Economy”, um programa que mapeia e representa as diversas economias de comunidades específicas, com o objetivo de trabalhar com elas, para que possam desenvolver as narrativas e representações das suas próprias práticas económicas. Disponível em <https://redrawingtheeconomy.info/about/>

que faz sentido” (2002:32) e propõem a criação do conceito de “economias diversas”, onde as atividades não capitalistas passam a ser visíveis e viáveis no plano económico, argumentando que a imensa variedade de modos de produção e transação de bens e serviços revela que os processos do mercado capitalista correspondem apenas à ponta desse complexo *iceberg* (2002:16). Para as autoras “o objetivo de ler a paisagem em busca de diferenças económicas não consiste apenas em destacar todos aqueles locais ‘silenciosos’ ou ‘invisíveis’ e formas de trabalho cuja efetividade na ‘economia’ são geralmente ignorados, mas também para mostrar como essas formas de trabalho interagem e produzem paralelamente trabalho assalariado e produção capitalista” (2002:18). Trata-se de um prisma que não só contraria a representação hegemónica como contribui para criar uma visão mais empoderadora das comunidades e para “cultivar a receptividade a novos devires” (2002:20). A ideia de economias invisibilizadas, abaixo da linha de água do *iceberg* de Gibson-Graham, são assim concretizadas:

o conceito de uma economia diversificada exige uma visão de uma paisagem económica não capitalista imensamente diversificada que não é menos global em extensão do que o capitalismo. Os seus canais de energia global são muitos mercados diferentes e trocas não mercantis, formas de empresa e meios de subsistência. (2002:32)

Em consonância com esta aceção, o trabalho de mapeamento realizado na Catalunha por Joana Conill (2013) mostra que essas práticas existem mas, para que as consigamos ver é necessário que alteremos o nosso olhar e o ponto de vista a partir do qual as pretendemos descobrir. As “outras economias” sobrevivem no espaço capitalista e podem corresponder a atividades tão diversas como novas iniciativas de cogestão que emergiram de uma vontade transformadora e anticapitalista, de atividades quotidianas que sustentam e tornam possível a vida, como o cuidado ou práticas de reciprocidade ancestrais, bem patentes, por exemplo, no espaço rural. A “outras economias” constituem modos de viver, produzir ou consumir cujos objetivos são distintos daqueles que presidem ao capitalismo e à busca do lucro, o que nos leva a deixar fora desta noção a economia de plataformas ou a economia colaborativa *uberizada*.

Estas economias correspondem a uma proposta alternativa à economia hegemónica que Aline Mendonça considera “pautada pelo modo de produção capitalista, construída com bases no individualismo, na desigualdade, na competitividade e na exploração do trabalho” (2019:16). A autora assinala que a construção de uma proposta contra-hegemónica significa o reconhecimento social e político de outras formas de produzir e viver e também o reconhecimento ao nível epistemológico. Argumenta que “há uma carência teórica e epistemológica para se compreender práticas económicas consideradas ‘marginalizadas’. Pois as experiências das outras economias não só são invisibilizadas no plano empírico, mas

também no plano epistemológico” (Mendonça, 2019:25). Para a sociologia das ausências, proposta por Boaventura de Sousa Santos (2002) trata-se da invisibilidade que recai sobre as formas de conhecimentos não convencionais.

A complexidade e a diversidade da proposta formulada pelo conceito de “outras economias” ancora-se numa perspectiva que assenta no princípio da reprodução ampliada da vida, noção cunhada por José Luis Coraggio que com ela fez um contraponto à noção marxista de reprodução ampliada do capital. O conceito de Coraggio é um princípio ético onde, segundo afirma, “o objetivo da organização e institucionalização das práticas económicas é alcançar o sustento de todos os seres humanos, segundo a definição historicamente situada de necessidades e desejos legítimos da vida digna que uma sociedade proporciona” (Coraggio, 2015:75-76). Assim, a noção de reprodução ampliada da vida descreve “processos e práticas que, para além da satisfação de necessidades básicas, no sentido de recriação das condições do chamado ‘trabalho produtivo’, também visam a melhoria generalizada e contínua da qualidade de vida de todos os membros” (Mendonça, 2019:20). Coraggio partiu do questionamento relativo às categorias em torno das quais é possível organizar os conceitos e as propostas de ação que rejeitam a acumulação de capital como finalidade, o que “implica colocar no centro a reprodução da vida, que em termos económicos foi geralmente teorizada como consumo de mercadorias e entendida como subproduto automático de uma acumulação que não reconhece sentidos exteriores a si mesma” (1998: 64). A noção de reprodução ampliada da vida dá conta das atividades que respeitam à satisfação de necessidades básicas (o dito “trabalho produtivo”) mas também de todas aquelas que se centram na criação de bem estar. Inclui atividades de produção e de reprodução, nomeadamente as que estão fora da economia mercantil, como as realizadas em casa, as atividades culturais e recreativas, etc., bastante evidenciadas pelas economias feministas, como referem Hespanha e Lucas dos Santos:

Vários aspetos da (re)produção social, de indiscutível relevância para o pleno funcionamento não só das engrenagens da produção capitalista mas também da organização mais ampla da vida material, têm sido reiteradamente subestimados, a exemplo do trabalho feminino não pago e das tarefas relativas ao cuidado. A economia feminista tem propiciado, neste sentido, análises contextuais importantes. Dão visibilidade ao que a Economia mainstream insiste em ignorar” (2016:30).

A noção de outras economias é um campo em disputa, tal como o termo economia, cuja apropriação ilegítima deve ser rejeitada, como propõe Conill (2013), ao assumir que a economia não é neutra: é antes um veículo de valores. A economia, tal como a “sustentabilidade”, o “verde” ou o “eco” assume diferentes significados que refletem lutas de poder e concepções do mundo diversas. Destaca-se o conceito de sustentabilidade, que

remetia para um equilíbrio entre a ação humana e as restantes espécies e que viu o seu significado inicial ser capturado, passando a designar realidades tão distintas como a sustentabilidade dos negócios, na lógica da sua continuidade, ou a estratégia comercial de um produto, que se rotula como 100% sustentável, visando atrair clientela. Ainda que possa ser importante lutar pelas palavras e desmontar significados enganadores, o uso de muitos termos passa a exigir uma clarificação etimológica mais cuidadosa.

4.3. Ecosistema de economias transformadoras

A noção de economias transformadoras é definida por Álvaro Porro³⁸ numa entrevista coletiva com Amaia Pérez Orozco e Silvia Piris como ecossistema de práticas económicas que se afastam do modelo da economia convencional por colocarem no centro da sua ação outros elementos que não o lucro (Pérez Orozco, Piris & Porro, 2020). A grande diversidade de economias transformadoras constitui para Álvaro Porro um ecossistema amplo “onde existem realidades muito antigas e relativamente sólidas, ou pelo menos com atores com relativa solidez económica e financeira, e realidades mais recentes ou mais desmonetarizadas, na fronteira do que comumente entendemos por economia, que é difícil definir, mas que fornece sem dúvida práticas transformadoras” (Pérez Orozco et al., 2020). Este autor destaca ainda o contributo das economias transformadoras para o bem comum, por constituírem práticas que incorporam de modo mais evidente a dimensão invisível da economia, por tenderem a gerar uma repartição da riqueza e uma maior democracia na tomada de decisões.

Estas economias não correspondem a um resquíio ou a um campo onde se acantonam pessoas sonhadoras e irrealistas, são antes economias emergentes e que têm vindo a ganhar dimensão. Joana Conill (2013) conclui através de uma investigação na Catalunha que se compararmos o crescimento atual desta economia com aquele que foi registado nos anos 1990, é claro que atualmente ele tem um ritmo muito intenso. Ainda que estas práticas não tenham nascido com a crise de 2008, pois têm atrás de si uma história que pode chegar a ser centenária, a partir dessa data foram alvo de um crescente interesse, o que leva Sánchez Hernández a concluir que “estamos perante um campo de investigação emergente e não perante a preocupação de uns poucos excêntricos antissistema” (2017: 24).

³⁸ Entrevista coletiva com Álvaro Porro, Amaia Pérez Orozco e Silvia Piris. Disponível em <https://www.economiasolidaria.org/noticias/una-economia-con-mas-economias-transformadoras-tiene-mas-resiliencia-en-terminos-de/>

O crescimento destas economias ganhou reconhecimento com o Fórum Social Mundial das Economias Transformadoras³⁹, um Fórum Social Mundial temático realizado em Barcelona em 2020, que se assumiu como espaço de confluência entre economias que se constituem enquanto alternativas ao capitalismo. Este evento teve por objetivo central reunir movimentos e iniciativas locais que colocam a vida no centro da sua ação e que compõem uma economia plural. No coração destas economias transformadoras, o Fórum situou quatro movimentos: a economia social e solidária; os bens comuns (urbanos, naturais e digitais); as economias feministas; e a agroecologia e segurança alimentar.

A criação de uma tipologia organizadora das iniciativas que propõem outras economias de base não capitalista é complexa pela imensa diversidade de práticas que existem, pelas combinações que estabelecem entre si e pelas diferentes intensidades com que estão presentes alguns princípios e valores. Sánchez Hernández (2017) num trabalho de investigação sobre práticas económicas alternativas em cidades espanholas identificou cerca de sessenta modalidades diferentes que dizem respeito a formas não convencionais de organizar a atividade económica, o que dá conta desta enorme diversidade.

Álvaro Porro ilustra graficamente⁴⁰ o potencial transformador destas economias a partir de dois eixos ao longo dos quais é possível situar as diversas propostas: o compromisso ecossocial e as relações de poder.

³⁹ Ver <https://transformadora.org/es/economias-transformadoras>

⁴⁰ Retirado de

https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/news_attachments/Alvaro%20Porro%20-%20BCN-Presentaci%C3%B3n%20Comisionado_Punto%20de%20situaci%C3%B3n%20%28castell%C3%A0%29.pdf

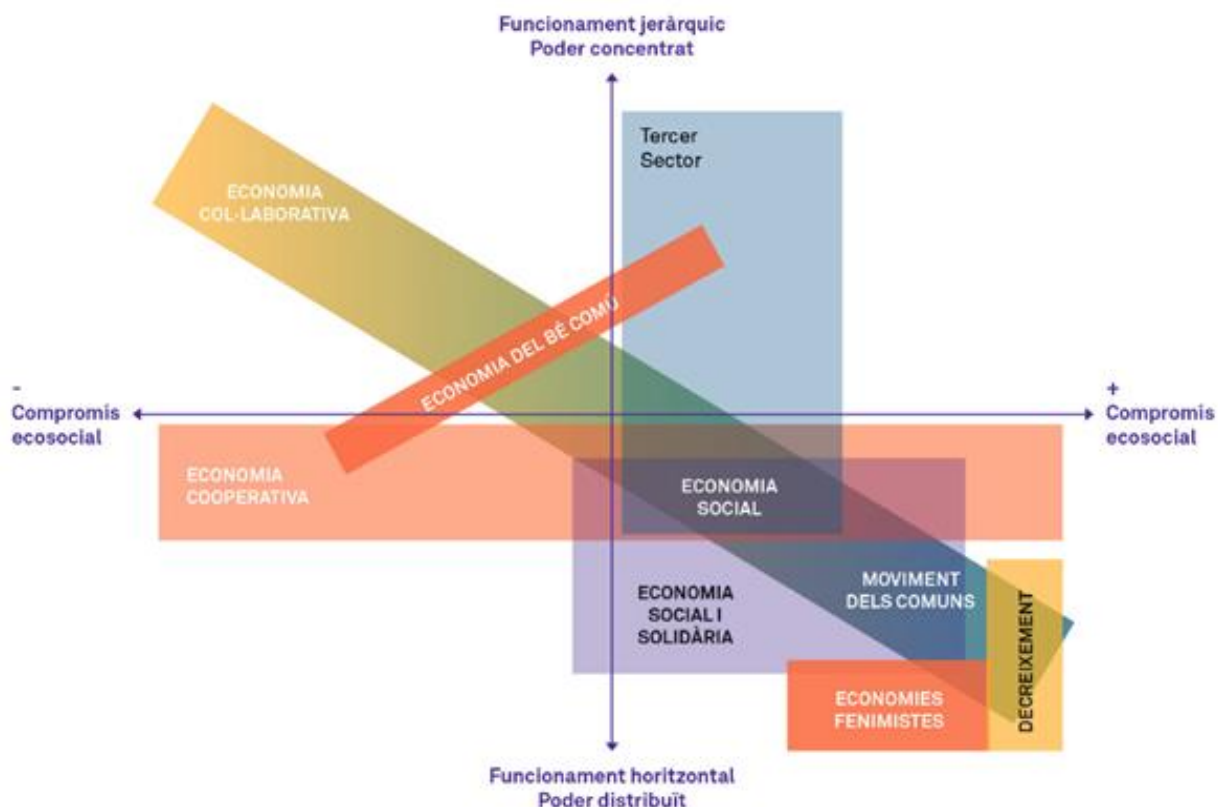


Gráfico 1: Compromisso ecossocial e relações de poder. Fonte: Porro, A. e Ajuntament de Barcelona (2018). Punto de Situación. Comissionat d’Economia Social, Desenvolupament Local i Consum.

O compromisso ecossocial, um dos eixos do gráfico, corresponde à minimização ou internalização do impacto social e ecológico da atividade produtiva. As relações de poder, situadas no eixo vertical, dizem respeito ao grau de horizontalidade relacional e de democracia das iniciativas. Ainda que os dois eixos escolhidos pudessem eventualmente ser outros, esta proposta permite clarificar as principais tensões e diferenças que atravessam as famílias das economias transformadoras em geral, e das iniciativas locais que nelas se podem inscrever.

A economia colaborativa ou da partilha, que atravessa diagonalmente o gráfico, corresponde a um amplo leque de atividades onde podem caber iniciativas tão diversas como projetos de bairro, a *UBER* ou a wikipédia, nem todos enquadráveis no campo das alternativas de transformação social. Porro considera que as economias colaborativas representam o “universo de projetos, empresas, comunidades e plataformas, quase sempre de base digital, que permitem partilhar (*sharingeconomy*) e trocar mas também vender ou alugar objetos, serviços, conhecimentos quer entre indivíduos quer entre empresas e consumidores” (Porro, 2016:2). Correspondem a uma das economias transformadoras mais conhecidas e mais polémicas.

A economia cooperativa nesta representação surge como um chapéu que abriga iniciativas muito diversas, nem todas seguindo princípios solidários, nem formando sempre alternativas não capitalistas. São organizações onde a distribuição de poder formalmente é mais horizontal, já que cada membro tem direito a apenas um voto, independentemente do capital social que subscreveu. Podem tratar-se de cooperativas de produção agrícola, consumo, habitação, ou outras, já que em qualquer setor de atividade é possível criar uma entidade com esta natureza jurídica.

Ainda no quadrante superior do gráfico, surge a economia do bem comum, que pode dizer apenas respeito à responsabilidade social empresarial. Esta economia não dá ênfase à distribuição de bens ou de poder e a sua força reside no compromisso que estabelece em termos do seu impacto social e ecológico, umas vezes mais orientado por princípios e valores, outras por estratégias de marketing.

No quadrante superior direito do gráfico surge o terceiro setor, que analisaremos mais adiante, caracterizado pelo seu forte compromisso social e por relações de poder tendencialmente mais concentradas. No quadrante inferior temos a economia social, sobre a qual também nos deteremos na secção seguinte, que corresponde maioritariamente a organizações vocacionadas para o apoio a pessoas e grupos em situação de exclusão ou vulnerabilidade. Porro (2016) vê nestas iniciativas económicas um impacto social positivo em áreas complexas e uma articulação forte com o Estado, o que acaba por constituir também um ponto fraco, pela maior dependência económica que se estabelece face a ele.

No quadrante inferior direito, com relações de poder mais distribuídas e com um compromisso ecosocial acentuado, Álvaro Porro (2018) coloca a economia social e solidária, o movimento dos *comuns*, as economias feministas e o decrescimento. Analisamos na próxima secção a diferença terminológica entre economia social, solidária e terceiro setor. Já referimos o movimento dos *comuns* no capítulo 1, ainda que sem detalhe significativo porque não é o foco desta tese, e dedicámos os capítulos 2 e 3 respetivamente, ao decrescimento e às economias feministas, temas centrais nesta tese.

4.4. Terceiro Setor, Economia Social e Economia Solidária

O campo das alternativas é rico e plural, o que possivelmente contribuirá para a diversidade terminológica com que é referido. Ainda que frequentemente se encontrem de modo indiscriminado várias designações, há diferenças que têm por base princípios, valores e também práticas distintas, que se estruturam a partir de contextos sócio-históricos

específicos e que constituem formas económicas que se regem por aquilo que Polanyi (2016 [1944]) identifica como outros princípios que presidem às relações económicas, para além do mercado, nomeadamente a reciprocidade e a redistribuição.

Abordamos em seguida as noções de terceiro setor, economia social e economia solidária, por serem as mais usadas no contexto português e por existir um debate aceso sobre as suas diferentes visões da transformação social. Acresce que há conceitos como terceiro setor, que assumem significados diversos, consoante nos estejamos a referir ao contexto europeu (excetuando o Reino Unido) ou ao contexto anglo-saxónico, o que adensa as dificuldades terminológicas. Designações como organizações do terceiro setor, organizações sem fins lucrativos, organizações da sociedade civil, economia social, e mais recentemente, economia social e solidária (Franco, 2004), embora não sejam equivalentes, têm também pontos de contato significativos.

4.4.1. Terceiro Setor

O conceito de “terceiro setor” tem raízes na tradição anglo-saxónica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia, e corresponde ao espaço intersticial entre o Estado e o mercado, uma zona preenchida por um tecido organizacional que partilha a ausência de finalidades lucrativas. Sílvia Ferreira delimita deste modo o termo terceiro setor:

Uma definição usada para descrever um conjunto de relações sociais diferentes das do Estado e do mercado. Como tal, é uma definição relacional que também depende das mudanças na natureza do Estado e das forças de mercado. É aplicado frequentemente a uma grande variedade de iniciativas, como organizações de caridade, associações, fundações, grupos de auto-ajuda, iniciativas populares de base, redes e movimentos sociais, mutualidades, cooperativas, empresas sociais e outras. (Ferreira, 2009b: X)

Para Jean-Louis Laville o terceiro setor é “influenciado pela configuração americana do setor, com uma discriminação positiva a favor da filantropia, uma estruturação em torno da obrigação de não distribuição de excedentes e um papel forte das fundações que beneficiam de grandes incentivos fiscais” (2018:213). Assume assim um papel considerado supletivo e o seu campo de atuação, pese embora o facto de se situar numa área que fica fora das esferas do Estado e do mercado, é-lhes subordinado na medida em que se organiza no sentido de colmatar as suas insuficiências.

Sobre este conceito repousam significados não homogéneos, referindo Laville (2018) que “em França esta noção evoca uma reforma social suscetível de restaurar uma coesão social ameaçada. Noutros países a expressão não designa um projeto de mudança, mas sim

uma realidade observável que corresponde a um setor de atividade definido pela negativa: nem capitalista, nem estatal” (2018:183).

Com origem nos Estados Unidos da América, este conceito começou a internacionalizar-se a partir dos anos 1990, sobretudo devido ao estudo comparativo sobre o setor não-lucrativo realizado pela The John Hopkins University (Vieira et al., 2017). O estudo abrangeu 37 países e forneceu uma ampla base de dados (Laville, 2018), permitindo comparações internacionais e conferindo maior visibilidade a este tecido organizacional, ao mostrar o respetivo impacto em termos de emprego e de trabalho voluntário, entre outros indicadores. A abordagem económica ao terceiro setor teve um contributo importante no seu reconhecimento, enquanto possibilidade de construção de soluções para além do mercado.

Os critérios definidos para a delimitação do universo de associações a incluir no estudo sobre o terceiro setor da Johns Hopkins, que em Portugal foi coordenado por Raquel Campos Franco foram: (a) serem entidades com carácter organizado, isto é, com alguma realidade institucional, o que numa fase inicial pode não corresponder a uma formalização jurídica (Franco, 2004); (b) tratar-se de organizações privadas e independentes dos governos, o que não as impede de poder receber apoios públicos, nomeadamente financeiros; e (c) não existir distribuição de lucros, uma das cláusulas que gerou maiores dúvidas, devido à existência de cooperativas e mutualidades.

Estas organizações, considera Raquel Franco (2004), podem gerar lucros com a sua atividade mas estes terão de ser reinvestidos no exercício da sua missão; são autogovernadas, ou seja, possuem procedimentos de governação próprios, não podendo ser controladas por entidades exteriores e; comportam um nível de participação voluntária, quer em termos de doação de tempo, quer de dinheiro (Cf. Laville, 2018; França Filho, 2002; e Franco, 2004). Fora do conceito de terceiro setor ficaram as organizações com fins lucrativos e as organizações políticas, no sentido estrito do termo - os partidos políticos, e as confessionais, excluindo-se qualquer tipo de organização religiosa (França Filho, 2002:10).

As principais dúvidas face a esta noção decorrem da grande diferença entre o contexto europeu (com exceção do Reino Unido) e os Estados Unidos da América. Na Europa, o terceiro setor está muito ligado a organizações historicamente importantes, como é o caso das cooperativas e das mutualidades (Vieira et al., 2017), que podem ficar excluídas desta definição pelo facto de não cumprirem a regra de ausência de finalidades lucrativas, ao contrário dos EUA, onde as fundações têm um peso muito significativo.

Porém, as cooperativas⁴¹, ainda que possam distribuir excedentes pelos seus membros, não perseguem o objetivo de maximização do lucro, o que aliás está patente na regra que define que cada membro tem direito a um voto, independentemente do capital social detido. Acresce ainda, no caso português relativo às cooperativas de solidariedade social, a obrigatoriedade de os excedentes reverterem para as suas reservas. A crítica à noção de terceiro setor avançada pelo estudo da Johns Hopkins, segundo Raquel Franco (2004) “centra-se sobretudo na universalidade da aplicação da definição e na sua incapacidade para abarcar a diversidade institucional de períodos anteriores” (2004: 15), já que a história destas organizações na Europa está indelevelmente marcada pelo mutualismo e pelo cooperativismo. A adoção da não-lucratividade como critério de pertença ao setor tornou a designação por vezes problemática, não apenas em Portugal como também na União Europeia, pelo facto de considerar os excedentes das cooperativas equivalentes a lucros, seguindo a via anglo-saxónica e excluindo desta forma uma família muito relevante (Namorado, 2017).

Outra crítica frequente à ideia de terceiro setor como parte do campo das alternativas reside no seu carácter filantrópico associado à sociedade civil que deixa de fora a dimensão política das organizações. O facto de se tratar de uma perspectiva de solidariedade muito marcada pelas ideias de filantropia e de caridade não tem em conta formas de solidariedade bem distintas, como são, por exemplo, a ajuda mútua e a reciprocidade. Laville destaca que as principais críticas à noção de terceiro setor se opõem “tanto à mitificação liberal de uma sociedade civil movida pela mera compaixão e ignorante dos direitos, como a um estatismo social que se revela inapto para consolidar sozinho a vontade de um ‘viver juntos’ ” (Laville, 2018:210). Esta crítica problematiza e relativiza também a ideia de que a não lucratividade que o terceiro setor adota constitua o fundamento em que se baseia a opção do público pelos serviços destas organizações, pois supostamente seria ela a base para a confiança da relação entre as partes (Laville, 2004; 2018). Especialmente nas tarefas relativas aos cuidados pessoais, a ausência de interesse lucrativo garantiria que estas funções, onde o conteúdo relacional é de extrema importância, pudessem ser realizadas sem a pressão da rentabilidade que caracteriza uma prestação no âmbito do mercado. Laville (2018) mostra que para além do critério da não lucratividade como base para a relação de confiança, existem outros dispositivos (códigos de ética, certificações, etc.), porém, as relações interpessoais que se estabelecem podem ser mais eficazes que quaisquer normativos abstratos.

⁴¹ Em Portugal existe a CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, que, entre outras atribuições, fiscaliza a utilização da forma cooperativa pelo setor, nomeadamente a observância dos princípios e normas relativos à sua constituição e funcionamento. Ver <https://www.cases.pt/>

A separação entre Estado, mercado e terceiro setor pressupõe também que seja estabelecida entre estes uma hierarquia, na qual o terceiro setor tem o papel menos valorizado e só intervém na impossibilidade do Estado e do mercado oferecerem soluções adequadas. Os dois primeiros seriam os pilares da sociedade e o terceiro setor assumiria um carácter complementar. Laville assinala que de um ponto de vista político, a concetualização em torno de três setores permite criar aquilo que designa por “versão funcional e pacificada das relações entre o mercado, o estado e as associações” (2004:11), embora alerte para a possibilidade desta concetualização servir de justificação ao recuo do Estado através do setor não lucrativo.

Neste sentido, a distinção central entre economia social e setor não-lucrativo estrutura-se a partir do facto de o terceiro setor não incluir as cooperativas e as mutualidades, enquanto a economia social as acolhe através do estabelecimento de limites quer à distribuição dos lucros, quer ao poder dos detentores do capital. Tal distinção é também assumida por Jacques Defourny quando sublinha que a noção de economia social é mais ampla “pois não exclui a busca de lucro se a sua alocação e os modos de gestão da empresa forem não-capitalistas” (Defourny, 2009:160).

Elizabeth Santos et al. distinguem entre estas duas realidades: “enquanto no conceito de economia social a dimensão democrática e participativa das organizações é uma dimensão-chave, no caso da definição do setor não lucrativo esta está ausente. A dimensão política no setor não lucrativo surge no conceito de sociedade civil, mas na perspetiva do papel das organizações na sociedade, mais do que na governação interna” (2015:35).

Apesar das questões que possam surgir em torno da eventual penetração da lógica mercantil no terceiro setor, que aliás se estende a outras esferas, Sílvia Ferreira considera que “faz sentido reter o conceito de terceiro setor e a heterogeneidade que ele descreve, como indicação das limitações da dicotomia mercado/Estado e como o ‘outro’ que existe juntamente e em inter-relação com estas e outras racionalidades” (2009b:10).

4.4.2. Economia Social e Economia Solidária

No contexto português, a expressão que prevaleceu e que acabou consagrada no quadro legislativo nacional, nomeadamente através da lei de bases da economia social (2013), foi a designação de economia social que passamos a apresentar.

A economia social tem raízes europeias, preponderantemente francesas, e o seu surgimento geralmente é situado no século XIX, quando a Europa debatia “a questão social” e quando “a compatibilidade entre cidadania e desenvolvimento económico foi, por conseguinte, o objeto de debates apaixonados nos quais se inscrevem as emergências associativas” (Laville, 2004:12). Defourny (2009) sublinha que a economia social moderna

se forjou na Europa por via do cruzamento entre as grandes ideologias do século XIX. A ideia de proteção social na Europa nasceu muito ligada ao associativismo operário do século XIX e às suas dinâmicas de resistência que criaram experiências solidárias de ajuda mútua (o mutualismo), cooperação e associação, onde esteve sempre patente a recusa da desincrustação do económico face às outras dimensões da vida. Associado a essas práticas existia uma vontade política e um simbolismo que França Filho descreve desta forma:

Um ideal de transformação social que não passava pela tomada do poder político via aparelho do Estado – mas pela possibilidade de multiplicação das experiências, com isso colocando o horizonte de construção de uma hegemonia no próprio modo como se operava a economia, isto é, no modo como se reproduziam as condições de produção. (França Filho, 2002:12).

Na segunda metade do século XIX e na passagem para o século XX surgiram estatutos específicos (cooperativa, mutualista e associação) que viriam a traduzir-se também numa fragmentação da economia social, gerando formas de isolamento em torno da especificidade estatutária e, em simultâneo, favorecendo a integração no sistema económico dominante. Neste processo, o primado da dimensão política transformadora ligada ao movimento operário inicial foi cedendo muitas vezes lugar a uma dimensão mais funcional e a especialidades técnico-operativas. Desta forma, assinala França Filho:

A perspectiva de uma economia solidária desaparece assim num primeiro e longo momento, assistindo-se ao desenvolvimento, no seu lugar, de uma economia social que se torna altamente institucionalizada ao longo do século XX – seu papel praticamente se limita àquele de uma espécie de apêndice do aparelho do Estado. (2002:13)

A economia social inscreve-se numa racionalidade económica plural. Para Silvia Ferreira ela faz parte de um conjunto de conceitos que apontam para outras economias e que contrariam a ideia de que existe apenas um tipo único de relações económicas. Esse conjunto de conceitos inclui:

relações sociais de produção ou troca, organizações, racionalidades e princípios de ação nos quais predomina a actividade económica que não tem como objectivo principal o lucro mas, sim, o benefício de um grupo social ou da sociedade (utilidade social), em que se valoriza a cooperação e o colectivo, e não a concorrência e o individualismo, se incorporam princípios de participação, bem como o princípio democrático de uma pessoa, um voto, e onde o poder de decisão não depende da quota de capital detido. (Ferreira, 2009a:1)

A economia social corresponde a um espaço socioeconómico formado por um tecido de organizações que não fazem parte do Estado, nem são por ele protagonizadas e também

não são determinadas pela lógica capitalista do lucro. Rui Namorado defende que a economia social só poderá tornar-se uma força transformadora se afirmar uma visão do mundo autónoma e uma narrativa pós-capitalista que “articulará necessariamente organizações, práticas sociais e ideias, tributárias de uma lógica comum e de valores partilhados, de uma síntese das lógicas alternativas que têm resistido ao capitalismo” (Namorado, 2017:18).

Em Portugal, a Lei de bases da economia social (Lei n.º 30/2013) aprovada a 8 de maio de 2013 veio estabelecer formalmente, através do seu artigo 4º, a tipologia de organizações que são parte integrante da economia social:

Integram a economia social as seguintes entidades, desde que abrangidas pelo ordenamento jurídico português: a) As cooperativas; b) As associações mutualistas; c) As misericórdias; d) As fundações; e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no setor cooperativo e social; h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.⁴²

Esta Lei estabelece como condições para atribuição do estatuto de economia social a existência de personalidade jurídica e a inscrição na base de dados da economia social gerida pela CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (Hespanha et al., 2016), o que se afigura limitativo para a inclusão das inúmeras iniciativas, nomeadamente da economia solidária, que não estão formalizadas.

O conceito de economia social definido pelo CNES - Conselho Nacional para a Economia Social, um órgão consultivo de avaliação e acompanhamento das políticas ligadas à dinamização da economia social portuguesa, segue a mesma linha e é assim formulado:

O conjunto das empresas de livre adesão e autonomia de decisão, democraticamente organizadas, com personalidade jurídica própria, criadas para satisfazer as necessidades dos seus membros no mercado, produzindo bens e serviços, e nas quais a eventual distribuição dos excedentes de exercício e a tomada de decisões não estão ligadas ao capital individual dos membros, que terão um voto cada. Nela se incluem, designadamente, Cooperativas, Mutualidades, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias, Associações de Desenvolvimento Local e Regional e as Fundações, bem como empresas sociais e entidades voluntárias não lucrativas que produzam serviços de não mercado para as famílias, e cujos

⁴² Disponível em <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/05/08800/0272702728.pdf>

eventuais excedentes não podem ser apropriados pelos agentes económicos que as criaram, controlam ou financiam.⁴³

Hespanha e Lucas dos Santos (2016) associam as razões do maior reconhecimento institucional da economia social “à sua função complementar e substitutiva do Estado Social num contexto em que este sofre, por toda a parte, um processo de reforma que procura reduzir o peso da despesa social pública e o papel do Estado na proteção social” (2016:53). Para os autores, este processo torna as organizações da economia social paulatinamente mais próximas da função de produção de serviços - equivalentes a serviços sociais públicos - que o Estado Social garante aos cidadãos mas que não produz de modo direto.

A economia social corresponde ao campo da atividade económica que se distingue simultaneamente do Estado, pelo seu carácter privado, e das empresas capitalistas, pelos seus valores e finalidades. Mas, ao invés de situar como critério de inclusão a vertente não lucrativa, como ocorre na conceção de terceiro setor, centra-se na especificidade relativa à distribuição do lucro que é limitada e onde “o critério discriminante passa a ser a existência de limites à apropriação privada dos benefícios gerados pela atividade, distinguindo assim as organizações de economia social das outras organizações produtivas (Laville, 2018:213).

Defourny (2009) no verbete do *Dicionário Internacional da Outra Economia* refere que a economia social remete para as atividades económicas que buscam articular democracia económica e utilidade social e agrega a esta definição a ideia de solidariedade. Porém, a ideia de solidariedade que aqui surge é distinta, como veremos adiante, daquela que propõe a economia solidária porque não é baseada em relações simétricas, mas antes em valores como a caridade, o altruísmo ou a filantropia (Hespanha e Lucas dos Santos, 2016).

A conceção de economia social na Europa, excluindo o Reino Unido, é diferente da estabelecida no mundo anglo-saxónico e concede um lugar estruturante a uma noção de associativismo fortemente ligado à esfera pública. Uma das originalidades europeias identificadas por Laville (2004) reside na interdependência entre a ação associativa e a ação pública. A partir deste ponto de vista é reconhecido que as organizações de carácter associativo, para além de produzirem bens e serviços, são também importantes do ponto de vista da coordenação quer social quer política e desempenham um papel importante na democracia. Para Laville “uma visão estritamente setorial esquece a dimensão intermediária das associações que podem ser abordadas como espaços que operam na passagem da esfera privada para a esfera pública” (Laville, 2004:13).

A economia social não corresponde de forma alguma a uma categoria homogénea, o que é também patente na diversidade de setores de atividade e de formas jurídicas que

⁴³ Retirado de: <https://cnes.org.pt/index/economia>

íntegra e, como afirma Defourny, onde “foram frequentemente os seus êxitos e o seu crescimento que engendraram uma necessidade maior de institucionalização, questionando algumas vezes, mas nem sempre, os princípios fundadores” (2009: 159). Ela constitui, na aceção de Rui Namorado (2017), uma galáxia animada por três energias distintas: cooperação, reciprocidade e solidariedade, que estão presentes com intensidades diversas em cada uma das suas constelações: cooperativas, mutualistas e solidárias.

A economia social, tal como as práticas económicas que não se centram no lucro, desenvolve-se num contexto adverso onde predomina uma lógica capitalista, o que se traduz numa posição de subalternidade no seio do sistema. Esta subalternidade não é equivalente a qualquer inferioridade, mas antes a uma subordinação que ocorre no quadro da relação de forças que se estabelece, o que leva Namorado a argumentar que “esta lógica implica a existência de uma pressão constante sobre a economia social, no sentido quer de a circunscrever para impedir o seu reforço, quer de a instrumentalizar para a sujeitar a um papel de auxiliar menor na conservação do sistema dominante” (2017:13), ou seja, de a reduzir a uma função compensatória face às consequências mais nefastas do capitalismo. Esta tensão está patente, como veremos em seguida, no debate que distingue a economia solidária da economia social, em que esta última, por via da forte institucionalização através das instituições particulares de solidariedade social, conhecidas pelo acrónimo IPSS, ter acabado por se afastar de um papel transformador e acomodar-se a uma lógica mais acrítica face ao capitalismo. Sílvia Ferreira destaca que em Portugal “é inegável o peso das organizações que prestam serviços sociais de carácter semipúblico, de tal modo que, quando se fala em terceiro setor em Portugal, a leitura geral tende a reduzir este às Instituições Particulares de Solidariedade Social” (2009a:3). Porém, a autora faz notar que existem outros subsectores importantes neste campo, como bombeiros voluntários, coletividades de cultura e recreio, associações de desenvolvimento local, entre outros.

Há um amplo debate sobre as diferenças entre o campo dito social, mais institucionalizado e frequentemente associado a uma perspectiva assistencialista, e o campo solidário, com uma perspectiva mais transformadora e emancipatória. Rui Namorado assume uma posição que privilegia o estabelecimento de pontes entre perspectivas distintas, ao invés de reforçar as diferenciações cuja existência também reconhece. Assinala que “quanto à solidariedade, ou seja, ao apoio dado a quem dele carece, sem o basear em contrapartidas, ela pode ser encarada predominantemente como projeção natural de uma fraternidade vivida, ou como manifestação de uma caridade praticada” (2017:6).

A heterogeneidade e a fragmentação que existe neste campo está patente na sua organização em redes setoriais ou mesmo subsetoriais, que tornam mais difícil que se possa constituir como ator relevante. Ferreira defende que de um ponto de vista estratégico é importante continuar a identificar as práticas e ideias específicas nas organizações da

economia social, mas que também é importante dar conta da crescente hibridização das sociedades (Ferreira, 2009a:3).

Concluimos considerando a importância do estabelecimento de diálogos para uma resistência transformadora que possa ser protagonizada por estas organizações, sejam de pendor mais assistencialista ou mais solidário, porque, apesar de diversas entre si, regem-se por princípios e por lógicas diferentes daqueles que norteiam as empresas capitalistas e constituem o que podemos designar, na aceção de Namorado por “prenúncio de uma possível metamorfose futura que fará sair a sociedade do capitalismo, abrindo as portas a um pós-capitalismo no qual as organizações hoje subalternas encontrarão espaço para um desabrochar pleno da sua identidade” (2017:13).

Abordamos em seguida a noção de economia solidária, a partir dos pontos de confluência e também das dissensões com a economia social.

A partir do dualismo entre solidariedade e caridade, a expressão “economia solidária” foi ganhando relevância, traduzindo-se numa perspetiva distinta e por vezes oposta à da economia social. Hespanha e Lucas dos Santos desenham o conceito desta forma:

A Economia Solidária particulariza-se por enfatizar as iniciativas económicas coletivas (formais ou não), caracterizadas pela autogestão, pelo trabalho associado e pela solidariedade – entendida aqui não como relação desigual de ajuda, mas como redistribuição equitativa de oportunidades, bens e resultados. (Hespanha e Lucas dos Santos, 2016:26)

A economia solidária refere-se a um conjunto de práticas económicas que se distinguem da perspetiva individualista da empresa, onde a valorização do capital se sobrepõe à valorização das pessoas e é também distinta da economia social, que assume frequentemente um papel complementar face ao Estado Social e segue uma lógica mais adaptada ao sistema capitalista (Hespanha, 2018). Hespanha e Lucas dos Santos incluem na economia solidária aquilo que designam por “conjunto dos arranjos económicos coletivos de produção, consumo, comercialização e crédito” que correspondem a “atividades económicas baseadas em relações colaborativas e em princípios de gestão democrática” (2016:32).

A economia solidária partilha com a economia social a característica de não se reger por fins lucrativos, mas difere desta ao estar centrada em vínculos de reciprocidade e cooperação. Para Rui Namorado a afirmação da economia solidária ocorreu “quer como uma economia mais marcada pela alternatividade e pela inovação do que o conjunto da ‘economia social’, quer como a vertente solidária da ‘economia social’, especialmente protagonizada pelas IPSS, quer como materialização de uma lógica alternativa vocacionada para um protagonismo pós-capitalista” (2017:9).

A própria solidariedade pode assentar numa perspetiva que encara os seus destinatários como cidadãos com direitos ou pode estruturar-se numa perspetiva de generosidade, desligada da reflexão crítica sobre os mecanismos de exclusão social, isto é, sem a presença de uma crítica política e, portanto, mais paternalista e filantrópica. Se a primeira vertente associa a solidariedade a uma luta pela igualdade, a outra, marcadamente caritativa, entende a solidariedade como relevante em si mesma, sem que isso implique uma busca de igualdade.

É importante assinalar que as raízes da economia solidária são antigas e podem encontra-se nos movimentos operários da primeira metade do século XIX que inspiraram o cooperativismo. Boccato-Franco situa o período inicial de expansão ao longo dos anos 1850 e 1860, a que se sucedeu um período de declínio, só superado bastante mais tarde, quando “o modelo de sociedade baseado no mercado e no Estado-providência que ganhou forte impulso no pós Segunda Guerra Mundial entrou em crise após os ‘30 anos gloriosos’, criando um novo contexto para o ressurgimento de novas bases que constituem o que é a Economia Solidária hoje” (Boccato-Franco, 2014:37).

A ideia de que a economia solidária é muito anterior à cunhagem do termo na década de 1990 é também assumida por Jean-Louis Laville e Luiz Inácio Gaiger (2009) que sublinham as suas raízes na história associativa a partir do século XIX, não obstante o longo intervalo que sofreu até ao final do século XX. Entre as razões que motivaram o ressurgimento destas experiências associativas estão a progressiva institucionalização e especialização das iniciativas associativas bem como o seu afastamento dos ideais originais. Ainda que a designação economia solidária seja recente, França Filho (2002) assinala que a “sua característica fundamental – a articulação entre as dimensões económica, social e política – já se encontrava presente nos ideais e práticas da chamada economia social nos seus primórdios, sendo mais tarde esquecida” (2002:15), o que o leva a concluir que o atual projeto da economia solidária corresponde a uma reatualização daquilo que seria o ideário inicial da economia social, uma vez que este ressurgimento veio a ocorrer num contexto em que a economia social se distanciou do seu papel político.

A emergência de uma economia solidária é especialmente visível a partir dos anos 80 do século passado e surge ligada aos problemas da exclusão social. Jordi Garcia Jané destaca o impulso que esta década trouxe à economia solidária:

Embora a origem moderna da economia solidária date do primeiro terço do século XIX e esteja localizada em países como a França, Inglaterra ou Catalunha através da criação das primeiras cooperativas de consumo e trabalho, podemos considerar que essas iniciativas ganharam força em todo o mundo desde os anos 1980 e adquiriram carta de movimento social a partir dos fora sociais mundiais, do início deste século. (Jané, 2010:26)

A reemergência da economia solidária está fortemente marcada pela renovação da dimensão ligada à democratização da economia. A própria noção de economia solidária vincula-se a uma perspectiva que se constitui como projeto político de sociedade (França Filho, 2002:13). Esta concepção assenta no reconhecimento da existência de uma vida em sociedade que está para além do dualismo Estado/mercado e também no reconhecimento da possibilidade de articulação entre recursos muito diversos, que nestas iniciativas, em geral existem em simultâneo: “venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não monetário)” (idem).

As experiências de economia solidária podem encontrar-se nas cidades mas também em meio rural, correspondendo frequentemente a formas mais tradicionais, baseadas em relações de reciprocidade, por vezes de caráter informal e com uma raiz comunitária (Hespanha e Lucas dos Santos, 2016). A partir dos anos 1990 começam progressivamente a surgir novas organizações que podemos situar no âmbito da economia solidária, com iniciativas cada vez mais vinculadas a movimentos sociais transformadores, altermundialistas e ecologistas.

As iniciativas de economia solidária partem da assumpção da incompatibilidade entre a economia ortodoxa e a solidariedade e assumem-se como espaços alternativos que, sob diferentes formas, constroem relações económicas fundadas na complementaridade, na solidariedade e no intercâmbio, escapando assim às leis do mercado, refere Emir Sader (2011:9). Entre as características distintivas destas iniciativas podemos identificar a existência de relações alicerçadas na solidariedade e na democracia; a socialização dos resultados da atividade económica e a gestão democrática dessa atividade (Cunha & Mendonça, 2011:20). No conceito de economia solidária destacam-se simultaneamente as características económicas, coletivas e autogestionárias, onde a natureza económica se prende com as atividades primordialmente ligadas à produção e reprodução de meios de vida e ao questionamento dos próprios significados que se atribuem à ideia de económico, que são mais amplos do que aqueles que encontramos numa perspectiva meramente mercantil. A natureza coletiva que envolve o fazer em conjunto, cujo significado, assinala Gabriela Cunha, é bastante mais lato que produção conjunta, pois pode referir-se também a “outras formas possíveis de associação no plano económico, que evidenciam o vínculo, o laço (político) estabelecido a partir da aposta paradoxal na aliança, na relação” (2012:52). A natureza autogestionária da economia solidária tem como fundamento “um socialismo democrático, descentralizado, libertário, remetendo à superação da divisão interna entre capital e trabalho, entre ‘patrão’ e ‘empregado’ ” (Idem).

A economia solidária parte da noção de economia contextualizada na vida social, cultural e política que Polanyi (2016 [1944]) assinalara e contribui para negar a existência de uma lógica económica única ao tornar visíveis formas que não se enquadram nos princípios de mercado (Cunha & Mendonça, 2011), desnaturalizando a conceção dominante de economia. Um dos seus grandes contributos reside no facto de constituir uma manifestação da persistência de sistemas de vida onde as relações económicas não são desincrustadas das relações sociais e não são moldadas por princípios utilitaristas conseguindo por isso “manter vigentes outros princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza, distintos da racionalidade estrita do capital” (Laville & Gaiger, 2009: 163). Esta especificidade funda-se na “primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários” (2009: 162).

Há portanto uma forte relação entre a vida económica e a vida social, que está na base da dimensão política assumida pela economia solidária, cujo papel no desenvolvimento de relações geradoras de vínculos sociais é muito relevante. As iniciativas de economia solidária preservam ou revitalizam relações sociais não capitalistas e são fruto de uma conceção de trabalho distinta da noção de mercadoria, típica da economia capitalista. Para Gaiger a economia solidária “espelha a presença de outros princípios de vida, historicamente encobertos pelo espírito individualista do interesse próprio, admitindo, outrossim, que condutas dirigidas ao reconhecimento e à amplificação da reciprocidade, ademais de sua orientação por valores, possam ser racionais” (2008:16).

Paul Singer (2001), pioneiro no campo da economia solidária, destaca o facto de ela se focar na criação de empresas que geram benefícios económicos para os seus associados e lembra que “estas empresas surgem como reações a carências que o sistema dominante se nega a resolver. A mais importante destas carências é, sem dúvida, a própria pobreza que, via de regra, decorre da falta de oportunidade de participar do processo de produção social” (2001:105). No entanto, se a economia solidária têm assistido a um revigoramento nos períodos de crise, sobretudo porque muitas pessoas excluídas procuram nela uma via de acesso ao rendimento através de empreendimentos solidários, há que reconhecer também que a sua virtude não reside apenas na capacidade para acomodar pessoas em situação de exclusão, está antes em propor um outro sistema, que não seja um produtor contínuo dessa exclusão (Brasil & Brasil, 2013).

Entre as maiores dificuldades da economia solidária assinaladas por Garcia Jané, estreitamente ligadas ao facto de estas iniciativas existirem num contexto dominado pelas regras capitalistas, encontram-se os déficits de gestão; os comportamentos não cooperativos de alguns membros; a insuficiência de capital e a dificuldade de acesso ao financiamento; uma fraca consciência dos membros relativa ao seu cariz alternativo do

ponto de vista económico-empresarial; a falta de notoriedade na sociedade e uma escassa integração económica e sociopolítica (Jané, 2010:27).

Em Portugal, as práticas de economia solidária que hoje se encontram em território nacional radicam em formas de economia popular e de cooperação operária que resistiram à mercadorização do trabalho e radicam também em formas mais recentes que se inscrevem geralmente em redes e movimentos sociais contra-hegemónicos, fundados num pensamento crítico face ao modelo capitalista.

A economia solidária segue princípios económicos distintos daqueles que presidem à economia de mercado capitalista, onde Pedro Hespanha (2018) destaca quatro aspetos: (a) gestão democrática ou a autogestão; (b) solidariedade entre iguais; (c) dimensão política; e (d) dimensão ambiental. A gestão democrática ou autogestão é o método assumido para a tomada de decisões e governo e resulta do facto de serem os próprios grupos sociais a criar e gerir as soluções para os seus problemas, diferindo portanto das iniciativas de intervenção social onde uma entidade procura solucionar os problemas de grupos sociais em situação de desfavorecimento. A segunda dimensão relativa à solidariedade entre iguais será definida por Hespanha como a justa distribuição de oportunidades, bens e resultados entre indivíduos e grupos que compartilham os mesmos problemas e aspirações. Para o autor, esta solidariedade não se confunde com a outra solidariedade, seja de base religiosa ou secular, ligada à caridade, a atitudes altruístas ou à filantropia, que se estabelecem com base numa assimetria relacional paternalista. O terceiro aspeto identificado por Hespanha diz respeito à dimensão política inerente à condição de contrapoder e que se pode manifestar na busca de alternativas, no alargamento do poder de deliberação dos sujeitos e em práticas de expressão política que também tornam as iniciativas de economia solidária espaços de aprendizagem e de exercício democrático. A quarta dimensão é relativa à questão ambiental e baseia-se no facto de, em Portugal, ainda existir uma pequena agricultura de autoconsumo com peso significativo, que está na base da preocupação com a qualidade dos alimentos e com a preservação dos recursos, que se ficou a dever à condição semiperiférica do nosso país, pois foi ela que permitiu a sobrevivência de práticas económicas populares baseadas na reciprocidade.

São relevantes algumas das distinções que podemos fazer entre economia social e solidária, sobretudo se atendermos à dimensão política e ao ímpeto transformador que move cada uma delas. Vieira et al. (2017) sublinham como características que diferenciam a economia solidária da economia social o tipo de necessidades sociais a que cada uma tenta responder, os atores que estão implicados e a explicitação de uma vontade política de mudança social, concluindo que “é a ausência da dimensão política na ação da economia social que a demarca da noção de economia solidária” (2017: 111).

Apresentamos em seguida um quadro que resume as diferenças entre economia solidária e economia social, adaptado de Hespanha e Lucas dos Santos.

Tipo	Economia Solidária	Economia Social
Agente	coletivos de cidadãos	instituições
Objetivo	construir autonomia; estimular respostas da própria comunidade à vulnerabilidade social	prover respostas a situações de vulnerabilidade social
Estado	pode contribuir mas não interfere	dá diretrizes
Mercado	a relação é mínima; os critérios do mercado são postos em xeque	a relação é bem-vinda
Democracia	fortalece a participação direta através da auto-gestão	objetivo social predomina sobre participação
Gestão	pelo coletivo da iniciativa (pode ser incubada)	pela instituição

Quadro 2. Economia solidária e economia social em Portugal. Adaptado de Hespanha & Lucas dos Santos (2016: 41).

Em Portugal, do ponto de vista do enquadramento jurídico, as iniciativas de economia solidária não obtiveram reconhecimento por parte do Estado e podem eventualmente inscrever-se enquanto organizações da economia social - a expressão consagrada na legislação - caso cumpram os respetivos critérios. No entanto, constata Hespanha e Lucas dos Santos, ainda que seja necessário esse reconhecimento por parte do Estado, isso não pode traduzir-se na sua inclusão no contexto da economia social, pois a economia solidária “não equivale a um subconjunto da economia social como alguns autores defendem” (2016:56). Embora na literatura existam muitas referências relativas à economia social e solidária, seja em Portugal seja noutros países, estes autores defendem que “é importante ter em mente as diferenças conceituais entre ambas (...) ainda que possam complementar-se na construção de uma outra Economia” (2016:56).

A Rede Portuguesa de Economia Solidária (REDPES) considera que as iniciativas que congrega têm uma natureza diferente daquela que marca a economia social, como se afirma no manifesto disponível no seu site⁴⁴:

Desde a recuperação da democracia em 1974, grupos de cidadãos e cidadãs têm tomado nas suas mãos a satisfação de necessidades coletivas, através de iniciativas de base solidária e democrática, valorizando o trabalho e a cooperação e assumindo uma via autónoma relativamente à corrente histórica da Economia Social, que entretanto se fora afastando de alguns dos princípios originais, em função dos compromissos assumidos com o Estado Social e da concorrência que teve de suportar com a economia mercantil.

A REDPES está ligada à RIPESS - Rede Intercontinental de Promoção da Economia Social Solidária⁴⁵ que adota a expressão Economia Social Solidária, cuja utilização remonta ao final da década de 1990, a partir dos encontros internacionais que vieram dar corpo a esta rede e que concluíram ser necessário integrar quer as estruturas mais tradicionais da economia social quer as mais alternativas. A RIPESS considera, aliás, que embora em vários países se use a expressão Economia Social e Solidária, a eliminação da conjunção “e” na designação da RIPESS enfatiza o objetivo transformador da economia solidária de ir além da economia social.

A tensão entre uma visão mais conservadora e uma visão mais emancipatória estão, pois, presentes não apenas entre estas duas constelações, a economia social e a economia solidária, mas também dentro de cada uma delas, refere Rui Namorado, o que lhe permite considerar que é “mais relevante sabermos se a visão assumida é conservadora ou transformadora, do que optarmos pela economia social ou pela economia solidária como designação escolhida” (2017:10).

4.5. Iniciativas locais alternativas e transformação social

As propostas de transformação social podem traduzir-se em ideias, teorias, movimentos sociais e também em iniciativas e ações concretas, que procuram experimentar outras formas de organizar a vida coletiva. Refletem sobretudo visões alternativas face ao sentido da existência e a busca por uma vida pautada por valores éticos e ecológicos (Conill et al., 2013). Se os rostos da dominação e da opressão são múltiplos, nomeadamente o

⁴⁴ Retirado de <https://www.redpes.pt/sobre/> consultado a 7 de março de 2021

⁴⁵ Ver <http://www.riposs.org/que-es-la-ess/es-economia-social-solidaria/?lang=es> consultado a 7 de março de 2021

patriarcado, o colonialismo ou o capitalismo (Santos, 2003), também os futuros alternativos que podemos desenhar são diversos, já que não existe um princípio único de transformação social. Boaventura de Sousa Santos propõe uma crítica radical ao paradigma dominante e o recurso a uma imaginação utópica que permita vislumbrar os primeiros sinais de horizontes emancipatórios (2003:15). Nesta secção abordamos a relação das iniciativas e movimentos sociais face à globalização neoliberal e os diferentes posicionamentos que as ILA assumem, num *continuum* entre reforma e transformação.

A resposta à globalização hegemónica tem-se constituído numa plêiade de iniciativas, correntes e movimentos que, devido à sua fragmentação, perdem capacidade de mobilização e de resistência à escala global, não assumindo um perfil globalizado e contra-hegemónico (Santos, 2003). Boaventura de Sousa Santos (2019a) desafia-nos a refletir sobre as condições em que se desenvolve essa eventual globalização contra-hegemónica, destacando o facto de ela assumir sobretudo a forma de iniciativas locais:

Tais iniciativas estão enraizadas no espírito do lugar, na especificidade dos contextos, dos actores e dos horizontes de vida localmente constituídos. Não falam a linguagem da globalização e nem sequer linguagens globalmente inteligíveis. O que faz delas globalização contra-hegemónica é, por um lado, a sua proliferação um pouco por toda a parte enquanto respostas locais a pressões globais — o local é produzido globalmente — e, por outro lado, as articulações translocais que é possível estabelecer entre elas ou entre elas e organizações e movimentos transnacionais que partilham pelo menos parte dos seus objetivos (Santos, 2019a:452).

As iniciativas locais e os movimentos sociais são laboratórios onde as inovações sociais podem ser desenvolvidas, abrindo caminho a novas formas de coexistência, às denominadas utopias reais de que fala Erik Olin Wright (2011).

Gibson-Graham destacam a capacidade performativa do conhecimento e assumem a sua escolha perante os dilemas colocados pelas iniciativas alternativas, as “economias diversas”, e pelo confronto entre (1) a possibilidade de marginalização de um vasto leque de atividades fundamentais ao nosso bem-estar e à regeneração ambiental e (2) a possibilidade de focar nelas o seu trabalho, tornando-as mais reais, credíveis e viáveis (Gibson-Graham, 2005, 2008). A relevância da abertura às possibilidades, mais do que aos limites do possível, decorre da capacidade de produção de um conhecimento que contribua para ampliar as dinâmicas transformadoras. No mesmo sentido, Boaventura Sousa Santos (2003) defende que em vez de procurarmos um conhecimento que pretenda elaborar generalizações a partir de alternativas locais, importa contribuir para que estas se tornem conhecidas para além dos seus locais e propiciar a criação de redes translocais. Por abrirem horizontes novos, as iniciativas alternativas desenrolam-se num ambiente que

frequentemente lhes é hostil, marcado pelo pensamento patriarcal de dominação, pela ideologia do crescimento e por práticas mercantilistas e consumistas, gerando uma relação por vezes tensa com o seu contexto. Porém, também estas iniciativas são permeáveis à cultura hegemónica e podem reproduzir essas mesmas dinâmicas neoliberais e heteropatriarcais (Pérez Orozco et al., 2020), o que demanda a quem investiga um olhar empático e contextualizado, na compreensão desta realidade complexa.

Quando falamos de práticas que contestam o capitalismo é necessário ter em conta que o capitalismo ou, melhor dizendo, os capitalismos, não são homogêneos e assumem uma ampla diversidade de formas, já que “o capitalismo não é uma formação económica, social e política monolítica e imutável” (Sánchez Hernández, 2017:32), o que está patente nas diferentes expressões que assume, por exemplo nos EUA e na Europa do Sul. Ainda que possamos reconhecer os seus princípios basilares, a concretização do capitalismo é diversa em cada âmbito geo-económico e “a articulação entre mercado, ação pública e regulação estatal são condicionadas pelas respetivas trajetórias culturais” (2017:33).

A crítica ao capitalismo não é recente, já no século XIX surgiram propostas alternativas, como o socialismo utópico de Proudhon, por exemplo, mas hoje o foco está especialmente centrado no capitalismo neoliberal, que desde os anos 1980 se tornou uma força dominante. A análise das propostas e das experiências económicas não capitalistas feita à luz do ainda-não, ou seja, a partir da perspectiva da “hermenêutica das emergências” (Santos & Rodríguez, 2004) tem de ter em conta o seu carácter incipiente e a sua fragilidade, intimamente relacionadas com o seu posicionamento antissistémico, para não se correr o risco, como refere Aline Mendonça (2019), de ver iniciativas desperdiçadas e invisibilizadas em detrimento de um discurso dominante.

No presente trabalho de investigação, o prisma que adotamos face às iniciativas locais é o de cuidado e atenção face ao emergente, procurando conhecer o modo como estas iniciativas se estruturam, sem lhes exigir qualquer perfeição (Pérez Orozco, et al., 2020). Adotamos uma perspectiva que parte mais do seu potencial emancipatório que das dificuldades ou limites, que também lhes são inerentes, e que dispensa métricas de avaliação próprias de uma sociedade ancorada no crescimento.

As iniciativas locais alternativas ensaiam formas diversas de organizar a vida coletiva e podem assumir, face ao modelo proposto pelo capitalismo, posicionamentos mais adaptativos ou contestatários, sendo notória uma grande complexidade e diversidade de formas de atuação.

Num contexto de crise, como o gerado pela pandemia COVID-19 que atravessa o período de elaboração desta Tese, assume maior pertinência a reflexão sobre estas alternativas pelos horizontes que ajudam a rasgar e porque, como mostram estudos anteriores, por exemplo no pós-crise de 2008, “há mais ressonância do que é geralmente

reconhecido entre uma cultura económica alternativa consciente e a cultura de uma sociedade tradicional abalada pela crise” (Conill et al., 2013:299). A partir do estudo sobre práticas económicas alternativas na Catalunha, Conill et al. concluíram que as pessoas mais afetadas negativamente pela crise económica de 2008 são também mais propensas a envolver-se num maior número de atividades não capitalistas do que aquelas que dizem não ter sido afetadas negativamente pela mesma crise (2013:332), o que está relacionado com o facto de muitas práticas não capitalistas serem também um recurso para que as pessoas possam reduzir o seu custo de vida. As iniciativas locais alternativas surgem não apenas como opção por uma vida diferente mas muitas vezes como alternativa de sobrevivência. Também o “Projeto Susy - SUSTentabilidade e Solidariedade na Economia” (Troisi et al., 2017), que analisou iniciativas em 55 países, considerou que a aprendizagem mais importante resultante deste projeto consistiu no reconhecimento de que “trabalhando em rede, juntas e cooperando de um modo mais holístico, a crise pode ser uma verdadeira oportunidade para mais pessoas se dedicarem e participarem na recriação de uma economia diferente, que reaja às necessidades de indivíduos e comunidades, não à ganância de quem quer lucros e aos interesses privados exclusivos” (Troisi et al., 2017:14).

Tais estratégias transformadoras podem dizer respeito a práticas económicas ancestrais que sobreviveram e que se foram transformando à margem do capitalismo ou a iniciativas que contrariam de forma consciente os princípios capitalistas. Em Portugal, as práticas não-mercantilizadas mais ancestrais estão bem patentes nas relações de solidariedade e de cooperação em meio rural, onde a entreajuda, nomeadamente nas colheitas ou noutras atividades agrícolas é uma condição relevante para a sobrevivência. Hespanha (2018) defende que na sociedade portuguesa coexistem relações económicas pré-capitalistas e relações económicas de mercado livre, onde as segundas invisibilizam formas associativas tradicionais baseadas numa economia de reciprocidade cuja racionalidade é, portanto, diferente.

Há práticas alternativas que resultam de processos refletidos, que conscientemente visam criar uma nova maneira de ser e de estar e práticas não capitalistas que estão presentes na vida quotidiana das pessoas quando é necessário ou que correspondem a formas sociais não mercantilizadas que persistiram (Conill, 2013). As “outras economias”, nesse sentido amplo que resgata toda a provisão não mercantil, estão associadas a práticas às quais não são alheios processos de reflexão, levando Joana Conill a sustentar que aquilo que marca a diferença entre pessoas que mudam a maneira como vivem e pessoas que não o fazem, é uma questão de crença (2013:55).

Eric Olin Wright enuncia o que designa por lógicas estratégicas para “erodir o capitalismo” do século XXI, considerando que a ideia de erosão do capitalismo é sedutora, mesmo quando parece ser quase impossível avançar no sentido de uma transformação

social emancipatória. Para Wright “podemos dar início à construção de um mundo novo, não necessariamente das cinzas do velho, mas dentro dos seus interstícios” (Wright, 2019: 84), erodindo o capitalismo através da combinação entre estratégias capazes de envolver diferentes atores coletivos e alianças. As quatro estratégias que aponta são “resistir ao capitalismo, fugir do capitalismo, domesticar o capitalismo e desmontar o capitalismo” (Wright, 2019:142). Resistir ao capitalismo pode ocorrer, por exemplo, através de protestos em torno de políticas como as que visam impor medidas de austeridade, mobilizações sociais, etc; fugir do capitalismo significa criar relações económicas não-capitalistas, “uma estratégia de ativismo comunitário, ancorada em economias sociais e solidárias e numa conceção cooperativa da economia de mercado”; domesticar o capitalismo será, para este autor, uma estratégia que “neutraliza alguns dos males do sistema, especialmente aqueles que podem ser resolvidos por meio de uma rede de segurança provida pelo Estado”, desmontar o capitalismo consiste na estratégia que “transfere certos aspetos do direito de propriedade do âmbito privado para a esfera pública, e tira do controle da iniciativa privada e dos mercados a oferta de certos bens e serviços” (Wright, 2019:142-143).

Para Wright, a resistência e a fuga não envolvem necessariamente ações contra o Estado e podem constituir um jogo dentro das regras existentes, no caso da domesticação ou da desmontagem do capitalismo, elas são já consideradas estratégias que revelam uma preocupação com a mudança das regras do jogo e implicam ação política para reforçar o poder dentro das estruturas estatais, ou seja, “tais mudanças nas regras do jogo vindas de cima para baixo podem expandir os espaços para construções alternativas às relações económicas capitalistas de baixo para cima, de tal forma que, ao longo do tempo, poderemos fragilizar o domínio do capitalismo” (Wright, 2019: 143). Esta confluência de estratégias confere legitimidade aos diferentes tipos de ativismo que se opõem à dominação capitalista, que para o autor são complementares e não antitéticos. Wright procurou de igual modo identificar as ações transformadoras que permitem concretizar utopias reais e identificou três lógicas estratégicas que Burawoy (2019) sistematiza:

a primeira era a transformação de ordem rutural, a qual ele deixara de lado para favorecer as transformações simbióticas e intersticiais. As transformações simbióticas, por sua vez, referem-se ao caminho reformista, no qual as concessões de curto prazo, [são] feitas para resolver as crises capitalistas (...). Já as transformações intersticiais, referem-se ao desenvolvimento de instituições alternativas dentro dos arranjos existentes na sociedade capitalista, tais como cooperativas ou projetos de colaboração peer-to-peer no mundo digital. (Burawoy, 2019: 175-176)

Se a estratégia de destruição do capitalismo é pouco mobilizadora porque pode corresponder a uma “espera sem esperança”, esta combinação de estratégias abre caminho

ao ainda-não que Boaventura Sousa Santos propõe quando afirma que “recuperar a esperança significa, neste contexto, alterar o estatuto da espera, tornando-a simultaneamente mais ativa e mais ambígua. A utopia é, assim, o realismo desesperado de uma espera que se permite lutar pelo conteúdo da espera” (Santos, 1999b: 213). A ideia de esperança é assim expressa por Boaventura Sousa Santos:

[A] possibilidade de criar campos de experimentação social onde seja possível resistir localmente às evidências da inevitabilidade, promovendo com êxito alternativas que parecem utópicas em todos os tempos e lugares excepto naqueles em que ocorreram efetivamente. É este o realismo utópico que preside às iniciativas dos grupos oprimidos que, num mundo onde parece ter desaparecido a alternativa, vão construindo, um pouco por toda a parte, alternativas locais que tornam possível uma vida digna e decente (Santos, 1999b: 213)

O caráter alternativo das iniciativas transformadoras é sempre contextual e revela a pluralidade de ações que podem ser vistas à luz de um contínuo marcado por impulsos distintos. Sánchez Hernández identifica três tipos de impulsos diferentes, considerando que todos fazem parte da ação quotidiana destas práticas económicas: “alternativas de oposição (ou anticapitalistas), alternativas de transformação (ou neo-capitalistas) e alternativas de superação (ou pós-capitalistas)” (2017:29-30). As alternativas de oposição correspondem à crítica radical e à oposição militante anticapitalista, feita a partir do marxismo, do anarquismo, do feminismo e da ecologia e contrapõem ao capitalismo uma economia centrada na satisfação sustentável das necessidades humanas e não no lucro. As alternativas de transformação criticam o capitalismo e visam corrigir os seus aspetos mais perniciosos (aquecimento global, desigualdade social, etc.), partindo do pressuposto de que o capitalismo é um sistema reformável e que importa corrigir os seus efeitos não desejados. Por último, as alternativas de superação questionam a centralidade do capitalismo enquanto cosmovisão dominante e evidenciam as inúmeras soluções económicas que são alheias ao mercado e à competição e contribuem para satisfazer necessidades individuais e coletivas (Sánchez Hernández, 2017, 29-31).

A partir da análise a iniciativas de economia solidária Isabelle Hillenkamp, Isabelle Guérin e Christine Verschuur (2014) concluem que estas traduzem a tensão entre uma conceção de mudança social que é simultaneamente radical e gradual (Hillenkamp et al., 2014:8). As autoras sublinham que a economia solidária, na sua análise e ação, clama por um posicionamento utópico que vai além dos limites que a realidade impõe, mas recusam aquilo que designam por armadilha do “fundamentalismo alternativo”, que pode levar ao abandono de propostas que apesar de terem nascido dentro da lógica capitalista, abrem outros caminhos cuja orientação é não capitalista e correspondem a enclaves de solidariedade dentro do sistema dominante. Evidencia-se também aqui a importância de

uma reflexão sobre as iniciativas locais alternativas aberta ao campo de possibilidades que a sociologia das emergências proposta por Sousa Santos (2002) destaca.

Uma análise que vise a compreensão destas iniciativas não poderá estar centrada na sua viabilidade económico-mercantil, limitando-se ao que existe realmente, sem atender à sua inserção num contexto social, cultural e político específico e sem olhar às mudanças possíveis. Para Hillenkamp et al. uma postura de abertura ao ainda-não está de acordo com algumas posições feministas que enfatizam a capacidade de ação das organizações de mulheres e seus territórios, sem assumirem necessariamente como objetivo central derrubar o sistema patriarcal ou capitalista (2014:10).

A criação de modos de resistência mas também a criação de adaptações funcionais ao capitalismo patentes nas *outras economias* levam Teresa Cunha a concluir que “qualquer obsessão pela autenticidade, por fronteiras fixas e delimitadas é um ato disciplinador que a realidade recusa das mais variadas formas” (Cunha, 2015:22). As outras economias são socioeconomias, isto é, práticas profundamente incrustadas, que dizem respeito a “profundas imbricações entre os modos sociais de existir e de organizar e distribuir os recursos de todos os tipos” (idem).

Mais do que colocar a transformação como um dilema entre reforma e revolução, autores como Garcia Jané (2010) sugerem a aposta num reformismo forte ou em reformas revolucionárias capazes de facilitar o desenvolvimento de espaços não capitalistas através de um trabalho que consistirá em cimentar amplas alianças sociais.

Não existe uma realidade dual entre economia capitalista e economias alternativas mas sim situações intermédias que podemos situar num *continuum* e é com base nele que Sánchez Hernández afirma: “é preciso admitir *a priori*, que estas práticas baseadas na reciprocidade, no trabalho voluntário e nos recursos alternativos também podem incorporar métodos, atividades e lógicas situadas no terreno do mercado, do trabalho remunerado - formal ou informal- e da economia capitalista”(2019b:40). Entre as conclusões do “PRESECAL - Espacios Y Prácticas Económicas Alternativas en las Ciudades Españolas”⁴⁶ surge também a constatação de que estas iniciativas são ecossocioeconomias que convivem com diferentes figuras jurídicas e possibilidades organizativas e que “os dados empíricos provam que a heteronomia faz parte das PEA [práticas económicas alternativas] tanto como a autonomia: estas experiências não operam completamente à margem da ordem convencional representada pelo Estado, as empresas, a propriedade privada e o mercado” (Sánchez Hernández, 2019b:60).

⁴⁶ O PRESECAL é um projeto de investigação coordenado por José Luis Sánchez Hernández que procurou identificar e analisar espaços e práticas económicas alternativas para a construção da resiliência em cidades espanholas. Mais informações em: Sánchez Hernández, J. L. (Coord) (2019). Espacios Y Prácticas Económicas Alternativas en las Ciudades Españolas. Pamplona: Thomson Reuters Aranzadi.

O potencial transformador das iniciativas locais alternativas pode situar-se menos no âmbito económico estrito e mais na experiência prática que proporcionam aos seus membros e no facto de se constituírem como utopia concreta que amplia horizontes. Pascual Ruiz-Valdepeñas et al. (2018) fazem uma análise ao tecido de práticas económicas alternativas da cidade de Valladolid procurando conhecer qual o potencial transformador de redes de consumo, mercados de troca, bancos de tempo, moedas sociais ou hortas comunitárias. Tendo em conta o contexto e a escala, propõem uma releitura que não situa este potencial no âmbito económico, mas sim no âmbito da prática e da experiência social e no âmbito da cultura política. Consideram que as práticas económicas alternativas constituem um conjunto muito vasto de atividades que na última década tiveram um desenvolvimento importante e que “neste grupo confluem a crítica genérica ao capitalismo, à insatisfação com os modos de produção do espaço urbano e fatores relacionados com os efeitos da crise económica nas cidades” (2018:194). Concluem que, embora as iniciativas se assumam como resposta ao modelo capitalista dominante, a sua validade como alternativa transformadora está diretamente relacionada com a sua escala e portanto podem não constituir um novo espaço económico alternativo mas sim um espaço social e político, onde é dada primazia à comunidade e à proximidade e onde se combate a fragmentação cultural do espaço urbano.

4.6. Conceito de iniciativas locais alternativas

Trata-se de um campo amplo onde se distinguem tipologias diversas mas também onde se sobrepõem designações diferentes para práticas por vezes semelhantes. Para Sánchez Hernández, “fala-se de economias diferentes, comunitárias, transformadoras, pos-capitalistas, autónomas, morais, colaborativas, solidárias, de transição ou dos cuidados, mas também de inovação social e de práticas económicas alternativas” (2019b:34), o que dá conta do vasto conjunto de designações que se aproximam do nosso campo de estudo, ainda que não coincidam completamente com ele. Encontramos, no quadro das iniciativas locais alternativas dezenas de modalidades de práticas e também uma grande diversidade de campos onde estas se podem filiar, sem que estes sejam mutuamente exclusivos: iniciativas solidárias, cooperativas, comunitárias, feministas, ecológicas, de desenvolvimento local, etc., como elenca Marco Domingues (2021). Trata-se de uma diversidade que é simultaneamente uma força, por resultar da ampla riqueza social, fruto da criatividade dos grupos na construção de soluções, mas que também denuncia uma fragmentação, que pode dificultar a ação conjunta.

Circunscrevemos o conceito de ILA - Iniciativa Local Alternativa no âmbito desta Tese às ações coletivas, formalizadas ou não, enraizadas em territórios concretos, que ensaiam soluções organizativas alicerçadas em princípios e valores não capitalistas. Podem ter um caráter mais multisetorial ou centrar-se em questões específicas, como a preservação ambiental, a justiça social ou a qualidade dos processos democráticos e participativos, entre outras. Optámos por designar as experiências em análise por iniciativas locais alternativas, preterindo outras designações como, por exemplo, “práticas económicas alternativas” (Sánchez Hernández, 2017, 2019b), “iniciativas locais de mudança” (projeto Alternativas⁴⁷), “economias transformadoras” (Porro, 2016), “iniciativas socioecológicas” (Balsa et al., 2016), entre outras. Do projeto Alternativas, em que participámos entre 2017 e 2019, não adotámos a designação “iniciativa local de mudança”, embora lhe reconheçamos pertinência e tenhamos participado no processo de construção deste conceito⁴⁸ porque quisemos sublinhar na própria designação, o sentido dessa mudança, enquanto alternativa ao sistema capitalista.

Não usamos a designação “práticas económicas alternativas” que está patente em vários trabalhos de investigação, nomeadamente em Conill (2013) e Sánchez Hernández (2017, 2019a e 2019b) porque a nossa opção partiu da relevância que neste contexto específico assumem iniciativas que não são apenas económicas, no sentido estrito do termo, como, por exemplo, as experiências locais de cariz educativo, cultural ou convivial, ainda que reconheçamos que uma visão socioeconómica permite inseri-las num contexto mais amplo, segundo a aceção de Polanyi.

Na construção do conceito de iniciativas locais alternativas (ILA) que usamos neste trabalho de investigação, a conceção de práticas económicas alternativas foi especialmente pertinente. Sánchez Hernández (2017) define-as da seguinte forma:

Modalidades de coordenação económica (produção, distribuição, consumo, financiamento) cujos participantes se regem por princípios de autonomia, reciprocidade e democracia, promovem valores não competitivos (como a solidariedade, a sustentabilidade, a cooperação, a equidade ou a inclusão), operam num âmbito local com espaços físicos de encontro coletivo e pretendem eliminar, transformar ou superar a variedade de capitalismo hegemónica no seu âmbito de atuação. (2017:43)

⁴⁷ Ver <https://www.projetoalternativas.org/>

⁴⁸ Particpei na equipa que implementou o projeto “Alternativas” na qualidade de membro da entidade parceira CooLabora. O “Alternativas – Experiências Locais para uma Transformação Global” foi uma iniciativa promovida pela Fundação Gonçalo da Silveira, em parceria com a FEC, CooLabora, Inducar e Instituto Politécnico de Leiria.

Esta conceção coloca o foco nas modalidades de coordenação económica inscritas num conjunto de princípios e valores específicos, integradas num contexto socioeconómico e num território onde se materializa a ação transformadora, que visa construir alternativas ao capitalismo hegemónico.

A partir dos objetivos da investigação que aqui propomos, em seguida iremos delimitar o conceito de iniciativa local alternativa que usamos nesta Tese, explanando cada um dos termos que o constituem. Começamos pelo primeiro termo, também aquele que se nos afigura menos complexo: *iniciativa*. Entendemo-la como uma ação coletiva organizada (o que exclui as ações individuais ou as iniciativas coletivas espontâneas), com alguma estabilidade temporal (não correspondendo portanto a uma ação única ou isolada), independentemente de estar ou não formalizada, isto é, de possuir um estatuto jurídico específico, que desencadeia atividades organizadas em função de um ou mais objetivos comuns.

Optámos por nos focar nas iniciativas locais, isto é, enraizadas num território concreto, assumindo a importância do local, como possibilidade de mudar o aqui e o agora, o que remete para a procura de soluções contextuais, que transgridem a lógica globalizante de respostas supostamente universais. O lugar é assumido como pedra angular da organização do território e é indissociável da comunidade que o habita e que lhe dá sentido (Sánchez Hernández, 2017). É frequente encontrar a noção de local associada a uma ideia de comunidade quer romantizada quer asfixiante, porém as comunidades, como assinalam Gibson-Graham, podem constituir-se em torno da diferença entre lugares e com abertura para a alteridade (2002:33). Na perspetiva que aqui adotamos, entendemos as alternativas contextualizando-as, na medida em que a sua capacidade transformadora está relacionada com a adoção de uma postura epistemológica capaz de reconhecer o valor do local e de privilegiar esta escala de proximidade, sem ceder a tentações localistas (Hillenkamp et al., 2014). A diferença entre local e localismo resulta do facto de o local não ser uma cápsula, mas sim o fruto de uma combinação contingente. É a nível local que se pode conceber a confiança e a entajuda necessárias a este tipo de economia alternativa e é também no nível local que as abordagens participativas na tomada de decisões são mais fecundas e permitem criar formas de política e de democracia mais intensas (Conill, 2013).

O local é o espaço para realizar e pode ser assumido como um projeto político, onde é possível criar novos discursos capazes de permitir aos sujeitos construir e assumir identidades económicas alternativas, libertando-se daquilo que Gibson-Graham (2002) designam por identidades forjadas pelo discurso da globalização. As autoras advertem sobre a recorrência de um discurso e de uma imagem negativos, que correntemente surgem associados à noção de local, considerado pequeno, impotente e determinado pelo global que constituiria então a sua força transformadora. Não obstante serem inegáveis as paisagens

heterogêneas criadas pela globalização, o local seria visto redutoramente como campo dominado pela interação com o global. Gibson-Graham propõem uma análise diferente, que busca desafiar o poder do binário global/local, pois consideram que nenhum dos termos desta dicotomia corresponde a “coisas em si” mas antes a quadros interpretativos e a escalas de análise e, portanto, são termos sem conteúdo. Estas autoras adotam um prisma que rejeita uma percepção da localidade e da globalidade como qualidades essenciais ou reais de um objeto, destacando que o local e o global não são entidades fixas, mas são antes produzidos contingentemente (2002:10). Assim, sob qualquer capa do que é considerado global, encontraremos sempre localidade.

O terceiro termo da designação que escolhemos, “iniciativas locais alternativas” é a noção de alternatividade, que aqui é entendida enquanto conceito relacional. Sánchez Hernández et al. (2019a) definem uma alternativa como algo que difere daquilo que é assumido como *mainstream*, convencional ou hegemônico e assinalam três aspetos principais desse cariz alternativo: os objetivos, o escopo e a organização. Estas iniciativas situam-se num plano distinto do capitalismo em termos de objetivos já que o seu *core* não é o lucro. As suas finalidades são também distintas, ao procurarem a satisfação das necessidades humanas (2019a:2). A inclusão de uma determinada iniciativa no campo das alternativas deve considerar o contexto geográfico num sentido amplo que contempla o económico, o social, o cultural e o institucional pois aquilo que pode ser alternativo num local, poderá não o ser noutro, já que as alternativas coconstroem-se nos lugares (Sánchez Hernández, 2017).

A construção de alternativas, lembra Jesus Sanz, não tem uma direção prévia fechada, ela constitui “um processo em contínua construção, elaborado pelo corpo social de baixo para cima, a partir da interconexão e da soma de diferentes iniciativas e do ensaio e exploração de novas formas de confluência que se vão agregando a partir de objetivos partilhados”, acrescentando ainda que a “transformação social surge a partir da abertura de processos de empoderamento coletivos, democráticos, desde a base, iniciados por sujeitos, grupos e coletivos em cooperação, guiados por um imaginário de valores diferente do hegemônico e nos quais o processo de mudança pessoal e global se produz de forma complementar” (Sanz, 2017:12).

4.7. Diálogos entre propostas

As experiências alternativas de base territorial podem constituir um espaço de experimentação e fermentação de outras possibilidades de organização social e de

construção de soluções para as necessidades e problemas localmente sentidos. São um espaço de concretização de muitas das propostas que têm nascido no campo do decrescimento, entendido como movimento que articula a vertente de reflexão teórica, o ativismo e a vertente prática, mas são também um campo de possibilidades para a integração de uma perspectiva feminista crítica assente no cuidado e na sustentabilidade da vida.

Se há pontes muito claras entre as famílias das iniciativas, também há diferenças, quer ligadas a enfoques específicos quer a visões da transformação social. Entre o decrescimento e a economia solidária existem nitidamente muitos elementos comuns, sobretudo relacionados com os princípios e valores. Num trabalho de investigação que teve lugar no Brasil sobre o potencial de criação de uma plataforma comum entre a economia solidária e o decrescimento, Boccato-Franco (2014) destaca que os dois movimentos partilham valores relativos à autonomia, democracia e igualdade e têm uma noção de bem-estar qualitativa. Opõem-se ao consumismo, criticam a publicidade e distinguem entre necessidades básicas e necessidades criadas. Se ambos os movimentos contestam o capitalismo, também não consideram o socialismo como referência a seguir. Aproximam-se do *buen vivir* e veem como aliados os movimentos pela justiça ambiental. Há também algumas diferenças, patentes sobretudo no facto de a economia solidária incorporar frequentemente noções de crescimento económico e de desenvolvimento que, por seu lado, o decrescimento rejeita. Boccato-Franco assinala ainda que os atores da economia solidária e do decrescimento são distintos, em termos de inserção socioeconómica. Se no decrescimento predominam as classes médias, na economia solidária predominam muitas pessoas em situação de carência face às condições materiais de vida que através de empreendimentos de economia solidária, procuram fazer face a essas necessidades (por exemplo, as empresas recuperadas por trabalhadores) o que leva Boccato-Franco (2014) a concluir que são movimentos formados predominantemente por pessoas com condições sociais distintas.

O facto de cruzarmos propostas emancipatórias diversas, ainda que convergentes, sugere-nos a importância de ter em conta que a desigualdade não é económica e que há muitos fatores geradores de vulnerabilidade e de emancipação que não são económicos (Hillenkamp et al., 2014). A conclusão a que Boccato-Franco chegou, a partir da referida investigação no Brasil sobre os pontos de contacto entre economia solidária e decrescimento parece-nos relevante:

o resultado da presente pesquisa é surpreendente, pois mesmo verificando-se que os elementos que distinguem os movimentos predominaram, numericamente, sobre os comuns, e estes sobre os antagónicos, a conclusão geral é que os elementos comuns indicam a possibilidade de uma plataforma comum e os antagónicos e os distintos não inviabilizam um possível diálogo entre os movimentos (2014:20).

A REDPES⁴⁹ - Rede Portuguesa de Economia Solidária, afasta-se da noção de crescimento. Quando se refere ao desenvolvimento é no quadro de uma noção de desenvolvimento local, compatível com a conceção do decrescimento, afirmando, por exemplo, que visa uma economia compatível com a sustentabilidade da vida no planeta.

Em Portugal, o trabalho de investigação de Inês Cosme (2019) levou-a a concluir que as iniciativas ligadas à sustentabilidade ambiental - entendidas como iniciativas de nicho que promovem inovações radicais e tentam impulsionar uma forte transição - contribuem para os critérios do decrescimento relativos à redução do impacto da atividade humana, sendo este o aspeto do decrescimento onde se registam mais contribuições por parte das iniciativas. Muitas práticas identificadas no seu estudo estão alinhadas com a perspetiva colaborativa e convival do decrescimento, como a filosofia da simplicidade voluntária, os esforços no sentido da localização da produção e do consumo, a troca direta e o uso de moedas comunitárias (Cosme, 2019:150).

Podemos então afirmar que a articulação da economia solidária com outras correntes críticas, como a economia feminista e o decrescimento contribuiu para ampliar as suas capacidades transformadoras. As *outras economias* não podem estar desligadas de uma perspetiva feminista, para que possam avançar mais que a simples denúncia do capitalismo e Isabelle Hillenkamp (2019) sublinha “a inadequação das conceções da economia social e solidária focadas apenas na produção de bens ou serviços para o mercado” (2019:83) e alerta para uma eventual “visão simplista da economia social e solidária como uma ‘boa economia’, que supostamente garantiria a igualdade de género” (2019:83). Também Joana Conill (2013) argumenta que a perspetiva de género é fundamental, já que sem ela é impossível abordar o principal obstáculo para as práticas económicas alternativas e superar conflitos humanos dentro dos grupos.

A economia solidária e as teorias feministas desenvolveram-se em quadros distintos, o que de alguma forma veio limitar as oportunidades de fecundação mútua. Embora não estejam em oposição, é importante criar convergência entre estes dois campos, nomeadamente no que diz respeito às esferas de produção e reprodução, à diversidade de caminhos de emancipação e a multiplicidade de formas que a ação política pode assumir. As mulheres são maioritárias nas iniciativas de economia solidária e “esta constatação evidencia que a economia solidária, que assenta na organização da produção, no financiamento, nas trocas ou no consumo sobre o princípio da reciprocidade (...) é atravessada por relações de género” (Hillenkamp et al., 2014:2) Para estas autoras é necessário questionar a economia solidária e o modo como pode constituir uma via de

⁴⁹ Ver <https://www.redpes.pt/>

emancipação para as mulheres ou um instrumento de reprodução dos mecanismos da sua exploração:

As categorias de análise feministas raramente foram cruzadas com as da economia solidária. A análise da relação produção/reprodução, por exemplo, geralmente não é posta em articulação com a dos princípios da reciprocidade, redistribuição, mercado e autossuficiência na economia solidária. (Hillenkamp et al., 2014:3).

Marisa Fournier assinala que “o encontro entre a Economia Social e a Economia do Cuidado e também o encontro entre a Economia Social e o Feminismo são relativamente recentes” (2020:23-24) e defende que a economia social é atraente para as economias feministas sobretudo pelo relevo que dá a racionalidades não instrumentais e pela forma como reconhece como trabalho as atividades necessárias à reprodução da vida. Ainda assim, a autora lembra que “os escritos mais reconhecidos no âmbito académico sobre Economia Social ou Economia Social e Solidária tendem a sofrer de uma certa indiferença ou cegueira de género” (2020:24). Fournier defende que se esta economia se diz social e solidária mas não tem em conta as discriminações de género, então podemos questionar se estaremos efetivamente a construir uma outra economia, social e solidária. Assinalamos porém, que as posições que recorrem ao uso da designação “economia social e solidária” como se fossem realidades relativamente indistintas ou um todo uniforme, correm o risco de reforçar a falta de clareza na identificação destes campos, o que no contexto português, não tem em conta as respetivas diferenças nas matrizes de valores que as guiam.

As várias propostas acima expostas, seja o decrescimento, a economia feminista, o *buen vivir* ou ainda outras procuram constituir-se como alternativas à forma de organização social, a partir das perspetivas que contestam o capitalismo e o patriarcado poderão abrir dinâmicas que conduzem a outros futuros, reagindo com uma visão crítica aos ditames do crescimento económico contínuo e ao conflito que o capitalismo provoca com a sustentabilidade da vida humana e não-humana. O cruzamento entre as propostas mais teóricas, os movimentos sociais e a riquíssima diversidade de práticas de transformação social associadas às iniciativas locais alternativas levam-nos a ponderar que uma maior inter-relação entre visões pode constituir um significativo contributo para reforçar o seu potencial emancipatório.

Na segunda parte desta Tese, que se inicia com um capítulo sobre as opções e metodológicas (capítulo 5), damos conta do trabalho empírico realizado (capítulos 6 a 9) e no capítulo 10, ensaiamos analisar as ILA à luz do cruzamento entre as propostas teóricas enunciadas e a investigação empírica realizada a partir do trabalho de campo.

PARTE II

5. Metodologia do trabalho empírico

Máquina do Mundo

“O Universo é feito essencialmente de coisa nenhuma.
Intervalos, distâncias, buracos, porosidade etérea.
Espaço vazio, em suma.
O resto, é a matéria.
Daí, que este arrepio,
este chamá-lo e tê-lo, erguê-lo e defrontá-lo,
esta fresta de nada aberta no vazio,
deve ser um intervalo.”

António Gedeão

5.1. Trabalho de campo

Esta segunda parte da Tese, com a exposição da metodologia que guiou o trabalho de campo, parte das premissas epistemológicas enunciadas e das questões metodológicas transversais abordadas na Introdução.

No quadro da opção por metodologias qualitativas, identificamos de seguida as principais técnicas a que recorreremos nesta fase do percurso, tendo presente, como assinala Amélia Augusto, que “a pesquisa e a metodologia não podem ser confundidas com as técnicas de investigação, nem são estas que definem a natureza da pesquisa” (Augusto, 2014:§5). Todavia, parece-nos pertinente justificar as escolhas, tendo por referência os propósitos a atingir e as vicissitudes do trabalho empírico.

Optámos por uma abordagem de aproximações sucessivas, fazendo um “*zoom-in*” tendo em vista a compreensão mais profunda da ação das ILA. Neste sentido, recorreremos à combinação de métodos e técnicas, não com qualquer propósito de descoberta de verdades absolutas, mas porque essa combinação permitiu ampliar o campo de possibilidades, captar a dimensão multidimensional e subjetiva dos fenómenos, bem como fazer variações de escala e de perspetiva, de modo a construirmos representações mais próximas da realidade (Mendes, 2003). No que concerne à recolha de dados, recorreremos às seguintes técnicas:

- a) Construção e aplicação de um questionário *online* sobre as práticas de decrescimento e cuidado presentes nas iniciativas locais alternativas;
- b) Realização de quatro grupos de discussão organizados regionalmente, com as iniciativas locais que responderam ao questionário ou outras, por elas convidadas, como descrevemos mais adiante, em separador específico;
- c) Seleção de um conjunto de 11 iniciativas, com base em critérios previamente definidos, como será explanado na secção respetiva e análise documental de textos, documentos e materiais visuais disponíveis nos espaços virtuais destas iniciativas, nomeadamente nos *websites* e nas redes sociais. Realização das entrevistas semiestruturadas a uma pessoa representante de cada uma das onze iniciativas selecionadas; e
- d) Realização de *focus groups* presenciais em sete iniciativas locais, pela relevância de participarmos num momento de interação entre membros e de acedermos a perspetivas coletivas.

Finda esta fase, procedemos à análise dos dados recolhidos em cada momento e procedemos à sua discussão crítica (Capítulo 10), cruzando o teor da revisão da literatura com os resultados do trabalho empírico.

As fases enunciadas não decorreram de forma linear, por vezes sobrepuseram-se, caminharam em paralelo e registaram inflexões de ritmo, nomeadamente no que respeita à recolha e tratamento de dados. Acresce que o calendário do trabalho de campo foi bastante condicionado pela pandemia COVID-19, que embora não tenha impedido o acesso ao terreno, como detalharemos mais à frente nos condicionalismo relativos a cada momento, obrigou à sucessiva reprogramação de algumas fases do trabalho presencial e à realização de sessões por videoconferência, como foi o caso de um dos grupos de discussão e das 11 entrevistas. Tal constrangimento implicou ainda a concentração da realização dos *focus groups* no período estival de 2020, para que pudessem decorrer preferencialmente em espaços ao ar livre.

O trabalho empírico realizou-se por aproximações sucessivas. Partimos da revisão de vários trabalhos de investigação realizados na Península Ibérica, que seguem linhas relevantes para a apreensão do nosso objeto - as iniciativas locais alternativas. No contexto espanhol tivemos especialmente em conta o projeto de investigação “Espacios y Prácticas Económicas Alternativas en las Ciudades Españolas - PRESECAL”⁵⁰, realizado entre 2016 e 2019, que traça uma panorâmica muito ampla das práticas económicas alternativas em oito cidades de Espanha⁵¹ (Sánchez Hernández, 2019b), considerando também os trabalhos de investigação de Joana Conill et al. (2013) sobre sobre a Catalunha. Em Portugal tivemos em conta o projeto CATALISE - Capacitação para a Transição Local e Inovação Social⁵² (2014-2016), que procurou criar conhecimento sobre iniciativas de experimentação socioecológica existentes no território nacional e compreender mais aprofundadamente as suas práticas e princípios; o projeto COMPOLIS - Comunicação e Envolvimento Político com Questões Ambientais⁵³ que decorreu entre 2013 e 2014; o projeto ALTERNATIVAS – Experiências Locais para uma Transformação Global⁵⁴, no qual participámos e que teve lugar entre 2016 e 2018. Tivemos ainda em conta o projeto SUSY - SUStentabilidade e Solidariedade na

⁵⁰ Síntese do projeto PRESECAL disponível em:

<https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/144026/Libro-PRESECAL-2019.pdf?sequence=5>

⁵¹ As oito cidades são: Alcalá de Guadaíra, Alicante, Madrid, Oviedo, Salamanca, Sevilla, Valladolid e Zaragoza

⁵² CATALISE – Capacitação para a Transição Local e Inovação Social é um projeto de investigação criado e coordenado pelo CICS.NOVA (Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa) e pelo CCIAM-cE3c (grupo de investigação Climate Change Adaptation, Impacts and Modelling , do Centre for Ecology, Evolution and Environmental Change, sediado na Faculdade de Ciências, da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://redeconvergir.net/catalise>

⁵³ COMPOLIS - Comunicação e Envolvimento Político com Questões Ambientais promovido pela Universidade do Minho/Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e visou compreender a forma como a cidadania e a participação política são construídas em relação às alterações climáticas, à energia e a outras questões ambientais. Disponível em <http://www.lasics.uminho.pt/compolis/portugues.html>

⁵⁴ O projeto ALTERNATIVAS – Experiências locais para uma transformação global pretendeu promover a mudança social com vista à construção de uma sociedade mais solidária, justa, inclusiva e sustentável. Visou mais concretamente, fortalecer a reflexão e aprendizagem sobre os valores, as atitudes e os comportamentos conducentes à mudança e propor e disseminar alternativas para a transformação social na perspetiva da cidadania global. Disponível em <https://www.projetoalternativas.org/o-alternativas>

Economia⁵⁵ que teve como objetivo conhecer e dar maior visibilidade a iniciativas de economia social e solidária através de uma rede de 26 associações em 23 países europeus. Em Portugal, contou com o Instituto Marquês de Valle Flôr e decorreu entre 2015 e 2018.

A segunda aproximação consistiu na caracterização do nosso campo de estudo através do questionário a 52 iniciativas locais, cujos dados surgem tratados no capítulo 6. Na etapa seguinte organizámos quatro grupos de discussão aos quais devolvemos os resultados do questionário às ILA e com eles construímos noções de decrescimento e de cuidado, como está patente no capítulo 7. Na fase subsequente centrámos o nosso olhar em 11 iniciativas locais e entrevistámos os/as respetivos responsáveis. Os dados são analisados no capítulo 8 e por fim, realizámos 7 grupos focais em iniciativas que haviam sido já entrevistadas, conforme consta dos dados presentes no capítulo 9.

Estas fases permitiram (a) mapear iniciativas locais alternativas e caracterizar o respetivo universo; (b) recensear práticas de decrescimento e cuidado; (c) identificar as noções decrescimento e de cuidado que estão implícitas na ação das iniciativas; e (d) sistematizar aprendizagens sobre transformação social, ligando-a a práticas que colocam a sustentabilidade da vida no centro da sua ação.

Em todos os momentos tivemos a preocupação de garantir procedimentos éticos claros, nomeadamente na explicitação dos objetivos e finalidades deste trabalho de investigação. Obtivemos o consentimento informado relativo ao preenchimento do questionário e à participação nos grupos de discussão. Recolhemos uma declaração de consentimento livre e informado para cada entrevista semiestruturada (anexo 5), por e-mail no caso das entrevistas online e presencial em cada *focus-group*, assinado por todos/as os/as os membros (anexo 6). Os/as participantes tiveram conhecimento que a sua participação era voluntária e que poderiam abandonar este processo em qualquer momento. Recolhemos ainda autorização dos/as participantes para efetuar os registos de som e imagem.

5.1.1. Questionário

Num primeiro passo, lançámos um questionário (ver anexo 1) de carácter mais exploratório, com o objetivo de mapear iniciativas de base local sediadas em território nacional, cuja perspetiva de intervenção refletisse, implícita ou explicitamente, os objetivos

⁵⁵ O SUSY definiu como sendo seu propósito identificar e analisar práticas de economia social e solidária inovadoras, orientadas para a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo dominante. Disponível em <http://pt.solidarityeconomy.eu/perto-de-si/susy-map/>

As iniciativas de economia social e solidária analisadas pelo Susy estão localizadas em 55 territórios na Europa e no mundo e o processo envolveu 26 associações de 23 países europeus. Em Portugal o ponto focal foi o Instituto Marquês de Valle Flor.

do decrescimento e/ou da promoção do cuidado, tendo em conta as assimetrias de género. A opção pela elaboração do questionário foi motivada pela perceção da relevância de partirmos de um quadro geral de caracterização do campo de estudo e pela pertinência de acedermos a uma base de informações que facilitou a posterior seleção das iniciativas para aprofundamento do trabalho de investigação, quer através de entrevistas quer de *focus groups*.

Foi feita uma versão inicial do questionário, construída a partir dos objetivos de investigação, tendo em conta trabalhos de mapeamento e de caracterização do universo de iniciativas realizados noutros contextos e projetos de investigação, nomeadamente nos projetos referidos na secção anterior. Elaborada a versão preliminar do questionário, procedemos a um pré-teste junto de iniciativas locais, tendo efetuado ajustamentos em função das informações recebidas: inclusão de uma breve noção de decrescimento e de cuidado para situar os/as respondentes e alteração na numeração das questões, que estava pouco clara. Não se considerou desejável reduzir o número de questões presentes no questionário, ainda que o tempo exigido para preenchimento do pré-teste tenha sido considerado longo pelas iniciativas respondentes.

O questionário final foi criado no *google forms*, uma plataforma com a qual as iniciativas locais estão bastante familiarizadas, ligado a uma folha de cálculo (*google sheets*) para facilitar o tratamento dos dados. Para que as iniciativas locais se pudessem situar face às duas dimensões centrais, isto é, face ao decrescimento e ao cuidado, incluímos na introdução ao questionário a seguinte referência:

- O decrescimento corresponde a uma crítica ao crescimento económico enquanto objetivo societal central e propõe um modelo orientado para uma redução da produção e do consumo de recursos do planeta, a redistribuição da riqueza e uma sociedade mais convívial e participativa.
- O cuidado corresponde às atividades ligadas à gestão e manutenção quotidiana da vida, isto é, do bem-estar físico e emocional de si e dos/das demais. Na sua maioria são tarefas desempenhadas por mulheres e de forma gratuita, como reflexo das hierarquias de género e da desigualdade de poder entre homens e mulheres que lhe está associada.

Elaborámos uma primeira listagem de 150 iniciativas locais alternativas, identificadas a partir do conhecimento pessoal prévio e do cruzamento de informação resultante de mapeamentos anteriormente realizados⁵⁶, às quais remetemos o questionário por e-mail.

⁵⁶ Em resultado da nossa participação direta em mapeamentos anteriores e/ou de pesquisa *online*, as iniciativas convidadas a responder ao questionário foram identificadas a partir das seguintes fontes:
a) Projeto ALTERNATIVAS- Experiências Locais para uma Transformação Global;
b) Plataforma Agência Animar.COM;
c) Grupo de discussão Fórum Cidadania & Território;

Com o objetivo de ampliarmos a lista de potenciais respondentes, o questionário foi também enviado para dois grupos no *google*: Fórum Cidadania & Território e Fórum das Finanças Éticas e Solidárias. Posteriormente, foi remetido a outras 18 iniciativas identificadas por bola de neve, que não integravam a listagem inicial. O primeiro envio foi realizado a 14 de setembro de 2019 e o encerramento da recolha de dados ocorreu um mês e meio após essa data, isto é, a 30 de outubro de 2019.

Foram recebidos 52 questionários. Considerámos o número de respostas e a diversidade de iniciativas respondentes bastante satisfatórios, não exigindo qualquer prolongamento adicional desta fase. No anexo 7 identificamos todas as iniciativas respondentes. Uma vez que esta investigação definiu um percurso metodológico por aproximações sucessivas, todas as respostas ao questionário foram aceites, já que a informação seria sujeita a aprofundamentos posteriores. Os dados recolhidos através deste questionário permitiram mapear e tornar mais visível o universo de iniciativas alternativas neste domínio e foram tratados de forma anónima ou agregada.

5.1.2. Grupos de discussão

Para a restituição dos dados do questionário e construção coletiva das noções de decrescimento e de cuidado a partir das práticas, optámos por realizar quatro grupos de discussão. A escolha desta técnica foi motivada pela necessidade de recorrer a um dispositivo de cariz emancipatório, capaz de permitir o estabelecimento de relações sociais simétricas com as ILA. Tal opção esteve também alinhada com a procura de um posicionamento não extrativista face às iniciativas locais, que nos levou, ainda na fase de questionário, a assumir o compromisso de devolução dos respetivos dados.

O grupo de discussão, enquanto técnica de investigação qualitativa, dá especial relevo ao discurso produzido em contexto grupal e permite reconhecer a interdependência entre as ideias de cada membro e recuperar a participação ativa dos sujeitos na pesquisa (Godoi, 2015). Entendemos aqui o grupo de discussão como técnica distinta do *focus group* e alicerçamos este nosso entendimento na análise comparativa entre ambos feita por Godoi (2015) e nas propostas que lhe serviram de base de Ibáñez (1986) e Merton (1987), autores que também analisámos.

d) Projeto SUSY - SUStentabilidade e Solidariedade na Economia;

e) Grupo Autonomia Regional no Sul de Portugal;

f) Projeto CATALISE - Capacitação para a Transição Local e Inovação Social;

g) Investigação de Cosme, I. (2019). *From degrowth theory to concrete actions: an exploratory study of the role of bottom-up and top-down initiatives in deep sustainability transitions* (Tese de doutoramento). FCSH Universidade Nova de Lisboa;

h) Conhecimento pessoal.

O grupo de discussão constrói coletivamente o discurso, enquanto o *focus group*, pelo contrário, caracteriza-se por uma discussão dirigida pelo/a moderador/a, na qual as opiniões produzidas são de cariz mais pessoal e fragmentado. A comunicação no grupo focal é monológica (os/as participantes conversam entre si e com o/a moderador/a), enquanto no grupo de discussão a comunicação é dialógica, já que os membros conversam sobretudo entre si, construindo o discurso grupal (Godoi, 2015:636). Ibáñez destaca que no grupo de discussão “o desenho é coextensivo ao processo de investigação: os participantes (na discussão, na assembleia) podem colocar as suas próprias perguntas” (1986:19). Esta técnica, refere Luísa Aires, “baseia-se na produção de discursos orais de determinado grupo social, possibilitando uma representação em que se reflete a dinâmica de uma realidade: normas, valores, interações sociais, perspetivas da realidade, etc. (Colás, 1998). Supõe a existência de um projeto de pesquisa aberto” (Godoi, 2015:38). Aires sublinha ainda que “se o universo do sentido é grupal, parece evidente que a forma do grupo de discussão deverá ajustar-se melhor a esta situação do que a entrevista em profundidade, pois é através da interação discursiva que a reordenação do sentido social se processa (2015:39).

Utilizamos o grupo de discussão sem a pretensão de seguirmos qualquer receituário prescritivo mas antes, adaptando-o ao nosso contexto de investigação e entendendo-o como prática onde o aparato técnico se adapta à situação concreta de investigação. Acompanhamos ainda Ibáñez quando refere que “a formação de grupos, seleção e agrupamento de participantes não responde a critérios estatísticos, mas estruturais (não se trata de uma mostra em termos de elementos, mas de uma mostra de relações” (1986:25).

Nesta fase da investigação, uma vez que existia o duplo objetivo de devolução dos dados do questionário e de criação coletiva das noções de cuidado e de decréscimo a partir das experiências locais, o sentido grupal da comunicação revelou-se mais apropriado. Na fase posterior, quando o objetivo foi captar a perspetiva institucional e conhecer especificidades relativas a cada iniciativa local, a entrevista semiestruturada e o *focus group* afiguraram-se mais adequados ao nosso propósito.

Na adaptação desta técnica à especificidade da nossa investigação observámos as indicações relativas à heterogeneidade de participantes, propiciadora de discussões mais ricas e a homogeneidade social, facilitadora de uma interação baseada em relações tendencialmente simétricas. A nossa intervenção na moderação do grupo ocorreu de forma discreta, como se verá adiante, na segunda parte de cada sessão, logo após a apresentação dos resultados do questionário, e visou garantir que o grupo não se afastasse do tema ou que ocorresse qualquer monopolização do debate por participantes. Procurámos fomentar uma discussão livre, no contexto de um debate ordenado, onde a nossa moderação se centrou na devolução ao grupo do seu discurso, como uma função de espelho, seguindo as indicações de Godoi (2015:639). Não observámos, porém, todas as orientações de Ibáñez

(1986) e de Godoi (2015) relativas à organização de um grupo de discussão, nomeadamente as que dizem respeito ao número máximo recomendável de participantes em cada grupo, já que estes autores sugerem que não ultrapassasse a dezena. A possibilidade de criarmos um espaço atrativo de interação entre as ILA de uma região, reunindo quer respondentes ao questionário, quer outras iniciativas e pessoas convidadas por nós ou pelas ILA não foi compatível com esse número reduzido de participantes ou com a possibilidade de definirmos um limite máximo *à priori*. No entanto, para construirmos as noções de decrescimento e de cuidado e garantirmos uma mais ampla possibilidade de participação de cada pessoa, fragmentámos o grupo de discussão em unidades mais pequenas, com 3 a 6 membros, durante uma parte dos trabalhos de discussão.

A sugestão de Godoi (2015), de evitarmos o interconhecimento prévio dos participantes e destes com a investigadora também foi impossível de assegurar. Os membros das ILA de cada região muitas vezes conhecem-se e interagem ou cooperam em torno de outras ações. Acresce, como já referimos, que a autora se posiciona face a este campo *in between*, ou seja, não é completamente *outsider* nem *insider* face às ILA e em todos os grupos de discussão tinha já uma relação de conhecimento pessoal com alguns/algumas participantes.

Os quatro grupos de discussão tiveram uma estrutura similar (ver anexo 4: plano de sessão) e foram organizados em torno de dois objetivos centrais: restituir os dados do questionário às iniciativas inquiridas e criar coletivamente noções de decrescimento e de cuidado. Implicitamente esteve sempre presente o objetivo de contribuir para adensar as redes de interconhecimento entre pessoas e iniciativas.

No momento relativo à construção coletiva das noções de decrescimento e de cuidado, optámos por uma metodologia participativa baseada na criação de mandalas, seguindo autores/as ligados à educação popular. Partimos da proposta de Lara Lins, para quem a mandala permite “criar relações de respeito e confiança e possibilitar que as pessoas envolvidas possam expressar-se sem medo, ou seja, se sintam confiantes, que seus saberes serão respeitados, que as diversidades apresentadas fazem parte da história e vivências de cada indivíduo, com suas singularidades, deixando de ser meros espectadores para serem protagonistas” (Lins, 2018:23). Optámos por nos apoiar em processos criativos, capazes de propiciar as relações interpessoais e de colocar os participantes na posição de sujeitos portadores e coprodutores de conhecimentos. A participação foi concebida como parte de um processo de cocriação, entendida como “um ‘co-laborar’ de natureza simultaneamente ética, política e epistemológica” (Fasanello, Nunes & Porto; 2018:401).

Realizámos quatro grupos de discussão. Os três iniciais foram coorganizados com iniciativas locais regionalmente distribuídas: Algés, Porto e Montemor-o-Novo. O último, para a região Centro, embora tenha estado agendado para final de março de 2020 em

Minde, foi cancelado devido à pandemia COVID-19 e à declaração do Estado de Emergência, seguida do Estado de Calamidade. Optámos pela realização do grupo do Centro numa plataforma *online* (Zoom) em maio de 2020. Não realizámos grupo de discussão no Algarve pelo facto de aí só termos obtido uma resposta ao questionário. Esta distribuição regional permitiu uma maior proximidade face aos locais de residência das ILA e resultou numa participação quantitativamente significativa e qualitativamente diversificada.

Foi enviado um convite por e-mail a cada iniciativa respondente ao questionário, indicando-se desde logo que poderia convidar outras pessoas ou organizações eventualmente interessadas em participar no grupo de discussão. Convidámos também por e-mail algumas pessoas identificadas por conhecimento pessoal ligadas a ILA ou ao seu estudo e residentes na respetiva região, pois, embora não tenham participado no universo de respondentes ao questionário, realizam uma ação quotidiana em torno das iniciativas locais alternativas. A entidade anfitriã de cada encontro fez também alguns convites a outras iniciativas com as quais desenvolve uma relação mais próxima, com exceção do encontro da região Centro, realizado por videoconferência, através do portal Zoom.

O primeiro grupo de discussão decorreu a 17 de janeiro de 2020, em Algés, organizado em parceria com a Fábrica de Alternativas, uma das iniciativas respondentes ao questionário que se disponibilizou para acolher o grupo de discussão. Contou com 24 participantes de 14 coletivos diferentes, entre os quais se encontravam 6 coletivos respondentes ao questionário. O grupo de discussão decorreu ao final da tarde e encerrou com um jantar-convívio no local, organizado pela Fábrica de Alternativas.

O segundo grupo de discussão teve lugar a 8 de fevereiro de 2020, em Montemor-o-Novo, no âmbito de um evento sobre decrescimento organizado pela Rede para o Decrescimento, pela Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo e pela Cooperativa Minga. Estas duas últimas organizações integram o universo de respondentes ao questionário. O grupo de discussão ocupou o período entre as 14h30 e as 16h30 da tarde. Durante a manhã decorreu a apresentação de iniciativas locais de Montemor-o-Novo (Rede de Cidadania, Cooperativa Minga e Oficinas do Convento) e da própria Rede para o Decrescimento. O nosso grupo de discussão teve lugar após o almoço coletivo, seguindo o programa geral definido. Depois do grupo de discussão realizou-se ainda um *world café* sobre decrescimento, por iniciativa das entidades organizadoras do encontro. Participaram 54 pessoas, umas a título individual outras em representação de 15 organizações distintas, das quais 4 haviam respondido ao questionário.

O terceiro encontro teve lugar no dia 27 de fevereiro de 2020 na Associação Cultural Gato Vadio, no Porto. Contou com 20 participantes de 12 organizações distintas, 5 das quais

havia respondido ao questionário. No final decorreu um jantar-convívio, organizado pela associação Gato Vadio.

O quarto e último grupo de discussão teve lugar no dia 12 de maio de 2020, com recurso à plataforma *Zoom*. Contou com 9 participantes de 6 diferentes coletivos. Admitimos que a realização deste grupo numa plataforma virtual tenha contribuído para uma menor atratividade, dado o número mais reduzido de participantes. Porém, ainda que do ponto de vista da interação o espaço virtual comporte prejuízos claros, a discussão foi muito centrada no tema e o encontro revelou-se frutífero.

O programa de todos os grupos de discussão teve um tronco similar: 1) momento inicial de acolhimento e quebra-gelo; 2) apresentação de um *powerpoint* com a síntese dos dados do questionário seguida de um breve debate; 3) construção coletiva das noções de decrescimento e de cuidado através da constituição de pequenos grupos autogeridos que identificaram as palavras-chave relativas a cada noção; apresentação dos resultados de cada pequeno grupo e debate em plenário; e 4) encerramento. A duração média de cada grupo de discussão foi de 2 horas.

Os grupos de discussão realizados em Algés e no Porto tiveram um modelo organizativo idêntico, com uma duração média de 2 horas, num espaço com as cadeiras dispostas em círculo para que os/as participantes pudessem manter o contacto visual e estabelecer uma comunicação mais horizontal, quer entre si, quer com a investigadora. Ambos terminaram com um jantar convívio, onde se proporcionou um momento de conversa informal. O grupo de discussão realizado em Montemor-o-Novo, ainda que seguindo o mesmo programa, foi diverso porque se inseriu num encontro sobre decrescimento promovido por três iniciativas montemorenses e pela Rede para o Decrescimento, havendo atividades pré e pós grupo de discussão. Neste caso, o número de participantes foi bastante mais elevado e a gestão do espaço disponível não permitiu organizar os/as participantes num círculo único, tendo-se optado por fazer vários pequenos grupos.

O grupo de discussão da região Centro, que decorreu na plataforma *Zoom*, seguiu o mesmo formato, exceto na realização do quebra-gelo inicial, que se resumiu a uma apresentação individual de cada participante.

Para facilitar a devolução dos dados relativos ao questionário de mapeamento (ver capítulo 7), foi feita uma apresentação sintética em *powerpoint* onde inserimos alguns gráficos que contribuíram para uma leitura mais rápida dos dados e organizámos uma listagem das práticas de decrescimento e de cuidado identificadas pelas iniciativas locais, aquando do preenchimento do questionário. Quer na apresentação dos questionários, quer no debate que se seguiu, assumimos um posicionamento mais interventivo, nomeadamente esclarecendo as dúvidas que foram sendo colocadas.

Destinámos uma parte significativa de todas as sessões à discussão e construção coletiva dos conceitos de decrescimento e de cuidado. Em termos de procedimentos, pedimos aos e às participantes para se reunirem em pequenos grupos, de 3 a 6 membros e para registarem com marcador em folhas de papel colorido previamente distribuídas, palavras-chave capazes de identificar os conceitos de decrescimento e de cuidado, separando as folhas relativas a cada questão. Definimos que se registaria apenas uma palavra-chave por folha e não estabelecemos qualquer número máximo de palavras. Cada grupo trabalhou de forma autónoma, sem interferência da investigadora e nomeou um/a porta-voz. Em seguida, colocámos num local visível (no chão ou na parede da sala) uma folha com a palavra decrescimento e outra com a palavra cuidado e pedimos a cada porta-voz que apresentasse as palavras-chave a que o grupo havia chegado para cada noção e as colocasse em redor do círculo de papel, fazendo-se inicialmente a discussão de todas as palavras-chave dos vários grupos para a noção de decrescimento e em seguida para a de cuidado. No decurso, os/as participantes identificaram também algumas palavras que deveriam estabelecer a ligação entre as duas noções e foram acrescentando outras, fruto da discussão coletiva. Durante todo o processo de construção das noções assumimos apenas a função de moderação, não intervindo nos conteúdos em discussão e deixando os grupos funcionar livremente.



Im. 3. Grupo de discussão de Algés, na Fábrica de Alternativas, 17/01/2020.

No grupo de discussão realizado *online*, a identificação das palavras-chave foi feita pelos/as participantes, sem recurso a trabalho em sub-grupos e registada por nós num quadro criado no *Publisher*.

Após cada sessão recorremos a um diário de campo, onde registámos notas de reflexão sobre os aspetos observados. No decurso das sessões não foi possível fazer esses registos dada a necessidade de atenção permanente à moderação e para evitar perturbação no andamento das sessões. Por motivos diversos, também não foi possível fazer um registo áudio das sessões presenciais. No primeiro grupo de discussão, devido a um problema técnico com a gravação; no segundo, pelo elevado número de participantes em interação e pelas más condições acústicas do espaço e no terceiro porque no pedido de consentimento informado prévio, solicitado por escrito com a folha de presenças, dois participantes não deram o seu aval à gravação. O grupo de discussão *online* foi gravado em vídeo, através da gravação automática do Zoom.

Nas notas de campo assinalámos os aspetos centrais observados e as questões colocadas pelos participantes. Foram também feitos registos fotográficos das sessões, nomeadamente das mandalas de palavras.

As palavras-chave identificadas em cada uma destas sessões foram inicialmente organizadas por sessão e em seguida agregadas por tema (decrescimento e cuidado), como se apresenta mais adiante, permitindo co-construir estas noções, a partir dos resultados do trabalho nos Grupos de Discussão.

As organizações participantes foram muito diversas, desde ILA, instituições de solidariedade social, grupos comunitários, etc. Apresentamos em seguida um quadro síntese com o número de participantes em cada grupo de discussão.

Data	Região/ Localidade	Iniciativa(s) coorganizadora(s)	Total de participantes	N.º total de organizações	N.º de organizações respondentes ao questionário
17/01/2020	Lisboa Algés	Fábrica de Alternativas	24	14	6
08/02/2020	Alentejo Montemor-o- Novo	Coop. Minga, Rede Cidadania e Montemor o Novo, Rede Portuguesa para o Decrescimento	54	15	4
27/2/2020	Norte Porto	Associação Gato Vadio	20	12	5
12/05/2020	Centro	Online (Zoom)	9	6	6
Total			107 (94)*	47 (44) *	21 (19)*

Quadro 3 . Grupos de discussão: identificação da data, local e número de participantes

*Registamos um total de 94 pessoas e de 44 organizações participantes, já que 3 organizações, representadas por 5 pessoas que participaram no grupo de discussão da sua região e também no de Montemor-o-Novo, cujo âmbito e duração eram mais vastos.

5.1.3. Pesquisa documental

Antes de iniciarmos a realização das entrevistas junto destas iniciativas procurámos coligir e aprofundar previamente a informação caracterizadora de cada uma delas, complementar os dados que haviam sido recolhidos através do questionário inicial e consultar a informação publicamente disponível. Com este passo procurámos libertar tempo da entrevista e identificar questões-chave cujo aprofundamento pudesse vir a mostrar-se relevante.

Identificámos, para cada uma das 11 iniciativas os espaços de presença *online* como websites, blogs, páginas no Facebook e no Instagram, etc. e procurámos as informações que pudessem complementar o quadro de caracterização relativo a cada uma delas.

5.1.4. Entrevistas

Optámos pela realização de entrevistas semiestruturadas junto de um/a responsável de cada iniciativa selecionada e pela posterior realização de uma entrevista coletiva, na modalidade de *focus group*, porque, quer de forma individual quer coletiva, a entrevista constituiu uma oportunidade para o estabelecimento de uma ligação mais estreita e de um conhecimento mais profundo sobre cada ILA. Sublinhamos, tal como mostra Virgínia Ferreira, que “a complementaridade entre os dois tipos de entrevista é notória, na medida em que, na entrevista individual temos acesso ao nível intrapessoal, enquanto a de grupo é mais pertinente para a dedução de hipóteses ao nível interpessoal” (Ferreira, 2004:104).

Com as entrevistas individuais e com os grupos focais não visámos atingir qualquer espelho da realidade social, como se esta fosse estática e exterior aos/às participantes, como alertam Lakatos e Marconi (2003): a ação é recíproca e o devir da transformação social é permanente. Quer na entrevista individual quer no *focus group* procurámos criar contextos relacionais que permitissem aceder aos significados que as pessoas envolvidas atribuem às suas experiências e às iniciativas em que estão envolvidas.

Estes dados abriram também a possibilidade de realização de uma análise comparativa onde “as relações entre as partes e o todo são estudadas no contexto global onde se inserem” (Mendes, 2003:3).

O posicionamento desta investigação no espaço “*in-between*” (Dwyer e Buckle, 2009) facilitou a aproximação às iniciativas e a construção de um contexto relacional de confiança. Procurámos manter um posicionamento de escuta ativa, sem o peso de julgamentos, garantindo procedimentos éticos na recolha e análise dos dados. Miller e Glassner afirmam que “o conhecimento dos mundos sociais emerge da conquista de profundidade intersubjetiva e da compreensão mútua destes, para estar presente” (2004:133). Estes autores sublinham ainda que as diferenças sociais entre ambos podem resultar em suspeitas e falta de confiança que quem investiga deve procurar superar ativamente, pois “a forma como os entrevistados nos respondem com base em quem nós somos nas suas vidas, tal como as categorias sociais a que pertencemos, como idade, género, classe e raça constituem uma preocupação prática, epistemológica e teórica” (2004: 127-128).

Estamos cientes dos riscos que uma relação intersubjetiva representa, nomeadamente no que diz respeito ao acesso limitado a informação relevante, devido a uma eventual falta de confiança dos sujeitos e à possibilidade de ocorrer pressão direta ou indireta que afete a investigação. Tal afetação pode traduzir-se no carácter mais ou menos apologético ou na omissão de aspetos críticos relativos às iniciativas locais, ou mesmo no risco inerente a visões algo romantizadas sobre o objeto de estudo. Porém, ainda que estas entrevistas tenham decorrido num ambiente relacional e reconheçamos a subjetividade que lhe é inerente, entendemos que permitiram um entendimento mútuo profundo e o acesso à autorreflexividade dos e das participantes.

Miller e Glassner sublinham que “as entrevistas qualitativas proporcionam-nos meios para explorar pontos de vista dos nossos sujeitos de pesquisa” (2004:127) e são ainda uma oportunidade para recolher e examinar com rigor as narrativas sobre os mundos sociais. Estes, cruzados com a análise de contexto, facilitam a emergência de narrativas culturais que situam as vozes das pessoas entrevistadas e os seus significados e aumentam a probabilidade de aceder às histórias coletivas dos grupos, permitindo o cruzamento de narrativas distintas (Miller e Glassner, 2004). Ainda que as hierarquias estejam presentes no contexto de uma entrevista, nomeadamente porque quem investiga é quem define o que deve ser perguntado, procurámos atenuar essas diferenças e estabelecer uma dinâmica capaz de reconhecer os sujeitos de investigação como portadores e produtores de conhecimento válido.

Este passo visou aprofundar o conhecimento das práticas de decrescimento e de cuidado e do seu potencial de transformação social junto de um número mais reduzido de ILA, através de um exercício de análise crítica de maior profundidade. O processo de seleção das iniciativas não foi linear, já que o universo de partida era constituído por organizações com experiências muito interessantes do ponto de vista do decrescimento e do cuidado. Porém, dada a impossibilidade de procedermos a uma análise mais profunda de todas elas

no tempo disponível para realizar esta Tese, foi necessário definir critérios de seleção que permitissem chegar a um núcleo suficientemente diversificado e capaz de dar conta da riqueza das iniciativas alternativas. Definimos os seguintes critérios, os quais foram aplicados de forma sucessiva:

- a) Intensidade da presença das práticas de decrescimento e de cuidado referidas nas respostas ao questionário;
- b) Relevância global dessas práticas;
- c) Representatividade de diferentes temáticas de ação; e
- d) Representatividade regional.

Submetemos as 52 ILA ao primeiro critério relativo à intensidade da presença das dimensões de decrescimento e de cuidado elencadas no questionário e selecionámos todas aquelas que assinalaram pelo menos seis dessas dimensões. Esta operação reduziu o universo para 37 iniciativas. Em seguida classificámos as iniciativas em termos de relevância para esta investigação atribuindo-lhes uma classificação entre 1 e 5, de acordo com as suas características peculiares mais distintivas (por exemplo, existência de um espaço de comercialização de produtos; articulação entre educação, inclusão e produção biológica; combinação entre cultura, restauração e produção, etc.). Selecionámos apenas as iniciativas com relevância igual ou superior a 4, o que reduziu o nosso grupo para 20 iniciativas.

Procurámos ainda assegurar uma representação temática alargada, incluindo, no máximo, três iniciativas de cada área temática. Com este passo o grupo de iniciativas ficou reduzido a 18, um número mais razoável mas ainda elevado para ser feito um estudo mais aprofundado em cada uma delas. Por fim, assegurámos uma representação das quatro distintas regiões que responderam ao questionário (excetuando o Algarve, onde tínhamos obtido apenas 1 resposta) e, simultaneamente, o equilíbrio entre iniciativas com intervenção em zonas mais urbanas e zonas mais rurais. Da aplicação deste critério resultou um grupo com 11 ILA, a analisar mais detalhadamente. Houve duas iniciativas que não tiveram disponibilidade para ser entrevistadas via *zoom*. Dadas as limitações no acesso ao campo durante a pandemia optou-se pela sua substituição por duas outras iniciativas que preenchiam os critérios de seleção, dada a imprevisibilidade da duração e severidade da pandemia.

Temática	Região
Cidadania / moedas sociais	Lisboa e Vale do Tejo
Cultura / trocas e grupo de consumo	Centro
Ecologia /restaurante vegan	Norte
Educação e Formação / ecologia e cuidado	Centro
Desenvolvimento Local	Alentejo
Multisetorial ou tendencialmente integral - rural	Alentejo
Multisetorial ou tendencialmente integral urbana	Lisboa e Vale do Tejo
Convivialidade /comunidade	Lisboa e Vale do Tejo
Agrícola rural	Centro
Cultura / democracia	Norte
Agroecologia urbana /cultura	Norte

Quadro 4 - Iniciativas selecionadas para aprofundamento

A entrevista semiestruturada

Optámos pela realização de entrevistas semiestruturadas por permitirem focalizar a discussão, aprofundar significados de modo flexível e, no seu decurso poderem ser especificados tópicos ou esclarecidas questões (Lakatos e Marconi, 2003). A entrevista, como assinala Luísa Aires, “longe de constituir um intercâmbio social espontâneo, compreende um processo um tanto artificial e artificioso, através do qual o investigador cria uma situação concreta (a entrevista)” (2015:29). As entrevistas individuais procuram apreender aspetos mais específicos, compreender os diferentes sentidos que os atores dão às experiências, destrinçar relações de poder e criar um espaço que permita também o surgimento de dados imprevistos, como afirma José Manuel Mendes: “os relatos produzidos pelos indivíduos têm sempre presente o que está em jogo, isto é, a forma como os interesses de diferentes coletividades e agentes interferem com as suas ações” (2003:11). Procurámos ter presentes as recomendações de Fals Borda e evitar o estabelecimento de relações capazes de acentuar o divórcio entre sujeito e objeto de investigação, isto é, que contribuam para reforçar as assimetrias relacionais entre entrevistadora e entrevistado/a. Fals Borda defende que é necessário “transformar a entrevista numa experiência de

participação e consenso entre doador e receptor da informação, na qual ambos se identificam quanto à necessidade e fins partilhados dessa experiência (2014:267-264).

Definimos previamente um conjunto de temáticas a explorar e construímos um guião (ver anexo 2). Fomos apresentando as questões sem uma ordem predefinida, para favorecer o fluir da interação com a pessoa entrevistada. Não seguimos o guião de forma rígida para que pudesse haver oportunidade de os/as entrevistados/as afluírem outros temas e significados. A nossa participação foi ativa, clarificando aspetos, aprofundando significados e acolhendo temáticas novas que se revelaram no decurso da entrevista. O facto de utilizarmos o mesmo guião para todas as entrevistas facilitou a comparabilidade dos resultados.

Foram realizadas entrevistas a onze ILA entre os meses de maio e agosto de 2020 por videoconferência, devido à situação pandémica que o país atravessava nessa altura e que condicionou os contactos presenciais. Cada entrevista teve cerca de uma hora de duração, foi gravada em ficheiro vídeo e áudio e transcrita *ipsis verbis*. Posteriormente procedemos a uma leitura integral de cada entrevista, o que permitiu identificar os excertos mais ilustrativos do discurso e as problemáticas centrais e secundárias e elaborámos as respetivas sinopses, organizadas por categorias de análise. A análise dos dados recolhidos através das entrevistas serviu de base à redação do capítulo 8.

No momento da realização da entrevista, todos/as os/as respondentes assumiam responsabilidades na condução da respetiva iniciativa, com funções diversas, de acordo com o modelo organizativo interno de cada uma e as inerentes esferas de responsabilidade, podendo tratar-se de funções cocordenação, cogestão, direção, presidência ou outras. Duas iniciativas optaram por ter dois membros a responder em simultâneo à entrevista, em consonância com os seus princípios de funcionamento e procedimentos de representação externa. Agregámos as respostas destas entrevistadas para não contrariar o objetivo das iniciativas respondentes. Desta forma, o universo de participantes nas 11 entrevistas é formado por 13 pessoas, das quais 7 são do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Apenas num dos casos a pessoa que respondeu ao questionário inicial não coincidiu com quem participou na entrevista.

Em termos de distribuição geográfica, três iniciativas são da zona do Porto e outras três são da zona de Lisboa. Ainda em centros urbanos relativamente densos, foi entrevistada uma iniciativa em Coimbra. Em territórios com densidade populacional menos intensa, entrevistámos uma cooperativa numa vila alentejana, uma cooperativa numa aldeia próxima de Coimbra, uma associação no Alentejo litoral e uma associação numa freguesia rural da Beira Interior.

O *focus group*

Para aprofundarmos a informação já recolhida e acedermos a um contexto de interação entre participantes da mesma iniciativa, realizámos 7 *focus group* que permitiram aceder a um contexto relacional, onde se cruzaram vozes de participantes diversos. O nosso objetivo foi identificar as perceções dos/as membros das iniciativas locais face aos processos de transformação social centrados na sustentabilidade da vida e aos saberes que são mobilizados por essas experiências.

A metodologia de entrevista em *focus group*, que conta já com várias décadas de existência, foi especialmente desenvolvida pelos trabalhos de Robert Merton, Marjorie Fiske e Patricia Kendall (Ferreira, 2004). Morgan define grupos focais como “uma técnica de pesquisa que recolhe dados através da interação do grupo face a um tópico determinado pelo investigador” (1996:130). Para o autor, esta definição possui três componentes essenciais: em primeiro lugar, afirma claramente que os *focus groups* são um instrumento de pesquisa dedicado à recolha de dados; em segundo lugar sedia a fonte dos dados na interação alcançada pela discussão em grupo; e, em terceiro lugar, reconhece o papel ativo de quem investiga na criação da discussão em grupo para fins de recolha de dados (1996:130).

O *focus group* permite uma recolha rápida de informações e cria um ambiente natural onde os/as participantes se podem influenciar mutuamente. É diverso de qualquer soma de entrevistas individuais na medida em que os/as participantes se interinfluenciam, fornecendo assim informações adicionais sobre os seus dissensos e consensos. Essa capacidade de dar conta da extensão e da natureza da concordância e discordância entre entrevistados/as é uma qualidade específica dos *focus groups* já que a interação cria um espaço de autorrevelação.

Morgan, com base nos trabalhos de Morgan e Krueger (1993), destaca que “comparações com outros métodos mostram-nos que a real potencialidade do *focus group* não está simplesmente na exploração daquilo que as pessoas têm para dizer, mas na criação de *insights* sobre as origens de comportamentos complexos e de motivações” (1996: 139). Por outro lado, os *focus group* conseguem recolher dados face a uma gama relativamente ampla de participantes, num tempo relativamente curto.

Criámos um referencial básico de procedimentos e elaborámos um guião de entrevista com os tópicos e questões orientadoras da discussão (ver anexo 3). Não procurámos seguir qualquer ordem de questões rígida, para que a discussão pudesse decorrer com maior fluidez. Tivemos em conta as implicações de uma facilitação relativamente estruturada na condução dos grupos focais e optámos por ter um posicionamento interventivo para facilitarmos a focalização dos participantes no tema, sem emitirmos opiniões, e de molde a gerimos a participação de todas as pessoas, evitando eventuais monopolizações da

discussão e estimulando a participação de membros menos interventivos/as. Optámos por seguir o mesmo procedimento de condução dos *focus groups* e por usar um único referencial de questões, de forma a facilitar uma comparação posterior de resultados.

Inicialmente previmos realizar um *focus group* em cada uma das onze iniciativas cujos/as responsáveis haviam sido entrevistados/as, de forma a podermos aceder a um nível de discussão mais interpessoal, gerado pelo contexto relacional. A pandemia acabou por condicionar o trabalho de campo e nesse período, das onze iniciativas contactadas apenas 7 tiveram disponibilidade para realizar o *focus group* em formato presencial. Os grupos focais foram realizados, sempre que possível ao ar livre, dadas às restrições impostas pela pandemia COVID 19. Optámos por não realizar entrevistas desta natureza *online* devido ao prejuízo que tal causaria na interação entre participantes e por entendermos que a informação recolhida, quer por via das entrevistas quer nos *focus group* que foi possível realizar, preenchia os nossos objetivos.

Dos sete *focus groups*, quatro foram realizados em contextos urbanos mais densamente povoados: dois na zona do Porto, um na zona de Lisboa e um em Coimbra. Em territórios menos densos e predominantemente rurais, foram realizados três *focus groups*: um numa freguesia do litoral Alentejano, outro numa aldeia próxima de Coimbra e um terceiro numa freguesia rural da serra da Estrela. A discussão foi estruturada em torno de quatro temas: 1) referenciais de transformação social; 2) noção de decrescimento; 3) noção de cuidado; e 4) aprendizagens críticas.

Os *focus groups* foram realizados entre 30 de julho e 29 de outubro de 2020, tiveram a duração média de 90 minutos e foram gravados em áudio e integralmente transcritos. Foi seguido o mesmo guião orientador (ver anexo 3). Estiveram envolvidas 36 pessoas: 5 grupos com 4 membros e 2 grupos com 8 membros. Os/as participantes foram identificados pela ILA em análise, em função do seu envolvimento na iniciativa: dirigentes, técnicos/as, voluntários/as e membros. Cada ILA organizou também o espaço físico para acolhimento e realização desta entrevista grupal, seguindo especificações previamente fornecidas por nós relativas ao número, diversidade de participantes, espaço mais adequado e duração.

O programa seguido foi igual em todos os *focus groups*: boas vindas, apresentação individual de cada participante, apresentação pela investigadora dos objetivos e das regras de funcionamento, introdução do tema, apresentação sucessiva de tópicos no decurso da discussão, agradecimento e encerramento.



Im.4 (esq.) - *focus group* no Barreiro. 30/07/2020



Im. 5 (dir.) - *focus group* em Odemira. 12/09/2020

5.2. Análise de dados

A análise de dados visou criar um todo coerente a partir das diversas fontes de informação a que recorreremos durante o processo de investigação. Se num primeiro momento procurámos organizar e sintetizar os dados recolhidos em cada passo, nomeadamente no questionário de mapeamento, nos grupos de discussão, nas entrevistas e nos *focus groups*, o segundo momento consistiu na organização e interpretação desses dados, de forma a criarmos um corpo coerente.

Conciliámos dois níveis de análise: o plano interno de cada iniciativa local alternativa e o plano inter-iniciativas que nos permitiu ampliar a compreensão dos fatores transversais potenciadores de transformação social. Adotámos os seguintes procedimentos de análise de dados:

- a) Tratamento dos dados do questionário aplicado a 52 iniciativas através do programa Excel e redação de um texto síntese de caracterização do universo de iniciativas mapeadas e das suas práticas de decrescimento e de cuidado que corresponde ao capítulo 6;
- b) Compilação da informação dos quatro grupos de discussão e das respetivas notas de campo. Redação de um texto-síntese com as noções de decrescimento e cuidado que emergiram em cada sessão e elaboração de uma grelha de análise comparativa que corresponde ao capítulo 7;
- c) Elaboração de uma grelha sinóptica com a informação recolhida em cada entrevista individual (que corresponde ao capítulo 8) e em cada *focus group* (corresponde ao capítulo 9), organizadas por categorias.
- d) Discussão dos dados recolhidos através do trabalho empírico e da teoria analisada na primeira parte (corresponde ao capítulo 10). Para que os diversos elementos que recolhemos ao longo do processo e que foram alvo de uma análise parcelar relativa a cada fase, procedemos à sistematização dessa informação e a uma análise comparativa que visou identificar regularidades, padrões e diferenças entre as ILA, confrontando-as com as perspetivas teóricas a que demos relevo na revisão da literatura e devolvendo integridade ao objeto.

Apresentamos em seguida os capítulos relativos a cada fase do trabalho de campo, isto é: ao questionário, aos grupos de discussão, entrevistas e *focus group*.

6. Questionário: mapeamento e caracterização do campo

Os que lutam

Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.

Bertolt Brecht

6.1. Caracterização geral

Apresentamos em seguida o resultado da análise aos dados recolhidos através do questionário de mapeamento (ver anexo 1), um passo metodológico que visou conhecer mais transversalmente este universo e criar uma base de informação a partir da qual, posteriormente, procedemos à seleção das iniciativas a estudar com maior profundidade.

Com a caracterização das iniciativas respondentes não pretendemos fazer generalizações para a totalidade das iniciativas locais alternativas existentes em Portugal. No entanto, consideramos que ela fornece pistas de leitura sobre os processos de transformação social que as norteiam e, mais especificamente, sobre práticas que podemos inscrever nos campos do decrescimento e do cuidado.

O questionário contou com 52 respostas e registámos uma distribuição muito equilibrada de respondentes por sexo, com 48% de mulheres e 52% de homens. Na larga maioria das situações, isto é, em 84% dos casos, a resposta ao questionário foi assegurada por pessoas ligadas à direção ou à coordenação da iniciativa, em 10% dos casos por membros participantes na iniciativa e nas restantes situações, a resposta foi dada por membros da equipa técnica (4%) ou por membros de outros órgãos sociais, com exceção da direção (2%).

Distribuição geográfica

As 52 iniciativas que responderam ao questionário distribuem-se por todo o território continental nacional, mas estão especialmente concentradas nas duas maiores cidades do país: Lisboa, que conta com 6 iniciativas, e Porto, que conta com 7. Se analisarmos a distribuição por regiões-plano, registamos 11 iniciativas no Norte de Portugal, 14 iniciativas no Centro, 9 iniciativas no Alentejo e 17 iniciativas na região de Lisboa e Vale do Tejo. No Algarve contámos apenas com uma resposta e nas regiões insulares não obtivemos nenhuma.

Esta distribuição geográfica, ainda que não inclua as regiões insulares e tenha uma baixa representação no Algarve, é bastante diversificada em termos de contextos locais, rurais ou urbanos, densidades populacionais, tipologia de organizações e de práticas transformadoras.



Im. 6 -Distribuição geográfica das iniciativas inquiridas. Elaboração nossa sobre o software Scribblemaps⁵⁷.

Territórios onde atuam

Os territórios onde atuam estas 52 iniciativas são diversos. Registamos algum equilíbrio entre as iniciativas que intervêm exclusivamente em territórios urbanos ou periurbanos, com 38% do total, e as iniciativas que atuam territórios rurais, com 35% do total. Os restantes 27% de iniciativas intervêm em contextos mistos e optaram por não os classificar como maioritariamente rurais, urbanos ou periurbanos.

A dimensão populacional dos territórios de intervenção é também muito variável, mas predominam as iniciativas em territórios com 15 mil habitantes ou menos, que correspondem a 44% do total.

⁵⁷ https://www.scribblemaps.com/maps/view/Iniciativas_Locais_Graça_Rojão/Iniciativas_Locais

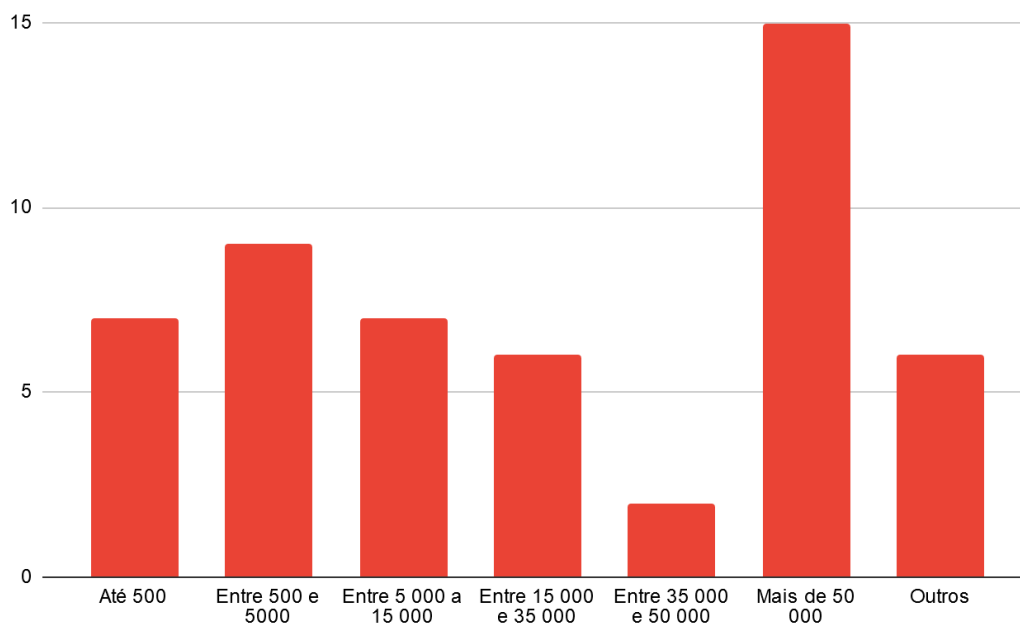


Gráfico 2 - Número de habitantes por zona de intervenção das iniciativas

Ano de criação

Embora exista alguma heterogeneidade no ano de criação destas iniciativas, com a mais antiga fundada em 1975, uma larga maioria, isto é, 87% das iniciativas, nasceram após 2006, registando-se um pico no biénio 2007/08, que corresponde também ao período de explosão da crise financeira, facto com o qual pode ter alguma conexão.

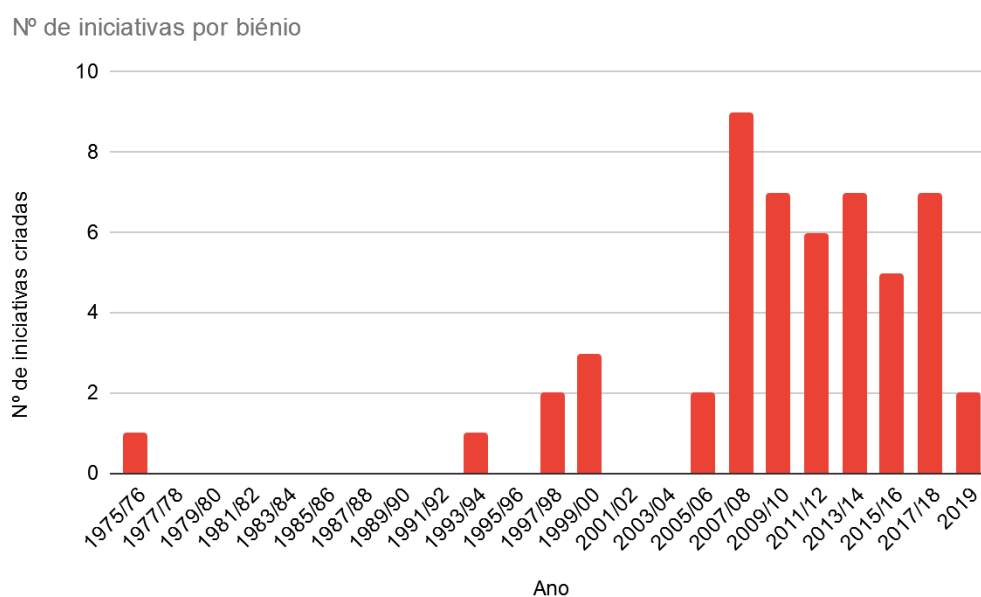


Gráfico 3 - Biénio de criação das iniciativas

Figura jurídica

O questionário considerou duas questões distintas relativas à figura jurídica das ILA: um primeiro nível de diferenciação entre iniciativas formais e não-formais, seguindo-se exclusivamente para as que têm uma figura jurídica formal, a questão relativa à identificação da respetiva figura. Ainda que o tema possa aparentar objetividade, as respostas obtidas permitiram conhecer uma grande diversidade de situações, algumas só esclarecidas após contactos telefónicos ou por e-mail estabelecidos posteriormente.

De um modo geral, podemos afirmar que estas iniciativas caracterizam-se por modelos organizativos horizontais e pela recusa de hierarquias formais, o que pode ter criado hesitações na interpretação da questão relativa à existência de uma figura jurídica formal, tendo surgido algumas respostas que resultaram da confusão entre o modelo organizativo e a figura jurídica.

Como está patente no gráfico seguinte, a maior parte das iniciativas inquiridas, isto é 73,1%, consideram possuir uma figura jurídica formalizada; 19,2% das iniciativas entendem que não têm um estatuto formal; e 7,7% das iniciativas consideram ter um outro estatuto que não se enquadra em nenhuma destas duas opções. Uma corresponde a uma parceria entre organizações com uma figura jurídica definida e quatro iniciativas, que funcionam com elevado grau de autonomia dentro de outras associações, consideram-se parte da categoria de grupo não-formal. Constata-se, portanto, uma prevalência da formalização jurídica das iniciativas ou do seu refúgio no quadro de organizações com uma figura legal definida.

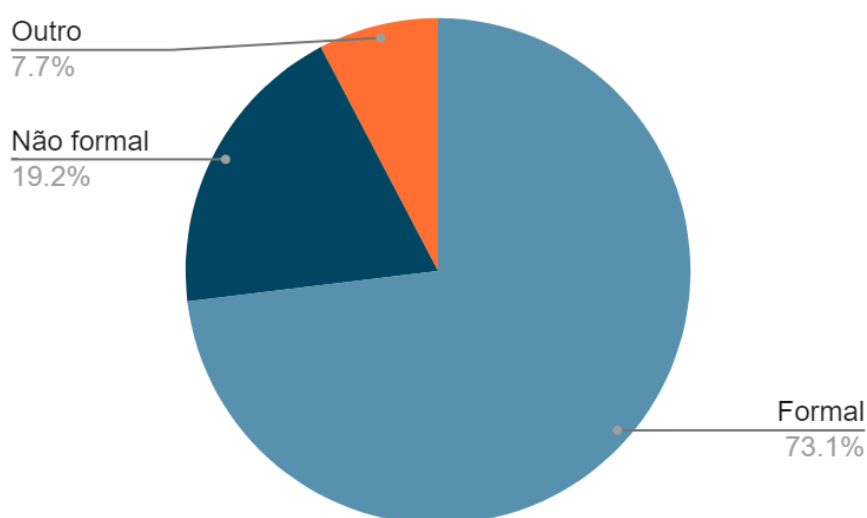


Gráfico 4 - Existência de uma figura jurídica formal

Nas ILA com estatuto formal predominam as associações, seguindo-se as cooperativas e por fim as empresas. Das 38 iniciativas com uma figura jurídica, a grande maioria, isto é, 81,6% das iniciativas, são associações sem fins lucrativos, embora uma delas se assuma como cooperativa com base no seu modelo de funcionamento, ainda que isso não corresponda à respetiva figura jurídica; uma iniciativa considera possuir dois estatutos jurídicos: associação e empresa; e 7,9% das iniciativas são formalmente cooperativas. As restantes 5,3% são duas empresas e um agrupamento de empresas.

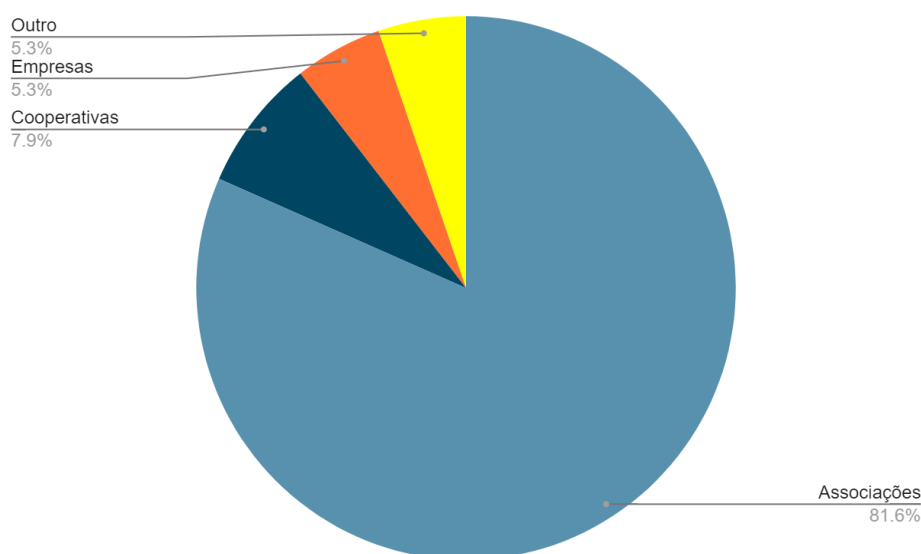


Gráfico 5 - Figura jurídica escolhida pelas iniciativas formalmente constituídas

Pessoas envolvidas nas iniciativas

Estas iniciativas implicam diretamente um elevado número de participantes, sejam trabalhadores/as ou voluntários/as. Em 2019 estimamos que tenham envolvido cerca de 4 mil pessoas, 66% das quais do sexo feminino. As iniciativas que envolvem até 30 pessoas representam 71% do total, seguindo-se as iniciativas que envolvem até 70 pessoas, com um peso de 19% do total. As iniciativas que envolvem entre 100 a 500 pessoas representam 8% do total e, por fim, uma iniciativa sozinha envolve 1830 pessoas.

6.2. Motivações, objetivos e práticas

Quando procuramos os motivos que desencadearam o nascimento destas iniciativas, há algumas razões que se destacam, como é visível no gráfico 5. Mais de metade (53,9%) das iniciativas assumem que a existência de objetivos partilhados por um grupo de pessoas que quiseram pôr em prática uma solução foi determinante. Uma das ILA refere: “um grupo de amigos reuniu-se e decidiu formar uma associação para promover atividades no âmbito da sustentabilidade ambiental” (Q23⁵⁸). Também as relações interpessoais e de cooperação profissional entre fundadores/as, amigos/as ou colegas, com uma visão de futuro partilhada, nomeadamente face a questões ambientais ou à produção artística, foi assinalada com destaque por 21% das iniciativas, como é patente numa ILA que afirma ter surgido desta forma: “um grupo de amigos/conhecidos interessados em alimentação saudável, proteção do ambiente e desenvolvimento da economia local” (Q39).

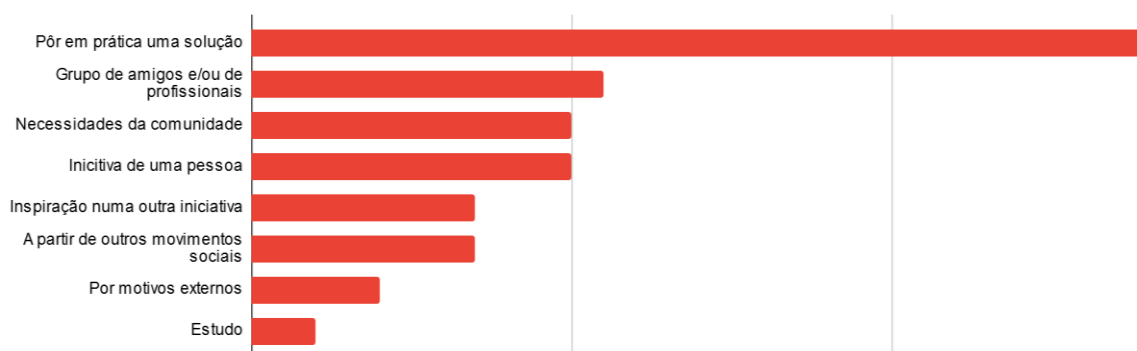


Gráfico 6 - Motivações para o arranque da iniciativa

A resposta a problemas da comunidade ou do território, como a existência de pessoas com necessidades especiais e sem equipamentos de apoio adequados, a gestão do território, o acesso ao emprego, etc. contam com 19% das referências, enquanto motivações desencadeadoras do nascimento de iniciativas. Por exemplo, uma ILA nasceu “[d]a necessidade dos pais em proporcionar um sistema de educação que promova prioritariamente a felicidade das crianças e suas famílias” (Q13). A inspiração a partir de uma outra iniciativa ou de uma ideia que os/as promotores/as conheceram através da participação num encontro, da leitura de um livro ou do contacto com uma rede internacional conta com 13,5% de referências, como por exemplo uma ILA que radica o seu

⁵⁸ Utilizaremos a notação Q para informação que obtivemos a partir do questionário; E para entrevistas, FG para focus group, seguidas do número ou das letras de código que atribuímos a cada iniciativa.

nascimento num “grupo de amigos inspirados nas cidades de transição” (Q8). A mobilização e a reflexão realizadas noutros coletivos, sobretudo movimentos sociais, de que são exemplo a Acampada de Lisboa ou o Limpar Portugal, contou com 13,5% de referências. Diz uma das iniciativas: “em maio de 2013 foi criada a Assembleia Popular de Algés onde nos reuníamos todos os sábados no jardim” (Q6). Há ainda 19,2% das iniciativas que referem a relevância de uma pessoa fundadora que mobilizou as restantes para a criação de um empreendimento coletivo: “nasceu de um sonho tanto pessoal, como compartilhado com outras pessoas. No início foi necessário o compromisso de uma pessoa, dando espaço a que outros [se] pudessem juntar” (Q40).

Por fim, com 7,7% referências, surgem motivações externas como o concurso a um financiamento, a formalização de uma parceria e, em dois casos, a realização de um trabalho académico, respetivamente uma tese de mestrado e um estágio curricular.

Temática de intervenção

Os objetivos que mobilizam estas iniciativas estão intrinsecamente ligados à vontade de contribuir para a transformação social e traduzem-se em ações muito diversas, que descreveremos a partir das temáticas prioritárias de intervenção. Optámos por considerar a temática predominante em cada iniciativa, reconhecendo porém que a sua inclusão numa determinada categoria não exclui a possibilidade da sua inclusão noutras, dada a transversalidade que vários temas assumem em todas elas.

Estas iniciativas são bastante diversas, ainda que possamos encontrar praticamente em todas uma motivação muito forte para concretizar utopias. A categorização é complexa, pela diversidade de áreas de delimitação difícil e pelo facto de intervirem em mais de uma área temática. No questionário destacam-se as organizações que centram a sua ação em torno de questões ecológicas, representando 17,3% do total e, logo em seguida, as mais ligadas à agroecologia que representam 15,4%. Somando ambas, temos 32,75% das ILA respondentes, o que revela o peso que aqui assumem estas preocupações. Se tivermos em conta as iniciativas com uma abordagem multisetorial, que envolvem 9,6% do total e abarcam um leque diversificado de dimensões, nomeadamente relativas ao abastecimento de produtos agrícolas, programação cultural, iniciativas cívicas, etc. e se as somarmos às ILA ecológicas e agroecológicas, chegamos a quase metade das iniciativas (42,3%).

Em seguida, surgem as iniciativas centradas na cultura, que correspondem a 11,5% das respostas, e com igual peso, as iniciativas ligadas à promoção da educação e da formação. As iniciativas relacionadas com questões cívicas representam 9,6% do total e as iniciativas centradas na criação de espaços de convivialidade, bem como as associações de desenvolvimento local, representam 5,8%. Na categoria “outros” cabem algumas ILA que

difficilmente poderemos encaixar num tema específico e que vão desde as finanças éticas, até às experiências mais ligadas à espiritualidade, à criação de emprego, etc.

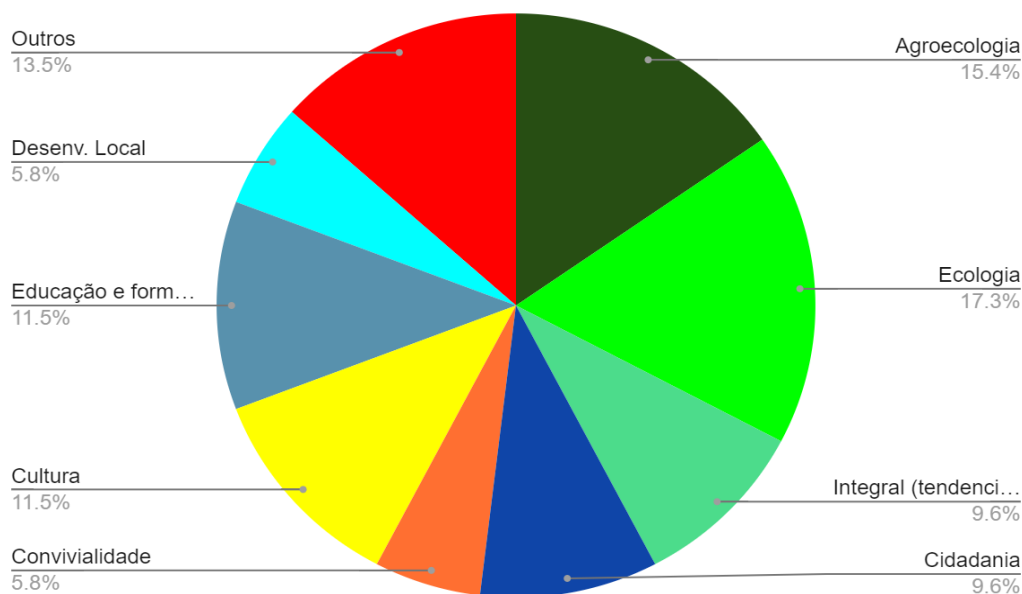


Gráfico 7 - Tipologia de intervenção das iniciativas

Adotamos em seguida uma caracterização por temáticas dominantes, que facilita a visibilização de algumas das especificidades.

a) Ecologia - A ecologia como dimensão central de atuação está presente em 17,3% das 52 iniciativas. Neste campo, há iniciativas que têm uma intervenção direta na conservação de espaços naturais e que definem claramente o seu objetivo neste âmbito, como por ex. uma ILA que afirma ter como missão “criar espaços para a natureza” por meio de uma “atuação regional na proteção do património natural da região, através de ações de restauro e desenvolvimento ecológico” (Q7). Na mesma linha, uma outra, considera que se centra na gestão de propriedades “com objetivos de aumentar a biodiversidade, nomeadamente com recurso a voluntariado e à comunidade” (Q31). A atuação no campo da sensibilização para os problemas ambientais está muito presente, por via de atividades que pretendem mudar comportamentos. Por exemplo, uma iniciativa afirma que o seu objetivo é “promover a reflexão e consciencialização sobre a necessidade de contribuir individualmente e em comunidade para um futuro sustentável e resiliente e para a preservação da natureza e qualidade ambiental” (Q22) e acrescenta que visa “envolver a população local em atividades destinadas a fornecer ferramentas e

conhecimentos sobre vivências mais sustentáveis e menos consumistas, contribuindo para a realocação da economia” (Q22). Entre as atividades que permitem concretizar estes objetivos, há ações ligadas à plantação de árvores de espécies autóctones, formações, debates, caminhadas e o recurso à arte, nomeadamente ao cinema ambiental, a residências artísticas, entre outras. Por exemplo, uma das iniciativas realiza anualmente um evento que descreve desta forma: “festival com conferência, oficinas, concertos, mercado eco, praça da alimentação, aulas abertas e sessões de cocriação subordinadas a temas” (Q38). Para além da intervenção direta na gestão de espaços naturais e de atividades de sensibilização ambiental, há também, de forma transversal, uma ação cívica incisiva ligada ao exercício da cidadania no domínio do ambiente, que se traduz, por exemplo neste caso, na “defesa do ambiente rural e urbano, proposta de alternativas, economia ecológica” (Q24).

b) Agroecologia - A agroecologia é a vertente central de 15,4% das iniciativas inquiridas, numa combinação entre produção, sensibilização, formação e realização de atividades culturais e lúdicas. Algumas iniciativas estão centradas nos aspetos diretamente ligados à produção, como “escoar a nossa produção a quem a valorize, ser pago por um valor que nos permita a continuidade, ter uma relação com o nosso cliente” (Q9). No entanto, a generalidade das iniciativas agroecológicas combina atividades de produção com uma panóplia diversa de muitas outras. Uma horta urbana coletiva descreve desta forma as suas atividades: “cultivo da horta comunitária implantada em meio urbano, (...) amanho da terra, reuniões de hortelões, oficinas, atividades culturais e lúdicas” (Q43) e uma outra iniciativa, refere que para além da produção também organiza “cursos para a sustentabilidade ambiental” (Q37). Há ainda iniciativas com uma intervenção mais centrada na promoção da agroecologia através de expressões artísticas como “ciclos de cinema, debates e festivais” (Q1).

c) Educação e formação - Entre as iniciativas inquiridas, a educação e a formação enquanto atividades centrais surge em 11,5% das iniciativas, dizendo respeito a atividades ligadas a públicos específicos, como crianças ou outras pessoas com necessidades especiais, mas também ações de educação não formal para a comunidade ou para grupos específicos. Uma iniciativa refere que o seu objetivo é desenvolver “atividades de aprendizagem integral em horário escolar para crianças inscritas em ensino doméstico, intercâmbios com o agrupamento de escolas da região, formação experiencial de professores voluntários sobre comunidades de

aprendizagem e escolas democráticas, encontros pedagógicos para educadores e professores e apoio às famílias, a maior parte desenraizadas” (Q13). Uma outra, afirma estar centrada no “apoio a crianças, jovens e adultos necessitados de cuidados especiais no âmbito da pedagogia curativa e socioterapia antroposófica” (Q30). Surgem também atividades mais centradas nos tempos livres das crianças, que assumem um papel complementar à educação escolar, como a organização de “férias verdes, workshops, retiros na natureza” (Q23). Há ainda iniciativas locais cuja atuação decorre dentro de contextos escolares, como por exemplo uma associação que visa “promover a educação e o debate, sobretudo nas escolas, sobre como responder às mudanças climáticas e apoiar os jovens estudantes que têm as mesmas preocupações nas suas ações cívicas” (Q33).

d) Cultura - Na cultura há iniciativas que têm uma atuação ligada à produção cultural, por exemplo ao teatro e às danças tradicionais, e outras mais vocacionadas para a programação. Entre as atividades que realizamos encontramos, por exemplo, “a criação artística e programação de base comunitária” (Q32). Uma ILA procura na arte uma linguagem para estabelecer diálogos e colocar os indivíduos e as comunidades no centro dos processos. Numa outra vertente, surge também a recriação da cultura tradicional, como numa ILA que alicerça a intervenção na recuperação de danças, enquanto práticas culturais através de “registos, coproduções, criação artística, investigação, formação de formadores e ensino informal destinado a todas as idades” (Q51). Algumas iniciativas estão mais vocacionadas para a criação de espaços culturais alternativos, onde há uma programação cultural que pode incluir “música ao vivo, teatro, documentários, debates, biblioteca (...), danças, performance, exposições (...)” (Q28). Outras, ainda que se definam como parte do setor cultural, estão marcadas por um forte cruzamento entre áreas diversas, como por exemplo uma ILA que diz centrar a sua ação em “construir um espaço de atividade cultural, de intervenção social onde prevalece uma consciência cívica e ecológica” através de “exposições, teatro, música, costura, crochet, tricot, mercados de trocas, grupo de consumo responsável, ciclos de cinema ligados à ecologia, ciclos de conversas feministas, etc.” (Q36).

e) Iniciativas tendencialmente integrais - Nas iniciativas de carácter multisetorial ou tendencialmente integral, a diversidade de áreas de intervenção é mais significativa, como seria expectável, já que o objetivo que as norteia é responder à diversidade de dimensões que se cruzam na vida individual e

coletiva. Algumas centram-se na resolução de problemas relacionados com a criação de fontes de rendimento como, por exemplo, uma ILA que se define desta forma:

projeto autofinanciado que vive principalmente do entusiasmo dos seus membros (...). Cada membro é um prossumidor: tanto pode produzir como consumir nos diferentes ramos da cooperativa. A cooperação facilita que os negócios avancem, ao contrário da visão do empreendedorismo dominante que reduz cada pessoa ao isolamento, à sua empresa individual, e diminui a sua capacidade de desenvolver um projeto. (Q5)

Outras iniciativas definem os objetivos com maior amplitude, como “educação para a sustentabilidade, produção bio e local, comércio justo” (Q15). Há uma diversidade muito grande de atividades, ainda que complementares, como no caso desta ILA, que promove uma grande diversidade de iniciativas: “moeda local, mercado de produtores, produção alimentar, agenda 21 local, banco de terras local, iniciativas pelas árvores, definição da estratégia alimentar do concelho, boleias, trocas, Km zero, etc.” (Q8). Também numa outra visão de ação mais integral, uma ILA procura promover a permacultura, a educação, a hospitalidade e a espiritualidade através das seguintes atividades “trabalho regenerativo da terra (...), retiros e residências espirituais, (...) cursos de construção natural, permacultura (...) e processamento natural de alimentos produzidos” (Q40).

f) Cidadania ativa - Ainda que a promoção da cidadania ativa seja uma dimensão transversal na generalidade das ILA, algumas dão especial centralidade a esta área e fazem dela o foco da sua atuação. Por exemplo, uma ILA refere explicitamente este objetivo:

reforçar as redes sociais de apoio, diminuir a solidão e promover o sentido de comunidade e vizinhança; promover a colaboração entre pessoas de diferentes gerações e origens; contribuir para a construção de uma cultura de solidariedade, para o estabelecimento de relações sociais mais humanas e igualitárias; valorizar o tempo e o cuidado dos outros; estimular os talentos e promover o reconhecimento das capacidades de cada pessoa. (Q2)

Uma outra ILA especialmente vocacionada para enfrentar as questões da desigualdade de género, refere que o seu objetivo é “promover a reflexão sobre os estereótipos de género e como estes contribuem para a perpetuação da desigualdade entre mulheres e homens e, conseqüentemente para o enfraquecimento de valores, atitudes e práticas de uma verdadeira cidadania” (Q26). Ainda na esfera do combate à discriminação, uma ILA centra-se nas pessoas com uma doença específica (SIDA) e afirma que visa “criar competências sociais através do teatro e promover a autoestima nos indivíduos a quem (...)

presta apoio, promovendo a sensibilização e educação da sociedade para as problemáticas sociais” (Q3).

g) Convivialidade - A criação de espaços conviviais é também uma dimensão transversal na generalidade das iniciativas e, tal como a promoção da cidadania ativa, pode constituir o centro nevrálgico da atuação de algumas iniciativas locais. Por exemplo, numa ILA o objetivo central é “envolver a comunidade local num espaço inclusivo e aberto a todo o tipo de pessoas, independentemente da sua faixa etária, raça orientação sexual, etc. certos de que a nossa maior riqueza está na diversidade e na partilha de conhecimentos e sensibilidades” (Q6). Para isso desenvolve atividades como debates, exposições, concertos, jogos de tabuleiro, oficinas artísticas, etc. Há ainda iniciativas que pretendem combater o isolamento social de pessoas migrantes através de espaços de dança, almoços comunitários, etc. A dimensão da convivialidade surge frequentemente aliada a espaços de fruição cultural gratuitos ou com acesso baseado em donativos livres, que têm uma função integradora e criadora de relações comunitárias.

h) Desenvolvimento local - A promoção de processos de desenvolvimento local enquadra-se num movimento associativo com fortes raízes no nosso país que se traduz em atividades muito diversas, que visam criar processos de animação territorial participados e orientados para a valorização de recursos endógenos. Uma das iniciativas, afirma que aposta no trabalho local, sem se fechar em quaisquer localismos e descreve a sua atividade desta forma: “organização de seminários de âmbito regional, nacional ou internacional, animação de redes (...), formações, atividades culturais a nível local, animação local, centro de demonstração do desenvolvimento sustentável, etc.” (Q4). Uma outra, com um perfil mais institucionalizado, assume o seguinte objetivo: “gestão de fundos comunitários, ao nível do FEADER, FEDER e FSE; animação territorial, que integra o apoio a empresas e instituições, organização de atividades de promoção do território, realização de seminários e workshops, entre outros” (Q21).

i) Outras, diversas entre si - Para além das categorias acima referidas, que como foi possível verificar não são estanques, já que os objetivos e ações das ILA cruzam campos diferentes, há ainda outras iniciativas que pela sua especificidade dificilmente conseguimos enquadrar nessas categorias. É o caso da promoção das finanças éticas, das ações de consultoria para outras iniciativas ou ainda das

iniciativas com um caráter mais ligado à influência política, centradas na defesa de direitos como a habitação, a educação e a saúde. Nesta categoria incluímos também uma ILA cuja característica distintiva reside na promoção da cultura *slow*, defendendo uma outra relação com o tempo e com os ritmos de vida, para o que aposta em “divulgar e valorizar o movimento *slow*, criar redes, desenvolver atividades no âmbito da cultura *slow* e em várias vertentes, como *slow school*, *slow travel*, *slow fashion*, etc.” (Q44).

6.3. Referenciais de transformação social: mitigação, resistência e transformação

Foi solicitado às iniciativas que identificassem o seu posicionamento face ao capitalismo através da resposta à seguinte questão: “Em que medida a iniciativa local propõe alternativas societais?” podendo ser escolhida apenas uma de três afirmações ou a opção “outro”, caso a iniciativa não considerasse adequada nenhuma das opções anteriores. Esta tipologia foi construída a partir de Sánchez Hernández (2017) e de Jané (2010), cujas propostas foram já apresentadas na secção 4.5. Os posicionamentos propostos foram:

- 1) Procura atenuar consequências danosas do capitalismo, sem contudo pôr em causa a sua dinâmica societal;
- 2) Procura resistir ou opor-se ao capitalismo, centrando-se nas necessidades das pessoas e não na procura do lucro;
- 3) Procura promover e implementar soluções de superação pós-capitalistas;
- 4) Outro.

Apresentamos agora as razões que as ILA indicaram para justificar a escolha do seu posicionamento neste leque de possibilidades.

a) Atenuar consequências danosas do capitalismo, sem contudo pôr em causa a sua dinâmica. As iniciativas que colocam a sua atuação prioritariamente no campo da atenuação das consequências nefastas capitalismo representam 17,3% do total (9 respostas), e apontam as seguintes razões para a sua escolha:

- Não consideram ter capacidade para intervir face ao sistema global e entendem que a sua ação apenas pode minimizar os efeitos negativos ao nível local, em termos sociais e económicos;

- Consideram que a sua função é criar respostas para os problemas localmente vividos pelas pessoas, por exemplo, de emprego, despovoamento do interior, etc. e, por esse motivo, centram-se no apoio a pequenos projetos empresariais que entendem ser necessários para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e para a fixação da população ativa. Procuram ainda fazer face a mecanismos que, em sua opinião, reproduzem as desigualdades, como os percursos formativos e educativos curtos;
- Visam reforçar a identidade comunitária e reatar laços de convivialidade; e
- Situam a sua ação na implementação de soluções pragmáticas, apesar de identificarem a necessidade de reformas urgentes no sistema político atual.

b) Resistir ou opor-se ao capitalismo, centrando-se nas necessidades das pessoas e não na procura do lucro. As iniciativas que situam prioritariamente a sua ação no campo da resistência ao capitalismo representam 19,2% do total (10 respostas) e justificam essa opção pelas seguintes razões:

- Recorrem a mecanismos de trocas, sejam diretas ou indiretas, demarcando-se da cultura consumista que leva as pessoas a procurarem prioritariamente no mercado soluções para os seus problemas;
- Não condicionam o acesso a bens e serviços à disponibilidade de recursos económicos das pessoas que as procuram;
- As atividades que promovem não visam fins lucrativos;
- Valorizam dimensões da vida que a economia de mercado não tem em conta, nomeadamente as atividades ligadas ao cuidado;
- Reduzem ou eliminam a cadeia de intermediação e põem em prática princípios de justiça económica e social;
- Questionam os modelos sociais assentes na competição e no individualismo, contrapondo soluções solidárias, colaborativas e conviviais;
- Têm princípios de funcionamento pautados pela horizontalidade e auto-organização;
- Colocam os direitos das pessoas e do planeta acima dos interesses económico-financeiros privados; e
- Visam informar as pessoas sobre as consequências de decisões políticas, nomeadamente de tratados que a União Europeia subscreve e fazem pressão junto de instâncias políticas.

c) Promover e implementar soluções de superação pós-capitalistas. As iniciativas que inscrevem a sua atividade prioritariamente na implementação de soluções de superação pós capitalistas são majoritárias, representando 44,2% do total (23 respostas). Justificam essa opção especialmente por dois motivos que se interligam: pelas práticas alternativas que materializam, pois entendem que abrem espaço para imaginar um outro modo de organização social, e pela reflexão que promovem junto de grupos diversos. As principais razões evocadas são:

- Criam, implementam e demonstram soluções práticas para os desafios sociais, económicos e ambientais, recusando o excesso, a velocidade e a quantidade. Entre essas soluções estão mecanismos de troca e reciprocidade bem como modelos de organização cooperativos, marcados pela horizontalidade;
- Têm um posicionamento político que questiona os modelos de organização societal e os seus valores no que diz respeito à distribuição da riqueza, autonomia local e regional, frugalidade dos estilos de vida, etc;
- Recorrem a formas de expressão diversas, como a arte, enquanto facilitadora do questionamento do presente e da projeção de outros futuros; e
- Procuram mobilizar a comunidade e os decisores políticos para a construção de alternativas.

d) Outras opções. As 10 iniciativas que assinalaram esta opção representam 19,2% do total e justificam a sua escolha através das seguintes afirmações:

- Procuram resolver e criar soluções para problemas que são sentidos localmente e regionalmente;
- Consideram que é importante focarem-se em questões práticas da vida das pessoas e não no debate sobre o capitalismo;
- Entendem que a perspetiva ecológica não coloca em questão o capitalismo, mas sim a sobrevivência da humanidade;
- Colocam a sua intervenção no campo do combate à desigualdade de género e não face ao capitalismo.

Ao analisarmos as razões apontadas para cada uma das quatro opções constatamos que as organizações que afirmam centrar a sua atividade na implementação de soluções de superação pós-capitalistas e as organizações mais focadas na resistência ao capitalismo recorrem a justificações muito próximas. Um paralelismo de algum modo similar pode ser

encontrado entre as justificações referidas pelas organizações que visam atenuar as consequências danosas do capitalismo e as que escolheram o campo “outras”.

Entre as ILA há posicionamentos críticos face ao capitalismo algo diversos, havendo também estratégias distintas para enfrentar os seus efeitos mais nocivos. Nas iniciativas que afirmam promover ou implementar ações de superação do capitalismo, muitas das suas estratégias passam pela experimentação e demonstração de outras possibilidades de organização económica que podem coexistir com o capitalismo, ainda que apontem claramente na direção de uma sociedade não capitalista. Nas ILA que inscrevem a sua atividade maioritariamente no campo da resistência, as estratégias passam sobretudo pela promoção de outros ideários, patentes, por exemplo, na forma como recusam a cultura consumista e imediatista e na afirmação de valores como cooperação, autonomia e solidariedade.

As razões apontadas pelas ILA que apenas visam atenuar as consequências nefastas do capitalismo têm fundamentos distintos. Enquanto há iniciativas que consideram que as suas possibilidades de atuação são demasiado limitadas face à gravidade e à dimensão dos problemas, outras reconhecem a necessidade de mudanças urgentes mas entendem ser necessário ter também pragmatismo para resolver situações prementes. Apenas uma ILA considera ser possível anular os mecanismos geradores de desigualdades, com ações específicas.

No campo “outras” encontramos duas organizações que curiosamente consideram o capitalismo alheio à sua temática de intervenção (ecologia e igualdade de género, respetivamente) não relacionando os problemas ambientais ou a dominação patriarcal com o capitalismo. Há ainda uma organização que entende que a sua ação se deve situar na resolução dos problemas vividos pelas pessoas, sem se posicionar politicamente face ao capitalismo.

Através do questionário procurámos conhecer o posicionamento dominante assumido por cada ILA, já que o nosso objetivo neste passo consiste em fazer uma primeira aproximação a este campo. Nas entrevistas a responsáveis e nos *focus group* já criámos a possibilidade de emergirem dados mais detalhados sobre o modo como estes diferentes posicionamentos podem coexistir e cruzar-se no seio de cada iniciativa.

6.4. Presença do decrescimento e do cuidado

Se atendermos aos objetivos que estas iniciativas identificam como norteadores da sua ação e às atividades que referem realizar, as referências diretas ao decrescimento e ao

cuidado são muito escassas. Com o objetivo de facilitarmos a identificação das práticas relativas ao decrescimento e ao cuidado nas ILA, e a partir da revisão da literatura, criámos um conjunto de 11 dimensões que ilustrámos como alguns exemplos. Solicitámos às iniciativas locais que identificassem se elas estão presentes nas suas atividades, justificando as respostas. Em cada grupo de questões colocámos sempre a hipótese “outra”.

Dimensões e exemplos apontados para o **decrescimento**:

1. Reduz o impacto ambiental da produção e do consumo. Exemplos: redução das embalagens, produção para autoconsumo, reutilização de produtos, etc;
2. Coloca-se em rutura com o imaginário que associa bem-estar ou reconhecimento social ao consumo de bens e serviços. Exemplos: promove a simplicidade voluntária, a diminuição do consumo, lazer sem consumo, questiona a relação entre *status* social e posse de bens;
3. Promove formas económicas que geram maior autonomia local. Exemplos: autoabastecimento agrícola, reparações, reutilização, produção suficiente, etc;
4. Promove mecanismos de redistribuição da riqueza. Exemplos: formas cooperativas de produção e de consumo, trocas solidárias, partilha de trabalho, promoção de bens comuns, etc;
5. Promove a transição para uma sociedade mais convivial e participativa. Exemplos: assembleias comunitárias, espaços culturais associativos, etc;

Dimensões e exemplos apontados para o **cuidado**:

1. Visibiliza a desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres e os papéis de género que lhes são tradicionalmente atribuídos. Exemplos: questiona as tarefas atribuídas a homens e mulheres como a preparação de salas de reuniões, trabalhos na cozinha, limpeza dos espaços, etc;
2. Reflete sobre o modo como a pertença a múltiplas categorias sociais pode ter impacto na inclusão/exclusão de pessoas. Exemplos: analisa e previne o risco de “centrifugação” de pessoas que fogem à norma, favorece e promove a diversidade empregando pessoas com identidades diferentes da maioritária, etc;
3. Problematisa a atribuição de valor às diferentes atividades que são realizadas. Exemplos: valoriza atividades não monetarizadas, promove atividades que se centram no bem-estar coletivo e não no lucro, promove o cuidado individual, das outras pessoas e do planeta;

4. Promove práticas que favorecem a conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral e cívica. Exemplos: garante tempos de desconexão, cria soluções que atendem a particularidades relativas a pessoas com dependentes a cargo, assegura uma gestão do tempo de trabalho satisfatória para os seus membros;
5. Estimula a criação de mecanismos de corresponsabilidade pelos cuidados a nível pessoal, coletivo e societal, tendo em conta a sustentabilidade da vida humana e não humana. Exemplos: analisa as cargas de trabalho suportadas por homens e mulheres, coloca o cuidado de cada pessoa e do planeta no centro das suas ações, etc;
6. Promove os cuidados mútuos enquanto elemento de sociabilidade. Exemplos: organiza atividades que reforçam os laços coletivos, valoriza as interações entre membros da comunidade, etc.

O quadro seguinte explicita as dimensões face às quais as iniciativas locais inquiridas consideram ter práticas e revela a intensidade da presença destas 11 dimensões, evidenciando-se um peso mais significativo nas relativas ao decrescimento.

	1. Impacto ambiental da produção e do consumo	2. Associação entre bem-estar e consumo	3. Autonomia local	4. Redistribuição da riqueza	5. Convivialidade e participação	6. Desigualdade de entre homens e mulheres	7. Interseccionalidade, diversidade social	8. Valor do trabalho reprodutivo	9. Conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral, cívica	10. Corresponsabilidade pelos cuidados	11. Cuidados mútuos como sociabilidade
1											
2											
3											
4											
5											
6											
7											
8											
9											
10											
11											
12											
13											
14											
15											
16											
17											
18											
19											
20											
21											
22											
23											
24											
25											
26											
27											
28											
29											
30											
31											
32											
33											
34											
35											
36											
37											
38											
39											
40											
41											
42											
43											
44											
45											
46											
47											
48											
49											
50											
51											
52											

Quadro 5 - Presença de práticas de decrescimento e cuidado face às 11 dimensões propostas

Entre as 52 entidades que responderam ao questionário, 98% assinalaram que a sua intervenção envolve aspetos relacionados com algumas das dimensões do decrescimento apontadas. Os itens referidos com maior frequência são os relativos à construção de uma sociedade mais convivial e participativa, com 89% de respostas; a redução do impacto ambiental da atividade humana e a criação de maior autonomia local, ambas assinaladas por 83% das iniciativas; a recusa do imaginário consumista, com 77%; e a criação de mecanismos de redistribuição da riqueza, assinalados por 67% das iniciativas.

Solicitámos às iniciativas locais que identificassem na sua intervenção a presença das seis dimensões que associamos ao cuidado e criámos o campo “outras” para que pudessem emergir práticas não previstas nas categorias anteriores.

Estas dimensões foram assinaladas com menor intensidade que as relativas ao decrescimento, e 11,5% das iniciativas não indicaram qualquer atividade relacionada com o cuidado. A dimensão mais assinalada, com um peso de 65%, foi a relativa aos cuidados mútuos, enquanto mecanismo de sociabilidade; em seguida, com um peso de 64%, foi assinalada a atribuição de valor às diferentes atividades que são realizadas no âmbito do trabalho produtivo e do trabalho dito reprodutivo; seguindo-se, com 54%, a reflexão sobre o modo como a pertença a múltiplas categorias sociais tem impacto na inclusão/exclusão de pessoas. Assinaladas abaixo dos 50% encontram-se a visibilização da desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres, com 48%; as práticas relativas à conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral, cívica com 44%; e, por fim, assinalada por 35% das iniciativas, a dimensão relativa aos mecanismos de corresponsabilidade pelos cuidados a nível pessoal, coletivo e societal.

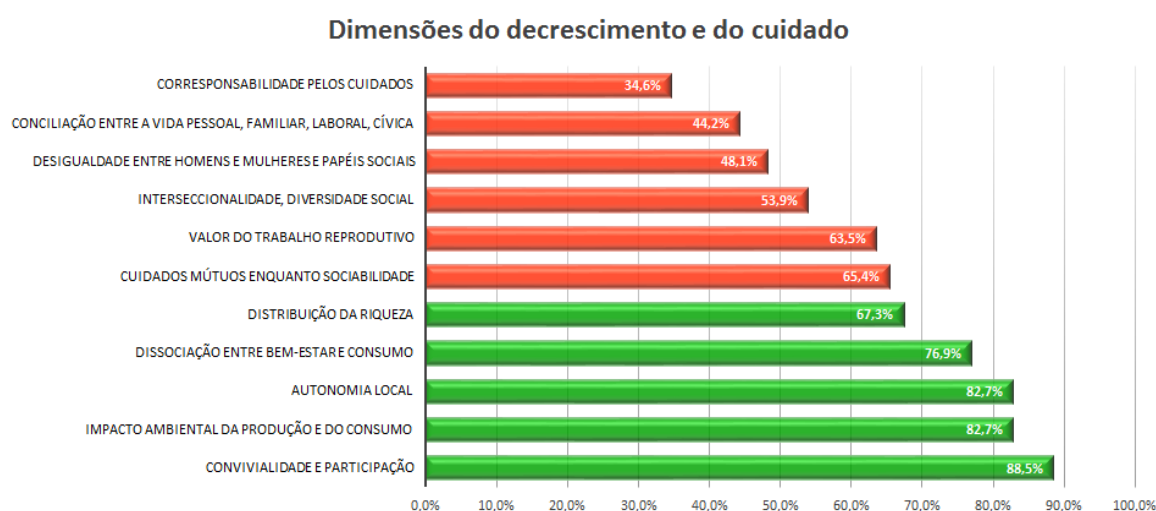


Gráfico 8 - Intensidade da presença de cada dimensão de decrescimento e de cuidado nas ILA

6.5.1. Decrescimento

i. Redução do impacto ambiental da produção e do consumo - A redução do impacto ambiental da produção e do consumo é uma preocupação bastante presente nestas iniciativas. Apostam frequentemente em atividades ligadas ao autoabastecimento, à reciclagem e reutilização de bens, pondo em prática soluções e organizando também ações de sensibilização da comunidade ou de formação sobre este tema.

Na alimentação destaca-se a promoção de redes locais de abastecimento, por exemplo, através de grupos de consumo. A opção por produtos locais, da época, a granel, preferencialmente biológicos, está também bastante vincada. Os motivos mais apontados são a redução do impacto dos transportes e dos custos relativos à conservação e à logística. Está também presente a produção alimentar para autoconsumo, através de hortas individuais ou coletivas. A troca de sementes é assinalada por várias iniciativas, bem como a compostagem para fertilização.

Ainda neste âmbito, a sensibilização da comunidade para o consumo de produtos locais surge com uma frequência muito elevada. No que diz respeito a outras necessidades, assinala-se a produção caseira de produtos de higiene pessoal e doméstica e de cosméticos.

O prolongamento da vida útil dos bens assume grande relevo nas práticas das ILA. Destacam-se os mercados de troca de livros, roupas, brinquedos, entre outros. As reparações são uma das formas de reduzir o consumo de recursos. Têm especial relevo as oficinas de partilha de saberes e de aprendizagem sobre reparação de eletrodomésticos ou de mobiliário, bem como os arranjos de costura e o *upcycling* de roupas. Registamos ainda iniciativas que também apostam na produção de objetos funcionais e elementos decorativos através da reciclagem de materiais. O lema, de modo geral, é promover a máxima utilização dos bens.

A contenção do consumo e do desperdício estão patentes na redução do uso de plástico e de loiça descartável, mesmo em festivais e em espaços públicos. Também nas embalagens, seja enquanto produtoras ou enquanto consumidoras, as ILA mostram preocupações constantes. Há práticas relativas à recolha de taras, opções pelo uso de embalagens de vidro ou pela venda a granel, sendo preteridos produtos muito embalados. Também aqui surgem intensamente as ações de sensibilização para a comunidade e para escolas, por exemplo, sobre o uso de sacos reutilizáveis.

Várias iniciativas implementam nos seus próprios espaços físicos a demonstração de estratégias que reduzem o impacto ambiental dos edifícios, por exemplo, a escolha de materiais, técnicas construtivas, produção de energia ou aproveitamento de águas.

De um modo geral, as iniciativas conciliam a experimentação concreta de soluções com ações de sensibilização e de demonstração de outras possibilidades.

ii. Rutura com o imaginário que associa bem-estar e reconhecimento social ao consumo de bens e serviços - Ainda que reconheçam a importância dos bens materiais, as ILA visam promover valores diversos e estabelecem uma rutura entre o bem-estar e o consumo. Algumas trocam tempo a partir de relações assentes na reciprocidade, onde todas as horas têm valor igual, questionando assim a centralidade do dinheiro. A defesa da lentidão, associada à valorização da simplicidade no quotidiano, remete também para um universo qualitativo e representa um corte na relação entre felicidade e consumo. Os eventos de trocas, para além do seu impacto no prolongamento da vida útil de bens e no consumo de recursos, contribuem para a consciencialização das pessoas, sejam adultas ou crianças, sobre a relação entre valor de uso e valor de mercado.

Nos modelos de funcionamento quotidiano e no estilo de vida dos membros destas iniciativas encontramos opções diversas que questionam a associação entre bem-estar e consumo ou posse de bens, patentes em expressões como “evitamos comprar coisas, preferindo reciclar móveis e objetos” (Q6), “temos uma vida simples e espartana” (Q9), ou ainda, “apreciamos as vistas de que desfrutamos e os sons dos pássaros” (Q40).

As ILA organizam frequentemente eventos culturais gratuitos ou sob donativo livre, para que a possibilidade de participação não seja limitada pelo custo, promovem a convivialidade, por exemplo, com as “mesas postas” (Q5), organizam atividades na natureza destinadas a crianças, deixando à porta os brinquedos eletrónicos.

Algumas iniciativas apostam em metodologias específicas que permitem discutir as relações de poder, como é o caso do teatro do oprimido. Uma outra trabalha com as famílias sobre-endividadas questões ligadas à literacia financeira e à redução de consumos não essenciais. Várias recorrem ao voluntariado, enquanto oportunidade de participação social desligada da venda do tempo de trabalho.

De um modo geral, para além da experiência interna das iniciativas, são também organizados momentos de reflexão e de aprendizagem abertos ao exterior, como oficinas, tertúlias, formações, intercâmbios, encontros, feiras, etc.

iii. Promoção de formas económicas que geram maior autonomia local- A promoção da autonomia está muito presente nestas iniciativas e assume formas diversas. Transversalmente, é notória uma forte preferência por produtos locais, pela aquisição no comércio de proximidade (mercearias, oficinas de reparações, etc.) ou a outras associações locais. Várias iniciativas criaram estruturas (formais ou não) para facilitar a relação entre a produção e o consumo, como cooperativas de produção e comercialização, grupos de consumo, grupos de compromisso para a manutenção da agricultura de proximidade, pontos de venda, abastecimento a cantinas ou feiras de produtos locais. Há também

preocupações com a autoprodução de alimentos e com a recolha e conservação de sementes. Encontramos atividades ligadas à capacitação que visam a autonomia no fabrico de bens de consumo corrente, como produtos de cosmética e de higiene, mas também de costura. Várias ILA têm práticas ligadas à energia e gestão da água (minas, reaproveitamento), bem como métodos construtivos que se baseiam na criação de maior autonomia. No prolongamento da vida útil dos bens, há um investimento na utilização máxima dos materiais, na realização de oficinas de partilha de saberes, por exemplo, sobre reparação de eletrodomésticos, e nas trocas.

Encontramos ainda iniciativas ligadas à produção agrícola que tentam reduzir a mecanização apenas às tarefas onde o seu contributo é significativo, o que diminui a dependência e os custos com maquinaria. Há ainda práticas relativas à criação de um banco de terras, de moeda local e de um sistema de participação em atividades culturais através de donativo livre ou recomendado. Destacam-se também duas iniciativas que trabalham especificamente na construção da autonomia de pessoas em situação de exclusão social, uma através do teatro e outra através da dança. Algumas organizações identificam como prioridade o apoio a iniciativas empresariais que promovem a economia local. No campo da reflexão, há apostas que passam pela participação na definição de estratégias alimentares locais, na organização de espaços de debate e no ativismo político, tendo em vista a construção de um modelo de comércio internacional mais justo.

iv. Criação de mecanismos de redistribuição da riqueza - Na redistribuição da riqueza, as respostas estão bastante em consonância com as estratégias de promoção de maior autonomia. Também aqui são referidas com particular incidência as iniciativas de suporte à economia local, sobretudo à pequena agricultura, através de mecanismos diversos, como o apoio técnico e financeiro, a aquisição preferencial de bens e serviços a fornecedores locais, a criação de circuitos que dispensam cadeias de intermediários, tornando-se mais justas para os produtores e com preços mais acessíveis para os consumidores.

Os sistemas de trocas, a partilha de recursos (terra, viaturas, ferramentas), as ajudas, o voluntariado e a criação de bens comuns são assinaladas por várias iniciativas. A atribuição de igual valor a todos os serviços trocados por tempo e a definição de um limiar máximo de 20 horas acumuláveis; a promoção das finanças éticas e solidárias; a mutualização dos riscos e dos recursos provenientes do trabalho coletivo ou as lojas sociais, com roupa, eletrodomésticos e mobiliário fazem parte do quotidiano de várias iniciativas locais.

Registam-se ainda atividades ligadas ao debate em torno de modelos económicos mais equitativos, de divulgação de iniciativas locais ou ainda ações de cariz mais explicitamente político, como petições ou cartas abertas.

v. Transição para uma sociedade mais convivial e participativa - Esta é a dimensão assinalada com maior intensidade pelas iniciativas locais inquiridas. A convivialidade, quer entre membros quer nas comunidades onde estão enraizadas é uma estratégia considerada fundamental.

As iniciativas apostam frequentemente em modelos de funcionamento pouco hierarquizados e na animação de espaços de discussão interna e externa. Os grupos são abertos à participação, com a realização de reuniões periódicas e abertas a qualquer pessoa interessada. Dinamizam regularmente encontros entre membros para favorecer o conhecimento mútuo e promovem contextos relacionais que procuram ser igualitários e solidários.

O funcionamento pauta-se por uma horizontalidade forte. São frequentemente referidos modelos assembleários e outros processos de tomada de decisão participados. São escassas as iniciativas com traços de hierarquização muito vincados, e mesmo aí continuam a encontrar-se mecanismos ligados à participação, ainda que com outras características, como, por exemplo, conselhos de parceiros.

A relação dos grupos com a comunidade geralmente é forte e assume vertentes diversas. Algumas iniciativas centram a sua ação precisamente na organização de espaços de cultura e lazer, como concertos, festas, danças, passeios ao ar livre ou visitas a espaços naturais.

As iniciativas que organizam voluntariado reconhecem-no como um espaço facilitador da participação dos membros na vida da comunidade. Algumas ILA promovem o convívio entre vizinhos, festas de aldeia ou eventos comunitários. Para o exterior, são ainda organizados debates, tertúlias, etc. mas também apresentações públicas anuais do trabalho que está a ser realizado nas iniciativas.

vi. Outras - Três iniciativas assinalaram a importância da reflexão e do debate, como surge nesta afirmação: “o essencial é desenvolver o pensamento crítico frente a um sistema que torna as pessoas passivas” (Q33), outras destacaram a importância da “educação e a promoção de discussão com base em ciência” (Q48). Uma iniciativa concedeu especial relevo à sua interação com outras associações do concelho e uma outra quis sublinhar que “acreditamos que é preciso retornar a viver com simplicidade e alegria”(Q41).

6.5.2. Cuidado

i. Visibilização da desigualdade entre homens e mulheres e dos papéis de género - A desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres e os papéis de género que tradicionalmente lhes são atribuídos não são reconhecidos pela maioria das iniciativas locais inquiridas. Aquelas que têm uma intervenção mais assumida face a esta questão, fazem-no sobretudo com o incentivo de programas de financiamento público que são específicos para a promoção da igualdade de género. Nestes casos, há um reconhecimento da dificuldade inerente à abordagem do tema em iniciativas com a comunidade. É assinalado e naturalizado o facto de homens e mulheres se disponibilizarem para realizar tarefas diferentes, de acordo com os papéis de género tradicionais, equiparados a características naturais.

Várias iniciativas consideram que na sua prática diária não existem indícios da desigualdade entre homens e mulheres. Consideram que “todos e todas fazem tudo” (Q10). Porém, algumas iniciativas usam expressões que remetem para uma naturalização das diferenças, por exemplo, referindo-se ao “dom” de cada pessoa ou ao facto de cada um/uma poder optar pelas atividades da sua preferência, mas tendo implícitos papéis de género socialmente definidos.

Nas iniciativas de produção agrícola há visões distintas, mas foi reconhecido que, embora as mulheres realizem cada vez mais tarefas tradicionalmente associadas ao masculino, raramente acontece o inverso.

ii. Reflexão sobre a pertença a categorias sociais e impacto na inclusão/exclusão de pessoas - Dentro do leque de questões relacionadas com a igualdade, a problematização das desigualdades cumulativas recebeu respostas assertivas, sobretudo pelo reconhecimento dessas discriminações. A diversidade humana é especialmente considerada muito positiva nas iniciativas que envolvem pessoas com diferentes origens étnicas, religiosas, sociais ou culturais.

Ainda que haja iniciativas que promovem ações específicas orientadas para a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, estas partem mais dos seus recursos que das suas carências, como é patente no teatro com portadores de SIDA, nas atividades para pessoas com doença mental, etc. Há, pois, uma aposta em se afirmarem como espaços inclusivos e a recusa de uma visão “carenalista” face a pessoas cujas histórias de vida foram marcadas por várias exclusões (portadores de SIDA, ex-reclusos, ex-toxicodependentes, pessoas com diversidade funcional).

As iniciativas afirmam privilegiar grupos heterogêneos e assumem que a diversidade é “uma das nossas melhores realizações” (Q49). Várias afirmações permitem inferir que a

visão interseccional e o reconhecimento das desigualdades cumulativas, ainda que muito presente, deixa de fora a desigualdade entre mulheres e homens.

iii. Problematização do valor das diferentes atividades - A atribuição de valor a atividades tendo em conta a marca de género, ou seja a sua associação tradicional a papéis sociais ligados ao masculino ou ao feminino e a subvalorização dos papéis ligados ao feminino não é, de modo geral, problematizada de forma explícita. A valorização de atividades não monetarizadas e que promovem o bem-estar coletivo está presente em todas as iniciativas. No cuidado com as outras pessoas, encontramos atividades organizadas quer para os membros das iniciativas quer para a comunidade. Podem ser “ajudadas”, atividades culturais com donativo “livre e consciente”, festas comunitárias, jantares com preço social, loja livre, etc. Assumem que o cerne da ação é a promoção do bem-estar coletivo e não o lucro “somos ativistas por um mundo melhor” (Q17). Quando as atividades têm um custo, procuram “cobrar o justo, para cobrir os custos” (Q22), para que possam assegurar a continuidade das ações.

O voluntariado é uma marca forte nas ILA inquiridas. Algumas centram a sua atividade especificamente na promoção do voluntariado, enquanto outras cruzam atividades voluntárias com trabalho remunerado.

O cuidado com o planeta tem também uma presença marcada, especialmente nas ações mais diretamente ligadas à sustentabilidade ambiental.

Algumas iniciativas fazem um trabalho político mais vincado, através da produção e distribuição de informação para sensibilizar o público, da pressão política junto de grupos parlamentares e de partidos políticos ou da organização de marchas e manifestações.

iv. Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral e cívica - A conciliação entre a vida familiar, pessoal, profissional e cívica não parece ser uma tarefa fácil nestas iniciativas. Em muitos casos, o ativismo torna as fronteiras entre estes planos pouco distintas, noutros reconhece-se claramente que a participação nas iniciativas tem implicações na esfera pessoal e familiar, por vezes difíceis de gerir: “a militância faz com que os tempos de conciliação sejam confusos” (Q32), embora várias ILA defendam que compete a cada membro definir o seu tempo de participação em prol do coletivo, em função das suas possibilidades.

Algumas iniciativas visam explicitamente apoiar a família e a conciliação entre vida profissional e familiar através da oferta de soluções práticas de organização da vida quotidiana, outras realizam atividades culturais e lúdicas que promovem o envolvimento das famílias e o contacto intergeracional. Na participação de pessoas com dependentes a cargo, há várias medidas que procuram explicitamente garantir condições de participação,

como por exemplo, a realização de reuniões de direção através de videoconferência, em horário após o jantar, quando as crianças já estão deitadas ou a realização de reuniões semanais em piquenique. Algumas reuniões associativas mais formais, como as assembleias gerais, são associadas a momentos de convívio interfamiliar. Por vezes são criados espaços específicos que facilitam a participação de mães e pais com crianças a cargo, quer na sede da iniciativa, quer nos eventos que organiza fora dela, ou são ainda promovidos espaços autogeridos pelas famílias, destinados a crianças.

Nas relações laborais, há exemplos de flexibilidade de horários de trabalhadores/as com pessoas a cargo (idosas ou crianças); uma organização tem horários de trabalho reduzidos em 50% para ambos os progenitores de crianças menores de 3 anos, desde que residentes na iniciativa; uma outra iniciativa ligada à produção agrícola tem horários de trabalho mais reduzidos para as pessoas mais velhas, sem que haja redução salarial. É frequente encontrar a flexibilização de horários de trabalho de acordo com as necessidades individuais/familiares e o trabalho a partir de casa, para apoio à família⁵⁹. Algumas iniciativas apoiam diretamente a parentalidade, nomeadamente o acompanhamento de descendentes a consultas, a participação em reuniões escolares, ou outras, sem prejuízo remuneratório.

v. Estímulo à corresponsabilidade pelos cuidados a nível pessoal, coletivo e societal, tendo em conta a sustentabilidade da vida humana e não humana -

As ILA reconhecem a relevância de colocarem o cuidado no centro das suas preocupações, não explicitando porém o desequilíbrio na distribuição dessa responsabilidade por homens ou mulheres. Várias consideram mesmo que o cuidado de si e dos outros está no cerne da sua ação e, em alguns casos, identificam ter um compromisso específico com o cuidado de pessoas em situação de vulnerabilidade, através de gestos solidários. De modo geral, as ILA distinguem entre relações de dependência e interdependência, isto é, entre relações de poder que podem estar associadas à dupla pessoa cuidadora/pessoa cuidada e relações de reciprocidade e de reconhecimento da interdependência. Algumas iniciativas referem ter medidas internas de flexibilidade face aos seus trabalhadores e trabalhadoras, no sentido de poderem atender a questões específicas relacionadas com o cuidado. Outras identificam a existência de práticas informais de cuidados mútuos entre os membros da equipa.

O cuidado com o planeta é também central nas preocupações enunciadas, estando patente quer nos gestos quotidianos, por exemplo na redução do consumo, na reutilização ou na reciclagem, ou ainda através de voluntariado vocacionado para a sustentabilidade ambiental ou para a gestão do território.

⁵⁹ Este questionário foi aplicado antes da pandemia, numa altura em que o teletrabalho estava muito menos vulgarizado.

vi. Promoção de cuidados mútuos enquanto elemento de sociabilidade -

Os cuidados mútuos estão muito presentes nestas iniciativas pelo lado convivial e pela forma como são alimentados os laços de relacionamento interpessoal. Há atividades mais culturais e festivas, como bailes internos, jogos, chá com saúde, festas de aldeia, pizzas domingueiras, concertos, etc. e momentos de encontro mais intimistas, especificamente pensados para que cada pessoa possa falar sobre como se está a sentir. Os encontros podem ser muito regulares, por ex. “almoçamos sempre juntos” (Q9) ou muito espaçados, por ex. “fazemos atividades anualmente para estimular o relacionamento entre sócios”(Q22). Os passeios, caminhadas e piqueniques fazem parte das atividades conviviais, algumas só para membros e familiares, outras abertas à comunidade ou a toda a aldeia. Há ainda momentos de reflexão coletiva, como conversas temáticas, seminários, congressos, workshops, etc.

vi. Outras - Neste campo não houve referências a assinalar.

6.6. Síntese

Este mapeamento contribui para o conhecimento do universo de ILA de Portugal continental. Embora não possa ser considerado representativo, parece-nos constituir uma aproximação relevante, porque permite perceber melhor a diversidade de organizações que se reconhecem como alternativas, as suas conceções de transformação social e a riqueza das suas atividades.

Verificamos que nas ILA há uma grande diversidade de práticas que podemos associar ao decrescimento e ao cuidado, ainda que com intensidades distintas, não obstante estes dois termos serem utilizados com uma frequência reduzida.

Da análise global das respostas ao questionário, inferimos que existe uma forte consciência crítica face aos problemas gerados pelo capitalismo, sobretudo ao nível dos impactos ambientais. Nas práticas das ILA, destaca-se a grande criatividade e diversidade de soluções que são implementadas e uma lógica de atuação muito alicerçada na demonstração efetiva de um vasto leque de possibilidades de organização da vida coletiva. Entre as práticas mais presentes, encontramos os mecanismos de redução do impacto da produção e do consumo, a promoção da convivialidade, o reforço da autonomia local, os modelos de funcionamento muito horizontais e participados e uma atuação que concilia a reflexão, experimentação e demonstração de soluções.

Destaca-se, no entanto, uma tendência para o questionamento mais superficial das relações de poder entre homens e mulheres e o desequilíbrio na distribuição das responsabilidades face ao cuidado, seja entre géneros ou entre potenciais provedores/as. No conjunto de práticas assinaladas, registamos uma especial atenção concedida aos cuidados mútuos, enquanto elemento de sociabilidade, uma valorização significativa do trabalho não-mercadorizado, a problematização das desigualdades cumulativas e das diversas discriminações, ainda que pouco marcada pelo género, e soluções arrojadas do ponto de vista da conciliação entre a vida pessoal, familiar, profissional e cívica.

7. Grupos de discussão: decrescimento e cuidado

(...)

A casa foi erguida com as pedras disponíveis.
Foi feita a revolução com os revolucionários disponíveis.
Pintado foi o quadro com as cores disponíveis.

Comeu-se do que havia.
Deu-se a quem precisava.
Falou-se com os presentes.
Trabalhou-se com a força, o saber e a coragem de que se dispunha.

O descuido não se perdoa.
Era talvez possível fazer mais...
Pedem-se desculpas.
E daí?

Bertolt Brecht

7.1. Resultados dos grupos de discussão

Os quatro grupos de discussão realizados tiveram o duplo objetivo de devolver às iniciativas locais os resultados da análise ao questionário inicial e de coconstruir as noções de decrescimento e de cuidado, a partir das práticas e das reflexões de ativistas. Na secção relativa à metodologia detalhámos os procedimentos metodológicos observados, pelo que aqui nos focamos apenas no resultado da construção coletiva das noções de decrescimento e de cuidado. Na secção 7.1. apresentamos as noções que construímos a partir das palavras-chave e da reflexão coletiva. Em seguida, na secção 7.2., apresentamos um quadro com as palavras-chave identificadas em cada um dos quatro grupos e na secção 7.3. discutimos os dados obtidos.

7.1.1. Grupo de Algés

O **decrescimento** foi considerado uma proposta que reúne um leque de alternativas que parte daquilo que o grupo designou por urgência de conciliação ecológica e de criação de uma relação de cuidado com o planeta. Foi destacado o carácter revolucionário do decrescimento, já que ele também significa decrescimento das desigualdades e igualdade de oportunidades e propõe a valorização do lazer, a procura de vivências mais conviviais e uma alteração na centralidade que o trabalho remunerado hoje assume, ou, como foi referido na sessão, uma alteração no sentido de “des-trabalharmos”.

Neste grupo foi ainda referido que o decrescimento confere outra relevância à dimensão local e destacaram-se palavras como reduzir, reutilizar, reciclar e redistribuir, bem como valores ligados à solidariedade, à partilha e a modelos organizacionais mais horizontais.

Algumas pessoas participantes assinalaram que decrescer pode ser visto como perda de conforto, mas também pode ser visto como “destralhar”, isto é, acabar com a acumulação, centrar no essencial, promovendo a (inter)suficiência e o consumerismo. Considerou-se que o decrescimento pode traduzir-se em práticas como o comércio justo, os “comuns”, as moedas sociais, a soberania alimentar, o consumo local, a permacultura e as hortas urbanas e passa também pelo desinvestimento nos designados “projetos gigantescos”.

O **cuidado** foi aqui entendido como empatia, conhecimento das necessidades do outro, solidariedade e apoio mútuo, significando partilhar, estar presente e dar atenção. Para este grupo, o cuidado constitui um tempo feito de afetividade, amor, gestão de conflitos

e participação e pode ser visto como um ato de mimar o outro, de bondade ou como sensibilidade. Foi também assinalado que é um trabalho marcado pela invisibilidade, motivo pelo qual se considerou fundamental haver uma distribuição mais paritária das responsabilidades de cuidado entre homens e mulheres.

Sublinhou-se a importância da horizontalidade nas relações de cuidado, isto é, a ausência de diferenciais de poder entre pessoas cuidadoras e pessoas cuidadas. Definiu-se o cuidado como colaboração, mas também como humildade para cuidar e para aceitar ser cuidado. Foi defendido que uma sociedade mais cuidadora valoriza o relacionamento interpessoal e deve desconstruir a ideologia da “utilidade”, que é a força motriz para o impulso que leva cada pessoa a sentir necessidade de fazer permanentemente algo útil. Foi afirmado que o horário de trabalho remunerado deveria ser reduzido para 20 horas semanais e que é importante existirem bancos de tempo capazes de ajudar a criar soluções para uma maior conciliação entre diferentes esferas da vida. Associado ao cuidado surgiram as ideias de permacultura, resiliência e utopia.

O grupo considerou que é preciso educar no bairro e na comunidade para o “cuidar cuidando”, para que ele seja uma responsabilidade de todos e todas, quer ao nível individual quer da comunidade. Para os/as participantes uma sociedade cuidadora tem melhores índices de bem-estar e de felicidade.

7.1.2. Grupo de Montemor-o-Novo

Para este segundo grupo, o **decrescimento** corresponde a uma proposta de inversão dos valores sociais, enformada por uma visão de longo prazo, onde assumem relevância as preocupações com a sustentabilidade. Foi referido que o decrescimento propõe uma outra consciência ambiental, o restauro dos ecossistemas naturais, o reforço da ligação com a natureza e a consensualização em torno de objetivos ligados ao bem-estar e à redistribuição da riqueza. O grupo considerou que o decrescimento nos desafia a viver em (inter)suficiência, frugalidade, simplicidade e a ter um consumo minimalista.

Destacaram-se ideias como reduzir, reciclar, poupar e recusar, ou seja, concretizar uma transformação social no sentido de uma vida com qualidade. Foi assinalada a necessidade de uma transição tecnológica capaz de tornar a produção sustentável, aumentar a durabilidade e a qualidade dos bens e a circularidade da economia. A redução do consumo, a afirmação de outra escala de necessidades e uma vida alicerçada no local são alguns dos pilares destacados pelo grupo.

Foi defendido que é necessário desPIBar, isto é, deixar de ver o PIB como medida de bem-estar e como finalidade social; desCapitalizar, dando prioridade a outros valores que estão para além do capital financeiro; e ainda desmercantilizar e desmonetarizar a vida.

O grupo deu relevo à desaceleração, à redução do horário de trabalho e a uma mobilidade mais lenta, nomeadamente através do uso da bicicleta como meio de transporte, porque a lentidão permite fomentar uma sociedade mais convivial, capaz de reconhecer e promover a diversidade, a interdependência e a corresponsabilidade. O grupo concluiu que o decrescimento privilegia relações de comunidade e de vizinhança assentes na confiança e dá relevo a uma participação cívica mais ampla, à partilha de poder e a formas de organização não hierárquicas, tendo ainda considerado que o decrescimento apela à imaginação, à desobediência e à resiliência.

O **cuidado** foi aqui concebido como uma questão humanista, ética e de justiça social, que assenta no respeito, na dignidade e na responsabilidade coletiva. Foi assumido simultaneamente como um dever e um direito. Para este grupo o cuidado pode ser considerado cooperação, interação, partilha e empatia. É feito com amor, disponibilidade, atenção e escuta. O grupo considerou que o cuidado corresponde a um trabalho que, seja doméstico ou profissional, é suportado maioritariamente pelas mulheres. Foi referido que na sua distribuição falta equidade, igualdade e emancipação. Esta noção de cuidado assenta também em relações de solidariedade e na criação de conexões em rede. Se, por um lado, o cuidado proporciona partilha de conhecimento, por outro, é exigente em *soft skills*, o que torna fundamental que eduquemos para o cuidado.

7.1.3. Grupo do Porto

O **decrescimento** neste grupo foi considerado uma alternativa ao capitalismo, uma contracorrente e mesmo um processo de desconstrução que resulta da consciência face à inevitabilidade de um processo de transição ecológica. Foi afirmado que a “crise” económica constitui uma oportunidade para a reorganização da economia, que se deveria tornar mais local, e para a afirmação da ação coletiva enquanto forma de superação dos modelos individualistas.

Este grupo considerou que o decrescimento promove a independência em relação ao sistema e a dependência em relação à comunidade e que assenta na defesa da autonomia, do equilíbrio e da equidade. Foi destacado que o decrescimento exige parar, respirar fundo, desacelerar e fazer uma alteração de valores, traduzindo-se também em práticas como o transporte em bicicleta, as hortas coletivas e os “*comuns*” e centra-se na qualidade de vida, na harmonia e na convivialidade. Nesta noção, decrescimento é ainda simplicidade voluntária, diminuição do consumo, redução e suficiência.

O **cuidado** foi entendido como interdependência, empatia e partilha que exige “sair da bolha” e tratar do ser, não do ter (mais), numa atitude de escuta e atenção militantes. A

noção de cuidado compreende ações como limpar, alimentar e comunicar, implica criar laços, dar amor e carinho. Pode ser realizado numa perspectiva assistencialista, estabelecendo relações de poder entre cuidadores e cuidados, ou numa relação de solidariedade e de responsabilidade.

O grupo considerou que cuidar é trabalhar o invisível, com proximidade, e que exige atenção e tempo, pelo que também desafia cada pessoa a criar disponibilidade para si e para os outros. Foi referido que existe uma padronização de género na prestação de cuidados, já que são assumidos maioritariamente pelas mulheres, que existe uma forte invisibilidade, falta de igualdade e de emancipação das prestadoras. Cuidar é solicitude e, como diz a filosofia Ubuntu, destacada pelo grupo, é o ser em relação, onde “sou quem sou, pelo que nós somos”.

7.1.4. Grupo *online* - região Centro

Neste grupo o conceito de **decrescimento** remete para vários “r”: recusar, reduzir, reutilizar e reciclar, enquanto parte de uma proposta alternativa de consumo que exige processos de educação orientados por ideias de sustentabilidade, preservação da natureza e manutenção da biodiversidade. Constatou-se que as preocupações ecológicas se articulam com a procura de outros valores, como a justiça social, a partilha e a equidade.

Em vez do apelo à quantidade, o grupo considerou que o decrescimento propõe qualidade, e em vez da pressa, convida-nos a desacelerar, a ter tempo e à arte da lentidão. Do ponto de vista relacional, foi considerado que o decrescimento significa comunicação, redes horizontais e proximidade e desafia a nossa criatividade para criarmos uma vida coletiva alternativa, centrada numa dimensão mais interior do bem-estar.

O **Cuidado** neste grupo foi considerado interdependência e reciprocidade, porque diz respeito a todos, já que ninguém pode viver sem cuidados. Numa dimensão mais individual, foi referido que significa autocuidado ou proteção, e numa dimensão mais lata, corresponde a um direito e a uma responsabilidade partilhadas, que devem envolver a participação de toda a comunidade.

Para os/as participantes no grupo, o cuidado exige empatia, aceitação, convívio com a diferença e civismo. Significa ouvir, observar e estar atento, reclamando tempo, equilíbrio e paridade. Foi ainda considerado que o cuidado faz parte de uma dimensão da esfera privada que deve ser tornada pública e que importa quebrar silêncios, tornar o cuidado visível e audível, já que ele é fundamental para o nosso bem-estar e para uma vida com qualidade, na medida em que faz parte de uma visão holística do mundo.

Como podemos verificar nas noções anteriores construídas a partir das palavras-chave identificadas em cada grupo, aqui interpretadas à luz da discussão ocorrida, as noções de decrescimento são mais programáticas e ilustram alternativas e modos de as pôr em prática enquanto as noções de cuidado estão menos conectadas a propostas de transformação e situam-se num plano mais prático ou operativo, associado aos afetos.

7.2. Relação entre as noções de decrescimento e cuidado identificadas e dimensões de análise

Nesta secção procuramos evidenciar as diferenças e semelhanças entre as noções de decrescimento e cuidado resultantes de cada grupo de discussão e identificar a sua relação com as 11 dimensões que serviram de base ao mapeamento de práticas (ver secção 6.5). Para o efeito, construímos uma grelha de análise onde colocámos na primeira coluna as 11 dimensões a que recorremos no questionário inicial, 5 para decrescimento e 6 para cuidado. As quatro colunas seguintes, uma para cada grupo de discussão, contêm as palavras-chave identificadas em cada grupo, sendo notório que a dimensão dos grupos de discussão influenciou o número de palavras-chave para cada noção.

Noções de decrescimento e cuidado identificadas vs dimensões de análise

Dimensões Decrescimento	Grupo Algés	Grupo Montemor-o-Novo	Grupo Porto	Grupo do Centro (Zoom)
1. Redução do impacto ambiental da produção e do consumo	Reduzir (x 3)* Reutilizar Reciclar Acabar com a acumulação Consumerismo Destralhar Cuidar o planeta Conciliação ecológica	Reduzir (x 4)* Recusar Reciclar Poupar Circularidade Qualidade Durabilidade Produção sustentável Sustentabilidade Bicicleta como transporte Restauro ambiental Reforçar a ligação com a natureza	Redução Diminuição de consumo Bicicletas Consciência ecológica Natureza	Reduzir Reutilizar (x 2)* Recusar Reciclar Consumo responsável Sustentabilidade Biodiversidade Natureza
2. Rutura com o imaginário que associa bem-estar ou reconhecimento social ao consumo de bens e serviços	Reorganização (x 2)* Consciência Essencial Suficiente Autosuficiência Intersuficiência	Simplicidade Minimalismo Frugalidade Suficiência À escala das necessidades Sobrevivência com qualidade Intersuficiência (x 2)* Bem-estar	Simplicidade voluntária Suficiência Menos é mais Alteração de valores (para além do consumismo) Qualidade de vida	Valores Qualidade Bem-Estar
3. Formas económicas que geram maior autonomia local	Local (x 2)* Consumo Local Soberania alimentar Permacultura Hortas urbanas	Local (x 3)* Consumo local (x 2)*	Economia e organização no plano local Independência (em relação ao sistema e dependência em relação à comunidade) Autonomia (x 2)* Hortas	Proximidade

4. Redistribuição da riqueza	Solidariedade Partilha (x3)* Decrescimento das desigualdades Igualdade Igualdade de oportunidades Redistribuição Trocas Moeda Local Comércio justo Comuns	Redistribuição Mutualização	Equidade Comum	Justiça social Equidade Partilha
5. Transição para uma sociedade mais convivial e participativa	Mais convivialidade Valorizar o lazer Vivência Des-trabalhar Organização horizontal	Convivialidade (x 2)* Comunidade Vizinhança Interdependência (x 2)* Desmercantilização Lentidão (x 2)* Menos horas de trabalho (x 3)* Confiança (x 2)* Participação Consensualização Poder partilhado (x 2)* Org. não hierárquica (x 2)*	Convivialidade Superação do modelo individual Ação coletiva Harmonia Parar, respirar fundo Desacelerar	Desacelerar Ter tempo Arte da lentidão
6. Outros: Palavras-chave que dificilmente podem ser atribuídas a uma única dimensão, pela falta de relação específica ou pela sua transversalidade.	Revolução Alternativas Tradicional Desconforto (des)Investimento	Coerência entre o que se diz e o que se faz Visão de longo prazo Inverter Desobediência DesPIBar Desmonetização Descapitalizar Diversidade Imaginação Consciência Transição tecnológica Corresponsabilidade	Alternativa ao capitalismo Desconstrução Transição (x 2)* “crise*” económica *oportunidade Contracorrente Paliativo? Equilíbrio Inevitabilidade Harmonia	Alternativa Criatividade Redes Interior Autoeducação Comunicação
Palavras-chave de ligação	Humanidade e planeta	Amor à terra	Integral	

	Repensar Educação e conhecimento	Resiliência (x2)* Solidariedade “Buen Vivir” (x 2)* Cooperação	Ciência sóbria União Espiritualidade e conversão Virtuosidade Regenerativo	
--	-------------------------------------	---	--	--

Dimensões cuidado	Grupo Algés	Grupo Montemor-o-Novo	Grupo Porto	Grupo Centro (Zoom)
1. Relações de poder entre homens e mulheres e os papéis de género que lhes são tradicionalmente atribuídos	Espaços seguros de convívio Ativismo para mulheres Igualdade Horizontalidade Cuidado paritário	Mulheres Igualdade Emancipação Equidade	Padronização de género Igualdade Emancipação	Paridade
2. Impacto da Pertença a múltiplas categorias sociais na inclusão/exclusão de pessoas				Conviver com a diferença Aceitação
3. Valor das diferentes atividades que são realizadas	Desconstruir a ideologia de ter de fazer sempre algo útil Invisibilidade Bem-estar Felicidade		Tratar do ser, não do ter (+) Invisibilidade Trabalhar o invisível Criar tempo para ti e para os outros	Privado que se deve tornar público Quebrar silêncios Tornar visível ou audível
4. Práticas que favorecem a conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral, cívica	Conciliar (x 2)* Bancos de tempo Max. 20h de trabalho remunerado por semana	Família Trabalho Intergeracionalidade	Ter tempo	Tempo Autocuidado Equilíbrio
5. Corresponsabilidade pelos cuidados a nível pessoal,	Educar para o cuidar, cuidando	Ética Humanismo	Responsabilidade Ubuntu	Interdependência Responsabilidade

coletivo e societal, tendo em conta a sustentabilidade da vida humana e não humana	Atenção Partilha Presente Estar Empatia (x 2)* Conhecimento das necessidades do outro Solidariedade (x 2)* Humildade Sensibilidade Afetividade Apoio mútuo Colaboração Tempo Amor (x 2)* Mimar Bondade	Justiça Social Dignidade (x 2)* É um direito Cooperação Solidariedade (x 4)* Partilha (x 3)* Empatia (x 2)* Interação Atenção Escuta Respeito Responsabilidade (x 2)* Flexibilidade Disponibilidade Amor	Interdependência Sair da bolha Não separação Não desistir do/da outro/a Solidariedade Partilha Empatia Atenção Estar atento Olhos nos olhos Escutar Solicitudade Dar Amor Carinho Laços Carolice	partilhada Observar, estar atento Diz respeito a todos Civismo Partilhar Empatia Reciprocidade Bem-estar Proteger Ouvir
6. Cuidados mútuos enquanto elemento de sociabilidade.	Comunidade Vizinhança Valorizar o relacionamento interpessoal Gestão de conflitos	Conexão em Rede (tentáculos)		Comunidade Participação
7. Outros: Palavras-chave que dificilmente podem ser atribuídas a uma única dimensão, pela falta de relação específica ou pela sua transversalidade.	Utopia (x 2)* Resiliência Alerta consciente Permacultura Participação e monitorização da política local	Unidade Educação Soft Skills Gradual	Poder Evitar assistencialismo Assistencialismo Militância Limpar, alimentar, comunicar	Cuidado é fundamental Terapia – auto e hétero Direito Visão holística do mundo Conhecimento Educação Qualidade

Quadro 6 - Noções e decrescimento e cuidado para cada dimensão de análise. *Nota: sempre que no quadro aparece uma palavra-chave seguida de x e de um número, este corresponde à quantidade de vezes que a mesma palavra foi assinalada num grupo de discussão. Relembramos que cada grupo foi dividido em sub-grupos mais pequenos, com exceção do 4º grupo, realizado *online*, pelo que houve grupos diferentes a identificar a mesma palavra.

7.3. Análise das noções de decrescimento e cuidado identificadas

Constatamos que há uma grande disponibilidade para discutir o decrescimento e estilos de vida mais ecológicos e que estas são preocupações de relevo para a maioria dos e das participantes. Sobressaem as preocupações face ao impacto ecológico do consumo de bens e produtos e a insistência em palavras como reduzir, reciclar e reutilizar. No que diz respeito à rutura com o imaginário que associa bem-estar e consumo, são predominantes palavras relacionadas com suficiência, frugalidade e bem-estar. Curiosamente, não surgiram muitas palavras relacionadas com práticas que assentam na promoção da autonomia local. Na dimensão relativa à redistribuição da riqueza, registamos que esta preocupação surgiu em todos os grupos, traduzida por palavras como equidade ou redistribuição, sendo especialmente relevante no grupo de Algés, onde são sugeridos mecanismos alternativos que facilitam a redistribuição dentro das comunidades, como, por exemplo as redes de trocas. A última dimensão, que se refere à convivialidade e participação, também está presente em todos os grupos de discussão, embora tenha maior relevo no grupo de Montemor-o-Novo. Destacam-se as preocupações com a convivialidade, com a desaceleração e com modelos organizativos horizontais.

As palavras-chave identificadas para a noção de decrescimento remetem sobretudo para alterações nos estilos de vida e não evidenciam uma orientação significativa em termos de implicação em processos de mudança na regulação política. Mesmo na dimensão relativa à convivialidade e à participação, as ideias surgidas direccionam-se mais para os modelos organizativos horizontais, intrínsecos às próprias iniciativas, que para alterações políticas, nomeadamente no que diz respeito a reivindicações de democracia participativa.

Em relação ao cuidado, há um número menos significativo de palavras-chave. Aliás, nos grupos de discussão surgiram dúvidas pontuais em relação à pertinência do cuidado, seja pelo facto de o termo ter outros significados passíveis de serem associados a uma visão assistencialista, seja ainda pelo questionamento que uma visão feminista do cuidado comporta. Por exemplo, num dos grupos de discussão alguém perguntou: “o decrescimento sim, mas não entendo a relação dele com o cuidado. Levar o cuidado para a igualdade não é desvirtuá-lo e torná-lo uma reivindicação em vez de um ato de amor?” (nota do caderno de campo). Numa outra sessão, após uma palavra-chave sobre igualdade entre homens e mulheres, alguém perguntou: “como é que o feminismo se relaciona com isto?”

Parece não existir uma visão do cuidado crítica face às desigualdades de género disseminada junto destes/as participantes, embora em todos os grupos tenha sido reconhecida a desigualdade na distribuição das responsabilidades face à prestação de cuidados. As

dimensões do cuidado que reúnem maior número de palavras-chave são as que dizem respeito a aspetos mais coletivos: a corresponsabilização pelos cuidados e os cuidados mútuos, embora a dimensão relativa à conciliação dos tempos dedicados ao trabalho, família e atividades pessoais tenha também algum relevo. É evidenciada uma associação forte entre cuidado e sentimentos ou atitudes (amor, bondade, carinho, atenção) embora, em simultâneo, surja o reconhecimento do silêncio e da invisibilidade que recaem sobre o cuidado.

Em síntese, a crítica ao capitalismo é assumida com alguma naturalidade pelas e pelos participantes e é notório o reconhecimento e a preocupação face à crise ecológica, quer por parte das iniciativas com uma vertente mais ligada às preocupações ecológicas, quer por parte daquelas onde predominam atividades diretamente relacionadas com o cuidado ou conotadas com as propostas feministas. Porém, quando discutimos o cuidado numa perspetiva feminista ou quando surgiram críticas ao patriarcado, foi evidente uma reflexão mais escassa sobre o tema, quase confinada às iniciativas que podemos situar no campo do ativismo feminista e que deram maior destaque a esta questão nos grupos de discussão. Foi ainda notório que, se por um lado, o reconhecimento da crise de cuidados é ténue, por outro, há uma grande consciência face à crise ecológica, lida como consequência do capitalismo.



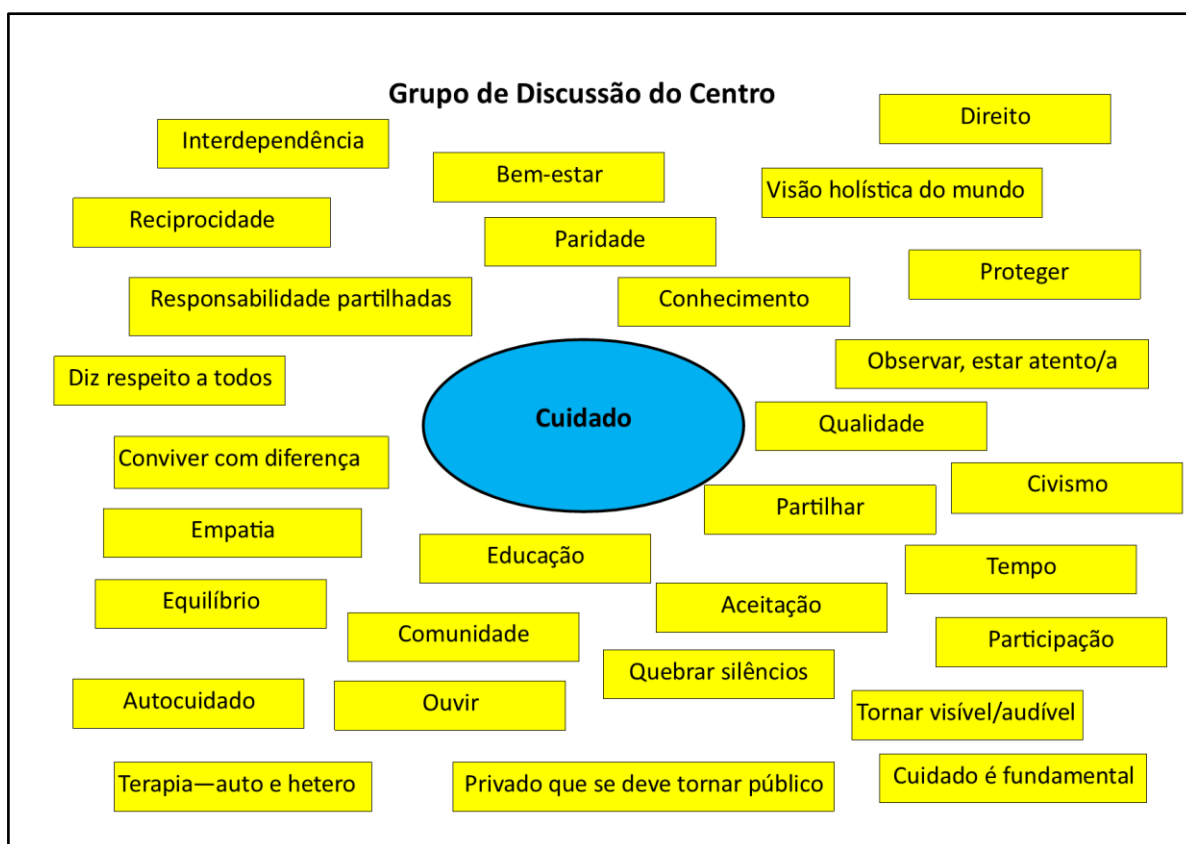
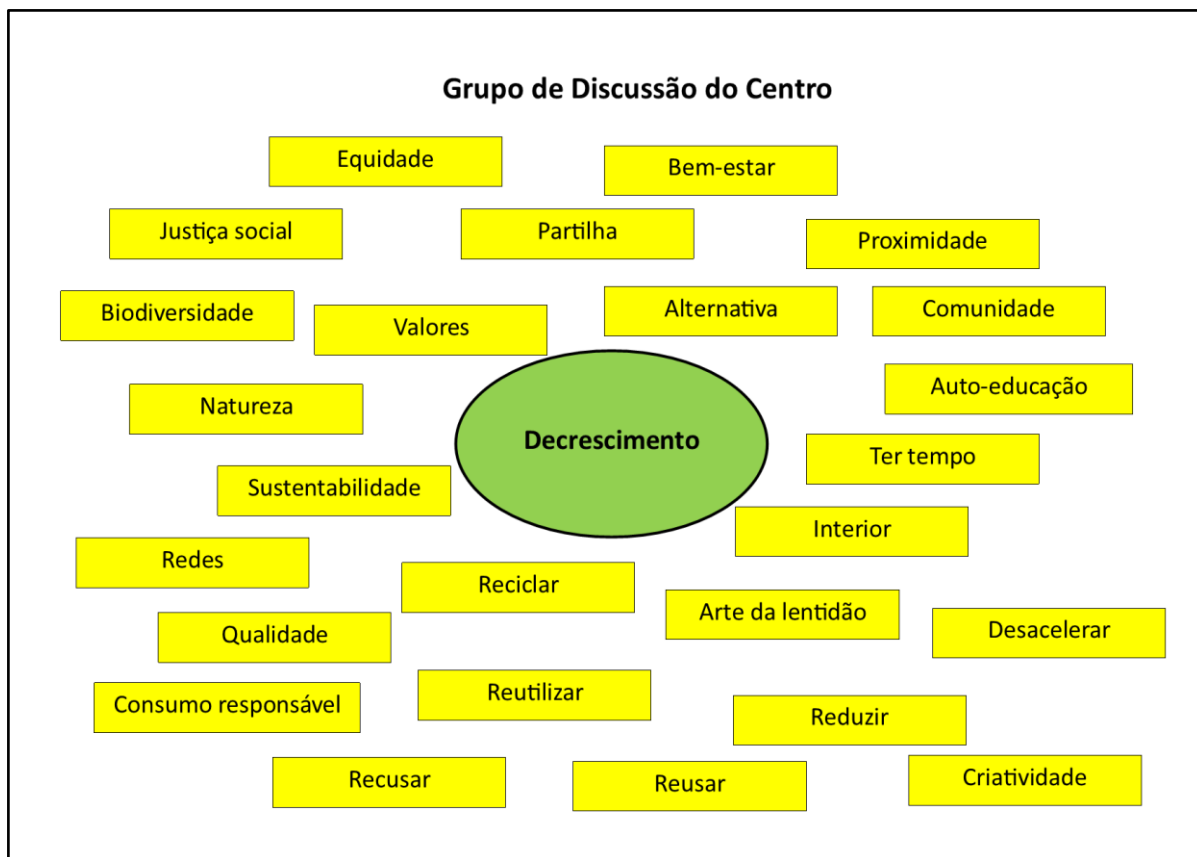
Im. 9 - Grupo de discussão de Algés, Fábrica de Alternativas. 17/01/2020



Im. 10 - Grupo de discussão no Porto, Associação Gato Vadio. 27/02/2020. Subdivisão dos participantes em grupos mais pequenos para identificação de palavras-chave.



Im. 11 - Mandalas resultantes do grupo de discussão em Montemor-o-Novo. 8/02/2020



Im.12 - Grupo de discussão *online* - Região Centro. Mandala construída no *Publisher*

8. Entrevistas: o que dizem as práticas locais

O essencial da questão não é tornar o sistema um pouco mais verde, um pouco mais ecológico, mas é mudar radicalmente de sistema. Mudar de um sistema extrativista para um sistema de equilíbrio com os ecossistemas naturais; mudar de um relacionamento que percebe as pessoas como mão de obra para um sistema com maior justiça social. (E3).

8.1. Caracterização geral das iniciativas

No capítulo cinco explanámos os objetivos, o processo de seleção das 11 iniciativas e a metodologia da entrevista semiestruturada, cujo guião consta do anexo 2. A fim de preservar a confidencialidade dos dados, criámos um código em que a letra E significa entrevista, a que se segue o número que atribuímos a cada entrevista. Nas citações, sempre que o/a entrevistado/a refere a designação exata da iniciativa, substituímo-la pelo respetivo código.

Em seguida fazemos uma caracterização sintética das 11 iniciativas entrevistadas, a partir do quadro adaptado de Hespanha e Lucas dos Santos (2016: 41), a que já aludimos na secção 4.4.2., que tem por base 6 critérios: tipo de agente, objetivos, relação com o Estado, relação com o mercado, democracia e modelo de gestão. A esses critérios acrescentámos 3: tipo de território, número de pessoas envolvidas e carácter distintivo que contribuiu para que a iniciativa tenha sido escolhida para entrevista.

Tipo	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11
Agente	Projeto autónomo inserido numa associação	Associação fortemente apoiada em duas pessoas	Associação	Associação com estatuto de IPSS	Associação fortemente apoiada em duas pessoas	Cooperativa	Associação	Associação	Cooperativa apoiada numa instituição	Associação	Associação
Objetivo	Trocas solidárias de tempo com base em relações de reciprocidade e soluções práticas de organização da vida quotidiana	Cruzamento de linguagens artísticas. Artivismo Economia solidária: grupo de consumo, trocas de bens.	Estilos de vida alternativos Restaurante, oficinas, debates e exposições Promoção do veganismo	Comunidade socioterapêutica para jovens e adultos com capacidades especiais Oficinas Loja Agricultura biodinâmica	Animação rural Centro de reflexão sobre problemas locais e globais Turismo rural	Economia local: agricultura, comercialização, habitação e serviços Loja de produtos locais	Organização comunitária Espaço cultural e político de promoção da autodeterminação Horta comunitária	Convivialidade de Espaço partilha de saberes e convívio. Baseado em trocas de serviços entre membros	Economia local Escoamento dos produtos agrícolas e do artesanato	Arte e comunidade Relação entre a criação artística coletiva e o desenvolvimento comunitário	Horta urbana Agricultura, cultura e reflexão Desmercantilização
Estado	Independent e face ao Estado Alguns apoios de programas de financiamento	Independent e face ao Estado Apoio de programas de financiamento	Independent e face ao Estado Apoio de programas de voluntariado europeu	Independent e face ao Estado mas sob diretrizes da Segurança Social e IEFP que financiam	Independent e face ao Estado Recebeu apoio financeiro para criação do edificado	Independent e face ao Estado	Independent e face ao Estado	Independent e face ao Estado Funciona em instalações cedidas por uma autarquia	Independent e face ao Estado	Independent e face ao Estado Apoios de programas de financiamento	Independent e face ao Estado Parte da horta funciona em terrenos cedidos pela autarquia
Mercado	Troca-se tempo por tempo, em reciprocidade	Prolonga a vida útil de bens através das trocas e upcycling; Atividades gratuitas	Restaurante vegano não determinado exclusivamente pelo mercado	Valorização das capacidades dos "companheiros" (loja (c)/produtos	Questionamento dos impactos locais da financeirização do mundo	Loja de produtos locais para o público e abastecimento de cantinas.	Questionamento dos princípios do mercado com cantina solidária, gratuidade,	Questiona os critérios do mercado; Trocas entre membros; atividades gratuitas e	Solução coletiva para viabilizar participação no mercado de pequenos produtores	Questionamento de interesses imobiliários através da expressão artística	Questionamento dos critérios do mercado Criação de autonomia face às

		Grupo de consumo solidário.	(abastecimento com produtos locais, biológicos, etc.)	produzidos nas oficinas) e produção para autoconsumo		Solução cooperativa de produtores locais	acesso por donativo livre ou recomendado.	sob donativo livre			necessidades de consumo (oficinas de reparação, etc.)
Democracia	Favorece a participação cívica através dos núcleos locais	Processos de decisão partilhados pelo coletivo “Anarquia funcional”	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão	Mecanismos de decisão horizontal através de círculos e conselho de colaboradores	Direção da associação	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão	Democracia económica (pequenos produtores agrícolas e artesanais)	Teatro do oprimido: ativação política de indivíduos e comunidades	Mecanismos de decisão horizontal e por consenso Autogestão
Gestão	Pela coordenação	Pelo coletivo	Pelo coletivo	Pelo círculo de gestão	Pela direção	Pelo coletivo	Pelo coletivo	Pelo coletivo	Pela direção	Pelo coletivo	Pelo coletivo
Território	Urbano Região de Lisboa	Urbano Região Centro	Urbano, região do Porto	Rural Região Centro	Rural Alentejo	Rural Alentejo	Urbano Região de Lisboa	Urbano Região de Lisboa	Rural Região Centro	Urbano Região do Porto	Urbano Região do Porto
Pessoas envolvidas	Cerca de 1800	Até 10 pessoas	Até 10 pessoas	Cerca de 150 pessoas	Até 10 pessoas	Cerca de 100 pessoas	Cerca de 25 pessoas	Cerca de 30 pessoas	Cerca de 30 pessoas	Cerca de 10 pessoas	Até 100 pessoas
Caráter distintivo que motivou a seleção para entrevista	Envolvimento de pessoas de classes sociais diversas. Pedagogia da reciprocidade	Cruzamento entre expressões artísticas, ativismo e economia solidária	Horizontalidade Restaurante facilitador da autonomia financeira Crítica ecológica	Relação horizontal com os “companheiros” Ligação entre decrescimento e cuidado. Perspetiva de transformação social	Ligação a redes locais e translocais Turismo rural facilitador da autonomia financeira	Criação de autonomia local Relação com o território e com outras organizações locais	Autogestão Ajuda-mútua	Criação de laços comunitários fortes	Solução para pequenos produtores locais	Relação entre arte e transformação social.	Horta urbana que concilia arte, cultura e agricultura.

Quadro 7 - Caraterização das ILA. Adaptado de Hespanha, P., & Lucas dos Santos, L. (2016: 41). Acrescentámos as linhas relativas ao território e ao número médio de pessoas envolvidas

8.1.1. Motivações das Iniciativas

Nesta secção abordamos as motivações iniciais que levaram à criação destas 11 iniciativas. O seu nascimento foi impulsionado por razões bastante diversas que constituíram o detonador de uma vontade de mudança. As motivações iniciais podem ter origem num problema pessoal que leva à construção de uma resposta coletiva, como é, por exemplo, o caso da E4: “Começa por uma mãe (...). Ela procurava um projeto, uma casa para o seu filho que não fosse uma mera instituição, que não fosse um mero centro”. Esta necessidade cruzou-se com um ideário - a antroposofia⁶⁰ - e com a vontade de alguns membros de um centro internacional criarem em Portugal uma instituição deste tipo.

Numa outra cooperativa, o impulso inicial esteve ligado ao encontro de vontades de regresso ao país natal e à criação de respostas capazes de resolverem as necessidades deste grupo e do território:

Estava fora de Portugal e queria vir para Portugal e encontro pessoas também de outros países e queríamos ir para o Alentejo, acima de tudo. Queríamos criar um exemplo de como é que as pessoas se mudam para o interior com base na cooperação com as pessoas desses territórios e potenciando o conhecimento que existe nesses territórios. (E6)

Num outro caso, a iniciativa nasceu para fazer face às dificuldades de escoamento dos produtos de pequenos agricultores que não conseguiam colocar as suas produções no mercado devido ao facto de não se encontrarem formalmente registados. A IPSS da localidade estava interessada em assumir-se como potencial compradora para reforçar a economia do território, mas não podia adquirir os produtos devido à necessidade de suportar as compras em documentos contabilisticamente válidos. A criação de uma cooperativa autónoma, ainda que fortemente relacionada com a IPSS e por ela assumida como uma das suas secções autónomas, veio permitir que o problema fosse ultrapassado.

Conheci o X. que era presidente da IPSS, estivemos a ver o interesse de como, através da IPSS, poderíamos utilizar os seus recursos promovendo o local. Ele falava muito de uma situação

⁶⁰ A antroposofia pode ser definida do seguinte modo: “A Antroposofia, do grego ‘conhecimento do ser humano’, introduzida no início do século XX pelo austríaco Rudolf Steiner, pode ser caracterizada como um método de conhecimento da natureza do ser humano e do universo, que amplia o conhecimento obtido pelo método científico convencional, bem como a sua aplicação em praticamente todas as áreas da vida humana, tais como, a educação, medicina, agricultura, pedagogia curativa, artes e economia”

Retirado de <http://antroposofia-cienciaespiritual.blogspot.com/> consultado em Outubro de 2021.

que era as pessoas localmente quererem vender produtos que a IPSS comprava [a outros fornecedores] e realmente não havia maneira formal. (E9)

Há ainda iniciativas que surgem como projetos de uma organização, como é o caso da E1. O primeiro contacto da entidade promotora com o conceito deu-se num encontro transnacional, em Barcelona. A ideia foi germinando até que uns anos mais tarde a associação iniciou o processo de criação de uma iniciativa similar em Portugal.

A vontade de colocar em prática um ideário, inspirado por via da participação de promotores/as em movimentos sociais, marca igualmente o início de muitas iniciativas. A E7 nasceu a partir da acampada do Rossio, momento em que foram criadas as assembleias populares da cidade em que se veio a enraizar. Estas assembleias deram origem a muitos debates e à criação de grupos de trabalho, como refere o entrevistado: “nós aqui organizámos uma coisa que eram as assembleias populares (...). Organizaram-se vários debates sobre problemas económicos (...) e houve vários grupos de trabalho, mas o grupo de trabalho que ficou mesmo foi o da horta comunitária” (E7). O nascimento da E8 também está ligado às assembleias populares. Houve uma manifestação na qual circulou um papel para recolha de contactos de pessoas interessadas na criação de uma assembleia popular e a partir daí começaram a realizar-se encontros regulares. O entrevistado, um dos fundadores da iniciativa, refere que inicialmente as assembleias tinham “o objetivo de envolver a comunidade, de identificar os problemas da comunidade, de tentar incentivar que as pessoas fossem mais participativas na cidadania” (E8). Os primeiros encontros decorreram ao ar livre e o número de participantes foi crescendo mas, quando chegou o outono, o grupo percebeu que precisava de um espaço coberto para poder dar continuidade aos encontros regulares e foi isso que impulsionou a formalização jurídica da iniciativa e a conquista do primeiro espaço, uma antiga fábrica.

Há também iniciativas que nasceram do envolvimento em movimentos sociais. Por exemplo, a E3 surgiu do ativismo ecologista no Gaia - Grupo de Acção e Intervenção Ambiental e da vontade de alguns membros edificarem um projeto capaz de articular o ativismo e a vida profissional. O grupo inicial entendeu que dificilmente conseguiriam sustentar uma iniciativa baseando-a apenas no seu trabalho voluntário, razão que os levou a estruturar o projeto para que viesse a ser economicamente sustentável e aportasse também rendimento aos seus membros-trabalhadores, como é descrito na entrevista “no fundo o objetivo era trabalharmos naquilo que para nós fazia mais sentido e não termos de desistir do ativismo porque tínhamos de encontrar um emprego normal e trabalhar, por exemplo, num *shopping*” (E3). O restaurante acabou por ser a fonte de sustentabilidade económica da organização, tendo como reverso o facto de ser muito absorvente: “acaba por ser o que nos permitiu chegar até aqui, com a associação a funcionar de forma relativamente

independente (...), mas tem uma implicação enorme e muitas vezes acabamos por não conseguir ter a disponibilidade ou a própria energia para dedicar tanto às outras áreas” (E3).

Uma outra iniciativa, a E11, faz parte de um projeto mais vasto de uma associação de bairro com mais de 70 anos, que viveu profundas alterações ao longo da sua existência. A antiguidade da organização poderia pressupor maior cristalização de práticas, o que não se verifica de todo, porque neste percurso surgiram fatores que facilitaram a renovação:

Antes [do 25 de Abril] era mais convívio (...). O surgimento da televisão primeiro, da internet depois, e por fim, até um certo apelo à vida mais individualizada e menos comunitária, fez com que a associação entrasse num declínio que a levou quase ao desaparecimento. Por volta de 2000 estava quase extinta, a funcionar com muitas dificuldades e até os dirigentes da altura pensavam mesmo em abandoná-la. Foi nessa fase que há um pequeno grupo de jovens que tinha um projeto de atividades sociais dirigidas sobretudo a crianças que com conhecimento entretanto de uma assistente social da zona, tomam conhecimento de que há ali aquele edifício, que irá ser desaproveitado e portanto digamos, tomam elas o barco e começam elas a avançar com esse projeto (...). Depois esse grupo de jovens por sua vez também tem uma participação relativamente curta na vida da associação, porque são muito jovens, são estudantes e alguns vão fazer o Erasmus, naquela altura, portanto têm que deixar. Algumas das pessoas que lhes tinham ido dar apoio (...), eu e mais algumas pessoas que surgiram naquela altura, ficaram com o menino nos braços. Depois, avançámos então com um projeto, que primeiro começou a colocar realmente as questões da autonomia, da sustentabilidade. (E11)

Outra iniciativa, a E5, surgiu a partir da vontade de manter a residência em Portugal, mas desta vez protagonizada por um casal - uma italiana e um francês - animados pelo desejo de se estabelecerem no Alentejo. O objetivo inicial era criar um centro de animação com uma vertente de reflexão e uma outra ligada à animação local: “decidimos criar um centro de reflexão sobre questões fundamentais, mas que não fosse desligado da realidade e numa zona específica” (E5).

Duas outras iniciativas nasceram da vontade de concretizar um espaço de expressão artística alternativo e centrado na transformação social. A E2 foi fundada por duas irmãs ligadas ao teatro que tinham o desejo de articular o teatro com intervenções no espaço público. Quando o edifício que ainda hoje acolhe a associação lhes foi cedido por familiares, iniciaram o processo de restauro progressivo e surgiu a ideia de criar uma associação dedicada ao cruzamento multidisciplinar, com espaço para o teatro, para as artes manuais e para outras linguagens artísticas. As fundadoras referem que a iniciativa foi criada para acolher projetos novos: “para experimentar coisas (...) para as pessoas novas que não tinham espaço e precisavam não só de experimentar mas de arranjar parcerias para

conseguirem executar as ideias que tinham na cabeça” (E2).

A E10 surgiu de um impulso similar. Há já alguns anos que o grupo fundador conversava sobre a criação de um projeto coletivo. A iniciativa foi desencadeada por dois membros que durante a adolescência tinham participado num grupo escolar de expressão dramática que assentava nos princípios da criação coletiva e que mais tarde, nos respetivos percursos profissionais, tinham também realizando experiências de ligação entre as técnicas artísticas e o trabalho de intervenção social.

Ainda que possamos constatar a existência de uma diversidade de impulsos que levaram ao nascimento destas iniciativas e se entrelacem vários fatores, destacamos:

- A preocupação com a resolução de problemas vividos no território, como é o caso das dificuldades inerentes à comercialização dos excedentes de produção dos agricultores que encontramos em duas cooperativas ou a procura de uma solução alternativa para pessoas com síndrome de *down*, por exemplo;
- O impulso surgido da participação em movimentos sociais, como as acampadas, as assembleias populares ou mesmo de uma organização nacional de cariz ambientalista;
- Projetos que surgem dentro de uma organização mas que têm uma margem significativa de autonomia. Por exemplo, o nascimento de um projeto no seio da E11, não só acabou por evitar a sua morte, como a revitalizou e transformou;
- Contacto com soluções noutra contexto, por exemplo, resultante de um intercâmbio num outro país, pode estar entre as razões ligadas ao nascimento de uma iniciativa.

Estes dados correspondem a uma análise mais fina daqueles que tinham já sido coligidos através do questionário e que, como referimos na secção 6.3.1., apontam para uma grande diversidade de motivações iniciais.

8.1.2. Objetivos e funcionamento

Os objetivos e o modelo de funcionamento destas iniciativas são bastante diversos, destacando-se uma forte presença de preocupações com a democraticidade interna e a recusa de modelos hierárquicos rígidos. Algumas ILA estão mais centradas na criação de espaços conviviais, outras focam-se em atividades ligadas à cultura e outras ainda à comercialização de produtos locais. De modo transversal, procuram experimentar soluções inovadoras e outras formas de organizar a vida social e económica.

No caso da E1, a iniciativa pretende dar uma resposta prática às necessidades quotidianas da vida das pessoas, nomeadamente às questões da conciliação trabalho-

família, e criar relações de comunidade e de colaboração entre pessoas do mesmo território. Ao longo do tempo os objetivos foram-se aprofundando e hoje a E1 assume-se como parte das “outras economias”, isto é, como forma alternativa de pensar a economia. Em termos de funcionamento, a entrevistada destaca como a vivência desta experiência tem um potencial transformador:

Muitas vezes, nós temos propostas que são do ponto de vista teórico muito bem informadas e depois é muito difícil colocá-las em prática. Na [E1] é ‘vamos viver assim’ e depois descobrimos que há aqui uma série de valores que são inerentes à nossa maneira de fazer (E1).

O facto de funcionar através de agências locais torna a iniciativa uma rede muito diversa, cuja coesão é alimentada através dos encontros periódicos entre agências, onde se reforça o interconhecimento e debatem temáticas comuns:

Normalmente os temas dos encontros seguintes surgem nos anteriores, há aqui qualquer coisa, aquele fruto não maduro, alguma coisa que nós sentimos que... então, se calhar temos que aprofundar, não é hoje, é a seguir e então, à medida que vão surgindo (...) alguns problemas (...) paramos para pensar sobre isso (...). Há sempre muito a preocupação de aprendermos sobre aquilo que surge como necessidade, de debatermos aquilo que sentimos (E1).

Nesta iniciativa, ainda que cada agência tenha uma grande margem de autonomia, há um tronco comum formado pelos objetivos e princípios, pelo regulamento de funcionamento e pelo código de conduta, que são transversais. Nesta ILA, entre as principais dificuldades é assinalada a tensão entre assistencialismo e reciprocidade, porque, segundo a entrevistada, não é fácil manter as pessoas ligadas à ideia de reciprocidade: “há iniciativas de voluntariado que convivem com a (...) [E1], mas o desafio é manter a (...) [E1] como uma iniciativa entre pessoas da comunidade e não uma iniciativa virada para fora, de resposta a necessidades que surgem na comunidade” (E1). O carácter transformador desta iniciativa é sublinhado quando a entrevistada afirma “esta coisa da reciprocidade, do dar e receber, vai um bocadinho contra aquilo que as pessoas estão acostumadas” (E1). Sendo também uma iniciativa que envolve centenas de pessoas, afirmar e manter uma ideia de relação entre iguais, será certamente mais difícil do que afirmar ideais de igualdade e de solidariedade em grupos relativamente menos numerosos.

Os objetivos e modelo de funcionamento das duas iniciativas ligadas à cultura analisadas apresentam algumas características distintivas. Na E2, destaca-se o facto de a iniciativa não estabelecer planos a médio prazo e optar por ir fazendo o caminho de acordo

com as propostas que vão surgindo. Define-se como “anarquia funcional” uma ideia que para as entrevistadas significa que a iniciativa “vai-se alterando consoante as pessoas que lá estão e isso vai sempre acrescentando” (E2). As parcerias, sejam com organizações residentes a quem esta ILA disponibiliza espaço ou outras, contribuem para a programação da organização:

A ideia de que as pessoas podem passar de consumidoras de cultura e de atividades (...) para serem elas a promover ou as suas ideias ou a participar em ideias que são atrativas para elas e que existem na (...) [E2], isso para nós é motivador e é esta dinâmica que nós queremos manter, (...) que as pessoas cheguem lá com ideias e que nós possamos ou concretizá-las ou integrá-las nalguma coisa. (E2)

A E2 é também um espaço onde as pessoas podem ir, mesmo quando não há atividades programadas, refere a entrevistada: “há muita gente que passa lá ao fim da tarde só para dizer olá ou para ir beber um café, mesmo que não haja nada” (E2). Um dos objetivos centrais desta iniciativa é potenciar cruzamentos disciplinares no âmbito artístico e divulgar projetos que tenham dificuldade em encontrar um espaço que não esteja especializado numa área disciplinar pré-determinada.

A ideia de cruzamento está patente nas atividades do campo artístico, mas também no facto de existir uma grande diversidade de atividades, como é evidente nesta descrição feita pelas entrevistadas: “[a E2] tem cursos de costura, tem grupos de alimentação biológica, tem espetáculos de criação de teatro e tem aulas de *croché*” (E2). Há o objetivo explícito de ligar as artes manuais, geralmente circunscritas ao espaço doméstico, a outras linguagens artísticas, associando-lhes com frequência um cariz político, como por exemplo as frases de indignação e de resistência bordadas a ponto cruz, que estiveram expostas em vários locais da cidade.

Um outro aspeto que merece relevo é o envolvimento de públicos com idades muito diversas e mais especificamente de crianças, que podem não ser meros espectadores, como referem as entrevistadas: “as crianças são as protagonistas das coisas e (...) podem ocupar o espaço que normalmente é ocupado pelas pessoas adultas, serem elas os artistas que têm uma exposição no museu, serem elas os que fazem os filmes que vão ao festival ou qualquer coisa”. (E2)

Nesta iniciativa, a principal dificuldade identificada pelas entrevistadas refere-se à comunicação do projeto para o exterior, devido ao facto de assentar no cruzamento de disciplinas artísticas diversas. A multidisciplinaridade foge a uma lógica mais convencional e isso, segundo as entrevistadas, também dificulta o acesso a alguns financiamentos.

As dificuldades inerentes à formalização de uma cooperativa estão presentes na E3, que embora tenha o estatuto jurídico de associação, tem uma matriz cooperativista, como é referido na entrevista:

O nosso funcionamento é muito nos moldes cooperativos, mas não constituímos uma cooperativa porque legalmente o processo era mais complexo. (...) a nível legal somos uma associação, que foi na altura o mais simples e o mais prático, mas o espírito acaba por ser cooperativo porque depois de retirarmos todas as despesas, dividimos o lucro entre nós. (E3)

Desde que fundou a E3 o coletivo procura tornar a iniciativa independente de fontes de financiamento externas ou de subsídios específicos, como forma de garantir maior autonomia, embora subsista alguma ambivalência face a esses apoios, como é patente na seguinte afirmação:

Não foi criarmos uma associação e partirmos do pressuposto de que para existirmos teríamos que estar dependentes de tal subsídio ou de tal entidade. Claro, se existem e nós temos a possibilidade de o ter..., mas regra geral não temos propriamente financiamentos, nomeadamente financiamentos públicos, que na nossa ótica fazem sentido existir porque é uma área onde nós merecemos ser apoiados pois estamos a fazer um serviço público (...). Na nossa perspetiva é um caminho errado tornarmo-nos dependentes desse género de financiamentos. No fundo, um princípio basilar é a nossa independência. (E3)

Na E3 as principais dificuldades reportadas colocam-se sobretudo no plano do relacionamento interno e são atribuídas pelo entrevistado ao facto de se considerarem um coletivo heterogéneo, com pessoas muito diferentes entre si. O entrevistado entende que as relações de poder horizontais que estabelecem podem propiciar estas dificuldades, porque exigem maior responsabilização de todos e todas, nomeadamente de voluntários/as europeus e estagiários, cujos períodos de permanência na iniciativa e, portanto de integração, acabam por ser limitados, não permitindo aprofundar um processo de aprendizagem. Para o entrevistado, a horizontalidade da iniciativa implicaria que fosse dedicado mais tempo à gestão das relações interpessoais, o que nem sempre é fácil, já que o restaurante vegano da associação acaba por exigir ritmos de trabalho intensos. Considera que os modelos organizacionais mais hierarquizados exigem menos esforço em termos de gestão das relações interpessoais e da responsabilização individual mas, em contrapartida, são muito limitativos na aprendizagem individual que podem proporcionar:

Há todas as questões práticas do dia a dia que continuam a surgir e gerir tudo isso..., às vezes pode parecer mais simples funcionar no modelo convencional, o modelo vertical em que existe

um responsável, existe um chefe, existe um padrão. Essa parte da responsabilização de alguma forma é maior nessa pessoa estando na chefia. (E3)

Todavia, parece existir alguma dificuldade em compatibilizar o modelo de funcionamento do restaurante, cujos ritmos de trabalho são intensos e se podem aproximar das lógicas de produtividade da economia capitalista, com o tempo e a atenção que o cuidado das relações interpessoais num modelo horizontal comporta.

No centro do país, a E4 é uma associação que conta com o financiamento público para garantir o funcionamento das suas respostas de apoio a pessoas com necessidades especiais. A relação com os organismos desconcentrados da administração central, sobretudo a Segurança Social e o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), obedece necessariamente aos critérios destes, nomeadamente no que diz respeito à estrutura organizativa (por ex. direção, assembleia geral, direções técnicas, etc.). No entanto, ainda que essas funções estejam definidas, pautam-se por princípios de horizontalidade, como referem as entrevistadas: “temos todas essas figuras e essas pessoas exercem a sua função. A forma como ela é exercida é que não é hierárquica” (E4).

Embora sejam formalmente uma associação, consideram que na prática funcionam como cooperativa, com uma gestão horizontal: “não há um chefe aqui, tudo é decidido em grupos de trabalho e entre todos - é o caminho que também traz mais desafios, mas ao mesmo tempo, também traz mais crescimento” (E4). Segundo as entrevistadas, os assuntos coletivos da E4 são resolvidos em conselho de colaboradores, que ocorre com periodicidade quinzenal, cabendo a cada membro decidir se quer participar, como é referido na seguinte observação:

Temos o grupo de trabalho da direção mas as coisas que dizem respeito ao comum ou comunitário são levadas a conselho de colaboradores. Então, o que este grupo e os diferentes grupos de trabalho fazem é mastigar a fundo os assuntos, trabalhar os temas, levar as propostas já analisadas, refletidas e apresentar as várias possibilidades, as várias propostas a este conselho de colaboradores que é composto por todas as pessoas que aqui trabalham e que aqui vivem. (E4)

A comunidade vive em casas que se assemelham a residências familiares. Em cada habitação reside uma família ou uma equipa juntamente com os companheiros, tratando das atividades quotidianas, como ocorreria num contexto familiar vulgar. Cada membro, seja colaborador ou companheiro, tem também uma função na comunidade - um trabalho ou uma área oficial para desenvolver. As principais dificuldades elencadas pelas entrevistadas são marcadas pela tensão e pelo desacerto entre a vivência coletiva em torno

dos princípios antropológicos que regem a vida na comunidade (nomeadamente os processos de trabalho com os companheiros, isto é, as pessoas com necessidades especiais) e as regras inerentes ao financiamento público para esse efeito, nomeadamente da Segurança Social e do IEFP, sobretudo pela burocracia envolvida que, na opinião das entrevistadas, prejudica a disponibilidade de tempo a dedicar aos companheiros. Destacam neste âmbito, as ações de formação profissional que têm, segundo referem, “uma máquina burocrática gigante” (E4).

A E5, no Alentejo, embora seja formalmente uma associação, em termos efetivos constitui uma iniciativa muito focada no casal fundador, o que contraria a lógica coletiva que seria expectável.

O projeto inicial previa a criação de um centro de animação rural centrado na reflexão sobre problemas sociais. A ideia de construir um edifício e de candidatar os respetivos custos ao apoio financeiro do programa Leader terá implicado a criação de um projeto mais amplo que, segundo o entrevistado: “para funcionar precisava de mais pessoas, não podíamos ser só nós dois, já com uma certa idade, a suportar tudo, o turismo, a alimentação do centro, a animação, a gestão financeira e a agricultura” (E5). Esta reformulação do projeto inicial veio torná-lo bastante mais ambicioso, um processo que para o entrevistado deveria ter sido mais refletido. O funcionamento da totalidade do projeto, com as suas diversas vertentes, exigiria o envolvimento de mais pessoas que aí quisessem criar o seu autoemprego, já que o casal promotor não pretendia ter assalariados e esperava assegurar apenas a vertente ligada à reflexão, com seminários e formações, sem o peso das outras áreas, nomeadamente da unidade de turismo rural.

A E6 é efetivamente uma cooperativa, com os respetivos órgãos estatutários e assume ter um funcionamento horizontal. As alterações face ao instituído dão-se ao nível das práticas, nomeadamente através da realização de reuniões da direção abertas, onde todas as pessoas podem participar: “temos práticas de tomada de decisão, tentamos que sejam transparentes. Obviamente há uma direção mas as reuniões são abertas a toda a gente” (E6). As reuniões da direção acabam por ter um número de participantes numeroso e por constituir um espaço onde “toda a gente fala, independentemente de ser da direção ou não” (E6). O entrevistado acrescenta que isso não conduz a bloqueios e afirma: “se houver alguma questão crucial, se a gente achar que há um impasse e que é preciso tomar uma decisão, em última análise há os elementos da direção, por isso é que fomos eleitos” (E6). O processo de tomada de decisão nesta iniciativa assenta em princípios horizontais, como descreve o entrevistado: “normalmente não votamos, falamos, se alguém não se sente confortável com uma decisão, então pensamos mais sobre o assunto, não temos pressa a

tomar decisões, vamos tomando as decisões à medida que as coisas vão evoluindo” (E6).

A gestão da iniciativa está bastante centrada numa conceção de eficiência próxima daquela que encontramos nas empresas mercantis, como sugere o entrevistado nesta afirmação: “quando se está a trabalhar em nome da (...) [E6] é para trabalhar a sério, não é para estar ali e ir fazendo” (E6).

Um dos objetivos centrais desta ILA é criar soluções coletivas mais eficientes do que aquelas que estariam disponíveis se a cooperativa não existisse e cada membro tivesse de agir apenas individualmente. É patente uma satisfação grande com o modelo de funcionamento, como transparece quando o entrevistado afirma “nós, neste momento, somos aparentemente uma referência e as pessoas procuram-nos de Norte a Sul do país” (E6).

As principais dificuldades vividas decorreram na fase de arranque da iniciativa e ficaram a dever-se à falta de uma massa crítica significativa, aliada à reduzida experiência dos membros relativa ao funcionamento de cooperativas e à escassez de recursos financeiros. O entrevistado descreve as dificuldades vividas durante a fase inicial:

Falta de conhecimento e falta de rede, porque eu fiquei bastante sozinho nesse processo nos primeiros dois anos, as pessoas não acreditavam propriamente que a coisa ia funcionar, nem na loja, nem nada disso. Também não tínhamos conhecimento nenhum de como é que funcionava uma cooperativa, havia falta de confiança, não havia dinheiro. (E6)

Também aqui, as questões relativas ao financiamento acabaram por ser um estrangulamento na fase de arranque.

A E7 tem processos de democracia interna muito enraizados e, embora formalmente seja uma associação, define-se como cooperativa. Os estatutos, o regulamento e o seu modelo de organização refletem os princípios definidos desde a fase inicial do projeto e são inspirados em ideais ligados à autogestão e à permacultura. Há uma preocupação com a intensidade da participação democrática e uma matriz anarquista acentuada, que se traduz em práticas de autogestão e de horizontalidade, num esforço de concretização de uma forma de organização alternativa e também de demonstração desta possibilidade.

Embora a E7 cumpra todos os requisitos legais relativos aos órgãos sociais e a associação tenha dirigentes, o entrevistado considera que o modelo de funcionamento é horizontal:

Na prática só temos um cargo que é o de tesoureiro, tudo o resto é decidido por consenso, portanto o presidente assina papéis porque tem de assinar (...) nós neste momento temos uma estrutura [figura jurídica formal] mas a nossa estrutura existe porque tem de existir. (E7)

O modelo de funcionamento é muito centrado no coletivo e as atividades, de modo geral, superam a frequente cisão entre “nós e os outros”, onde o “nós” diz respeito a quem promove e “os outros” às pessoas a quem as ações se destinam, como refere o entrevistado:

Nós não entendemos a nossa ação como vertente separada. Está tudo ligado. Nós criámos uma mercearia e é para nós e é para os outros (...). A cantina solidária que fizemos foi para os outros e também foi para nós (...), no fundo estamos todos a ajudar-nos uns aos outros (E7).

Para este entrevistado, a inspiração anarquista e autonomista reforça a capacidade emancipatória da iniciativa porque, segundo afirma, “essas tradições sempre tiveram uma vertente de ação prática, foram sempre pessoas que acharam que a melhor maneira de fazer política é pôr as mãos na massa, organizar coisas com outras pessoas” (E7). Se, por um lado, a organização atua centrada nos seus membros, por outro visa ter um efeito demonstrativo. Na entrevista é afirmado: “o que nós tentamos fazer aqui é não só criar as condições para vivermos de outro modo, é também mostrar que é possível viver de outro modo” (E7).

Na E8 o modelo de funcionamento está assente no trabalho voluntário dos seus membros. Trata-se da troca de serviços, um conceito inspirado na ideia do banco de tempo, ainda que com algumas diferenças face a este mecanismo, nomeadamente patentes no facto de não procederem a registos e de não haver limites para o número de horas oferecidas ao coletivo. A E8 procura ter uma estrutura leve, evitando assim o peso de custos com rendas, salários, etc. O coletivo decidiu que não haveria lugar a quotas pelo peso burocrático que a respetiva cobrança comportava e porque queriam que o espaço fosse aberto a toda a gente. As receitas são angariadas através de donativos e, como os custos fixos não são muito elevados, conseguem mensalmente fazer face às despesas sem preocupações significativas: “funcionamos por donativos e sempre tentámos que as despesas básicas mensais fossem as mais baixas possíveis, porque nós com os donativos, conseguimos sempre, com alguma tranquilidade, superar todos os meses as despesas que fazemos” (E8). O entrevistado descreve o modelo de funcionamento da seguinte forma:

As pessoas oferecem duas horas por semana, é uma espécie de voluntariado, e depois podem usufruir de todas as outras duas horas das outras pessoas e de todas as atividades que vão surgindo (...). As atividades funcionam por donativo livre ou por donativo recomendado, que achamos que é o valor justo para pagar pela atividade. Normalmente a pessoa não ganha por essa atividade, o dinheiro fica para a [E8]. (...) oferecem tempo, mas depois podem usufruir de algumas atividades a preços mais baratos e inclusivamente das refeições. (E8)

Quanto ao modelo de gestão, existe uma estrutura muito horizontal, como é evidenciado na afirmação seguinte:

Apesar de haver uma direção e eu faço parte da direção oficialmente, uma associação tem de ter os corpos da direção, assembleia geral e conselho fiscal formalmente. Nós depois na prática, nós internamente, não ligamos a isso. É mais por uma questão formal para assinarmos um contrato, para resolver questões mais formais. Na prática, nós reunimos quinzenalmente. (E8).

O processo decisório assenta na construção de consensos e evitam-se votações, como indica o entrevistado: “normalmente tentamos encontrar, quando há discussões, quando há divergências, tentamos encontrar uma solução. De facto, muitas vezes a convergência e a solução que mais consegue agradar a todos é uma solução que está mais no meio.” (E8).

Também aqui os problemas relacionais são um dos principais desafios, com especial peso na fase inicial do projeto, o que para o entrevistado se ficou a dever à grande diversidade de pessoas, contudo refere: “com o tempo nós começámos a ser bastante mais maduros, a conhecermo-nos melhor uns aos outros, a respeitarmo-nos e o tempo acabou por fazer uma seleção também natural dessas pessoas mais conflituosas” (E8). Embora tenha havido uma mudança significativa, as questões relacionais mantêm-se: “as principais dificuldades que nós temos, que eu acho que vão ser sempre recorrentes, digamos assim, é às vezes a gestão de muitas sensibilidades diferentes, essa para mim é que é a questão mais delicada (E8).

No caso da E9, a iniciativa possui o estatuto de cooperativa e tem hierarquias mais vincadas, nomeadamente entre a direção e os/as cooperadores/as.

Em termos de funcionamento quotidiano, os pequenos produtores agrícolas locais, através da cooperativa, conseguem vender os seus produtos à IPSS da localidade ou a terceiros, quando esta não os adquire na totalidade. A cooperativa não possui uma área comercial e é cada produtor/a que se ocupa do escoamento dos seus produtos, negocia o respetivo preço e as formas de entrega. A função da cooperativa é assegurar a faturação, sempre que exigida, até porque sem ela muitos dos produtos não poderiam ser comercializados. Para o entrevistado “o funcionamento administrativo está definido e está correto, as formalidades são cumpridas, mas, no fundo, há um grupo de pessoas que lideram aquilo, que mantêm aquilo a funcionar, pois têm interesse nisso” (E9).

Também nesta cooperativa, a principal dificuldade reside nas questões relacionais entre membros, como refere o entrevistado: “é sempre o relacionamento interpessoal, as grandes dificuldades estão sempre aí. Não são aquelas coisas que nós calculamos, justificamos e quantificamos” (E9). Por outro lado, a escassa disponibilidade para a

cooperação entre membros é também assinalada pelo entrevistado como um problema: “nós competimos muito com o nosso igual e somos muito subservientes em relação aos superiores” e, mais adiante acrescenta “a maioria das pessoas não se organizam para a mudança mas para tirar proveito da situação que existe”. (E9)

A E10, uma iniciativa ligada à cultura, nasceu com um foco no teatro, mas foi alargando o seu âmbito para uma lógica mais transdisciplinar e de cruzamento entre linguagens artísticas, ainda que tenha mantido uma base teatral. No início foi mais fácil conseguir o reconhecimento junto das organizações ligadas à ação social que junto das que estão no campo das artes. A participação bem sucedida nos concursos de financiamento da Direção Geral das Artes acabou por ser fundamental para a afirmação no plano artístico. As pretensões da E10 eram claras:

Que os espaços de criação artística o fossem de facto e se aproximassem de contextos, de territórios e de grupos normalmente mais afastados dos espaços de criação e que fossem, consequentemente, espaços de empoderamento potenciadores de processos individuais e coletivos, sempre numa lógica de continuidade, sempre numa lógica de tentarmos questionar para quem é que aquilo serve. (E10)

Nesta iniciativa o teatro é reconhecido enquanto prática artística e como processo criador de espaços diferenciadores. A entrevistada descreve o modelo de funcionamento:

Do núcleo central da [E10] agora fazem parte pessoas (...) das artes plásticas e que vêm da música, então há mais essa mistura (...). O grupo base (...) junta toda a gente que tem trabalhado connosco e que tem integrado os vários projetos comunitários (...) os projetos comunitários que vão acontecendo acabaram por ficar ancoradas neste grupo base. É uma forma de nós também trabalharmos a continuidade, mesmo sem termos financiamentos para isso. (E10)

As principais dificuldades enfrentadas pela E10, segundo a entrevistada, residem na comunicação do projeto devido à sua transdisciplinaridade e a intermitência dos financiamentos, como revela a seguinte afirmação: “nós somos uma estrutura pequena, temos de pedir pouco dinheiro, fica sempre tudo muito frágil, não temos forma de conseguir grandes financiamentos (...). Estamos sempre nesta lógica de sobreviver” (E10). Esta fragilidade faz com que os vínculos laborais sejam mais precários, o que condiciona o próprio envolvimento dos membros que podem acabar por procurar outras atividades profissionais.

Nunca transportámos uma máquina muito pesada às costas, mas também foi sempre uma máquina muito precária, o que fez com que muita gente, com muita qualidade, não tivesse vínculos e tivesse que procurar outras alternativas, ou seja, fomos perdendo massa crítica super interessante por causa disto. (E10)

A entrevistada assinala ainda um aspeto mais político, que diz respeito à vulnerabilidade deste tipo de trabalho e ao risco de instrumentalização:

Quando tu trabalhas nesta lógica de ativação de grupos de contextos que normalmente não têm processos, espaços de participação e quando o teu objetivo é criar esses espaços de participação (...) numa lógica de ativação política e de ativarmos esta malta para outros espaços de participação, ou seja, a criação artística é um pretexto para outro tipo de ação coletiva organizada, isto é altamente perturbador em determinados contextos, nomeadamente prisões. (E10)

Com uma inspiração anarquista, a E11 adotou um modelo de funcionamento baseado numa relação horizontal, sem hierarquias funcionais, e articula a comunicação à distância com momentos presenciais:

As decisões gerais são sempre tomadas em Assembleia ou em lista de comunicação interna, entre todos. Não há uma direção que decida sobre o que se vai fazer aqui ou ali. É tudo sempre partilhado. (E11)

Nesta iniciativa, as propostas de decisão podem ser enviadas para listas de correio eletrónico para recolha de contributos ou ser discutidas presencialmente em assembleia geral, descreve o entrevistado: “nas assembleias presenciais, geralmente não estão nunca mais de 25 pessoas, 25 a 30 pessoas é o máximo que me lembro de terem estado (...) muitas coisas decidem-se de facto através de meios digitais (E11). Nesta ILA, o valor da quota anual é determinado individualmente: “cada associado define a sua própria quota, define quanto quer pagar e é livre de alterar essa quota quando quiser” (E11). As atividades também não têm preço estipulado, apelando-se a um donativo consciente, como no caso dos concertos ou dos almoços comunitários. Entre os principais problemas, estão as ameaças de suspensão da possibilidade de uso da terra e do espaço onde funciona a sede da associação que têm sido um problema constante, absorvendo energia e recursos financeiros em lutas judiciais.

Em síntese, tal como tinha já sido evidenciado no inquérito inicial, a figura jurídica legal nem sempre corresponde àquela que é assumida. Por exemplo, várias iniciativas são

formalmente uma associação sem fins lucrativos, embora considerem ter um modelo de funcionamento cooperativo. Este facto deve-se às dificuldades que a formalização de uma cooperativa acarreta, nomeadamente o capital social necessário, que condiciona iniciativas com uma filosofia cooperativista a optarem por se constituir formalmente como associações.

A preocupação com a democracia interna surge com relevo em quase todas as iniciativas, como mostram os processos assembleários e outras formas criativas de participação e de articulação entre aquilo que é a estrutura formal, com os respetivos órgãos estatutariamente definidos e modelos de funcionamento efetivo mais horizontais. É frequentemente referido o desfasamento entre o quadro legal e as práticas das iniciativas, o que cria um espartilho institucional e dá azo a um jogo de simulações. Por um lado, os modelos de funcionamento horizontais chocam com a obrigatoriedade de existência de órgãos sociais, sejam cooperativas ou associações, que têm de ter pessoas com a função de presidir à direção, ao conselho fiscal, etc., criando simultaneamente uma limitação às iniciativas e um “faz-de-conta” que acaba por dificultar o reconhecimento destas práticas. Por outro lado, o acesso ao financiamento público, nomeadamente de iniciativas que têm o estatuto de IPSS, impõe o cumprimento de requisitos ao nível do organigrama interno, como é exemplo a obrigatoriedade de existência de direções técnicas de valências, e gera uma tensão com os modelos de funcionamento que não assentam em hierarquias funcionais.

A relação com o financiamento público apresenta diferenças significativas, com cerca de metade das organizações a dispensarem o financiamento de fundos públicos ou privados exteriores e uma outra metade bastante ancorada no financiamento do Estado e de programas ligados ao Fundo Social Europeu.

Há ainda a sublinhar que algumas iniciativas estão organizadas enquanto resposta para os seus membros, sem a distinção entre “nós e os outros”, com atividades como, por exemplo, hortas comunitárias, cozinha solidária ou os mecanismos de troca de bens e serviços entre membros. Outras, pelo contrário, organizam-se em função de públicos específicos, como a E4 para pessoas com necessidades especiais ou a E10 para comunidades ou grupos em situação de particular vulnerabilidade. Esta diferença entre um público interno e um público externo não está ligada a um modelo organizativo específico⁶¹. Algumas iniciativas trabalham a fronteira entre o dentro e o fora, entre o público interno e o público externo e conseguem quebrar as barreiras que tradicionalmente separam as

⁶¹ Distinguímos entre público interno, que corresponde aos membros de uma iniciativa que se auto-organizam para fazer face às suas necessidades ou interesses - por exemplo, os produtores agrícolas que integram uma cooperativa de comercialização -, e público externo, que corresponde ao universo de pessoas com as quais a iniciativa visa trabalhar - por exemplo, um grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade, residente num bairro onde a iniciativa organiza uma oficina de teatro do oprimido

experiências mais autogestionárias e igualitárias das experiências com uma vocação mais ligada ao apoio social, como por exemplo a E4, que cria processos que promovem a autonomia dos sujeitos que nela participam, reconhecendo o valor de cada pessoa e quebrando os estereótipos face a pessoas com necessidades especiais.

As principais dificuldades reportadas pelas ILA referem-se à gestão das relações interpessoais dos membros, que surgem como problema transversal; segue-se o acesso a recursos, sejam financeiros ou físicos, como o espaço de funcionamento, também assinalados por várias iniciativas e que em alguns casos pode constituir uma fonte grande de instabilidade. Nas dificuldades é ainda sublinhada a tensão com a burocracia inerente aos programas de financiamento e a comunicação do próprio projeto, que surge nas duas iniciativas ligadas à expressão artística que se situam em zonas de cruzamentos disciplinares ou que propiciam a ativação política através da arte. É ainda referida por iniciativas locais a tensão entre os valores de reciprocidade e o imaginário dominante, marcado por um ideário de cariz mais assistencialista.

8.1.3. O Espaço como condicionante

A preocupação com um espaço físico onde a organização se possa desenvolver tem frequentemente uma presença significativa na vida das iniciativas e é fruto de muitas lutas e conquistas. As condições logísticas criam oportunidades e limites, podendo também constituir a maior fonte de instabilidade da vida de uma iniciativa, como ilustramos em seguida.

A E8 começou com encontros ao ar livre mas a chegada do primeiro outono exigiu outras condições, como relata o entrevistado: “nós não tínhamos sítio e percebemos que precisávamos de um espaço. Então soubemos que havia uma antiga fábrica (...) e o espaço estava semi abandonado” (E8). Este entrevistado ilustra bem o modo como os três espaços em que a associação já viveu condicionaram a própria tipologia de atividades:

Os espaços tinham características muito diferentes, não só a própria mudança em si, ter de tirar tudo, embalar, como depois, as dinâmicas alteraram-se completamente porque o segundo espaço era um espaço muito mais pequeno, estávamos limitados porque aquilo era uma espécie de loja (...). Hoje o espaço (...) permite muito mais coisas que o outro não permitia, mas perdemos algumas valências (...) portanto, os espaços também nos condicionam ou, ao contrário, potenciam que aconteçam coisas. (E8)

Na E7 o espaço foi sempre uma preocupação que envolve quer a sede para o coletivo se encontrar, quer ainda o terreno para instalação da horta comunitária que marcou o início desta ILA, como relata o entrevistado:

começámos a achar que precisávamos de um espaço e, por acaso, encontrámos este espaço mesmo pertíssimo da horta comunitária que era um espaço que estava devoluto, completamente abandonado (...). Uma parte do espaço é uma antiga igreja do século XVI e nós, então, entrámos no espaço mas depois contactámos os proprietários, acabámos por fazer um contrato de comodato, fomos recuperando o espaço e a dado passo, quando houve o *boom* do mercado imobiliário, por volta de 2017-2018, o espaço que já estava à venda há 20 anos teve uma proposta de compra e nós comprámos o espaço, ou seja, cobrimos a proposta de compra e então agora o espaço é nosso. (E7)

No caso da E11, a possibilidade de uso do espaço, sobretudo da terra, pelas próprias características do projeto - uma horta urbana, tem uma presença significativa na vida da iniciativa. A horta foi criada em propriedades com três origens distintas: uma parte municipal, relativamente à qual a associação paga uma anuidade à autarquia; uma área cedida pelos vizinhos, que por vezes não são os proprietários da terra, com toda a instabilidade que pode surgir a cada mudança de arrendatários; e uma zona privada, propriedade do senhorio que também detém a sede da E11, a qual no momento de realização da entrevista estava à venda. A insegurança face à utilização do espaço-sede e dos terrenos da horta tem acompanhado a vida da E11, como relata o entrevistado:

Numa fase inicial (...) nós chegámos a uma parte que era propriedade municipal e ocupámos essa parte. A primeira época da relação com a câmara não foi muito fácil porque nós estávamos no processo de ocupação, tivemos de discutir com eles e fazermos ver o trabalho que tínhamos feito e o que isso constituía como projeto para a comunidade, até que eles aceitaram a nossa ocupação. (E11)

Essas tensões face à propriedade da terra são uma constante nas preocupações da E11: “em princípio até agora temos contado sempre com uma renovação do contrato de ocupação da terra que o município tem estabelecido connosco, mas não é absolutamente certo” (E11). O espaço, pelo contrário, pode constituir-se como fonte de estabilidade, como acontece na E2 que funciona numa casa cedida por familiares a troco da sua manutenção e das eventuais melhorias que nela venham a ser feitas. O facto de ser um espaço com alguma dimensão e qualidade contribuiu para a própria sustentabilidade do projeto. As duas entrevistadas referem “nós realmente percebemos que a casa era muito grande e que dava perfeitamente para partilhar com mais pessoas” (E2). As outras organizações que a E2 acolhe contribuem também para a programação de atividades.

Por seu lado, a E4 encontrou no terreno de vários hectares que lhe foi doado para aí se instalar um suporte essencial para o seu nascimento e que ao longo dos anos lhe permitiu crescer.

A localização pode ainda constituir um constrangimento na vida destas iniciativas. A E10, cuja sede está situada num centro urbano densamente povoado, onde há grande oferta de atividades concorrentes, sente algumas dificuldades porque os grupos com quem pretende intervir acabam por ser mobilizados para iniciativas aparentemente similares, mas que seguem metodologias distintas, como descreve a entrevistada:

[os públicos] já estão super massacrados, super instrumentalizados e são mobilizados para 50 mil ações de formação e como recebem rendimentos sociais de inserção têm de participar em tudo e mais alguma coisa (...) há muita oferta e há muita sobreposição de coisas que não servem, que não são a mesma coisa, mas que parecem a mesma coisa. (E10)

Um dos sonhos desta iniciativa é sair do centro da cidade e conseguir instalar-se na periferia, onde presume que poderá estar mais próxima dos públicos com os quais pretende trabalhar.

Também numa cidade de dimensão significativa, a E3 vive a pressão turística desta zona, que tem impactos significativos no seu restaurante vegano. Trata-se de uma procura baseada no turismo e portanto com muitas pessoas que não estabelecem uma laço duradouro com o espaço e com a iniciativa. O entrevistado considera que esta localização comporta também uma dimensão cosmopolita mas lamenta que a elevada procura do restaurante tenha feito dele a principal atividade da associação.

No caso da E5, a ideia inicial dos promotores era fazer um centro de animação rural, mas a escassez de capitais próprios levou-os a procurar o apoio do programa Leader que, para financiar a iniciativa, exigiu que esta tivesse uma vertente ligada ao turismo rural:

Teríamos de acrescentar essa parte e não ser apenas um centro de animação. Fomos obrigados a construir um pequeno turismo com 5 quartos e uma casa para receber as pessoas que iriam animar os seminários (...). O arranque do projeto foi demasiado ambicioso. (E5)

Para que a E5 funcionasse integralmente, os promotores consideram que seria necessário haver outras pessoas interessadas em explorar as diferentes valências do centro, o que não veio a acontecer. O projeto não foi pensado coletivamente, resultou antes do sonho de dois promotores que julgaram interpretar o desejo de potenciais futuros empreendedores/as ou voluntários/as que viriam participar na iniciativa, não como assalariados mas como iguais, o que não teve também em conta as hierarquias implícitas que essa opção acarretaria. O facto de o projeto candidatado ao programa Leader não ter resultado de um processo coletivo, construído com a participação dessas pessoas potencialmente interessadas em criar o seu emprego a partir desta iniciativa,

nomeadamente das valências de turismo rural instaladas, pode explicar a discrepância entre o idealizado e o concretizado.

A dimensão espacial está também presente nas dificuldades de acesso à habitação que podem condicionar o crescimento de uma iniciativa que vive em diálogo com a comunidade local e com os novos residentes que atrai ou já atraiu. No caso da E6, o espaço-habitação foi um problema pelas limitações que a escassez do parque habitacional tem na atração e fixação de novos residentes. O entrevistado recorda a primeira solução encontrada:

Quando me mudei, em 2013, aluguei uma casa grande com 7 quartos e nessa casa, à medida que havia pessoas que se queriam mudar para [nome da localidade] (...) ou experimentar viver em [nome da localidade] (...) tinham onde viver, era essa casa. (E6)

Um dos projetos de futuro desta iniciativa passa por uma intervenção mais profunda no setor da habitação cooperativa.

Em síntese, a categoria relativa ao espaço como condicionante da vida das iniciativas locais não estava prevista à partida mas emergiu de forma significativa durante as entrevistas. Podemos concluir que as características do espaço a que as iniciativas conseguem aceder condiciona de alguma forma a sua identidade, quer por limitar ou potenciar atividades, como é evidente na E8, que já viveu em três espaços e percebe que teve atividades diferentes em cada um deles, ou na E2, cujo edifício permitiu desde início albergar outras iniciativas que potenciam a sua atividade.

Também os encargos mensais relativos a rendas ou à amortização de empréstimos contraídos com a aquisição dos espaços pode ser um fator condicionador da tipologia de atividades realizadas, devido à maior ou menor pressão que comportam, no sentido da angariação de receitas suficientes para fazer face aos compromissos. Por outro lado, a incerteza permanente em que vivem algumas organizações, como é exemplo a E11, face à possibilidade de interrupção do direito de uso do espaço da sede e da horta consome energias coletivas e muitos recursos em disputas legais.

8.1.4. Ligação ao território

De modo geral, constatamos que as iniciativas locais alternativas se pautam por uma forte ligação ao território, conferida pela sua própria especificidade, que pode envolver com graus de intensidade diversa pessoas e organizações dos locais onde atuam mas também conexões com redes translocais. Estas ligações assumem aspetos distintos e podem dizer

maioritariamente respeito a pessoas a título individual ou refletir uma implicação no tecido local, ligando pessoas da comunidade e organizações locais. Nesta secção, analisamos cada uma das iniciativas à luz da sua ligação ao território.

Começamos pela E1, cuja rede é formada por 23 agências locais, conformando cada uma delas uma experiência específica, influenciada pelas características das próprias entidades que a acolhem, sejam elas autarquias, associações, fundações ou outras, e tecendo também cada uma outra rede de ligações de âmbito local. Embora existam muitas agências e estas sejam diversas entre si, o facto de a E1 ter uma coordenação nacional que, entre outras atividades, organiza regularmente encontros de membros das diferentes agências, permite criar uma articulação entre as redes locais de pessoas e organizações e estabelecer um espaço de partilha mais amplo.

Também com uma rede relacional amplamente ancorada no concelho onde trabalha, a E6 envolve organizações e pessoas da comunidade diversas entre si, nomeadamente agricultores, ativistas que vieram de outros locais ou países para se instalarem neste território e organizações ligadas à cidadania e à cultura. Dialoga ainda com os órgãos do poder local, entre várias outras entidades, criando um ecossistema transformador: “a nível local, sim, temos muitas parcerias e mais do que a cooperativa em si são as pessoas” (E6), ou seja, a participação dos membros noutros coletivos, amplia a rede relacional. A preocupação em criar respostas capazes de responder às necessidades do território esteve presente desde início, como refere o entrevistado da E6:

Começámos a pensar no que é que realmente fazia falta para (...) [nome da localidade], se era de facto um centro de investigação, se eram outras coisas (...). Começámos a perceber que não era preciso criar um centro de investigação, que já havia associações e pessoas a fazer coisas nesse âmbito e que era mais pensar a questão dos rendimentos das pessoas (...), quer das pessoas que se estavam a mudar, quer das pessoas que já estavam lá. Pronto, nesse processo percebemos que o que era preciso era uma cooperativa e foi nesse sentido que depois avançámos. (E6)

A E4, tal como a E6, tem uma forte ligação às pessoas e às organizações do território onde atua. Embora os pioneiros que fundaram a iniciativa tivessem vindo de um centro de antroposofia da Suíça e fossem todos estrangeiros, quando iniciaram o processo convidaram pessoas da localidade a participar, tendo contado com uma adesão significativa. Algumas pessoas da equipa estão ligadas à E4 desde essa altura, ou seja, há quatro décadas.

Inicialmente o projeto foi pensado para pessoas com síndrome de *down*, mas a relação com o território permitiu identificar a existência de outras necessidades, facto que levou a E4 a redirecionar a sua ação e a acolher nessa fase crianças em situação de vulnerabilidade. Começaram por construir uma casa e à medida que cresceram as necessidades e que o

projeto foi ganhando solidez, foram paulatinamente edificando novas construções: habitações, oficinas e escola. Hoje a E4 tem uma relação estreita com o território, ainda que fique fora do núcleo urbano: “temos uma loja na vila (...) que é um interface com o nosso trabalho, com a nossa vida, com os nossos produtos” (E4). Uma das vertentes desta iniciativa consiste na formação profissional de pessoas com necessidades especiais, envolvendo a realização de estágios noutras organizações e intensificando assim a relação com a Junta de Freguesia, com a Câmara Municipal e também com as empresas da zona que disponibilizam estágios de integração dos formandos e das formandas.

Em termos de relação com o território, existe também uma articulação com as escolas, pois há regularmente visitas à iniciativa. As ligações a organizações não locais ocorrem sobretudo dentro do movimento antroposófico:

A nível internacional e mesmo nacional estamos muito vinculados ao movimento antroposófico. A (...) [E1] vive sobre este paradigma da antroposofia e portanto estamos muito ligados a Dornach que no fundo é o centro na Suíça, emanam de lá os resultados de vários grupos de trabalho. E então também integramos essa rede das outras instituições antroposóficas no mundo. Aqui, a nível nacional, também procuramos sempre apoiar e ligar. Estamos muito ligados a outras iniciativas antroposóficas. (E4)

Nas iniciativas mais ligadas à cultura, a rede relacional assume um papel determinante, como é o caso da E10, cujas intervenções decorrem em alguns bairros considerados problemáticos ou junto de grupos específicos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, como pessoas em estabelecimentos prisionais ou crianças e jovens em situação de institucionalização. Os seus projetos comunitários centram-se em territórios mais afastados das oportunidades de criação e procuram desencadear processos de empoderamento individuais e coletivos. Não se trata, portanto, de uma iniciativa que cria respostas centradas nos seus membros, na medida em que está focada em comunidades específicas. Nesses processos, a E10 envolve redes de parcerias densas, como evidencia a seguinte afirmação:

Nós, em todos os projetos, tentamos sempre envolver o máximo de parceiros possível, ou seja, toda a gente que trabalha no mesmo território onde nós estamos a apontar algum tipo de trabalho. Em primeiro lugar tentamos sempre que a preparação de algum tipo de propostas já conte com a participação destes parceiros, (...) tentamos que o processo de construção seja também partilhado, e na verdade temos uma rede bem forte aqui. (E10)

Esta ligação ao território e a outras organizações, ainda que os objetivos da intervenção sejam distintos, está também patente numa outra organização ligada à cultura,

a E2. Aqui, o envolvimento da comunidade e a relação com o território incluem pessoas e organizações muito diversas, embora com predominância daquelas cuja ligação à arte, à cultura ou à economia solidária é mais intensa. A E2 tem parcerias com várias entidades, algumas das quais residentes no seu edifício:

Nós aqui, mesmo com as coisas mais convencionais sempre trabalhámos em rede. Há aquela informalidade que é tu precisas de coisas, de projetores ou de figurinos e recorres aos teus amigos que trabalham noutros teatros ou noutras companhias e normalmente o pessoal tem essa tendência de trocar coisas e partilhar. Portanto essa rede não formal já existia, sempre existiu, aliás [sem ela] as pessoas não conseguiriam sobreviver. (E2)

Na E5 a relação com o território foi sendo construída paulatinamente, mas com algumas dificuldades, já que os promotores eram dois estrangeiros que se vieram instalar numa freguesia do litoral alentejano. Na entrevista um dos fundadores recorda:

Os habitantes não nos conheciam e quando nos viram montar o Centro fomos classificados como ricos pois tínhamos a possibilidade de fazer uma obra destas, refiro-me à comunidade local. A relação com a Câmara e com a Junta de Freguesia foi completamente diferente, pois sabiam muito bem o que estávamos a fazer. (E5)

A relação de vizinhança foi iniciada a partir de uma ação concreta:

Há um caminho de terra batida aqui na nossa zona, então fizemos questão de nos juntarmos todos e arranjar esse caminho. Foi um trabalho feito com as pessoas, que funcionou até certo nível. Existia uma comissão de moradores e fizemos várias festas com as pessoas da aldeia no nosso centro para podermos falar e foi assim que conseguimos criar um laço mais afetivo. (E5)

Neste caso destaca-se sobretudo a ligação a redes translocais, como transparece dos seminários internacionais que vão sendo acolhidos ou promovidos por esta iniciativa.

As relações menos próximas com a comunidade local, não obstante os esforços em sentido contrário, fazem parte do quotidiano da E3. O facto de a associação estar situada numa zona turística faz com que parte do público que frequenta o seu restaurante tenha com ela uma ligação mais efémera. Também os voluntários/as e estagiários/as que fazem estâncias na associação, sobretudo ao abrigo dos programas da União Europeia, estão por norma presentes por períodos de tempo relativamente curtos, entre 2 a 12 meses. O entrevistado da E3 refere: “quando começámos a receber pessoas de vários países [voluntários] passámos a ter essa vertente multicultural muito vincada” (E3). A relação com a comunidade local é um pouco mais difícil por motivos que se relacionam com as

características sócio-culturais dessa população: “é uma comunidade um bocado fechada, de uma forma geral, menos recetiva àquilo que são os nossos valores, ou seja, uma comunidade um pouco mais tradicionalista” (E3). Têm procurado estabelecer pontes com o Centro Social de uma IPSS que fica na zona, nomeadamente enriquecendo o trabalho desta instituição com atividades de cariz ambiental, mas gostariam de aprofundar a ligação à população. Do ponto de vista da relação com outras organizações, há vários membros desta iniciativa que pertencem a coletivos distintos, e isso constitui um elemento facilitador da criação de redes. Um dos limites que encontram no trabalho em rede tem a ver com o tempo que isso exige: “trabalhar em organizações essencialmente voluntárias e depois ainda conseguir ter disponibilidade para trabalhar com outras organizações torna-se complicado, não é prioridade” (E3).

A ligação ao território é muito forte no caso da E9, um projeto intimamente ligado à aldeia onde se situa. A relação e a abertura face a organizações exteriores ao território é mais difícil, refere o entrevistado: “por vezes consigo trazê-los [os/as cooperadores/as] a eventos na Escola Agrícola, mas percebi que não os podia pressionar muito” (E9). A relação com outras organizações exteriores à aldeia é assumida pelo presidente, sobressaindo aqui uma distinção entre cooperadores/as e direção da cooperativa.

Também ligada à produção agrícola, mas com objetivos diversos, a E11 assume uma ligação ao território intensa, nomeadamente à comunidade que reside nas proximidades, ainda que participem na horta pessoas que vêm de outros pontos da cidade onde se localiza. A E11 centra-se na realização de atividades maioritariamente com e para os seus membros. Não tem um envolvimento muito intenso com outras organizações, embora possam existir parcerias em iniciativas específicas. Por exemplo, alguns coletivos da cidade onde está situada têm talhões na horta da E11 e um deles organiza jantares *benefit* em favor desta iniciativa.

De um modo similar, a E7 é também uma organização que procura respostas para o seu público interno e é nisso que foca a sua ação, ou seja, na organização de atividades com e para membros do coletivo. A relação com outras organizações do território ou congéneres fora dele é pouco intensa, segundo refere o entrevistado: “este tipo de coletivos tem uma certa dificuldade em organizar-se em rede porque preza muito a sua autonomia” (E7). Ou seja, para o entrevistado, a especificidade desta iniciativa torna mais difícil o estabelecimento de pontes com outras organizações, ainda que exista uma relação mais próxima com uma organização de Lisboa e com outra do Alentejo. O entrevistado aborda a questão da especificidade e em simultâneo destaca a importância do enraizamento no terreno:

Existe uma séria de gente que é um bocado diferente uma da outra e tem uma certa dificuldade em encontrar campos em comum (...) depois também há iniciativas muito *new age*, muito espirituais, há pessoas que acham que a transição é feita fechadas numa quinta (...) e isso não faz sentido nenhum. É preciso influenciar o que se passa na realidade concreta. (E7)

Por último, a E8 situada numa zona urbana densamente povoada, é também uma associação cujas atividades se destinam prioritariamente aos membros da própria iniciativa. Um dos objetivos que procura alcançar avançados pelo entrevistado, reside na identificação contínua de processos que permitam assegurar um progressivo envolvimento de mais pessoas nas atividades que realiza. A E8 tem uma relação estreita com alguns coletivos, que aliás organizam atividades no seu espaço ou em parceria com ela, mas assume que existem dificuldades práticas no trabalho em rede: “normalmente as associações têm sempre atividades ao fim de semana e portanto estão muito envolvidas e têm uma dificuldade enorme em trazer pessoas” (E8). Para o entrevistado, a participação voluntária numa iniciativa deste tipo é muito absorvente e isso condiciona a disponibilidade dos membros para dialogarem e realizarem ações conjuntas com outras iniciativas.

Em síntese, muitas iniciativas locais estão bastante centradas no seu próprio desenvolvimento organizacional e nas suas atividades, acabando por ter menor disponibilidade para tecer relações com outros coletivos, similares ou de cariz diferente, o que poderia reforçar a ação de cada ILA e criar um espaço de aprendizagem. Porém, a maioria das ILA tem uma rede relacional com as pessoas e as organizações dos territórios onde intervêm, como é patente na rede de agências da E1, acolhidas por entidades diversas; na E4, que trabalha com pessoas com diversidade funcional, nomeadamente através do programa de estágios profissionais em empresas; na cooperativa E6, que teceu uma rede densa entre organizações da vila alentejana que a acolhe.

Quando a rede relacional é mais débil, como por exemplo em duas organizações com inspiração anarquista, esse facto é atribuído à escassez de pares ou à preocupação com a preservação da autonomia. A singularidade destas organizações, nomeadamente no que se refere ao seu modelo de funcionamento e aos princípios de autogestão e de ajuda-mútua pode eventualmente tornar mais difícil o estabelecimento de diálogos com pares.

Destaca-se ainda a dificuldade sentidas pelos coletivos mais estruturados em torno do voluntariado, que têm menor disponibilidade para participar nas atividades de outras organizações, porque o tempo disponível é escasso e exige que concentrem as suas energias na organização das atividades internas.

8.2. Referenciais de transformação social

Na análise das perspectivas dos entrevistados e entrevistadas face à transformação social seguimos a proposta de Sánchez-Hernández (2017), descrita no capítulo 4 e que também tivemos em conta no capítulo 6, aquando da análise dos questionários.

Os posicionamentos face ao capitalismo manifestados pelos/as entrevistados/as podem ser inscritos num *continuum* entre oposição e superação. Em cada uma das iniciativas analisadas podem conviver simultaneamente práticas distintas, resultantes de posicionamentos mais adaptativos face ao capitalismo, com outras que podemos inscrever no campo pós-capitalista. O próprio perfil dos e das participantes em cada iniciativa não é forçosamente homogêneo e é possível que coexistam pessoas com orientações distintas, como veremos em seguida, face a cada uma das iniciativas.

A E1 é uma iniciativa onde se troca tempo por tempo. Na sua fase inicial assumia-se como um contributo para a criação de uma sociedade mais humana, dava relevo a valores como a ajuda-mútua e a interdependência e procurava criar contextos conviviais baseados na igualdade, onde as pessoas pudessem encontrar soluções práticas para a gestão do seu quotidiano. Progressivamente, o pensamento em torno da iniciativa foi-se aprofundando e tornando mais crítico, como refere a entrevistada:

Fomos desenvolvendo de facto em conjunto, e com algumas resistências de agências (...) uma proposta com um potencial transformador político mais crítico do modelo dominante. Houve muito questionamento sobre o modelo económico vigente, com ritmos diferentes, com algumas agências (...) sem saberem muito bem como se posicionar, porque havia ali sobretudo uma orientação mais solidária, mais altruísta, não tanto esta visão como alternativa. (E1)

O modelo de funcionamento através de agências locais faz com que esta transformação não seja vivenciada de modo homogêneo por toda a rede, já que as 23 agências e as pessoas a ela ligadas seguem diferentes ritmos:

Há visões diferentes, há quem veja o (...) [E1] como um contexto de sociabilidade privilegiado, (...) que se distingue do resto da sociedade porque as relações que se estabelecem são mais solidárias. Mas há outras agências (...) que são minoritárias na realidade, que consideram aqui que o fundamental (...) são os princípios da reciprocidade, da igualdade, dispensar o dinheiro e retirar a centralidade do mercado das nossas vidas. (E1)

Ainda que sejam reconhecidas dificuldades inerentes a esta diversidade, a entrevistada considera que o facto de a iniciativa as acolher pode ampliar o seu potencial transformador:

Olho muitas vezes para o [E1] como uma casa com muitas portas e muitas entradas e de facto há algumas que não se cruzam bem com as outras, mas eu acho que cabe toda a gente dentro da casa, mas há momentos de tensão. (E1)

A E2, uma organização que procura cruzar diferentes disciplinas artísticas entre si e também com uma vertente ligada à economia solidária, tem um posicionamento que as entrevistadas colocam no campo da superação pós-capitalista. Na entrevista definem a iniciativa como “uma evolução, porque o sistema claramente não funciona”. (E2)

A E3 é uma associação onde o seu restaurante vegano tem um papel central e a clientela está muito marcada pela procura turística. A forte ligação a um público mais efémero não invalida que a associação assuma uma crítica radical face ao sistema socioeconómico e reconheça as incoerências das próprias iniciativas alternativas, nomeadamente no acesso aos recursos que lhes permitem funcionar:

As organizações acabam por estar muito dependentes, por exemplo, de fundos pouco éticos, até mesmo organizações ambientalistas muitas vezes, sem retirar o mérito ao seu trabalho e a todos os projetos que desenvolvem, mas por vezes acabam por estar dependentes de fundos, por exemplo, de empresas que têm uma prática ambiental questionável. (E3)

A E3 procura permanecer independente deste tipo de financiamentos e tem uma reflexão interna sobre as dificuldades que um posicionamento coerente implica, como refere o entrevistado: “temos as nossas incoerências mas tentamos construir um estilo de vida que seja o mais coerente possível com os nossos valores” (E3). O entrevistado considera que a associação assume uma posição de rutura com o capitalismo, o qual responsabiliza pelas diferentes vertentes da crise sistémica:

A nossa visão é muito holística, nós temos sempre alguma dificuldade em fazer essa compartimentação de falar de questões ecológicas e não falar de um sistema capitalista (...). Mesmo as associações ditas ambientalistas, também se centram em questões de mitigação, em não poluir tanto, na reutilização e esse tipo de coisas. Mas é um pouco quase tabu pôr em causa o próprio sistema dominante. Para nós é um pouco ao contrário. Não faz sentido abordar as questões ecológicas e não falar da exploração dos países de terceiro mundo, não falar na injustiça económica que está subjacente. (E3)

A E4 trabalha com pessoas que requerem atenção especial. Algumas são residentes na instituição ou frequentam as suas atividades ocupacionais e de formação profissional. Um dos aspetos transformadores que sobressai no trabalho desta iniciativa reside na designação do seu público: não usa o termo “deficientes” mas sim “companheiros”. O facto de a associação ser financiada por fundos públicos, nomeadamente pela Segurança Social e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, faz com que as entrevistadas hesitem em definir o seu posicionamento em rutura com o sistema socioeconómico dominante. Na entrevista referem “nós somos uma IPSS e somos regidos pela Segurança Social, pelo sistema e por toda essa visão de sistema” (E4). No entanto, descrevem a existência do fundo social interno que é um exemplo de adaptação dos seus princípios de funcionamento às condicionantes do quadro institucional em que operam:

O fundo social, reflete bastante o nosso posicionamento. Mais uma vez, o fundo social é algo independente à (...) [E4], é algo que só integra quem queira, é também por escolha individual. É um espaço onde as pessoas doam os seus ordenados, que são variados, de acordo com a função com que a Segurança Social tabela. Cada pessoa, independentemente de estar cá há um ano ou há 30 anos, recebe mensalmente exatamente o mesmo valor e nesse âmbito existe essa distribuição equitativa do dinheiro (...). Reflete muito a forma fraterna como lidamos com o dinheiro. (E4)

A E5, um centro de animação rural preocupado com os processos de reflexão, enquadra o seu posicionamento maioritariamente numa lógica de superação pós-capitalista. O entrevistado assinala que a iniciativa nasceu com o intuito de aprofundar o pensamento estratégico sobre os desafios ecológicos e da globalização. Na entrevista afirma: “decidimos criar um centro de reflexão sobre questões fundamentais, mas que não fosse desligado da realidade e numa zona específica” (E5) e acrescenta que o objetivo seria fazer “uma reflexão mais geral do conjunto das coisas que acontecem no mundo de hoje, do funcionamento da natureza humana” (E5), através de uma perspetiva capaz de articular as dimensões local e global.

No Alentejo, a E6 não se considera em rutura com o sistema dominante e vê-se sobretudo como uma alternativa baseada na cooperação:

Somos uma alternativa dentro do próprio sistema. Funcionamos totalmente dentro das lógicas do mercado, os nossos cooperantes estão no mercado de forma igual a outros agentes. Eu acho que oferecemos uma solução mais eficiente do que cada um por si, portanto acho que estamos completamente dentro da lógica atual do mercado. Como outros agentes do mercado temos algumas preocupações ambientais, como outros agentes do mercado temos algumas

preocupações sociais (...) mas em todo o caso, acho que sim, pelo menos promovemos uma ideia de cooperação e de existência de partilha de uma estrutura, de uma loja, etc. (E6)

Com inspiração anarquista, a E7 é um coletivo alicerçado na ajuda-mútua e tem também uma horta coletiva. Adota um modelo organizativo inspirado na tradição anarquista, refere o entrevistado: “não somos todos anarquistas mas essa matriz está perfeitamente assumida” (E7). A tradição anarquista e autonomista da iniciativa reflete-se também no modo como dá relevo à tradução das ideias em práticas concretas:

o anarquismo, o autonomismo (...) sempre tiveram essa vertente de ação prática (...) a melhor maneira de fazer política é pôr as mãos na massa, organizar coisas com outras pessoas, não é criar um partido, com um chefe, etc. (E7)

Numa outra referência o entrevistado reforça esta ideia ao afirmar: “nós somos completamente a favor da prática da horizontalidade e da autogestão (E7). Este coletivo rejeita o assistencialismo e defende uma ação empoderadora, através da qual as pessoas se auto-organizem e implementem soluções. Exemplo disso é a cozinha solidária criada durante a pandemia, que veio responder às necessidades dos seus membros e da comunidade envolvente.

A E8 é considerada pelo entrevistado uma iniciativa que se posiciona no campo das alternativas ao capitalismo pelo modo como experimenta e põe em prática formas de convivialidade que criam ligações solidárias entre membros. O entrevistado questiona-se “a sociedade está bastante doente, sobretudo nas cidades (...). Como é que sociologicamente nós conseguimos dar a volta a isso? Como é que nós conseguimos reabilitar e recuperar essas ligações entre as pessoas?” (E8). Esta iniciativa segue uma orientação que não é determinada pelo mercado e aposta fortemente na criação de espaços de sociabilidade.

Com uma outra orientação e um modelo de organização interna bastante distinto, a E9 visa responder a problemas dos produtores e das produtoras agrícolas locais através de uma solução cooperativa, isto é, ultrapassando as condicionantes legais que dificultam o acesso dos pequenos produtores ao mercado através de uma estrutura coletiva. O entrevistado considera que a iniciativa não tem uma atitude crítica face ao sistema socioeconómico dominante e defende que “quando se critica a sociedade ou os governantes, o problema somos nós que podíamos fazer coisas espetaculares, somos nós que resistimos à mudança” (E9). Cita ainda a opinião expressa por uma das cooperadoras ligada a esta iniciativa que terá feito a seguinte afirmação: “por vezes dizem mal, mas a cooperativa permite-me arranjar dinheiro para passar umas férias”. Esta referência indica também uma

orientação mais ligada às vivências individuais e ao incremento dos rendimentos familiares, desligada de uma posição crítica face ao sistema ou a preocupações transformadoras.

Num centro urbano do norte, a E10 assume uma intervenção muito ligada à reflexão política mas com contornos distintos, nomeadamente no que diz respeito ao perfil das pessoas envolvidas. O trabalho da iniciativa centra-se na ativação política de pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade. Para isso, cria espaços de diálogo ou pontes onde participam as pessoas de cada comunidade ou grupo com quem está a intervir e redes de parcerias locais densas. O envolvimento de pessoas e de organizações tão diversas em torno de projetos obriga a processos de negociação contínua, que ampliam a perspetiva de cada participante face às necessidades dos outros e fermentam a criação de visões críticas face ao sistema. A tensão com os financiadores e o receio de tentativas de captura dessa lógica está presente nas preocupações quotidianas da E10:

Há projetos onde nós escolhemos deliberadamente que não temos financiamento de lado nenhum e preferimos trabalhar a zeros mas é para podermos fazer um teatro fórum como fizemos (...) sobre a gentrificação e a especulação imobiliária e podermos apresentar (...) onde quisermos, mas é super sensível. (E10)

A entrevistada reconhece que a criação de uma ação coletiva entre estruturas transformadoras é difícil, devido à necessidade constante de procurar financiamento público que permita às organizações manter os seus profissionais e afirma: “acho que passa muito pelas questões do Rendimento Básico Universal, se nós criássemos de facto uma situação de equidade para toda a gente” (E10). Sobre a intervenção da associação com grupos específicos, assinala:

Sempre foi uma prática nossa que é, estes grupos de criação coletiva serem também mobilizados para ações públicas e políticas, ou seja, como é que a criação artística vai para as manifestações também. Como é que se preparam performances, instalações e ações coletivas na rua. Isto foi super transformador para os miúdos. (E10)

A E11, uma horta coletiva em espaço urbano, procura transformar a sociedade através da criação de espaços que permitam às pessoas experimentarem outros modelos organizacionais, como afirma o entrevistado:

A comunidade de pessoas que participam na [E11] (...) tem uma atitude crítica, sim, relativamente à sociedade em que vivemos. Uma atitude crítica que passa por esses processos de decisão e de imaginarem um mundo em que seja possível solidariedade, que possa haver

em vez de só betão, possa haver, por exemplo, uma zona de cultivo, que as pessoas partilhem, em que as pessoas possam estar. (E11)

O entrevistado considera que nesta iniciativa, o motor da transformação individual e coletiva reside nas vivências que ela proporciona:

Do ponto de vista daquilo que é o modelo de funcionar das pessoas, acho que isto vai a pouco e pouco introduzindo uma consciência de que é possível fazer coisas de maneira diferente do que é simplesmente impondo de cima, embora nem sempre seja fácil conseguir uma participação massiva das pessoas. (E11)

A ação da E11 está muito marcada por aquilo que o entrevistado identifica como “preocupação com um modelo de vida diferente, mais partilhado, mais comunitário, mais associativo” (E11). Os seus membros têm de aceitar as regras de organização interna, que assentam numa perspetiva democrática profunda, inspirada na anarquia, uma designação que lhe parece mais apropriada que anarquia e que o entrevistado define como “a ideia de não haver um governo imposto, é ser um modelo decisório em que as pessoas participam, tentam chegar ao máximo possível ao consenso, avançam juntas para construir coisas” (E11).

Em síntese, as iniciativas locais entrevistadas assumem de forma mais explícita ou mais implícita uma posição de alternatividade face ao capitalismo e mostram como as suas práticas, por não operarem à margem do sistema económico dominante, são experiências que constituem brechas no sistema, ainda que tenham de dialogar quotidianamente com ele num processo negocial que envolve tensões e cedências em graus diferentes.

A necessidade de interação permanente e em contracorrente com o contexto social envolvente, leva algumas iniciativas a considerarem-se uma solução dentro do sistema e não uma experiência crítica ou de rutura, ainda que os seus valores não se orientem pelos princípios do lucro ou da competição.

A visão de transformação social através de reflexões e debates, embora esteja presente em várias iniciativas, cede quase sempre relevo à experimentação de práticas quotidianas alternativas, consideradas um fermento de transformação individual e coletiva, algo muito evidente nas organizações de cariz mais anarquista, mas também em várias outras. Surge ainda em várias referências a preocupação de estabelecer uma conexão estreita entre a reflexão sobre problemas locais e problemas globais e de reconhecer a respetiva interdependência.

8.3. Noção de decrescimento e de cuidado

8.3.1. Decrescimento

A noção de decrescimento é plurifacetada e pode estar presente nas iniciativas de modo diverso, conforme é concedido relevo a aspetos específicos. Retomamos as cinco dimensões-chave que estabelecemos e que constituíram também a grelha de leitura a que recorreremos noutros passos, como no questionário inicial e na análise dos dados dos grupos de discussão. São elas:

1. Redução do impacto ambiental da produção e do consumo;
2. Rutura com o imaginário que associa bem-estar e reconhecimento social ao consumo de bens e serviços;
3. Promoção de formas económicas que geram maior autonomia local;
4. Criação de mecanismos de redistribuição da riqueza; e
5. Transição para uma sociedade mais convivial e participativa.

Analizamos em seguida a noção de decrescimento implícita em cada uma das iniciativas, a partir dos dados a que acedemos através da entrevista.

No caso da E1, embora a ideia de decrescimento não seja assumida de forma explícita e exista uma grande diversidade de posicionamentos entre as pessoas que integram as suas agências, tem havido um esforço da coordenação nacional para que o tema seja debatido:

[temos] tido muitos momentos a pensar, a falar sobre a insustentabilidade deste crescimento ilimitado, como se não houvesse amanhã, como se a natureza tivesse sempre capacidade de se regenerar, como se o tempo das pessoas fosse elástico e as pessoas conseguissem sempre sobreviver a estas pressões e a este absurdo de vivermos neste ciclo de produz-consome. (E1)

Os princípios que orientam a ação da E1 estão alinhados com os princípios do decrescimento e na entrevista é expresso o questionamento face ao modelo de sociedade produtivista-consumista.

[A E1] é uma proposta que se rege por princípios completamente avessos, onde não faz sentido nenhum haver acumulação, não faz sentido andar a correr e, por outro lado, há esta crítica ao modelo económico que exclui, que nos hierarquiza, que nos separa. (E1)

O número elevado de pessoas envolvidas nas agências da E1 - cerca de 1800 pessoas -

comporta também uma grande diversidade de perspectivas e, tal como a entrevistada sublinha, a narrativa mais alternativa e oposta ao modelo de sociedade dominante não é assumida de modo uniforme por todos os membros.

Nesta iniciativa encontramos a presença das cinco dimensões da nossa grelha. Sobressaem a crítica à ideia do crescimento económico contínuo, que não atende nem aos tempos de regeneração dos ecossistemas nem aos ritmos da vida e a crítica à orientação para a produção-consumo. A sua proposta alternativa reside no questionamento da acumulação, privilegiando o valor de uso - troca-se tempo por tempo -, e a não hierarquização das pessoas através da igual valorização dos saberes de cada uma. A E1 promove uma maior autonomia local através da troca não monetária de serviços, que é também um elemento facilitador da redistribuição da riqueza e constitui um espaço de convivialidade que cruza a participação no âmbito da atividade de cada agência local com encontros a nível nacional.

Na E2, um espaço cultural que cruza artes e economia solidária, o decrescimento está presente como ação quotidiana, quer no que diz respeito ao seu modo de funcionamento mais interno, quer nas atividades que organiza para o público. A nível interno está especialmente associado a uma contenção no uso de recursos, também ditada pela escassez, que procura ser atenuada através da partilha de bens entre organizações, especialmente ligadas ao setor cultural.

Partilhamos as coisas, ou seja, nós já pensamos por exemplo, em poupar, em reutilizar, em partilhar as coisas, não produzir tanto, não consumir tanto (...) nós já estamos habituados a viver com pouco, já somos aquela figura do pobre que não polui e é muito ecológico. Estamos sempre a reciclar coisas. (E2)

O decrescimento está também presente nas práticas da organização realizadas para o público que se ligam às economias alternativas, nomeadamente através do grupo de consumo e das feiras de trocas de brinquedos, livros ou roupa:

Todos estes projetos que nós temos podem ser uma forma de refletir em relação a um caminho que é esse, não é? Do decrescimento e de outras formas de pensar como é que nós nos podemos organizar economicamente. Mas, de alguma forma também, como nós atuamos nesta área mais das artes e da cultura, sem ser exclusivamente nestas experiências das economias alternativas, eu acho que nós também caminhamos e equacionamos essa forma de agir e de pensar. (E2)

Podemos inferir que para a E2 a noção de decrescimento é sobretudo uma prática que se traduz na redução do consumo, patente na rede de partilha de equipamentos entre organizações congéneres e no ensaio de outras formas de organização económica, como as feiras de trocas, que contribuem quer para a redução do consumo de bens quer para a sensibilização do público. O grupo de consumo promove relações solidárias entre produtores e consumidores, estimula um abastecimento mais local e a criação de redes de colaboração e está também alinhado com os princípios do decrescimento. Na E2 encontramos ainda uma presença forte da promoção de espaços de convivialidade desmercadorizados, bastante saliente nas atividades que são regularmente organizadas.

Na E3 a noção de decrescimento está muito viva e é associada a uma alternativa radical ao sistema socioeconómico atual, como refere o entrevistado:

O essencial da questão não é tornar o sistema um pouco mais verde, um pouco mais ecológico, mas é mudar radicalmente de sistema. Mudar de um sistema extrativista para um sistema de equilíbrio com os ecossistemas naturais; mudar de um relacionamento que percebe as pessoas como mão de obra para um sistema com maior justiça social. (E3)

A reorganização do trabalho para que os próprios trabalhadores estejam implicados no processo produtivo, nomeadamente através de modelos cooperativos, é destacada na entrevista como parte fundamental do leque de propostas decrescentistas:

No fundo aquilo que nós consideramos que seria o modelo mais justo e que se calhar poderia ter benefícios mais efetivos, seriam sempre modelos cooperativos. Cooperativas em que as pessoas são responsáveis, regra geral a nível igual, igualitário, pelas decisões, pelos processos, pela produção, por tudo isso, por todas as fases e não é ter uma entidade para a qual se trabalha e da qual se está dependente. (E3)

As dimensões do decrescimento relativas ao impacto da produção/consumo estão muito evidentes, por exemplo na escolha de produtos locais para abastecer o restaurante vegano da associação e na rejeição do consumo de animais. A redistribuição da riqueza está presente sobretudo ao nível interno, pela partilha de proventos entre os membros que aí trabalham. O decrescimento é considerado uma alternativa radical ao sistema e em resultado da experiência de trabalho coletivo nesta iniciativa, é dado especial relevo à criação de práticas laborais assentes em modelos de funcionamento não hierárquicos.

O decrescimento tem uma presença forte nos princípios e nas práticas quotidianas da E4, uma comunidade sócio-terapêutica para pessoas com necessidades especiais e surge

aqui, como veremos adiante, muito associado ao cuidado. As preocupações ecológicas fazem parte da matriz identitária desta iniciativa, que inclui nos seus preceitos fundacionais cuidar e respeitar a terra, como afirmam as entrevistadas:

O respeitarmos e o cuidarmos da terra onde habitamos - a agricultura biodinâmica, mais do que utilizar a terra, é uma visão de cura da própria terra -, cuidar dela, torná-la mais vital, mais viva é tudo um paradigma antroposófico que não faria sentido de outra maneira. Se nós fossemos altamente consumistas e não vivêssemos com esse cuidado e com amor pela natureza e pela terra não faria sentido algum. (E4)

Para além de ser um princípio, é também uma prática quotidiana, que tem uma longa história nesta iniciativa:

Nós temos um grupo de silvicultura que faz este trabalho da produção florestal, que decide cultivar, que já há muitos anos fazia este trabalho da produção florestal. O próprio aquecimento [dos edifícios da ILA] também advém da lenha e portanto há uma gestão sustentável da floresta, floresta essa que foi plantada há 30 e tal anos atrás. O entorno não tinha nada, mas foram plantados muitos carvalhos, muitas bétulas, muitas cerejeiras, assim muita diversidade e isso hoje em dia é o que traz todo este ecossistema que nos circunda, que nos rodeia, temos uma vida animal e uma vida de florestal incrível graças a esta visão. (E4)

Essa preocupação está também presente nos materiais escolhidos para o funcionamento das oficinas, nos produtos alimentares que são consumidos na iniciativa ou na gestão da água e da floresta envolvente: “fazemos a compostagem, a reciclagem, investimos nos sistemas de energias alternativas, também temos painéis solares, estamos a investir no sistema hídrico, temos duas minas e queremos convertê-las em energia, aproveitamos águas, etc.” (E4). Num outro momento as entrevistadas ilustram a transversalidade destas práticas:

Em termos de consumo, tentamos sempre comprar aos produtores locais, comprar produtos que conhecemos, produtos que sabemos que não utilizam químicos, que praticam agricultura integrada, pelo menos. Não biológica, porque sabemos que isso exige uma certificação e há muitos produtores locais que não conseguem fazer, mas tentamos sempre comprar com consciência. (E4)

Esta iniciativa associa ao decrescimento a dimensão física da própria comunidade, que aliás constitui uma das preocupações do grupo. Consideram que o crescimento quantitativo afeta o relacionamento de proximidade entre membros e comporta relações mais

impessoais, o que esteve na base da decisão de contrariar a tendência para o seu próprio crescimento.

Em síntese, a noção de decrescimento da E4 que foi expressa na entrevista mostra que há princípios e valores muito enraizados na comunidade, práticas com décadas de existência, e uma preocupação com a qualidade das relações interpessoais. Podemos concluir que as cinco dimensões da grelha de análise estão muito presentes e articuladas entre si, formando um todo interdependente.

Na E5 existe uma preocupação com os problemas ecológicos globais e seus impactos locais. O entrevistado refere que conhece as propostas do decrescimento e posiciona-se contra a lógica do crescimento económico contínuo: “o progresso não pode ser crescimento económico. Há que pensar no bem-estar para as próprias pessoas, nas políticas, na corresponsabilidade e na coesão social que são fundamentais para o futuro. O crescimento não tem hipótese” (E5). Porém, assume uma visão crítica face às propostas políticas que o decrescimento apresenta, que considera serem insuficientes e setoriais:

Infelizmente [o decrescimento] não traz respostas. As pessoas só pensam nos seus temas e como não se consegue fazer ligação entre as várias problemáticas, decrescimento, ecologia e outras, não há solução. A primeira questão é a democrática, porque estamos numa sociedade onde estamos habituados a que as soluções venham dos outros, ou do poder, ou das pessoas que sabem, fruto da assimetria entre quem tem o poder e quem não o tem. (E5)

A noção de decrescimento é aqui criticada por ser considerada uma proposta parcial, sem carácter sistémico, já que o entrevistado coloca fora da ideia de decrescimento a discussão sobre o aprofundamento e a qualidade da democracia.

A E6 assume-se como uma iniciativa prática que segue de forma clara as propostas do decrescimento. Entre os princípios mais significativos estão a territorialização da economia e o autoabastecimento, mas também a redução de consumos dispensáveis e a promoção de relações de convivialidade, como afirma o entrevistado:

A loja tem princípios decrescentistas, ou seja, dá-se prioridade aos produtos locais, só se vendem produtos que não sejam locais se forem bens essenciais, pouco transformados. Tenta-se usar o menos de embalagens possível, os vegetais não estão embalados, tenta-se usar o mínimo de plástico possível, não só na loja como em geral, mas às vezes tem de ser. Promovemos o convívio entre as pessoas, temos conversas informais sem dinheiro, em que não há pagamento, qualquer pessoa pode ir, o convívio é uma questão importante. (E6)

A noção de decrescimento nesta ILA está presente de forma clara enquanto princípio

orientador e prática, espelhando-se na consciência sobre os impactos da produção e do consumo; na criação de uma solução coletiva - a cooperativa que reúne produtores locais, nomeadamente agricultores, artesãos e produtores de serviços e que facilita a criação e a redistribuição de riqueza; na promoção da autonomia local em termos produtivos e no destaque que é dado aos espaços conviviais.

No caso da E7 há uma identificação com os ideais ligados ao decrescimento mas também uma perspetiva crítica. O entrevistado considera que muitas das reflexões em torno do decrescimento deixam de lado as preocupações com a redistribuição da riqueza e sublinha a necessidade de um processo de transição justa, afirmando “se [o decrescimento] não for acompanhado de redistribuição da riqueza, isso significa o empobrecimento” (E7) e acrescenta “[se] não houver um movimento político, digamos assim, que faça a pressão suficiente para haver uma redistribuição dos rendimentos (...) se nós nos limitarmos a decrescer no contexto capitalista, o que nós vamos criar é crise” (E7). O entrevistado identifica-se com o decrescimento no que diz respeito à transição ecológica e rejeita a lógica do capitalismo verde, como é evidenciado na seguinte afirmação:

Há uma ideia de decrescimento que é a transição ecológica não é possível de fazer através da aposta no investimento mas na aposta na transformação de um tipo de infraestrutura noutra, que é aquilo que o capitalismo verde acha que é possível fazer. O decrescimento basicamente entende que é preciso consumir menos, é preciso decrescer, deixar de estar sempre a buscar o crescimento económico, o que na verdade também só pode ser acompanhado de uma redistribuição da riqueza. (E7)

A noção de decrescimento que encontramos na E7 tem em conta as cinco dimensões da grelha de leitura que usamos. Há uma reflexão sobre o impacto ecológico da produção e do consumo e sobre a necessidade de uma mudança de sistema, que não se resume ao dito capitalismo verde e portanto também há uma rutura com o imaginário que associa consumo e bem-estar. Há uma preocupação em torno da redistribuição da riqueza e da criação de formas económicas que reforçam a autonomia local, nomeadamente através da horta comunitária e da criação de redes locais de consumo. Por fim, está muito presente a convivialidade e a participação democrática, seja nas atividades culturais quotidianas, seja no modelo de funcionamento horizontal.

Na E8 a noção de decrescimento é entendida pelo entrevistado como parte de um processo de aprendizagem e de transformação coletiva. Aqui é evidenciado, tal como noutras iniciativas que envolvem muitas pessoas, a diferença de perspetivas existentes entre participantes e os diversos ritmos de mudança:

[A E8] é um espaço de aprendizagem permanente entre todos nós (...). Há muitas sensibilidades diferentes, há pessoas que não ligam muito a essas questões [do decrescimento] e nós tentamos realmente ter uma postura diferenciada, até porque o próprio nome foi [criado] nesse aspeto, mas é uma área em que nós..., é uma aprendizagem constante. (E8)

A realização de atividades - aulas de yoga, dança, concertos, etc. não se orienta pela obtenção de lucro e o acesso é aberto, refere o entrevistado “tentamos ter o espaço o mais leve possível e, para atividades, tentamos fazer donativos: umas vezes é donativo livre, outras donativo recomendado” (E8).

As dimensões do decrescimento que surgem com maior relevo nesta iniciativa são relativas à desmercadorização das atividades de lazer; à redistribuição da riqueza, já que a iniciativa facilita o acesso a bens e serviços; e, de forma mais incisiva, à promoção da convivialidade que aqui surge associada aos processos de aprendizagem e transformação coletiva.

Na E9 existe alguma resistência ao conceito de decrescimento pela sua associação a redução, como é evidenciado pela seguinte frase do entrevistado “eu percebo o conceito mas eu posso estar a decrescer uma economia e a crescer outra” (E9), ou ainda quando refere “eu quero que o local cresça, nem que seja em qualidade de vida e que gere mais valor” (E9). Porém, nesta iniciativa há algumas práticas que podemos ligar às propostas do decrescimento, nomeadamente a aposta na valorização de produtos locais e o questionamento do PIB como indicador de bem estar. O entrevistado afirma: “se houver uma série de produtores locais que trocam entre eles produtos, eles não contribuem para o PIB, mas podemos aumentar a nossa qualidade de vida e gerar mais valor” (E9) e reconhece que o consumo de produtos de proximidade tem menor impacto ecológico.

Nesta entrevista foram manifestadas reservas face à palavra “decrescimento” o que evidencia o modo como ela também pode despertar abordagens que a fazem equivaler à ideia de redução indiscriminada do volume das atividades humanas.

A partir da nossa grelha com cinco dimensões podemos encontrar na E9 uma preocupação significativa com a criação de formas económicas capazes de promover maior autonomia local e redistribuição da riqueza. As dimensões menos evidentes dizem respeito à convivialidade, participação democrática e rutura com o imaginário que associa consumo a bem-estar.

A E10 tem um trabalho muito ligado à ativação política de territórios e grupos em situação de vulnerabilidade e a entrevistada encontra na atividade da iniciativa muitas ressonâncias com o decrescimento. A dimensão com maior evidência diz respeito às lógicas participativas envolvidas nos processos criativos “tem a ver com isso, com os espaços de

participação, com os processos de criação coletiva, com o facto de tentarmos que toda a gente participe não só na criação mas na construção, em todas as fases do processo” (E10). A entrevistada sublinha a relação do decrescimento com esses processos: “[o decrescimento] tem a ver com os processos participativos sem dúvida e com a forma como eles são organizados, ou seja, este processo de escuta, de pensamento, de reflexão” (E10).

O decrescimento na E10 está presente na horizontalidade das relações internas, na preocupação com a redução do impacto ecológico da produção e do consumo expressa na procura de fornecedores locais e na reutilização ou na partilha de bens entre organizações. Destaca-se ainda a preocupação relativa à participação democrática e à ativação política de grupos específicos.

Na E11, uma horta urbana, há uma rutura clara com o imaginário que associa consumo a bem-estar, uma rejeição das práticas de descartabilidade dos bens e um posicionamento crítico face à dependência de tecnologias:

Por um lado, acho que deve haver uma maior consciência das pessoas da sua capacidade de se tornarem mais autónomas, menos dependentes dos processos do mercado e também do recurso consciente ao uso das tecnologias. Aliás, a questão da tecnologia é uma das preocupações da (...) [E11] porque nós realizamos algumas atividades como ‘Install Parties’ de distribuição de *software* livre. Todos os equipamentos que temos (...) são reciclados e instalados com *software* livre. (E11)

O entrevistado é bastante crítico face ao uso intenso de soluções baseadas na tecnologia onde esta seja dispensável ou que resultem de necessidades induzidas pelo mercado:

O recurso à tecnologia [deve ocorrer] sempre de uma forma consciente e na medida da necessidade real das pessoas, e não atendendo à força, à pressão que o mercado vai tentando introduzir. Nós não nos revemos num mundo que esteja dependente das propostas que o capitalismo vai tentando fazer às pessoas. O instar ao consumo é absolutamente absurdo. (E11)

A convivialidade e as relações horizontais têm particular relevância e são vertentes que surgem ligadas às propostas do decrescimento. A própria horta é considerada um espaço de produção agrícola, de criação de relações de cooperação e de aprendizagem experiencial. A desmercantilização das relações e o acesso livre a espaços de convivialidade está presente nesta iniciativa:

Nas atividades que vamos desenvolvendo como almoços comunitários, geralmente não estabelecemos um preço, apelamos a uma dádiva consciente das pessoas, como nos concertos

que muitas vezes se desenvolvem aqui (...) pequenos teatros, assembleias, passagem de filmes, coisas assim, na zona ao ar livre, lá no alto. Essas atividades todas nunca têm um preço, apela-se às pessoas para darem um contributo na medida do que acharem bem. (E11)

A noção de decrescimento na E11 assenta numa preocupação com os modelos organizacionais horizontais, com a criação de mecanismos que geram maior autonomia, nomeadamente a produção agrícola e as reparações, e pela recusa do imaginário consumista associado ao bem-estar.

Em síntese, podemos concluir que nas onze iniciativas locais entrevistadas há orientações ligadas ao decrescimento e, de modo geral, há uma identificação significativa com as suas propostas, ainda que com intensidades diferentes. Apenas uma iniciativa cujo posicionamento visa apenas atenuar algumas consequências menos positivas do modelo socioeconómico dominante, isto é, do crescimento económico, assume uma posição mais ambivalente. Duas iniciativas mostram aderir aos princípios do decrescimento, embora adotando um posicionamento crítico, num caso porque o entrevistado considera que o decrescimento não comporta uma visão sistémica e não dá relevo às questões da democracia e num outro porque o entrevistado considera existirem noções de decrescimento que concedem menor ênfase à necessidade de redistribuição da riqueza. Em duas iniciativas a ideia de decrescimento é um princípio orientador basilar e transversal a todas as atividades. Em alguns casos é dado especial significado à reflexão interna e externa e noutros à aprendizagem através de práticas, sejam de participação democrática, de desmercantilização do acesso a bens ou serviços, ou outras.

Podemos concluir que há uma reflexão e ação significativas face aos problemas ecológicos associados ao consumo de recursos e que as ILA entrevistadas concedem especial relevância a formas organizativas pouco hierarquizadas ou horizontais.

8.3.2 Cuidado

As dimensões relativas à presença do cuidado que procurámos identificar nas iniciativas locais correspondem, tal como no caso do decrescimento, àquelas a que recorreremos no questionário inicial e na análise aos dados recolhidos nos grupos de discussão e são as seguintes:

1. Desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres e nos papéis de género que lhes são tradicionalmente atribuídos;
2. Perspetiva interseccional que tem em conta o impacto em termos de inclusão/exclusão associado à pertença a múltiplas categorias sociais;

3. Problematização do valor do trabalho, nomeadamente do trabalho não pago doméstico e de cuidado;
4. Promoção da conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral e cívica;
5. Corresponsabilidade pelos cuidados tendo em conta a sustentabilidade da vida humana e não humana;
6. Promoção dos cuidados mútuos enquanto elemento de sociabilidade.

Analizamos em seguida a sua presença em cada uma das iniciativas entrevistadas e encerramos esta secção com a respetiva síntese.

A dimensão do cuidado é central na E1 e reflete-se nas suas práticas de forma transversal. É especialmente evidente nas relações interpessoais, como é evidenciado na seguinte afirmação:

Vejo (...) [na E1] esta coisa de as pessoas olharem para os membros, para todos os membros (...) com atenção às suas necessidades, às suas fragilidades e às necessidades que possam ter. Acho que há assim um olhar, em alguns momentos acho que é mesmo comovente, que é tentar olhar para cada pessoa como uma pessoa singular, diferente, e ver o que essa pessoa precisaria para viver melhor. (E1)

Para a entrevistada a dimensão relacional do cuidado é um dos aspetos mais bem conseguidos pela iniciativa: “esta ideia de que as relações são fundamentais na vida das pessoas, as boas relações, as pessoas poderem e terem de facto acolhimento, cuidado. Acho que isso se cultiva ativamente” (E1). Nesta iniciativa o questionamento das relações de poder entre homens e mulheres e dos papéis sociais definidos com base no género está implícito, como mostra a seguinte afirmação:

Eu acho que na (...) [E1] se valoriza igualmente todos os tempos e portanto o tempo de produzir de facto não é valorizado em relação a outros tipos de tempo. Isto permite que se concretize a igualdade na prática, pela valorização igual do tempo. (E1)

A dimensão relativa à conciliação entre a vida pessoal, familiar, profissional e cívica é muito presente e surge plasmada nos objetivos centrais da iniciativa. No que diz respeito aos cuidados mútuos, traduzem-se nos laços coletivos criados ao nível de cada agência e na pertença à rede nacional que, através dos seus encontros, cria espaços de interconhecimento. Na E1 encontramos uma presença muito significativa de todas as dimensões em análise relativas ao cuidado.

A conceção de cuidado na E2 a que acedemos através da entrevista está marcada por

uma cultura organizacional ligada aos cuidados mútuos e por uma preocupação com as pessoas em situações específicas de vulnerabilidade. As entrevistadas descrevem o modo informal como esse cuidado pode ocorrer:

Às vezes temos aquela coisa que é apoiar as pessoas que vão lá e que têm um dia pior ou as pessoas que não têm sítio para fazer projetos ou que querem fazer um projeto e não sabem, andam perdidas. Então isso acaba por ser uma face do cuidado, de cuidar das pessoas”. (E2)

Esta conceção é transversal e está também presente na relação com o grupo de consumo, em que sentem necessidade de apoiar consumidores e produtores, especialmente em tempos de pandemia. Por outro lado, a E2 assume-se como um espaço inclusivo para pessoas que cuidam de crianças, como é evidenciado na seguinte afirmação:

Há muitas crianças em debates, vêes cá muitas crianças em todo lado e às vezes a fazerem barulho e interromperem as coisas mas isso já faz parte de como é. Tu tens de te sentir à vontade, se tu tens uma criança e não tens com quem a deixar, tens de te sentir à vontade para ir às coisas na mesma. (E2)

O cuidado na E2 está presente na problematização das relações de poder entre homens e mulheres e dos respetivos papéis de género, está também na preocupação com o acesso de pessoas com crianças a cargo através da criação de condições simbólicas para que não se sintam excluídas do espaço e ainda nos cuidados informais e nos cuidados mútuos, como parte da cultura organizacional desta ILA.

Na E3 o cuidado não é considerado um tema de reflexão e a palavra causa ao entrevistado alguma estranheza: “cuidado? (...) É uma questão, se calhar, sobre a qual nunca nos debruçamos coletivamente a refletir sobre ela ou a discutir” (E3).

A noção de cuidado é associada a atividades de apoio social realizadas em organizações especificamente vocacionadas para tal e face às quais o entrevistado manifesta algumas reservas, sobretudo no que diz respeito às respetivas práticas laborais, que considera não se compaginarem com preocupações face ao bem comum:

Muitas vezes temos essa perceção de haver entidades e nomeadamente corporações que têm práticas, por exemplo, do ponto de vista social e laboral, que provavelmente são mais parte do problema do que parte da solução, em relações laborais que se não é exploração é algo quase ali, no limiar do que acaba por ser muitas vezes uma precarização dos trabalhadores. Depois ao mesmo tempo, tentam quase passar assim uma imagem de filantropia. (E3)

Podemos inferir a partir desta entrevista que na E3 não há uma presença significativa

das dimensões relativas ao cuidado que se relacionam com uma perspetiva que problematiza especificamente as desigualdades entre homens e mulheres, os papéis de género que lhes estão associados ou com a distribuição desigual do trabalho pago e não pago. Porém, há uma preocupação ao nível da horizontalidade nas relações laborais, que atenua as desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres, bem como as potenciais interseções entre discriminações.

A E4 perfilha uma conceção em que cuidado e decrescimento são indissociáveis. Na entrevista é referido: “há uma grande interligação, quase que um vive para o outro”. Esta iniciativa adota uma noção de cuidado integral, que tem em conta o cuidar de si, das outras pessoas e da natureza. Esta visão surge em afirmações como a seguinte:

O cuidado é estar com o outro respeitando a sua individualidade, respeitando a potencialidade que esse outro traz para nós, acompanhando o seu desenvolvimento por dentro, trazendo também desenvolvimento e profundidade para nós. Então há um respeito profundo com a pessoa com quem nos cruzamos aqui dentro. Muitas vezes não há aquela distinção colaborador, voluntário, companheiro, somos todos pessoas e estamos todos aqui para viver o melhor possível. (E4)

A relação com o meio envolvente - o cuidado com a terra - é particularmente significativa nas práticas desta iniciativa e surge destacada quando as entrevistadas afirmam: “ver que fazemos todos parte de todo este processo entre a terra e entre as pessoas (...). Há realmente um ciclo entre quem vive e a vida que existe fora das portas da casa” (E4). A noção de cuidado na E4 está enraizada na sua cultura organizacional e embora se trate de uma iniciativa cuja missão central é cuidar de pessoas com necessidades especiais - designadas por companheiros - o cuidado é transversal e está presente no relacionamento interpessoal, na relação com a comunidade envolvente e com o espaço físico que habitam e de que cuidam. O facto de haver uma reflexão contínua sobre as práticas internas cria uma conscientização sobre as relações de poder que são estabelecidas e que consideram condicionadoras da realização integral das pessoas.

A E5 perfilha uma visão de cuidado onde se destacam os aspetos mais ecológicos e de ligação entre humanos e natureza, assumindo menor relevo o cuidado como esforço necessário à reprodução social. O entrevistado refere-se ao “cuidado integral” e sublinha a necessidade de uma mudança na relação com a natureza: “há aspetos fundamentais que é necessário pensar, a questão da relação dos humanos sobre os não humanos. Estamos numa sociedade em que tudo está concentrado nos humanos - os direitos humanos, etc. - e há uma transformação cultural que é necessário fazer”. (E5)

Na entrevista não foram perceptíveis evidências significativas sobre a problematização das relações de poder entre homens e mulheres, o questionamento dos papéis de género, o reconhecimento do trabalho não pago e de questões relativas à conciliação entre trabalho, vida familiar, pessoal e cívica.

Na E6 a noção de cuidado não faz parte das reflexões quotidianas da iniciativa. Ainda assim, o entrevistado reconhece a necessidade de redes de solidariedade e de cooperação que promovam a ligação entre gerações:

O que é preciso é haver uma relação intergeracional (...) é preciso que a pessoa seja entendida na sua abrangência total e portanto os mais velhos são necessários para tomar conta dos mais novos, os mais novos para alegrar os mais velhos. (E6)

Na entrevista sobressai a importância concedida às relações de cooperação entre as pessoas quando é afirmado: “se nos apoiarmos é de facto muito mais fácil do que cada um no seu caminho independente” (E6). Quanto a práticas de cuidado, a entrevista permitiu conhecer que existem algumas medidas no âmbito da relação profissional estabelecida com funcionárias da loja, nomeadamente nas questões relativas à conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, entre outros aspetos, como em casos de doença: “nas nossas práticas temos cuidado a lidar com as pessoas. Se uma pessoa tem filhos, se o funcionário tem filhos ou está doente, nós temos atenção, tentamos criar uma flexibilidade, tentamos criar uma rede de apoio” (E6). Para o entrevistado na iniciativa não há reflexos da desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres:

Não faz sentido para nós, nós não tratamos as pessoas de maneira diferente, por isso não é um tema. Obviamente que a gente sabe que vivemos numa sociedade com alguns desequilíbrios, mas todos os cidadãos, deficientes, não deficientes, mulheres ou homens, velhos ou novos, podem usar a cooperativa para fazer aquilo que quiserem. (E6)

Esta convicção surge reforçada quando o entrevistado afirma: “nós não discriminamos ninguém, não é? Temos uma maioria de membros femininos porque são questões ligadas ao autoemprego e o autoemprego está mais ligado às mulheres. Não sei, não pensamos nisso sinceramente” (E6).

Podemos concluir que várias das dimensões relativas ao cuidado consideradas nesta análise estão presentes na E6, embora na maioria dos casos de forma pouco significativa, com exceção da problematização das relações desiguais entre homens e mulheres que parece estar ausente. Estão presentes, com intensidades distintas, uma perspetiva interseccional genérica, preocupações com a conciliação entre trabalho e vida pessoal e

familiar e os cuidados mútuos, através das relações de entreatajuda que aprofundam laços coletivos.

Na E7 o entrevistado explicita algumas resistências face à palavra cuidado e prefere usar outras, como solidariedade ou ajuda-mútua:

O cuidado... o cuidado é uma palavra um bocado complicada, tenho algumas dificuldades nesta questão do cuidado, quer dizer, cuidar uns dos outros, pronto, cuidar da terra e cuidar das pessoas é aquele princípio da permacultura... Sim, claro, nós queremos cuidar uns dos outros, queremos cuidar das pessoas. Eu não gosto muito da palavra cuidado, quer dizer, gosto da palavra cuidado mas prefiro outras”. (E7)

Rejeita o assistencialismo e defende que é importante demonstrar que as pessoas se podem organizar para resolverem os seus próprios problemas: “se nós cuidarmos uns dos outros acho que estamos a criar autonomia e estamos a criar liberdade e um espaço de empoderamento” e destaca:

A ajuda-mútua é extremamente transformadora, a solidariedade é extremamente transformadora, porque as pessoas, a ajudarem-se a elas próprias, as pessoas tomam um bocadinho o poder nas mãos (...) existe aquela ideia de que nós quando precisamos de alguma coisa vamos pedir ao Estado, vamos pedir à Câmara, vamos pedir à Junta, não é? E as práticas de ajuda-mútua são práticas que empoderam as pessoas. (E7)

Na E7 o cuidado está presente enquanto cooperação e ajuda-mútua. Os papéis de género e as relações de poder entre homens e mulheres, a igual valorização do trabalho dito produtivo e dito reprodutivo ou as preocupações com a conciliação entre vida pessoal, familiar e profissional não foram evidenciadas na entrevista.

Na E8 o cuidado está muito presente no modo como é dada prioridade aos cuidados mútuos e aos laços coletivos, embora não aparente ser, pelo menos sob esta designação, uma preocupação explícita, como refere o entrevistado:

Nunca teorizámos muito sobre isso, é uma coisa que dentro das pessoas sai mais ou menos naturalmente, não há ninguém lá tipo a servir, vais gerindo as pessoas que vão para o bar, quem está no bar está no bar, independentemente do género da pessoa. (E8)

Sobre a eventual desigualdade na partilha de tarefas associadas ao cuidado, o entrevistado não considera que ela exista dentro da iniciativa: “acho que não há tratamentos diferentes entre as pessoas, entre homens e mulheres, cada um lava o seu prato, todos

ajudam, todos fazem” (E8). Porém, quando falamos de relações interpessoais, o cuidado assume maior relevo, ainda que sob outras designações:

A felicidade passa essencialmente pela qualidade das relações e dos afetos entre as pessoas, independentemente da sua classe social, da forma como as pessoas se envolvem na comunidade e na forma como o envolvimento nos transmite segurança e o afeto. (E8)

Em suma, a noção de cuidado é pouco reconhecida e não há indícios claros da problematização específica das relações de poder entre homens e mulheres, do questionamento dos papéis de género ou da desigual repartição das responsabilidades relativas ao cuidado. Porém, trata-se de uma iniciativa que concede especial relevo aos cuidados mútuos e que adotou um modelo de funcionamento horizontal, o que tem clara ressonância com várias dimensões associadas ao cuidado.

Na E9 o entrevistado reconhece a existência de desigualdades entre homens e mulheres e considera que ela é uma questão presente na aldeia onde a cooperativa está sediada. Refere-se à forma como essas desigualdades influenciam os processos de tomada de decisão, devido à menor participação das mulheres nas discussões coletivas, pois embora elas estejam claramente em maioria como produtoras envolvidas na cooperativa, estão pouco presentes nas assembleias de tomada de decisão:

Aparece muito a igualdade em [nome da localidade], o processo todo é muito centrado na figura da mulher. Os homens são os que têm um emprego fora mais estável, tradicionalmente é assim (...). Do ponto de vista psicológico as mulheres também se demitem disso e é o homem que vai para a reunião, mas quando é o trabalho, é a mulher que o faz. (E9)

A cooperativa está especialmente focada na comercialização de produtos agrícolas, mas a íntima relação que é estabelecida com contexto local leva o entrevistado a sublinhar a importância dos cuidados mútuos, enquanto prática que já esteve mais enraizada na vida das aldeias:

Durante muito tempo achámos que nestas relações de aldeia as pessoas se metiam na vida das outras e que as pessoas não têm nada que saber da vida das outras. Nós acabámos por destruir essas relações de proximidade (...), estas relações de proximidade e cuidado com o outro, foi tudo destruído. Foi tudo transformado em mercadoria. (E9)

Em síntese, a noção de cuidado na E9 que podemos inferir através desta entrevista assenta no reconhecimento das desigualdades entre homens e mulheres, nomeadamente no acesso mais fácil destes a um trabalho estável e melhor remunerado e na dificuldade sentida

face ao envolvimento das mulheres nos processos de tomada de decisão que ocorrem na esfera pública. É ainda assinalada a importância dos cuidados mútuos não mercantilizados na vida coletiva da aldeia.

O cuidado na E10 assume uma dimensão relevante ao nível interno e é visível, por exemplo, na forma como procura que os seus membros quando têm crianças mantenham as mesmas remunerações, ainda que não possam trabalhar devido a situações particulares. A entrevistada assinala ainda que quando o seu filho era bebé teve necessidade de o levar para o trabalho, o que a faz congratular-se com essa possibilidade: “tenho a sorte de fazer parte de uma organização onde o cuidado é o pilar” (E10). Por outro lado, a iniciativa procura contrariar a inibição que as mulheres e os homens pais com crianças sentem em participar nas atividades “nas assembleias e nos projetos artísticos (...) [procuramos que] o facto de tu teres uma criança e seres cuidadora de uma criança não te iniba de participares” (E10).

No que diz respeito à conciliação entre a vida profissional e a vida pessoal, a entrevistada refere algumas dificuldades devido à imbricação entre estas esferas: “eu acho péssimo, não há cuidado nenhum, quando tu fazes parte de uma organização destas não tens separação entre vida pessoal e vida profissional” (E10).

A síntese feita pela entrevistada face à presença do decrescimento e do cuidado na iniciativa assenta muito na empatia:

A melhor metáfora relativamente à questão do decrescimento e do cuidado relativamente ao trabalho da (...) [E10] é de facto criares estes momentos, estes espaços, estas bolhas, de nos olharmos nos olhos (...) e espaços que permitam trocar de olhar com o outro, que é isso que nós não temos no nosso dia a dia, não é? É permitir criar momentos em que vais trocando de lugares também, e de facto a arte permite isso, permite colocares-te no lugar do outro”. (E10)

As dimensões relativas ao cuidado mais evidenciadas na entrevista dizem respeito às necessidades de conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional de pessoas com crianças a cargo. Surgem ainda a corresponsabilidade pelos cuidados e a problematização das relações de poder através da empatia, do “lugar do outro”.

No caso do E11, a horta urbana localizada no Porto, o entrevistado considera que a conceção de cuidado presente nas práticas desta iniciativa se cinge às atividades agrícolas quotidianas:

Tentamos que o cuidar da quinta seja assumido por todos e que não seja uma responsabilidade atribuída a alguém em particular, haver uma consciência coletiva de que aquilo nos pertence.

Enquanto usufrutuários de um bem comunitário, devemos ser responsáveis por ele. (E11)

As outras dimensões do cuidado, nomeadamente como parte de uma perspectiva feminista capaz de problematizar as relações de género e a desigual repartição das cargas relativas ao cuidado entre homens e mulheres não surgem como parte da reflexão e da ação da iniciativa.

Da análise às onze entrevistas podemos concluir que as iniciativas locais alternativas reconhecem mais facilmente nas suas práticas uma orientação alinhada com o decrescimento que uma orientação alinhada com o cuidado e atribuem uma valorização diferente a cada uma destas temáticas. Se os problemas ecológicos, no sentido mais restrito do termo, são reconhecidos, a relação entre patriarcado e insustentabilidade da vida (humana e não-humana) tem menos eco nas preocupações que manifestam.

Em algumas iniciativas a entrevista revelou não só uma escassa problematização das desigualdades de género, como alguma incomodidade por parte dos entrevistados ao conversar sobre o tema, eventualmente por não lhe reconhecerem relevância.

De sublinhar ainda que as preocupações com a sustentabilidade da vida a partir de uma perspectiva que podemos considerar feminista é evidente em duas das iniciativas onde o cuidado assume um papel estruturante, sem prejuízo de ser também considerado uma dimensão muito relevante em duas outras iniciativas. Destacamos por fim que a precariedade dos vínculos laborais que pudemos pressentir em várias iniciativas não permite aos seus membros-trabalhadores usufruir de direitos inerentes ao Estado Social que são apenas destinados a pessoas que estão no mercado formal de trabalho.

8.4. Aprendizagens críticas

Procurámos identificar junto de cada ILA as aprendizagens feitas ao longo do seu percurso que o/a entrevistado/a considera mais relevantes, nomeadamente que possam ter significado para outras iniciativas.

Na E1 uma das aprendizagens críticas destacadas na entrevista resulta da tomada de consciência das dificuldades que as suas propostas têm de enfrentar, devido ao carácter contra-hegemónico que as caracteriza:

É muito difícil para as pessoas, é difícil mesmo o reconhecimento igualitário do valor de todas as pessoas, de olhar para cada pessoa e ver alguém que tem recursos mas também alguém que

tem vulnerabilidades (...), é difícil para a maioria das pessoas dizerem ‘eu preciso disto’ é mesmo uma coisa difícil porque nós estamos mesmo muito acostumados a valorizar a autossuficiência (...) E esta coisa de dizer ‘eu preciso’, ‘eu sinto falta’ é uma coisa que nos fragiliza muito (...). É muito mais fácil dizer eu dou, eu sei fazer isto, eu gosto de ajudar, eu não preciso de nada em troca, mesmo esta coisa do dar de forma desinteressada é uma narrativa muito mais fácil. (E1)

Em termos de aprendizagens a entrevistada sublinha que é importante reconhecer simultaneamente o valor e a vulnerabilidade de cada pessoa:

As pessoas precisam de facto de reconhecimento e de serem valorizadas, precisam disto e acho que a (...) [E1] sem dúvida, nos convida ao reconhecimento desta vulnerabilidade humana, das nossas fraquezas. Cria oportunidades para que as pessoas possam ser generosas com os outros e para que sejam reconhecidas por isto e pelos seus saberes. (E1)

Na E2, em termos de aprendizagens significativas, as entrevistadas destacam a percepção de que a cultura é transversal e tem capacidade para se constituir como espaço que dialoga com outras áreas. Referem: “a cultura não é uma coisa estanque, ou seja, está dentro de todas as outras coisas, de todas as camadas da sociedade. Isso é a parte mais importante, é o que nos define neste momento” (E2).

Assinalam também como aprendizagem ser incontornável trabalhar em rede, ligando pessoas e organizações, ainda que não seja fácil. Por fim, destacam a aprendizagem relativa à necessidade de abertura à mudança: “esta ideia de que isto hoje é assim mas que amanhã pode ser outra coisa qualquer e nós não temos complexos com isso, eu acho que também é uma aprendizagem” (E2).

Na E3 o entrevistado destaca que as principais aprendizagens resultam da vivência de um modelo de funcionamento horizontal. Considera que os membros, ao optarem por trabalhar na iniciativa, prescindiram de uma maior estabilidade laboral mas em contrapartida ganharam autonomia pessoal e puderam demonstrar que é possível implementar modelos organizacionais diferentes. O entrevistado afirma: “somos um exemplo, uma prova concreta de como existem alternativas” (E3). Considera ainda que a iniciativa é uma fonte de aprendizagem e de transformação que deixa uma marca nos seus voluntários e voluntárias que, por vezes, quando regressam aos seus países de origem, iniciam projetos similares, como se depreende da seguinte afirmação:

A percepção que nós temos é que muitas vezes as pessoas que estão na (...) [E3] durante um período de tempo relativamente curto, de certa forma, acabam por ser marcadas pela própria experiência, pelos valores, pelos próprios ensinamentos, a um grau muito mais profundo do

que se calhar nós até calcularíamos. (E3)

Como aprendizagem identifica ainda o reconhecimento de que é necessário dar especial atenção à gestão de conflitos internos, um aspeto que considera chave na vida dos coletivos e face ao qual entende que é importante aprofundar as competências e criar ferramentas que ajudem a gerir os relacionamentos interpessoais.

Na E4 as entrevistadas destacam dois aspetos que se interrelacionam: a importância do reconhecimento do potencial de cada pessoa e a horizontalidade nas relações interpessoais. Face ao primeiro aspeto afirmam:

A (...) [E4] traz essa visão humanista, essa visão de igual para igual, todos aprendemos uns com os outros. Criando um entorno, uma comunidade com condições de vida e de trabalho adaptado a todos os ritmos, a todas essas características (...) é possível viver uma vida em harmonia, uma vida onde cada um, cada ser, pode realmente desenvolver todo o seu potencial humano, pode realmente fazer florescer o que tem dentro de si. (E4)

Na E4 todas as pessoas, nomeadamente os companheiros, desempenham um papel na comunidade:

Aqui todas as pessoas têm uma vida, têm um ofício, contribuem, integram, fazem parte do todo. Cada qual contribui com as suas qualidades e também com as suas dificuldades. Até as dificuldades são um contributo enorme para aprendizagem do todo. Essa é a grande partilha que nós poderíamos fazer com as outras instituições, não só congéneres, mas com as outras. Tem muito a ver com a visão que nós temos da relação com o outro. A relação entre seres humanos, entre o ser humano e a terra, entre o ser humano consigo próprio. (E4)

Intimamente relacionada com esta questão, surge ainda a aprendizagem que resulta da vivência de um modelo de funcionamento democrático, como referem as entrevistadas “onde cada pessoa tem realmente uma voz que importa, onde a sua visão conta” (E4).

As aprendizagens feitas pela E5 dizem sobretudo respeito à dificuldade em mobilizar mais pessoas para a iniciativa e para momentos de reflexão com maior profundidade, como afirma o entrevistado:

As pessoas estão todas sobrecarregadas de tarefas administrativas e sem tempo para se dedicarem a uma reflexão que é absolutamente necessária. Vamos estar numa situação terrível se essa reflexão não for levada em frente e não houver continuidade. Vamos todos contra o muro por não haver tempo para refletir e obrigar a fazer as coisas a serem de outra forma. (E5)

A burocratização de algumas estruturas ligadas à animação local, nomeadamente de associações de desenvolvimento herdeiras do programa Leader, aliada ao facto de a vida destes coletivos ser marcada por alguma instabilidade e por preocupações com a sua própria sobrevivência surge em várias referências:

Uma associação que tem os salários das pessoas a pagar no fim do mês tem um constrangimento. É uma série de constrangimentos que vão condicionar, de que não se fala, pois por vezes são inconscientes mas que acabam por matar tudo. Primeiro temos de tomar consciência, primeiro refletir e colaborar sem constrangimentos. (E5)

Na entrevista é destacada a dificuldade em mobilizar as pessoas para uma reflexão mais profunda e integrada, o que é atribuído ao facto de estarem preocupadas com questões que têm a ver com a sua sobrevivência, também ela ligada à sobrevivência dos coletivos de que fazem parte.

No caso da E6, as aprendizagens mais relevantes identificadas pelo entrevistado referem-se a dois aspetos interrelacionados: a gestão do coletivo e a gestão de conflitos internos. Na gestão da própria cooperativa, o destaque é dado à prudência no ritmo de crescimento de um projeto: “começar devagar, começar pequeno, com pouco, sem estruturas de custos muito elevadas porque isso pode arruinar a coisa” (E6). Assinala também como aprendizagem a necessidade de existirem regras claras, porque contribuem para evitar conflitos:

O importante é que haja regras claras. Tu, como membro, podes fazer o que entenderes, agora tem é que ser dentro das regras e não serem coisas pessoais. O lado pessoal fica lá fora porque amigos, amigos, negócios à parte. Tudo o que mexe com dinheiro está noutra âmbito. (E6)

As regras de funcionamento interno são consideradas um elemento facilitador da convivência entre pessoas com perspetivas diferentes, que estão juntas num coletivo por partilharem interesses específicos: “respeitarmos que há diferenças, que não há um problema por termos ideologias diferentes para estarmos na mesma estrutura, que não temos de concordar todos com o mesmo” (E6). Acrescenta ainda que um modelo organizacional descentralizado facilita a prevenção de conflitos:

O mais importante é evitar conflitos e os conflitos evitam-se com regras (...). Também se resolvem os conflitos se houver descentralização dos projetos, ou seja, queres fazer fazes, eu discordo, tudo bem. Tu fazes e eu não tenho de te apoiar mas também não tenho que te impedir

(...) podes partilhar a mesma estrutura, não tem que cada um criar uma estrutura cada vez que temos uma ideia diferente. (E6)

Por último, o entrevistado considera importante a aprendizagem a partir da experiência prática e da partilha entre pares, exemplificando que hoje é consultor de cooperativas e que consegue resolver alguns dos seus problemas com muita facilidade, devido ao conhecimento que a experiência lhe proporcionou.

Nas grandes aprendizagens da E7 identificadas pelo entrevistado pontuam o modelo de funcionamento horizontal e as potencialidades da ajuda-mútua como sugere esta afirmação:

A cooperação e a ajuda-mútua funcionam porque é incrível a quantidade de coisas que eu tenho aqui neste sítio, quer dizer, não são minhas, são de todos, e a quantidade de valências que este sítio tem e a quantidade de coisas que faz e o que foi possível construir com a ajuda de todos e sem hierarquias. (E7)

Mais especificamente sobre a horizontalidade dos processos e sobre o reconhecimento da importância do coletivo afirma: “nós nunca votamos para nada, nós temos de estar todos de acordo. Para isso funcionar é preciso que estas pessoas estejam dispostas a entender que o projeto e o grupo é mais importante que os seus egos e as suas vaidades pessoais” (E7). O entrevistado destaca também que o percurso já realizado ajudou a solidificar a organização:

A nossa grande mais valia é precisamente a nossa história (...), nós já somos um grupo com muito tempo e isso ajudou-nos agora quando demos este passo [a cozinha solidária criada durante a primeira vaga da pandemia] (...). Eu acho que o mais importante é mesmo o grupo, é o grupo ser no mínimo coeso e o grupo ter os mesmos princípios, ser orientado para as mesmas coisas e o mais importante para o grupo funcionar é que as pessoas que pertencem ao grupo tenham todas essa perspetiva do grupo. (E7)

Em termos de aprendizagens mais significativas feitas pela E8, o entrevistado assinala o reconhecimento da capacidade criadora da ação coletiva mas também o reconhecimento da resiliência necessária para que uma iniciativa nasça. Considera que é importante que o grupo inicial tenha uma convicção forte e esteja muito empenhado na fase de arranque do projeto:

Desde que haja 5 ou 6 pessoas em qualquer sítio do mundo ou de Portugal que queiram, com vontade, têm de acreditar no projeto, porque se eu não acreditasse no projeto, aquelas primeiras discussões, eu saía de lá completamente de cabelos em pé e vinha-me embora. (E8)

Em termos de aprendizagens mais relevantes feitas pela E9, o entrevistado sublinha o potencial da ação coletiva e afirma: “sempre que existe um grupo de pessoas que se juntam para fazer algo é possível mudar” (E9). No que diz respeito à estrutura decisória da iniciativa destaca como aprendizagem os efeitos nocivos que pode causar uma liderança muito personalizada e avança que “uma pessoa pode ser importante naquele momento para aquele problema, mas todos são importantes e há muitos mais problemas e noutra momento, são outras pessoas” (E9).

Na E10 a entrevistada destaca como aprendizagem central a resultante da experiência de trabalho num estabelecimento prisional e que diz respeito às dificuldades da gestão de relações institucionais pesadas, nomeadamente o risco de elas criarem efeitos contrários aos pretendidos pela ILA:

O pior neste tipo de trabalho é tu abrires um espaço de participação, tu crias todo esse espaço, essa cumplicidade e depois quebras a confiança e é a isso que esta malta está habituada. Esse é o padrão de relação que esta malta mais conhece, não é? É essa quebra do compromisso. (E10)

Essa quebra foi imposta pela instituição prisional, contrariamente à vontade expressa pela iniciativa. Por esta razão e pelo facto de ter estado envolvida num processo que acabou por defraudar as expectativas e os compromissos que tinha assumido com pessoas detidas no estabelecimento, a entrevistada identifica a seguinte aprendizagem:

[É necessário] ter muito cuidado com os compromissos que tu assumes com os grupos, sobretudo quando não dependem de ti e dependem de questões que tu não controlas. Então isso é mesmo muito complexo porque de repente nós criamos uma relação fortíssima, criaste expectativas para o que vai acontecer a seguir, colocaste aquela malta, muitos deles em pontos onde não estavam há muitos anos, a falarem sobre os sentimentos deles. (E10)

Para fazer face a esta dificuldade, considera que a solução consiste na transparência dos processos:

Esse é um grande ensinamento desde sempre: esta verdade que tu colocas nas coisas e a transparência, a mesma transparência que tu usas para falar com os parceiros é a mesma transparência com que tu trabalhas com os grupos e da mesma forma. Sobretudo quando são coisas que tu não controlas, não te podes comprometer. (E10)

Uma outra aprendizagem diz respeito ao envolvimento efetivo de outras organizações no trabalho com públicos em situação de vulnerabilidade e também à participação direta das pessoas consideradas destinatárias, naquilo que designa por lógica de trabalho transtorial no processo de criação. Sublinha que não basta pensar as intervenções envolvendo parcerias diversas, é necessário contar também com os participantes diretos, como autorrepresentantes e refere: “algo em que nós também batalhamos muito é que os participantes diretos estejam envolvidos nos processos de pensamento e de decisão das coisas” (E10).

Para a E11 as principais aprendizagens resultam da experimentação de modelos organizativos não hierarquizados e de relações baseadas na convivialidade. O entrevistado sublinha que são “processos funcionais de organização que as pessoas vão assimilando a pouco e pouco. Portanto, um método de fazer as coisas que assenta num projeto de decisão coletiva, em que todos podem participar e dar sugestões” (E11), reforçando a ideia da aprendizagem individual através da prática.

Em síntese, entre as principais aprendizagens assinaladas pelas iniciativas destaca-se a importância atribuída a processos de reconhecimento e valorização da singularidade e da vulnerabilidade de cada pessoa; a opção por modelos organizativos pouco hierarquizados onde cada um/a tem voz, considerados proporcionadores de oportunidades de crescimento pessoal e a necessidade de cuidar ativamente do relacionamentos entre membros das iniciativas. Foram também referidas, embora com ênfase menor, a criação de espaços de comunicação através da expressão artística; a perceção das dificuldades inerentes à afirmação de práticas contra-hegemónicas; a relevância do trabalho em rede com outras organizações, pela ajuda que possibilita e pelas aprendizagens que proporciona; a participação efetiva dos públicos com os quais as iniciativas trabalham e a transparência que deve ser colocada nos processos. Foi valorizada a motivação do grupo para sustentar a fase de arranque, mais exigente em perseverança, e a coesão interna que é construída ao longo do tempo, a partir da vivência coletiva. Foi também assinalado o potencial da ajuda mútua na ampliação dos recursos de cada pessoa e da comunidade. Uma iniciativa destacou a dificuldade em juntar pessoas para refletirem sobre questões globais, por considerar que cada indivíduo e cada organização tem a uma agenda própria e outra destacou os problemas inerentes às lideranças muito centralistas. Por fim, a existência de regras claras foi considerada um fator que previne os conflitos interpessoais.

8.5. Investigação considerada relevante

Perguntámos às 11 iniciativas locais que trabalhos de investigação consideram que podem contribuir para ampliar ou reforçar a sua ação. Na resposta a esta questão destaca-se claramente o interesse no aprofundamento do conhecimento sobre o campo das ILA, nomeadamente através do mapeamento de experiências e da realização de análises comparativas entre as suas práticas internas, que facilitem processos críticos de aprendizagem a partir da experiência dos pares.

Foi também assinalada por várias ILA a relevância da produção de conhecimento reflexivo com as iniciativas, através da sistematização das suas práticas e da documentação dos seus processos. Algumas iniciativas destacaram o interesse em processos de investigação-ação que facilitem o interconhecimento entre iniciativas, tendo em vista a criação de redes que reforcem a ação coletiva.

Foi sugerida a produção de conhecimento sobre cuidado e sobre decrescimento e a criação de grelhas de leitura para ambos. Uma iniciativa considerou especialmente relevantes trabalhos de investigação que possam contribuir para desocultar as questões do patriarcado nas iniciativas locais, em particular e na sociedade, em geral.

Surgiram propostas ligadas à investigação das barreiras internas à mudança que dificultam a adoção pelas ILA de práticas coerentes com os valores que defendem; de avaliação da eficácia de estratégias de comunicação orientadas para a transformação social, especialmente vocacionadas para mobilizar o público para agir face aos problemas ecológicos; e sobre estratégias de mobilização das pessoas para causas que digam respeito à vida em comunidade.

Em termos de questões mais ligadas às necessidades práticas da vida destas experiências locais, surge o interesse em investigações sobre sistemas de gestão da qualidade mais humanizados e, já num outro âmbito, a investigação aplicada que permita valorizar produtos locais, nomeadamente no setor agroecológico.

8.6. Síntese

Procurámos entrevistar iniciativas locais alternativas diversas, que permitissem aprofundar o nosso conhecimento sobre este campo. Embora tenha sido possível encontrar regularidades, concluímos que existe uma riqueza de experiências muito diversificada.

No que diz respeito à motivação inicial que esteve na origem do nascimento destas iniciativas, sobressaem três fatores: necessidades para as quais foi relevante criar respostas locais; inspiração ou motivação nascida por via da participação noutros movimentos

sociais; e experiências bem sucedidas a nível internacional, que desencadearam o desejo de pôr em prática determinados ideários.

Os objetivos que estas ILA visam atingir são diversos, como seria de esperar, tendo em conta que o processo de seleção procurou incluir organizações diferentes. De modo geral, dizem respeito à experimentação de formas de organização da vida coletiva e da provisão, seja através da troca de tempos entre membros da comunidade, da criação de espaços de convivialidade, da reflexão ou da resolução de problemas práticos, como a comercialização de produtos agrícolas.

Uma marca significativa diz respeito à horizontalidade dos processos de decisão que é vincada pela maioria das iniciativas, sobressaindo aqui a criatividade de soluções encontradas para articular o desejo de uma democracia participada dentro das organizações com imposições externas, nomeadamente normativos legais e regulamentos de entidades financiadoras.

Na relação estabelecida com eventuais apoios financeiros públicos há posicionamentos muito diversos. Algumas iniciativas encontram nos programas de financiamento o principal suporte para as atividades que realizam, enquanto outras não estão disponíveis para assumir a dependência ou o peso burocrático associado a esses programas, ainda que considerem alguns apoios bem vindos, nomeadamente no que diz respeito à cedência de terrenos para as hortas ou para a sede.

Nas entrevistas emergiram duas questões que inicialmente não tínhamos previsto: o espaço e a relação com o território. No que diz respeito ao espaço que as iniciativas ocupam, ele condiciona o tipo de atividades que podem ser realizadas e condiciona ainda a pressão para uma eventual necessidade de angariação de receitas que possam suportar rendas ou amortizar empréstimos.

Na relação com o território, há um enraizamento das iniciativas e um interesse significativo no estabelecimento de parcerias com organizações locais, claramente menos intenso nas iniciativas que não têm profissionais a tempo inteiro e que dependem do voluntariado, pela maior escassez de tempo. O trabalho em rede ou em parceria acontece sobretudo na criação de soluções locais e na partilha de recursos. Não surgiram evidências significativas de um trabalho conjunto que vise influenciar políticas públicas de modo mais direto. Uma vez que os/as participantes nas ILA têm um perfil ativista, muitas vezes acabam por participar em mais do que uma iniciativa, o que reforça as redes relacionais.

No que diz respeito a constrangimentos identificados pelas iniciativas, destacaram-se as dificuldades em manter as pessoas ligadas à ideia de reciprocidade ou de ajuda-mútua, quando os valores dominantes apontam em sentido diverso, nomeadamente para perspetivas mais assistencialistas. Sobressaíram ainda as dificuldades relativas ao relacionamento interpessoal entre membros.

As concepções de transformação social das ILA entrevistadas são diversas, quer entre si quer dentro de si próprias. Se é notório um questionamento do sistema capitalista também é visível que a negociação permanente com esse sistema gera tensões, cedências e ruturas.

Pudemos constatar que existe um alinhamento entre a maioria das iniciativas e as propostas do decrescimento, embora por vezes sejam colocadas algumas reservas. Há uma preocupação com os impactos ecológicos associados ao consumo de recursos e também com o imaginário que associa bem-estar e consumo. Destacam-se práticas que criam maior autonomia local e que contribuem para a redistribuição da riqueza. Os espaços conviviais são centrais, tal como a experimentação de formas organizativas pouco hierarquizadas ou horizontais.

No que diz respeito ao cuidado, ele tem uma presença menos evidente que o decrescimento na maioria das iniciativas, embora existam posicionamentos diversos, com algumas iniciativas a mostrarem surpresa face ao tema e outras a considerarem que o cuidado é uma pedra angular da sua ação. A dimensão menos reconhecida diz respeito às desigualdades estruturais de poder entre homens e mulheres e aos papéis de género que lhes estão associados. No que se refere aos cuidados mútuos e à corresponsabilização pelos cuidados, são dimensões que assumem alguma relevância nas ILA, seguindo-se as preocupações com a conciliação entre vida profissional, familiar, pessoal e cívica.

Estas 11 entrevistas permitiram um aprofundamento dos dados já identificados através do questionário inicial e das reflexões sobre decrescimento e cuidado resultantes dos grupos de discussão. No passo seguinte iremos abordar algumas destas questões em sete grupos focais - realizados apenas em parte destas iniciativas devido a limitações criadas pela pandemia -, que visaram aprofundar os dados já obtidos e aceder a um contexto relacional que o questionário ou a entrevista não permitem.

9. *Focus group*: perspectivas de transformação social e aprendizagens críticas

“é complicado por causa da velocidade, antigamente tínhamos tempo para corrigir, agora a velocidade é tão exagerada que quando perdemos uma oportunidade nunca mais nos levantamos” (FG6).

9.1 Objetivos dos *focus groups*

A discussão nos *focus groups* teve três objetivos centrais: recolher dados mais aprofundados sobre as concepções de transformação social e sobre a percepção dos/as participantes face ao impacto transformador das suas práticas; identificar a presença e a respetiva articulação das noções de decrescimento e de cuidado; e conhecer aquelas que são consideradas pelas iniciativas aprendizagens críticas determinantes no seu percurso. Apresentamos em seguida a análise relativa ao posicionamento de cada grupo face a estas dimensões.

Para preservarmos a confidencialidade dos dados, criámos um código em que as letras FG significam *focus group*, a que se segue o número que atribuímos a cada grupo. Nas citações, sempre que o/a entrevistado/a refere a designação exata da iniciativa, substituímo-la pelo respetivo código.

9.2. Referenciais de Transformação Social

Nesta seção destacamos as concepções de transformação social e a percepção do potencial transformador da ILA evidenciado em cada *focus group*. No final fazemos uma síntese crítica da informação recolhida.

No *focus group* 1, que teve lugar numa iniciativa que cruza expressões artísticas e economia solidária, há uma visão da transformação social muito ligada à experimentação prática de formas de organização económica não orientadas pelo lucro e pela competição.

As participantes no *focus group*, todas do sexo feminino, destacaram o potencial transformador das atividades ligadas às trocas (de roupa, de brinquedos e de livros) e ao grupo de consumo solidário, sublinhando que cada ação em particular é uma porta de entrada para as outras: “as pessoas entram numa atividade qualquer mas, não tarda nada e já estão em tudo. Nós sentimos que as pessoas se vão apropriando daquilo que é a nossa maneira de estar e de fazer as coisas” (FG1).

As participantes referiram que em todas as atividades desta iniciativa está presente transversalmente uma preocupação de transformação social: “todas as coisas que fazemos

têm esse cuidado porque é uma coisa que está já no nosso pensamento e em qualquer coisa que nós façamos” (FG1).

Uma das inquietações manifestadas no *focus group* prende-se com o público que a iniciativa consegue implicar: envolvem sobretudo pessoas que já estão sensibilizadas para a transformação, como sugere a afirmação que se segue:

Nós, a maior parte das vezes, estamos a lidar com pessoas que já têm esta visão e que participam nestas coisas e que até são privilegiadas, isto é, não têm realmente necessidade de coisas (...). Continuamos a não conseguir atingir aquelas pessoas que acham que comprar novo é que é bom, mesmo quando não têm dinheiro, mesmo quando prescindem de diversas coisas como é o seu próprio tempo com as crianças e com os seus para trabalhar mais e comprar coisas. (FG1)

Em síntese, nesta iniciativa destacam-se a mobilização para a transformação social através da participação em práticas que são contra-hegemónicas e a preocupação com a dificuldade em chegar a um público menos sensibilizado.

No *focus group 2* também está presente a preocupação em chegar até um público menos sensibilizado face aos valores que a associação promove. Consideram que o impacto que conseguem ter em termos de transformação social é limitado, quer pela escala micro em que a iniciativa atua quer porque envolvem maioritariamente um público que consideram estar já sensibilizado para as questões que problematizam:

São pessoas que já têm uma certa sensibilidade, que já acabam por circular pelos mesmos espaços alternativos. Um dos grandes desafios que ao fim destes 12 anos ainda não se conseguiu chegar a uma resposta, é como chegar a mais pessoas ou ao cidadão comum, para quem este tipo de alternativas e modelos são mais abstratos. Com o vegetarianismo já se vai conseguindo e as coisas já mudaram. Mas a outros níveis, no sentido de chegar às pessoas e questionarem o modelo socioeconómico em que vivem é mais difícil. (FG2)

Os/as participantes dão especial relevo ao potencial de transformação individual que a participação numa experiência organizada de forma não hierárquica tem para os seus membros mais permanentes e para os voluntários/as e estagiários/as que passam pela associação, como está patente na seguinte afirmação:

A questão da horizontalidade tem um impacto tremendo, apesar de ser muito desafiante e demorar mais tempo para que as coisas evoluam e aconteçam. A questão de cada pessoa ter algo a dizer, de falarmos sobre as coisas, o mais banal que possa parecer, tudo tem de ser discutido e falado ao mais ínfimo detalhe para que haja consenso. Eu antes (...) pensava que

isto era impensável, que era uma perda de tempo e não é. Apesar de ser duro, faz sentido porque cada um percebe porque é que está aqui. (FG2)

Por outro lado, o grupo sublinha o caráter demonstrativo da experiência e também a convicção de que estes modelos são exigentes:

Está aqui um exemplo prático concreto de que este modelo existe e é possível. Talvez comparativamente a um modelo vertical tenha algumas desvantagens - a demora no processo de tomada de decisão - mas tem muitas virtudes e, contrabalançado um e outro modelo, acaba por fazer mais sentido este modelo do que o modelo vertical. (FG2)

No *focus group* os/as participantes avaliaram de modo muito positivo o facto de as tarefas serem desempenhadas por todos e todas, sem especializações, pois isso permite lidar mais facilmente com a rotação de membros: “um dos aspetos mais interessantes é constatar que apesar de haver pessoas que já entraram e pessoas que já saíram, a estrutura e a organização manteve-se” (FG2).

Um outro aspeto sublinhado como transformador, neste caso para o público que frequenta a iniciativa, nomeadamente o seu restaurante, é a possibilidade de experimentarem um espaço que não está orientado para a maximização do lucro, como é evidenciado nesta afirmação: “muitas pessoas sentem um aspeto (...) que é muito transformador, é o facto de não ser um espaço muito comercial. As pessoas que vêm identificam-se com o espaço, sentem isso, identificam-se com esse princípio (FG2).

A recusa de fechamento do grupo está muito presente, nomeadamente quando é dito: “há coletivos que estão mais fechados, podem ter mais um propósito de criar uma alternativa e não estão preocupados em ‘contagiar’ o tecido social (...) esse é quase um dos nossos principais propósitos” (FG2).

Se em termos de transformação social percebem que o veganismo, um dos valores basilares deste projeto, se disseminou, reconhecem também que a horizontalidade do seu modelo de funcionamento continua a ser uma experiência pouco vulgarizada: “acaba por ser mais fácil um valor como o veganismo conseguir democratizar-se do que a horizontalidade. Sem dúvida que não há por aqui nenhum café que se tenha transformado em autogerido” (FG2).

Por fim, enquanto aspeto limitador do impacto dos processos de transformação social, sublinham o escasso trabalho de rede entre iniciativas, apesar das muitas tentativas nesse sentido, que acabam por não ter continuidade, como ilustra a seguinte afirmação:

Há uns anos atrás, eu e um colega fomos a uma reunião que era dos Coletivos Unidos por uma Ideia e estava cheio. Foi uma única reunião, há muita vontade, mas ninguém sabe como

materializar essa rede real. Eu acho que toda a gente tem sede de vibrar e fazer coisas em conjunto, mas ainda nenhum grupo conseguiu encontrar a solução. (FG2)

Em síntese, no *focus group 2* é dado especial destaque ao potencial transformador que a participação numa organização não hierarquizada comporta e à aprendizagem proporcionada pela não especialização dos membros em tarefas particulares, o que também permite à associação lidar mais facilmente com a rotatividade dos seus membros. Reportam, tal como outros coletivos, algumas dificuldades em chegar até pessoas menos críticas, já que atraem sobretudo um público que procura espaços alternativos.

No *focus group 3* que decorreu numa iniciativa vocacionada para pessoas com necessidades especiais, os/as participantes concederam especial destaque ao potencial transformador inerente ao tipo de relações interpessoais que estabelecem, nomeadamente com os “companheiros”. Embora reconheçam que estão presentes relações de poder, entendem que elas são pouco expressivas:

O respeito e a igualdade com que no dia a dia estamos com os nossos utentes, que não são utentes, mas sim companheiros, essa relação dominante embora acabe por estar presente é sempre muito esbatida e é sempre feita com muito respeito pela individualidade do companheiro que temos. (FG3)

A afirmação seguinte mostra o carácter diferenciador das relações estabelecidas com os companheiros e o modo como elas assentam em processos de responsabilização individual.

É uma instituição que prima por ir buscar o melhor aos companheiros e onde cada um tem de fazer alguma coisa. Não temos sala de televisão onde eles estão sentados, nem empregada doméstica. Todos fazemos tudo, com a responsabilidade individual que cada um tem. Não temos chefia, acreditamos que a outra pessoa é responsável e sabemos que ela irá fazer o melhor que puder, quando puder. (FG3)

Consideram que a sua atuação tem impactos transformadores nos companheiros, na equipa e na comunidade envolvente. Reconhecem que por vezes há tensões, já que procuram promover a autonomia dos companheiros e valorizar as suas capacidades, o que nem sempre corresponde àquilo que acontece fora da instituição, seja nas famílias excessivamente protetoras, nas organizações onde fazem estágios ou noutros contextos. Uma participante no *focus group* reporta a tensão vivida nos estágios: “inicialmente até são aceites, mas depois não conseguem lidar com as dificuldades que [os companheiros] apresentam. Manterem-se a longo prazo já não é tão fácil quanto isso” (FG3). Como

horizonte de transformação social ambicionam contribuir para alterar estas resistências à aceitação da diversidade, como é dito na seguinte frase:

Nós todos que trabalhamos aqui gostaríamos de conseguir maior aceitação, igualdade e respeito da comunidade mais próxima e depois alargar esse leque. Às vezes parece que vivemos em dois mundos diferentes. Há vezes quando pensamos que os nossos companheiros estão capazes de ir lá para fora, o que é assim por tempos muito curtos, quando se consegue é uma luta para que haja aceitação do lado de fora. (FG3)

Em termos de impacto transformador noutros públicos, os membros do *focus group* relatam que no período pré-pandemia ocorriam quase semanalmente visitas de escolas para conhecerem a horta biológica, as oficinas e o trabalho realizado com os companheiros, o que contribuía para desfazer estereótipos em relação às pessoas com necessidades especiais. Por outro lado, também em termos de impactos na comunidade, consideram que as preocupações ecológicas da iniciativa, nomeadamente a sua política de compras, têm tido um impacto positivo nos fornecedores da região, que acabam por ser estimulados a dedicarem-se a uma produção mais biológica.

Em síntese, os e as participantes consideram que esta iniciativa é especialmente transformadora pela singularidade das relações que estabelece com os companheiros; pela vivência que permite às pessoas que aí trabalham; e pela relação que estabelece com a comunidade pois contribui para criar uma outra perspetiva sobre a diversidade humana e o valor de cada pessoa.

No *focus group* 4, realizado numa cooperativa de produtores agrícolas, a preocupação com a qualidade das produções locais está muito presente. É destacado como contributo central para a transformação social a revalorização das produções locais junto da comunidade, como refere uma participante: “antes o meu pai tinha muita couve mas se as pessoas soubessem que era da terra, as pessoas já não compravam. Agora aceitam e valorizam o que é local” (FG4). Trata-se de um processo de alteração do próprio padrão de consumo, que antes privilegiava os produtos normalizados, vindos de uma agricultura industrial, como revela a seguinte afirmação:

Isto é a própria transformação social, é um processo longo e vai-se lá pela demonstração. Alguém comprou e vai dizer que é bom. A princípio estão de pé atrás, mas vai-se lá com o tempo. Depois, vão-se apercebendo do que está a acontecer, isso vai mudando e é aquela mudança a que tem de se dar tempo. (FG4)

Os/as participantes assinalam o impacto económico que o consumo de produtos localmente produzidos tem: “quando estamos a trazer alimento e a consumir localmente estamos a criar a possibilidade de nessa comunidade de proximidade gerarmos valor” (FG4).

Em síntese, este *focus group* considerou que a iniciativa cria transformação social sobretudo através da (re)valorização dos produtos locais e da fixação de riqueza na comunidade.

O *focus group* 5 decorreu numa organização com uma matriz anarquista e com um nível de politização relativamente vincado, onde é concedido especial relevo ao potencial transformador da autogestão e da ajuda-mútua, como assinala uma participante:

[o que é transformador] é o funcionamento em assembleia, as decisões serem tomadas em coletivo, normalmente procurando o consenso e não uma votação maioria/minoria, aliás eu nunca vi nenhuma votação. Procurou-se sempre resolver nas próprias reuniões onde se tomam as decisões, resolver em consenso (...). Isso eu acho transformador porque acaba por implicar as pessoas. Se houver uma procura de consenso as pessoas sentem-se mais vinculadas à ação, não se submetem à maioria, mas sentem que contribuíram para aquela resposta e decisão. (FG5)

A especificidade deste modelo organizativo face ao encontrado nos partidos políticos é também destacada:

Como eu passei por organizações do tipo hierárquico, em que as decisões eram tomadas de cima para baixo, eu sempre pensei que a ação política precisava desse tipo de hierarquia para funcionar e ser eficaz. Estes núcleos podem ser de transformação, isto é, podem ser grupos que na ótica da auto-organização também funcionam, o que é um pouco surpreendente para a minha experiência. Para ser eficaz [pensava que] era necessário alguém ter mais autoridade ou ser um dirigente com mais capacidade intelectual, esse tipo de coisas a que eu estava habituada. (FG5)

A prática da horizontalidade e da autogestão ao nível interno, é considerada relevante pelos/as participantes por constituir a demonstração efetiva da sua possibilidade. Reconhecem que por vezes há tensões entre membros, mas globalmente não lhes atribuem relevo, como se depreende da seguinte afirmação:

Existem sempre fricções, por exemplo alguém que acha que ‘este’ não está a fazer nada, mas isso acontece muito pouco. O facto de as coisas irem funcionando a partir daquilo que as pessoas querem fazer por si próprias e, quando se olha, o trabalho é feito. Há pessoas que se

inclinam mais para as obras, outras para agricultura, outras para a cozinha (...). Aqui há transversalidade, aqui toda a gente já fez um pouco de tudo. (FG5)

O facto de o grupo ter conseguido criar durante a pandemia uma cozinha solidária destinada aos seus membros e à comunidade foi uma experiência empoderadora, que transformou o modo como enfrentam o futuro:

Nos momentos de maior aperto vamos sempre ter a confiança de que isto é possível repetir [cozinha solidária], mas, ao mesmo tempo, começámos a criar uma lógica de economia local, (...) uma lógica de trabalho nova e diferente, que não depende de excessos e hierarquias, e garante que a produção económica e que o dinheiro circulam numa rede de afetos, de ligações e de reconhecimento de atitudes. (FG5)

A escala micro das iniciativas locais é problematizada dentro do seu contexto mais global. Os/as participantes no *focus group* 5 questionaram-se sobre a possibilidade de estas iniciativas serem efetivamente transformadoras da sociedade e não corresponderem a ilhas isoladas:

Eu sou contra o capitalismo e estou sempre à procura de uma maneira de como a economia de um país pode funcionar de maneira diferente, porque a base da economia é a base da subsistência das pessoas. Nos regimes socialistas de leste, a nível nacional, o Estado organizava e planificava a economia e não deu certo, até do ponto de vista ecológico. Será que as experiências que se fazem a nível local como esta e como outras, será que são de facto o caminho para o futuro ou serão fatalmente ilhas? (FG5)

Não obstante, consideraram que a iniciativa está inserida num contexto social com o qual estabelece uma relação intensa, o que potencia a sua capacidade transformadora, distanciando-se das experiências que vivem mais isoladas:

Há grupos interessantes, por exemplo na onda da transição, que vivem mais no campo, que se isolam muito, fazem lá a comunidade deles. Mesmo aqueles que têm uma perspetiva transformadora em termos de agroecologia, que são coisas que eu valorizo imenso, eles não têm muito a noção, porque muitas vezes vivem numa bolha. (FG5)

Podemos sintetizar que para o *focus group* 5, a concretização de uma experiência alicerçada na autogestão e na horizontalidade é considerada o aspeto mais transformador, tal como a experimentação efetiva de mecanismos de ajuda-mútua durante a pandemia, que tiveram um efeito empoderador do grupo. Tal como já registámos noutras iniciativas, os/as

participantes questionam-se sobre o impacto que as experiências locais podem ter numa transformação mais global da sociedade.

Os 8 participantes no *focus group* 6, todos do sexo masculino, quando desafiados a identificar mecanismos de transformação social, centraram-se nos processos de reflexão, que aliás constituem uma das atividades centrais deste centro de animação rural.

Manifestaram reservas e algum cansaço face a encontros e seminários de grande dimensão, como ilustra a seguinte afirmação: “nas reuniões grandes é necessária muita energia, convidar as pessoas, organizar as coisas todas. No fim do dia, cada um vai para a sua casa e nada acontece” (FG6). Como estratégia mais eficaz destacaram os processos coletivos que envolvem grupos mais pequenos: “o mais fácil é reunir, partilhar as ideias para haver mais força. Quando reunimos podemos fazer quase tudo. Quando não reunimos estamos sozinhos, como os velhotes nos montes.” (FG6).

As relações de cooperação foram um dos aspetos destacados, como indica a referência seguinte, que sublinha a necessidade de experimentação de alternativas:

O esforço é reforçar as relações de colaboração local, porque em locais com fracos recursos só pela colaboração é que nós podemos criar maior eficiência nos processos e criar modelos de experimentação para as pessoas perceberem que existem outras alternativas aos modelos instituídos. (FG6)

A necessidade de reflexão e de cooperação entre agentes é considerada fundamental e levou um participante a questionar-se “como é que podemos pôr os agentes regenerativos do território em contacto para tornar os processos mais eficientes? Acabamos por estar sempre em competição pelos poucos recursos que existem, quando poderíamos colaborar mais e tornar estes processos mais eficientes” (FG6).

A transformação social para os membros deste *focus group* deve ser pensada a partir de um território específico e enraizar-se nele, mas articulando os problemas locais com uma perspetiva global, com é avançado na seguinte afirmação:

O que eu sinto é que temos de trabalhar com base no poder que temos, que vem das relações que temos mas também do acesso à terra, do acesso aos fundos, e aí podemos ir criando projetos. O desafio é mantermo-nos todos informados, criar projetos cada vez mais colaborativos, cada vez articulando mais escala, mas sem perder o desafio de estarmos a trabalhar aqui à escala de algo. Não estarmos a querer subir sem trabalhar aqui. (FG6)

É reconhecida pelo grupo a tensão que se gera em processos contra-hegemónicos: “nós estamos neste processo de transformação, queremos criar modelos novos mas ainda vivemos neste momento. É difícil criar modelos novos e sustentáveis porque ainda estamos a viver no modelo da competição e do capitalismo” (FG6). Numa outra observação sobressai a necessidade de mudança e o reconhecimento da incerteza inerente aos projetos experimentais, mas também o modo como eles podem ampliar a imaginação de novos futuros:

Percebemos que estamos numa fase de transição, chegamos ao esgotamento do modelo económico-social atual, estamos a ir contra uma parede que mais não seja é ambiental. Temos de encontrar um modelo claro e alternativo mas ainda não há essa clareza do que é alternativo ao modelo atual. Por isso é que todos estes projetos são interessantes pois criam visões daquilo que é possível. (FG6)

Em síntese, os participantes no *focus group* 6 consideraram que os processos de reflexão e de articulação entre agentes de um território têm um grande potencial transformador, distinguindo-os de grandes eventos como, por exemplo, seminários. Atribuem especial importância aos processos de concertação territorial e sublinham as incertezas inerentes às iniciativas transformadoras, pelo seu carácter experimental e contra-hegemónico.

No *focus group* 7 realizado numa horta urbana do Porto, os/as participantes manifestaram um posicionamento muito crítico face ao modelo de sociedade dominante e destacaram que a participação nesta iniciativa constitui uma oportunidade de aprendizagem:

O que encontrei aqui (...) foi uma oportunidade muito grande de nos darmos conta de certas patranhas que nos contam, por vezes explicitamente outras vezes implicitamente, que é o facto de as nossas necessidades estarem muito distanciadas do seu ponto de origem e precisarmos de uma data de correntes, de assinaturas e de euros, para produzir os bens que a nossa necessidade provoca. (FG7)

Os/as participantes assinalaram o potencial emancipatório ligado à produção dos próprios alimentos, mas também a autonomia na resolução de aspetos práticos do quotidiano, como a reparação de equipamentos. Um dos participantes refere: “conseguimos realmente aqui aprender que se tivermos paciência e dedicação, conseguimos produzir alimentos. A dedicação e a persistência que exige faz ver que não é uma especulação, que não é um empoderamento que se possa comprar” (FG7). A transformação pessoal, segundo

os/as participantes, decorre da libertação da pressão consumista e dos ganhos em autonomia que isso comporta, como está patente na seguinte referência, ligada a uma ideia de desalienação:

Da produção de alimentos até ao xadrez que fazem lá em baixo [espaço da sede], que também é a produção de alguma coisa metafísica, começamos a perceber de canalizações de água - e não é necessário contratar nenhuma empresa -, a luz, as estruturas de madeira, as ruínas, o cinema, a música. Há qualquer coisa de libertador no sentido de conseguirmos produzir em rede, haver a possibilidade de criação de coisas. Para além de depois não termos de as comprar, compreendemos a corrente de causalidade do início ao fim. Isso é uma riqueza em relação ao conceito de alienação. É uma defesa filosófica muito forte em relação às alienações que todos os dias nos são propostas em relação às coisas. (FG7)

Um outro participante reitera esta ideia de desalienação afirmando: “quando a pessoa vive a vida toda a trabalhar para pagar uma casa, isso é escravatura. Os escravos também tinham comida e um teto, é o que muita gente faz. Eu não estou para isso, eu não estou para esse peditório”. O sentido de comunidade e de pertença é destacado como dimensão transformadora, ainda que alguns membros assinalem que há fases, como a atual (eventualmente devido à pandemia), em que essa dimensão tem sido pouco intensa e sintam necessidade de momentos coletivos:

O que me falta aqui é a envolvimento da comunidade. Há muitos de vocês que ainda não conheço e acho que a comunidade faz muito sentido. Acho que não fazemos estas coisas só para não ter de ir ao supermercado. Há coisas mais profundas que vimos buscar aqui. (FG 7)

O sentido de comunidade é muito valorizado e está associado à informalidade relacional. São sublinhados os momentos de humor partilhados, que criam intimidade, como mostra esta afirmação: “se a motivação não fosse a um nível mais vital e fosse simplesmente política, para fazer alguma coisa, ela morreria e tornar-se-ia estéril. Essa proximidade pelo humor, essa intimidade que se gera, é aquilo que eu acho que é interessante” (FG7). Uma outra intervenção sublinha “mesmo com as dificuldades, mesmo quando as hortas são vendidas, mesmo quando tudo está prestes a ruir, a sensação de potência e de pertença para mudar e fazer alguma coisa está aqui muito presente” (FG7).

Como potencial transformador assinalem a aprendizagem que resulta das relações de poder horizontais que estabelecem: “a palavra de um presidente e a palavra de qualquer outro membro têm um valor igual e os interesses de qualquer pessoa são considerados. Desde essa origem até àquilo que particularmente se está aqui a fazer nas hortas, é uma coisa que em termos simbólicos é muito forte” (FG7).

O grupo destacou a interrelação entre decrescimento e cuidado afirmando: “decrescimento e cuidado, estas questões estão interligadas. Não se consegue combater as desigualdades de género pois o capitalismo precisa disso, precisa de um chefe” (FG7). Numa outra intervenção, um participante sublinha de forma assertiva a simbiose entre patriarcado e capitalismo quando refere “se nós fizéssemos todas essas coisas como a igualdade de género, o capitalismo colapsava” (FG7).

Ao par decrescimento/cuidado os participantes no *focus group* 7 entenderam ser necessário acrescentar uma terceira noção mais ligada a uma dimensão espiritual, como ilustra a seguinte afirmação: “a busca de sentido, porque ao cuidar das plantas estou a cuidar-me a mim também, estou a dar-me o privilégio de contacto com a vida a crescer. Não pertença a nenhuma religião mas a vida é algo que é sagrado, que nos ensina muita humildade” (FG7).

Em síntese, os participantes no *focus group* 7 identificam como aspetos transformadores a possibilidade criação de um sentido crítico face às narrativas hegemónicas ligadas aos imperativos de produção e consumo; o potencial emancipatório de aprendizagens que criam autonomia; a horizontalidade nas relações; e a pertença a uma comunidade.

9.3. Presença do decrescimento e do cuidado nas ILA

9.3.1. Decrescimento

No *focus group* 1 a noção de decrescimento foi considerada mais problemática que a noção de cuidado por entenderem que o decrescimento implica uma rutura sistémica, como sobressai da seguinte afirmação: “[o decrescimento] não é uma ação de continuidade, epistemologicamente tem de haver uma revolução” (FG1). Para as participantes, a tradução do decrescimento em práticas é considerada muito difícil por entenderem que não é possível criar enclaves no sistema capitalista: “no meio de tudo o resto que existe à volta, não podes ter um sistema a funcionar, não se podia fazer, por exemplo, de Coimbra, um sistema alternativo” (FG1). As participantes mostraram-se críticas face ao crescimento económico, referindo que “nesta sociedade do crescimento é tudo muito rápido, as pessoas acham que podem fazer as coisas com aquele tempo” (FG1). Foi também defendida a necessidade de localizar mais a produção e o consumo:

Temos de consumir local (...) as pessoas consumirem o que está mais próximo é bom para a saúde e para o ambiente (...). A questão do consumo local não pode ser feita na base do medo mas sim na consciencialização de que é melhor para o ambiente e para nós sabermos de onde vem a nossa comida. (FG1)

Em síntese, a noção de decrescimento e a possibilidade de existirem práticas decrescentistas levantou várias dúvidas porque, não obstante as participantes assumirem uma posição muito crítica face às lógicas do crescimento económico contínuo e à vivência de um tempo acelerado, consideram que isso implicaria uma mudança radical de sistema, que lhes parece incompatível com a criação de iniciativas isoladas, que funcionem sob um modelo alternativo ao capitalismo.

O *focus group 2* considerou que ao longo dos 12 anos de vida da associação e do seu restaurante vegano houve progressivamente um maior centramento em práticas transformadoras, em detrimento de reflexões de cariz mais político:

Na fase inicial havia um carácter mais ideológico, marcadamente mais anticapitalista, mas ao longo do tempo foi-se diluindo. Há pessoas que nem têm esse tipo de noções (...), não estão tão sensíveis para essa questão. Simplesmente identificam-se com o projeto e percebem os valores. (FG2)

Em termos de noções que podem ser associadas ao decrescimento, os/as participantes assumem uma visão crítica face à centralidade que o trabalho assalariado hoje assume:

Não nos identificamos com o modelo convencional de desenvolvimento empresarial ou de emprego. Nenhum de nós seria feliz se tivesse um trabalho tipo das 9h às 17h, robótico. Acho que isso é uma das coisas que nos une em termos de ideologia, mas cada um está aqui por razões diferentes. (FG2)

Um outro aspeto que neste *focus group* surge associado ao decrescimento tem a ver com as decisões feitas em termos de abastecimento do restaurante, que incluem preocupações ligadas ao bem comum, apesar dos poucos recursos com que vive esta associação, evidenciados, por exemplo, quando antes de iniciarmos o *focus group* foi referida a preocupação com o facto de ter havido uma avaria no frigorífico e não disporem de capacidade financeira para adquirir outro.

Uma participante referiu: “a maioria dos produtos que compramos vem de produtores pequenos, alternativos, mas queríamos aumentar mais. Na vida temos de equilibrar o facto de os preços serem acessíveis e a maneira de poder contribuir para outros

projetos que são importantes (FG2). Esta questão é também evidenciada nas preocupações com a manutenção do preço das refeições, para que não ocorra um direcionamento para uma clientela com mais recursos:

Quando decidimos aumentar os preços houve uma grande discussão interna porque, para muitos seria melhor manter o preço da comida e fazer mais atividades, dinamizar mais para haver mais clientes, sem mexer nos preços. (...) era importante que o preço se mantivesse porque era uma forma das pessoas poderem usufruir do espaço e da comida. (FG2)

Em síntese, o decrescimento no *focus group* 2 surge associado à experimentação de formas alternativas de organização económica, patentes no modelo de decisão horizontal, nas preocupações ecológicas e solidárias que influenciam as decisões de compra de produtos e na política de preços do restaurante que visa torná-lo acessível, não seguindo portanto uma orientação centrada na obtenção do lucro.

No *focus group* 3, o modelo organizacional e as práticas quotidianas da ILA revelam uma presença muito forte de preocupações com a sustentabilidade da vida, que facilmente podem ser ligadas ao decrescimento e ao cuidado. Uma das participantes nota:

A ecologia faz parte do ADN da nossa comunidade, desde a escolha das habitações, até às coisas que escolhemos à mesa. Nós aqui há 3 anos estivemos a preparar uma candidatura (...) que tinha a ver com a pegada ecológica e aí é que começámos a pensar, porque fazemos isto tudo sem pensar. Por exemplo, quando penso em folhas de papel não penso se são brancas ou recicladas, elas são sempre recicladas. (FG3)

A perspetiva ecológica, de relação com o entorno, está muito presente na vida quotidiana:

Acompanhamos os ciclos da natureza e as festas do ano. Estamos em permanente observação da natureza. Eles próprios [os companheiros] respeitam os ciclos da natureza. No inverno em que tudo se recolhe, se vai renovar, se vai fortalecer e depois na primavera tudo desponta. Isso associado a nós é muito enriquecedor. (FG3)

Quem vive na comunidade não sente ter horário de trabalho, até porque a vida quotidiana é feita com os “companheiros”, atendendo também às suas necessidades. Um participante no *focus group* afirma:

Já ouvi as pessoas dizerem ‘mas isso é trabalho escravo’, quando as pessoas estão a pensar no número de horas, na quantidade... Eu penso que não é uma questão de horas. Para mim

tem muito a ver com a simplicidade. Estamos aqui muitas horas, em momentos muito simples da vida, como por exemplo lavar os dentes, mas podemos estar juntos no sofá, sem fazer nada. (FG3)

As práticas de decrescimento associadas a esta iniciativa estão muito presentes até porque estas ações integram a sua matriz fundadora e têm uma presença transversal, visível por exemplo nas preocupações com a redução dos impactos do consumo, na conceção de bem-estar, na relação com o tempo, entre outras.

O *focus group* 4, uma cooperativa que visa criar soluções facilitadoras da comercialização dos produtos da pequena agricultura de um território específico, associou ao decrescimento as práticas que se centram na promoção da produção e do consumo de base local. As preocupações manifestadas disseram particularmente respeito à rentabilização dessa atividade produtiva, nomeadamente ao peso que o custo dos transportes inerentes ao escoamento dos produtos para zonas um pouco mais distantes poderia acarretar. O volume de produção é determinado pela possibilidade de venda nas proximidades e pelos limites máximos de faturação que permitem aos produtores e produtoras manter uma isenção fiscal:

Não nos interessa vender muito mais para fora porque, em atingindo aquele valor máximo, depois ao fim do ano temos de o dar ao Estado e isso não vale a pena (...). Muitas pessoas não querem produzir mais porque não querem pagar impostos ao Estado. (FG4)

Em síntese, a noção de decrescimento não aparenta ter uma relevância significativa para os e as participantes do FG4, na medida em que existe uma orientação forte para o mercado e para o lucro, sem grandes preocupações relativas ao funcionamento do sistema económico.

O caso do FG5 é bastante diferente porque se trata de uma iniciativa com preocupações políticas profundas e com uma reflexão interna sobre o decrescimento. De modo geral, os membros têm uma visão crítica face às propostas do decrescimento, embora reconheçam relevância a vários aspetos, como é expresso nesta afirmação:

Existem algumas coisas que para mim fazem todo o sentido como é a questão ecológica, porque será de facto necessário reduzir o consumo e sobretudo os custos de transporte. A criação de circuitos locais é algo que se não acontecer, isto vai correr mal. (FG5)

Não obstante, os e as participantes mostraram reservas relacionadas com as desigualdades e com a necessidade de redistribuição da riqueza, presentes em expressões como “o meu maior medo em relação decrescimento é que poderá ser uma forma de as elites imporem ainda mais a sua agenda: mais austeridade e que a pobreza é inevitável” (FG5). Numa outra intervenção é referido: “eu acho que o decrescimento em relação a Portugal é já uma evidência. Custa-me tentar apresentar isso como uma ideia às pessoas porque elas já estão em decrescimento há muito tempo” (FG5).

Os/as participantes neste *focus group* atribuem à classe social que consideram predominar entre os membros do movimento do decrescimento, a menor preocupação com a distribuição de riqueza:

As pessoas ligadas a esse movimento não tem essa noção, não a exprimem ou não a construíram ainda, que é: isto só funciona se for acompanhado de justiça social, se houver um esforço de redistribuição da riqueza. Há uma certa linha ligada ao decrescimento que não dá muita importância a isto, eventualmente por razões de classe, por razões de origem social que estão muito desligadas da realidade do trabalhador que vai todos os dias apanhar o barco, e pensam que isto se resolve tudo com a criação de quintas e mercados locais, como o do Príncipe Real. (FG5)

Para os/as participantes no *focus group* o debate sobre decrescimento deveria ser mais incisivo nas suas críticas em relação aos poderes económico-financeiros:

Falta na prática acompanhar isto de uma noção mais radical, que é a noção de que é preciso redistribuir a riqueza e acabar com os oligopólios, com a fuga de capitais e com a concentração da riqueza absurda que existe hoje em dia e, nesse sentido, esta ideia de decrescimento ser acompanhada desta crítica. (FG5)

Neste *focus group* foi ainda manifestada a preocupação face à tensão entre o sistema económico dominante e as iniciativas alternativas, como surge na referência deste participante:

A auto-organização, o apoio mútuo, a democracia direta dá frutos, mas essa é a parte mais fácil. A maneira de organizar a economia e a ligação entre níveis é que é a questão. Qualquer dia temos aqui uma cooperativa autónoma mas depois onde é que vamos colocar os produtos? Vamos ao mercado mas tens ali a multinacional que coloca mais barato mas com menos qualidade e já estás a entrar na concorrência que é uma coisa básica para o capitalismo. Esta é a minha dúvida. (FG5)

Em síntese, no FG5 destacam-se as questões ecológicas e de democracia interna, enquanto práticas que podemos considerar alinhadas com a noção de decrescimento. As reservas manifestadas têm a ver com a falta de relevo que entendem ser dada pelo decrescimento às preocupações com a redistribuição da riqueza.

Para o *focus group* 6 a ideia de decrescimento não é muito mobilizadora porque as preocupações deste coletivo estão centradas na mobilização de atores locais para processos de desenvolvimento territorial, preferindo utilizar outras noções, como é explicitado nesta afirmação:

O nosso foco não é tanto o decrescimento. O decrescimento vai em oposição ao modelo de crescimento, este modelo económico de estar em crescimento contínuo (...). O que temos trabalhado e as ideias que temos achado mais interessantes têm sido as ideias da regeneração (...) que é um modelo de recriar a vida, que é mais na linha da oposição à degradação. (FG6)

A palavra “decrescimento” trouxe ao debate o imaginário consumista predominante, como é patente na seguinte afirmação:

Como comunidade, nós não estamos a valorizar aquilo que de facto é importante. É um modelo difícil de transformar, se as pessoas só dão valor a ter um Ferrari e a ter um telemóvel, só se dá valor ao consumismo e não se dá valor ao ambiente e à natureza, de facto não damos valor ao ambiente. Pode ser importante para nós como grupo mas, se a maioria das pessoas atribui valor a outra coisa, nós não conseguimos fazer transformação nenhuma. (FG6)

Em suma, a noção de decrescimento não aparenta ser significativa para este grupo, ainda que muitos dos seus posicionamentos sobre transformação social estejam alinhados com os princípios do decrescimento.

No *focus group* 7, a noção de decrescimento é considerada incontornável. Mais do que fruto de uma escolha, entendem que resulta de uma necessidade:

Eu acho que isto é perfeitamente racional. Se uma pessoa ouvir os cientistas, eles estão fartos de dizer o que é que vem aí do ponto de vista ambiental. Eu não acho que isto seja uma coisa ideológica. Isto é racionalismo, é uma questão de sobrevivência, realidade pura e dura, pragmatismo total. (FG7)

Os/as participantes destacam a relevância de algumas práticas internas que refletem a forma como o coletivo vive o decrescimento e que dizem respeito às relações de poder

horizontais, à autonomia e ao relacionamento interpessoal estabelecido dentro do coletivo, como é expresso na seguinte afirmação:

Há uma prática horizontal que é bem interiorizada por todos, mas também essa ideia de frugalidade, capacidade de autonomia, resolver por nós sem recorrer demasiado a especialistas. Embora nas coisas da terra não seria mau podermos aprender com alguns especialistas. É positiva esta ideia de podermos caminhar por nós. (FG7)

Por outro lado, o grupo destaca valores relativos à entreatajuda e ao sentimento de comunidade, como é aqui exemplificado:

Em relação à horta, há muito aqui uma prática, se as pessoas estão ausentes alguns dias e não podem vir, então outros vão tratar do seu talhão e não se vão perder as culturas só porque não estão cá uma temporada. Tentamos que seja uma perspetiva de comunidade e não uma soma de experiências individuais. (FG7)

Em síntese, no *focus group 7* o decrescimento é considerado uma inevitabilidade e são sobretudo valorizados os processos democráticos horizontais, a autonomia individual e coletiva e as relações de solidariedade e convivialidade.

9.3.2 Cuidado

No caso do *focus group 1*, a discussão sobre cuidado, logo nos primeiros passos, cruzou-se com um posicionamento crítico face a uma visão mais assistencialista e institucionalizadora, o que levou uma participante a questionar as políticas públicas, considerando que para elas o cuidado corresponde àquilo que designa por “visão do governo que é enfiar mais dinheiro para as IPSS e para as mutualidades e por as pessoas numa caixa, fazer mais lares...” (FG1).

Foi ainda abordado um outro aspeto do cuidado face aos mais velhos: a forma como comporta uma marca de género. Uma participante ilustrou esta questão com a surpresa que em duas situações foi manifestada na comunidade com o facto de amigos do sexo masculino terem deixado os empregos remunerados e passarem a trabalhar à distância noutras atividades, para poderem cuidar dos pais idosos. O grupo sublinhou que a desigualdade no cuidado afeta negativamente as mulheres, já que para elas cuidar implica muitas vezes deixarem de ter um trabalho remunerado e ficarem mais dependentes.

Neste grupo a discussão sobre o cuidado foi muito centrada nos cuidados com pessoas idosas e nas duas soluções mais vulgarizadas: a institucionalização em IPSS ou o apoio por parte de descendentes.

No *focus group 2* o cuidado teve ressonância imediata com algumas tensões internas, como refere uma participante: “é uma grande fonte de conflito interno. Quando se fala em cuidado na [nome da iniciativa] também se fala em conflito pois são concomitantes” (FG2). Numa outra referência esta questão é de novo sublinhada:

“[a palavra cuidado] causa estranheza porque é algo que está inerente ao nosso dia a dia mas nunca temos o cuidado de o retratar com palavras. Nunca definimos no dia a dia o que é o cuidado. Há sempre uma dificuldade entre o que nós temos como a noção de cuidado na teoria, o que é esperado de cada um de nós no dia a dia, e o que é que se passa na prática (...) isso é uma questão de conflito, o cuidado com o espaço, por exemplo. (FG2)

O cuidado assume porém uma conotação positiva quando se fala do nascimento dos filhos e dos mecanismos facilitadores da conciliação acionados pela ILA:

Eu queria acrescentar uma coisa da minha experiência pessoal, tive uma filha com um colega (...), naquela altura trabalhávamos aqui e a maneira como gerimos o cuidado da filha foi transformador. Durante o primeiro ano eu não trabalhava mas depois trabalhávamos de forma partilhada, um trabalhava e o outro ficava em casa com a criança. Esta divisão foi revolucionária. (FG2)

Num sentido idêntico, uma outra participante acrescenta:

Eu senti o mesmo quando engravidei. Eu vi que as minhas necessidades iam ser diferentes a partir do momento em que tive a minha filha. Eu tive de mudar a minha relação com o grupo, (...), fui bem acolhida e ajudaram-me imenso. (FG2)

O cuidado com as crianças é muito valorizado pelos/as participantes no *focus group* e o seu nascimento produz alterações nas relações estabelecidas. Um dos participantes, que aliás define a iniciativa como “criança friendly”, referiu que nos primeiros tempos do nascimento da filha optou por ser “pai a tempo inteiro”, uma decisão que aliás não é muito frequente em pais-homens.

Por último, surgiram também várias referências ao cuidado nas relações dentro do grupo e às aprendizagens que isso comporta: “algumas reuniões são mesmo emotivas, não há violência mas há espaço para expandir o que sentimos, para falar”. Mais adiante surge uma outra afirmação no mesmo sentido: “esta questão humana de termos pessoas novas sempre a entrar aqui obriga-nos a refletir mais, a aceitar a diferença e a diversidade” (FG2).

Em síntese, neste *focus group* é destacada a importância da responsabilização quotidiana pelo cuidado e é dado relevo a aspetos facilitadores da conciliação entre trabalho

e família, aquando do nascimento de crianças. Face a eles, podemos inferir que são mecanismos solidários, que de alguma forma visam atenuar as consequências de vínculos laborais relativamente precários, que estão excluídos do acesso a direitos, por norma garantidos pelo Estado social.

No *focus group 3* as preocupações com o cuidado são muito marcadas, até porque se prendem com o objetivo central desta iniciativa, uma comunidade socioterapêutica para pessoas com necessidades especiais. Um dos participantes sublinha: “para mim o cuidado é reconhecer o outro, ver que é o ser que está sendo cuidado, um olhar profundo que tenta chegar lá, ver quem é o outro” (FG3).

Há uma preocupação com as dificuldades de aceitação que os “companheiros” enfrentam fora da instituição, nomeadamente no mercado laboral e até nas próprias famílias. Por outro lado, destacam como um cuidado excessivamente zeloso pode dificultar a sua integração:

Neste cuidar, às vezes há como que uma sobreproteção, de os protegermos das coisas menos boas fora das portas da instituição. Até que ponto é que permitimos que haja esta plena integração que, por um lado, ansiamos, mas que, por outro lado, também vamos puxando as rédeas, nós e a família. (FG3)

Para cuidar dos “companheiros” reconhecem que é necessário dar relevo ao autocuidado, como afirma uma participante “até que ponto é que eu estou bem para cuidar ou preciso de ser cuidada. O nosso trabalho é uma partilha”. (FG3).

Em síntese, a discussão sobre o cuidado neste grupo focou-se na sua dimensão transversal, como necessidade dos companheiros mas também dos membros da equipa. Foram ainda assinaladas as relações de poder inerentes ao cuidado e os riscos associados a uma sobreproteção.

No *focus group 4* foram manifestadas preocupações com o cuidado face à comunidade a que a ILA pertence: “quando trabalhamos numa comunidade ela tem de dar resposta às normas dentro da legalidade, mas também tem de negociar essas normas do ponto de vista social e de proximidade e de cuidar da comunidade. São coisas que muitas vezes chocam com estas superestruturas sem rosto e que são normativas” (FG4). A reflexão sobre o cuidado está bastante relacionada com a inserção da iniciativa no contexto da aldeia e com os laços comunitários.

Embora não existam indícios claros de uma reflexão sobre o cuidado como potenciador da transformação social, há uma noção do seu papel na criação de bem estar e

uma preocupação face ao modo como o quadro legal e a normas mais gerais podem criar impactos negativos na vida da localidade.

No *focus group* 5 a palavra cuidado desperta alguma resistência e sempre que possível é substituída por *entrajuda* ou *apoio-mútuo*, expressões que na opinião do grupo já não envolvem uma conotação assistencialista. Porém, reconhecem a pertinência da noção, como podemos depreender da seguinte afirmação:

Cuidar da terra é um dos princípios da permacultura que nós temos aí nos nossos princípios de ação. Se pensarmos no cuidado nesse sentido e no apoio mútuo, tem esse potencial de nos mostrar caminhos alternativos, de nos mostrar que nós não podemos estar sempre à espera que o Estado resolva a situação e nós, a alternativa que temos, é votar ou não. Temos essa capacidade de transformar as nossas vidas e a vida dos que nos estão próximos, e com isso alargar o círculo. (FG5)

Para este colectivo, o cuidado (ou a *entrajuda*), tem um potencial transformador fundamental:

Porque é que o capitalismo funciona? Porque as pessoas estão muito dependentes de trocar as suas horas de vida e trabalharem em troca de um salário, o que é um modo de sobrevivência (...). Na *entrajuda* é completamente diferente, tomamos conta de nós, fazemos aquilo que faz sentido para nós, para o mundo, para os outros (...). Acho que sim, essa *entrajuda* ajuda-nos a sair do capitalismo. (FG5)

A *entrajuda* é um dos cimentos do grupo e foi reforçada durante a pandemia, momento em que criaram uma cantina solidária. Essa resposta rápida, na opinião dos/as participantes no *focus group* só foi possível porque há empatia entre os membros do grupo, há *entrajuda* e um conhecimento fino das necessidades do tecido social envolvente.

A resposta [à crise pandémica] poderia ser açambarcar, por exemplo, papel higiénico, mas em vez disso a resposta foi fazer com que todos juntos nos possamos aguentar mais um bocado. Vem aí uma onda e a gente tem de se agarrar a isto. (FG5)

A reacção ao momento da pandemia veio tornar o grupo mais forte porque, afirma um participante, “as pessoas sentiram-se muito empoderadas devido à resiliência que conseguiram ter ali” (FG5).

Em síntese, podemos considerar que a questão do cuidado foi destacada neste *focus group* realizado em julho de 2020, logo a seguir ao primeiro confinamento, ainda com a memória da cozinha solidária muito presente. Os membros não se reveem em conceções

assistencialistas de cuidado e sublinham o caráter transformador da ajuda-mútua, palavra que usam em substituição de cuidado por considerarem que retrata melhor as suas práticas.

A noção de cuidado não surge com grande relevância no *focus group* 6. Aqui a reflexão e o entusiasmo centram-se nos temas relativos ao desenvolvimento territorial, nomeadamente os processos de concertação entre atores locais. Ainda assim, foram feitas algumas referências que podemos ligar ao cuidado, como o questionamento do valor que o sistema dominante atribui aos bens:

A atribuição do valor tem de ser num sentido mais lato: dar valor à natureza, às relações humanas e ao que nos torna felizes e não ser uma celebridade ou ter torneiras de ouro. Essa questão da valorização é que nos torna efetivamente com valor. (FG6)

Neste *focus group* surgiram intervenções sobre o cuidado nas relações comunitárias. Um dos participantes, no contexto de uma discussão sobre a possibilidade de procurar fora da região mercados onde fosse possível vender os produtos agrícolas a preços competitivos, afirmou “eu não quero ir para Berlim comparar preços, eu quero falar com os vizinhos e combinar preços mais baixos ou trocar com o vizinho porque dependemos uns dos outros”. (FG6). Nesta afirmação é defendido que o critério do preço, que geralmente preside à comercialização de produtos agrícolas, não reconhece as interdependências existentes ao nível do território. Um outro participante assinalou também os entraves culturais à criação de soluções mais colaborativas quando afirmou “nós ainda vivemos em modelos de competição e é difícil criar um modelo de cooperação, pois tem de se cortar com uma série de barreiras” (FG6).

Em síntese, as preocupações mais ligadas a questões relativas à esfera dita produtiva e à economia mercantil predominaram claramente na discussão. As referências a questões que possamos inscrever no campo do cuidado acabaram por ser escassas.

No *focus group* 7, a dimensão do cuidado que surge com maior relevo tem a ver com o sentimento de comunidade e com os cuidados comuns, numa perspetiva solidária e de partilha, com surge nesta afirmação:

Uma das coisas aqui no projeto da quinta que eu acho que é um bocado significativa é que a quinta não é apenas um conjunto de talhões entregues a pessoas que individualmente tratam deles. Há muitos espaços que são comunitários, quer os canteiros das aromáticas, quer a zona da agrofloresta. É uma zona que é de todos, embora haja pessoas que se responsabilizam mais ou menos, (...) o cuidado é um valor base na comunidade para criar este núcleo. (FG7)

O sentimento de pertença está ainda presente quando é dito que a iniciativa “acaba por unir as pessoas entre si. Cada um vive, tem o trabalho, a casa e a família (...) [a iniciativa] permite oferecer tempo para uma atividade em comum, por exemplo, ensinar crianças a jogar xadrez” (FG7).

Neste *focus group* o cuidado assume especial relevância como corresponsabilidade pela comunidade e como sociabilidade. No debate sobre os referenciais de transformação social (secção 9.2) referimos já que neste coletivo as noções de decrescimento e de cuidado são consideradas indissociáveis. Há uma preocupação expressiva com a relação entre capitalismo e patriarcado, entendidas como estratégias que fazem parte do mesmo processo de dominação.

9.4. Aprendizagens críticas

O *focus group* 1 identificou como aprendizagem central que retira do percurso realizado pela associação, o reconhecimento da relevância da comunicação entre pessoas e organizações:

Tudo isto acontece porque há aqui um íman que junta várias organizações que conseguem trabalhar em rede, pois todas estas atividades que vamos fazendo (...) vêm de nós estarmos permanentemente a comunicar e a falar sobre as coisas. A verdade é que nos vamos aproximando por afinidades que temos, na forma como trabalhamos e isso cria aqui uma capacidade de gerar novos projetos. Nós podemos falar nisso na teoria, mas na prática não é fácil. (FG1)

Por outro lado, o trabalho em rede e o conhecimento das atividades que fazem organizações similares é entendido como fonte de aprendizagem e possibilidade de criação de iniciativas conjuntas, como sugere esta afirmação:

[é importante] em todos os momentos sabermos o que é que os outros estão a fazer. Não é para copiar, é para nos encaixarmos neles, ou trazer e chamar até nós outras organizações que andam a trabalhar nas mesmas coisas, pois as pessoas juntas enriquecem os projetos. (FG1)

Uma outra aprendizagem destacada no *focus group* 1 está relacionada com o controlo do risco inerente ao lançamento de novas atividades: “fazemos uns testes

pequenos, criamos um ambiente tipo laboratório, vamos fazendo as nossas experiências e quando não funciona também não ficamos com aquela tristeza ou com aquela desolação” (FG1).

Por último, é referida a importância da reflexão coletiva sobre as dificuldades enfrentadas, como parte do processo de aprendizagem, a partir do exemplo de acumuladoras que participavam nos eventos de trocas:

Quer na roupa, quer nos livros relativamente às acumuladoras, nós tivemos de fazer uma reflexão profunda com várias pessoas para ver como é que podíamos lidar com o assunto para pôr determinadas regras. Como é que uma coisa má, que em princípio foi - andámos aqui a pensar... o que é que a gente faz àquelas fulanas - nos fez refletir sobre determinadas regras e foram muito discutidas. Como refletimos sobre o que já estávamos a fazer, ficámos a perceber um pouco melhor o que estávamos a fazer”. (FG1)

Em síntese, no *focus group* 1 destacam-se o reconhecimento da importância do trabalho em rede, pelo impacto que cria e pela aprendizagem que proporciona, a criação de contextos de experimentação social em pequena escala, antes da realização de atividades de maior dimensão e a reflexão coletiva sobre as dificuldades.

No caso do *focus group* 2, uma iniciativa que começou a partir de um grupo ativista, a primeira aprendizagem relevante assinalada está relacionada com o processo vivido quando passaram à fase de implementação das ideias: “[aprendemos] que não é suficiente ter valores, é necessário criar a estrutura e é uma lição dura para nós” (FG2). Um outro participante na reunião destaca:

Não é só criar, é criar e manter. É necessário criar uma dinâmica de utilização daquela estrutura que foi criada ou um método de organização. Sendo um coletivo ainda é mais difícil porque é um dos desafios da horizontalidade. Se é vertical o padrão cria e diz: ‘a partir de agora vai ser assim’. (FG2)

A aprendizagem dos processos organizacionais horizontais constituiu um desafio, como ilustram as duas afirmações seguintes:

Uma grande aprendizagem é termos um modelo cooperativo em vez de um modelo competitivo. Mesmo a nível interno nas estruturas laborais habitualmente está sempre muito impregnado o modelo da competição, de provar que ‘eu sou bom’. Aqui há sempre um pressuposto subjacente, se tentamos fazer alguma coisa que seja boa tem de ser em prol do coletivo e isso acaba por dar um espírito muito mais cooperativo e de partilha. (FG2)

Há pessoas que quando chegam aqui não sabem que isto é uma associação horizontal e entrar neste espírito não é fácil. Nós por vezes também não temos muito tempo para explicar e dinamizar este processo como devíamos fazer. Vivemos numa sociedade, não vivemos numa ilha e não nascemos a saber como devemos ser alternativos. (FG2).

Uma questão que também é levantada por outras iniciativas e que abordámos já na seção relativa aos referenciais de transformação social diz respeito ao potencial de mudança inerente a uma ação com escala local:

Não é bem uma aprendizagem mas é mais um dilema de como contornar esse bloqueio, essa limitação. O projeto vale por si só e é uma aprendizagem a todos esses níveis: aprendizagem da horizontalidade, da auto-organização. São aprendizagens muito válidas mas não são aprendizagens a uma escala macro, no sentido de questionarem o modelo socioeconómico da sociedade em que vivemos. (FG2)

Em síntese, no *focus group* 2 são destacadas como aprendizagens as dificuldades inerentes à criação e manutenção de uma organização; os desafios relativos à auto-organização e à horizontalidade, que exigem aprendizagem e transformação individual; e é ainda feita uma reflexão sobre o impacto destas aprendizagens e transformações, para lá da escala micro.

Os/as participantes no *focus group* 3 destacaram como aprendizagem crítica um dos aspetos presentes na sua visão de transformação social: centrar a intervenção na valorização do potencial de cada pessoa e de cada comunidade, como é dito em seguida:

[Aprendemos] a valorizar o mais possível tudo o que se encontra dentro de um ser humano. Não só fisicamente, mas todos os valores que se podem encerrar dentro da individualidade do ser humano e depois, neste intercâmbio de seres humanos, o que é que isso pode criar. Vida, trabalho, valores e capacidades, tudo isto em conjunto pode despontar. Porque nós próprios encerramos valores e capacidades que muitas vezes desconhecemos. Como isso é tão criativo, porque sozinhos desmotivamos, só neste movimento diário é que conseguimos criar, iluminar e ter esta força. (FG3)

Uma outra ideia relacionada com a anterior, reside no reconhecimento da importância das relações horizontais e nas dificuldades inerente à respetiva implementação:

Um grande diferencial nosso é a horizontalidade, que sabemos que é mais difícil, pois é mais fácil ter um chefe. Mas é muito enriquecedor para todos nós. Mostramos que isso é possível.

Existe sempre essa dança entre a comunidade e o indivíduo. Só desenvolvemos a comunidade quando os indivíduos que fazem parte dela também se desenvolvem. Aqui existe esse espaço para esse desenvolvimento pessoal. Aqui não existe isto: ‘a colega errou por isso vai ser demitida’. Buscamos sempre o desenvolvimento de companheiros e colaboradores. (FG3)

Podemos sintetizar como aprendizagens críticas identificadas neste *focus group* a importância do reconhecimento e do estímulo às potencialidades de cada pessoa (e não às limitações); os desafios inerentes às relações horizontais, consideradas parte dos processos de desenvolvimento pessoal; e a inter-relação entre o desenvolvimento individual e coletivo, que é também a concepção em que se baseiam as relações de cooperação, já que o florescimento de cada membro é aqui considerado relevante para o florescimento da comunidade.

Como aprendizagens críticas, o *focus group* 4 destaca a importância das lideranças e das relações interpessoais, como sugere a seguinte afirmação: “o que eu aprendo é que todos os processos têm caras, rostos, e eles são diferentes conforme essa relação que se cria” (FG4). Uma participante acrescenta: “aqui está a importância do núcleo central. As pessoas vão falando, vai-se fazendo ruído, mas também é este núcleo central que impulsiona” (FG4).

Como aprendizagem é assinalado por um participante que os processos comunitários têm limitações e potencialidades mas não correspondem às idealizações prévias: “às vezes pensamos que vamos fazer uma comunidade que é ideal e isto não existe. Existe em relação com o exterior” (FG4).

Em síntese, neste *focus group* é destacada a importância das pessoas - os rostos - que podem fazer a diferença porque impulsionam a mudança e é ainda reconhecido que os processos comunitários são abertos e podem seguir caminhos diferentes dos idealizados.

No *focus group* 5 é dado relevo à partilha de tarefas por todas e todos, que proporciona oportunidades de aprendizagem individual que, por seu turno, facilitam o enraizamento de relações de horizontalidade, onde não existem especialistas, como exemplifica uma participante: “eu nunca tinha caído na vida, eu disse que podia ajudar nas obras e aprendi a cair aqui. Há vezes criamos barreiras: não tenho experiência ou não tenho idade e não posso fazer certas coisas” (FG5). Um outro membro acrescenta: “embora existam pessoas mais inclinadas para uma coisa do que para outra, no fundo toda a gente já fez um pouco de tudo. Isto é quase uma escola de aprendizagem” (FG5).

Uma outra aprendizagem diz respeito ao reconhecimento da importância do relacionamento interpessoal no funcionamento do coletivo, como é aqui dito: “por um lado o convívio, há muita gente do grupo que se conhece há muitos anos e é um fator importante”

(FG5), Numa outra intervenção é reforçada a mesma ideia: “o facto de este grupo ter uma história já com quase 10 anos, desde as suas primeiras assembleias populares à horta e agora estar aqui, criou aqui uma solidez (...) o pensamento em diálogo não é igual ao pensamento em monólogo” (FG5).

O grupo considera que a sua capacidade de resposta a situações de emergência, como se verificou durante a pandemia, resultou da sua própria situação: “surge a ideia de ajudar os outros, mas somos nós todos. No primeiro dia fizemos uma cantina solidária entre nós” (FG5). Numa outra intervenção é explicitada a mesma ideia:

Quando foi a pandemia (...) rapidamente se percebeu que o que é preciso é ajudar as pessoas. O que é preciso é fazer funcionar a solidariedade mais virada para a comunidade. Foi uma coisa quase instintiva. As pessoas logo perceberam que era necessário funcionar a cantina e os cabazes, ainda muito antes de as outras instituições perceberem as necessidades e as dificuldades económicas. (FG5)

Por último, surge a importância da organicidade nos processos que permite rapidez e que entra em choque com modelos de funcionamento mais burocráticos:

Se vamos à Câmara eles vão dizer que há regras para cumprir e que isso não pode ser feito assim: há trâmites institucionais que têm de seguir, há burocracias, há uns passos antes. Esse [nosso] lado orgânico traz um elemento muito importante, de uma resposta mais rápida (...) de resposta aos problemas, que não é o mesmo tempo de resposta do Estado burocrático institucional. (FG5)

Em síntese, no *focus group* 5 são destacadas como aprendizagens críticas a importância das práticas da horizontalidade enquanto parte do processo de aprendizagem individual; as relações interpessoais sólidas que dão coesão ao grupo; a organicidade que permite reconhecer e criar respostas rápidas em situações de emergência social, como a enfrentada durante a pandemia; e a tensão entre este modelo de funcionamento e o do Estado burocrático.

As aprendizagens críticas enunciadas pelos participantes no *focus group* 6 prendem-se com a noção da imprescindibilidade de estratégias de desenvolvimento territorial *bottom up*, como sugere a seguinte afirmação:

Nós não podemos estar a dizer às comunidades que as queremos desenvolver. Às vezes até temos uma atitude arrogante a dizer o que é importante para os outros e o que queremos de desenvolvimento para os outros. (...) Há um fraco entendimento da população urbana do

que é viver no espaço rural, dos problemas e das dificuldades e se não há empatia e se não sentem essa empatia pelo espaço rural, depois não ligam. (FG6)

Há uma atitude ambivalente face ao financiamento público, por uns considerado fundamental para concretizar planos de desenvolvimento territorial, e por outros uma armadilha que cria dependência e precariedade. Um dos participantes refere: “a maior parte destes projetos que tenho contactado dependem muito de apoios e de subsídios que acabam por criar uma precariedade grande”. Outro participante reforça: “eu já não acredito nos financiamentos, o financiamento continua a funcionar na base da competição e não na cooperação. Se entramos neste sistema estamos logo comprometidos à partida” (FG6).

Foi relatado pelos participantes que a aceleração global dos processos cria grandes dificuldades de aprendizagem, nomeadamente porque mudar de rumo exige tempo, como é aqui referido: “é complicado por causa da velocidade, antigamente tínhamos tempo para corrigir, agora a velocidade é tão exagerada que quando perdemos uma oportunidade nunca mais nos levantamos” (FG6). Para os participantes os processo de aprendizagem são indissociáveis do tempo para a reflexão:

Não há esse tempo de reflexão, esse tempo que é preciso para se pensar e para se colaborar. Infelizmente hoje em dia entrámos nessa onda de aceleração, temos de andar ao ritmo das máquinas, elas não nos ajudaram assim tanto no nosso meio social, pois nós temos de trabalhar ao ritmo delas e ter o mesmo nível de produtividade. (FG6)

Uma outra aprendizagem diz respeito ao reconhecimento de que as dificuldades de transformação social residem menos na elaboração de propostas que no facto destas interferirem com estruturas de poder estabelecidas:

Não é difícil fazer um conjunto de propostas que mexam na região. O difícil é articular os efeitos dessas propostas e anunciar paz aos donos do *status quo*. Agora definir propostas e argumentar na sua razão de ser é trabalho suficiente para um grupo destes. O combate existe”. (FG6)

Em síntese, no *focus group* 6 foram destacadas como aprendizagens a necessidade de pensar os processos de desenvolvimento territorial com a comunidade; os riscos inerentes ao acesso a financiamento público que pode condicionar iniciativas locais e criar círculos de dependências; as dificuldades em compatibilizar processos de aprendizagem, reflexão e velocidade e o fato de as propostas de mudança terem de enfrentar os interesses instalados.

As aprendizagens críticas enunciadas pelo *focus group* 7 dizem respeito à demonstração da possibilidade de existência de um espaço não mercantil: “não é preciso ser um espaço lucrativo para fazer as atividades que se propõem. Conseguimos desmercantilizar as atividades” (FG7). Há um reconhecimento dos saberes práticos que a participação neste coletivo proporciona, como mostra esta frase: “para além das hortas aprendi muitas coisas práticas sobre plantas” (FG7). A mesma ideia está presente na afirmação seguinte: “tivemos acesso a conhecimentos práticos, por exemplo uma oficina de conservação e recolha de sementes (...). Podemos aprender de várias formas, uns com os outros, pela internet, mas há gente que vem cá e nos ajuda, ao ensinar a sua experiência de práticas” (FG7). Neste coletivo as aprendizagens pessoais feitas no contexto da iniciativa que criam maior autonomia (por exemplo, as reparações de eletrodomésticos) são muito valorizadas e consideradas emancipatórias, como refere um participante “há qualquer coisa de libertador no sentido de conseguirmos produzir em rede, haver a possibilidade de criação de coisas”.

Em resumo, no *focus group* 7 destaca-se a perceção do potencial emancipatório dos saberes-fazer que permitem criar maior autonomia individual. A articulação entre atividades distintas como o cultivo das plantas, os debates e as reflexões constituem um todo que facilita o desenvolvimento de um pensamento crítico.

9.5. Síntese

Estes sete *focus group* reuniram organizações muito diversas e permitiram identificar várias regularidades e diferenças entre coletivos, que no capítulo seguinte cruzaremos com os resultados dos restantes passos metodológicos. Constatámos - apenas com uma exceção - o predomínio de uma visão crítica face ao capitalismo e a busca de alternativas através de experiências que concretizam outros princípios.

As iniciativas evidenciaram algumas preocupações e incertezas face ao seu impacto para lá da escala local, já que visam uma transformação mais global da sociedade. Surgiram também referências à dificuldade de alargamento dos públicos que habitualmente participam nas iniciativas, maioritariamente constituídos por pessoas que já assumem posicionamentos críticos face ao modelo de sociedade dominante.

As ILA valorizam especialmente o facto de experimentarem e demonstrarem a possibilidade de concretização de práticas consideradas contra-hegemónicas e de proporcionarem vivências transformadoras para as pessoas que nelas participam. Concedem especial relevo aos modelos de funcionamento não hierárquicos ou autogestionários.

Alguns *focus groups* destacaram as relações de atenção e cuidado que estabelecem entre membros e o potencial empoderador dos mecanismos comunitários de ajuda-mútua. Foi ainda sublinhado o papel das ILA na criação de um sentido crítico face às narrativas hegemónicas ligadas a imperativos de produção e consumo.

Face ao decrescimento, constatámos que ele faz parte das preocupações e das práticas da maioria dos e das participantes nos *focus groups*, especialmente no que diz respeito a questões mais ligadas aos problemas ecológicos. As dimensões do decrescimento que assumiram maior destaque dizem respeito à experimentação de formas alternativas de organização económica, movidas por preocupações ecológicas e solidárias; os processos democráticos e participativos; e a convivialidade.

Nas críticas surgiram dúvidas sobre a possibilidade real de experimentação de práticas decrescentistas num contexto de hegemonia capitalista e sobre o menor destaque dado à redistribuição da riqueza nos discursos decrescentistas.

No que diz respeito ao cuidado, os *focus groups* foram menos homogéneos. Nos extremos temos uma ILA onde a noção de cuidado faz parte da sua matriz identitária e uma outra onde o cuidado parece não ser significativo, exceto numa dimensão restrita: cuidar da natureza. Em dois grupos o decrescimento e o cuidado foram considerados indissociáveis e foi estabelecida uma relação entre capitalismo e patriarcado, como fazendo parte do mesmo processo de dominação. Foi assinalada a desigualdade de género na distribuição das responsabilidades relativas ao cuidado, a importância da responsabilização quotidiana pelos cuidados comunitários e a rejeição de noções de cuidado assistencialistas. Nas questões mais específicas do cuidado com crianças, foram notórias algumas dificuldades no acesso a direitos do Estado social, devido aos modelos de organização do trabalho atípicos ou a vínculos precários, mas também foi evidente a existência de mecanismos solidários que visam fazer face a essa ausência de proteção social.

As aprendizagens críticas identificadas nestes 7 focus groups são muito diversas. Destacamos, pela maior intensidade com que foram abordadas, as referências à vivência de modelos organizacionais baseados na horizontalidade que, se de um modo geral foram considerados muito exigentes, foi-lhes também reconhecido um grande potencial de aprendizagem. Foi sublinhado que a reflexão partilhada sobre dificuldades do percurso permite um entendimento mais profundo dos problemas e estimula a aprendizagem coletiva.

10. Discussão: as ILA à luz do cruzamento entre as propostas teóricas e a investigação empírica

Mudar o mundo, meu amigo Sancho,
não é loucura, não é utopia, é justiça.

Dom Quixote, Miguel de Cervantes

10.1. Um campo heterogéneo

Após a análise dos dados recolhidos por meio dos instrumentos mobilizados em diferentes momentos do trabalho de campo, nomeadamente do questionário, grupos de discussão, entrevistas e *focus groups*, nesta secção procedemos à sua discussão. Partimos do cruzamento dos dados recolhidos com a revisão da literatura vertida na primeira parte, numa tentativa de devolver a integralidade e ilustrar a multidimensionalidade do objeto, que apenas para efeitos de análise se decompôs em diferentes dimensões. Esta opção permite a triangulação dos dados, facilita uma análise de cariz multidimensional e reduz o risco de duplicação das mesmas considerações em diferentes secções.

Optamos por ler as propostas transformadoras das iniciativas locais alternativas (ILA) à luz de uma teoria crítica (Santos, 1999a), isto é, de uma teoria que não pretende reduzir a realidade àquilo que existe e assume a tarefa de pensar alternativas, reconhecendo que elas podem desenhar horizontes emancipatórios. Boaventura Sousa Santos aponta alguns traços característicos da teoria crítica:

Primeiro, uma preocupação epistemológica com a natureza e a validade do conhecimento científico, uma vocação interdisciplinar, uma recusa da instrumentalização do conhecimento científico ao serviço do poder político ou económico. Segundo, uma concepção da sociedade que privilegia a identificação dos conflitos de interesse e de poder que se escondem no interior de relações sociais aparentemente transparentes, consensuais e naturais. Terceiro, um compromisso ético que liga valores universais aos processos de transformação social e que assim confere à teoria crítica uma aspiração utópica. (1999a:8)

A teoria crítica permite uma leitura destas iniciativas à luz do seu potencial transformador, questão especialmente relevante no nosso país, como assinalam Pedro Hespanha e Luciane Lucas dos Santos quando afirmam: “Portugal, na sua condição semiperiférica, constitui um espaço privilegiado de experiências esquecidas, potencialmente contra-hegemónicas e silenciadas por um imaginário dominante de crescimento e desenvolvimento nacional” (2016: 26).

Nesta discussão, sempre que possível e oportuno, procuramos comparar os dados empíricos deste trabalho de investigação com outros trabalhos realizados em Portugal e em Espanha, com o intuito de identificarmos regularidades e dissemelhanças que facilitem uma compreensão mais ampla deste universo, sem deixarmos de reconhecer que são países diversos, quer internamente quer entre si.

Os trabalhos de investigação sobre iniciativas locais alternativas têm revelado uma significativa diversidade de práticas, o que torna difícil delinear tipologias. Por exemplo, o PRESECAL investigou as práticas económicas alternativas em oito cidades espanholas e identificou 67 tipos, com grande heterogeneidade de referências concetuais e escassa vinculação a paradigmas teóricos específicos (Sánchez Hernández, 2019b). Esta diversidade tem sido constatada por outros estudos, nomeadamente pelo projeto CATALISE (Balsa et al., 2016) que, a partir de um mapeamento realizado junto de 400 experiências, concluiu ser difícil delimitar concetualmente as iniciativas devido à grande diversidade de perfis dos coletivos respondentes, que formam um universo heterogéneo e plural. Porém, como dimensão transversal, destaca o facto de a maioria possuir “uma perspetiva sistémica, de interdependência entre as diversas dimensões da vida humana – social, económica, política, cultural e espiritual – e o sistema ecológico que lhe serve de suporte” (Balsa et al. 2016: 151). O relatório COMPOLIS (Jesus et al., 2015), que se centrou apenas em iniciativas de transição⁶², encontrou essa diversidade nas experiências ligadas à alimentação e agricultura, energia, economia solidária, mobilidade e sensibilização.

A dificuldade em delinear tipologias está também ligada ao facto de os e as participantes nestas experiências terem perspetivas distintas face à realidade que pretendem superar. As noções de alternativa e de transformação social são latas e podem ser entendidas de modos bastante diversos, intrinsecamente ligados ao horizonte utópico que as norteia.

Tal heterogeneidade de práticas característica das iniciativas locais alternativas leva Pascual Ruiz-Valdepeñas et al. (2018) a concluir que ela “dificulta a delimitação, sendo o resultado de um sem fim de correntes e movimentos sociais que, com diversos matizes e antiguidades, se reativam criticando o sistema capitalocentrista neoliberal, opondo-se a ele, convivendo ou tratando de o superar” (2018: 196). Hespanha e Lucas dos Santos (2016), assinalando também a diversidade da economia solidária, sublinham que “essa diversidade é produto de ajustamentos e adaptações a contextos específicos, de diferentes patamares de

⁶² O movimento de transição teve uma ampla difusão em Portugal a partir de 2010, com ligações ao movimento que operava a nível mundial. Após um período de intensa atividade, começou a enfraquecer, tendo hoje poucas iniciativas ativas. A última atividade identificada pelo blog de notícias do movimento data já de 2017 (Cfr. https://www.transicaoportugal.net/folha_de_couve/blog-da-transicao-portugal/). Embora continuem a existir atividades, elas perderam claramente o fulgor inicial. Segundo o site deste movimento, a Transição assume-se como “resposta comunitária, da sociedade civil, ao reconhecimento da urgência de ação sobre duas condições essenciais que têm e terão impactos estruturais a curto-prazo na nossa organização socioeconómica e nos nossos modos de vida” e simultaneamente como movimento que visa “procurar um paradigma e uma visão de prosperidade alternativas, diferentes do que tem sido habitual nas últimas décadas, e que incide sobretudo na ação ao nível local, dentro das comunidades, como parte possível e desejável da ação necessária para responder aos desafios que se põem ao nosso futuro próximo”.

Informação disponível em <http://www.transicaoportugal.net/> consultada em março de 2021.

dinâmica solidária, da dotação desigual de recursos estratégicos e dos próprios níveis de reconhecimento e de autorreconhecimento de que gozam os sujeitos envolvidos” (2016:47).

As ILA que analisámos por meio do questionário de mapeamento apresentam igualmente uma diversidade muito significativa ao nível das suas práticas, ainda que nelas possamos descortinar vários princípios orientadores comuns. Constatamos a predominância das preocupações ligadas à preservação ambiental, seja no caso das iniciativas cuja atuação no campo da defesa do ambiente é mais marcada, seja naquelas que aliam as preocupações com a preservação dos espaços naturais à produção de alimentos, como acontece nas organizações agroecológicas. Aliás, na maioria das ILA, mesmo naquelas que podemos inscrever noutras áreas como a educação alternativa, a cultura, etc. a preocupação ecológica é uma constante. A cultura surge também como marca estruturante neste universo de ILA, nomeadamente pela ligação entre expressões artísticas e processos de transformação social, como são exemplo, o teatro do oprimido para pessoas portadoras de SIDA ou as danças para a integração de migrantes. As iniciativas mais ligadas à participação cívica, à convivialidade e ao desenvolvimento local têm também um peso significativo neste universo plurifacetado.

As ILA reconhecem-se mais facilmente enquanto parte da família das experiências alternativas, formulação aliás bastante genérica e, portanto, com maior propensão para gerar consensos, do que enquadradas na economia solidária, nas economias feministas e do cuidado ou no decrescimento. Porém, o facto de as ILA não utilizarem estas designações não significa que estas dimensões não estejam concetualmente implícitas. Muitas vezes, as resistências face à inserção em famílias específicas relacionam-se com a institucionalização, formalização e escasso posicionamento crítico de algumas experiências que fazem parte destes movimentos, como já assinalara Daniela Osorio Cabrera (2016). Em Portugal, este facto pode ser agravado pela distinção pouco clara entre economia social e economia solidária e pela progressiva institucionalização que uma parte do movimento associativo sofreu, nomeadamente as instituições particulares de solidariedade social e as organizações herdeiras do programa Leader, ligadas à gestão de programas de desenvolvimento local.

Ainda que pela sua autoperceção as iniciativas se coloquem no campo das alternativas, tal não dilui a diversidade de perfis e de posicionamentos críticos adotados face ao sistema económico dominante.

Em consonância com outros estudos, o CATALISE, realizado em Portugal, identificou um universo de valores comuns, o que leva os autores a afirmar que “as diversas iniciativas, embora com perfis muito diferenciados, enquadram-se genericamente numa perspetiva ancorada em valores de partilha, de confiança, de participação, de criatividade, de autonomia, de respeito e de abundância não mercantil” (Balsa et al., 2016: 151). Face aos princípios de atuação, o estudo do CATALISE identifica também regularidades:

A descentralização (de sistemas e de prioridades), a cooperação com a natureza e com as pessoas, a superação do desperdício, a valorização de saberes diversos, a integração da dimensão interior das pessoas nas práticas e nas organizações, o compromisso com o desenvolvimento pessoal e territorial, a promoção do sentido crítico e de liberdade, a otimização e rentabilização dos recursos fundamentais. (Balsa et al., 2016:7)

O COMPOLIS, realizado junto das iniciativas de transição, destaca o sentido de comunidade, considerando que “mais do que fazer coisas pela comunidade, as IT [iniciativas de transição] pretendem promover o envolvimento das comunidades para que sejam estas as promotoras da mudança” (Jesus et al., 2015: 10).

Como referimos anteriormente, as iniciativas adotam figuras jurídicas muito diversas: existem associações, cooperativas, mas também grupos organizados sem um estatuto formal. Em Espanha, o projeto PRESECAL (Sánchez Hernández et al., 2019b) concluiu que a formalização ocorre em muitos casos apenas por razões pragmáticas. Destaca, no entanto, que “as PEA [práticas económicas alternativas], enquanto contextos institucionais, repousam sobre um núcleo de instituições e práticas de contornos bem definidos, capazes de sustentar um modelo organizativo muito ligeiro e escassamente normalizado ou regulado devido à sua pequena dimensão” (2019b:60). O CATALISE, projeto de investigação que se focou no território português, revelou que existe uma dimensão de informalidade significativa nas relações interpessoais e também no nível organizativo (Balsa et al., 2016).

O conjunto das ILA que caracterizámos através do questionário de mapeamento possuem maioritariamente modelos organizativos horizontais e apresentam-se sob uma figura jurídica formal (73,1%). Muitas das iniciativas não formais constituem projetos ligados a associações, mas com um grau de autonomia elevado. Esta predominância pela opção de formalização das iniciativas está relacionada com fatores similares aos identificados pelo PRESECAL, onde pontuam as necessidades práticas quotidianas, por exemplo a celebração de um contrato de arrendamento de instalações. Aliás, como veremos mais adiante, o acesso a um espaço físico desempenha um papel forte na identidade e na coesão interna destas iniciativas.

Um dos aspetos que o questionário e as entrevistas realizadas permitiram identificar diz respeito ao desfazamento entre as práticas e os quadros regulamentares que regem as ILA, quais espartilhos legais que condicionam as experiências e acabam, de modo indireto, por incentivar um jogo de simulações e de cumprimento dos requisitos apenas no plano formal, já que estes não se compaginam com as suas práticas e com os seus objetivos.

As ILA que analisámos e que estão formalmente constituídas adotaram maioritariamente a figura jurídica de “associação sem fins lucrativos”. Porém, muitas delas identificam-se mais com o perfil jurídico cooperativo, ainda que não tenham optado por

esta figura devido às dificuldades inerentes à respetiva constituição legal, nomeadamente ao capital social necessário.

Destaca-se ainda a tensão entre os modelos de funcionamento não hierarquizados que muitas destas iniciativas visam pôr em prática e a imposição legal relativa à definição de órgãos sociais, nos quais são identificadas as pessoas com responsabilidades relativas a cada cargo, que ficam inclusive sujeitas a incompatibilidades e com direitos sociais diminuídos. Seria importante aprofundar, entre as adaptações a estes espartilhos e as soluções contingenciais criadas para os ultrapassar, quais são os limites que este quadro acaba por impor à experimentação social que estas organizações concretizam.

No que diz respeito à dimensão, constatámos alguma variabilidade, mas de modo geral as iniciativas que responderam ao questionário têm um número médio de participantes diretamente envolvidos entre as 20 e as 30 pessoas, o que não cria o problema identificado noutros estudos em Espanha (Sánchez Hernández, 2019b), onde se constatou que a reduzida dimensão dos coletivos acarreta dificuldades na sua renovação e gera sobrecarga nos membros mais comprometidos, podendo mesmo causar encerramentos temporários. A questão do tamanho das iniciativas está também relacionada com o nível de compromisso e de sintonia, pois à medida que as iniciativas crescem, também se ampliam os desafios relativos à partilha dos valores fundacionais e às práticas de horizontalidade e autogestão. Para além de existir uma grande diversidade de práticas, estas iniciativas envolvem também pessoas com orientações distintas. Na mesma iniciativa podem coexistir pessoas que Joana Conill et al. classificam como (a) culturalmente transformadoras, (b) praticantes alternativas, ou (c) culturalmente adaptadas (Conill et al., 2013:310). Este facto é confirmado por Sánchez Hernández (2019b), também em Espanha, que constata esse cruzamento, nomeadamente em iniciativas ligadas à alimentação saudável, cujas motivações podem partir de preocupações com questões ligadas à saúde pessoal ou familiar ou de preocupações agroecológicas mais globais. Sánchez Hernández (2019b) concluiu que as pessoas participantes nas práticas analisadas nas oito cidades espanholas deste estudo revelam um perfil de classe média, com um nível de rendimentos estável e escolaridade elevada. Registou ainda uma presença escassa de estudantes, de pessoas reformadas e de membros de grupos em situação de vulnerabilidade.

Pascual Ruiz-Valdepeñas et al. ao traçarem o perfil sociodemográfico das pessoas envolvidas nas práticas económicas alternativas em Valladolid, concluíram que “não se trata, nem de grupos sociais vulneráveis nem de coletivos de jovens mas sim de grupos de *status* social médio e nível de qualificação alto” (2018: 207) cujas motivações oscilam entre a correção das injustiças do sistema, a recusa radical do capitalismo e a construção de espaços libertos. Podemos inferir que uma das possíveis razões que eventualmente dificulta a participação nestas iniciativas de pessoas em situação de maior vulnerabilidade

económica e social em Portugal, poderá estar relacionada com um acesso mais reduzido a informação crítica e também com o facto de condições de vida mais precárias poderem criar obstáculos à adoção de estilos de vida alternativos e contestatários face ao sistema dominante, já que a inexistência de uma “almofada” ligada ao contexto social de origem pode dificultar a assumpção de riscos face à satisfação de necessidades económicas mais vitais. Aliás, encontramos em muitas iniciativas sinais de instabilidade e de fragilidade económica por parte dos membros cujo acesso ao rendimento está mais dependente destas.

Quanto ao nosso trabalho de campo, ainda que pudesse ter sido mais exaustivo na identificação do perfil das pessoas ligadas às iniciativas, parece-nos ter conseguido uma representação equilibrada em termos de sexo dos/as respondentes quer aos questionários quer às entrevistas. Permitiu também concluir que a maioria das pessoas que nas entrevistas surgem a representar estas iniciativas têm um nível de formação superior, fazem parte de uma classe média letrada e partilham de uma visão crítica face ao sistema socioeconómico dominante, especialmente no que diz respeito à relação com a natureza, à atomização dos indivíduos e à mercadorização da vida social. Porém, as situações de perturbação social intensa, como a que se seguiu à crise financeira de 2007/08 e como a desencadeada pela pandemia COVID 19, que cruzou o período de elaboração desta Tese e cujo desfecho é ainda imprevisível, podem criar novos quadros de respostas solidárias em torno da satisfação de necessidades vitais, mobilizando grupos sociais mais diversos. Sara Moreira e Mayo Morell referem, aliás, que a atual crise pode provocar “mais uma vez, o surgimento de respostas de solidariedade, unindo as pessoas para cuidar coletivamente dos seus meios de subsistência e criar soluções práticas para as suas necessidades” (2020:13). Neste âmbito, mostram que durante a pandemia “a provisão de alimentos rapidamente se destacou como uma necessidade evidente nesta nova onda de crise, com uma busca por formas alternativas de organizar os sistemas alimentares locais” (idem).

Outros estudos, nomeadamente o PRESECAL, em Espanha (Sánchez Hernández, 2019b), e o CATALISE, em Portugal (Balsa et al., 2016: 151), identificaram que apesar das referências a ligações exteriores, nomeadamente a redes e parcerias, existe “um grande predomínio de atividades direcionadas para o âmago da iniciativa, seja associadas a preocupações de autossuficiência e de reprodução de valores e conceções, seja em termos de gestão da iniciativa” (2016:7). O COMPOLIS (Jesus et al., 2015), por seu turno, assinalou que nas iniciativas de transição as pessoas comprometidas com a sua fase inicial de criação tinham já vivido outras experiências de envolvimento cívico e político, o que constituiu um elemento facilitador da construção de ligações entre iniciativas e destas com redes e movimentos sociais. Aliás, em relação às pessoas que participam nas ILA, tanto estes estudos como o nosso trabalho de campo permitem perceber que existem militâncias cruzadas. O crescimento das iniciativas ocorre sobretudo numa lógica rizomática, ou seja,

os seus membros envolvem-se frequentemente na criação de outras experiências, sem que existam entre elas relações de subordinação hierárquica. Por exemplo, alguns membros de uma iniciativa ligada à promoção de estilos de vida veganos fazem também parte de um coletivo de co-habitação, ou, num outro caso, os membros de uma cooperativa integral participam também numa associação ligada à criação da moeda local. O facto de em cada território ser frequente cada membro estar envolvido em mais do que uma iniciativa ou tipo de prática, proporciona uma rede relacional relevante.

Das entrevistas e dos *focus groups* que realizámos sobressaiu a existência de um forte entrosamento destas iniciativas com os territórios onde desenvolvem a sua atividade. Se nos questionários algumas ILA assinalavam dificuldades em ligar as escalas local e global, nas entrevistas e *focus groups*, pelo contrário, a relevância dessa ligação é sublinhada com intensidade. Em algumas entrevistas e *focus groups* foi claramente explicitada a necessidade de entrosamento com o contexto local e a recusa de “comunidades bolha”, pois, como referiu um participante, o objetivo central é contagiar todo o tecido social.

Em Espanha, o referido PRESECAL concluiu que nas cidades com maior dimensão e densidade o tecido de iniciativas locais também é mais forte, inferindo que possivelmente “a proximidade geográfica - mas também cognitiva, social e institucional - entre atores com inquietudes afins, ativaria a exploração de alternativas entre as classes médias educadas e afetadas pela crise e pelas suas sequelas” (Sánchez Hernández, 2019b:55). Ou seja, alguns contextos propiciam este tipo de experiências, nomeadamente a concentração urbana e o estrato social dominante entre residentes. Pelo contrário, as periferias, as zonas de construção mais recente e sem relações de vizinhança, habitadas quer por classes sociais menos favorecidas quer por classes com níveis de rendimento mais elevados, não favorecem a criação de práticas económicas alternativas. O PRESECAL revelou ainda que há redes relacionais que permitem verificar que “nenhuma escala de análise que se escolha como ponto de entrada serve, por si só, para entender este fenómeno: o bairro, a cidade são os seus níveis básicos, mas a ação quotidiana das PEA envolve também o contexto periurbano, a (bio)região e o ciberespaço, sempre que esses vínculos se estabeleçam com indivíduos ou organizações ligadas ao espaço cívico alternativo de confiança” (2019b:61).

O mapeamento que realizámos através do questionário identificou uma maior concentração de iniciativas locais alternativas nos centros urbanos mais povoados (Lisboa e Porto), embora tenhamos constatado que os territórios em que intervêm as 52 iniciativas inquiridas são diversos. Registámos algum equilíbrio na distribuição de iniciativas que realizam uma intervenção exclusivamente em territórios urbanos ou periurbanos, com 38% do total, e iniciativas que atuam exclusivamente em territórios rurais, com 35% do total. Os restantes 27% não consideram intervir num tipo específico de território. Destacamos as

iniciativas que intervêm prioritariamente em território rural, pois nem sempre beneficiam da mesma visibilidade e reconhecimento, e no nosso trabalho de investigação revelaram uma grande diversidade, não se confinando à produção agrícola ou às ecocomunidades, já que há também iniciativas ligadas a preocupações ecológicas, à cultura, à educação alternativa e à promoção da convivialidade.

Ruiz-Valdepeñas et al. (2018) referem que embora as iniciativas locais se assumam como resposta ao modelo capitalista dominante, ainda que possam não constituir um novo espaço económico alternativo, por razões que se prendem com a sua densidade e diversidade, elas criam um espaço social e político alternativo, colocando a tónica na primazia da comunidade e nas relações de proximidade e desenvolvendo experiências sociais e políticas relevantes.

Ainda que praticamente todas as ILA identifiquem a importância da criação de redes entre estes coletivos, reportam também a dificuldade de realizar trabalho conjunto entre iniciativas, apesar de haver muitas tentativas no sentido de uma ação coletiva mais ampla que possa constituir aquilo que Sousa Santos (1999b) designa por redes translocais, enquanto forma de globalização contra-hegemónica.

Existem articulações intensas no nível local (parcerias, por exemplo), que acontecem mais frequentemente em termos operacionais, correspondendo à partilha de equipamentos, jantares *benefit*, etc. Este relacionamento entre iniciativas é criador de um espaço político relevante que contribui positivamente para o seu reforço e para a afirmação dos seus valores. No entanto, não surgiram indícios claros de um trabalho conjunto que pretenda transformar as políticas públicas, isto é, orientado para influenciar os processos de tomada de decisão política.

No trabalho de campo constatámos que a reduzida preocupação com a incidência política destas iniciativas num nível supralocal tem como reverso um investimento forte na transformação interna dos coletivos e das pessoas neles envolvidas. Aliás, as políticas públicas podem também ser pressionadas por outras vias, por exemplo, através do protesto, e foi possível identificarmos uma ligação de várias iniciativas a ações de protesto político, seja relacionadas com as lutas ambientais, com a urbanização crescente de terrenos para fins de especulação imobiliária, ou outras.

Retomamos aqui as estratégias de erosão do capitalismo de Wright (2019), a que já aludimos no capítulo 4 e que apontam no sentido de uma ação complementar e articulada em várias frentes, não envolvendo necessariamente os mesmos atores. Essas estratégias incluem (a) ações de resistência ao capitalismo, como os protestos públicos; (b) ações de domesticação do capitalismo, que atenuam alguns males do sistema por via do incremento da provisão pública do Estado; (c) a criação de relações económicas não-capitalistas, através de iniciativas ancoradas nas economias sociais e solidárias; e (d) ações de desmontagem do

capitalismo através da subtração de espaços ao mercado (Wright, 2019). As ILA analisadas no âmbito desta Tese, quer através do questionário quer das entrevistas e do *focus groups*, enquadram-se nas duas últimas estratégias destacadas por Wright: a criação de relações económicas não capitalistas e a subtração de espaços ao mercado, com inúmeros exemplos, como os bancos de tempo, cooperativas ligadas ao abastecimento alimentar, espaços múltiplos de sociabilidade e de acesso à cultura desmercadorizados, trocas de bens, entre outras.

A procura de uma maior territorialização da economia está muito presente nestas iniciativas, tal como as perspectivas *bottom-up* que, segundo refere o COMPOLIS relativamente às iniciativas de transição, “colocam a solução no contexto e no papel do coletivo a construção de um sentido comum” (Jesus et al., 2015:11), motivo pelo qual a centralidade da dimensão de comunidade implica também processos negociais participados e a articulação entre interesses e perspectivas diferentes, constituindo portanto intervenções com forte pendor político a nível local.

No nosso caso, muitos/as participantes sublinharam a potência transformadora que advém da vivência de práticas orientadas por valores alternativos (reciprocidade, solidariedade, ajuda-mútua, convivialidade, horizontalidade, etc.) e o papel que assume a demonstração efetiva da possibilidade de outras formas de organização da vida coletiva. De um modo geral, as ILA analisadas articulam espaços políticos de debate, de formação ou de reflexão com a experimentação de soluções, visando transformar a sociedade a partir dos/as participantes.

Algumas iniciativas estão claramente orientadas para responder ao interesse mútuo dos seus e das suas participantes, que designámos por público interno, enquanto outras estão mais orientadas para questões de interesse geral e para um público externo. O público interno corresponde aos membros de uma iniciativa que se auto-organizam para fazer face às suas necessidades ou interesses enquanto o público externo corresponde às pessoas com as quais a iniciativa visa trabalhar. Há porém com frequência iniciativas e posicionamentos de fronteira, interessantes pela sua capacidade de romperem a separação entre externo e interno, criando situações híbridas em que as categorias “dentro” e “fora” deixam de se distinguir e geram diálogos mais intensos, a partir de processos construídos com as pessoas, como é exemplo a comunidade socioterapêutica analisada, em que a valorização do contributo de cada pessoa é muito significativa. Ainda que essa diferença de vocação possa ser importante na estruturação das iniciativas, não constatámos que determinasse a opção por orientações mais solidárias ou mais assistencialistas, nem modelos de organização interna particulares.

10.2. Concepções de Transformação social

O reconhecimento da existência de uma crise sistêmica global que afeta todas as regiões e pessoas do globo, ainda que de modos distintos, é cada vez mais consensual. Porém, as causas atribuídas a essa crise não colhem unanimidade e menos ainda as eventuais soluções que podem constituir caminhos para a ultrapassar, já que as diferentes concepções da vida bem como os interesses e relações de poder em presença cavam fundas divergências na imaginação de “outros futuros”.

A popularizada noção de antropocênico, a que já aludimos no capítulo 1, é contestada pela sua associação à ideia de fim da história e pela igual corresponsabilização da humanidade pela crise planetária, criando assim um nevoeiro difuso sobre as distintas responsabilidades. Em alternativa, surgem designações que colocam a tônica no capitalismo - ou nas suas diversas versões, como a noção de capitalocênico (Moore, 2013) ou ainda, atendendo também aos resultados nefastos das experiências socialistas, nomeadamente no leste europeu, a noção de crescimentocênico (Barca, 2020), que enfatiza as consequências de uma sociedade de crescimento económico contínuo.

Erik Olin Wright assinala que as estratégias que procuram erodir o capitalismo têm sido tradicionalmente assumidas por partidos políticos, ao mesmo tempo, destaca o contributo que os atores coletivos ligados à sociedade civil podem ter na mudança das regras ditadas pelo Estado. Este autor afirma que “a estratégia de erosão do capitalismo depende da existência de uma rede de atores coletivos ancorados na sociedade civil e em partidos políticos comprometidos com esse projeto político” (Wright, 2019: 144) e considera que “o potencial para a construção de uma base social mais ampla para uma política progressista de nova era já existe. As contingências dos eventos históricos e a agência criativa de ativistas e atores coletivos irão determinar se, no fim das contas, esse potencial se irá realizar” (2019:168). Wright reconhece o potencial transformador das estratégias intersticiais que criam alternativas, nomeadamente das relações económicas não capitalistas que procurámos conhecer no nosso trabalho de campo. Para este autor é necessário combinar essa ação intersticial, que amplia o futuro nas brechas do sistema, com uma ação capaz de alterar a regulação. A confluência de estratégias permite, por um lado, a emergência de relações económicas não capitalistas e, por outro, alterações *top-down* na regulação.

As iniciativas locais são animadas por visões de futuro alternativas, as “utopias concretas” de Bloch (1977), que assumem simultaneamente uma visão crítica e uma *praxis* emancipatória, correspondendo ao ainda-não ou, como postula a sociologia das emergências (Santos, 2002), a uma dilatação do presente.

Analisámos as perspectivas de transformação social das ILA, especialmente em três momentos distintos do trabalho de campo: (1) no mapeamento inicial, feito através do

questionário, (2) nas 11 entrevistas a representantes de iniciativas locais e (3) nos 7 *focus groups*.

Procurámos inscrever a perspetiva das ILA face à transformação social num *continuum* motivado por impulsos que podem ser organizados em torno de três orientações, como propõe Sánchez Hernández (2017): a) de oposição, ou seja, com uma matriz essencialmente anticapitalista e que se traduz, por exemplo, em ações de protesto, como podem ser as manifestações; b) de reforma ou neo-capitalistas, quando centradas na mitigação dos impactos do capitalismo considerados mais nocivos; e c) impulsos de superação ou pós-capitalistas que questionam o capitalocentrismo, expressão popularizada por Gibson-Graham (2006[1996]), que reporta à hegemonia do discurso em torno do capitalismo, padrão face ao qual são analisadas e se posicionam as outras trocas económicas.

Não procurámos hierarquizar as iniciativas em função da sua posição predominantemente mais adaptativa, contestatária ou transformadora, pois nelas coexistem atividades e também pessoas com orientações diversas, como haviam assinalado já outros trabalhos, nomeadamente o de Joana Conill et al. (2013), realizado na Catalunha. Estas orientações podem conviver na mesma iniciativa e refletem a tensão entre conceções de mudança social que podem ser simultaneamente radicais e graduais (Hillenkamp et al., 2014). O ponto de vista que adotámos face a estas experiências recusa as idealizações em torno de supostas iniciativas perfeitas e parte de uma perspetiva empática, capaz de reconhecer que elas são permeáveis à cultura hegemónica, como propõe Pérez-Orozco et al. (2020).

Ainda que possam existir posicionamentos distintos dentro de cada iniciativa, no questionário de mapeamento, por se tratar de uma fase exploratória, solicitámos a escolha da posição que corresponde à orientação predominante e a respetiva justificação.

Da análise às 52 respostas obtidas, concluímos que a maioria das iniciativas locais (44,3% do total) inscrevem a sua atividade prioritariamente na implementação de soluções de superação pós-capitalistas. Justificam essa escolha especialmente por dois motivos que se interligam: pelas práticas alternativas que materializam, que consideram criadoras de espaços para que surjam outros modelos de organização social, e pela reflexão que promovem junto do tecido social mais próximo. Estas ILA orientam-se por valores como a reciprocidade e a horizontalidade, e facilitam mudanças na comunidade envolvente propiciadoras da construção de alternativas.

Uma parte considerável das ILA inquiridas (19,2%) assume um posicionamento de resistência face ao capitalismo, mas avança com razões similares às indicadas pelas ILA que se colocam numa posição pós-capitalista. De entre essas razões, destacam que as suas práticas se inspiram em valores não-capitalistas, opostos à competição e ao individualismo,

e criam soluções solidárias, colaborativas e conviviais, organizadas segundo modelos democráticos e horizontais.

As iniciativas que optaram por inscrever a sua atividade prioritariamente no campo da mitigação dos efeitos nefastos do capitalismo representam 17,3% do total. Algumas delas consideram que a sua pequena dimensão e a escala local em que atuam apenas permite atenuar os impactos negativos da globalização capitalista, ainda que possam considerar a necessidade de transformações sociais profundas. Outras, num realismo pragmático e relativamente despolitizado, entendem que o seu papel se deve restringir à criação de respostas para os problemas localmente vividos pelas pessoas.

Surgiram ainda várias iniciativas que assinalaram o campo “outras” (19,2% do total) por não se reverem em exclusivo em nenhuma das três hipóteses anteriores, justificando essa opção por se concentrarem na procura de soluções para problemas locais e não terem uma visão crítica sobre o capitalismo, nomeadamente, sobre a sua relação com problemas ecológicos e com as desigualdades, ou seja, avançando com justificações idênticas às identificadas pelas ILA que escolheram a mitigação.

Os posicionamentos que não assumem uma crítica ao sistema económico dominante não deixam de fazer parte do campo que poderemos designar por economia social. Ainda que o seu potencial transformador possa ser limitado, constituem enclaves de solidariedade dentro do sistema dominante (Hillenkamp et al., 2014) com valores alter-capitalistas. O mapeamento inicial revelou uma maior diversidade de posicionamentos políticos que as fases subsequentes, nomeadamente os grupos de discussão, entrevistas e *focus group*.

As iniciativas funcionam como espaços de ação e reflexão que agregam pessoas que buscam formas alternativas de viver em sociedade. Nas iniciativas de transição, o COMPOLIS conclui:

Todos os facilitadores parecem partilhar uma perceção de que são agentes de mudança, e sobretudo que a mudança social começa em cada um deles. Esta vertente de experimentação e criação de alternativas sustentáveis parece estar presente em várias iniciativas, e claramente as crises atuais (ex: ambientais e sociais) estão no centro de atuação das IT [iniciativas de transição]. (Jesus et al., 2015:39)

Na análise às práticas económicas alternativas levada a cabo por Conill et al. na Catalunha, ainda que as diferenças contextuais face a Portugal sejam significativas, a equipa concluiu que as pessoas que ousaram trilhar modos de vida alternativos seguem, sobretudo, práticas económicas que se centram no valor da vida e das relações pessoais significativas, nas redes de solidariedade e na abertura à experimentação. Concretizam que se trata de pessoas que, a partir dos seus recursos disponíveis (empregos regulares, rede de segurança

do Estado Social, etc.), se “comprometeram com várias formas de produção, consumo, trocas, educação, saúde, habitação, vida urbana, comunicação e expressões culturais que proporcionaram sentido às suas vidas” (Conill et al., 2013:297). Tal como constatámos, nomeadamente através dos *focus groups*, é frequente que a participação nas iniciativas esteja também ligada à procura de um sentido para a vida, como sugere esta referência:

a busca de sentido, porque ao cuidar das plantas estou a cuidar-me a mim também, estou a dar-me o privilégio de contacto com a vida a crescer. Não pertenço a nenhuma religião mas a vida é algo que é sagrado, que nos ensina muita humildade. (FG7)

As perspetivas face à transformação social manifestadas nas entrevistas a representantes das iniciativas e nos *focus groups* evidenciaram que em cada iniciativa podem conviver pessoas distintas, como posicionamentos mais adaptativos face ao capitalismo ou mais contestatários, o que parece estar alinhado com os resultados de outros estudos, a que já aludimos. Uma entrevistada dá conta da diferença de perspetivas quando sintetiza desta forma a diversidade: “olho muitas vezes para o [E1] (...) como uma casa com muitas portas e muitas entradas e de facto há algumas que não se cruzam bem com as outras, mas eu acho que cabe toda a gente dentro da casa. Mas há momentos de tensão” (E1), o que evidencia como a ação coletiva nestas iniciativas pode integrar consensos e conflitos em graus bastante diversos.

Nas iniciativas coexistem pessoas com visões distintas, vivendo também elas processos de transformação que se desenrolam a ritmos diferentes, muitas vezes ligados à experimentação de formas organizacionais alternativas que a iniciativa concretiza, como a horizontalidade ou a ajuda-mútua, por exemplo, e participando nos processos de reflexão que as ILA dinamizam para os seus membros e para a comunidade local. Outras ainda, acabam por congregiar pessoas com perfis e perspetivas de transformação social diferentes que se traduzem em práticas que podem ser tão distintas como cuidar dos talhões coletivos de uma horta comunitária ou aceder a refeições fornecidas num espaço associativo, cujo preço é mais acessível ou tem uma localização favorável.

A necessidade de estabelecer uma relação contínua com um contexto social com valores diferentes cria dificuldades acrescidas, o que leva algumas iniciativas que aparentam ter características acentuadamente transformadoras a posicionarem-se, no contexto da entrevista que realizámos, como uma solução dentro do sistema e não como uma experiência de rutura - embora os seus valores sejam distintos daqueles que regem a lógica capitalista, nomeadamente a orientação para a acumulação e a competição.

O choque com o contexto capitalista que resulta da intervenção das ILA entrevistadas está bastante presente, seja na sua visão crítica, seja na procura de brechas dentro do sistema que lhes permitam florescer, numa tensão que Erik Olin Wright (2019)

identifica como própria dos processos que contribuem para erodir o capitalismo e procuram criar um mundo novo nas suas zonas intersticiais. Por exemplo, uma ILA reporta a tensão entre o seu modelo de funcionamento interno e as regras dos programas financiadores que lhe permitem fazer esse trabalho. Neste caso, a horizontalidade e os laços relacionais estabelecidos com o público, constituído por pessoas com necessidades especiais, choça com as regras das entidades e dos programas financiadores que tendem a homogeneizar uma resposta social que visa ser diferenciada.

A busca de coerência interna enquanto processo foi destacada por algumas ILA, que reportaram a tensão gerada pelo facto de operarem num contexto com valores adversos aos seus, que impõe negociações permanentes, por exemplo, na política de compras seguida pelos espaços coletivos que servem refeições que podem optar por comprar apenas a produtores locais, suportando eventuais custos acrescidos ou, em situações de maiores dificuldade financeiras, como a verificada durante a pandemia, recorrer também a algum abastecimento de produtos provenientes da agroindústria. São vários os exemplos que surgem das tensões que as ILA enfrentam e que implicam negociação nas zonas de fronteira, afetando a sua própria coerência interna, ainda que muitas vezes constituam estratégias essenciais para a sobrevivência dos coletivos. Neste *continuum* entre oposição e superação face ao capitalismo, Sánchez Hernández (2019b) assinala a possibilidade de conviverem lógicas de hibridação, onde as iniciativas alternativas incorporam também algumas racionalidades de mercado da economia capitalista.

As noções de alternativa e de transformação social inerentes às iniciativas locais têm um significado amplo, cuja leitura tem de ser feita à luz do contexto em que se inscrevem e da proposta de superação que visam constituir, ou seja, no horizonte utópico que desenham. Constatámos que um número muito significativo das ILA inquiridas e a quase totalidade das iniciativas entrevistadas assumem uma postura anticapitalista que, tal como Wright (2019) assinalou, pode recorrer a várias estratégias transformadoras do capitalismo. Esse horizonte de superação do capitalismo pode significar criar uma nova realidade de que beneficiem todos, isto é, com um efeito emancipador ou contra-hegemónico, ou de que beneficiem apenas alguns (um efeito regulador ou hegemónico). A ação também pode ir oscilando entre a radicalidade assumida enquanto estratégia, e a contemporização tática, ou pode ainda escapar às transformações sociais profundas e assumir um realismo pragmático despido de horizontes utópicos de justiça social.

10.3. Decrescimento e cuidado

10.3.1. Decrescimento

A presença do decrescimento nas ILA é muito significativa se atendermos às dimensões de análise que identificámos, ainda que cada uma delas possa apresentar intensidades distintas. Essas cinco dimensões são: 1) redução da produção e do consumo, tendo em vista uma sociedade com outro metabolismo; 2) descolonização⁶³ do imaginário que associa consumo, reconhecimento social e bem-estar; 3) criação de maior autonomia local; 4) redistribuição da riqueza e do rendimento; e 5) transição para uma sociedade mais convivial, participativa e democrática.

Como ficou patente na secção 6.6, onde fazemos uma listagem de práticas de decrescimento e cuidado identificadas através do questionário inicial, existe uma grande criatividade social na experimentação de alternativas alinhadas com as propostas do decrescimento. Porém, se o uso do termo decrescimento não está vulgarizado junto da população em geral, ele também não é amplamente utilizado pelas pessoas que gravitam em torno das ILA, exceção feita para as iniciativas que assumem o decrescimento nos seus objetivos centrais.

A adesão às propostas do decrescimento é diferenciada. Há ativistas que consideram o decrescimento incontornável face à crise global e, mais do que uma opção, uma necessidade e há também pessoas para quem as propostas do decrescimento não integram devidamente as preocupações relativas à democracia. Outras ainda, entendem que o decrescimento corresponde à noção de redução da atividade económica, um equívoco propiciado pelas ambiguidades próprias do termo, a que Paul Ariès (2005) contrapõe a capacidade de funcionar como uma “palavra míssil”, que atinge diretamente a lógica do crescimento. Nas entrevistas surgiram algumas reações sobre a integração de preocupações efetivas com a redistribuição da riqueza e do rendimento e sobre o sentido que uma vida frugal pode assumir para pessoas que já vivem com escassez de recursos e dificuldades em satisfazer as suas necessidades quotidianas. Esta preocupação está alinhada com as dúvidas de Muradian (2019), que apelida de ingénuas as estratégias de transformação social que se baseiam em propostas de frugalidade voluntária. É necessário mobilizar outras classes sociais, já que se o decrescimento em particular e as alternativas em geral permanecerem confinados junto das classes médias e altas mais letradas e com aspirações pós materialistas (Esteves, 2017b), acabam por envolver uma pequena parte da população global e é menos

⁶³ A expressão “descolonização do imaginário” é aqui usada no sentido que lhe foi atribuído por Serge Latouche (cfr secção 2), cujo significado é próximo de transformação e emancipação do imaginário capitalista ligado ao consumo e ao bem-estar.

provável que possam atingir os seus objetivos principais: uma redução significativa no metabolismo social do sistema económico global (Muradian, 2019:259).

As preocupações com o impacto ecológico da produção e do consumo e a procura de estilos de vida em maior equilíbrio com a natureza parecem ser uma tendência consensual entre as pessoas ligadas às ILA. Trata-se de um posicionamento alinhado com o conceito de ecossuficiência, como proposto por Barca (2020), em contraponto à ideia de ecoeficiência que se baseia em relações não-extrativas com a natureza não-humana. Aliás, como observa Taibo, entre outros autores, não está em causa uma perspetiva do decrescimento como mera redução, como se bastasse “fazer mais do mesmo mas em menor quantidade” (Taibo, 2011:62). As propostas do decrescimento apontam para uma sociedade com um outro metabolismo social (Latouche, 2012a; Schneider et al., 2011; Kallis et al., 2016a).

No que diz respeito à descolonização do imaginário, de acordo com a proposta defendida por Serge Latouche (2012b) e que contesta a associação entre consumo e bem-estar, o trabalho de campo mostrou que se trata de uma preocupação transversal, sobretudo evidenciada no âmbito dos grupos de discussão, onde se destacaram noções como suficiência, frugalidade, desmercadorização e convivialidade. Inês Cosme (2019) também verificou que em Portugal, as iniciativas ligadas à sustentabilidade ambiental contribuem para os critérios do decrescimento, especialmente no que diz respeito à redução do impacto da atividade humana. Muitas práticas identificadas no seu estudo estão alinhadas com a perspetiva colaborativa e convivial do decrescimento, como a filosofia da simplicidade voluntária, os esforços no sentido da localização da produção e do consumo, a troca direta e o uso de moedas comunitárias.

A redução do consumo foi afirmada por preocupações ecológicas mas também devido à escassez de recursos das próprias iniciativas, o que propicia a reutilização e a partilha de equipamentos entre organizações.

No que se refere aos processos que reforçam a autonomia local, as ILA dão sobretudo relevo a atividades económicas ligadas ao abastecimento alimentar. Entre os mecanismos de organização destas atividades, há um especial interesse pelas cooperativas, ainda que muitas ILA tenham acabado por escolher como figura jurídica a associação sem fins lucrativos, devido às dificuldades da criação de uma cooperativa. Kallis et al. (2016b) também sugerem, no âmbito das suas propostas decrescentistas, o desenvolvimento do setor cooperativo e não-mercantil, especialmente pela via da criação de redes de alimentação locais e regionais, pelo desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária e de atividades ligadas ao cuidado.

A apologia do local, que assume um papel central numa sociedade pós-crescimento, comporta alguns riscos, para os quais autoras como Muraca (2012) advertem, pois também aí podem florescer “localismos radicais”. Uma visão idealizada das redes relacionais e do

sentido de comunidade não tem em conta que no local também se confrontam relações de poder e interesses distintos e que nas pequenas comunidades podem ocorrer processos antidemocráticos.

Uma sociedade decrescentista terá de ter uma relação crítica com a tecnologia, como assinalaram várias ILA, que aliás promovem frequentemente atividades que visam aumentar a autonomia nos processos produtivos, libertar-se de tecnologias dispensáveis e partilhar conhecimentos, tal como ocorre nas oficinas DIY (*do it yourself*). A crença na tecnologia foi problematizada por Guattari (2012) que afirma:

Não só não constatamos nenhuma relação de causa e efeito entre o crescimento dos recursos técnico-científicos e o desenvolvimento dos progressos sociais e culturais, como parece evidente que assistimos a uma degradação irreversível dos operadores tradicionais de regulação social. (2012:30)

O crescimento dos recursos técnico-científicos tem de vincular-se ao bem comum, como afirma Félix Guattari: “é evidente que uma responsabilidade e uma gestão mais coletiva se impõem para orientar as ciências e as técnicas em direção a finalidades mais humanas” (2012: 24).

No trabalho de campo que realizámos emergiram preocupações significativas com a redistribuição da riqueza, que nas iniciativas se traduzem em práticas concretas, de que são exemplo os mecanismos de trocas de bens, as reparações, as atividades desmercadorizadas, etc., e também a defesa de ideias como a partilha do trabalho remunerado, a criação de um rendimento básico incondicional (RBI), entre outras. Constatámos que as organizações entrevistadas têm um papel muito relevante na promoção da justiça social, ao criarem condições para a redistribuição da riqueza e para uma maior democracia económica.

As ILA reconhecem, pelo menos em termos abstratos, a necessidade de redistribuição do rendimento e da riqueza no nível nacional e global, nomeadamente entre o Norte e o Sul, uma preocupação alinhada com o decrescimento, como por exemplo é explícito em Burkhart et al. (2020b:146), que identificam várias propostas como a criação de um RBI, a definição de tetos salariais máximos ou reforço da provisão pública de bens.

A revisão da centralidade do trabalho remunerado na vida coletiva e a dissociação entre trabalho remunerado e acesso ao rendimento, duas ideias alinhadas com o decrescimento e também com propostas das economias feministas, exigem uma noção mais ampla de trabalho, capaz de dar conta do trabalho de cuidado, voluntário e doméstico. Muraca considera que “esta mudança requer mais do que uma alteração no sistema institucional e político e não pode ter sucesso se não abordar a questão de formas alternativas de reconhecimento social e participação pública para todos os cidadãos”

(2012:544), ou seja, uma mudança profunda ligada à transformação do imaginário do crescimento.

Na dimensão relativa à transição para uma sociedade mais convivial, participativa e democrática, o trabalho de campo evidenciou que é dada uma atenção muito forte à criação de espaços relacionais significativos baseados na convivialidade e na aprendizagem coletiva, que aliás em algumas ILA correspondem ao objetivo central. São também evidentes preocupações com uma sensação de asfixia do tempo e a necessidade de desaceleração dos ritmos da vida quotidiana, para uma cultura de maior lentidão, uma vida sem pressas, respeitadora dos ritmos necessários ao cuidado dos corpos, das relações e do ambiente, onde sejam respeitadas as diferentes temporalidades necessárias à regeneração das pessoas e dos ecossistemas. A ligação estreita entre aceleração e crise ecológica, que Riechmann designa por “desgoverno dos tempos” (2003:14), está também relacionada com a qualidade da democracia, o que o leva a afirmar que “as sociedades sem tempo, não podem pagar pela democracia” (2003:11).

Se por um lado o decrescimento coloca de parte qualquer ideia que se possa assemelhar ao ecofascismo, há também a noção de que as suas propostas são muito distintas das políticas *mainstream*, o que leva autores como Marco Deriu (2012) a questionar-se sobre as condicionantes que uma transição no sentido do decrescimento coloca, nomeadamente, as dificuldades de disputa nas arenas eleitorais convencionais de um programa decrescentista.

Inês Cosme (2019) propõe uma perspetiva multinível do ponto de vista das políticas decrescentistas e uma transição para uma sociedade de decrescimento justa com recurso a três dimensões: a) um ecossistema simbiótico de alternativas sustentáveis, *bottom up*, com soluções locais ou regionais adaptadas aos seus contextos; b) uma estratégia *top down*, de nível nacional, que crie um espaço protegido para a emergência de alternativas radicais que possam experimentar outras formas de organização da vida social e económica; e c) uma regulação *top down*, a nível nacional e também internacional, alinhada com uma visão pós-crescimento.

A ligação entre o local e o global é decisiva para que as organizações não se fechem em localismos, aliás Kothari (2014) refere que hoje um dos grandes desafios consiste em conseguir expandir as iniciativas locais, estabelecer ligações entre elas para que possam criar sinergias e constituir uma rede global mais ampla. As entrevistas e os *focus group* realizados mostraram que, por um lado, as ILA refletem nas suas práticas preocupações locais e globais e, por outro, em termos de ação coletiva, a participação em redes que possam reforçar o seu impacto não é muito significativa.

10.3.2. Cuidado

O cuidado envolve os cuidados domésticos realizados no âmbito privado de cada família, os cuidados públicos assegurados pelo Estado, os cuidados prestados pelo mercado e ainda os cuidados coletivos, que constituem uma vertente menos desenvolvida e menos reconhecida. Neles podemos ainda incluir o trabalho emocional (Hochschild, 2000), seja no âmbito doméstico ou nos locais de trabalho, onde se espera que sejam maioritariamente as mulheres a assegurá-lo. Todos estes cuidados são fundamentais para sustentar a vida e tornam-se especialmente evidentes em situações de crise, como a pandemia COVID 19 demonstrou. O questionamento da noção de cuidados e a sua des-domesticação, ou seja, a recusa do seu confinamento ao espaço doméstico enquanto instância a quem é atribuída a responsabilidade pela reprodução social e pela provisão de cuidados, é relevante porque a desprivatização e a coletivização de uma parte do cuidado tem impacto no peso que recai sobre as mulheres, e porque desprivatizar e socializar o cuidado é assumir uma corresponsabilidade coletiva enquanto dever de todas e todos (Sanchis, 2020).

A reflexão feita com as ILA em torno da presença de uma perspetiva feminista do cuidado nas suas práticas e nas suas utopias transformadoras mostrou que há posicionamentos mais diversos do que aqueles que encontramos face ao decrescimento. Já no âmbito do questionário tinha sido evidenciada uma presença do cuidado menos significativa nas práticas das 52 ILA inquiridas e no decurso do restante trabalho de campo surgiram também algumas reações de surpresa face ao relevo dado ao cuidado nesta Tese, que o coloca num patamar paralelo ao decrescimento, quando no imaginário dominante ele constitui uma questão especialmente da esfera privada e é dada primazia à premência da crise ecológica ou a ideais emancipatórios considerados mais latos, sem que seja tida em conta a conexão entre as várias dimensões da crise sistémica. Deste modo, era expectável que surgissem, como veio a ocorrer, perspetivas que relegam as propostas feministas para um segundo plano, em benefício de objetivos considerados prioritários, como também assinalaram Prieto & Domínguez-Serrano (2015).

Das seis dimensões de análise relativas ao cuidado que procurámos identificar através dos diferentes momentos do trabalho de campo, a que foi menos evidenciada diz respeito à visibilização da desigualdade entre homens e mulheres e ao modo como eles e elas podem ser amarrados a papéis de género socialmente determinados. O facto de esta dimensão questionar as relações de poder e a naturalização desta desigualdade fez dela um tema menos cómodo, ainda que nunca tenha sido frontalmente recusado.

Muitas ILA consideraram que os seus modelos organizacionais horizontais superam a pertinência de uma análise de género. Porém, se estes modelos permitem dismantelar muitas hierarquias, também é verdade que as relações de poder patriarcais podem coexistir com elas, já que há um consenso social tácito em torno dos papéis sociais de homens e de

mulheres, o qual, para além de invisibilizar hierarquias, facilmente as confunde com vocações ou aptidões. A escassa profundidade no questionamento das relações de poder entre homens e mulheres pode contribuir para invisibilizar diferenças efetivas⁶⁴. Parece não estar disseminada uma visão do cuidado crítica face às desigualdades de género, embora tenha sido reconhecida a existência de uma diferença no peso da distribuição das responsabilidades face à prestação de cuidados.

Na dimensão relativa à visão interseccional, as ILA problematizam as desigualdades cumulativas e as diversas discriminações, ainda que amiúde não considerem que o género possa fazer parte desse leque de eventuais fatores de discriminação, o que se afasta do conceito da visão interseccional que procura desnaturalizar hierarquias de género, raça e classe, e visibilizar as simbioses entre diferentes eixos de opressão (Crenshaw, 1990; Bilge, 2020). As ILA reconhecem que algumas diferenças podem reforçar as discriminações e procuram contrariar possíveis efeitos centrífugos, por exemplo, relativos a raça/etnia, estatuto social, idade, “deficiência”, etc. A diversidade de membros envolvidos, de nacionalidades distintas e até a sua “originalidade”, aparentam ser bem acolhidas e são frequentemente vistas como uma das riquezas das iniciativas, ainda que não tenha sido possível confirmar no trabalho de campo realizado se essa diversidade é efetiva, por exemplo, no que se refere a categorias como etnia/raça ou classe social.

A dimensão relativa ao reconhecimento do trabalho não mercadorizado, nomeadamente do trabalho inerente aos cuidados mútuos, reúne forte consenso e está alinhada com a própria natureza destas iniciativas, que criam espaços de convívio, de aprendizagem e de acesso a bens desmercadorizados. A atividade da maioria das ILA entrevistadas parte de uma noção de economia e de trabalho que está em consonância com as propostas da economia feminista crítica (Prieto & Domínguez- Serrano, 2015).

No que diz respeito à conciliação entre a vida pessoal, profissional, familiar e cívica, emergiram duas questões distintas: por um lado, nas iniciativas mais baseadas em voluntariado, os/as participantes geralmente têm um trabalho remunerado independente da iniciativa e participam nas atividades durante os seus “tempos livres”. Aqui, por vezes, é reportada a dificuldade de conciliação entre a participação cívica e a vida pessoal e familiar. Em algumas situações em que os membros não têm um trabalho remunerado, surgem dificuldades inerentes a uma maior precariedade, nomeadamente por estes membros ficarem excluídos de alguns direitos do Estado Social, nomeadamente quando têm filhos/as ou quando não conseguem assegurar através da iniciativa um rendimento capaz de fazer

⁶⁴ Uma das notas do caderno de campo remete para essa invisibilidade, pois num grupo de discussão, os e as participantes reiteraram a igualdade dentro da iniciativas mas no fim da sessão, já no momento de convívio, uma participante confidenciou: “lá somos todos iguais, mas as mulheres é que limpam as casas de banho” (nota do caderno de campo, 18/01/2020).

face às necessidades quotidianas, algo que foi certamente bastante empolado pela pandemia COVID 19, pois restringiu duramente muitas das atividades destas iniciativas que as ajudam a angariar receitas (refeições associativas, festas abertas, etc.). Enquanto entidades empregadoras e enquanto organizações coletivas, são evidentes alguns mecanismos de solidariedade entre participantes dos núcleos duros de algumas ILA, por exemplo, para fazer face a despesas pessoais imprevistas e para facilitar a participação de pessoas com crianças a cargo ou que cuidam de familiares mais velhos.

O questionamento da centralidade do trabalho remunerado feito pelo decrescimento e pelo cuidado são relevantes enquanto problematização de escolhas e valorações societais, mas o posicionamento que pode ser feito pelos indivíduos isoladamente resulta também de condicionalismos inerentes ao seu contexto socioeconómico. Se para alguns indivíduos contrariar a centralidade do trabalho remunerado na vida pessoal é uma opção que não põe em causa a satisfação de necessidades vitais, como constatámos em algumas iniciativas, para outros que têm um acesso ao rendimento mais dependente do trabalho e por vezes mais precário, abandonar um trabalho remunerado não é uma opção a considerar.

Por fim, as dimensões relativas à corresponsabilidade pelos cuidados e aos cuidados mútuos enquanto elemento de sociabilidade surgem com uma presença significativa neste universo de 52 ILA e estão interrelacionadas. A dimensão de corresponsabilidade traduz-se na produção de bens e serviços para os membros, por exemplo refeições, atividades de fruição e convívio, como danças, concertos, visionamento de filmes, atividades desportivas, etc., cuja participação não é condicionada pela disponibilidade de recursos financeiros e que podem ser acedidas gratuitamente ou por donativo. Esta dimensão é claramente relevante quando o cuidado surge cada vez mais organizado sob a lógica do mercado e, portanto, com um acesso dependente da capacidade aquisitiva, criando uma alteração profunda no seu conteúdo, já que as atividades tradicionalmente realizadas pelas mulheres e que implicam despende tempo, ao passarem a ser realizadas profissionalmente, são submetidas a lógicas produtivistas que as podem descaracterizar (Scholz, 2013).

Na maioria das ILA analisadas é dado um grande destaque à vertente convivial, que é estimulada quer através de atividades que propiciam mais diretamente um ambiente festivo (concertos, danças, etc.) ou outras, como uma horta urbana, passeios a pé, etc. Os aspetos relacionais, ainda que nas entrevistas tenham sido reportados como um dos mais difíceis, constituem também uma das principais realizações destas iniciativas. Sublinhamos ainda que em algumas iniciativas o cuidado e o decrescimento surgem como vertentes indissociáveis, isto é, quer como dimensão relacional entre as pessoas participantes na iniciativa, quer como dimensão relacional com os espaços naturais envolventes.

A importância crucial dos cuidados levam Sandra Ezquerro (2018) a propor que sejam defendidos como bem comum a partir de dois eixos estratégicos: o reconhecimento da

centralidade social do cuidado, isto é, da sua imprescindibilidade e do seu contributo para o bem estar coletivo; e a socialização da respetiva responsabilidade pela sua prestação através de uma redistribuição quer pelo Estado quer pela comunidade. Para Ezquerria é fundamental reconhecer o cuidado como parte central da vida socioeconómica, promover a corresponsabilidade pelos cuidados e combater as desigualdades sociais que caracterizam tanto a sua provisão como a sua receção.

As propostas teóricas ligadas à sustentabilidade da vida não visam ampliar a visibilidade do trabalho doméstico e de cuidado ou colocá-lo num patamar de igualdade face ao trabalho mercantil, procuram antes criar um modelo de organização societal diverso, centrado nas condições que permitem a reprodução da vida (Orozco, 2010; Guerrero, 2018). Na sua análise às pontes entre a economia solidária e as economias feministas, Daniela Osorio Cabrera (2016) mostra como em comum têm a centralidade que é conferida às necessidades humanas, à superação de hierarquias e às dimensões comunitárias e ambientais, razão pela qual defende que é fundamental aprofundar o enfoque feminista nas teorias e nas práticas de economia solidária, pois para além dos princípios e dos ideais, é também necessário alterar as práticas androcêntricas. Para esta autora, uma leitura a partir da ideia de sustentabilidade da vida permite recuperar a visibilidade e a interconexão entre as esferas políticas, económicas e sociais nas experiências concretas.

Uma agenda política transformadora do cuidado passará pela desconstrução da centralidade social, económica e política da economia considerada produtiva e do mercado laboral, pela alteração do peso que recai sobre as famílias para poderem assumir as suas tarefas relativas ao cuidado e também por uma transformação do mercado laboral, capaz de garantir que a sustentabilidade da vida e o apoio às pessoas que cuidam é partilhado por toda a sociedade (Ezquerria, 2018).

10.4. Aprendizagens críticas e dificuldades

A dimensão política e a preocupação com a democraticidade está muito presente nas iniciativas, traduzindo-se sobretudo em processos decisórios horizontais a nível interno, tal como já havia sido constatado por outros estudos em Portugal (Balsa et al., 2016) e em Espanha (Sánchez Hernández, 2019b).

O projeto CATALISE identificou uma forte dimensão política, concretizada em mecanismos internos relativos à participação dos membros no processo de construção da iniciativa, como evidencia a seguinte descrição: “além deste envolvimento dos membros, e de certa forma na mesma linha de orientação, surge a implementação de práticas de

governança horizontal e a utilização de consensos nos processos de tomada de decisão” (Balsa et al., 2016:51).

A horizontalidade e a preocupação com a democracia interna, características marcantes na maioria das ILA que analisámos, configuram para os/as participantes um dos processos de aprendizagem destacados como mais transformadores, pela vivência distinta que proporcionam. Essa vivência não se reduz às discussões de pontos de vista para estabelecer consensos, pois frequentemente engloba também mecanismos de partilha e aprofundamento de informação, o que permite aos/às participantes tomarem uma decisão mais fundamentada, como acontece, por exemplo, numa iniciativa em que há grupos que aprofundam questões temáticas para as levar posteriormente ao conselho de colaboradores.

A propósito de um trabalho de investigação sobre experiências de agricultura (peri)urbana, Leonardo de Sousa concluiu que do ponto de vista da participação democrática, as iniciativas fermentam novas experiências e que “a emergência de processos inovadores que envolvem as pessoas numa causa comum, e que surgem como alternativa ao sistema hegemónico de produção, possibilita redefinir alguns dos meios de representação cidadã por meio da criação de espaços de liberdade e da reconfiguração das relações socioeconómicas” (2015: 25).

As ILA reconhecem que este modelo é desafiador e comporta dificuldades acrescidas, daí que uma das aprendizagens identificadas face à experimentação de relações de poder mais horizontais resida no reconhecimento de que elas exigem níveis de compromisso e de responsabilização individuais elevados. As preocupações com a horizontalidade no funcionamento assentam no pressuposto de uma ausência de hierarquias, como foi várias vezes adiantado nas entrevistas, o que nos leva a considerar que estes modelos organizacionais muito horizontais e alicerçados no consenso aparentam não questionar as eventuais lideranças implícitas nos processos, baseadas em dimensões simbólicas, como por exemplo, a antiguidade ou a reputação, que Ana Margarida Esteves (2017a) já assinalara no estudo de caso realizado em Tamera, no Alentejo. Pressupor a ausência de hierarquias não significa que elas não existam, mas sim que os processos decisórios assentam na decisão do coletivo, ainda que possam ser implicitamente influenciados por outras dimensões, como competências específicas, idade, género, estatuto social ou experiência. Uma visão idealizada da democracia direta e do papel do consenso corre o risco de minimizar o conflito que se acentua nos processos de mudança social que envolvem transformações radicais, como adverte Zografos (2016). O conflito não deve ser minimizado, já que é também uma expressão da pluralidade e a sua ausência numa sociedade democrática pode significar que as vozes minoritárias ou com menor poder foram silenciadas.

Questionamos também a ideia de consenso, a partir de Jacques Rancière (1996) que considera que nos regimes democráticos ela é excludente, pois o sistema de produção de acordos consensuais opõe-se à esfera do político, criada por meio do dissenso. Desta forma, o dissenso não corresponde ao conflito de interesses ou à escolha entre soluções alternativas, mas a um conflito sobre a configuração do mundo sensível e a uma forma de resistência política, que questiona o direito a ter palavra. Rancière refere-se à “igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante” (1996:372) que se manifesta apenas pelo dissenso. Para o autor, o consenso não corresponde à opinião razoável ou à busca de um equilíbrio entre os interesses de cada parte, mas antes à “pressuposição de uma objetivação total dos dados presentes e dos papéis a distribuir” (1996:379), que se traduz numa procura de transformação do litígio político num tratamento gestionário dos problemas, onde se determina a margem de escolha e os parceiros que os podem solucionar. Para Rancière “os atores sociais chamados para o tratamento concertado dos problemas são sobretudo convidados a verificar que a solução ‘mais razoável’ é na verdade a única solução possível” (1996:379), concluindo, a partir desta noção, que o consenso corresponde à supressão da política.

Por outro lado, embora as ILA façam assembleias, as relações de poder que se estabelecem, a disponibilidade de tempo, tantas vezes determinada por privilégios, e o reconhecimento que as diferentes tarefas podem granjear (por exemplo, as tarefas de representação *versus* as tarefas de gestão quotidiana), fazem com que estes espaços aparentemente horizontais sejam atravessados por vieses relacionados com as situações de vida dos seus e das suas participantes, nomeadamente por vieses androcêntricos, que permitem que os homens assumam a palavra com maior facilidade (Osorio Cabrera, 2016).

Daniela Osório Cabrera analisou o lugar atribuído à voz masculina na participação em espaços de debate, a partir do estudo de caso de uma iniciativa local em Barcelona e constatou que “embora se estabeleçam estruturas horizontais de discussão, a circulação da palavra é percorrida pela estrutura patriarcal” (2016:189). No exemplo analisado, a autora conclui: “embora a lógica do consenso permita estabelecer diálogos e aproximação entre as posições encontradas, muitas vezes as ideias são mais impostas a partir da facilidade de falar e da força do discurso, que de um consenso entre os participantes” (2016:189).

Nas entrevistas que realizámos surgiu com destaque a tensão que se gera entre os princípios e as práticas das ILA financiadas através de programas e as regras inerentes a esse financiamento, que muitas vezes exigem produtividade, indicadores quantitativos e são desenhados para estruturas com hierarquias claras. Os modelos horizontais, muito frequentes nas ILA, têm de criar as figuras exigidas por esses programas: um/uma presidente que assina; um/a diretor/a técnico/a, etc., por vezes em contradição com o

funcionamento efetivo, como refere uma entrevistada: “temos todas essas figuras e essas pessoas exercem a sua função. A forma como ela é exercida é que não é hierárquica” (E4).

Um dos dilemas das ILA reside nas opções a fazer para garantir a sua sobrevivência, recebendo financiamentos, escrutinando-os ou recusando-os, opções essas que são também influenciadas por uma maior presença de membros profissionalizados, cuja remuneração depende dos financiamentos recebidos pela iniciativa, ainda que, como reverso, tenham uma dedicação mais estável e mais intensa, pelo menos em número de horas de envolvimento efetivo.

As ILA que recebem financiamento através de programas públicos (fundos europeus, fundações, Estado português) reportam enquanto fragilidade a intermitência desses programas, que por vezes leva a descontinuidades no trabalho e coloca as pessoas envolvidas numa situação de instabilidade. Aliás, uma outra dificuldade identificada diz respeito à precariedade dos vínculos laborais, que afasta de uma ligação mais presente alguns membros, que acabam por optar por afetar o seu tempo a um emprego com maior segurança laboral, como refere uma entrevistada face à iniciativa local em que está envolvida: “foi sempre uma máquina muito precária, o que fez com que muita gente, com muita qualidade, não tivesse vínculos e tivesse que procurar outras alternativas, ou seja, fomos perdendo massa crítica super interessante por causa disto” (E10).

Uma outra aprendizagem significativa diz respeito à necessidade das ILA estabelecerem pontes com o contexto em que se inscrevem e de prestarem uma atenção acrescida a processos que podem visar a sua captura. A questão do acesso ao financiamento, seja público ou de fundações, é vista de forma ambivalente: por um lado, ele é considerado imprescindível, especialmente em iniciativas que trabalham com um público externo ou na fronteira entre interno e externo (por exemplo, na educação ou na cultura) e por outro, é sentido como um risco ou mesmo como uma armadilha. Duas ILA assinalaram a preocupação face a potenciais financiadores privados, nomeadamente empresas e fundações, que podem procurar instrumentalizar o seu apoio em função de um *greenwashing* ou de um *socialwashing*. Aqui está presente o receio inerente ao desconhecimento sobre as práticas sociais e ecológicas destas empresas, ou mesmo, sendo estas conhecidas, o risco que o “canto da sereia” pode comportar em troca do suporte à atividade de uma ILA. Joana Marques, no seu estudo levado a cabo junto de iniciativas ligadas à cultura conclui:

[Os coletivos] enfrentam a ameaça de sucumbir ao espírito do capitalismo: entre alcançar uma situação económica confortável mas banalizar os seus ideais emancipatórios, ou manter a sua inclinação contra-hegemónica mas ser atingido por uma grande fragilidade financeira, para além da assimilação da crítica no discurso neoliberal do empreendedorismo e do trabalho autónomo, flexível e em rede. (Marques, 2016:140)

O apoio público pode materializar-se na disponibilização de terras para as hortas, de espaços para funcionamentos das sedes, etc., e pode consistir também em apoio financeiro através de programas europeus e nacionais específicos para públicos e ações concretas. Os apoios desempenham frequentemente um papel crucial na viabilização de uma parte significativa das atividades das ILA vocacionadas para um público externo, mas têm associados condicionalismos, entre os quais a carga burocrática dos programas, bastante reportada pelas ILA que os recebem, e que afeta não só o seu funcionamento interno como também a sua relação com a comunidade, como lamentou um participante: “as pessoas estão todas sobrecarregadas de tarefas administrativas e sem tempo para se dedicarem a uma reflexão que é absolutamente necessária” (E5).

As ILA, pelas suas propostas contra-hegemónicas, enfrentam resistências no contexto em que intervêm, como seria expectável. Esta é uma das dificuldades de maior relevo reportada também enquanto aprendizagem e surge relacionada com a necessidade de reafirmação dos valores e princípios a nível interno, pois também estes se defrontam frequentemente com as resistências mentais dos/as participantes. Trata-se de uma problemática especialmente relevante nas ILA que envolvem um número mais elevado de membros, pela diversidade de posicionamentos que isso pode acarretar, como por exemplo, a tensão entre perspetivas mais permeáveis ao assistencialismo e outras mais ancoradas na reciprocidade. Como estratégia, as ILA organizam debates e formações regulares, quer para membros quer para a comunidade, e frequentemente concebem esta diversidade de posicionamentos internos como um caminho de aprendizagem que cada pessoa faz segundo o seu próprio ritmo.

Entre as aprendizagens críticas identificadas está a perceção dos condicionalismos inerentes ao período inicial de criação da organização. Algumas ILA sublinham que esta fase é extremamente exigente em energia coletiva, persistência e resiliência. A fase de arranque pode ser marcada por dificuldades na criação de consensos face aos objetivos, pela escassez de massa crítica, de experiência ou até de recursos financeiros. Foi também assinalada como aprendizagem relevante o reconhecimento da imprevisibilidade destes processos, que não correspondem a idealizações prévias, como acontece aliás de modo geral, com qualquer projeto que se materializa. Vários/as entrevistados/as assinalaram que foi bastante mais fácil chegar a um conjunto de propostas transformadoras de âmbito local, que passar à sua implementação e conseguir alterar as estruturas de poder instaladas.

As questões relacionais dentro das iniciativas são uma das dificuldades mais reportadas e que exigem uma aprendizagem contínua. Um entrevistado refere: “é sempre o relacionamento interpessoal, as grandes dificuldades estão sempre aí, não são aquelas coisas que nós calculamos, justificamos e quantificamos” (E9). A diversidade de pessoas

ligadas às ILA, associada à escassa experiência dos/as participantes em organizações horizontais causa desafios acrescidos. Ainda que a problemática dos relacionamentos interpessoais não seja específica deste tipo de organizações, alguns participantes nas entrevistas consideraram que a horizontalidade exige uma atenção mais profunda e a dedicação de um tempo acrescido à gestão das relações interpessoais.

Se o relacionamento interpessoal surge como uma das dificuldades mais transversais, tem também como reverso o facto de a participação no espaço relacional das iniciativas surgir destacadamente como um dos aspetos mais significativos e valorizados pelas pessoas entrevistadas. As relações de sociabilidade que estas iniciativas proporcionam são referidas como uma das vertentes mais mobilizadoras e mais bem sucedidas.

Em várias iniciativas é sublinhada como aprendizagem relevante o entendimento da interdependência entre o desenvolvimento da comunidade e o dos indivíduos que a integram. Noutras, é dado especial destaque ao reconhecimento quer do valor de cada indivíduo, quer da sua vulnerabilidade, como refere uma entrevistada ao afirmar que o reconhecimento do potencial de cada pessoa significa aceitar que até as dificuldades individuais podem ser um contributo para aprendizagem do todo. É reconhecido pelas ILA que a reflexão coletiva sobre as dificuldades com que a sua ação se defronta permite aprofundar o pensamento crítico. A aprendizagem individual e coletiva através da experimentação, nomeadamente de processos como a horizontalidade e a ajuda-mútua, é considerada muito empoderadora dos grupos, tal como os saberes práticos, a que é atribuído um forte potencial emancipatório por reforçarem a autonomia individual.

Durante o trabalho de campo foram manifestadas com alguma relevância preocupações face ao real impacto destas experiências, para além do contexto mais local em que operam, o que resulta de um questionamento interno sobre a sua capacidade efetiva de gerar transformação. A articulação entre iniciativas e destas com movimentos aparenta não ser muito intensa. Como refere Boaventura Sousa Santos (2019b), a globalização contra-hegemónica é muito fragmentada e assume sobretudo a forma de iniciativas locais, o que nos leva a considerar que uma maior ligação destas iniciativas entre si e com organizações e movimentos transnacionais poderia reforçar a sua ação.

A pandemia COVID 19 fez tremer muitas das certezas que estavam já consolidadas, como o triunfo do capitalismo, e abriu caminhos de mudança. Boaventura Sousa Santos (2020), a partir de diferentes posições políticas, identifica três vias: a negação, o “gatopardismo” e a transição. O negacionismo corresponde a uma fuga em frente que não vê na atual crise qualquer ameaça ao capitalismo; o “gatopardismo” corresponde a uma posição reformista que não põe em causa o sistema e a transição civilizatória, que aposta numa mudança sistémica. Para o autor, “o negacionismo, o gatopardismo e o transicionismo vão enfrentar-se nos próximos tempos, e o enfrentamento será

provavelmente menos pacífico e democrático do que desejaríamos” (Santos, 2020b, s/n). O autor acrescenta que “as transições ocorrem quando um modo dominante de vida individual e coletiva, criado por determinado sistema económico, social, político e cultural, começa a revelar crescentes dificuldades em reproduzir-se, ao mesmo tempo que, no seu seio, começam a germinar, de modo cada vez menos marginal, sinais e práticas que apontam para outros modos de vida qualitativamente distintos” (2020b, s/n).

Reconhecer o potencial transformador destas iniciativas locais alternativas, com as suas fragilidades e limites, é também reforçar o potencial que uma transição civilizatória pode conter para um mundo mais justo.

Considerações finais

Feita a discussão no capítulo precedente, que comporta já uma síntese conclusiva, procedemos agora à exposição de algumas considerações finais, por nos parecer pleonástico voltar a visitar todo o percurso.

Esta Tese visou contribuir para perceber e reforçar as dinâmicas transformadoras das iniciativas locais alternativas, enquanto utopias que abrem espaço para o “ainda-não”, referido por Boaventura Sousa Santos (2002). As ILA configuram utopias práticas que emergem nas fissuras do capitalismo (Wright, 2019) e mostram como o leque de possibilidades de organização social é vasto. Rasgam caminhos contrários ao neoliberalismo que se impôs por todo o planeta como tendência dominante, que ameaça a vida, nas condições em que a conhecemos.

Analisámos as ILA à luz do decrescimento e da perspectiva feminista do cuidado, pois ambos partilham do reconhecimento da nossa ecod dependência face ao mundo natural, de que fazemos parte, e da nossa interdependência coletiva. A urgência em fazer face ao desastre ecológico pode levar a que seja secundarizada a opressão patriarcal e o reconhecimento do seu profundo impacto nas condições de sustentabilidade da vida. Importa contrariar a armadilha da pressão do tempo e da urgência, que está diretamente ligada ao paradigma do crescimento, na medida em que “uma transformação radical da sociedade, para além do paradigma do crescimento, só pode ser alcançada abordando o crescimento capitalista e suas profundas raízes patriarcais em conjunto” (Saave-Harnack, Dengler e Muraca, 2019:30).

A ecofeminista Mary Mellor (2000) assinalou que uma articulação entre os movimentos feministas e os movimentos ambientalistas, reforçaria as bases para políticas de transformação social que colocam a sustentabilidade da vida no centro, sublinhando a estreita ligação entre a subordinação da mulher e a degradação ecológica. Sendo a opressão das mulheres indissociável do sistema no seu conjunto, as lutas anticapitalistas terão de estar vinculadas às lutas que ocorrem na esfera da reprodução social (Bhattacharya, 2013). Integrar uma perspectiva feminista no movimento do decrescimento, como propõe a rede FADA⁶⁵, parece-nos uma premissa fundamental para enfrentar os sistemas de dominação capitalista e patriarcal.

Neste quadro, o nosso trabalho de investigação adotou como ponto de partida a seguinte questão de investigação: que transformação social é desencadeada pelas iniciativas

⁶⁵ <https://www.degrowth.info/en/feminisms-and-degrowth-alliance-fada/>

locais alternativas a partir das concepções de decrescimento e de cuidado, ancoradas na noção de sustentabilidade da vida?

Procurámos perceber quais os horizontes de transformação social que as ILA perseguem e qual a relevância que o decrescimento e o cuidado podem ter nessa utopia concreta. Para responder à questão central desta investigação, traçámos um caminho com quatro objetivos específicos, que apresentámos mais detalhadamente na introdução: (1) mapear iniciativas locais alternativas localizadas em território continental e caracterizar este campo; (2) realizar um recenseamento crítico de práticas que podemos associar ao decrescimento e a uma perspetiva feminista de cuidado; (3) conhecer as visões de decrescimento e de cuidado implícitas à ação das ILA e (4) identificar, analisar e sistematizar as aprendizagens críticas realizadas pelas ILA sobre os processos de transformação.

Para responder à questão norteadora da investigação e aos objetivos específicos, desenvolvemos um processo de aprofundamento sucessivo, através de um olhar que procedeu ao *framing* e uma aproximação, um *zoom-in*, que permitiu ir sistematizando e construindo conhecimento sobre as ILA. Começámos por mapear iniciativas locais alternativas localizadas em território continental e procedemos à caracterização geral deste campo a partir de 52 respostas a um questionário, respondendo assim ao primeiro objetivo específico traçado.

A partir desta análise, realizámos um recenseamento crítico de práticas associadas ao decrescimento e à perspetiva feminista do cuidado, evidenciando o seu desempenho em processos de transformação social, o que nos permitiu responder ao segundo objetivo específico que havíamos traçado.

Discutimos estes resultados em grupos de discussão com membros de iniciativas locais, ativistas ligados a movimentos sociais e académicos/as deste campo. Nestes grupos de discussão criámos noções de decrescimento e de cuidado participadas, que permitiram traçar um quadro sobre o modo como estas duas noções estão implícitas na ação das ILA e nas suas concepções de transformação social.

Selecionámos um conjunto de 11 iniciativas diversas entre si que entrevistámos e analisámos, com o propósito de aprofundar os dados recolhidos numa fase anterior: caracterizámos este campo com maior detalhe, aprofundámos o conhecimento sobre os referenciais de transformação social que norteiam estas iniciativas e sobre as suas concepções de decrescimento e de cuidado. Analisámos e sistematizámos ainda as suas aprendizagens críticas face aos processos de transformação social. Em seguida, realizámos 7 *focus groups* em iniciativas locais já entrevistadas. Através da interação entre participantes permitimos que emergissem dados relativos às concepções de transformação

social, aos referenciais de decrescimento e cuidado e às aprendizagens críticas feitas pelas ILA.

Estes passos permitiram-nos responder aos dois últimos objetivos específicos: identificar as visões de decrescimento e de cuidado que estão subjacentes à ação das ILA e sistematizar as aprendizagens críticas. No final, discutimos os nossos dados à luz do referencial científico e confrontámos as nossas conclusões com alguns estudos afins, procurando uma leitura mais ampla.

Embora a maioria das iniciativas que participaram nesta investigação se definam como alternativas, tal não se traduz numa visão homogénea do contexto que visam superar. Se por vezes os horizontes de transformação social são claros, ainda que multifacetados, especialmente nas iniciativas com um cariz mais reflexivo, noutras aparentam contornos mais incertos, sobretudo marcados pela incomodidade face ao presente. Esta Tese evidencia que estas iniciativas correspondem a um universo muito rico, com práticas significativas do ponto de vista do decrescimento e do cuidado. Foi perceptível que ambas estas noções podem desempenhar um papel chave em processos que visam conferir centralidade à sustentabilidade da vida e que respondem a preocupações que hoje são cruciais: a justiça, nomeadamente entre géneros, classes ou raças; a democracia e a subjugação da economia à política; e a ecologia, uma preocupação crescente, que se liga de forma imediata ao futuro do Planeta.

Se, por um lado, a noção de cuidado é transformadora, porque indissociável da sustentabilidade da vida e da justiça, por outro, a noção de decrescimento reporta com muita acuidade aos impactos ecológicos da ação humana. Verificámos, todavia, que a presença de ambos os conceitos não é similar nas ILA: o decrescimento goza claramente de maior reconhecimento e visibilidade que a perspectiva feminista do cuidado. As organizações têm dificuldade em identificar práticas patriarcais que estão amplamente entranhadas e naturalizadas no imaginário coletivo. Aliás, muitas iniciativas não reconhecem o peso do patriarcado e entendem a desigualdade de género como um resquício de um passado que não faz parte da sua vivência. Daí entendermos que a aliança entre decrescimento e feminismo pode reforçar o potencial transformador destas iniciativas, fundamentalmente porque a subjugação da natureza e a dominação das mulheres têm a mesma raiz: a subordinação da vida às necessidades de valorização do capital. Uma agenda política transformadora do cuidado passará pelo destronamento da centralidade da economia dita produtiva, pela des-domesticação do cuidado e partilha da sua responsabilidade pelo todo social.

Estas iniciativas, que de um modo geral correspondem a ações intersticiais nas fissuras do capitalismo (Wright, 2019), têm uma atuação relativamente atomizada. Um reforço da articulação entre elas poderá contribuir para reforçar a aprendizagem entre pares

e potenciar a própria ideia de transformação social que perseguem. Tal ação coletiva pode ainda traduzir-se na combinação de estratégias capazes de pressionar alterações na regulação, de que também fala Wright, no sentido de políticas alinhadas com o pós-crescimento, que em simultâneo possam criar um ambiente mais propício ao florescimento deste tipo de experiências que vivem frequentemente espartilhadas por quadros regulamentares sufocantes.

O conhecimento é sempre contextual face às condições que o tornam possível e para avançar tem de transformar essas condições num sentido progressista (Santos, 2003). Os limites desta Tese residem no seu carácter exploratório, pois a caracterização geral deste campo constituiu o passo inicial para o estudo da relevância do decrescimento e do cuidado nas ILA. Este limite está também associado ao facto de termos constatado a escassez em Portugal de trabalhos sobre estas iniciativas, e mais ainda sobre a óptica do decrescimento e do cuidado. Assinalamos ainda como limite deste trabalho, o facto de o nosso objeto demandar um olhar transdisciplinar, que apela ao recurso a saberes de disciplinas distintas.

Esta incursão permitiu identificar um conjunto de temas e de desdobramentos a aprofundar no futuro. Consideramos particularmente pertinente a realização de estudos comparativos dentro de cada tipologia de ILA, para melhor entender as respetivas especificidades, nomeadamente as conceções e práticas ligadas à transformação social. Parece-nos igualmente importante escarpelizar os entraves e condicionalismos de várias ordens colocados à criação de redes de iniciativas locais, que limitam a constituição deste espaço de capacitação entre pares e de reforço da sua intervenção política. Consideramos ainda relevante sistematizar as experiências destas iniciativas, pela aprendizagem a partir das práticas e pelo seu potencial reflexivo.

Este percurso foi extraordinariamente relevante pelas aquisições e dinâmicas que possibilitou para a minha vida profissional, cívica e mesmo pessoal, ligada a iniciativas e movimentos sociais desta natureza, com impactos nas organizações em que participo e nas redes em que estou envolvida. Através deste percurso, penso ter alcançado o meta-objectivo de realizar uma Tese com pertinência sociológica e académica, sem descuidar a relevância social que a reflexividade do conhecimento sempre comporta. Investigar a transformação social constituiu um processo que permitiu cocriar conhecimento e transformar simultaneamente quem investiga e quem é investigado.

Bibliografia

Aguiton, C. (2017). Los comunes. in Sólón, P. (coord.) *Alternativas Sistémicas*, La Paz. Edición Focus on the Global South, Attac France y Fundación Solón, 79 - 102. Retirado de www.systemicalternatives.org

Aires, L. (2015). *Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional*, Universidade Aberta.

Alcoff, L. M.; Arruzza, C.; Bhattacharya, T; Fraser, N.; Taylor, K. & Odeh, R. (2017). *Más allá del “lean-in”: por un feminismo del 99 % y una huelga internacional combativa el 8 de marzo*. Viento Sur. Retirado de <https://vientosur.info/mas-alla-del-lean-in-por-un-feminismo-del-99-y-una-huelga-internacional>

Almeida, J. F. & Pinto, J. M. (1990). *A investigação em ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

Álvares, C. (2009). Ética feminista e a interrogação do espaço público universalista. *Revista Media & Jornalismo*, 15 (8), 55-68.

Amâncio, L., & Oliveira, J. M. D. (2014). Ambivalências e desenvolvimentos dos estudos de género em Portugal. *Faces de Eva*, (32), 23-42.

Amaro, R. R. (2003). Desenvolvimento - um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, (4), 35-70

Amaro, R. R. (2017). Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!. *Cadernos de Estudos Africanos*, (34), 75-111.

Anderson, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 9-23.

Ariés, P. (2005). *Décroissance ou barbarie*, *Dossiers*, Villeurbanne, Éditions Golias.

Arruzza, C. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, 23, 33-58. Retirado de <http://bit.ly/1IV8ss1>

Arruzza, C.; Bhattacharya, T. & Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Lisboa. Penguin Random House.

Atienza, M.; Canela, D.; Carrero, G.; Ortiz, P.; Piñeiro, C. & Salsón, S. (2019). *Guía de análisis de prácticas de corresponsabilidad en la economía social y solidaria*. Madrid. Mares.

Augusto, A. (2014). Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. In *Forum Sociológico*. Série II (24). CESNOVA, 73-77

Azam, G. (2017). Decrecimiento. In Sólon, P. (coord.) *Alternativas Sistémicas*, La Paz. Edición Focus on the Global South, Attac France y Fundación Solón, 59 - 76. Retirado de www.systemicalternatives.org

Ballestrin, L. M. A (2017), Feminismos Subalternos, in: *Estudos Feministas*, Florianópolis, (25), 1035-1054. DOI.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035

Balsa, C. M., Albuquerque, C., Avelar, D., Lopes, G. P., Nolasco, M., Santos, P. & Rocha, S. (2016). “Experimentação Socioecológica: Novos Caminhos para a Participação no Desenvolvimento Local Sustentável e Integral”. Relatório Científico do Projeto de Investigação CATALISE. Lisboa

Barata, A., & Carmo, R. M. (2015). *O futuro nas mãos: de regresso à política do bem comum*. Tinta da China.

Barata, A. (2018), *E se parássemos de sobreviver?* Lisboa, Documenta.

Barata, A. (2020). *O desligamento do mundo e a questão do humano*. Lisboa, Documenta

Barca, S. (2016). Trabajo y cambio climático: Qué espacio hay para la investigación en ecología política? *Ecología Política*, 50, 26-30. Retirado de <http://hdl.handle.net/10316/35417>

Barca, S. (2019). The labor (s) of degrowth. *Capitalism Nature Socialism*, 30(2), 207-216. DOI: 10.1080/10455752.2017.1373300

Barca, S. (2020). Forças de reprodução. O ecofeminismo socialista e a luta para desfazer o Antropoceno. *E-cadernos CES*, (34), 25-45. DOI.org/10.4000/eces.5448

Barcelos, E. Á. S. (2019). Antropoceno ou capitaloceno. *Revibec: revista iberoamericana de economía ecológica*, 31, 1-17.

Barroso, M. F. (2018). Notas para o debate das relações de exploração-opressão na sociedade patriarcal-racista-capitalista. *Serviço Social & Sociedade*, (133), 446-462. DOI.org/10.1590/0101-6628.153

Bayon, D.; Flipo, F. & Schneider, F. (2011). *Decrecimiento. Diez preguntas para comprenderlo y debatirlo*. El Viejo Topo.

Beauvoir, S. (1949), *Le deuxième sexe*. Paris, Gallimard

Bebiano, A. & Ramalho, M. I. (2018). A Revista Crítica de Ciências Sociais e o Feminismo (1978-2017). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (especial), 71-114. DOI.org/10.4000/rccs.7709

Bedia, R. C. (2014). Aproximaciones a la teoría crítica feminista. Boletín del Programa de Formación, (1).

Bergh, J. C. & Kallis, G. (2012). Growth, a-growth or degrowth to stay within planetary boundaries?. *Journal of Economic Issues*, 46(4), 909-920.

- Bezerra, E. (2013). A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista. *Lutas Sociais*, 17 (31), 170-173.
- Bhattacharya, T. (2013). O que é a teoria da reprodução social? *Esquerda Online*. Original publicado em *Socialist Worker*. Tradução de Renata Vereza. Retirado de <https://esquerdaonline.com.br/2019/03/08/tithi-bhattacharya-o-que-e-a-teoria-da-reproducao-social/>
- Bhattacharya, T. (2020). Reprodução social e a pandemia. Entrevista a Sarah Jaffe. *Revista Movimento*, Retirado de <https://movimentorevista.com.br/2020/04/reproducao-social-e-a-pandemia-com-tithi-bhattacharya/>
- Bilge, S. (2020). Panoramas recentes do Feminismo na Interseccionalidade. *Escritas do Tempo*, V.2 (6), 238-256. DOI: 10.47694/issn.2674-7758.v2.i6.2020.238256
- Bloch, E. (1977). *El principio esperanza* I-II-III. Editorial Aguilar
- Bocato-Franco, A. A. (2014). *Decrescimento e economia solidária: existem elementos para uma plataforma comum?* (Tese de doutoramento). Retirado de https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/16956/1/2014_AlanaAinerBocatoFranco.pdf
- Bonelli, M. D. G. (2004). Arlie Russell Hochschild e a sociologia das emoções. *Cadernos Pagu*, (22), 357-372.
- Braidotti, R., Charkiewicz, E., Hauser, S. & Wieringa, S. (2002). *Mulher, ambiente e desenvolvimento sustentável*. Instituto Piaget, Lisboa.
- Brasil, F. S. & Brasil, M. S. (2013). Economia Solidária, bem viver e decrescimento: primeiras aproximações. *Emancipação*, 13(3), 93-104. DOI: 10.5212/Emancipacao.v.13iEspecial.0006
- Brasil, M. S. (2011). *A produção social das utopias: uma análise a partir da economia solidária* (Tese de doutoramento). Retirado de http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/739/TESE_Manuela%20Saulau%20Brasil.pdf?sequence=1
- Bregman, R. (2018). *Utopia para realistas: como construir um mundo melhor*. Sextante.
- Brundtland, G. H., et al. (1988). *Relatório Brundtland. O Nosso Futuro Comum*. FGV. Rio de Janeiro, Retirado de www.scribd.com/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Português.
- Burawoy, M. (2019). Posfácio, in: Wright, E. O. (2019). *Como ser anticapitalista no século XXI?* Boitempo Editorial.
- Burkhart, C.; Schmelzer, M. & Treu, N. (Eds.), (2020a). *Degrowth in movement (s): Exploring pathways for transformation*. Alresford, Hampshire, Zero Books

- Burkhart, C.; Schmelzer, M. & Treu, N. (2020b). Degrowth: Overcoming Growth, Competition and Profit, in: Burkhart, C.; Schmelzer, M., & Treu, N. (Eds.), *Degrowth in movement (s): Exploring pathways for transformation*, 143-151, Alresford, Hampshire, Zero Books
- Caillé, A. & Laville, J. L. (2007). Actualité de Karl Polanyi. *Revue du MAUSS*, (1), 80-10
Retirado de: <https://www.cairn.info/revue-du-mauss-2007-1-page-80.htm>
- Carcaño Valencia, E. (2008). *Ecofeminismo y ambientalismo feminista: Una reflexión crítica*. Argumentos (México, DF), 21(56), 183-188. Retirado de <http://www.scielo.org.mx/pdf/argu/v21n56/v21n56a10.pdf>
- Carrasco, C. (2009), Mujeres, sostenibilidad y deuda social. *Revista de educación*, (1), 169-191.
- Carrasco, C. (2018). A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. *Temáticas*, 26(52), Campinas, SP, 31-68. DOI 10.20396/temáticas.v26i52.11703
- Carrilho, M. M. R. (2015). *A fundamentação filosófica das noções de cuidado e de responsabilidade no pensamento de Maria de Lourdes Pintasilgo* (Tese de doutoramento), Universidade de Évora. Retirado de <http://hdl.handle.net/10174/15855>
- Carson, R. (1962). *Silent Spring* III. New Yorker, 23.
- Casariago, L. P., & Casariago, M. P. (2016). Decrescimento: do Mito da Abundância à Simplicidade Voluntária. Documentário. RTP1. Obtido de <https://youtu.be/ChclL1naMvY>
- Castells, M., Cardoso, G. & Caraça, J. (Org.) (2013). *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo. Paz e Terra.
- Cattaneo, C., D'Alisa, G., Kallis, G. & Zografos, C. (2012). Degrowth futures and democracy. *Futures*, 6(44), 515-523.
- Chakrabarty, D. (2013). O Clima da história: quatro teses. *Sopro*, n.º 91. Retirado de <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/n91.html>
- Chertkovskaya, E. & Paulsson, A. (2016). *The growthocene: Thinking through what degrowth is criticising*. *Entitleblog.org*. Retirado de <https://entitleblogdotorg3.wordpress.com/2016/02/19/the-growthocene-thinking-through-what-degrowth-is-criticising/>
- Clémentin, B. & Cheynet, V. (2002). La décroissance soutenable. *Revue Silence*. n.º280-281.
- Coelho, L. (2011). Mulheres e Desigualdades em Portugal: conquistas, obstáculos, contradições e ameaças. *E-Cadernos*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Conill, J. (2013). Une autre vie est possible: à propos du possible et de l'impossible. *EcoRev'*, (2), 45-55.

- Conill, J., Castells, M., Cardenas, A. & Servon, L. J. (2013) Para além da crise: práticas económicas alternativas na Catalunha. In: Castells, M., Cardoso, G., & Caraça, J. (Org.) *A crise e seus efeitos: as culturas econômicas da mudança*. São Paulo: Paz e Terra. 296 - 340.
- Coraggio, J. L. (1998). *Economia urbana: la perspectiva popular*. Quito, Fronesis.
- Coraggio, J. L. (2013). Las tres corrientes de pensamiento y acción dentro del campo de la economía social y solidaria. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, 15(2), 11-24.
- Coraggio, J. L. (2015). Para pensar las nuevas economías: conceptos y experiencias en América Latina. In Santos, B. S.; Cunha, T. *Outras economias. Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul*. Coimbr, Projeto ALICE, 71-90.
- Cosme, I.; Santos, R.; O'Neill, D. W. (2017). Assessing the degrowth discourse: A review and analysis of academic degrowth policy proposals. *Journal of Cleaner Production*, 149, 321-334.
- Cosme, I. (2019). *From degrowth theory to concrete actions: an exploratory study of the role of bottom-up and top-down initiatives in deep sustainability transitions* (Tese de doutoramento). FCSH Universidade Nova de Lisboa.
- Crenshaw, K. (1990), Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, 43, 1241.
- Cruz, A. & Mendonça, A. S. (2011). A economia solidária e as novas utopias: permanências e rupturas no movimento histórico do associativismo económico. In: Hespanha, P. & Santos, A. M. (orgs). *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra, Almedina, 57-82
- Cunha, G. & Mendonça, A. S. (2011). Economia solidária e pesquisa em ciências sociais. Desafios epistemológicos e epistemológicos. In Hespanha, P. & Santos, A. M. dos (orgs). *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra, Almedina, 15-56
- Cunha, G. (2012). *Outras políticas para outras economias: contextos e redes na construção de ações do governo federal voltadas a economia solidária (2003-2010)* (Tese de doutoramento), Universidade de Brasília. Retirado de: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11178/1/2012_GabrielaCavalcantiCunha.pdf
- Cunha, T. (2015). *Women InPower Women: outras economias geradas e lideradas por mulheres no Sul não-imperial*. Buenos Aires, CLACSO, 2015.
- Dag Hammarskjold Foundation. (1975). *What now: another development*. Development Dialogue
- D'Alisa, G. (2020). *Rendimento de cuidado. A centralidade da vida durante e depois da pandemia da Covid-19*. Retirado de: <https://www.decrecimento.pt/posts/rendimento-de-cuidado/>

- D'Alisa, G., Demaria, F. & Kallis, G. (2016) (coords.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre, Tomo Editorial.
- D'Alisa, G. (2019). Degrowth, In: *Dicionário Alice*. Retirado de https://alice.ces.uc.pt/dictionary/index.php?id=23838&pag=23918&entry=24248&id_lingua=1. ISBN: 978-989-8847-08-9
- Daly, H. E. (2005). Economics in a full world. *Scientific american*, 293(3), 100-107.
- Defourny, J., (2009). Economia social. In: Cattani, A. D., Laville, J. L., Inácio Gaiger, L., & Hespanha, P. (Orgs), *Dicionário internacional da outra economia*, 156-161.
- Demaria, F., Kallis, G. & Bakker, K. (2019). Geographies of degrowth: Nowtopias, resurgences and the decolonization of imaginaries and places. *Environment and Planning E: Nature and Space*, 2(3), 431-450.
- Demaria, F., Schneider, F., Sekulova, F. & Martinez-Alier, J. (2013). What is degrowth? From an activist slogan to a social movement. *Environmental Values*, 22(2), 191-215. DOI:10.3197/096327113X13581561725194
- Deriu, M. (2012). Democracies with a future: Degrowth and the democratic tradition. *Futures*, 44(6), 553-561. DOI.org/10.1016/j.futures.2012.03.016
- Dilger, G., Lang, M. & Pereira Neto, J. (orgs.) (2016). *Descolonizar o Imaginário*. São Paulo, Fundação Rosa Luxemburgo.
- Domingues, M. (2021). *A avaliação do desenvolvimento local segundo a perspetiva das entidades de Economia Social - Uma proposta da Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local* (Tese de doutoramento). Universidade da Beira Interior
- Duverger, T. (2016). La décroissance : histoire d'une idée, In: *Encyclopédie pour une histoire nouvelle de l'Europe..*
- Dwyer, S. C. & Buckle, J. L. (2009). The space between: On being an insider-outsider in qualitative research. *International journal of qualitative methods*, 8(1), 54-63.
- Escobar, A. & Escobar, A. (1998). *La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo*. Editorial Norma.
- Estanque, E. (2003). Um sociólogo na fábrica: para uma metodologia de envolvimento social. *Experiência Etnográfica em Ciências Sociais, Porto, Edições Afrontamento*, 61-76.
- Esteva, G. (2009). Más allá del desarrollo: La buena vida. *América Latina en Movimiento*, 445, 1-5.
- Esteves, A. M. (2017a). Radical Environmentalism and “commoning”: synergies between ecosystem regeneration and social governance at Tamera Ecovillage, Portugal. *Antipode*, 49 (2), 357-376

- Esteves, A. M. (2017b). Commoning" at the borderland: ecovillage development, socio-economic segregation and institutional mediation in southwestern Alentejo, Portugal. *Journal of Political Ecology*. 24, 968-991
- Ezquerro, S. (2011). Crisis de los cuidados y crisis sistémica: la reproducción como pilar de la economía llamada real. *Investigaciones feministas*, 2
- Ezquerro, S. (2018). De la Economía feminista a la democratización de los cuidados. *Viento sur*, 156, 39-47.
- Fals Borda, O. (1979). *El problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Crítica y política en ciencias sociales: El debate teoría y práctica*. Colombia: Ed. Punta de Lanza.
- Fals Borda, O. & Rodríguez, Brandão (1987). *Investigación Participativa*. Montevideo, La Banda Oriental.
- Fals Borda, O. (2014). *Ciencia, compromiso y cambio social: Textos de Orlando Fals Borda*. In: Herrera Farfán, N. A. & López Guzmán, L. (Edits). El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión Libros, Montevideo
- Faria, N. (2020). Economía Feminista: A sustentabilidade da vida como eixo central dos movimentos sociais perante a crise da covid-19. *Economía Feminista e Ambientalismo. Olhares do Sul*. Marcha Mundial de Mulheres. Retirado de: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/11/ATI-MMM-REMTE-Port-PAGES_compressed.pdf
- Fasanello, M. T., Nunes, J. A. & Porto, M. F. (2018). *Metodologias colaborativas não extrativistas e comunicação: articulando criativamente saberes e sentidos para a emancipação social*. Retirado de <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1527>
- Federici, S. (2004). *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Elefante Editora. Retirado de: http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB-1.pdf
- Federici, S. (2014). The making of capitalist patriarchy. Entrevista a Echeverría, T. & Sernatinger, A. Retirado de <https://marxismocritico.com/2014/02/24/the-making-of-capitalist-patriarchy/>
- Federici, S. (2019a) Entrevista a Moraleda, A. *El País*. Retirado de: https://elpais.com/elpais/2019/03/20/mujeres/1553071085_109576.html
- Federici, S. (2019b). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante. Retirado de: http://coletivoscorax.org/wp-content/uploads/2019/09/Opontozerodarevolucao_WEB.pdf
- Ferguson, S. (2017) Feminismos interseccional e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa. *Cadernos Cemarx*, Campinas, n. 10, 13-38

- Fernandes, M. A. (2011). O cuidado como amor em Heidegger. *Revista da Abordagem Gestáltica: Phenomenological Studies*, 17 (2), 158-171
- Ferrão, J. (2017). Antropoceno, cidades e geografia. *Espaços e Tempos em Geografia. Homenagem a António Gama*, 287-302.
- Ferrão, J. (2018). Despovoamento em áreas rurais: entre a inevitabilidade e a capacidade de transformação. *Cultivar. Cadernos de Análise e Prospetiva*, 11, 13-19.
- Ferreira, S. (2009a). As (re) construções estratégicas da ideia de uma economia social. *Le Monde diplomatique*, Edição portuguesa. II Série, 37
- Ferreira, S. (2009b). Terceiro sector. In: Cattani, A. D., Laville, J. L., Inácio Gaiger, L. & Hespanha, P. (Orgs), *Dicionário internacional da outra economia*, 322-327.
- Ferreira, V. (2004). Entrevistas focalizadas de grupo: Roteiro da sua utilização numa pesquisa sobre o trabalho nos escritórios. In *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, Associação Portuguesa de Sociologia, 102-107.
- Flipo, F. (2012). Introdução à história do conceito de decrescimento na França. In Léna, P. (Ed.), *Enfrentando os limites do crescimento: Sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. IRD Éditions. DOI:10.4000/books.irdeditions.20085
- Flores, B. N., & Trevizan, S. D. P. (2015). Ecofeminismo e comunidade sustentável. *Revista Estudos Feministas*, 23(1), 11-34.
- Fournier, M. (2020). Cuando lo que importa es la vida en común: intersecciones entre Economía Social, cuidados comunitarios y feminismo. In Sanchís, N. (compil.) *El cuidado comunitario en tiempos de pandemia... y más allá*. Retirado de <http://asociacionlolamora.org.ar/wp-content/uploads/2020/07/El-cuidado-comunitario-Publicacio%CC%81n-virtual.pdf>
- França Filho, G. C. D. (2002). *Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais*. UFBA. Retirado de: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25741>
- Franchini, B. S. (2017). O que são as ondas do feminismo. *Revista QG Feminista*.
- Francisco, P. (2015). *Carta Encíclica Laudato SI*. Retirado de http://www.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf
- Franco, R. (2004). Controvérsia em torno de uma definição para o terceiro sector. In *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*.
- Fraser, N. (2012). O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Dossiê: *Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais*. Retirado de: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/download/4505/3782>
- Fraser, N. (2015) *Fortunas del feminismo*. Madrid, Traficantes de Sueños

Fraser, N. (2017). Para uma crítica das crises do capitalismo: entrevista com Nancy Fraser. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 49.

Fundação Cuidar o Futuro, Comissão Independente População e Qualidade de Vida. (1998). *Cuidar o futuro: Um programa radical para viver melhor*. Lisboa, Trinova Editora.

Fundação Cuidar o Futuro (2018), Síntese do Relatório - Cuidar o Futuro, Caderno Temático 3 e 4, Coleção Maria de Loures Pintassilgo e os Desafios da Sociedade Contemporânea. Fundação Cuidar o Futuro

Gaiger, L. I. (2008). A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. *Revista Katálysis*, 11(1), 11-19.

Georgescu-Roegen, N. (1971) *The Entropy Law and the Economic Process*, Cambridge: Harvard University Press.

Gibson-Graham, J. K. (2002). Beyond global vs. local: Economic politics outside the binary frame. *Geographies of power: Placing scale*. Retirado de: http://www.communityeconomies.org/sites/default/files/paper_attachment/BEYOND%2520GLOBAL%2520VS.%2520LOCAL.pdf

Gibson-Graham, J. K. (2005). Surplus possibilities: postdevelopment and community economies. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 26(1), 4-26.

Gibson-Graham, J. K. (2006 [1996]). *The end of capitalism (as we knew it): A feminist critique of political economy*. University of Minnesota Press. London
Gibson-Graham, J. K. (2008). Diverse economies: performative practices for 'other worlds?'. *Progress in Human Geography*, 1-20.

Gibson-Graham, J. K. (2013). Economic meltdown, or what an iceberg can tell us about the economy. *Trade Show Eastside Projects* (Birmingham), 1.

Godoi, C. K. (2015). Grupo de discussão como prática de pesquisa em estudos organizacionais. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 55(6), 632-644. DOI.org/10.1590/S0034-759020150603

Grecco, F. S., da Costa Furno, J. & Teixeira, M. O. (2018). Por uma ciência econômica feminista. *Temáticas*, 26(52), IFCH/UNICAMP, 11-22.

Gore, A. (2006). Uma verdade inconveniente. *Direção: Davis Guggenheim. Estados Unidos. Estúdio: Lawrence Bender Productions*.

Guattari, F. (2012). *As três ecologias*. 21ª edição. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. Campinas, SP, Papirus.

Gudynas, E. (2016). Bem Viver, in: D'Alisa, G., Demaria, F. & Kallis, G. (2016) (coords.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 260-264

- Guerra, P. (2020). De la economía social y la economía solidaria a las economías transformadoras: antecedentes en la construcción teórica de un tercer sector de la economía. *Relaciones Laborales*, Facultad de Derecho, Universidad de la República Uruguay
- Guerrero, R. Q. (2018). Dimensiones de la economía feminista: claves para una redefinición de la economía en tiempos de crisis. *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*, (13), 47-66.
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. *Feminist Studies*, v. 14, n. 3, pp. 575-599.
- Haraway, D. (2016) Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom*, ano 3, n. 5, “Vulnerabilidade”. Retirado de: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/antropoceno-capitaloceno-plantationoceno-chthuluceno-fazendo-parentes/>
- Hardin, G. (1968). The tragedy of the commons. *Science*. 162 (3859), 1243–1248. Retirado de: <https://science.sciencemag.org/content/162/3859/1243>
- Hayek (1944). *The road to serfdom*. New York, USA, George Routledge and Sons Company
- Hayek, F. A. (1973). *Law, legislation and liberty*, volume 1: Rules and order (Vol. 1). University of Chicago Press.
- Herrero, Y. (2017). Cooperar y cuidar de lo común para sobrevivir. *Rebeldías en común: sobre comunales, nuevos comunes y economías colaborativas*. Madrid, Libros en Acción, 215-218.
- Hespanha, P. & Mendonça Santos, A. (orgs), (2011). *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra: Almedina.
- Hespanha, P. & Lucas dos Santos, L. (2016). O nome e a coisa. Sobre a invisibilidade e a ausência de reconhecimento institucional da Economia Solidária em Portugal. *Revista de Economia Social e Solidária*, (9). ACEESA, 22-69
- Hespanha, P. (2018, 1 de agosto). A economia solidária em Portugal: algumas questões e desafios. *Le Monde Diplomatique Portugal*, 01-08-2018. II SÉRIE . N.º 142
- Hillenkamp, I., Guérin, I. & Verschuur, C. (2014). Economie solidaire et théories féministes: pistes pour une convergence nécessaire. *Revista de Economia Solidária*, ACEESA, 7, 4-43
- Hillenkamp, I. (2019). As Outras Economias à Luz do Género. *Otra Economía*, 12(22), 80-90.
- Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo social*, 26(1), 61-73.

Hochschild, A. R. (2000). Global Care Chains and Emotional Surplus Value, in Hutton, W. and Giddens, A. (eds) *On The Edge: Living with Global Capitalism*. London: Jonathan Cape.

Hochschild, A. R. (2017). Amor e ouro. *Textos didáticos*. Campinas, IFCH/Unicamp, (66), 5-27. Retirado de: <https://blogdolabemus.com/wp-content/uploads/2020/01/Amor-e-Ouro-Arlie-Hochschild.pdf>

Horstink, L., Fernandes, L., & Campos, R. (2020). Introdução. In: Alerta vermelho, alerta verde: dar forma à transformação ecossocialista. *E-cadernos CES*, (34).

Ibáñez, J. (1986). Perspectivas de la investigación social: el diseño en las tres perspectivas. *El análisis de la realidad social. Métodos y Técnicas de Investigación*. Madrid, Alianza Universidad.

Jackson, T. (2013). *Prosperidade sem Crescimento: vida boa em um planeta finito*. São Paulo, Planeta Sustentável.

Jara Holliday, O. (2007). *Sistematização de Experiências: aprender a dialogar com os processos*. Rio de Janeiro, CIDAC.

Jané, J. G. (2010). La Economía Solidaria: sustento y esperanza. *Revista de Economía Solidaria*, 2, 25-57.

Jesus, I. M. F., Carvalho, A., Fernandes, L. M. F. & Bento, S. (2015). “Percurso do movimento de transição em Portugal: Relatório produzido pela equipa do projeto COMPOLIS - Comunicação e Envolvimento Político com Questões Ambientais”. Universidade do Minho. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS).

Kallis, G. (2011). In defence of degrowth. *Ecological Economics* 70, 873-880. Retirado de: <https://indefenseofdegrowth.com/>

Kallis, G. & March, H. (2015). El futuro dialéctico del decrecimiento: ¿Ficción distópica o proyecto emancipador? *Revista de Economía Crítica*, nº19, 2015, ISSN 2013-5254, 21-33

Kallis, G. (2015). The Degrowth Alternative. *Great Transition Initiative* <http://www.greattransition.org/publication/the-degrowth-alternative>.

Kallis, G., Demaria F. e D’Alisa, G. (2016a). Decrecimiento. In: D’Alisa, G., Demaria, F. & Kallis, G. (2016) (coords.). *Decrecimiento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 24-42

Kallis, G. & Coletivo Research & Degrowth (2016b). Dez Propostas de Políticas Públicas. In: D’Alisa, G., Demaria, F. & Kallis, G. (coords.) *Decrecimiento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 288 - 293

Kallis, G. (2017). *In defense of degrowth: Opinions and manifestos*. Uneven Earth Press.

Kallis, G. (2018). The Politics of Post-Growth. *Green European Journal* (online). Retirado de: <https://www.greeneuropeanjournal.eu/the-politics-of-post-growth/>. Acedido em Novembro de 2020.

- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estudos CEBRAP*, (86), 93-103.
- Kerschner, C. (2010). Economic de-growth vs. steady-state economy. *Journal of cleaner production*, 18 (6),544-551. Retirado de:
- Kothari, A. (2014). Radical ecological democracy: a path forward for India and beyond. *The Great Transition*. Retirado de: <http://www.greattransition.org/publication/radical-ecological-democracy-a-path-forward-for-india-and-beyond>
- Kothari, A., Salleh, A., Escobar, A., Demaria F. & Acosta, A. (coords.) (2019). *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Icaria.
- Kothari, A. (2020). Radical Ecological Democracy: Reflections from the South on Degrowth. In: Burkhart, C.; Schmelzer, M. & Treu, N. (Eds.), *Degrowth in movement (s): Exploring pathways for transformation*, 258-271: Alresford, Hampshire, Zero Books
- Lakatos, E. M. & Marconi, M. E. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5ª ed., São Paulo, Altas.
- Latouche, S. (2003). As vantagens do decrescimento. *Le monde diplomatique*, Novembro 2003.
- Latouche, S. (2010). Degrowth. *Journal of cleaner production*, 6(18), 519-522.
- Latouche, S. (2012a). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. Lisboa, Edições 70.
- Latouche, S. (2012b). Convivialidade e decrescimento. *Cadernos IHU*, Instituto Humanitas. Unisinos, São Leopoldo, UNISINOS. Ano 10, nº 166.
- Latouche, S. (2016). Descolonização do Imaginário. In: D'Alisa, G., Demaria, F. & Kallis, G. (2016) (coords.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 119-123
- Latouche, S. (2017). La vía del decrecimiento para una sociedad sostenible. *Unidiversidad*, (28), 27-33.
- Laville, J. L. (2004). Las aporías del tercer sector. Laville, Jean-Louis (comp.) *Economía Social y Solidaria, una visión europea*. Buenos Aires, UNGS Altamira Osde.
- Laville, J. L. & Gaiger, L. I. (2009). Economía solidária. In: Cattani, A. D., Laville, J. L., Inácio Gaiger, L., & Hespanha, P. (Orgs), *Dicionário internacional da outra economia*, 162-168.
- Laville, J. L. (2018). *A Economia Social e Solidária: práticas, teorias e debates*. Coimbra, CES-Almedina
- Lawson, M., Parvez Butt, A., Harvey, R., Sarosi, D., Coffey, C., Piaget, K. & Thekkuudah, J. (2020). *Time to Care: Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis*. Oxfam, online report. Retirado de: <https://indepth.oxfam.org.uk/time-to-care>

Lei n.º 30/2013 de 8 de Maio. Lei de Bases da Economia Social. *Diário da República*, 1.ª série — N.º 88 — 8 de maio de 2013. Retirado de: <https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2013/05/08800/0272702728.pdf>

Lins, L. (2018). Metodologias Participativas em Educação Popular: Mandala como instrumento pedagógico que favorece o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, *Revista La Piragua - Investigación Acción Participativa, Sistematización de Experiencias y Educación Popular* 44, 22-29. Retirado de: <http://ceaal.org/v3/biblioteca-la-piragua/>

López, R. (2018). Editorial: Construcción de Conocimiento Colectivo, Apuesta por la Transformación de Nuestras Realidades, *Revista La Piragua - Investigación Acción Participativa, Sistematización de Experiencias y Educación Popular* 44, 5-7. Retirado de: <http://ceaal.org/v3/biblioteca-la-piragua/>

Lowy, M. (2013). Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. *Caderno CRH*, 26 (67), 79-86. DOI.org/10.1590/S0103-49792013000100006

Lucas dos Santos, L. (2011). Os clubes de troca na economia solidária: por um modelo crítico e emancipatório de consumo, In: Hespanha, P. & Santos, A. M. (orgs), *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra, Almedina, 169-203.

Lucas dos Santos, L. (2017). Deve a economia feminista ser pós-colonial? Colonialidade económica, género e epistemologias do Sul. *Revista Crítica de Ciências Sociais* n.º 114, 161-186.

Luhmann, N. (1989). *Ecological communication*. University of Chicago Press.

Marques, J. S. (2016). *Trabalhadores-artistas: cenas de trabalho, organização e ação coletiva no Brasil e Portugal* (Tese de doutoramento). Universidade de São Paulo.

Martinez-Alier, J. (2012): Environmental Justice and Economic Degrowth: An Alliance between Two Movements, *Capitalism Nature Socialism*, 23:1, 51-73. DOI.org/10.1080/10455752.2011.648839

Martínez-Alier, J., Pascual, U., Vivien, F. D. & Zaccai, E. (2010). Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. *Ecological economics*, 69(9), 1741-1747.

Meadows, D. H., Meadows, D. L., Randers, J. & Behrens, W. (1972). *Os Limites do Crescimento*, Lisboa. Publicações Dom Quixote.

Mellor, M. (2000). *Feminismo y ecología*. Siglo Veintiuno Editores, México.

Mendes, J. M. (2003). *Perguntar e observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas*. CES

- Mendonça S., A. (2019). *Sob o Fio da Navalha: Relações Estado e sociedade a partir da ação política da Economia Solidária no Brasil*. Marília –São Paulo, Editora Lutas Anticapital.
- Merton, R. (1987). The Focussed Interview and Focus Groups: Continuities and Discontinuities. *The Public Opinion Quarterly*, V. 51, 550-566. Retirado de: www.jstor.org/stable/2749327
- Miller, J. and Glassner, B. (2004). The ‘inside’ and the ‘outside’. Finding realities in interviews. In: Silverman, D. (2004). *Qualitative Research*, London: Sage Publications, 125-139
- Monteiro, A. (2004), *Associativismo e Novos Laços Sociais*, Coimbra, Quarteto
- Moore, J. W. (2013). El auge de la ecología-mundo capitalista, I. *Laberinto*, 38, 9-26.
- Moore, J. W. (2018) *L’alternativa tra Antropocene e Capitalocene: chiamare il sistema con il suo nome*. Dinamo Press. Retirado de <https://www.dinamopress.it/news/lalternativa-antropocene-capitalocene-chiamare-sistema-suo-nome/>
- Moore, J. W., 2017. The Capitalocene, Part I: on the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*. Vol. 44: 594- 630.
- Moreno-Colom, S. (2018). La acción comunitaria y los cuidados a domicilio. *Cuidado, comunidad y común. Experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida*. Madrid: Traficantes de Sueños. 147 - 166.
- Morgan, D. L. (1996). Focus Group. *Annual Review of Sociology*, Vol. 22, 129-152. *Annual Reviews*. Retirado de <http://www.jstor.org/stable/2083427>
- Moreira, S., & Morell, M. F. (2020). Food Networks As Urban Commons: Case Study of a Portuguese “Prosumers” Group. *Ecological Economics*, 177, 106777.
- Morin, E. (2003). *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Morin, E. (2017). Le bouillonnement d’initiatives est ma raison d’espérer Entrevista com Catherine André. *Alternatives*. Retirado de <https://www.alternatives-economiques.fr/bouillonnement-dinitiatives-raison-desperer/00081356>
- Moure, T. (2015). Decrescimento (também) para marxistas. Retirado de: <https://www.15-15-15.org/webzine/2015/07/15/decrescimento-tambem-para-marxistas/>
- Muraca, B. (2012). Towards a fair degrowth-society: Justice and the right to a ‘good life’beyond growth. *Futures*, 44(6), 535-545.
- Muraca, B. (2020). Foreword, in: Burkhart, C.; Schmelzer, M. & Treu, N. (Eds.), *Degrowth in movement (s): Exploring pathways for transformation*, 4-8: Alresford, Hampshire, Zero Books

Muradian, R. (2019). Frugality as a choice vs. frugality as a social condition. Is de-growth doomed to be a Eurocentric project? *Ecological Economics*, 161, 257-260. DOI: 10.1016/j.ecolecon.2019.03.027

Namorado, R. (2017). O que é a economia social. *Economia Social em Textos*, 1. Centro de Estudos Cooperativos e da Economia Social Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Retirado de https://cases.pt/wp-content/uploads/2017/02/Economia_Social-em-Textos1.pdf

Narotzky, S. (2010). La economía social: conceptos teóricos y economía real. Una perspectiva antropológica. *Actas Congreso Internacional de Economía Social UEVES*. Retirado de https://pt.slideshare.net/slides_eoi/susana-narotzky-la-economia-social-conceptos-tericos-y-economia-real

ONU - World Health Organization. (2020). *The state of food security and nutrition in the world 2020: transforming food systems for affordable healthy diets* (Vol. 2020). Food & Agriculture Org. Retirado de: <http://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html>

Osorio Cabrera, D. (2016). Economía (s) solidaria (s) y sostenibilidad de la vida: o cómo construir modos de vida vivibles. La experiencia en la base, Barcelona. *Revista de Economía Crítica*, 22, 178-198.

Ostrom, E. (1990). *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge, UK, Cambridge University Press

OXFAM (2018). *Annual Report*. Retirado de <https://www.oxfam.org/en/annual-report-2016-2017>

OXFAM (2021). *The Inequality Virus: Bringing together a world torn apart by coronavirus through a fair, just and sustainable economy*. Retirado de <https://www.oxfam.org/en/research/inequality-virus>

Parrique, T. (2019). *The political economy of degrowth* (Tese de doutoramento), Clermont Auvergne. Retirado de: <https://tel.archives-ouvertes.fr/tel-02499463/document>

Peça, M. P. M. C. (2010). *Os movimentos de mulheres em Portugal: uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa* (Tese de doutoramento), FEUC. Retirado de: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/12644>

Pereira, M. C. S. (2013). *Mulheres, Trabalho e Cuidado. A Construção da Igualdade na Intersecção dos Mundos Privado e Público na UE* (Tese de doutoramento), Universidade de Coimbra. Retirado de: <http://hdl.handle.net/10316/24276>

Pérez Orozco, A. (2006). Amenaza tormenta: la crisis de los cuidados y la reorganización del sistema económico. *Revista de economía crítica*, N.º 5, 7-37.

Pérez Orozco, A. (2010), Diagnóstico de la crisis y respuestas desde la economía feminista. *Revista de Economía Crítica*, 9, 131-144.

Pérez Orozco, A. (2014). *Subversión feminista de la economía: aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida*. Traficantes de Sueños. Retirado de: https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/map40_subversio_n_feminista.pdf

Pérez Orozco, A.; Piris, S & Porro, A. (2020, 13 de Maio) *Una economía con más economías transformadoras tiene más resiliencia en términos de igualdad social y sostenibilidad*. Entrevista com Blanca Crespo Arnold, acedida em 16 de Janeiro de 2021. Retirado de: <https://www.economiasolidaria.org/noticias/una-economia-con-mas-economias-transformadoras-tiene-mas-resiliencia-en-terminos-de/>

Picchio, A. (2016). Economía Feminista. In: G. d'Alisa, F. Demaria, G. Kallis (Coords.), *Decrecimiento. Vocabulário para um mundo novo*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 269-272

Piris, S. (2015). *Emancipación sin feminismo? Transitar de la marginalidad a la centralidad del feminismo en las organizaciones mixtas*. Bilbao Manu Robles - Arangiz Instituta

Plumwood, V. (1986) Ecofeminism: an overview and discussion of positions and arguments, *Australasian Journal of Philosophy*, 64: sup1, 120-138. Retirado de DOI.org/10.1080/00048402.1986.9755430

Polanyi, K. (1978). A nossa obsoleta mentalidade mercantil. *Revista Trimestral de História das Ideias*, 7-20.

Polanyi, K. (2016[1944]). *A grande transformação*. Coimbra, Edições 70.

Porro, A. (2016, 12 de março). Qué son las #OtrasEconomías? *Portal de Economía Solidaria* (REAS). Retirado de: <https://www.economiasolidaria.org/noticias/que-son-las-otrasedconomias/>

Porro, A. & Ajuntament de Barcelona (2018). *Punto de Situación*. Comissionat d'Economia Social, Desenvolupament Local i Consum. Retirado de: https://www.economiasolidaria.org/sites/default/files/news_attachments/Alvaro%20Porro%20-%20BCN-Presentaci%C3%B3n%20Comisionado_Punto%20de%20situaci%C3%B3n%20%28castell%C3%A0%29.pdf

Portela, J. (2009). *A economia ou é solidária ou é fratricida*. *Revista crítica de ciências sociais*, (84), 115-152.

Portugal, S. (2018). O cuidado em casa e o cuidado da casa. *Cescontexto-debates*, (21), 16-18.

Prieto, L. P. & Domínguez-Serrano, M. (2015), Una reformulación feminista del Decrecimiento y el Buen Vivir. Contribuciones para la sostenibilidad de la vida humana y no humana. *Revista de Economía Crítica*, nº19, 34 - 57.

Puleo, A. H. (2012). *Anjos do ecossistema. Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. Retirado de <http://www.sof.org.br/wp->

content/uploads/2017/07/An%C3%A1lises-feministas_outro-olhar-sobre-a-economia-e-a-ecologia.pdf

Puleo, A. (2017), What is Ecofeminism? European Institute of the Mediterranean, *Quaderns de la Mediterrània*, N.º 25, 27-34, Retirado de: <https://www.iemed.org/publicacions-en/historic-de-publicacions/quaderns-de-la-mediterrania>

Quintão, C. (2004). Terceiro sector: elementos para referência teórica e conceptual. *Sociedades contemporâneas: reflexividade e acção*. In *V Congresso Português de Sociologia*. Universidade do Minho

Radomsky, G. F. W. (2011). Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de "modernidades" alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 26(75), 149-162.

Ramose, M. (2002). The ethics of ubuntu. In: Coetzze, P. H & Roux, A. P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 324-330

Rancière, J. (1996). O dissenso. In: *A crise da razão*. Novaes, A. (Org.). São Paulo. Companhia das Letras

Reason, P., & Bradbury, H. (Eds.). (2001). *Handbook of action research: Participative inquiry and practice*. Sage.

Reichmann, J. (2003) *Tiempo para la vida. La crisis ecológica en su dimensión temporal*. Málaga, Ediciones del Genal

Ribeiro, F. B. (2015). Outros caminhos da teoria. Do desenvolvimento sustentável ao decrescimento. *Sumário Pormenorizado da Lição. Sociologia do Desenvolvimento e Sustentabilidade*. Lisboa. FCSH Universidade Nova de Lisboa.

Rist, G. (2008). *The History of Development: From Western Origins To Global Faith*, London, Zed Books.

Rist, G., Rahnema, M. & Esteva, G. (1992) *Le Nord perdu: Repères pour l'après-développement*. Lausanne, Editions d'En Bas

Roberto, J. I. T. (2017). *Apesar da sombra: a deriva da globalização e seus remédios. Inventário crítico dos discursos políticos de Serge Latouche, Adela Cortina e Carlos Taibo* (Tese de doutoramento), Universidade de Évora. Retirado de: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21003>

Romano, O. (2016). Antiutilitarismo. In: D'Alisa, G., Demaria, F. & Kallis, G. (2016) (coords.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 44-48

Rojão, G. (2017). Desenvolver ou decrescer: alternativas a um sistema insustentável, in *VeZ e Voz* N.º 8, 3ª Série Animar – Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento Local”, pp 43-52. <https://www.animar-dl.pt/comunicacao/vez-e-voz/2896-vez-e-voz-2017>

- Rojão, G. (2018). O decrescimento face às experiências locais alternativas, in: Coelho, S. & Marcelo, G. (Eds) *Ética, Economia e Sociedade. Questões Cruzadas*. Católica Porto Business School. pp 365-385
- Rojão, G. (2018). As organizações de emancipação social só podem ser feministas, in *Jornal de Negócios*, edição de 10 de Outubro
- Rojão, G. (2020). Emancipação social e feminismo, In: Pitacas & Reto, *A Economia Social numa Visão Plural*. Centro de Estudos de Economia Pública e Social, CIRIEC Portugal. pp 86-87
- Rojão, G (2021). Economia do cuidado: repensar a sustentabilidade da vida. In Morais, P. (coord.). *Visões da Economia Social*. Texto Editores. pp 177-183
- Ruas, R. (2019). *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes* (Tese de mestrado). Rio de Janeiro, UERJ. Retirado de <https://docero.com.br/doc/xe5vvv1>
- Ruas, R. (2020). Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, 2020. DOI: 10.1590/2179-8966/2020/46086
- Ruiz-Valdepeñas, H. P., Gil Álvarez, E. & Guerra Velasco, J.C. (2018). Práctica social, economía alternativa y espacios de proximidad en la ciudad de Valladolid. *Recerca, Revista de Pensament i Anàlisi*, 23, 193-218.
- Saave-Harnack, A., Dengler, C. & Muraca, B. (2019). Feminisms and degrowth—Alliance or foundational relation. *Global Dialogue*, 9(1), 29-30.
- Sachs, W. (1996). *Diccionario del Desarrollo: Una guía del conocimiento como poder*. Proyecto Andino de Tecnologías Campesinas, Lima, Peru. Retirado de <https://www.uv.mx/mie/files/2012/10/SESSION-6-Sachs-Diccionario-Del-Desarrollo.pdf>
- Sader, E. (2011). Prefácio, Economia Solidária. In: Hespanha, P. & Santos, A. M. dos (orgs), (2011). *Economia Solidária: Questões Teóricas e Epistemológicas*. Coimbra, Almedina, 9-10
- Saffioti, H. I. (2001). Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*, (16), 115-136.
- Salleh, A. (2019). Gobernanza del Sistema Terrestre, In: Kothari, A. et al. (coords.). *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Icaria, 133-136
- Sánchez Cid, M. (2015). De la reproducción económica a la sostenibilidad de la vida: la ruptura política de la economía feminista. *Revista de Economía Crítica*, 19, 58-76.
- Sánchez Hernández, J. L. (2017). *Las prácticas económicas alternativas en perspectiva geográfica*. Salamanca, Universidad de Salamanca.

Sánchez Hernández, J. L. & Gluckler, J. (2019a). Alternative economic practices in Spanish cities: from grassroots movements to urban policies? An institutional perspective. *European Planning Studies*, 1-20

Sánchez Hernández, J. L. (Coord) (2019b). *Espacios Y Prácticas Económicas Alternativas en las Ciudades Españolas*. Pamplona, Thomson Reuters Aranzadi.

Sanchis, N. (2020). Ampliando la concepción de cuidado: ¿privilegio de pocxs o bien común? In: Sanchís, N. (compil.) *El cuidado comunitario en tiempos de pandemia... y más allá*. Retirado de <http://asociacionlolamora.org.ar/wp-content/uploads/2020/07/El-cuidado-comunitario-Publicacio%CC%81n-virtual.pdf>

Santos, B. S. (1990). *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Vol. 12. Edições Afrontamento.

Santos, B. S. (1999a). Palavras de abertura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (54), 197-215.

Santos, B. S. (1999b). Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (54), 7-11.

Santos, B. S. (2000a). *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática – A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo, Cortez.

Santos, B. S. (2002). Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (63), 237-280.

Santos, B. S. (2003). *Crítica de la razón indolente: contra el desperdicio de la experiencia* (Vol. 1). Bilbao, Desclée de Brouwer.

Santos, B. S. & Rodríguez, C. (2004). Introdução: Para ampliar o cânone da produção. In Santos, B. S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Porto, Edições Afrontamento, 21-66

Santos, B. S. & Meneses, M. P. (Org.) (2009). *Epistemologias do sul*. Almedina

Santos, B. S. (2016). Para uma nova visão da Europa: aprender com o Sul. *Sociologias*, Porto Alegre, 18, 43, 24-56. DOI.org/10.1590/15174522-018004302

Santos, B. S. (2019a). Os processos da globalização. In Meneses M., Nunes J., Añón C., Bonet A. & Gomes N. (Eds.), *Boaventura de Sousa Santos: Construindo as Epistemologias do Sul Para um pensamento alternativo de alternativas*, Volume I, 397-484. Ciudad de Buenos Aires, Argentina, CLACSO. DOI:10.2307/j.ctvt6rkt3.14

Santos, B.S. (2019b, 18 de Julho) Descolonizar o saber e o poder. In: *Público Online*. Retirado de: <https://www.publico.pt/2019/07/18/politica/opiniaio/descolonizar-saber-1880046>

- Santos, E., Veiga, F., Cruz, P., Lopes, M. & Ferreira, S. (2015). *O impacto social e institucional da crise económica e financeira nas Organizações do Terceiro Sector*. EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza
- Santos, B.S.S (2020, 21 de Outubro). Negação, transição, 'gattopardo'. *JL - Jornal de Letras, Artes e Ideias*
- Sanz, J. (2017). *Cómo Pensar el Cambio Hoy. Apuntes y Propuestas para el Compromiso*. Barcelona, *Los Cuadernos de Cristianisme i Justícia*, Nº 203
- Scarso, D. (2018). O Antropocénico, uma questão sensível. In: I. Louro et al. (eds.), "Soundscape Campus #1", 2018, 5-10
- Schild, V. (2016). Feminismo y neoliberalismo en América Latina. *New Left Review*, 96, 63-79.
- Schneider, F., Kallis, G. & Martinez-Alier, J. (2010). Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. *Journal of cleaner production*, 18(6), 511-518.
- Schneider, S. & Escher, F. (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, 13(27), 180-219.
- Scholz, R. (2013) *Feminismo–Capitalismo–Economia–Crise: objecções da crítica da dissociação-valor a algumas abordagens da actual crítica feminista da economia* [Exit!, 2013]. Retirado de: http://www.obeco-online.org/roswitha_scholz17.htm
- Sen, A. (2003 [1999]). *O desenvolvimento como liberdade*. Lisboa, Gradiva.
- Servet, J. M., Maucourant, J. & Tiran, A. (1998). *La modernité de Karl Polanyi*. Editions L'Harmattan.
- Shiva, V., Noeberg-Hodge, H., Goldsmith, E., & Khor, M. (1994). *The Future of Progress: Reflections on Environment and Development*. Natraj, Dehradun.
- Silva, C. M. (2017). Antropocénico: Época Nova ou Polémica Antiga? *GEOonOVAS* n.º 30, 29 - 39
- Silva, E. A. (2013). As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais. *Revista Angolana de Sociologia*, (12), 77-99. DOI.org/10.4000/ras.740 <https://journals.openedition.org/ras/740>
- Silverman, D. (2004). *Qualitative Research* (2nd edition), London, Sage Publications
- Singer, P. (2001). Economia solidária versus economia capitalista. *Sociedade e estado*, 16(1-2), 100-112.
- Sólon, P. (2017a). Introdução. In Sólon, P. (coord.) *Alternativas sistémicas*. La Paz, Edición Focus on the Global South, Attac France y Fundación Solón, 7-12 Retirado de: www.systemicalternatives.org

Sólon, P. (2017b). Buen Vivir. In Sólon, P. (coord.) *Alternativas sistémicas*. La Paz, Edición Focus on the Global South, Attac France y Fundación Solón, 13 - 58. Retirado de: www.systemicalternatives.org

Sousa, L. V. D. (2015). *Experiências de agricultura (peri) urbana coletiva: outras experiências económicas?* (Tese de doutoramento). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Retirado de <http://hdl.handle.net/10316/26989>

Sparn, J. O. W. (2019). *(Re) Imagining sustainable futures-A discussion between Degrowth and Buen Vivir* (Tese de Doutoramento), Universidade Federal de Minas Gerais. Retirado de https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31739/1/o_Thesis.pdf

Stake, R. E. (2009), *A Arte da Investigação com Estudos de Caso*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Steffen, W., Grinevald, J., Crutzen, P. & McNeill, J. (2011). The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Philosophical Transactions of the Royal Society A: Mathematical, Physical and Engineering Sciences*, 369 (1938), 842-867. DOI:10.1098/rsta.2010.0327

Stern, N. (2006). *Stern Review: The economics of climate change*. United Kingdom. Disponível em https://webarchive.nationalarchives.gov.uk/20100407172811/https://www.hm-treasury.gov.uk/stern_review_report.htm

Taibo, C. (2011). *Decrescimento, crise e capitalismo*. Edições da Terra.

Taibo, C. (2019). *Colapso: capitalismo terminal, transição ecossocial, ecofascismo*. Letra Livre e Jornal Mapa

Tapia, A. A. (2017). Nuevas economías transformadoras. *Gizarte Ekonomiaren Euskal Aldizkaria-Revista Vasca de Economía Social*, (14).

Tavares, M. (2018, 20 de Julho) ECOFEMINISMO(S). *Via Esquerda - Espaço Ecosocialista*. Retirado de <https://viaesquerda.pt/ecofeminismos/>

Tavares, M. M. P. F. (2008). *Feminismos em Portugal (1927-2007)*. (Tese de doutoramento). Universidade Aberta. Retirado de: <http://hdl.handle.net/10400.2/1346>

Torres Carrilho, A. (2018). “La Sistematización como Práctica Investigativa: Avances e Desafíos”, *Revista La Piragua - Investigación Acción Participativa, Sistematización de Experiencias y Educación Popular*, 44, 16-21 Retirado de <http://ceaal.org/v3/biblioteca-la-piragua/> em 8 de Dezembro de 2019

Tremblay-Racette, G. (2014). *La décroissance d’hier à aujourd’hui*. (Tese de Mestado) Université D’Ottawa. Retirado de <https://ruor.uottawa.ca/bitstream/10393/31895/1/M%C3%A9moire%20Genevi%C3%A8ve%20Tremblay-Racette.pdf>

Troisi, R., Sisto, M. & Castagnola M. (2017). “Análise final da investigação SSEDAS. “SUSY - SUStentabilidade e Solidariedade na Economia. Economia Transformativa: oportunidades e desafios da Economia Social e Solidária em 55 territórios na Europa e no Mundo”. Retirado de: <https://ened-portugal.pt/site/public/paginas/estudos-e-investigacoes-pt-2.pdf>

Vega Solis, C.; Martínez-Buján R. & Paredes, M. (Ed.) (2018). Experiencias, ámbitos y vínculos cooperativos para el sostenimiento de la vida. *Cuidado, comunidad y común. Experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida*. Madrid: Traficantes de Sueños, 15-50. Retirado de <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=723665>

Venâncio, J. C. (2021). *Uma herança incontornável. Repensando a Matriz Marxista na Análise das Sociedades Africanas*. No prelo.

Vieira, N. S.; Parente, C. & Barbosa, A. C. Q. (2017). “Terceiro setor”, “economia social” e “economia solidária”: laboratório por excelência de inovação social, *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, Número temático – Processos sociais e questões sociológicas, 100-121. DOI: 10.21747/08723419/soctem2017a5

Vogel, L. (2013[1983]). *Marxism and the oppression of women: Toward a unitary theory*. Chicago, Haymarket Books

Wright, E. O. (2011). *Utopias Reais para uma sociologia global*. Diálogo Global, 1(5), 3-4.

Wright, E. O. (2019). *Como ser anticapitalista no século XXI?* Boitempo Editorial.

Ziai, A. (2015). Post-development concepts? Buen vivir, ubuntu and degrowth. In Santos, B. D. S. & Cunha, T. (2015). *Colóquio Internacional Epistemologias do Sul: aprendizagens globais Sul-Sul, Sul-Norte e Norte-Sul-Actas* (Vol. 1), 143-154.

Zirbel, I. (2016). *Uma teoria político-feminista do cuidado* (Tese de doutoramento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil, Retirado de <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/167820>

Zografos, C. (2016). Democracia Direta, in D’Alisa, G., Demaria, F. & Kallis, G. (coords.). *Decrescimento: vocabulário para um novo mundo*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 108-113

Anexos

Anexo 1

Questionário de mapeamento

Iniciativas locais que propõem alternativas sociais

Apresentação

Este questionário é realizado no âmbito de um projeto de investigação sobre as experiências das iniciativas locais alternativas e nasce depois de duas décadas de trabalho ativista em organizações, redes e movimentos cívicos. É motivado pelo interesse em aprofundar a aprendizagem e a reflexão sobre estas experiências e decorre no contexto da elaboração de uma tese de doutoramento em sociologia na Universidade da Beira Interior.

Pretende-se mapear iniciativas de base local sediadas em território nacional que adotem uma perspetiva de intervenção que reflita, implícita ou explicitamente, os objetivos do decrescimento* e/ou a promoção do cuidado** tendo em conta as assimetrias de género.

Os dados recolhidos através deste inquérito visam compreender melhor e tornar mais visível o universo de iniciativas alternativas neste domínio e serão tratados e divulgados de forma anónima ou agregada, sendo apenas identificado em listagem o nome de todas as iniciativas respondentes. Será ainda realizado um encontro presencial com iniciativas locais para apresentação e discussão dos resultados e, numa segunda fase, será realizado um estudo mais aprofundado junto de um pequeno número de experiências locais, a identificar a partir deste questionário.

O tempo estimado para o preenchimento é de 25 minutos.

A resposta ao questionário significa que compreendeu a informação constante desta apresentação e que concorda com a sua participação.

Caso pretenda informações adicionais ou queira esclarecer dúvidas, agradeço desde já o seu contacto através do endereço de correio eletrónico gracarojao@gmail.com ou do telemóvel 962858453.

Muito obrigada pela sua disponibilidade!

Graça Rojão

***Decrescimento:** corresponde a uma crítica ao crescimento económico enquanto objetivo societal central e propõe um modelo orientado para uma redução da produção e do consumo de recursos do planeta, a redistribuição da riqueza e uma sociedade mais convivial e participativa.

****Cuidado:** corresponde às atividades ligadas à gestão e manutenção quotidiana da vida, isto é, do bem-estar físico e emocional de si e dos/das demais. Na sua maioria são tarefas desempenhadas por mulheres e de forma gratuita, como reflexo das hierarquias de género e da desigualdade de poder entre homens e mulheres que lhe está associada.

1. Endereço de Email

1.1. Nome da iniciativa

1.2. Nome da pessoa que responde ao questionário (para eventuais contatos futuros)

1.3. Principal função que desempenha nesta iniciativa

1.4. Contatos da iniciativa: endereço postal e telefone

1.5. Endereço da página na internet e/ou de outros sítios virtuais

1.6. Ano de criação da iniciativa

1.7. A iniciativa tem carácter (assinale apenas uma resposta):

Informal Formal Outro

1.8. Se assinalou "formal" ou "outro" por favor, indique qual o estatuto ou carácter específico

1.9. Indique, detalhando por sexo, qual o número médio de pessoas (trabalhadores/as ou voluntários/as) que em 2019 tiveram um envolvimento direto nesta iniciativa ? (ex: y mulheres e x homens)

1.10. Quais são as características predominantes do território onde a iniciativa intervém?

Assinale todas as opções que se aplicarem

Rural Urbano Periurbano Outro

1.11. Quais são os âmbitos de intervenção territorial da iniciativa?

Assinale todas as opções que se aplicarem

Local Concelhio Regional Nacional Outro

1.12. Qual o número médio de habitantes do território de intervenção da iniciativa?

Assinale apenas uma resposta

Até 500 habitantes

- Entre 500 a 5 000 habitantes
- Entre 5 000 a 15 000 habitantes
- Entre 15 000 e 35 000 habitantes
- Entre 35 000 e 50 000 habitantes
- Mais de 50 000 habitantes
- Não sei /Não respondo
- Outro

2. Caracterização

2.1. Como nasceu a iniciativa?

2.2. Quais são os principais objetivos?

2.3. Que atividades realiza?

2.4. Em que medida a iniciativa local propõe alternativas sociais? Escolha qual o posicionamento que melhor define esta iniciativa (assinale apenas uma resposta):

- Procura atenuar consequências danosas do capitalismo, sem contudo pôr em causa a sua dinâmica social.
- Procura resistir ou opor-se ao capitalismo, centrando-se nas necessidades das pessoas e não na procura do lucro.
- Procura promover e implementar soluções de superação pós-capitalistas.
- Outro

Por favor, justifique a escolha anterior.

3. Considera que esta iniciativa coloca em prática as seguintes propostas do decrescimento:

Assinale apenas uma resposta em cada questão, isto é: "Sim", "Não" ou "Não sei/Não respondo)

3.1. Redução do impacto ambiental da produção e do consumo. Exemplos: redução das embalagens, produção para auto-consumo, reutilização de produtos, etc.

o Sim o Não o Não sei /não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

3.2. Rutura com o imaginário que associa bem-estar ou reconhecimento social ao consumo de bens e serviços. Exemplos: promove a simplicidade voluntária, diminuição de consumo, lazer sem consumo, questiona a relação entre status social e posse de bens. *

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

3.3. Promove formas económicas que geram maior autonomia local. Exemplos: auto abastecimento agrícola, reparações, reutilização, produção suficiente, etc.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

3.4. Promove mecanismos de redistribuição da riqueza. Exemplos: formas cooperativas de produção e de consumo, trocas solidárias, partilha de trabalho, promoção de bens comuns, etc.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

3.5. Promove a transição para uma sociedade mais convivial e participativa. Exemplos: assembleias comunitárias, espaços culturais associativos, etc.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

3.6. Outra. Por favor, indique qual.

4. Considera que esta iniciativa coloca em prática as seguintes propostas ligadas ao cuidado, tendo em conta as assimetrias de género:

(assinale apenas uma resposta em cada questão, isto é: "Sim", "Não" ou "Não sei/Não respondo")

4.1. Visibiliza a desigualdade nas relações de poder entre homens e mulheres e os papéis de género que lhes são tradicionalmente atribuídos. Exemplos: questiona as tarefas atribuídas a homens e mulheres como a preparação de salas de reuniões, trabalhos na cozinha, limpeza dos espaços, etc.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

4.2. Reflete sobre o modo como a pertença a múltiplas categorias sociais pode ter impacto na inclusão/exclusão de pessoas. Exemplos: analisa e previne o risco de “centrifugação” de pessoas que fogem à norma, favorece e promove a diversidade empregando pessoas com identidades diferentes da maioritária, etc.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

4.3. Problematiza a atribuição de valor às diferentes atividades que são realizadas. Exemplos: valoriza atividades não monetarizadas, promove atividades que se centram no bem-estar coletivo e não o lucro, promove o cuidado individual, das outras pessoas e do planeta, etc.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

4.4. Promove práticas que favorecem a conciliação entre a vida pessoal, familiar, laboral, cívica. Exemplos: garante tempos de desconexão, cria soluções que atendem a particularidades relativas a pessoas com dependentes a cargo, assegura uma gestão do tempo de trabalho satisfatória para os seus membros.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

4.5. Estimula a criação de mecanismos de corresponsabilidade pelos cuidados a nível pessoal, coletivo e societal, tendo em conta a sustentabilidade da vida humana e não

humana. Exemplos: analisa as cargas de trabalho suportadas por homens e mulheres, coloca o cuidado de cada pessoa e do planeta no centro das suas ações, etc.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

4.6. Promove os cuidados mútuos enquanto elemento de sociabilidade. Exemplos: organiza atividades que reforçam os laços coletivos, valoriza as interações entre membros da comunidade, etc.

o Sim o Não o Não sei /Não respondo

Caso tenha respondido “sim”, por favor dê alguns exemplos práticos

4.7. Outra. Por favor, indique qual.

Outras informações

5. Há alguma outra informação que lhe pareça relevante para compreendermos e caracterizarmos melhor a sua iniciativa?

6. Caso conheça, gostaria que indicasse o nome e eventualmente o contato de duas outras iniciativas cuja intervenção lhe pareça relevante para este trabalho de investigação.

7. Os comentários, questões ou sugestões que quiser deixar neste espaço são bem vindos.

Anexo 2

Guião da entrevista semiestruturada a representantes de ILA

1. Fale-me sobre a história da sua ligação a esta Iniciativa
2. Como é que a iniciativa se desenvolveu?
3. Quem está hoje envolvido na iniciativa?
4. A iniciativa realiza atividades em parceria com outras iniciativas ou redes?
5. Considera que a iniciativa está em rutura com o sistema socioeconómico dominante?
6. Como descreve, a partir da vossa experiência o decrescimento? E o cuidado?
7. São ideias igualmente transformadoras? Isoladas? Articuladas?
8. Quais foram as aprendizagens críticas que fizeram ao longo do percurso da vossa iniciativa que lhe parecem mais relevantes?
9. Como é a orgânica de funcionamento da iniciativa, nomeadamente os processos de decisão e os mecanismos de participação?
10. Como imagina a iniciativa daqui a 5 anos?
11. Com que organizações aprende? Que organizações inspira?
12. Na sua opinião, há temas ou questões que considere relevante investigar para reforçar a ação das ILA?
13. Há questões importantes que queira referir sobre a iniciativa de que ainda não tenhamos falado?

Anexo 3

Guião orientador para focus group

1. Referenciais de transformação social implícitos ou explícitos.

Apresentar fichas com conceções decrescimento e de cuidado construídas nos grupos de discussão. Pedir ao grupo que reflita sobre o modo como elas estão presentes nas práticas da iniciativa, podendo ser acrescentados aspetos.

2. Práticas transformadoras presentes nas práticas da iniciativa, tendo como pano de fundo as propostas do decrescimento e do cuidado.

3. Razões que tornam essas práticas transformadoras

4. Aprendizagens relativas aos processos de transformação social que podemos inferir a partir da iniciativa, tendo em vista a sua partilha com outras organizações.

5. Outras questões que o grupo queira acrescentar.

Anexo 4

Plano de sessão base dos grupos de discussão

Horário	Dur	Atividade	Materiais
18h	10m	Acolhimento	
18h10	15m	Boas vindas e apresentação individual-quebra gelo Descrição: círculo em pé, cada um diz o nome e faz um gesto. Todas as pessoas repetem o nome e o gesto.	Gravador
18h25	25m	Apresentação dos resultados do questionário Descrição: apresentação de um <i>power point</i> com os objetivos e uma síntese dos resultados dos 52 questionários. Resposta a eventuais questões.	Computador Projektor
18h50	30m	Criação coletiva das noções de decrescimento e de cuidado. Descrição: distribuição dos/as participantes em grupos com cerca de 3 a 6 membros. Solicitação aos grupos para identificarem palavras-chave associadas a cada um destes conceitos, para procederem ao registo de uma palavra por folha e para identificarem o/a porta-voz.	Folhas coloridas cortadas Marcadores
19h20	40m	Construção de mandalas Descrição: colocação num sítio visível (parede ou chão) de um círculo de papel com a palavra decrescimento inscrita e outro com a palavra cuidado que serão o centro de cada mandala. Solicitação ao/à porta-voz de cada grupo que apresente as palavras-chave a que o grupo chegou relativas ao decrescimento e colocação das folhas com as palavras em torno do círculo, formando uma mandala. Repetição do processo para a palavra cuidado. Reflexão coletiva sobre as palavras que identificámos, sobre aquelas que eventualmente sentimos, que devem ainda ser acrescentadas e sobre a ligação entre as duas mandalas.	Centros das mandalas Bostik Fita cola de papel
20h	10m	Dinâmica de encerramento: caracol humano	

Anexo 7

Identificação de participantes por fase do trabalho empírico

A) Iniciativas que responderam ao questionário inicial

ADAO – Associação Desenvolvimento Artes e Ofícios

AMS- Associação Mata Sustentável

Associação A3S

Associação Live With Earth

Associação Moving Cause

Associação Slow Movement Portugal

Associação Transumância e Natureza

Banco de Tempo

BioEco – Ass. de Agricultura Biológica e Agro Ecológica

C.A.R.M.E.N

Campo Aberto - associação de defesa do ambiente

Casa da Esquina

Casa da Horta - Associação Cultural

Casa de Santa Isabel

Cidade Mais

Com Calma - Espaço Cultural

Comunidade de Aprendizagem das Cerejeiras

Coice da Mula - Associação

Cooperativa Produtos da Nossa Aldeia - Miro

Cooperativa Integral Minga CRL

Danças Circulares de Palmeira

Ecoaldeia de Janas

Eco-Comunidades na Planície

Escola de Vida

Fábrica de Alternativas

Famalicão em Transição

FatorC - Alcabideche e São Domingos de Rana

FESCOOP

GAL ADIBER/Beira Serra

Gandaia

Grupo Surpreendentes Incalculáveis

Mapa- Movimento de Ação Política

Master Unit Ananda Kalyani
Mentes Empreendedoras
Missão Comidinha
Monte ACE
Monte dos Carvalhos / Mount of Oaks
Monte Mimo
Montis
Musas da Fontinha
Parents4Future Portugal
Parque Botânico de Vale Domingos
Pé de Xumbo
PELE_ Espaço de Contacto Social e Cultural
Pista Mágica - Escola de Voluntariado
Quinta dos 7 Nomes
Reativar
Rede de Cidadania de Montemor-o-Novo
TROCA - Plataforma p/ Comércio Internacional Justo
Uibi Hub
Vitamos
ZenVouga

B) Iniciativas onde foram realizadas entrevistas a responsáveis

Banco de Tempo
C.A.R.M.E.N
Casa da Esquina
Casa da Horta - Associação Cultural
Casa de Santa Isabel
Cooperativa Integral Minga
Cooperativa Produtos da Nossa Aldeia - Miro
Coice da Mula - Associação
Fábrica de Alternativas
Musas da Fontinha
PELE - Espaço de Contacto Social e Cultural

C) Iniciativas onde foi realizado focus group

C.A.R.M.E.N
Casa da Esquina

Casa da Horta - Associação Cultural
Casa de Santa Isabel
Cooperativa Produtos da Nossa Aldeia - Miro
Coice da Mula - Associação
Musas da Fontinha

C) Locais onde foram realizados os grupos de discussão

Região de Lisboa: Fábrica de Alternativas
Região do Porto: Associação Gato Vadio
Região do Alentejo: Cooperativa Minga
Região Centro: Zoom (embora tivéssemos previsto realizar este grupo de discussão em Minde, a pandemia condicionou a realização presencial).

Nota: a participação nos grupos de discussão foi aberta a outras iniciativas e a pessoas por elas convidadas. No total participaram 44 iniciativas e 94 pessoas.